Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Rogério Teixeira de Oliveira

O IFRJ e a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: resistências e a consolidação de uma política pública nacional de Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional e Tecnológica (EJA-EPT)

Rio de Janeiro

2024

Rogério Teixeira de Oliveira

O IFRJ e a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: resistências e a consolidação de uma política pública nacional de Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional e Tecnológica (EJA-EPT)

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Bastos Costa de Oliveira

Rio de Janeiro

2024

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

O48 Oliveira, Rogério Teixeira de
O IFRJ e a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: resistências e a consolidação de uma política pública nacional de Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional e Tecnológica (EJA-EPT)/ Rogério Teixeira de Oliveira. – 2024.
341 f.

Orientador: Rafael Bastos Costa de Oliveira.
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Centro de Educação e Humanidades.

1. Educação – Teses. 2. Educação de jovens e adultos – Teses. 3. Políticas públicas – Teses. I. Oliveira, Rafael Bastos Costa de. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Centro de Educação e Humanidades. III. Título.

br CDU 37

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

_____ _____
Assinatura Data

Rogério Teixeira de Oliveira

O IFRJ e a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: resistências e a consolidação de uma política pública nacional de Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional e Tecnológica (EJA-EPT)

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 8 de agosto de 2024.

Banca Examinadora:

_____

Prof. Dr. Rafael Bastos Costa de Oliveira (Orientador)

Centro de Educação e Humanidades - UERJ

_____

Prof.ª Drª. Marise Nogueira Ramos

Faculdade de Educação - UERJ

_____

Prof.ª Drª. Carlos Soares

Faculdade de Educação - UERJ

_____

Prof.ª Drª. Márcia Cristina Rodrigues Cova

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

_____

Prof.ª Drª. Lucília Carvalho da Silva

Universidade Federal Fluminense

Rio de Janeiro

2024

DEDICATÓRIA

Dedico esta pesquisa às estudantes e aos estudantes da EJA e da EJA-EPT; que lutam diariamente para fazerem valer seu direito à educação, em meio a uma miríade de obstáculos. Dedico também às pesquisadoras e pesquisadores que militam na EJA e na EJA-EPT.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo caminho percorrido. Agradeço ao meu pai, Luiz **(***In Memorian***)**, à minha mãe, Helena, à minha irmã Rozane, ao meu cunhado Moisés, pela compreensão, paciência e incentivos durante toda a minha trajetória acadêmica. Vocês mostraram que a educação mudaria a vida de todos nós. Foram anos de suporte, de incentivo, de esperança.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Rafael Bastos Costa de Oliveira pelo apoio, compreensão, paciência, tranquilidade e orientações respeitosas e frutíferas. A jornada somente foi possível por causa de sua condução. Fica aqui meu agradecimento pela oportunidade de ter sido orientado por você.

À Profa. Dra. Marise Nogueira Ramos pela oportunidade, pelas orientações, pelo apoio profissional e acadêmico. Fica aqui minha gratidão.

À amiga e Profa. Dra. Márcia Cristina Rodrigues Cova por todas as orientações desde 2017, quando tive o prazer e a luminosidade de tê-la como orientadora e Mestra. Você foi responsável por eu chegar até esta pesquisa, até este momento. Aqui meu carinho por tudo.

Agradeço à Profa. Dra. Lucília Carvalho da Silva por todo apoio que tenho tido desde 2016. Assim, seus incentivos e orientações me trouxeram até aqui. Sou muito grato e deixo meu carinho por tudo nessa jornada.

Agradeço ao Professor Dr. Carlos Soares por ter aceitado compartilhar seus conhecimentos comigo nesta pesquisa:gratidão.

Agradeço à amiga e Profa. Dra. Luana Luna Teixeira pelas orientações e incentivos desde 2016. Você foi muito importante durante o mestrado e o doutorado. Não tenho palavras para agradecê-la. Obrigado.

À Profa. Dra. Flávia Galindo, ao Prof. Dr. Thiago Renault, à Profa. Dra. Beatriz Vilardi, ao Prof. Dr. Marcelo Castañeda pelas parcerias e orientações desde 2017.

Agradeço ao amigo Jefferson Amorim Campos e à amiga Carla Baldoino por me ampoiarem, oportunizarem e incentivarem meus estudos durante estes últimos 30 anos. Nós sabemos quantas lutas travadas. Ter chegado ao doutorado tem participação direta de vocês. Agradeço também à Sra. Cremilda da Silva David e Sr. Antonio David. Sou grato por tudo.

Agradeço às entrevistadas e ao entrevistado por compartilharem suas experiências na

EJA, na EJA-EPT e contribuírem grandemente para esta pesquisa. Assim agradeço ao IFRJ, à DPAEJA/Secadi/MEC, à SETEC/MEC, à CLADE, à Cátedra Unesco de EJA no Brasil e à CAPES.

Agradeço à equipe da Secretaria do PPFH pelo o suporte sempre que necessitei Sra. Bárbara Reis, Sr. Humberto Silveira, Sr. Marcos Antonio da Silva e Sr. Wilson Salgado. Obrigado.

Agradeço às Professoras Eloiza Gomes (*In Memoriam*) e Heliana Conde (*In Memoriam*) pelos compartilhamentos que tivemos durante nossas aulas. Fica aqui minha gratidão. Obrigado.

Os agradecimentos aqui reiteram que juntos somos mais fortes; que a educação; que políticas públicas, que pesquisas se conformam a partir de muitas mãos. Somos o resultado de muitas e muitos que chegaram antes de nós e de outras e outros que virão. Fica aqui meu agradecimento final a todas e todos que me apoiaram durante toda a minha jornada acadêmica e profissional.

O *homem novo* que devemos formar e a *humanidade* que deve ser o produto do sistema de ensino que teremos de montar, daqui para frente, se configuram em termos da situação de interesses de classes do operário, do trabalhador agrícola, do homem pobre. Essas figuras poderiam ser atendidas e suas necessidades humanas satisfeitas por uma educação que estabelecesse como mira o cidadão.

Florestan Fernandes

RESUMO

OLIVEIRA, Rogério Teixeira de. *O IFRJ e a* Rede Federal de Educação *Profissional, Científica e Tecnológica:* resistências e construção da política pública nacional de Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica (EJA-EPT). 2024. 341 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

A presente tese objetiva analisar como a política de Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica (EJA-EPT) tem se consolidado no IFRJ e na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica de 2006 aos dias atuais. A pesquisa busca responder se a consolidação da EJA-EPT se deu plenamente no IFRJ e na Rede Federal. O estudo teve como método de análises o materialismo histórico-dialético, levando em consideração as categorias mediação, contradição, totalidade e historicidade; a fim de que fosse possível correlacionar as partes e o todo da realidade social concreta e do objeto pesquisado. O percurso metodológico, a fim de responder a pergunta de pesquisa foi realizado através de estudo bibliográfico, análise documental, análise de conteúdo das entrevistas semi-estruturadas. O estudo bibliográfico foi centrado nas categorias Trabalho, Estado e Direitos no Capitalismo e Educação. A análise documental foi realizada a partir da apropriação de decretos, diretrizes, portarias, leis, dados disponibilizados em plataformas governamentais e da sociedade civil. A análise de conteúdo se deu a partir da análise dos discursos realizados em audiências públicas, fóruns de EJA, encontros nacionais de EJA-EPT e das entrevistas-semiestruturadas. A hipótese inicial da pesquisa foi confirmada, ou seja, de que a EJA-EPT não se consolidou no IFRJ e nem na Rede Federal; o que é resultado de resistências institucionais, políticas de sucateamento, redução de investimentos, principalmente após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2016. Apesar desse cenário, é possível atestar que, a partir da terceira gestão Lula foi construído o Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos; tendo à frente a Secadi/Setec/MEC, em interlocução com demais Ministérios e sociedade civil pavimentando uma futura consolidação dessa política no IFRJ e na Rede Federal.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional e Tecnológica. Proeja. Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Políticas Públicas.

ABSTRACT

OLIVEIRA, Rogério Teixeira de. *The IFRJ and the Federal Network of Professional, Scientific and Technological Education:* resistances and construction of the national public policy of Youth and Adult Education integrated to Professional and Technological Education (EJA-EPT). 2024. 341 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

This thesis aims to analyze how the policy of Youth and Adult Education integrated with Professional and Technological Education (EJA-EPT) has been consolidated in the IFRJ and in the Federal Network of Professional, Scientific and Technological Education from 2006 to the present day. The research seeks to answer whether the consolidation of EJA-EPT has been fully realized in the IFRJ and the Federal Network. The study used historical-dialectical materialism as its method of analysis, taking into account the categories of mediation, contradiction, totality and historicity, so that it would be possible to correlate the parts and the whole of concrete social reality and the object being researched. In order to answer the research question, the methodological approach was carried out through a bibliographical study, documentary analysis and content analysis of the semi-structured interviews. The bibliographic study focused on the categories of Work, State and Rights in Capitalism and Education. The documentary analysis was based on the appropriation of decrees, directives, ordinances, laws, data made available on government and civil society platforms. Content analysis was based on the analysis of speeches made at public hearings, EJA forums, national EJA-EPT meetings and semi-structured interviews. The initial hypothesis of the research was confirmed, i.e. that the EJA-EPT has not been consolidated in the IFRJ or in the Federal Network; this is the result of institutional resistance, scrapping policies, reduced investment, especially after the impeachment of President Dilma Rousseff in 2016. Despite this scenario, it is possible to attest that, from the third Lula administration onwards, the National Pact for Overcoming Illiteracy and Qualifying Youth and Adult Education was built; led by Secadi / Setec / MEC, in dialogue with other Ministries and civil society, paving the way for the future consolidation of this policy in the IFRJ and the Federal Network.

Keywords: Youth and Adult Education. Youth and Adult Education Integrated with Professional and Technological Education. Proeja. Federal Network of Professional, Scientific and Technological Education. Public policies.

RESUMEN

OLIVEIRA, Rogério Teixeira de. *El IFRJ y la Red Federal de Educación Profesional, Científica y Tecnológica*: resistencias y construcción de la política pública nacional de Educación de Jóvenes y Adultos integrada a la Educación Profesional y Tecnológica (EJA-EPT). 2024. 341 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

Esta tesis pretende analizar cómo se ha consolidado la política de Educación de Jóvenes y Adultos integrada con la Educación Profesional y Tecnológica (EJA-EPT) en la FIPR y en la Red Federal de Educación Profesional, Científica y Tecnológica desde 2006 hasta la actualidad. La investigación busca responder si la consolidación de la EJA-EPT se ha realizado plenamente en la IFRJ y en la Red Federal. El estudio utilizó como método de análisis el materialismo histórico-dialéctico, teniendo en cuenta las categorías de mediación, contradicción, totalidad e historicidad, de modo que fuera posible correlacionar las partes y el todo de la realidad social concreta y del objeto investigado. Para responder a la pregunta de investigación, el enfoque metodológico se llevó a cabo mediante un estudio bibliográfico, un análisis documental y un análisis de contenido de las entrevistas semiestructuradas. El estudio bibliográfico se centró en las categorías Trabajo, Estado y Derechos en el Capitalismo y Educación. El análisis documental se basó en la apropiación de decretos, directivas, ordenanzas, leyes y datos disponibles en plataformas gubernamentales y de la sociedad civil. El análisis de contenido se llevó a cabo mediante el análisis de discursos pronunciados en audiencias públicas, foros de la EJA, reuniones nacionales de la EJA-EPT y entrevistas semiestructuradas. Se confirmó la hipótesis inicial de la investigación, es decir, que la EJA-EPT no se ha consolidado en la FIPR ni en la Red Federal; esto es el resultado de la resistencia institucional, las políticas de desguace, la reducción de la inversión, especialmente después del impeachment de la presidenta Dilma Rousseff en 2016. A pesar de este escenario, es posible atestiguar que el Pacto Nacional para la Superación del Analfabetismo y la Calificación de la Educación de Jóvenes y Adultos se ha construido desde el tercer gobierno de Lula; liderado por Secadi/Setec/MEC, en diálogo con otros ministerios y la sociedad civil, allanando el camino para la futura consolidación de esta política en lo IFRJ y en la Red Federal.

Palabras-clave: Educación de Personas Jóvenes y Adultas. Educación de Personas Jóvene y Adultas Integrada con la Educación Profesional y Tecnológica. Proeja. Red Federal de Educación Profesional, Científica y Tecnológica. Políticas Públicas.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Taxa de analfabetismo (%).....	57
Figura 2	Taxa de analfabetismo, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões(%).....	59
Figura 3	0 a 3 anos de idade – Principal motivo de não frequência a creche	59
Tabela 1	Número de matrícula na EJA no Brasil (2016-2022).....	61
Tabela 2	Quantitativos de unidades, cursos, matrículas, ingressantes, concluintes, vagas e inscritos no IFRJ de (2019-2022).....	72
Tabela 3	Quantitativos referentes a vagas, inscritos, ingressantes, matriculados, evadidos e concluintes em cursos da EJA-EPT, EJA-FIC nos *campi* do IFRJ (2017-2022).....	73
Tabela 4	Quantitativo de vagas gerais e das vagas de EJA-EPT no IFRJ (2017-2022).....	75
Tabela 5	Percentuais de oferta de matrícula de cursos técnico de Proeja no IFRJ no período de (2017-2022).....	76
Tabela 6	Renda Familiar na RFEPCT (2018-2022).....	77
Tabela 7	Autodeclaração racial na RFEPCT (2018-2022).....	77
Quadro 1	Limite orçamentário de recursos para curso de EJA-EPT (Portaria n.º 962 de 2021).....	88
Tabela 8	Número de docentes na REFPCT, por etapa de ensino (2017-2021).....	102
Tabela 9	Distribuições de instituições, vagas e recursos da linha de Fomento Bolsa-Formação (EJA-EPT)	140
Tabela 10	Dados socioeconômicos de municípios atendidos pelo IFRJ.....	143
Tabela 11	Matrículas na EJA por Rede de Ensino em 2022 no Brasil e nos município atendidos pelo IFRJ	134
Figura 4	15 anos da EJA-EPT no IFRJ.....	150
Figura 5	Mesa 1 - 15 anos da EJA-EPT no IFRJ.....	152
Figura 6	Mesa 2 - 15 anos da EJA-EPT no IFRJ.....	153
Figura 7	Mesa 1 - IV Encontro da EJA do IFRJ	155
Figura 8:	Mesa 2 - IV Encontro da EJA do IFRJ.....	158
Tabela 12	Grau de instrução de pessoas privadas de liberdade no Brasil (segundo	

	semestre de 2023).....	164
Tabela 13	Grau de instrução de pessoas privadas de liberdade no estado do Rio de Janeiro (segundo semestre de 2023).....	165
Figura 9	Composição da Mesa da Audiência Pública estadual sobre a ampliação da RFEPCT No IFRJ.....	169
Figura 10	Figura 10: VI Encontro Nacional da EJA-EPT (PROEJA) da Rede Federal - Esperançar é verbo na EJA-EPT: ampliar e consolidar”.....	175
Quadro 2	Descritor das Áreas Temáticas dos trabalhos do VI Encontro Nacional da EJA-EPT (Proeja) da Rede Federal - Esperançar é verbo na EJA-EPT: ampliar e consolidar	181
Grafico 1	Áreas Temáticas dos trabalhos apresentados no VI Encontro Nacional da EJA-EPT (Proeja) da Rede Federal 2023……	183
Figura 11	Categorias e temas identificados nas entrevistas semiestruturadas.....	189
Quadro 3	Distribuição de entrevistadas/o por grupo	190
Figura 12	Chuva de palavras com categorias e temas mais citados nas entrevistas.....	193
Tabela 14	Público-Alvo beneficiado pelo Pacto.....	267

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
Certific	Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada
Conae	Conferência Nacional de Educação
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONFINTEA	Conferência Internacional de Educação de Jovens e Adultos
Conif	Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
DCNEM	Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EJA-EPT	Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
Fundeb	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
Fundef	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
GT	Grupo de Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e estatística
ICAE	International Council for Adult Education
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IFRJ	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INES	Instituto Nacional de Educação de Surdos
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LGBTQIAPN+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis, Queer, Intersexo, Assexuais, Pansexuais, Nãobinário, (+: outros grupos e variações de sexualidade e gênero)

MEC	Ministério da Educação
MPC	Modo de Produção Capitalista
MSI	Curso Técnico de Manutenção e Suporte em Informática Integrado ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Pano de Aceleração do Crescimento
PAE	Programa de Auxílio Estudantil
PAS	Programa de Alfabetização Solidária
PNE	Plano Nacional de Educação
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNP	Plataforma Nilo Peçanha
PPALFA	Planos Plurianuais de Alfabetização
PPC	Projeto Político Pedagógico de Curso
Proeja	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
Pronatec	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
RFEPCT	Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
SBA	Sistema Brasil Alfabetizado.
Secadi	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão
Setec	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Undime	União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..... 17

1 **FUNDAMENTOS TEÓRICOS DO TRABALHO, DO ESTADO NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E DA EDUCAÇÃO: EXPRESSÕES NO CAMPO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**..... 33

1.1 **Trabalho como constituição do ser social e como princípio educativo** 33

1.1.1 O trabalho como princípio educativo..... 35

1.2 **Estado e direitos e suas implicações no capitalismo** 38

1.2.1 Estado e direitos..... 39

1.2.2 Capitalismo..... 41

1.2.3 Globalização e neoliberalismo..... 44

1.2.4 Políticas Públicas..... 46

1.3 **Educação e suas conformações na EJA-EPT**..... 48

1.3.1 Educação e Neoliberalismo..... 50

1.3.2 Institutos Federais e Educação Profissional e Tecnológica(EPT) 52

1.3.3 Base Nacional Comum Curricular (BNCC) 54

1.3.4 Analfabetismo..... 56

1.3.5 A EJA no Brasil..... 60

1.3.6 Financiamento da EJA..... 66

1.3.7 Educação Profissional e Tecnológica e EJA EPT (Proeja)..... 67

1.3.8 Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – RFEPCT.. 71

1.3.9 EJA-EPT na RFEPCT: emancipação e alienação..... 78

1.3.10 Diretrizes Operacionais para a EJA 80

1.3.11 Portaria n.º 962, de 1º de dezembro de 2021..... 84

1.3.12 Edital MEC/SEB n.º 17, de 15 de fevereiro de 2022..... 86

1.3.13 Fóruns de EJA no Brasil e o Fórum de EJA do IFRJ (FEJA-IFRJ)..... 89

1.3.14 Curso de Pós Graduação *lato sensu* em Educação de Jovens e Adultos do IFRJ - Formação Permanente..... 96

1.3.15 EJA hoje no Brasil..... 99

2 **POLÍTICAS DE EJA E EJA-EPT EM ÂMBITO INTERNACIONAL**..... 103
2.1 **Relatório "Reimaginar nossos futuros juntos: Um novo contrato social para a educação**"..... 109
2.2 **Conferência Internancional de Adultos VII – Confintea VII de 2022 e o Marco de Ação de Marraquexe**..... 113
2.3 **Relatório "The State of Global Learning Poverty: 2022 Update" –Banco Mundial**..... 121
2.4 **Estratégia para Educação Técnica e Profissional e a formação (TVET) para o período 2022-2029 - Unesco-Unevoc** 124
3 **ANÁLISE DO PRIMEIRO ANO DA TERCEIRA GESTÃO DE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA NA PRESIDÊNCIA DO BRASIL, NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO, DA EJA E DA EJA-EPT**..... 126
3.1 **MEC recompõe orçamento e retoma investimentos**..... 128
3.2 **Novo arcabouço fiscal**..... 130
3.3 **Secadi e a reestruturação do Ministério da Educação**..... 131
3.4 **Lei n.º 14.645, de 2 de agosto de 2023 e Política Nacional da Educação Profissional e Tecnológica**..... 134
3.5 **Portaria n.º 989, de 23 de maio de 2023 - Comissão Nacional de Alfabetização de Educação de Jovens e Adultos (Cnaeja)**..... 136
3.6 **Relançamento da Frente Parlamentar Mista em defesa dos Institutos Federais**..... 138
3.7 **Proposta de projeto de lei com alterações para o Novo Ensino Médio**..... 138
3.8 **Linha de Fomento Bolsa-Formação (EJA-EPT)**..... 139
3.9 **Edital do Programa Nacional do Livro e do Material para a Educação de Jovens e Adultos 2025-2028 (PNLD-EJA)**..... 141
3.10 **Panorama socioeconômico dos municípios atendidos pelo IFRJ**..... 142
3.11 **O futuro *Campus* Complexo do Alemão do IFRJ**..... 147
4 **ESPAÇOS DE CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA DA EJA-EPT E OS DESAFIOS PARA O IFRJ**..... 149
4.1. **15 anos da EJA-EPT no IFRJ**..... 150
4.2 **IV Encontro da EJA-EPT do IFRJ** 154
4.3 **V ENCONTRO NACIONAL EJA-EPT - IFSUL-RIO-GRANDENSE 29, 30 de novembro e 1 de dezembro de 2022**..... 159

4.4 **Audiência pública ressalta necessidade do fortalecimento da EJA**..... 160
4.5 **Audiência Pública estadual sobre ampliação da RFEPCT** 168
4.6 **Audiência Pública solicitada pela Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa da Câmara dos Deputados em 09 de agosto de 2023 com o tema "Educação da pessoa idosa: EJA para idosos**”..... 172
4.7 **VI Encontro Nacional da EJA-EPT (PROEJA) da Rede Federal Esperançar é verbo na EJA-EPT: ampliar e consolidar”**..... 175
5 EJA-EPT, RESISTÊNCIAS E CONSOLIDAÇÃO INCONCLUSA: ANÁLISE DAS ENTREVISTAS..... 188
5.1 **DECRETO Nº 12.048, DE 5 DE JUNHO DE 2024 - PACTO NACIONAL PELA SUPERAÇÃO DO ANALFABETISMO E QUALIFICAÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: *LENDO O MUNDO E ESCREVENDO A PRÓPRIA HISTÓRIA***..... 264
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 270
REFERÊNCIAS..... 294
APÊNDICE A – Questões de entrevista com Giovana Modé..... 325
APÊNDICE B – Questões de entrevista com Timothy Ireland 326
APÊNDICE C - Questões de entrevista com Margarida Machado..... 328
APÊNDICE D – Questões de entrevista com Entrevistado(a) MEC..... 329
APÊNDICE E – Questões de entrevista com Claudia Costa..... 330
APÊNDICE F – Questões de entrevista com Mariângela Graciano..... 332
APÊNDICE G – Questões de entrevista com Fernanda Paixão..... 333
APÊNDICE H – Questões de entrevista com Janaína Corenza 334
APÊNDICE I – Questões de entrevista com Tânia Almenara..... 336
APÊNDICE J – Questões de entrevista com Carla Jardim 337
ANEXO A - Registro de Consentimento Livre e Esclarecido..... 338
ANEXO B - Depoimento - Prof. Dr. Luiz Edmundo Vargas de Aguiar - Audiência Pública Estadual sobre a ampliação da RFEPCT, *Campus* Rio de Janeiro do IFRJ, realizada em 28 de Junho de 2023..... 339

INTRODUÇÃO

O presente estudo está inserido na linha de pesquisa “Estado e Política Pública”, do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana - PPFH, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro-UERJ.

O tema dessa pesquisa, na área da Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica (EJA-EPT) é, para além de uma pesquisa acadêmica, atravessado e encontra eco também na minha história de vida familiar. Minha mãe, Helena foi empregada doméstica, lavadeira, ajudante de costureira, servente aprovada em concurso público do Estado do Rio de Janeiro, após ter cursado o então primário, através dos Estudos Supletivos. Realizou seus estudos em uma das tantas escolas em que trabalhou durante a vida. Meu pai, Luiz, realizou Estudos Supletivos, também a 4ª. Série do Ensino Fundamental. Trabalhou como balconista, açougueiro, cobrador de ônibus e camelô. Ambos são nordestinos do interior de Pernambuco, que se aventuraram em busca de uma vida mais digna no Rio de Janeiro. Meu pai chegou ao Rio com 17 anos, após uma viagem de 13 dias num caminhão conhecido como “pau-de-arara”, espécie de caminhão aberto aonde vinham retirantes nordestinos para o sul e o sudeste em busca de melhores condições de vida. As histórias da minha mãe e do meu pai, não por acaso, se confundem com a dos mais de 70 milhões de pessoas que não completaram a Educação Básica, conforme dados atualizados pelo IBGE (2023), ou seja, é resultante de uma realidade de desigualdades engendrada pelo capitalismo, pela apropriação por poucos dos meios de produção, da riqueza e pela acirrada exploração da força de trabalho da maioria. Esta pesquisa é mais que uma pesquisa acadêmica, é também um encontro com nossa história de vida, um encontro com os mais de 70 milhões inconcluintes da Educação Básica.

Em um segundo momento, em minha trajetória escolar no Colégio Pedro II, no bairro de São Cristóvão, na cidade do Rio de Janeiro concluí o curso Técnico em Processamento de Dados integrado ao Ensino de 2º. grau. À época fui um jovem trabalhador-estudante: trabalhava durante o dia como mensageiro e estudava à noite. Na graduação em Administração na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e na graduação e em Serviço Social também estudei à noite. Minha irmã também em sua graduação de Pedagogia, que construía o sonho, desde a infância de ser professora, também cursou na UniRio em período noturno. Essas realidades me remetem à obra de Miguel Arroyo (2017), quando o autor define

os estudantes da EJA como “passageiros da noite”. Assim, como tantos outros jovens e adultos; que após uma rotina diária de trabalho chegávamos à escola, nós também éramos passageiras e passageiros da noite. Essa realidade nos lembrava que éramos também trabalhadores-estudantes. A nossa viagem noturna, como a dos demais jovens e adultos trabalhadores-estudantes não terminava na escola, mas continuava a caminho de casa em direção ao subúrbio carioca.

O que acumulamos em nossas histórias, em nossas experiências se materializam em nossos presentes e formam os nossos caminhos para o futuro.

Um terceiro momento se deu a partir de minha trajetória profissional, na então Escola Técnica Federal de Química do Rio de Janeiro (ETFQ-RJ), no bairro do Maracanã, cidade do Rio de Janeiro, no ano de 1998, hoje Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), atuando como Técnico Administrativo em Educação, na Coordenação de Adultos (Coeda) em 1998 e 1999. Em 1999 a Coeda passou a ser denominada de Coordenação de Educação de Jovens e Adultos (Coeja).

A Coeja era ligada à Direção de Ensino; que tinha à frente a Professora Marise Ramos; hoje atuando na Fiocruz e na UERJ, no PPFH, ambas na cidade do Rio de Janeiro. A Professora Marise Ramos foi a responsável por trazer para a instituição a modalidade de Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional Científica e Tecnológica – EJA-EPT. Essa aproximação da então ETFQ-RJ com a EJA, instituição historicamente reconhecida como de excelência em cursos técnicos na área de Química, Alimentos, Meio Ambiente e Biotecnologia, não se deu sem resistências. Foi um desafio naquele momento implantar essa nova modalidade. O argumento dos contrários era de que a instituição não estava preparada para receber esse novo grupo; que a propalada excelência poderia estar em risco. A Coeja se materializou, portanto, como *lócus* de resistência. Nessa época a instituição firmou convênios com a Fundação Roberto Marinho, com a Organização Não Governamental Viva Rio e com a Central Única dos Trabalhadores (CUT), passando a ETFQ-RJ a ser pólo certificador dos sujeitos formados por essas instituições. A certificação também foi um passo importante para a instituição naquele momento; tendo em vista que somente o Estado do Rio de Janeiro até então era autorizado a certificar.

Minhas atividades à época eram dar suporte administrativo e logístico à Coordenação. Assim, eu era responsável pela elaboração de documentações relativas aos convênios firmados, logística de aplicação de provas para certificação com organização de docentes,

elaboração e aplicação de provas e acompanhamento de docentes pós aplicações de provas.

Em um segundo momento, a instituição passou a produzir material didático, que era utilizado nas formações dos estudantes. Tal projeto foi denominado de “EducJá”. Nesse período dei suporte aos docentes e à elaboração do material didático produzido. Tive contato mais de perto com a EJA, a partir das discussões surgidas das reuniões para elaboração desses materiais, com a dinâmica dos processos de trabalho.

Um quarto momento de grande importância nessa pesquisa, e que vem somar às minhas trajetórias de vida e profissional, precisamente em 2006, foi a implantação do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), no então Centro Federal de Educação Tecnológica de Química (CEFETEQ). O Proeja era a busca por uma consolidação de uma modalidade que lutava, desde fins dos anos 90 para materializar; o que preconiza a missão da instituição que é a oferta de uma educação inclusiva e de qualidade. Sendo assim, ofertar um ensino de qualidade, a partir da EJA em nada fugiria de sua precípua missão.

A pesquisa teve a especificidade, a partir de uma análise da Proeja, que doravante chamaremos de EJA-EPT; tendo em vista o processo de luta atual dos que militam pela EJA dentro da Rede Federal em consolidar o referido programa como política nacional da EJA-EPT. Em prosseguimento, pretendeu caminhar para o todo, ou seja, para a EJA, para a EJA-EPT em âmbito nacional e para a EJA em âmbito internacional, conforme o materialismo histórico dialético, considerando o período de 2006 até 2023. Por fim, a presente pesquisa é também continuidade de meus estudos sobre a EJA-EPT no IFRJ durante o curso de Mestrado, no Programa de Mestrado Profissional em Gestão e Estratégia, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ nos anos de 2017 e 2018.

O Proeja foi instituído a partir da publicação do Decreto Federal n.º 5.478, de 24 de junho de 2005, revogado pelo Decreto n.º 5.840, de 13 de julho de 2006 (Brasil, 2006).

O IFRJ oferta o Curso Técnico de Manutenção e Suporte em Informática Integrado ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (MSI) em três *campi:* Duque de Caxias, Nilópolis e Rio de Janeiro. Os cursos são ofertados a partir do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) e faz parte de uma estratégia governamental que possibilita a formação profissional de jovens e adultos de forma integrada ao Ensino Médio.

O *Campus* Rio de Janeiro foi escolhido para início da pesquisa; tendo em vista a

facilidade de acesso aos dados institucionais do *Campus*. Outras questões que influenciaram o interesse pela continuidade da pesquisa na EJA-EPT foram as mudanças do cenário político brasileiro, a partir de 2016 com o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, as alterações em legislações educacionais com a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em 2017, das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) em novembro de 2018, da emergência da pandemia da Covid-19, a partir de março de 2020,das Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos, de maio de 2021, das alterações propostas pela terceira gestão Lula ao Novo Ensino Médio, em outubro de 2023.

Em relação à questão orçamentária tem-se a promulgação da Emenda Constitucional 95/2016 apresentando Novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, que vigoraria por vinte exercícios financeiros (BRASIL, 2016). Somado a esse cenário, em 2019 chega à presidência do Brasil Jair Bolsonaro (PL) e com ele um novo cenário político, econômico e social com relevo negativo, principalmente nas Pastas da Saúde, da Educação, do Meio Ambiente; nova dinâmica de relações entre os Poderes da República; a crise pandêmica da Covid-19[1] iniciada em março de 2020, com mais de 6.974.460 mortos no mundo e 699.310 de vítimas no Brasil, a partir de dados atualizados em outubro de 2023 (JOHNS HOPKINS, 2023). Ainda, eleições em final de 2022 para presidente da República e vice, governadores, senadores, deputados federais e deputados estaduais (ou distritais, no caso do Distrito Federal),

Outro fato de fundamental importância para a EJA/EJA-EPT em âmbito global em 2022 foi a realização da Conferência Internacional de Educação de Jovens e Adultos VII (CONFINTEA VII) ocorrida no Marrocos entre 15 e 17 de junho de 2022. As CONFINTEAS são realizadas a cada 12 anos.

Em 2023 ocorreu também o VI Encontro Nacional da EJA-EPT (Proeja) da Rede Federal, organizado pelo IFRJ, com apoio do Colégio Pedro II e Instituto Federal Fluminense-IFF. Esses encontros são realizados a cada biênio e trazem discussões sobre a realidade da EJA-EPT na Rede Federal.

---

[1] uma doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, que apresenta um quadro clínico que varia de infecções assintomáticas a quadros respiratórios graves. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), a maioria dos pacientes com COVID-19 (cerca de 80%) podem ser assintomáticos e cerca de 20% dos casos podem requerer atendimento hospitalar por apresentarem dificuldade respiratória e desses casos aproximadamente 5% podem necessitar de suporte para o tratamento de insuficiência respiratória (suporte ventilatório). Coronavírus é uma família de vírus que causam infecções respiratórias. O novo agente do coronavírus foi descoberto em 31/12/19, após casos registrados na China. Provoca a doença chamada de coronavírus (COVID-19). Os primeiros coronavírus humanos foram isolados pela primeira vez em 1937. No entanto, foi em 1965 que o vírus foi descrito como coronavírus, em decorrência do perfil na microscopia, parecendo uma coroa. (Ministério da Saúde, 2020)

É preciso também levar em consideração o cenário histórico que se delineou na realidade brasileira, a partir de 2016 que impactou diretamente na Educação e, portanto, a EJA/EJA-EPT.

Pensar a EJA-EPT, também a partir da pandemia da Covid-19 é correlacionar os efeitos pandêmicos da Covid-19 à realidade histórica de vulnerabilidades dos sujeitos da EJA/EJA-EPT. Diante desse contexto chega-se à seguinte **pergunta de pesquisa**: A Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica (EJA-EPT) se consolidou plenamente no IFRJ e na RFEPCT?

A **Hipótese central** é de que: A política de Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica (EJA-EPT) ainda não se consolidou plenamente no IFRJ e na RFEPCT.

O **Objetivo Geral** da pesquisa é analisar como a política pública da Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica (EJA-EPT) tem se consolidado no IFRJ e na RFEPCT, a partir das categorias norteadoras: Trabalho, Estado e Direitos no Capitalismo e Educação.

Os **Objetivos específicos** para atenderem ao objetivo geral são:

- Discutir como os eixos Trabalho, Estado e Direitos no Capitalismo e Educação atravessam a EJA-EPT, a gestão e os sujeitos que militam na modalidade;
- Identificar dados documentais, tais como: legislações, dados financeiros, dados disponibilizados pelo IBGE, pela Plataforma Nilo Peçanha, pelo INEP, pela ONU, pela Unesco e pelos Fóruns de EJA-EPT, que materializam o arcabouço teórico e legal da EJA-EPT;
- Analisar entrevistas com gestores do IFRJ, da Secadi/MEC, da SETEC/MEC, representante da sociedade civil, representante de organismo internacional, a fim de identificar correlações com os eixos Trabalho, Estado e Direitos no Capitalismo e Educação.

Os documentos e as entrevistas foram tratadas, a partir da análise de conteúdo, de acordo com Bardin (1977) e Câmara (2013). A análise de conteúdo é

> Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos

> relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1979, p. 42).

Assim, para clarificar o objeto realizei uma análise histórica da Educação Profissional e Tecnológica(EPT), levando em conta o recorte de tempo proposto, ou seja, de 2006 até 2023.

Essa pesquisa foi desenvolvida assumindo o Trabalho, o Estado e Direitos no Capitalismo e a Educação como categorias norteadoras.

Assim, defendemos o trabalho como categoria constitutiva do ser social e como princípio educativo, estando presente permanentemente na vida humana.

A categoria Estado e Direitos no Capitalismo é necessária; tendo em vista as constantes correlações de forças presentes nas classes e frações de classes e que essas correlações buscam sua hegemonia e nesse sentido, como a EJA-EPT é influenciada por essas correlações. Ainda, essa realidade esta imersa no modo de produção vigente dando relevo a desigualdades que atravessam a EJA-EPT.

A categoria Educação é direito constante na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), em seu Capítulo III, Seção I, Artigo 208, quando afirma que o Estado deve garantir o "ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiverem acesso na idade própria". Entendemos que "idade própria" é uma situação decorrente das próprias contradições engendradas pelo modo capitalista, ou seja, é um conceito definido a partir de uma perspectiva de desigualdade, decorrente do próprio modo de produção vigente. Assim, as propostas de oferta de até 80% de carga horária da EJA na modalidade EAD apresentada nas Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio de 2018, na Resolução n. 1, de maio de 2021, que institui as Diretrizes Operacionais para a EJA, a organização de atendimento a partir de demanda apresentada e não demanda real disponibilizada por órgãos oficiais, suscita atenção ante a realidade de desigualdades, tendo seu acirramento incrementado pela pandemia da Covid-19.

A discussão da pesquisa passa também pela educação profissional integrada à educação propedêutica; visto que tem relação direta com a categoria trabalho porque historicamente a educação profissional foi desenhada para formar mão de obra para atender à reprodução do capital.

O percurso metodológico se constituiu pelo estudo bibliográfico, análise documental e de conteúdo, a partir de entrevistas semi-estruturadas. Assim, foi realizado estudo bibliográfico, coleta de dados institucionais, documentais e entrevistas, a fim de contribuir

para verificação da hipótese central. Nessa direção, a pesquisa documental é "A fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois." (LAKATOS, 2003, p. 171).

A pesquisa se pautou pela atenção constante da realidade. Nesse sentido, acompanhei diariamente as ações e legislações que a realidade ia revelando. Esse acompanhamento, esse olhar referendou a necessidade das categorias historicidade, mediação, contradição e totalidade como fundamentais neste estudo.

As dez entrevistadas e o entrevistado foram elencados, a partir de suas inserções na realidade da EJA e da EJA-EPT, pelas suas trajetórias acadêmicas e profissionais. Por exemplo, foram entrevistadas três gestoras da Secadi/MEC e uma da Setec/MEC, um/a servidor/a do MEC, a partir da terceira gestão Lula. Em relação à sociedade civil, a entrevistada esteve presente nas três últimas Confinteas e convidá-la se deu justamente por sua inserção. O entrevistado, com inserção em âmbito internacional, esteve presente nas últimas quatro Confinteas, além de ter estado na gestão do MEC nos 2000 e estar agora à frente da Cátedra Unesco de EJA na Paraíba e ser docente da UFPB. Em relação às entrevistadas do IFRJ, uma esteve à frente da Coordenação de EJA da instituição, a segunda à frente da Coordenação de curso de Especialização em EJA e a terceira faz parte do Fórum de EJA do IFRJ (FEJA-IFRJ). Ainda fora entrevistadas uma docente da UFG, pela sua militância de décadas na EJA.

Os passos metodológicos para o alcance dos objetivos específicos foram organizados através das seguintes ações:

- Identificar como os dados institucionais da EJA-EPT podem descrever o cenário político e educacional de 2006 a 2024.
- Analisar a legislação educacional da EJA-EPT, a partir de 2006 e
- Identificar a percepção dos gestores do IFRJ, Secadi/MEC, SETEC/MEC, sociedade civil e representante internacional em relação às categorias trabalho, Estado e Direitos no Capitalismo e Educação.

A pesquisa foi iniciada, a partir da análise da EJA-EPT no IFRJ, para em seguida se

direcionar à construção da Política Nacional de EJA-EPT no Brasil na terceira gestão Lula e ainda análise da EJA no âmbito internacional, considerando o período de 2006 a 2023.

O estudo se efetivou, a partir de uma abordagem qualitativa. Conforme Van Maanen (1983), os métodos qualitativos são definidos como um conjunto de técnicas interpretativas que descreve, decodifica e traduz determinados fenômenos que acontecem no mundo social. Gaskell (2002) destaca que a pesquisa qualitativa permite realizar uma correlação entre os sujeitos sociais em seus contextos sociais. Assim, identificar os grupos em disputas na política de EJA-EPT foi uma questão necessária neste estudo.

A delimitação do estudo elencou as categorias Trabalho, Estado e Direitos no Capitalismo e Educação, a partir da perspectiva do materialismo histórico dialético, de 2006 a 2023; realizou análise bibliográfica, documental e entrevistas semi-estruturadas de gestoras do IFRJ, da Secadi/MEC, da SETEC/MEC, representante da sociedade civil, representante em organismo de âmbito internacional, gestoras do IFRJ, uma representante do FEJA-IFRJ e uma docente da UFG.

A pesquisa foi submetida a Comitê de Ética e, uma vez autorizada, foram realizadas onze entrevistas semiestruturadas de março a novembro de 2023. Optou-se pela entrevista semiestruturada ou semiaberta, pois tal instrumento "permite inclusões, exclusões, mudanças em geral nas perguntas, explicações ao entrevistado quanto a alguma pergunta ou alguma palavra, o que lhe dá um caráter de abertura" (Vergara, 2009, p. 9). As entrevistas foram gravadas em áudio, após autorização e assinatura de Termo de Reconhecimento Livre e Esclarecido, conforme Anexo I.

A escolha inicial das entrevistadas e do entrevistado se deu a partir da facilidade de acessibilidade aos mesmos e da importância da inserção profissional e histórica das profissionais e do profissional com a temática. Segundo Barbetta (2002), população acessível ou universo é o conjunto dos elementos que constituem o universo da pesquisa e são passíveis de serem observados. Os critérios de seleção das entrevistas foram da amostragem por julgamento. A escolha dos sujeitos da pesquisa se deu, a partir do entendimento do pesquisador por achá-los representativos (Malhotra, 2006; Zikmund, 2006). De acordo com Malhotra (2006) população é o conjunto de elementos que comungam características que fazem parte do escopo da pesquisa.

O contato com as entrevistadas e entrevistado foram realizados por email. Os contatos por email com as entrevistadas e o entrevistado aconteceram a partir de 28 de fevereiro de

2023. As entrevistas ocorreram entre 9 de março de 2023 e 29 de novembro de 2023. Segundo Vergara (2009, p. 2) o planejamento e interpretação do pesquisador são fundamentais para conduzí-lo a conclusões adequadas

No mês de março de 2023 foram realizadas entrevistas com uma integrante da CLADE, um integrante da Cátedra Unesco de EJA/ICAE e docente da UFPB e com uma docente da UFG. No mês de maio de 2023 as entrevistas ocorreram com quatro profissionais do MEC, sendo três da área da gestão da Secadi e um(a) servidor(a) do quadro do MEC. No mês de junho foram realizadas três entrevistas no IFRJ, com uma integrante do FEJA-IFRJ e duas integrantes da área de gestão. Em novembro de 2023 foi realizada uma entrevista com uma gestora na Setec/MEC.

A pesquisa utilizou a técnica de análise documental e análise de conteúdo. A análise de conteúdo, conforme Bardin (1977) foi utilizada para o tratamento dos dados decorrentes das transcrições das entrevistas. Câmara (2013) afirma que na análise de conteúdo "O pesquisador busca compreender as características, estruturas ou modelos que estão por trás dos fragmentos de mensagens tornados em consideração [...]" (ibidem, p. 182). Segundo (Bardin, 1977) a análise de conteúdo pode ser dividida em três fases que são: exploração do material e tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. A análise de conteúdo consistirá em revisão bibliográfica, análise documental, transcrição das entrevistas e realização da correlação com a teoria existente.

O fio condutor da pesquisa se deu a partir da perspectiva do materialismo histórico dialético e do marxismo:

> A conclusão geral a que cheguei e que, uma vez adquirida, serviu de fio condutor aos meus estudos, pode formular-se resumidamente assim: na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência.
>
> Karl Marx

A epígrafe com citação de Marx que inicia essa seção atesta resumidamente a centralidade das relações de produção e a produção de consciência dos homens, a partir dessas

relações e não a partir de suas consciências privadas. A pesquisa em desenvolvimento considera as categorias mediação, contradição, totalidade e historicidade. Assim, a realidade não é formada por episódios estanques, desconexos e independentes, pelo contrário é resultante das interconexões que são constituídas na realidade

> Para Marx, a distribuição da propriedade dos meios de produção, como a terra ou as ferramentas de trabalho, é o fundamento para que um grupo humano garanta a manutenção da vida. Essa distribuição se dá em uma esfera básica da sociabilidade, que condiciona as formas da consciência política, religiosa, artística e científica, embora não as condicione de maneira absoluta. É a perspectiva chamada de "materialismo Histórico" (GRESPAN, 2021, p. 20)

Assim, evidencia-se a compreensão da materialidade da realidade como processo construído, a partir das relações sociais concretas: "O concreto é concreto, porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida (...)" (MARX, 2008, p. 258-9). Engels (s/d) apresenta uma discussão sobre essa perspectiva de análise: "(...) Segundo a concepção materialista da história, o fator que, em última instância, determina a história é a produção e a reprodução da vida real." (ENGELS, s/d (1), p. 284). A concretude está relacionada ao indivíduo histórico nas relações sociais, em "[...] sua atividade prática no trato com a natureza e com os outros homens, tendo em vista a consecução dos próprios fins e interesses (...)" (KOSIK, 1969, p. 13-4). Na concretude da realidade, Lukács (2004) traz que o homem é uma comunidade; visto que está permanentemente se relacionando com os outros homens e com ele mesmo. O homem é produtor e produto da sociedade e mais do que um gênero abstrato, endógeno, mas se conforma como ser social (LUKÁCS, 1978). Mészáros (2016) relembra, conforme Marx, que o homem é a simbiose do humano com o natural numa unidade dialética. A ação dos homens está ligada às suas consciências. Assim, "[...] as categorias e as leis da natureza, tanto orgânica quanto inorgânica, constituem uma base em última instância [...] irrevogável das categorias sociais" (LUKÁCS, 2012, p. 288). Nessa direção, "não é a consciência, a teoria e a linguagem que criam a realidade, mas elas são produzidas dentro e a partir de uma realidade histórica, sendo e tornando-se, porém, elas mesmas parte dessa realidade." (FRIGOTTO, 2009, p. 168). Nesse sentido, a vida real se realiza, ou seja, é a historicidade que dá forma e expressa às mudanças na realidade. Outra contribuição nesse sentido, e em consonância com a pesquisa quando faz uma análise inicial da Educação Profissional, do Proeja e das determinações da realidade para chegar à análise da

EJA encontra respaldo na seguinte afirmação

> O pressuposto fundamental da análise materialista histórica é de que os fatos sociais não são deslocados de uma materialidade objetiva e subjetiva e, portanto, a construção do conhecimento histórico implica o esforço da abstração e teorização do movimento dialético (conflitante, contraditório, mediado) da realidade. Trata-se de um esforço de ir à raiz das determinações múltiplas e diversas (nem todas igualmente importante) que constituem determinado fenômeno. **Apreender as determinações do núcleo fundamental de um fenômeno, sem o que este fenômeno não se constituiria, é o exercício por excelência da teorização histórica de ascender do empírico – contextualizado, particularizado e, de início, para o pensamento caótico** – ao concreto pensado ou conhecimento. Conhecimento que, pode ser histórico e complexo e por limites do sujeito que conhece, **é sempre relativo** (FRIGOTTO, 2010, p. 19-20, grifos nossos)

Esse movimento dialético da realidade é trazido por Grespan (2021) quando o autor explica a necessidade de desvendar a aparência, as falsas verdades relativas aos pólos negativos e positivos e à essência dos fenômenos

> a dialética é a forma capaz de reproduzir o movimento contraditório pelo qual os fenômenos aparecem como o inverso do que são em sua essência. Em sua versão idealista, de acordo com Marx, a dialética ensina que um aspecto positivo se oculta por trás dos acontecimentos negativos da história e acaba por predominar sobre eles; assim, a dialética seria capaz de promover uma revelação com enorme poder consolador (...) na versão materialista proposta por Marx, a própria dialética tem seus pólos negativo e positivo invertidos. Ou seja, **até os eventos aparentemente positivos para o capital, como a acumulação e o lucro, redundam na negatividade interna das crises econômicas e política**s, que sempre voltam a assombrar. (GRESPAN, 2021, pp. 10-11, grifos nossos)

A consciência sem ação prática, sem mediações não produz alterações na realidade. Assim, é preciso incorporar na apreensão do objeto, da realidade e da sensibilidade, a dialética da prática. Assim, é necessário entender a história para além do pensamento polarizado, estanque e/ou metafísico

> O que falta a todos esses senhores é a dialética. Vêem apenas causas aqui e efeitos ali. Não vêem que isso não passa de uma abstração vazia e que, no mundo real, essas antíteses polares metafísicas existem apenas nos momentos de crises, ao passo que o grande progresso das coisas se desenrola, em seu conjunto, sob a forma de ações e de reações, embora de forças muito desiguais, a mais forte, decisiva e primordial das quais é sempre o movimento econômico. Não vêem que, aqui, nada existe de absoluto e tudo é relativo. (ENGELS, s/d (2), p. 292)

Outra categoria da perspectiva materialista histórico-dialética é a opção pela totalidade. Esse estudo da totalidade precisa de um método para alcançá-lo. Não partimos nesse estudo de uma abstração qualquer, partimos da gênese da educação profissional para

depois chegarmos à EJA/EJA-EPT. Discussão nesse sentido é defendida no seguinte trecho

> O caminho que Marx pretende percorrer, do abstrato até a totalidade concreta e finalmente tornada completamente visível, não pode partir de uma abstração qualquer. Não basta recordar aqui, mais uma vez, a importância da acentuação marxiana da distinção entre essência e fenômeno. E isso porque, considerado isoladamente, qualquer fenômeno poderia, uma vez transformado em elemento por meio da abstração, ser tomado como ponto de partida; só que tal caminho não levaria jamais à compreensão da totalidade. O ponto de partida, ao contrário, deve ser uma categoria objetivamente central no plano ontológico. Não é por acaso que, em O capital, Marx investigou como categoria inicial, como elemento primário, o valor. E, em particular, investigou-o tal como ele se apresenta em sua gênese: por um lado, essa gênese nos revela a história de toda a realidade econômica num resumo generalíssimo, em abstrato, reduzida a um só momento decisivo; por outro, a escolha mostra imediatamente a sua fecundidade, já que essa categoria, juntamente com as relações e conexões que derivam necessariamente da sua existência, ilumina plenamente o que de mais importante existe na estrutura do ser social, ou seja, o caráter social da produção. (LUKÁCS, 2012, p. 312)

Outra categoria necessária à perspectiva adotada na pesquisa é a contradição, identificada a partir das correlações das coisas, das diferentes perspectivas do olhar na realidade, de ultrapassar o olhar unidirecional, de observar o objeto pelos vários ângulos possíveis e não de posições rígidas. Conforme Lukács (1978) os conflitos oriundos dessas contradições fazem parte da totalidade social. Engels (1990) afirma ser fundamental dar relevo à natureza no processo dialético e superar assim o pensamento metafísico

> Para o metafísico, as coisas e suas imagens no pensamento, os conceitos, são objetos isolados de investigação, objetos fixos, imóveis, observados um após o outro, cada qual de per si, como algo determinado e perene. O metafísico pensa em toda uma série de antíteses desconexas: para ele, há apenas o sim e o não e, quando sai desses moldes, encontra somente uma fonte de transtornos e confusão. Para ele, uma coisa existe ou não existe. Não concebe que essa coisa seja, ao mesmo tempo, o que é uma outra coisa distinta. Ambas se excluem de modo absoluto, positiva e negativamente. Causa e efeito se revestem da forma de uma antítese rígida. (ENGELS, 1990, p. 20)

Outro conceito presente no materialismo histórico-dialético é a práxis

> A questão de saber se cabe ao pensar humano uma verdade objetiva não é uma questão de teoria, mas sim uma questão prática. É na práxis que o ser humano tem de provar a verdade, isto é, a realidade e o poder, o caráter terreno de seu pensar.[...]. (MARX, 2007 in MARX, ENGELS, 2007, p. 533)

A realidade se conforma na prática e é nessa realidade que o homem se efetiva como homem suplantando sua condição biológica. É na pratica social que o homem torna-se homem. Ainda, a "dimensão de crítica efetiva e de superação real do sistema capitalista foi

chamada por Marx de “práxis”” (GRESPAN, 2021, p. 86).

A partir dessa perspectiva inicial do materialismo histórico dialético nos apropriamos da concepção marxista para o desenvolvimento do presente estudo. O marxismo é uma perspectiva que se realiza na materialidade dialética do real. Assim, busca pensar teoricamente e agir praticamente (MARX e ENGELS, 1982). Esse direcionamento “é teoria revolucionária, anticapitalista e humanista” (MARX, 2005). Para Lefebvre (1966) o marxismo se pauta pela pesquisa “desinteressada e objetiva”. Polarizações políticas interferem diretamente nesse desinteresse objetivo. A defesa desinteressada e objetiva das ciências encontra fértil terreno na totalidade das relações do homem na produção social. É uma concepção que se ancora na teoria para transformar o real na direção de um sentido revolucionário (MARX; ENGELS, 1982). Essa transformação do real se conforma quando o homem, ante as necessidades e indagações transforma “[...] em perguntas seus próprios carecimentos e suas possibilidades de satisfazê-los [...]” (LUKÁCS, 1978, p. 5). Esses carecimentos vão convergir nas lutas de classes. Segundo Mészáros (2016) a novidade da teoria marxista está expressa na seguinte síntese

> 1) os termos de referência de sua teoria não são as categorias do “*Sollen*” (“deve”), mas as da *necessidade* (“é”) inerentes aos fundamentos ontológicos objetivos da vida humana;
>
> 2) seu ponto de vista não é o de alguma *parcialidade utópica*, mas a *universalidade* do ponto de vista do trabalho adotado de modo crítico;
>
> 3) o quadro de referência da sua crítica não é alguma “totalidade especulativa” (hegeliana) abstrata, mas a *totalidade concreta* da sociedade em desenvolvimento dinâmico, percebida a partir da base material do proletariado como força histórica (“universal”) necessariamente autotranscendente” (MÉSZÁROS, 2016, p. 66)

A seguir apresentamos a estruturação da pesquisa.

O primeiro capítulo trata das categorias Trabalho, Estado e Direitos no Capitalismo e Educação. Em sua parte inicial apresenta a primeira categoria que entendemos ser constitutiva da formação humana; que é o trabalho. O estudo toma a categoria trabalho, junto com a categoria educação, constitutivas da formação humana, concebendo que, a partir do trabalho, ocorre um salto da condição do sujeito de sua vida orgânica para a vida social, inorgânica. Os sujeitos atendidos pela EJA/EJA-EPT são trabalhadores, antes de serem estudantes (ARROYO, 2017). Partindo desse entendimento optamos por apresentar a categoria trabalho em primeiro momento. Os sujeitos da EJA carregam o trabalho em si, em

seus corpos socialmente vulnerabilizados pelo Modo de Produção Capitalista (MPC) (POULANTZAS, 2011). Materializam em si, em um primeiro momento, as desigualdades impostas por esse modo de produção. Por outro lado, o trabalho como princípio educativo será também responsável para formação de consciência desse trabalhador estudante, ou seja, contribui para a superação da alienação. Assim, são apresentadas as seguintes perspectivas: trabalho como princípio educativo, formação humana, capitalismo, trabalho precarizado e precarização no âmbito estatal.

Num segundo momento realiza discussões sobre Estado e Direitos no Capitalismo, globalização, neoliberalismo e políticas públicas.

A finalização do capítulo apresenta a categoria Educação ao debate, a partir das seguintes seções: institutos federais, educação profissional, formação tecnológica, EJA no Brasil, Proeja no IFRJ e emancipação humana, BNCC, DCNEM, Diretrizes Operacionais para a EJA, VII CONFINTEA e IV Fórum de EJA (FEJA-IFRJ).

Entendemos que a pesquisa contribui para a atualização do debate da EJA e da EJA-EPT, para suas correlações com a política educacional e para a reiteração da garantia do direito à EJA-EPT, correlacionada sempre com a desalienação, emancipação humana e superação do MPC. Assim, discutir a política de educação de jovens adultos de 2006 a 2023 também reitera conforme Bobbio (2004) que não bastam direitos conquistados, mas há a necessidade de protegê-los e acrescentá-los permanentemente, principalmente em tempos onde esses direitos são constantemente atacados.

A introdução traz ainda uma discussão teórica sobre o trabalho e como ele atravessa as relações sociais, a educação, direitos e a EJA-EPT. Assim, discutimos ao trabalho como responsável pela constituição do ser social. Nessa direção, o capítulo também reflete sobre trabalho como princípio educativo e sua fundamental importância nessa constituição.

Discorre sobre a necessidade de aprofundamento da realidade, a partir da realização de mediações, análise das contradições, da historicidade, da totalidade social, tendo como direcionamento o materialismo histórico dialético. Assim, foram levadas em conta as transversalidades nas relações sociais concretas que dialogassem com o objeto da pesquisa, qual seja, a EJA-EPT. A partir desse entendimento, iniciei a pesquisa pelo IFRJ para chegar à política em âmbito nacional e internacional. Em seguida retornei ao âmbito nacional e local, encontrando respaldo em Frigotto (2010), quando este ressalta ser o caminho que parte do empírico e chega ao caótico, o necessário para ser desnudar o fenômeno.

O capítulo 1 num primeiro momento apresenta uma análise sobre a categoria Trabalho; tendo em vista ser categoria que constitui o ser social; que no Modo de Produção Capitalista tenta realizar o controle e manipulação do trabalhador. Em direção contrária, o trabalho é também princípio educativo por ser intrínseco ao desenvolvimento humano, contribuindo para um estar no mundo e um agir com criticidade, liberdade e democracia. A EJA-EPT que defendemos é esta: uma educação pautada na omnilateralidade, na educação integral que forme cidadãs e cidadãos críticos e livres.

Num segundo momento realiza uma discussão sobre a categoria Estado e Direitos no Capitalismo. O Estado numa concepção gramsciana é formado pela sociedade política e sociedade civil, ou seja, um Estado ampliado. Aqui se observam correlações de força entre os sujeitos integrantes do Estado que historicamente se expressam pela luta de classes, luta por direitos inexistentes ou pela necessidade de resguardar ou ratificar os que já existem. Nessa direção, a luta por uma consolidação de uma política nacional de EJA-EPT é uma forma de garantir o direito à EJA-EPT, a uma política pública de forma plena. O MPC e suas características de crises cíclicas, suas deformidades em relação ao trabalho, à luta de classes, à mercantilização da força de trabalho foram questões tratadas também no capítulo três; tendo em vista que atravessam a EJA-EPT.

A terceira seção do capítulo 1 apresenta a categoria Educação, onde busquei compreender as várias determinantes da política nacional e internacional da EJA-EPT. Inicialmente é apresentada a correlação do Educação com o direcionamento neoliberal. Em seguida, a importância dos Institutos Federais na oferta da EJA-EPT, as tentativas de alterações da legislação educacional, a partir da Base Nacional Comum Curricular de 2017; o analfabetismo; a EJA e a EJA-EPT; EJA-EPT e emancipação dos sujeitos; assistência estudantil no IFRJ durante o período pandêmico; a RFEPCT; legislações relacionadas à EJA e à EJA-EPT entre 2018 e 2022; curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos do IFRJ e um panorama sobre a EJA hoje no Brasil.

O capítulo 2 apresenta uma análise de políticas, documentos e espaços de EJA e EJA-EPT em âmbito internacional. Esses espaços de disputas internacionais precisam ser plenamente ocupados por nós, enquanto militantes da EJA e da EJA-EPT.

O capítulo 3 apresenta uma análise do primeiro ano da terceira gestão de Luiz Inácio Lula da Silva na área da Educação e da modalidade EJA e EJA-EPT. Assim, é trazida retomada de investimentos e recomposição de orçamento; a realidade do novo arcabouço

fiscal; a reestruturação do MEC e da Secadi/MEC, da Setec; a Lei n.º 14.645, de 2/8/2023, a Portaria n.º 989, de 23 de maio de 2023, que instituiu a Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (CNaeja); o projeto de lei enviado pelo presidente Lula ao Congresso Nacional que propõe mudanças na Base Nacional Comum Curricular - BNCC de 2017; o relançamento de Frente Parlamentar Mista em defesa dos Institutos Federais, Linha de Fomento Bolsa-Formação(EJA-EPT) e o Lançamento do Programa Nacional do Livro Didático da EJA.

Apresenta ainda um panorama socioeconômico dos municípios atendidos pelo IFRJ, como força de evidenciáramos o quanto o IFRJ e a REFEPCT, como um todo, ainda precisa avançar; tendo em vista que os municípios que são atendidos, apesar de apresentarem uma série de vulnerabilidades, as demandas relativas a esses municípios atendidos pelo IFRJ e, portanto, pela Rede ainda é muito baixa.

O capítulo 4 apresenta espaços de construção democrática da EJA-EPT e os desafios para o IFRJ, a partir de encontros regionais e nacionais de EJA-EPT, audiências públicas que tratam da EJA e da EJA-EPT, realizadas em âmbito estadual e nacional, onde pude participar presencialmente ou virtualmente; tendo em vista serem espaços de construção de políticas para EJA e EJA-EPT.

O capítulo 5 traz a análise de conteúdo das onze entrevistas realizadas com profissionais que militam na EJA, em âmbito internacional, nacional e local. As entrevistas foram fundamentais para o desenvolvimento e pelas conexões entre realidade e teoria e para chegarmos à conclusão da pesquisa.

O capítulo 6 apresenta as considerações finais da pesquisa e mostra ainda caminhos para pesquisas futuras a partir deste estudo.

CAPÍTULO 1 – FUNDAMENTOS TEÓRICOS DO TRABALHO, DO ESTADO NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E DA EDUCAÇÃO: EXPRESSÕES NO CAMPO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

1.1 Trabalho como constituição do ser social e como princípio educativo

Não me peçam para dar de graça a única coisa que eu tenho para vender
Cacilda Becker Iáconis

Este Capítulo inicia com a epígrafe da atriz brasileira, a paulista Cacilda Becker Iáconis (1921-1969). A epígrafe é a manifestação da reclamação da atriz em relação às pessoas que pediam ingressos de cortesia para suas apresentações. A fala nos leva a refletir sobre o MPC, onde os meios de produção, antes do trabalhador são agora apropriados pelo capitalista e ao trabalhador só lhe resta a venda de sua força de trabalho. Iáconis vai além da irritação estanque; visto que o trabalho é colocado como categoria central, a partir das expropriações, precarizações, maior extração de mais valia dessa força de trabalho chegando até às situações de escravidão. É fala também de processo de consciência enquanto trabalhadora, de percepção de si enquanto ser social dentro do MPC, daí sua correlação direta com esta seção.

A importância do trabalho é trazida em "A fonte de todo conhecimento é a experiência social, e o trabalho é a experiência social mais radical" (ARROYO, 2017, p. 145). O capital expropria ao máximo a força de trabalho para se reproduzir, para gerar lucros, a partir do trabalho realizado e não pago. O trabalho "deixa de ser o eixo da sociedade, que passa a girar em torno da propriedade privada" (GRESPAN, 2021. p. 59). O trabalho, nesse contexto, desumaniza

> [...] O que resta após a "depreciação do mundo do ser humano" promovida pelo capitalismo é meramente a ilusão desumanizada de uma realização por meio do "retraimento", da indolência "contemplativa", do culto à "privacidade", à "irracionalidade" e ao "misticismo" – em suma, por meio da idealização da "autonomia individual" enquanto aberta ou implicitamente contraposta à "liberdade

universal" (MÉSZÁROS, 2016, p. 243-44)

Inicialmente entendemos ser importante resgatar um conceito de trabalho apresentado no livro I d´ "O capital"

> o trabalho é um processo em que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, controla e regula seu intercâmbio material com a natureza [..] No fim do processo de trabalho, aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. (Marx, 1983, p. 149)

Netto e Braz (2006, p. 43) afirmam que "O trabalho é constitutivo do ser social, mas o ser social não se reduz ou esgota no trabalho [...]". Essa modificação da natureza necessita que o trabalho a ser realizado seja previamente idealizado na imaginação do trabalhador. O trabalho humano conta, portanto, com a "força do pensamento conceitual" (BRAVERMAN, 1987, p. 63). Essa característica é o que diferencia o homem dos outros animais, ou seja, os homens têm a oportunidade de idealizar o trabalho a ser realizado, a partir de singularidades específicas. Braverman (1987) afirma também que o trabalho é uma força humana; que cada sujeito é proprietário dessa força; que o objetivo do capital é controlar o processo do trabalho e alienar o trabalhador do processo desse trabalho. A ação do homem no trabalho "[...] pressupõe sempre uma intencionalidade, um certo grau de racionalidade e o intercâmbio com os outros seres sociais [...]" (NEVES; PRONKO, 2008, p. 21). Para Tonet (2005) o trabalho, apesar de ter dimensão fundante do ser social, tem outras diversas dimensões que formam esse ser social. Assim, a formação do ser social se dá a partir dessas variadas relações. O trabalho se expressa, portanto, nas instâncias da vida social nunca de forma dicotômica, mas nas suas variadas interconexões temporais (LUKÁCS, 2012). Lukács (2012) elucida também o trabalho como ponte essencial, como salto ôntico, como transição do homem biológico para o ser social.

O trabalho deixa de ser apenas meio para sobrevivência e vai se conformando como instrumento de dominação de uma classe sobre a outra, ou seja, de uma classe que domina e vive do trabalho de outra. Essa dominação acontece num primeiro momento pelo uso da força e depois se efetiva a partir do uso do conhecimento. É uma forma de tecer relações, de expressões de dominações, de aprendizado, é "uma fonte inesgotável de paradoxos. Incontestavelmente, ele dá origem a terríveis processos de alienação, mas pode ser também um possante instrumento a serviço da emancipação [...]" (DEJOURS, 2007, p.140-143). Todo trabalho produz um resultado, um produto. Esse produto no capitalismo se expressa como

mercadoria; que é uma forma social desse produto no mercado. Tudo que é produzido com intenção de troca, de venda é uma mercadoria. O trabalhador no MPC não detém os meios de produção, ou seja, ele vende sua força de trabalho. Assim, "[...] o capital é a relação social que exclui a força de trabalho da propriedade dos meios de produção e a inclui no processo de valorização como um recurso subordinado" (GRESPAN, 2021, p. 49). Nesse novo modo de produção "o que o trabalhador vende e o capitalista compra não é uma quantidade combinada de trabalho, mas a força de trabalho durante um período combinado de tempo" (BRAVERMAN, 1987, p. 71). Modo de produção pode ser expresso por um

> [...] conjunto social da tecnologia de produção (as forças produtivas) e os arranjos sociais através dos quais uma classe une suas forças produtivas para produzir todos os bens, inclusive o excedente, e a outra dele se apropria (as relações sociais de produção) (HUNT; LAUTZENHEISER, 2013, p. 30)

Ainda, "modo de produção constitui um objeto-formal que não existe, no sentido rigoroso do termo, na realidade. Os modos de produção capitalista, feudal, escravista constituem igualmente objetos abstrato-formais" (POULANTZAS, 2019, p. 19). Segundo Poulantzas (2015) um modo de produção não se materializa de uma vez por todas, o que há é uma sobreposição entre os diferentes modos de produção podendo se observar a predominância de um desses modos. O MPC traz consigo "[...] a dominância e sobredeterminação de desempenho do papel dominante com perfil econômico" (POULANTZAS, 2019, p. 19). Por outro lado, o trabalho pode ser fio condutor de emancipação. Assim, o trabalho como princípio educativo tem esse caráter de fortalecimento para a emancipação, como é trazido na seção seguinte.

1.1.1 O trabalho como princípio educativo

O trabalho pode ser compreendido como princípio educativo "uma vez que o trabalho é condição natural eterna da vida humana, em qualquer sociedade o trabalho se comporta como princípio educativo [...]" (DUARTE, 2012, p. 175). Nessa direção, é preciso que se associe "[...] educação escolar e processo produtivo. Todavia, não como um reforço de aprisionamento do trabalho pelas conveniências do capital: como fator de socialização libertária, igualitária e democrática do ser humano" (FERNANDES, 1989, p. 28). Nesse sentido, Frigotto e Ciavatta nos trazem um caminho para compreendermos o princípio

educativo do trabalho

> Princípios são leis ou fundamentos gerais de uma determinada racionalidade, princípios dos quais derivam leis ou questões mais específicas. No caso do trabalho como princípio educativo, trata-se de compreender a importância fundamental do trabalho como princípio fundante na constituição do gênero humano. Na construção da sociedade, cabe interiorizar desde a infância o fato de que todo ser humano, enquanto ser da natureza e, ao mesmo tempo, distinto dela, não pode prescindir de, por sua ação, sua atividade física e mental, seu trabalho, retirar da natureza seus meios de vida. A afirmação remete à produção do ser humano como um ser da natureza, mas também como produto da sociedade e da cultura de seu tempo. Trata-se, então, de, no processo de socialização, afirmar, o entendimento do meio de produção e reprodução da vida de cada ser humano – o trabalho – como um dever e um direito em função exatamente do seu caráter humano. (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2012, p. 751).

Em relação à EJA/EJA-EPT "O trabalho tem sido o princípio formador de suas identidades, valores profissionais. Outro caminho fecundo para entender a centralidade do trabalho na construção das identidades de trabalhadores [...]". (ARROYO, 2017, p. 47).

O trabalho é categoria central na ordem social: "O homem produz sua existência por meio do trabalho e, por meio deste, entra em contato com a natureza e com outros homens, desenvolvendo relações econômicas e sociais [...]" (RAMOS, 2006, p. 26). Nessa direção, tem-se que "o trabalho torna-se não simplesmente um fato no qual se expressa a nova peculiaridade do ser social, mas, ao contrário - precisamente no plano ontológico -, converte-se no modelo da nova forma do ser em seu conjunto" (LUKÁCS, 1978, p. 6). A importância da relação do trabalho-educação traz que "[...] a partir dela a *formação humana* configura-se como processo contraditório e marcado pelos valores capitalistas" (RAMOS, 2006, p. 29). As escolas tinham a intenção formar crianças para o trabalho, tornando-as massa de trabalhadores dóceis que iriam perpetuar o MPC. Em momento seguinte, a formação para o trabalho passa a ser também *lócus* de formação profissional. Essas características iniciais de preparação dos sujeitos tem relação direta com o modelo taylorista-fordista de produção (RAMOS, 2006). Tal modelo privilegia a concepção do homem como ser individual: "Queremos completa responsabilidade individual [...] O espírito de competição leva para frente o homem dotado de qualidades [...] os homens de valor criam por si mesmos as suas posições" (FORD, 1967, p. 74-76). Nessa direção, Fleury e Vargas (1983) apresentam trecho de declaração de Frederic Taylor (1856-1915), que deixa claro o sentido da administração científica na direção da alienação do trabalho coletivo

> Se você é um operário classificado deve fazer exatamente o que este homem lhe mandar, de manhã à noite. Quando ele disser para levantar a barra e andar, você se

> levanta e anda, e quando ele mandar sentar, você senta e descansa. Você procederá assim durante o dia todo. E, mais ainda, sem reclamações. Um operário classificado faz justamente o que se lhe manda e não reclama. (FLEURY; VARGAS, 1983, p. 22)

Gramsci (2001) critica o modo de produção fordista-taylorista

> Taylor exprime com cinismo brutal o objetivo da sociedade americana: desenvolver ao máximo, no trabalhador, as atitudes maquinais e automáticas, romper o velho nexo psicofísico do trabalho profissional qualificado, que exigia uma determinada participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalhador, e reduzir as operações produtivas apenas ao aspecto físico maquinal. Mas, na realidade, não se trata de novidades originais, trata-se somente da fase mais recente de um longo processo que começou com o próprio nascimento do industrialismo, fase que é apenas mais intensa do que as precedentes e manifesta-se sob formas mais brutais, mas que também será superada com a criação de um novo nexo psicofísico de um tipo diferente dos precedentes e, indubitavelmente, superior. (GRAMSCI, 2001, p. 397)

Tais declarações demonstram a intenção de esfacelamento do trabalho coletivo, ou seja, a desarticulação do sujeito do seu efetivo processo de trabalho e das suas relações comunitárias

> A divisão manufatureira do trabalho opõe-lhes as forças intelectuais do processo material de produção como propriedade de outrem e como poder que os domina. Esse processo de dissociação começa com a cooperação simples, em que o capitalista representa, diante do trabalhador isolado, a unidade e a vontade do trabalhador coletivo. Esse processo desenvolve-se na manufatura, que mutila o trabalhador, reduzindo-o a uma fração de si mesmo, e completa-se na indústria moderna, que faz da ciência uma força produtiva independente de trabalho, recrutando-a para servir o capital. (MARX; ENGELS, 1992, p. 22)

É preciso ter uma concepção que busque "[...] a formação de cidadãos capazes de participar politicamente na sociedade, atuando como sujeitos nas esferas pública, privada e no terceiro setor, espaços privilegiados da prática cidadã [...]" (DOCUMENTO BASE DO PROEJA, 2007, p. 24). A educação é assinalada como importante; tendo em vista a "[...] contribuição decisiva que a "educação formal" desempenha na profissionalização e na cultura, no discernimento do espaço e tempo, do presente e passado, do próximo e remoto." (IANNI, 2005, p. 32).

A importância da educação nos processos de formação pode se colocar "como um dos instrumentos de conquista da liberdade, da participação e da cidadania, ora como um dos mecanismos para controlar e dosar os graus de liberdade [...]" (RAMOS, 2006, p. 30). A educação na direção da formação humana caminha para "O processo de conhecimento e de realização individual, que se expressa socialmente e que ultrapassa a dimensão do agir

unicamente determinado pela necessidade de subsistência" (Ramos, 2006, p. 26). Tal processo gesta o indivíduo como particularidade e também como generalidade, ou seja, o indivíduo existe na sua individualidade e na totalidade social. Assim, discutir trabalho é, portanto, discutir os propósitos dessa educação para o trabalho na sociedade, no Estado e como direito, como propomos no próximo capítulo. Assim, a próxima seção discute o Estado e Diretos no Capitalismo; a partir do entendimento que esse movimento contribui para o desvelamento da realidade expressa no Modo de Produção Capitalista (MPC), onde observamos a constituição desse Estado, dos grupos inseridos no mesmo que estão em constante correlação de forças lutando por hegemonia e por direitos.

1.2 Estado e direitos e suas implicações no capitalismo

> Para a crítica do capitalismo contemporâneo, a pior posição seria a do avestruz, enfiando a cabeça no chão e não reconhecendo as enormes transformações que se operam no capitalismo. Pior posição inclusive para a crítica, pois ficaríamos presos à imagem do passado do sistema e nossas críticas não atingiriam o alvo, que é precisamente as novas contradições criadas pelo próprio crescimento do capitalismo.
>
> Francisco de Oliveira

A epígrafe que abre a seção apresenta um alerta: a necessidade de se enfrentar as contradições da realidade de frente, a partir das mediações possíveis e da identificação das contradições encontradas nessa realidade.

A seção 3.1 traz uma discussão sobre Estado e Direitos, por entendermos que estes estão o tempo todo jogando num cenário de correlações de forças, lindando com as diversas classes e frações de classe.

Na seção 3.2 é realizada uma discussão sobre o capitalismo e ressaltado como esse modo de produção, que gera desigualdades, continua a se reproduzir, a esgarçar direitos, aumentar a pobreza e para o público da EJA-EPT; que historicamente é um dos mais vulneráveis, as conseqüências dessa reprodução são evidenciadas mais fortemente. Em meio a essas correlações de forças, levando em conta o direcionamento neoliberal e suas incursões na Educação, o Estado precisa garantir direitos, construir e implementar políticas públicas, conforme discussões apresentadas nas seções 3.3 e 3.4, respectivamente.

1.2.1 Estado e Direitos

O Estado pode ser definido como "um espessamento das relações sociais", "estrutura que atravessa o conjunto das relações de classe" tentando promover consenso e coerção. (COSTA; MACHADO, 2017, p. 35). Na concepção de Gramsci (1891-1937) o Estado é formado pela sociedade política e pela sociedade civil, ou seja, um Estado ampliado. Essas esferas estão permanentemente em conflito, em oposição; tendo vista envidarem forças de acordo com seus interesses particulares.

A atuação dos sujeitos no âmbito do Estado se expressa pela ação e também pela não ação (POULANTZAS, 1985). Assim, tem-se que "Aceitar a sociedade existente é agir, resignar-se, renunciar à ação, renunciar a si mesmo, é agir, não agir é também agir, pois é contribuir para a sociedade tal e qual ela é [...]" (LEFEBVRE, 1966, p. 51). Dessa forma, "não se inscrever no Estado [...] não bastaria para uma não integração ao poder, como se fosse possível situar-se fora do poder e escapar às suas relações: não se consegue estar imune ao poder pelo simples fato de ficar fora do Estado" (POULANTZAS, 1985, p. 154).

Poulantzas (1985) e Lefebvre (1966) atestam que a inscrição dos sujeitos no processo de transformação social no capitalismo é sempre direcionada. É equivocada a ideia de "[...] construir o objeto de uma teoria do Estado [...] na qual a luta de classes e a dominação política só intervêm a *posteriori.*" (POULANTZAS, 1985, p. 126). Nessa direção, "[...] o Estado não é mero anotador dessa realidade econômico-social; é fator constitutivo da organização da divisão social do trabalho, produzindo permanentemente fracionamento-individualização social (POULANTZAS, 2015, p. 63). Conforme o autor, a luta de classes está sempre presente no âmbito do Estado, não é algo exterior a este. Essa inscrição traz à discussão o direcionamento do Estado e, portanto, a discussão sobre uma hegemonia de classe no âmbito estatal: "entre as classes e frações dominantes, uma delas detém um papel dominante particular, que pode ser caracterizado como papel hegemônico" (POULANTZAS, 2019, p. 140). Assim, "A classe hegemônica é aquela que concentra em si, no nível político, a dupla função de representar o interesse geral do povo-nação e de deter uma dominância específica entre as classes e frações dominantes [...]" (ibidem, p. 141). Os antagonismos decorrentes dessas relações no âmbito estatal se dão pela "condensação de uma relação de forças entre classes e frações de classe, tais como elas se expressam, sempre de maneira específica, no seio do Estado [...]." (ibidem, p. 134). Nesse cenário, "Marx distingue duas classes sociais

básicas: aquela que se apropria dos principais meios de produção e aquela que é despojada da propriedade desses meios pela primeira [...] em resumo, opressores e oprimidos". (GRESPAN, 2021, p. 78). Nesse sentido, "O total desapossamento do trabalhador direto de seus meios de trabalho dá lugar à emergência do trabalhador "livre" e "nu", desligado da rede de laços (pessoais, estatutários, territoriais) que antes o formavam na sociedade medieval (POULANTAZAS, 2015, p. 61)

Locke (1973) declara que, a partir da consciência política, os homens se organizam e constituem uma sociedade política e, com o objetivo de autopreservação entregam seus direitos ao Estado. Essa entrega de direitos não significa que os homens entregam também seu poder político, esse continua a ser exercido pelo povo (LOCKE, 1973). A partir das correlações sociais é possível a efetivação de uma consciência política que desperte o indivíduo social para o entendimento de seu lugar dentro da sociedade e, por conseguinte, das possibilidades de alterações da mesma (GRAMSCI, 1978). O poder político decorrente dessas relações se dá "com a organização de poder de uma classe e a posição de classe na conjuntura [...] com as relações de classes constituídas como forças sociais, logo como um campo estratégico [...]" (POULANTZAS, 1985, p. 149). Esse poder político é um jogo que não é jogado com regras unilaterais, mas organizado a partir do interesse de diversos sujeitos

> O Estado pode, por exemplo, apresentar-se como o fiador político dos interesses das diversas classes e frações o bloco no poder, diante dos interesses da classe e fração hegemônica, fazer por vezes jogar essas classes e frações contra esta última; isso, porém, em sua função de organizador político desta, a qual faz admitir os sacrifícios necessários à sua hegemonia" (POULANTAZAS, 2015, p. 310)

Esses interesses se materializam também a partir da luta por direitos, na luta histórica contra as desigualdades de forças entre os diversos grupos no Estado. Conforme Bourdieu (2002) entender essas relações suscita ultrapassar a "ilusão da transparência", do que se observa e assim realizamos uma convergência com a dialética; que observa os pólos opostos e busca identificar o positivo no negativo e vice-versa.

A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) traz em seu artigo 5º, *caput*: que "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]"

> A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da

> pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

Os direitos "[...] são direitos históricos, ou seja, nascidos em certas circunstâncias, caracterizadas por lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes, e nascidos de modo gradual, não todos de uma vez e nem de uma vez por todas." (BOBBIO, 2004, p. 9). Nesse sentido, "[...] a igualdade no plano jurídico é dialeticamente determinada pela desigualdade no plano social e a liberdade individual, pelo vínculo implacável das relações criadas pelo capital." (GRESPAN, 2021, p. 11). A existência de direitos nas constituições modernas não significa que os mesmos estejam efetivados, mas que é preciso permanentemente protegê-los (BOBBIO, 2004). Essa proteção encontra entraves como apontados por Dardot e Laval (2016) quando afirmam que há um desequilíbrio entre os direitos inalienáveis do homem e o homem econômico; que este último tem preponderância nessa disputa, o que nos leva a correlacionar essa análise com o MPC e suas relações fetichistas. Lefebvre (1966) atesta que a efetivação dos direitos se dá a partir dos fatos e experiências da realidade social que são gestadas no processo de reprodução social nas atuais contradições do modo capitalista de produção.

Na próxima subseção realizamos uma discussão sobre as tentativas de o capital lidar com suas crises cíclicas acirrando desigualdades e destruição, a partir da globalização, do direcionamento neoliberal; que traz como características a diminuição da atuação do Estado, concentração de capital transnacional, diminuição da produção, aumento de capital financeiro, destruição do meio ambiente, aumento do desemprego, de vulnerabilidades e o ataque a direitos sociais.

1.2.2 Capitalismo

O capitalismo pode ser definido como "qualquer formação social em que os processos de circulação e acumulação do capital são hegemônicos e dominantes no fornecimento e moldagem das bases materiais, sociais e intelectuais da vida social" (HARVEY, 2016, p. 19). Assim, "o capitalismo teve início quando ocorreu pela primeira vez a separação entre a propriedade dos meios de produção e o trabalho, passando a burguesia a se apossar da terra e do trabalho dos camponeses" (GRESPAN, 2021, p. 22). O autor reitera que "Como valor que se valoriza, o capital está sempre no fluxo entre essas formas. Essencialmente, ele é a relação social que exclui a força de trabalho da propriedade dos meios de produção [...]" (ibidem,

2021, p. 49). Assim, ocorre um estranhamento; tendo em vista que o sujeito “não se reconhece mais plenamente no produto de seu trabalho e tem acesso a ele apenas mais tarde. Ao comprá-lo no mercado” (ibidem, 2021, p. 26). Nesse sentido, “A lei capitalista contribui para instaurar e sancionar a diferença (individual e de classe) sem uma própria estrutura, erigindo como sistema de coesão e como organizador da unidade-homogeneização dessas diferenças” (POULANTZAS, 2015, p. 85). Nesse sentido,

> A lei em sua forma capitalista torna-se encarnação do mecanismo ideológico fundamental, a partir do momento em que o ciclo de reprodução do capital e não das “razões extra-econômicas” que aceleram a extração do sobre trabalho (a mais valia), a partir do momento em que são esmagadas as subsimbolizações que cimentam os elos territoriais pessoais dos agentes. O reino da lei capitalista está fundamentado no vazio do significante que a envolve. (POULANTZAS, 2015, p. 86-7)

Essa nova configuração apresenta relações sociais que passam a ser entre coisas e não entre pessoas. Esse fetichismo tenta mostrar sempre uma aparência de “naturalidade e permanência” às coisas (GRESPAN, 2021, p. 44). O fetichismo em Marx ”É como se essa materialidade prescindisse às relações sociais de troca, como se o valor de troca fosse determinado pelo valor de uso e não pela sociabilidade do trabalho” (ibidem, 2021, p. 45). Assim, “[...] as relações entre pessoas adquirem atributos objetivos, mas também as coisas passam a se revestir de qualidades subjetivas” (ibidem, 2021, p. 45). Nesse novo cenário tudo passa a ser mercadoria, todas as relações passam a ser mercantilizadas. Essas novas configurações em relação à força de trabalho são discutidas por Netto (2020) quando o autor deixa claro que o trabalhador vende sua força de trabalho e não trabalho, pois força de trabalho se converte em mercadoria e é negociada como valor de uso e valor de troca. O autor sintetizou, num “quadro mínimo” como ele mesmo denominou, características essenciais do modo capitalista

> 1. Fundado na exploração do trabalho pelo capital, não é a expressão de uma pretensa “ordem natural”, menos ainda marca o fim da história: é uma forma social contraditória, temporária, transitória e substituível de organização da produção e distribuição das riquezas sociais;
> 2. Dispondo de extraordinário dinamismo para a produção de riquezas sociais, exerceu, historicamente,um papel civilizador;
> 3. A partir da sua plena maturação, engendra fortes tendências à travagem da sua própria dinâmica econômica;
> 4. Também nesse processo de maturação, tem o seu papel civilizador atrofiado, o que acaba por convertê-lo em vetor de barbarização da vida social, consequência da sua contraditoriedade imanente e da lei da acumulação;
> 5. Consolidado, tanto revela as suas insolúveis contradições (explicitadas nas suas ineliminâveis crises periódicas, que por si sós não o suprimem, mas criam condições para que a intervenção consciente e organizada dos trabalhadores o faça) quanto torna efetivas as bases materiais necessárias para a constituição de uma nova e superior ordem social, liberada da exploração do trabalho pelo capital. (NETTO, 2020, p. 397)

Nesse novo cenário, as ações dos sujeitos no capitalismo acontecem dentro das contradições existentes na produção e reprodução social e encontram relevo na Revolução Industrial, passando ainda por sucessivas crises: Crise de 1929, Crise do Petróleo nos anos 1970, globalização nos anos 1980 e 1990, recessão de 2008 e pelo acirramento da crise ocasionada pela pandemia da Covid-19, com início em março de 2020. As sucessivas crises do capitalismo trazem com elas novas formas do capital driblar suas contradições e continuar a se reproduzir. Tais crises convergem para saídas sempre dentro de seus próprios limites, não há ruptura, mas adaptação. Assim, "O problema é que o capital é incompatível com um modo de controle alternativo, não importa quão devastadoras sejam as conseqüências da imposição de seu próprio desígnio fetichista de expansão [...]" (MÉSZÁROS, 2016, p.14). O primeiro momento capitalista, marcado pelo padrão fordista de produção passou a ter outra conformação, a financeira "[...] o capital financeiro passou a dirigir todos os demais empreendimentos do capital, subordinando a esfera produtiva e contaminando todas as suas práticas e os modos de gestão do trabalho" (ANTUNES, 2018, p. 138). As crises do capital são motivos para sua própria condenação. Grespan (2021) chama de autonegação objetiva do capital: "[...] o sistema se condena a si mesmo pela força da contradição que o move e, ao mesmo tempo, o corrói e destrói." (GRESPAN, 2021, p. 53). Netto (2020) alerta que as crises capitalistas podem caminhar em duas direções, quais sejam, a do aprofundamento do referido modo de produção ou sua ruptura

> Crise capitalista resulta apenas mais capitalismo, ainda que com/sob novas dimensões econômico-políticas, decerto mais onerosas para os trabalhadores. Tomadas em si mesmas, crises econômicas de dimensões até catastróficas não resultam na destruição do MPC: se objetivamente abrem a possibilidade da sua superação, abrem igualmente a possibilidade da destruição dos avanços civilizatórios conquistados pela humanidade. As duas alternativas (o)postas pelo desenvolvimento capitalista – uma crise catastrófica de que deriva a sua própria reciclagem ou a de uma que abre a possibilidade da emersão de uma nova e emancipada ordem societária – dependem da interveniência de inúmeras variáveis e condições, em particular da correlação de forças sociais organizadas politicamente no quadro maior das lutas de classes [...]" (NETTO, 2020, p. 379)

Mészáros (2016) faz também análise sobre as crises no capital

> [...] a crise vital estrutural do sistema do capital, que a esta altura dos acontecimentos já está em evidência por tantas décadas que nem mesmo se enquadra nas mais otimistas das teorias do "ciclo longo", não mostra absolutamente nenhum sinal de retração. Pelo contrário, ela se aprofunda com o passar do tempo,

> acarretando destrutividade para todo domínio vital. Como a passagem reveladora da "destruição produtiva" outrora real, ainda que a-historicamente idealizada, para a ainda mais devastadora *produção destrutiva,* praticada pelo capital; e a passagem da intromissão extremamente irresponsável na natureza – base insubstituível da própria existência humana para o desencadeamento, em última análise suicida, de uma linha de ação sumamente destrutiva na forma de guerras "preventivas" e "preemptivas" sem limites, que agora são impostas de modo agressivo sob pretextos escancaradamente falsos, na vã tentativa de assegurar a sobrevivência do sistema a qualquer custo. (MÉSZÁROS, 2016, p. 14)

Mészáros (2011) diferencia crise estrutural e crise não estrutural do MPC: na primeira a crise afeta um complexo social, as relações entre as partes constitutivas desse complexo e as correlações dessas partes com demais complexos que possua ligação. A crise não estrutural atinge somente partes do complexo social. Medeiros (2020) declara que a superação do MPC se dará através de uma "luta à morte"; que leve à "crise terminal do sistema" através de organização e ação consciente através da política. O que se pode depreender é que o capital transita em um labirinto sem saída e que somente sua superação é que pode caminhar no sentido de cessar tais crises. Para tanto, o Estado, precisará garantir direitos, combater desigualdades, a partir da participação da sociedade política e sociedade civil, como podemos observar na próxima subseção.

1.2.3 Globalização e neoliberalismo

O objetivo dessa seção é discutir a questão da globalização e do neoliberalismo como transformação do capitalismo. Conforme Mancebo (2009) nos anos 80 do século XX houve a conjunção de múltiplos fatores para além da questão econômica, apresentando fenômenos contraditórios em sua inscrição e demandando mudanças em contextos local, pessoal e social. Essa globalização estrutural concentra lucros, socializa prejuízos e desmonta direitos sociais através da efetivação do neoliberalismo

> Uma das possibilidades da globalização, por certo hegemônica, é o rearranjo capitalista denominado neoliberal. O neoliberalismo representa uma alternativa política, econômica do mundo capitalista, iniciada a partir do esgotamento do regime de acumulação fordista. Representa uma necessidade global de restabelecimento da hegemonia burguesa, trazendo implicações não só para a vida econômica, mas também para as diversas relações que se estabelecem entre os homens. (MANCEBO, 2009, p. 77)

Essa configuração "[...] não é apenas uma ideologia, um tipo de política econômica. É um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do

capital a todas as relações, a todas as esferas da vida" (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 7). É também fator que se conforma nessa perspectiva de tentativa de enfraquecimento da consciência de classe do trabalhador. O mundo do trabalho se organiza na atualidade dentro de um complexo em que estão presentes o Estado, o direito, os modos de produção e seus direcionamentos. Esse direcionamento "é um projeto de classe que surgiu na crise dos anos 1970" (HARVEY, 2012, p. 15). As consequências desse direcionamento se dão "[...] em relação ao trabalho pela produção de desemprego e desindustrialização, imigração [...] e toda sorte de mudanças tecnológicas e organizacionais." (ibidem, 2012, p. 110). Assim, tem-se diminuição da atuação do Estado, desinvestimento em programas socioassistenciais, desregulamentação de direitos conquistados, transferência para o mercado da oferta de saúde, educação, segurança e alimentação. Dardot e Laval (2016) trazem que

> O neoliberalismo, antes de ser uma ideologia ou uma política econômica, é em primeiro lugar e fundamentalmente uma *racionalidade* e, como tal, tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados. [...] O neoliberalismo é a *razão do capitalismo contemporâneo*, de um capitalismo desempedido de suas referências arcaizantes e plenamente assumido como construção histórica e norma geral da vida. (DARDOT; LAVAL, 2016, p.17, grifos nossos)

Conforme Souza (2007) no neoliberalismo a "coisa pública", em detrimento das conquistas de direitos, deve responder ao mercado com maior eficiência e com isso o que se observa é a redução de investimentos na área social, através de um "gerencialismo público" (*public Management*). Nessa direção, o sentido de competição cria uma nuvem de fumaça transformando o outro em concorrente "[...] Na medida em que incorporamos a ideologia da competição, que leva as pessoas-que-trabalham a considerar o outro-como-concorrente e não como próximo (próximo-de-classe), reproduzimos a ideologia do capital [...]". (GEDIEL, 2017, p. 102). Essa nova forma de olhar o outro "[...] cria impossibilidades para a construção de um projeto político coletivo. Nessa órbita neoliberal, a sociedade civil aparece comumente como terceiro setor [...] segmentado por pautas particulares [...]" (COSTA; MACHADO, 2017, p. 41).

Outra questão essencial, no sentido de garantir a consolidação de direitos, a proteção da coisa pública é a gestão, o acesso, o controle do fundo público, no sentido de consolidar e ampliar direitos, principalmente em governos de direcionamentos neoliberais. Esse debate é mostrado na próxima subseção.

1.2.4 Políticas públicas

As políticas públicas se colocam como questão essencial para o protagonismo dos sujeitos no âmbito do Estado. Política pública "[...] vai surgir como um desdobramento dos trabalhos em teorias explicativas sobre o papel do Estado e de uma das mais importantes instituições do Estado – o governo [...]" (SOUZA, 2007, p. 67). Souza (2007) especifica que as políticas públicas "focalizam processos, atores, construção de regras" e que as mesmas apresentam sempre um problema a ser corrigido. Há, portanto, um repasse da questão ao sistema político, uma modelagem, uma decisão da política como

> campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o "governo em ação" e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações, que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. (SOUZA, 2007, p. 69)

As políticas públicas são direcionadas para solucionar questões no âmbito social e é essa intenção que vai defini-la como política pública ou não

> Há política quando existe uma parcela dos sem-parcela, uma parte ou um partido dos pobres. Não há uma política simplesmente porque os pobres se opõem aos ricos. Melhor dizendo, é a política – ou seja, a interrupção dos simples efeitos da dominação dos ricos – que faz os pobres existirem enquanto entidade. [...] A política existe quando a ordem natural da dominação é interrompida pela instituição de uma parcela dos sem-parcela. Essa instituição é o todo da política enquanto forma específica de vínculo. Ela define o comum da comunidade como comunidade política, quer dizer, dividida, baseada num dano que escapa à aritmética das trocas e das reparações. Fora dessa instituição, não há política. Há apenas ordem da dominação ou desordem da revolta (RANCIÉRE, 1996, p. 26-7)

Políticas Públicas expressam também a

> [...] participação do povo nas escolhas necessárias aos assuntos coletivos da cidade, do território. Conforme o processo histórico, essa participação assumiu aspectos diferentes em referido tempo e lugar, às vezes por representação direta ou indireta. De forma geral, o Estado constituiu em um autor fundamental na concretização de políticas públicas (COSTA; MACHADO, 2017, p.44)

As desigualdades dos definidos como "sem parcela" por Rancière (1996) atravessam a educação, saúde, seguridade, trabalho, emprego, habitação, saneamento básico perpassando por vários âmbitos. Em relação às expressões das contradições do modo de produção atual Netto (1992) aponta que são essas expressões que subsidiam a intervenção por parte do

Estado através das políticas; que as políticas públicas apenas se materializam em situações limites, ou seja, não como real combate às desigualdades, mas para possibilitar a reprodução do capital. Essa atividade dos sujeitos na luta por igualdade, a partir da questão social é atividade política para mudança e é ela que

> [...] desloca um corpo de lugar que lhe era designado ou muda a destinação de um lugar; ela faz ver o que não cabia ser visto, faz ouvir um discurso ali onde só era ouvido como barulho. [...] Existe política quando existe um lugar e formas para o encontro entre dois processos heterogêneos. O primeiro é o processo policial no sentido que o tentamos definir. O segundo é o processo da igualdade [...] (RANCIÈRE, 1996, p. 42-3)

A compreensão do lugar social dos sujeitos, o despertar do indivíduo que pode se consolidar em políticas públicas é debatido também na seguinte afirmação

> A consciência de ser parte de uma certa força hegemônica (isto é, a consciência política) é a primeira fase para uma ulterior e progressiva autoconsciência, em que teoria e prática finalmente se unificam. Também a unidade da teoria e prática não é, portanto, um dado de fato mecânico, mas um devir histórico, que tem a sua fase elementar e primitiva no sentido de "distinção", de "separação", de independência, apenas instintivo, e progride até a posse real e completa de uma concepção de mundo coerente e unitária. Eis porque é de aguardar como o desenvolvimento político do conceito de hegemonia representa um grande progresso filosófico além de político-prático, porque implica e supõe uma unidade intelectual e uma ética em conformidade com uma concepção do real que superou o senso comum e se tornou, embora entre limites ainda restritos, crítica (GRAMSCI, 1978, p. 29- 30).

As políticas públicas no âmbito da educação não encerram as contradições da ordem social, posto que somente a superação do MPC é que ensejará tal mudança. Políticas públicas educacionais estão respondendo às expressões da questão social e, portanto, pensar educação é tratar de consciência e ação políticas para mudança.

No capítulo um, seção 3 realizamos uma discussão sobre Educação, que junto com as categoria Trabalho e Estado e Direitos no Capitalismo tem papel central nesse estudo. Nesse sentido, com a análise da categoria Educação, documentos oficiais e as entrevistas realizadas, o que se pretendeu foi traçar um panorama da política da EJA-EPT no IFRJ e na RFEPCT e responder à pergunta de pesquisa, qual seja, a política de EJA-EPT tem se consolidado no IFRJ e na RFEPCT?

1.3 Educação e suas conformações na EJA-EPT

O presente capítulo pretende ratificar a importância da educação como direito social e como política pública, não na direção de atendimento às emergências e crises do capitalismo, mas na direção da emancipação humana, a partir da perspectiva do materialismo histórico dialético. Está dividido em quinze seções que inicialmente apresentam a correlação da Educação com o direcionamento neoliberal. As demais seções apresentam a importância dos Institutos Federais na oferta da EJA-EPT, as tentativas de alterações da legislação educacional, a partir da Base Nacional Comum Curricular de 2017; o analfabetismo; a EJA e a EJA-EPT; emancipação, a partir da EJA-EPT; assistência estudantil no IFRJ na pandemia de Covid-19; Diretrizes Operacionais para a EJA; Portaria nº 962, de 1/12/2021; EditalMEC/SEB,nº de 15/2/2022; Fóruns de EJA no Brasil e no IFRJ; curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos do IFRJ e um panorama sobre a EJA hoje no Brasil.

Iniciamos com a concepção de Freire (1987) de que a educação é um ato político. Nesse sentido, as ações dos sujeitos no âmbito da educação não são neutras, devendo a educação contribuir para a formação de cidadãos críticos.

A educação é categoria que caminha no sentido "[...] de dar conta da universalidade, pluralidade, omnilateralidade das dimensões humanas e humanizadoras a que todo o indivíduo tem direito por ser e para ser humano" (ARROYO, 1998, p. 155).

Conforme Marx (1992) a importância da educação para as classes trabalhadoras está relacionada à sua condição dentro do capitalismo, ou seja, o prejuízo da falta da educação entre crianças da burguesia e crianças da classe trabalhadoras tem resultados bem diferentes. Enquanto as da primeira terão prejuízos que podem ser equacionados pela sua classe, as da classe trabalhadora têm esses prejuízos atrelados à dependência ao MPC, logo a educação é mediação para alteração de sua própria condição (MARX, 1992, p. 60-61).

Saviani (2007) lembra que não resolvemos o analfabetismo e que a educação tem se empenhado em atender à lógica de resultados propalada pela iniciativa privada.

A partir do impedimento da presidenta Dilma Rousseff em 2016 é possível observar, do governo Temer ao governo Bolsonaro, ataques às políticas educacionais e ao serviço público de educação, através de legislações que caminharam em direção à lógica neoliberal e no sentido contrário da emancipação dos sujeitos, a começar pela Emenda Constitucional n.º

95/2016.

Em sentido contrário a essa lógica, a educação na perspectiva marxista apresenta a concepção da educação omnilateral, levando em conta a conjugação da educação mental, física e técnica, articulando educação e política como podemos observar no seguinte excerto

> Em linhas gerais, a concepção marxista de educação foi gradativamente se configurando e assumindo os seguintes princípios: eliminação do trabalho das crianças na fábrica; associação entre educação e produção material; educação politécnica que leva à formação do homem omnilateral, abrangendo três aspectos: mental, físico e técnico, adequados à idade das crianças, jovens e adultos; inseparabilidade da educação e da política; e articulação entre o tempo livre e o tempo de trabalho, isto é, o trabalho, o estudo e o lazer [...]. (LOMBARDI, 2010, p. 330)

Nessa direção, o protagonismo dos institutos federais é uma possibilidade de efetivação de uma política educacional que caminha no sentido da diminuição de desigualdades e de uma educação integral, como mostrado a seguir

> Concebida como um dos princípios para qualificação dos trabalhadores no âmbito da Política Nacional de Formação da CUT, a Educação Integral pressupõe a articulação permanente das dimensões de Escolarização, Formação Política e Sindical e Formação Profissional, na perspectiva de qualificar os sujeitos não apenas para o mercado de trabalho, mas, sobretudo, para a tomada de consciência crítica perante as transformações no mundo do trabalho, a realidade político-econômica e social do pais, como também a importância da organização sindical, tendo em vista o fortalecimento da cidadania (CUT, 2003, p. 57)

Falar de educação integral suscita trazer à discussão a EPT. A educação "[...] mais do que uma construção da história, ela significa um atributo da própria humanidade dos sujeitos [...]" (PAIVA, 2021, p. 38). Esse papel singular da educação como própria dos humanos é também conformado no trabalho e nas relações sociais (SAVIANI, 2011). Essas relações sociais no Brasil se manifestaram a partir da educação, tendo como gênese uma dualidade: uma educação para os filhos dos pobres e outra para a aristocracia e burguesia (RAMOS, 2006). Ainda como mostram Rezende da Silva e Bastos Costa de Oliveira (2021) é possível observar o seguinte dualismo

> A EPT no Brasil é um campo repleto de desafios, em virtude das incompreensões e/ou reducionismos associados a esta modalidade de ensino. Um dos reducionismos em relação à EPT é o fato de limitá-la aos pobres, constituindo-se, assim, apenas, como mão de obra alienante, atendendo, portanto, ao mercado de trabalho capitalista e desigual. Enfim, o que simboliza, historicamente, a EPT no Brasil é o dualismo: a velha e sempre revisitada distinção entre "quem sabe pensar"

> e “quem sabe fazer”, entre o manual e o intelectual.(OLIVEIRA & REZENDE, 2021, p. 1.373)

No sentido de superar essas dicotomias

> [...] À educação cabe criar algumas das condições indispensáveis para que as massas trabalhadoras elaborem sua própria prática, como parte do processo de produção do mundo moderno, buscando superar a ruptura entre o trabalho manual e intelectual, prática e teoria, execução e decisão. Essas condições dizem respeito principalmente à compreensão da organização do processo de trabalho nas atuais condições históricas, o que implica não apenas uma sólida iniciação aos conteúdos da ciência e da tecnologia, mas principalmente uma clara compreensão dos processos sociais envolvidos na criação e na utilização do conhecimento científico e tecnológico, que determinam as relações deste com outros tipos de saber (ANPED, 1988, p. 38-39)

O trecho apresentado pela ANPED (1988) respalda a importância da RFEPCT, como Rede que contribuiu para superar dicotomias, a partir de uma educação integral, bem diferente de uma educação em contexto neoliberal, onde a educação tende a ser direcionada apenas para formação para o trabalho, com tentativas de enfraquecimentos, de esfacelamento de direitos conquistados, de acesso ao fundo público por particulares. Na subseção seguinte discutimos esse cenário.

1.3.1 Educação e neoliberalismo

A educação escolar no contexto neoliberal tem demonstrado sinais de adaptação a esse direcionamento: “A adaptação dos trabalhadores às exigências da sociabilidade capitalista requeria da própria educação escolar a capacidade de integrar-se” (RODRIGUES, 2018, p. 135-136). Assim, as políticas de avaliação “[...] seguem as orientações dos organismos internacionais, que ponderam a qualidade da educação com base nos pressupostos quantitativos [...]” (SILVA; RAMOS, 2018, p. 568). No neoliberalismo, a educação tem sido alvo de ataques constantes, a partir da precarização de políticas educacionais, do achatamento de salários de seus trabalhadores, da fragmentação curricular e da atuação de grandes conglomerados empresariais/educacionais. Esses ataques têm relação com as funções principais da educação no capitalismo: “A educação possui duas funções principais na sociedade capitalista: a produção das habilidades necessárias para gerir a economia e a formação dos quadros, bem como a elaboração dos métodos, do controle político.” (MÉSZÀROS, 2016, p. 277).

Uma das ações da busca por parâmetros de desempenho do capitalismo foi a homologação da Emenda Constitucional n.º 95, de 15 de dezembro de 2016; que instituiu por 20 exercícios financeiros um Novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (BRASIL, 2016). Somada a essa tragédia anunciada houve uma manobra jurídico-institucional no Brasil em 2016, que retirou a presidenta Dilma Rousseff do poder, através de um impedimento que alçou seu vice, Michel Temer, à presidência até 2019. Em seguida, a eleição em 2018 de Jair Bolsonaro para a presidência do Brasil deu curso à manobra golpista iniciada em 2016. Este adiantou-se em atacar direitos sociais, a educação, o meio ambiente, determinados grupos sociais, instâncias de representação da sociedade civil, do judiciário e atuou de forma trágica na condução da crise sanitária da pandemia de Covid-19, iniciada em março de 2020. Levando em conta todo o cenário a partir de 2016 é necessário ressaltar que

> todo sistema jurídico inclui a ilegalidade assim como comporta, como parte integrante de seu discurso, vazios e brancos; "lacunas da lei"; não se trata de simples descuidos ou cegueira causados pela operação ideológica de ocultação que sustenta o direito, porém de dispositivos expressamente previstos, brechas para permitir ir além da lei, sem falar das violações puras e simples que o Estado faz de sua lei, que embora pareçam transgressões selvagens, pois não foram revistas na lei, assim mesmo fazem parte do funcionamento estrutural do Estado. (POULANTZAS, 2015, p. 83)

Nesse sentido, "a ilegalidade é freqüentemente parte da lei, e mesmo quando ilegalidade e legalidade são distintas, não englobam duas organizações separadas, espécie de estado paralelo (ilegalidade) e de Estado de direito (legalidade) [...]" (POULANTZAS, 2015, p. 83). Aqui, quando se fala em brechas na lei podemos compreender que os resultados dessas brechas são dois pesos e duas medidas, resultados diferenciados, a partir dos interesses dos sujeitos, podendo servir para penalizações ou para atender a interesses privados e corporativos.

A política fiscal do Teto de Gastos iniciada em 2016 trazia com ela o desprezo pela educação, por outro lado é também uma política de viés neoliberal; que no âmbito da educação prima por observar resultados quantitativos. Nesse sentido observamos aí uma contradição, ou seja, reduz-se investimento, mas ao mesmo tempo busca-se resultados. Rodrigues (2018) afirma que a educação escolar tem se adaptado a essas exigências do capital

> [...] Enfim, situar os sujeitos em processos formativos em condições de corresponder

> à atual fase do capital pressionava a educação escolar a novos processos de adaptação, integração e envolvimento, o que passou, também, pela incorporação de elementos das teorias de administração de empresas orientadas pelos processos produtivos da acumulação flexível. (RODRIGUES, 2018, p. 135-136).

Na mesma direção, Silva, Ramos (2018) declaram que as políticas de avaliação por resultados no âmbito da educação estão sendo resultado de "coalizão entre neoliberais e neoconservadores" a partir de "orientações dos organismos internacionais" e se conformam a partir de "pressupostos quantitativos" (ibidem, p. 568).

As questões de políticas de avaliação na educação são evidentes atualmente no âmbito da RFEPCT de educação. Os orçamentos institucionais ficam diretamente atrelados ao quantitativo. Assim, suscitam algumas questões: Como atender à administração escolar de direcionamento neoliberal e ao mesmo exercer uma educação emancipatória? Uma direção para o caminho emancipatório seria a oferta dos "[...] meios necessários para que os alunos não apenas assimilem o saber objetivo enquanto resultado, mas apreendam o processo de sua produção, bem como as tendências de sua transformação" (SAVIANI, 2005, p. 9). Dardot e Laval (2016) defendem uma "nova razão de mundo" a partir de outras relações para além da concorrencial, formas novas de comunicação, de assistência mútua e de trabalho de forma cooperativa.

Na próxima subseção apresentamos os institutos federais e a EPT, como *lócus* de enfretamento do direcionamento neoliberal.

1.3.2 Institutos Federais e Educação Profissional Científica e Tecnológica

Os Institutos Federais foram criados, a partir da Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008 com o objetivo de serem estratégicos para o desenvolvimento nacional, bem como para promoverem a cidadania de grande parcela de brasileiros (BRASIL, 2008). O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro - IFRJ é decorrente da transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Química de Nilópolis (CEFET Química de Nilópolis-RJ), seguida da integração do Colégio Agrícola Nilo Peçanha, até então vinculado à Universidade Federal Fluminense. Necessário ressaltar que o CEFET Química de Nilópolis-RJ teve sua origem na antiga Escola Técnica Federal de Química do Rio de Janeiro (ETFQ-RJ), fundada em 1942. O IFRJ é composto atualmente de 15 *campi* no estado do Rio de Janeiro e pela Reitoria (IFRJ, 2023). A educação profissional ofertada nos institutos tem

sua gênese no desenvolvimento capitalista

> Foi o próprio desenvolvimento capitalista, portanto, que criou as escolas técnicas para produzir os trabalhadores necessários e adequados ao desenvolvimento técnico do capitalismo, conjugando trabalho fabril com ensino elementar. Essa foi a condição para os trabalhadores desenvolverem um germe da educação futura e que articulará trabalho produtivo com ensino e ginástica, como único método de produzir seres humanos desenvolvidos em todas as dimensões. Essa educação politécnica e de formação omnilateral somente será efetivamente conquistada quando o proletariado conquistar o poder político. Isso não significa que sob as condições econômicas, sociais e políticas da forma capitalista de produção não haja possibilidade de, contraditoriamente, se avançar na construção dos germes dessa educação do futuro. Ao contrário, no entendimento de Marx, ela também é condição para aguçar as próprias contradições, na medida em que contribui para a formação de trabalhadores mais conscientes e menos alienados. Uma educação que, superando a divisão entre trabalho manual e intelectual, entre saber e fazer, entre trabalho, instrução e ginástica, volte-se para a formação integral do homem [...]. (LOMBARDI, 2010, p. 273)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB (MEC, 1996) apresenta a modalidade da EPT em seus Artigos 39, 40, 41 e 42. A importância dos institutos federais se insere nessa perspectiva de apropriação do conhecimento pelos trabalhadores, quando do rompimento da divisão do trabalho, a partir do capitalismo.

O interesse político em relação à RFEPCT durante o governo Bolsonaro, pode ser observado em outubro de 2021, quando o então ministro da Educação Milton Ribeiro anunciou a criação de cinco universidades federais e seis institutos federais, a partir do desmembramento de instituições existentes, ou seja, não seriam efetivamente criadas novas instituições, novas matrículas, novos postos de trabalho (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2021). Tal situação acarretaria sim a nomeação de 5 novos reitores e 6 diretores gerais alinhados ao governo anterior, isso a um ano das eleições de 2022, o que suscita as seguintes indagações: Qual interesse dessa descentralização política? Por que não foram criadas efetivamente novas unidades e aumentado o número de vagas para estudantes, quantitativo de professores, de servidores técnicos administrativos?

A EPT teve um avanço em termos de financiamento, a partir de 2003 no governo Lula com a instalação de 214 instituições federais de EPT, injetando cerca de R$ 3,3 bilhões entre 2011 e 2014 na referida modalidade (AMORIM, 2018). O Proeja foi a consolidação da EJA com a EPT. A educação profissional está atrelada oficialmente às determinações trazidas pela BNCC em dezembro de 2017 e discutida na próxima subseção. Determinações essas que apresentam uma série de questões que caminham na direção contrária de uma educação emancipatória e que não rompe com o MPC.

1.3.3 Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

A Base Nacional Comum Curricular - BNCC foi homologada através da Resolução CNE/CP n.º 2, de 22 de dezembro de 2017, fundamentada no Parecer CNE/CP n.º 15/2017, que "Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica" (MEC, 2020a). O documento foi disponibilizado pelo governo de Michel Temer e apresentava alterações para a Educação Infantil e para o Ensino Fundamental. Em um segundo momento, a Resolução CNE/CP n.º 4, de 17 de dezembro de 2018 - Instituiu a Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio (BNCC-EM), como etapa final da Educação Básica, nos termos do art. n.º 35 da LDB (MEC, 2020b).

Segundo Saviani (2016) o embrião da BNCC de 2017 surgiu nos anos 70, nas Conferências Nacionais de Educação, como proposta de reformulação dos cursos de licenciatura, a partir de uma base comum curricular. Nesse sentido, a LDB (MEC, 1996) estabelece também uma base comum, somada a uma base diversificada para o Ensino Fundamental e Ensino Médio.

O processo de elaboração da BNCC teve a participação de vários atores, porém em sua versão final de 2017 contou com a revisão de instituições internacionais, tais como "The Curriculum Foundation, Accara, Phill Daro e Susan Pimentel, e Sheila Byrd Carmichael. A versão aprovada desconsiderou muitas das indicações dos educadores e pesquisadores da área de educação." (PERONI; CAETANO; ARELARO, 2019, p. 43). Assim observa-se o interesse e a presença da iniciativa privada na educação e na elaboração da BNCC. A Resolução n.º 03, de 21 de novembro de 2018; que atualizou as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio trazem princípios que apontam caminhos, à primeira vista, que contribuiriam para formação integral, reflexão sobre trajetória escolar em suas amplas dimensões, respeito aos direitos humanos, compreensão da diversidade social, sustentabilidade, possibilidade de oferta de múltiplas trajetórias por parte dos estudantes, não separação entre educação e prática social, consideração da historicidade, protagonismo dos sujeitos e não separação entre teoria e prática como podemos observar a seguir

> I - formação integral do estudante, expressa por valores, aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais;
> II - projeto de vida como estratégia de reflexão sobre trajetória escolar na construção das dimensões pessoal, cidadã e profissional do estudante;
> III - pesquisa como prática pedagógica para inovação, criação e construção de novos

> conhecimentos;
> IV - respeito aos direitos humanos como direito universal;
> V - compreensão da diversidade e realidade dos sujeitos, das formas de produção e de trabalho e das culturas;
> VI - sustentabilidade ambiental;
> VII - diversificação da oferta de forma a possibilitar múltiplas trajetórias por parte dos estudantes e a articulação dos saberes com o contexto histórico, econômico, social, científico, ambiental, cultural local e do mundo do trabalho;
> VIII - indissociabilidade entre educação e prática social, considerando-se a historicidade dos conhecimentos e dos protagonistas do processo educativo e
> IX - indissociabilidade entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem. (MEC, 2018)

O artigo 11 apresenta em seu *caput* que a formação básica é composta de competências e habilidades previstas na BNCC e que as mesmas são "articuladas como um todo indissociável, enriquecidas pelo contexto histórico, econômico, social, ambiental, cultural local, do mundo do trabalho e da prática social [...]" (MEC, 2018). Aqui há de ser ater à discussão de competências. Que competências e habilidades são essas? Competências para atender ao mercado ou competências para emancipação? É questão que precisamos estar atentos. Tal discussão é extremamente necessária para que não caiamos no canto da sereia das intenções do neoliberalismo. Para tanto há de ser organizada através das seguintes áreas de conhecimento: linguagens e suas tecnologias, matemática e suas tecnologias, ciências da natureza e suas tecnologias e ciências humanas e sociais aplicadas. O art. 21 apresenta uma série de requisitos para que sistemas de ensino se adéquem à legislação

> Art. 21. Para a implementação destas Diretrizes, cabe aos sistemas de ensino prover:
>
> I - os recursos financeiros e materiais necessários à ampliação dos tempos e espaços dedicados ao trabalho educativo nas unidades escolares;
> II - aquisição, produção e/ou distribuição de materiais didáticos e escolares adequados;
> III - professores com jornada de trabalho e formação, inclusive continuada, adequadas para o desenvolvimento do currículo, bem como dos gestores e demais profissionais das unidades escolares;
> IV - instrumentos de incentivo e valorização dos profissionais da educação, com base em planos de carreira e outros dispositivos voltados para esse fim;
> V - acompanhamento e avaliação dos programas e ações educativas nas respectivas redes e unidades escolares. (MEC, 2018)

Nessa direção, questiona-se: Como atender a essas exigências quando ao mesmo tempo a EC n.º 95/2016 limitava os investimentos em educação por 20 anos?

O artigo 31 afirma que a União deve estabelecer padrões de desempenho para o Ensino Médio; que tais padrões serão "referência nos processos nacionais de avaliação em larga escala, a partir da BNCC." (MEC, 2018). É Importante ressaltar que tais padrões não

foram definidos e que a União ao estabelecê-los deve considerar as especificidades de cada estado e de cada município. Ainda, a definição desses padrões de desempenho carregam consigo características neoliberais de avaliação por desempenho das políticas sociais, ou seja, realçam o lugar que a educação ocupa dentro desse direcionamento. Outra questão nessa seara trazida por Frigotto (2013), corroborando com Ciavatta; Ramos (2011) é que "O investimento em 'capital humano' passou a constituir-se na chave de ouro para resolver o enigma do subdesenvolvimento e das desigualdades internacionais, regionais e individuais" (FRIGOTTO, 2013, p. 37). Nessa lógica, a RFEPCT recebe recursos anuais, de acordo com o quantitativo de estudantes matriculados. A busca por parâmetros de desempenho tinha, concomitantemente a seu desfavor, a diminuição de investimentos por 20 anos, a partir da Emenda Constitucional nº. 95/2016.

Arroyo (2017) questiona a separação entre conhecimentos comuns e diversificados. Outro ponto a ser discutido é sobre habilidades e competências que servem ao capital, ou seja, passa-se "[...] a ver a prática social como mera destinatária do domínio de habilidades pragmáticas, úteis, de domínios avaliáveis, quantificáveis" (ibidem, 2017,p. 144). Paiva(2021) acredita que a BNCC não se sustenta; que na época do Ministro da Educação Paulo Renato foram elaborados os parâmetros curriculares e distribuídos aos professores. Paiva(2021) lembra que foram entregues *kits* nas instituições, mas serviram apenas com elemento decorativo

Em relação à EJA, a BNCC apresentou uma preocupação mais efetiva com a educação infantil e de jovens, sem priorização dos adultos. Assim, "a versão final aprovada e disponível na atualidade cita, vagamente, os jovens e adultos em trechos da introdução, assim como nas disciplinas Língua Portuguesa e Educação Física." (ALVARENGA, CORRÊA, RIBEIRO, 2021, p. 11).

A importância da oferta da alfabetização no país é grande; tendo em vista os mais de 9.6 milhões de analfabetos, conforme dados do IBGE (2023). Assim, apresentamos na próxima subseção um panorama da situação atual no Brasil.

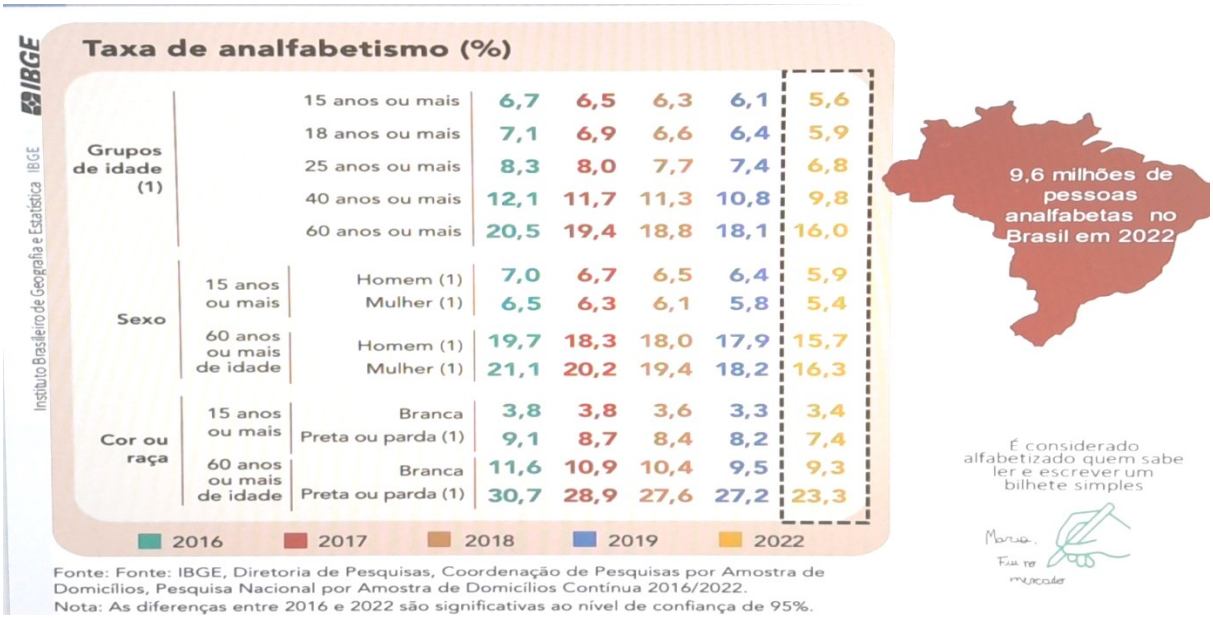
1.3.4 Analfabetismo

Dados atualizados do IBGE (2024), referente à PNAD Contínua 2016/2023 demonstram que o Brasil tinha em 2022, 11,4 milhões de pessoas analfabetas

> [...] a alfabetização, concebida como o conhecimento básico, necessário a todos, num mundo em transformação, é um direito humano fundamental. Em toda a sociedade, a alfabetização é uma habilidade primordial em si mesma e um dos pilares para o desenvolvimento de outras habilidades. [..] O desafio é oferecer-lhes esse direito... A alfabetização tem também o papel de promover a participação em atividades sociais, econômicas, políticas e culturais, além de ser um requisito básico para a educação continuada durante a vida. (UNESCO, 1997)

Em 2019, a penúltima PNAD Contínua disponibilizada apontou 11 milhões de analfabetos, ou seja, houve uma redução nesse percentual em relação a 2022, em todas as faixas de idade, por exemplo, de 15 anos ou mais diminuiu de 6,1 % para 5,9 % e na faixa de 60 anos ou mais, de 18,1 % para 16,0 %. Os dados disponibilizados na Figura 1 deixam claro que o quantitativo de pessoas analfabetas no Brasil é demanda para atendimento da EJA-EPT.

Figura 1 – Taxa de analfabetismo (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016/2022.(IBGE, 2023)

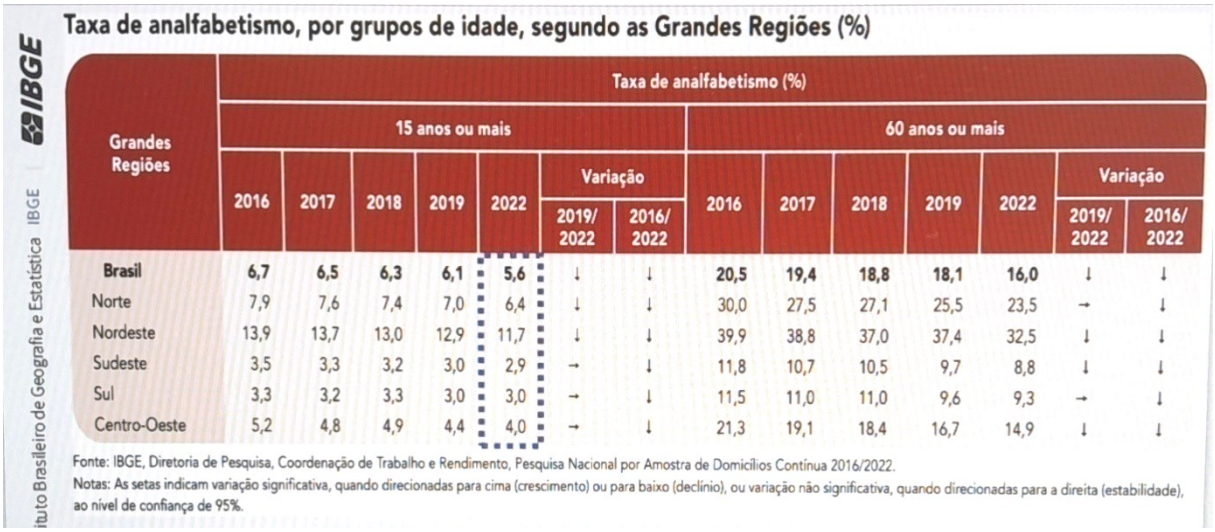
Os dados por grupos de idade mostram que, em todas as faixas, a taxa de analfabetismo tem diminuído desde 2016, mas ainda assim tínhamos 9,6 milhões de pessoas analfabetas no país. Em relação às pessoas com 60 anos ou mais, observamos que historicamente as mulheres têm uma maior taxa de analfabetismo, ao contrário das mulheres de15 anos ou mais

onde têm taxa menor. Esse dado suscita uma reflexão quanto aos motivos desse resultado. Pontos importantes a serem levados em consideração: conquista do direito ao voto em 1932; criação do Estatuto da Mulher Casada, Lei n. 4.212/1962, possibilitando que mulheres casadas não precisariam mais de autorização do marido para trabalhar;criação da Lei do Divórcio, lei. n. 6.515/77 permitindo a mulheres que viviam presas a casamentos infelizes tornarem-se livres e a equiparação de direitos entre mulheres e homens, a partir da Constituição Federal de 1988, por exemplo. Foram séculos de negação de direitos das mulheres e certamente tal histórico impactou e ainda impacta as taxas de analfabetismo das mulheres idosas. Anos de repressão, de cerceamento se capilarizaram nas mais diversas desigualdades. Em relação à taxa de anafabetismo menor de mulheres em relação aos homens na faixa de 15 anos ou mais tem correlação com as conquistas de direitos das mulheres nos últimos 20 anos, ou seja, às políticas públicas que trataram de desigualdades entre os sexos.

Outro marcador exposto na Figura 1 é cor ou raça: pessoas brancas com 15 anos ou mais têm 3,4 % de taxa de analfabetismo, enquanto pessoas pretas ou pardas a taxa é de 7,4%. Para a faixa de 60 anos ou mais, em relação às pessoas brancas, a taxa de analfabetismo é de 9,3 %. No caso de pessoas pretas ou pardas é de 23,3. Em relação à faixa etária de 15 anos ou mais, pretos e pardos têm mais que o dobro de taxa de analfabetismo. Já para pessoas com 60 ou mais a diferença é de quase 3 vezes, em relação à taxa de pessoas brancas. Nesse último caso observamos que mulheres tem taxa maior de analfabetismo que homens e no caso se for preta ou parda essas duas questões influenciam duplamente na faixa de analfabetismo.

A apresentação de dados de taxas de analfabetismo por região demonstra claramente que a região nordeste em 2022 ocupava o primeiro lugar em taxa de analfabetismo, seja na faixa etária de 15 anos ou mais (11,7 %) ou na faixa etária de 60 anos ou mais (32,5), seguida da região norte, com 6,4 % e 23,5 % respectivamente, conforme Figura 2 a seguir

Figura 2 – Taxa de analfabetismo, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões (%)



Taxa de analfabetismo, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões (%)

Grandes Regiões	Taxa de analfabetismo (%)												
	15 anos ou mais					Variação		60 anos ou mais					Variação
	2016	2017	2018	2019	2022	2019/ 2022	2016/ 2022	2016	2017	2018	2019	2022	2019/ 2022	2016/ 2022
Brasil	**6,7**	**6,5**	**6,3**	**6,1**	**5,6**	↓	↓	**20,5**	**19,4**	**18,8**	**18,1**	**16,0**	↓	↓
Norte	7,9	7,6	7,4	7,0	6,4	↓	↓	30,0	27,5	27,1	25,5	23,5	→	↓
Nordeste	13,9	13,7	13,0	12,9	11,7	↓	↓	39,9	38,8	37,0	37,4	32,5	↓	↓
Sudeste	3,5	3,3	3,2	3,0	2,9	→	↓	11,8	10,7	10,5	9,7	8,8	↓	↓
Sul	3,3	3,2	3,3	3,0	3,0	→	↓	11,5	11,0	11,0	9,6	9,3	→	↓
Centro-Oeste	5,2	4,8	4,9	4,4	4,0	→	↓	21,3	19,1	18,4	16,7	14,9	↓	↓

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016/2022.
Notas: As setas indicam variação significativa, quando direcionadas para cima (crescimento) ou para baixo (declínio), ou variação não significativa, quando direcionadas para a direita (estabilidade), ao nível de confiança de 95%.

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016/2022.(IBGE, 2023)

O governo federal, em colaboração com estados, municípios e o Distrito federal, lançou em 12 de junho de 2023 o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, a fim de garantir a alfabetização de todas as crianças brasileiras, com um aporte de R$ 1 bi em 2023 e mais R$ 2 bi até 2026.

Considerando tal política de alfabetização observarmos os motivos da não freqüência à escola de pessoas na faixa etária de 0 a 3 anos, conforme Figura 3.

Figura 3 – 0 a 3 anos de idade – Principal motivo de não freqüência a creche



Fonte: Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016/2022.

É possível verificar motivos tais como: não ter acesso à escola/creche na localidade, falta de vaga ou a escola não aceita a criança por conta da idade; por opção dos pais ou responsáveis e outros motivos. Assim, podemos depreender que o governo precisa utilizar esse investimento para, dentre outras, equacionar as questões apontadas na pesquisa; trabalhar para ampla divulgação do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada para sensibilizar e alcançar pais e responsáveis e investir em infraestrutura junto a estados, municípios e do Distrito Federal. Essa política do governo federal certamente contribuirá para diminuir o analfabetismo, a demanda da EJA e da EJA-EPT no futuro; tendo em vista esse acesso à educação.

A partir da etapa inicial da educação com a alfabetização, apresentamos na subseção seguinte uma discussão sobre a EJA no Brasil, defendendo, assim como a nova gestão da Secadi/MEC que a alfabetização deve estar atrelada à EJA para que o cenário de alto quantitativo de analfabetismo, de evasão na EJA e EJA-EPT seja alterado.

1.3.5 A EJA no Brasil

> Não há sociedades que tenham resolvido seus problemas sociais e econômicos, sem equacionar, devidamente, os problemas de educação, e, não há países que tenham encontrado a solução de seus problemas educacionais, sem equacionar, devida e simultaneamente, a educação de adultos e a alfabetização
>
> Moacir Gadotti

O imaginário do senso comum acredita que a EJA está direcionada à alfabetização de adultos (COSTA; MACHADO, 2017). O Parecer CNE/CEB n.º 11/2000 mostra a função equalizadora da EJA e ressalta especificidades daqueles que dela necessitam

> A função equalizadora da EJA vai dar cobertura a trabalhadores e a tantos outros segmentos sociais como donas de casa, migrantes, aposentados e encarcerados. A reentrada no sistema educacional dos que tiveram uma interrupção forçada seja pela repetência ou pela evasão, seja pelas desiguais oportunidades de permanência ou outras condições adversas, deve ser saudada como uma reparação corretiva, ainda que tardia, de estruturas arcaicas, possibilitando aos indivíduos novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços da estética e na abertura dos canais de participação.(CNE/CEB, 2000, p. 9)

Arroyo (2017) declara que sujeitos da EJA são sujeitos de rebelião; que os docentes da modalidade devem deixar de ser meros espectadores. Durante a pandemia da Covid-19 esses corpos mais uma vez ressaltaram suas dificuldades para comer, realizar higiene

adequada, estar empregado, realizar trabalho remoto. Nessa direção, na EJA-EPT "não há lugar para saberes adocicados de iniciação, elementares, porque desde crianças-adolescentes tiveram de saborear-saber o sabor amargo da pobreza, dos lugares-corpos precarizados, do desemprego [...]" (ibidem, p. 259). A discussão sobre o perfil dos sujeitos atendidos pela EJA, dos corpos que não chegam à EJA é apresentada também no seguinte trecho

> nem todos os corpos chegaram às escolas. Os corpos das crianças de rua, dos adolescentes e jovens no trabalho, dos pobres, negros, deficientes, dos campos, dos territórios, das periferias urbanas, corpos idosos, de mulheres não chegam. Aos poucos foram chegando os corpos do trabalho nos campos, na agricultura camponesa, nas florestas, nos territórios indígenas e quilombolas. Ainda que tarde vão chegando [...] (ibidem, p. 268)

O documento de fundamental importância para a EJA no Brasil, o Parecer n.º 11/2000 (Brasil, 2000) foi precedido de amplos debates com a sociedade, tendo como resultado "uma concepção de EJA menos direcionada a atender aos interesses de mercado [...]" (COSTA; MACHADO, 2017, p. 75). As autoras afirmam que "A principal questão estava vinculada à definição de idade para ingresso na EJA e para realização de exames de certificação" (COSTA; MACHADO, 2017, p. 77).

O Censo Escolar (INEP, 2022) traz a série histórica do número de matrículas da EJA no Ensino Fundamental e no Ensino Médio. É possível observar que entre 208 e 2021 o número e matrículas diminuiu ano a ano, tanto no Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio, conforme Tabela 1

Tabela 1 – Número de matrícula na EJA no Brasil (2016-2022)

ANO	ENSINO FUNDAMENTAL	ENSINO MÉDIO
2016	2.105.535	1.376.679
2017	2.172.904	1.425.812
2018	2.108.155	1.437.833
2019	1.937.583	1.336.085
2020	1.750.169	1.252.580
2021	1.725.129	1.237.193

Fonte: elaborado pelo autor, a partir de dados do Censo da Educação Básica por etapa de ensino INEP (2022)

Nesse sentido, pontuar que questões como o *impeachment* da presidenta Dilma

Rousseff ; a EC n.º 95/2016; a BNCC; a pandemia da Covid-19 e a gestão Bolsonaro impactaram nesses resultados é necessário.

Em relação à BNCC, esta não leva em consideração as particularidades dos sujeitos da EJA

> [...] uma vez que só na introdução menciona a diversidade, sendo que atualmente fazem parte de uma significativa realidade nas escolas brasileiras. Esses alunos em sua maioria têm uma realidade desigual por não conseguirem acompanhar os conteúdos das disciplinas no ensino. A dialética do lugar social da educação de jovens e adultos nas políticas curriculares atuais fundamental regular, e ao excederem a idade de 15 anos, passam a ser designados com perfil para a modalidade da EJA; que é diferentemente regulamentada nos mais diversos níveis do país com critérios próprios. (MORAES; CUNHA; VOIG, 2019, p. 10).

O artigo 17, *caput* apresenta o Ensino Médio como etapa final da Educação Básica e assegura a função formativa para adolescentes, jovens e adultos em suas diferentes formas de oferta e organização. Ainda, no mesmo capítulo, o parágrafo 5º apresenta especificações para a EJA

> [...]
>
> § 5º **Na modalidade de educação de jovens e adultos é possível oferecer até 80% (oitenta por cento) de sua carga horária a distância**, tanto na formação geral básica quanto nos itinerários formativos do currículo, desde que haja suporte tecnológico - digital ou não - e pedagógico apropriado. (MEC, 2018, grifos nossos)

O parágrafo 5º apresenta a possibilidade de que até 80% da carga horária para EJA seja realizada através da modalidade à distância. Para esses sujeitos da EJA; que historicamente já vêm de uma realidade expressa por vulnerabilidades, a possibilidade apresentada pode ser mais uma condicionante que dificulte a efetivação de uma educação emancipadora em detrimento de uma educação tecnicista, ou seja, que caminhe na contramão de um desenvolvimento omnilateral dos sujeitos.

Os documentos legais que consolidaram a EJA são a CF no art. 208 que apresenta a educação como "direito de todos e dever do Estado" (BRASIL, 1988), a LDB (MEC, 1996) que traz pela primeira vez a EJA como modalidade de educação, a Resolução CEB/CNE n.º 11/2000 (BRASIL, 2000), que reforma a EJA como modalidade e em 2021 as Diretrizes Operacionais para a EJA (BRASIL, 2021). A EJA só foi incluída na Educação Básica no início desse milênio

> durante muitos anos, foi excluída do processo de Educação Básica, com um histórico de políticas públicas do processo de Educação Básica, com um histórico de políticas públicas caracterizado como programas, mas, a partir do início do segundo milênio, vivência a possibilidade de reconhecimento como modalidade da Educação

> Básica, sobretudo na compreensão de ser além da alfabetização, descaracterizando o vínculo histórico da EJA como mero espaço de alfabetização de adultos (COSTA; MACHADO, 2017, p. 52)

A LDB (MEC, 1996) institucionalizou no Brasil a EJA como modalidade de ensino e direito à educação. O artigo 4, inciso VII da referida legislação apresenta a " [...] oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades [...]" (MEC, 1996).

O inciso VII traz que a oferta de educação escolar para jovens e adultos deve ser aquela adequada "às suas necessidades e disponibilidades". Nessa questão podemos observar a que tipo de educação o documento está se referindo. Não é uma educação igual para todos? Nesse caso, se não é igual para todos, as necessidades e disponibilidades para a EJA serão sedimentadas sobre as desigualdades estruturais existentes nas contradições da sociedade de classes e, sendo assim, acirrar e reproduzir desigualdades? Desigualdades estruturais serão mantidas para tratar a EJA de acordo com suas necessidades e disponibilidade ou se altera as condições objetivas e subjetivas sociais para equalizar o direito à educação para todos? Aqui não se fala em ultrapassar desigualdades estruturais, mas ofertar a EJA sob essas condições, sem superá-las. Nesse sentido, a modalidade se apresenta legitimada na LDB (MEC, 1996) como forma fundada em desigualdades e a ser desenvolvida em bases de uma sociedade fadada à desigualdade estrutural, como se fosse algo natural e imutável.

É importante destacar que a legislação naturaliza as desigualdades intrínsecas à sociedade capitalista num primeiro momento e em um segundo momento realça a classe trabalhadora dentro desse cenário de desigualdades, ou seja, evidencia a luta de classes e coloca a classe trabalhadora como grupo atendido pela EJA. Assim, os itinerários propostos na legislação "[...] deixam expostas essas injustiças escolares que reforçam as injustiças sociais de que são vítimas privilegiadas (ARROYO, 2017, p. 97). No parágrafo 2, inciso VII do art. 24º, em redação incluída pela Lei n.º 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, mais uma vez a legislação tenta adequar a EJA às condições desiguais: "Os sistemas de ensino disporão sobre a oferta de EJA e de ensino noturno regular, adequado às condições do educando" (MEC, 2017). No VI Encontro Nacional da EJA-EPT(Proeja) da Rede Federal, realizado em outubro de 2023, organizado pelo IFRJ.

A seção V é dedicada especificamente à EJA. O art. 37, com redação dada pela Lei n.º 13.632, de 6 de março de 2018 afirma que a EJA é destinada aos jovens e adultos "que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos Ensinos Fundamental e Médio na idade

própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida." (MEC, 2018). A redação atualizada acrescentou a "educação e aprendizagem ao longo da vida" (MEC, 2018). Aqui ressaltamos "idade própria" e "aprendizagem ao longo da vida" expressões que suscitam debate. Todo tempo é tempo de aprender, portanto, definir "idade própria" aqui nos suscita a pergunta: "Idade própria" para quem? "Idade própria" dentro do capitalismo para reprodução do mesmo ou idade própria é aquela do tempo do sujeito dentro de uma sociedade menos desigual? A outra expressão "educação ao longo da vida" deve estar atrelada à formação do sujeito integral e não uma educação tecnicista para adaptação às crescentes desigualdade engendradas pelo MPC.

O art. 38 trata da oferta de cursos e exames supletivos para conclusão do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e ainda da possibilidade de reconhecimento de saberes e competências que podem ser levados em conta, a partir de exames a serem realizados. Aqui ressalto a fala de Gilberto Palmares, presidente do Conselho Regional dos Técnicos do RJ – CRT-RJ, durante a audiência pública em que estive presente, em 28 de junho de 2023, solicitada pela deputada estadual Elika Takimoto (PT-RJ) , realizada no *Campus* Rio de Janeiro do IFRJ, sobre a expansão da Rede Federal no estado do Rio de Janeiro. Palmares trouxe um exemplo relacionado a saberes e competências. Disse que muitos técnicos no estado do Rio de Janeiro têm experiência de décadas, mas não têm certificação, o que atrapalha seus desenvolvimentos profissionais, salariais; que a RFEPCT pode contribuir no sentido de alterar essa situação.

O artigo 87, parágrafo 3, inciso II prevê a oferta de curso presenciais ou a distância para os jovens e adultos. Apesar do marco da EJA, com a Lei n.º 9.394/96 é possível observar que

> O contraditório nesse processo de legalidade e legitimidade da EJA é que o governo que sancionou a LDB apresenta vetos a outra lei contemporânea que criou o Fundo de Manutenção do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF), Lei n.º 9.424/1996 [...] **Os vetos do presidente Fernando Henrique Cardoso, para que as matrículas de EJA não fossem consideradas na redistribuição dos recursos do Fundo, vão na contramão da garantia dos direitos** explicitado nos incisos do art. 4º da LDB [...] (COSTA; MACHADO, 2017, grifos nossos)

Ainda, muitos gestores insistem em manter características da suplência para EJA nos dias atuais, ou seja, "redução de tempo e de conhecimento produzidos, caracterizando a Suplência como atendimento precarizado da escolarização para jovens e adultos [...]" (ibidem, p. 75). Outra questão apontada pelas autoras é a manutenção para EJA das "normas e as

condições de **espaços das escolas que foram pensadas para as crianças e adolescentes** [...]" (ibidem, p. 71, grifos nossos).

Em relação ao financiamento da EJA, este está previsto na meta n.º 26 do PNE, a disponibilização de recursos, a partir do Fundeb, o que foi questão essencial para o financiamento da EJA, pois "[...] garantiu que as matrículas dos alunos da EJA seriam consideradas na redistribuição dos recursos no âmbito dos Estados, sendo sua entrada escalonada em três anos, até considerar em 2010 todas as matrículas da EJA" (ibidem, p. 72-73).

O PNE de 2014 trouxe também significativas contribuições para a EJA e para EJA-EPT, a partir das metas 3, 8, 9 e10

> [...]
>
> Meta 3: universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento)
>
> [...]
>
> Meta 8: elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE
>
> [...]
>
> Meta 9: elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional
>
> [...]
>
> Meta 10: oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional. (MEC, 2014).

Segundo o painel de acompanhamento do PNE, a meta 3, no período de 2013 a 2022 que tinha previsão 85% de taxa de matrícula líquida da população de 15 a 17 anos que freqüenta ou já concluiu a Educação Básica alcançou 94,4% alcançando a meta prevista. Em relação à população de 15 a 17 anos que frequenta o Ensino Médio foi de 76,7%, ficando abaixo da meta (PNE, 2023)

A meta 8, que previa "elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29

(vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano", não alcançou o objetivo computado em 2022 tendo o resultado , 11,7 anos entre 2013 e 2022 (PNE, 2023).

O Painel de Monitoramento do PNE 2023, em relação à meta 9 trouxe que em relação ao analfabetismo da população de 15 anos ou mais o resultado foi de 94,4%, não alcançando os 100% previstos (PNE, 2023). Em relação ao combate ao analfabetismo funcional da população com 15 anos ou mais foi de 12,3% superando a meta que era de 8,9%. (PNE, 2023).

O resultado da meta 10 mostrado pelo Painel de Monitoramento do PNE (2023) apresentou taxa muito abaixo do previsto de matrículas da EJA-EPT, ou seja, apenas 3,5% do esperado que era de 25% (PNE, 2023, grifos nossos). Esse resultado sofrível mostra o quanto uma política nacional de EJA-EPT é necessária (PNE, 2023).

Nesse sentido, o financiamento governamental, junto a uma política de combate à desigualdade é essencial para o fortalecimento da a alfabetização, para a EJA e para EJA-EPT como discutiremos na próxima subseção.

1.3.6 Financiamento da EJA

Segundo Costa e Machado (2021) **o volume de recursos de um programa social é que será responsável pelos resultados desse programa**. O financiamento das campanhas de alfabetização e escolarização de jovens e adultos no Brasil "[...] contaram, direta e indiretamente, com financiamento quase exclusivo da União [...]"(COSTA; MACHADO, 2017, p. 110). A partir de 2007, com o Fundeb, a EJA teve a possibilidade de ter recursos permanentes do governo federal, porém ainda em situação de desigualdade

> Garantidos os recursos permanentes para a educação de jovens, adultos e idosos com a aprovação do Fundeb, em 2007, os sujeitos da EJA, em tese, tinham estabelecida a – quase – igualdade de condições com os demais níveis e modalidades de ensino. Para essa – quase – igualdade, faltava derrubar, na contabilização e na destinação de recursos, o limite de 15%, em cada estado para a modalidade EJA, bem como ampliar o **custo-aluno de um educando de EJA (equivalente a 0,8 de outro),** atingindo o mesmo valor dos demais estudantes das séries iniciais do ensino fundamental urbano (FORUM EJA, 2016, p. 44, grifos nossos)

Assim, a repartição equilibrada dos recursos, o controle social dos mesmos, o fortalecimento dos conselhos de fiscalização, acompanhamento do Fundeb e o interesse privado nesse financiamento são pautas necessárias à EJA

> No Fundeb, permanece ainda o desafio do tratamento isonômico de educandos e educandas de EJA em relação aos demais da Educação Básica, com o controle social do uso dos recursos do Fundo pela participação efetiva e o fortalecimento dos conselhos de fiscalização e acompanhamento do Fundeb e/ou de outros fundos – com composição paritária: representantes de gestores e gestoras de Brasil e trabalhadores e trabalhadoras – e a aplicação exclusiva na educação pública. Cabe avaliar os desafios do investimento financeiro na EJA para superá-los, discriminando no financiamento público o custo da EJA, e considerando inclusive o interesse manifesto na oferta da modalidade pelo setor privado com financiamento público, o que, nesse caso, exige o estabelecimento rigoroso de mecanismos de controle social (FORUM EJA, 2016, p. 95-96)

O financiamento do Proeja se dá a partir do orçamento destinado à RFEPCT de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Os recursos recebidos pelo Proeja estão atrelados ao número de estudantes e são dispostos também a partir de recurso total destinado à Assistência Estudantil, que é repartido entre o Proeja e outros programas. Aqui cabe ressaltar a dificuldade desta pesquisa em ter acesso aos dados específicos orçamentários para o Proeja no IFRJ. Várias tentativas foram realizadas, mas infelizmente não recebemos retorno. Podemos assim assinalar este como uma das grandes dificuldades da pesquisa.

Na subseção seguinte apresentamos uma análise sobre a EPT e a EJA-EPT.

1.3.7 Educação Profissional e Tecnológica e EJA-EPT (Proeja)

Historicamente a EJA esteve dissociada da EPT. Foi somente com o Proeja que essa junção aconteceu. A criação da Escola de Aprendizes e Artífices pelo presidente Nilo Peçanha, através do Decreto lei n.º 7.566, de 23 de setembro de 1909 é que a EPT teve seu marco de institucionalização.

Após a crise de 1929, o Brasil inicia novo ciclo de crescimento. Em 1930 é criado o Ministério da Educação e Saúde Pública. Nesse sentido, os anos 1930 ensejaram mudanças de postura por parte de profissionais da educação; tendo em vista não ser mais possível a adoção de neutralidade ante ao cenário de disputas políticas e ideológicas que se conformavam no Brasil (PAIVA, 2003). Em 1942 ocorrem mudanças no ensino técnico-profissional com a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e surgem cursos de formação continuada (AMORIM, 2018). A EJA somente foi consolidada na década de 1940.

O Decreto n.º 2.208, de 17 de abril de 1997, durante governo FHC trouxe a separação curricular entre Educação Básica e Educação Profissional e Tecnológica e teve sua revogação a partir do Decreto n.º 5.154, de 23 de julho de 2004. Este último trouxe ainda a manutenção

de forma de não integração, o que demonstra a questão histórica dessa dicotomia entre educação propedêutica e educação profissional. Essa dicotomia demonstra a dificuldade do Brasil efetivar a formação politécnica (AMORIM, 2018).

A promulgação da Constituição Federal de 1988 e a força dos movimentos sociais contribuíram para que a EJA iniciasse um processo de consolidação com a LDB (MEC, 1996), do Parecer CEB n.º 11/2000 (MEC, 2000), do PNE (MEC, 2014) e do Proeja a partir de 2005 (MEC, 2005, 2006). No sentido contrário aos avanços mencionados, a partir de 2016, pós-manobra jurídico institucional com o impedimento da presidenta Dilma Rousseff, a BNCC de 2017, as Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio de 2018 e com as Diretrizes Operacionais para a EJA em maio de 2021 constituíram tentativas de retrocessos nas políticas públicas para a EJA e para a EJA-EPT.

A EJA-EPT (Proeja) representa uma política central para o alcance integral ou parcial das diretrizes, metas e estratégias para o desenvolvimento da EJA.

Os documentos legais que balizam o Proeja são: Documento Base do Proeja, Decreto n.º 5.478, de 24 de junho de 2005, substituído pelo Decreto n.º 5.840, de 13 de julho de 2006, a Meta 10 do PNE, as Diretrizes Nacionais de EPT, a BNCC e as Diretrizes Operacionais para a EJA de 2021 e o Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos. O Documento Base trouxe questões como: carga horária mínima e máxima e a expansão do Proeja para redes estaduais e municipais ampliando a oferta para o Ensino Médio.

O PNE apresentou as diretrizes, metas e estratégias para a educação nacional no decênio 2014-2024 e estipulou metas específicas para EJA na elevação da escolaridade, taxa de alfabetização e vinculação de pelo menos em 25% as vagas da Educação Profissional e Tecnológica para jovens e adultos.

O Proeja foi instituído durante o 1º Mandato do presidente Lula da Silva com o objetivo de abranger a formação inicial e continuada de trabalhadores e a educação profissional técnica de nível médio considerando as características dos jovens e adultos atendidos (BRASIL, 2006). Tratar da questão da qualificação para o trabalho desses sujeitos no capitalismo demanda resgatar o trabalho como categoria que o distingue dos demais animais, a partir de sua existência como ser social (BRAVERMAN, 1987; LUKÁCS, 2012).

A experiência da formação integral realizada pelas instituições federais de ensino é um caminho para a integração entre a Educação Básica e a EPT para jovens e adultos, a partir do

Proeja

> O Proeja surgiu das tensões entre o governo e os movimentos sociais, como parte das ações indutivas de políticas públicas levadas a efeito pelo Estado brasileiro durante o primeiro mandato do presidente Lula, e da necessidade de se reverter o quadro das políticas educacionais e de trabalho e emprego dissociadas da educação básica, instauradas pelo Decreto n.º 2.208/97. Assim, tem suas origens no Decreto n.º 5.154/2004 que revogou o Decreto n.º 2.208/97, retomando a oferta da educação profissional (EP) integrada, ampliando-a para a EJA. No "Relatório brasileiro para a Conferência de Educação para Todos" (2015), o Proeja se apresentou como uma resposta face ao quadro da educação brasileira, explicitado pelos dados da Pnad divulgados em 2003, segundo os quais 70 milhões de jovens e adultos trabalhadores brasileiros, com 15 anos ou mais, não haviam concluído o ensino fundamental, enquanto apenas 6 milhões (8,8%) estavam matriculados em cursos de EJA (FORUM EJA, 2016, p. 57)

A materialização do Proeja em 2006 foi uma vitória, após período de governo de direcionamento neoliberal de Fernando Henrique Cardoso, a partir das reformas do Ensino Médio; que visavam atender interesses do capital. Essa reforma, segundo Amorim (2018) teve três características: dificuldade de levar adiante o trabalho como principio ativo; perda de referência da RFEPCT, que passa a oferecer curso de Ensino Médio e de nível técnico médio concomitante ou sequencial com EPT e por último o fortalecimento da rede privada de educação, a partir das parcerias público-privadas. Nesse sentido, "a União cumpria apenas o papel de executora de projetos mediante, única e exclusivamente, o financiamento de obras e equipamentos a serem realizadas por outrem" (AMORIM, 2018, p. 93). Assim, a rede privada teve uma expansão, a partir da reforma. Houve qualificação para certificação e transformação da pesquisa em prestação de serviço (ibidem, 2018).

No ano de 2004 surgiu a possibilidade de nova configuração em relação à qualificação do trabalhador, buscando acabar com a dualidade entre Educação Básica e EPT. Nesse sentido, o Proeja "[...] era a possibilidade de suprir a carência histórica no país de uma formação que pudesse integrar formação geral e profissional na Educação Básica nos segmentos Fundamental e Médio [...]" (COSTA; MACHADO, 2017, p. 135). A implantação do Proeja se deu sob algumas resistências "O sujeito da EJA nos institutos provocou tensão e reflexão sobre sua função social"(AMORIM, 2018, p. 244). Houve resistência na implantação do Proeja, justamente porque o documento informava a obrigatoriedade da Rede ofertar 10% de matrícula na EJA-EPT e à época o Brasil tinha 80 milhões de pessoas com perfil para a modalidade. Isso significava que o número era imenso para que a RFEPCT atendesse quem necessitava da modalidade (ibidem, p. 124-125). Essa resistência também se dava; tendo em

vista as instituições insistirem num discurso de preservação de excelência educacional histórica, desnudando seu preconceito com a modalidade (ibidem, 2018). Somado a isso não havia experiência na integração da modalidade profissional com a EJA

> É a institucionalização da EJA provocando uma desintegração de sentidos na "nova" institucionalidade, para não dizer "velha". É a formação integrada desintegrando condições concretas de produção de conhecimento, provocando a emergência de críticas e conflitos, claramente percebidos entre os que militam e os que administram, revelando que essa é uma luta mais ampla que se insere no contexto das desigualdades sociais e econômicas (ibidem, 2018, p. 174)

As polítca públicas para EJA, historicamente contam com as seguintes dificuldades

> baixa qualidade dos cursos e/ou programas oferecidos; o isolamento em relação a outras políticas sociais; a adoção de políticas descontínuas e secundárias, com fragmentação, coincidências de programas pulverizados; a limitada institucionalização das políticas de EJA; o descuido com a educação das pessoas jovens e adultas por parte de muitos gestores, bem como o frágil compromisso do Governo Federal na construção de políticas mais contundentes para assegurar a escolarização desse público. É sabido que uma das dificuldades recai sobre a falta dos recursos financeiros, mas essa fragilidade não se resume a isso (COSTA; MACHADO, 2017, p. 138)

Apesar das dificuldades históricas apresentadas, o Proeja trouxe algo inédito; que é a possibilidade da formação integrada "[...] até então ainda muito restrito à alfabetização e à sua oferta no ensino fundamental" (OLIVEIRA; MACHADO, 2012, p. 127). A possibilidade da formação integrada caminha na direção da formação humana "[...] A perspectiva precisa ser, portanto, na vida e para a vida e não apenas de qualificação do mercado ou para ele." (DOCUMENTO BASE PROEJA, 2007, p. 13).

Em 2006 o MEC e a CAPES lançaram o edital PROEJA-CAPES/SETEC n.º 03/2006, a fim de subsidiar pesquisas em EJA, o que fortaleceria a implementação do Programa naquele mesmo ano.

A criação de outros programas que concorreriam com o Proeja foram criados à época. Em 2009 foi criado o Certific – Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada: "um processo de reconhecimento de saberes, no qual o trabalhador é entrevistado por uma equipe multidisciplinar [...] Diante disso, o trabalhador que possuir saberes profissionais e escolaridade adequada poderá ser certificado [...]" (COSTA; MACHADO, 2017, p. 136). Em 2011 foi criado o Programa Nacional Mulheres Mil , pela Portaria n.º 1.015, de 21 de julho de 2011 cujo "objetivo era promover a inclusão social e econômica de mulheres em situação

de vulnerabilidade, assegurando, dessa forma, melhores condições para suas famílias" (ibidem, p. 137). Também em 2011 foi criado o Pronatec

> Este programa apresentou objetivos claros, como ajustar os trabalhadores, empregados ou desempregados ao mercado e motivar as redes estaduais a assumirem o Ensino Médio na sua forma concomitante à educação profissional, preferencialmente por meio de um termo de parceria com Sistema S, além de contar com bolsas de formação pagas pelo Governo Federal e financiadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)(ibidem, p. 138)

Outra questão presente é a discussão sobre a qualidade do curso, pesquisas indicam que os sujeitos querem sim um curso de qualidade (ibidem, 2018; Oliveira, 2018). Essa última discussão vem carregada de teor político; quando se declara que o ensino privado regular tem mais qualidade que o ensino público. Assim, a discussão da qualidade do Proeja em relação à qualidade do ensino regular também subsidiou as bases de discussão da implantação do referido Programa.

Segundo dados da Plataforma Nilo Peçanha-PNP (2023), o quantitativo de estudantes matriculados em todos os cursos da RFEPCT em 2022 foi de 1.513.075, com 289.192 evadidos . Desse quantitativo, 93,6% estão nos institutos federais, 2,28% nos cefets, 1,16% no Colégio Pedro II e 2,88% no ETV (PNP, 2023). Em relação ao IFRJ, o total de matrículas era de 18.543, sendo 2.020 estudantes concluintes, 14.374 estudantes em fluxo e 2.149 estudantes evadidos (PNP, 2023). O percentual de evadidos nacionalmente foi de 19,11% e no IFRJ, 11,59% (PNP, 2023). Tais dados evidenciam que a evasão escolar continua a ser questão presente no IFRJ e na RFEPCT. Assim, tratar captação de estudantes, atentar para permanência e êxito nos cursos são questões que precisamos alterar.

A formação de profissionais para atender aos sujeitos da EJA também está inscrita na realidade do capitalismo e nesse sentido essa é outra barreira que tem que ser superada na realidade da EJA-EPT. A formação acadêmica dos docentes privilegia o "ensino de crianças e adolescentes do ensino regular em detrimento da EJA [...]" (AMORIM, 2018, p. 201).

O IFRJ oferta o Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos no *Campus* Nilópolis, a fim de atender a essa necessidade de formação especializada. O curso "visa contribuir com a formação continuada de educadores para a EJA, destacando a importância da atuação docente de forma interdisciplinar e o aperfeiçoamento das práticas de ensino nessa modalidade [...]". (IFRJ, 2022c). Ainda, no primeiro semestre de 2021 o *Campus* Niterói do IFRJ ofertou o Curso de Especialização em Práticas Assertivas em Didática e Gestão da Educação Profissional Integrada à Educação de Jovens e Adultos (pós-graduação

lato sensu), na modalidade EAD, em parceria com o IFRN e com a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC).

Na subseção seguinte apresentamos um discussão sobre a RFEPCT.

1.3.8 A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - RFEPCT[2]

Segundo a Plataforma Nilo Peçanha (2023) A RFEPCT tinha os seguintes números de matriculas entre 2017 e 2022: 2017: 1.031.798; 2018: 964.593; 2019: 1.023.303; 2020: 1.507.476; 2021: 1.523.346 e 2022: 1.513.075. A RFEPCT em 2023(ano base 2022) é composta por 656 unidades, 11.814 cursos, 1.077.339,54 matrículas equivalentes. Ofertou 1.067.552 vagas, mas teve 1.995.326 inscritos, ou seja, já é possível observar uma defasagem entre oferta de vagas e quase o dobro de procura. Ainda assim, ingressaram 757.006 estudantes . Os dados gerais de situação de matrículas em 2023, ano base 2022 são: Concluintes (concluída em fluxo: 484.516 e integralizada em fluxo: 14.615), Em curso:(em curso em fluxo: 472.884 e em curso retido:251.868). Em relação aos evadidos: Abandono:133.658, Cancelada em fluxo: 2.153, Desligada em fluxo: 86.783, Reprovado em fluxo: 51.904, Transferência externa em fluxo: 14.613 e Transferência interna em fluxo: 81 (PLATAFORMA NILO PEÇANHA, 2023).

Na Tabela 2 apresentamos dados do IFRJ, referentes aos anos base de 2019, 2020, 2021 e 2022, apresentados em 2023 pela Plataforma Nilo Peçanha, considerando todos os cursos ofertados, o número de unidades, cursos, matrículas, ingressantes, concluintes, vagas e inscritos.

Tabela 2 – Quantitativos de unidades, cursos, matrículas, ingressantes, concluintes, vagas e inscritos no IFRJ (2019-2022)

Anos	unidades	cursos	matrículas	ingressantes	concluintes	vagas	inscritos
2020 (ano base 2019)	15	137	15.926	5.159	2.007	5.855	36.096
2021 (ano base 2020)	15	135	**14.525**	**2.752**	**1.124**	**3.183**	18.436
2022	15	160	17.546	4.902	3.001	6.293	18.778

[2] Fica instituída, no âmbito do sistema federal de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação e constituída pelas seguintes instituições:I - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - Institutos Federais;II - Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR;III - Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET-RJ e de Minas Gerais - CEFET-MG; IV - Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais; e V - Colégio Pedro II(MEC, 2008)

(ano base 2021)							
2023 (ano base 2022)	15	160	18.543	5.089	2.020	6.258	18.309

Fonte: O autor, a partir de dados disponibilizados na Plataforma Nilo Peçanha (2023, grifos nossos)

É possível observar que no ano base de 2020 houve diminuição de matrículas, de ingressantes, de concluintes, de vagas e de inscritos, este último item diminui em mais de 50%. Observamos também que **o IFRJ não atende à demanda; tendo em vista que o número de vagas está muito longe do quantitativo de inscritos em toda a base de dados apresentada** (grifos nossos). Assim, a expansão e o investimento na RFEPCT é primordial para que possamos atender à demanda. Em relação à EJA-EPT no IFRJ, a situação se repete; tendo em vista que as vagas ofertadas não contemplam o número de inscritos, conforme podemos observar na Tabela 3

Tabela 3 – Quantitativos referentes a vagas, inscritos, ingressantes, matriculados, evadidos e concluintes em cursos da EJA-EPT, EJA-FIC nos *campi* do IFRJ (2017-2022)

***Campi* e cursos**	**Anos**	**Vagas**	**Inscritos**	**Ingressantes**	**Matriculados**	**Evadidos**	**Concluintes**
Arraial do Cabo Curso de MSI – (EJA-EPT)	2017	-	-	-	2	-	-
	2018	-	-	-	2	0	2
	2019	-	-	-	-	-	-
	2020	-	-	-	-	-	-
	2021	-	-	-	-	-	-
	2022	-	-	-	-	-	-
Duque de Caxias Curso de MSI (EJA-EPT)	2017	72	136	63	140	30	17
	2018	72	127	55	147	22	10
	2019	76	94	58	169	31	1
	2020	40	62	33	176	1	15
	2021	80	147	58	204	7	34
	2022	78	96	31	192	50	7
Nilópolis Curso de MSI (EJA-EPT)	2017	71	147	62	165	49	12
	2018	73	231	56	166	9	17
	2019	80	173	74	203	21	6
	2020	36	60	31	208	54	6
	2021	40	70	24	195	71	42
	2022	80	134	43	126	31	16
	2017	60	606	55	55	0	0

Niterói Curso Técnico em Administração (EJA-FIC)	2018	191	285	150	203	21	0
	2019	228	514	164	344	19	58
	2020	66	331	71	277	7	55
	2021	174	631	137	344	4	66
	2022	106	371	109	386	4	59
Rio de Janeiro MSI (EJA-EPT)	2017	60	63	31	79	23	6
	2018	60	100	45	102	19	17
	2019	60	75	40	106	18	12
	2020	30	33	15	86	1	0
	2021	30	96	8	95	14	12
	2022	72	105	28	97	44	5
São Gonçalo Formação Inicial em Cuidador de Idoso integrado ao Ensino Médio (EJA-FIC)	2017	40	65	35	35	3	0
	2018	0	0	7	35	7	28
	2019	Curso não ofertado	Curso não ofertado	Curso não ofertado	Curso não ofertado	Curso não ofertado	Curso não ofertado
	2020	Curso não ofertado	Curso não ofertado	Curso não ofertado	Curso não ofertado	Curso não ofertado	Curso não ofertado
	2021	Curso não ofertado	Curso não ofertado	Curso não ofertado	Curso não ofertado	Curso não ofertado	Curso não ofertado
	2022	36	665	34	34	0	0

Fonte: O autor, a partir de dados da Plataforma Nilo Peçanha (2023)

Em relação às vagas e inscrições na EJA-EPT, o cenário se repete com o que acontece na Rede Federal, ou seja, no IFRJ foram ofertadas 2.011 vagas e tiveram 5.352 inscritos, entre 2017 e 2022. Assim, 3.341 candidatos ficaram de fora. Ingressaram 1.517 estudantes, ou seja, das 2.011 vagas ainda sobraram 494 vagas. Nesse sentido, já havíamos perdido 3.341 candidatos, somados aos 494 que não realizaram matrícula, a perda total foi de 3.835 candidatos que não acessaram a instituição.

O que é possível depreender, a partir dos dados acima é que **o IFRJ e a RFEPCT, assim como o restante das outras redes estaduais e municipais estão longe de alcançar a meta 10 do PNE em 2024, que prevê a oferta de 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de EJA, no Ensino Fundamental e Médio, na forma integrada à Educação Profissional e Tecnológica** (grifos nossos). **A RFEPCT somente alcançou 2,07%** da oferta da EJA integrada em 2022, contrariando também a meta de 10% de matrículas de EJA-EPT preconizada no Decreto n.º 5.840/2006. Tais dissonâncias históricas tem se repetido: em 2017 (2,43%), em 2018 (2,38%), 2019 (2,17%); 2020(2,13%) e 2021(1,85%)

(PLATAFORMA NILO PEÇANHA, 2023). O IFRJ também não atingiu a meta de 10% de matrículas de EJA-EPT em 2022, conforme apresenta o Decreto n. 11/2000, ou seja, alcançou somente 5,66% em 2022, em 2017(2,78%), em 2018 (2,71 %), em 2019 (3,13 %); em 2020(3, 38 %) e em 2021(4,64 %) (PLATAFORMA NILO PEÇANHA, 2023). Assim, chegamos à conclusão de que **a RFEPCT e o IFRJ estão aquém das metas estabelecidas para matrículas de EJA-EPT e que essa realidade vem se estendendo ao longo dos anos** (grifos nossos).

A dotação orçamentária da RFEPCT para 2023, a partir de dados de 3 de novembro de 2023 foi de R$ 21.164.834.332,00 e para o IFRJ foi de um total de R$ 533.792.870,00. Especificamente para a EPT, de R$ 58.648.081,00; sendo R$ 9.705.196,00 para assistência Estudantil, R$ 5.226.963,00 para reestruturação e modernização das instituições RFEPCT, R$ 5.226.963,00 de reestruturação e modernização das instituições da RFEPCT, R$42.084.127,00 de funcionamento das instituições da RFEPCT e de R$ 1.631.795,00 para fomento às ações de ensino, pesquisa, extensão e inovação e desenvolvimento de políticas, regulação e supervisão da EPT (PLATAFORMA NILO PEÇANHA, 2023).

Em relação aos recursos para a EJA-EPT na terceira gestão Lula foram disponibilizados em 2023 recursos na ordem de R$ 58.956.000,00, a fim de apoiar a ampliação de matrículas na RFEPCT, a partir da oferta de matrículas em cursos técnicos já ofertados, fomentando o incremento de vagas para EJA-EPT(SETEC, 2023). Aqui observa-se comprometimento do MEC com a EJA-EPT, a partir de 2023.

Os dados apresentados são a partir de 2017, pois são os que estão disponibilizados na Plataforma Nilo Peçanha. É necessário lembrar que a lei n.º 11.892/2008, no o art. 7º, inciso I traz que são objetivos dos Institutos Federais, dentre outros, "ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos" (MEC, 2008).

Ainda, no caput do artigo 8º. Atesta que os institutos devem "[...] garantir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para atender aos objetivos definidos no inciso I do caput do art. 7 º. Como já apresentado, a RFEPCT só tem atendido 2,07% de EJA-EPT, ou seja, há uma defasagem de 7,93% e o IFRJ 5,66%, ou seja, uma defasagem de 4,34 %.

O IFRJ, conforme Tabela 4, do quantitativo de vagas gerais e de EJA-EPT da instituição, nos demonstra que também o IFRJ não está ofertando nem 10% de vagas para EJA-EPT conforme determinado no art. 8º.

Tabela 4 – Quantitativo de vagas gerais e das vagas de EJA-EPT no IFRJ (2017-2022)

Anos	Vagas gerais	Vagas EJA-EPT	Defasagem de vagas em EJA-EPT, considerando os 10 %
2017	6.623	303	359

2018	6.239	396	227
2019	5.855	444	141
2020	3.183	172	146
2021	6.293	324	305
2022	6.258	336	289

Fonte: O autor, a partir de dados disponibilizados na Plataforma Nilo Peçanha (2023)

A tabela 5 mostra o baixo quantitativo de vagas ofertados na EJA-EPT , em relação ao quantitativo geral na RFEPCT. Ainda, em relação a essa questão, conforme a Plataforma Nilo Peçanha (2023) a meta alcançada pelo IFRJ em relação à EJA-EPT, no ano de 2022 foi de 5,66%, ou seja, uma defasagem de 4,34% e nos *campi* que a ofertam foram: Duque de Caxias (37,71%), único *Campus* a superar a meta; Nilópolis (5,16%); Pinheiral (0,29%); Rio de Janeiro (3,76%) e São Gonçalo (7,72%) (PLATAFORMA NILO PEÇANHA, 2023).

Por outro lado, em relação à determinação do percentual de 50% para cursos técnicos integrados à EPT, expressada na Lei 11.892, de 29/12/2008, a média do IFRJ em 2022 foi de 53,1%, superando a meta em 3,1%. Conforme a Plataforma Nilo Peçanha (2023) de 2017 a 2022 tanto os percentuais de matrículas de cursos técnicos integrados, quanto os da EJA-EPT vinham caindo na RFEPCT, mas iniciaram movimento de subida no ano de 2022, conforme podemos observar na Tabela 5

Tabela 5 – Percentuais de oferta de matrícula de cursos técnico da EJA-EPT na RFEPCT (2017-2022)

Anos	**% de matrículas em cursos técnicos**	**% de matrículas em curso de EJA-EPT**
2017	63,3	2,43
2018	62,4	2,38
2019	60,9	2,17
2020	57,2	2,13
2021	52,3	1,85
2022	53,1	2,07

Fonte: O autor, a partir de dados disponibilizados na Plataforma Nilo Peçanha (2023)

Trazemos a seguir um perfil das e dos estudantes da RFEPCT em relação à renda familiar na Tabela 6 e a autodeclaração racial na Tabela 7

Tabela 6 - Renda Familiar na RFEPCT (em %) (2018-2022)

	RENDA FAMILIAR						
ANOS	0<RFP<=0,5	0,5<RFP<=1	1<RFP<=2,5	1,5<RFP<=3,5	2,5<RFP<=3,5	RFP>3	NÃO DECLARA-DA
2018	15,98	14,23	9,18	6,73	2,87	3,32	47,72
2019	16,79	14,54	10,26	7,30	3,3	3,93	43,88
2020	15,17	16,05	13,76	10,12	4,96	6,29	33,65
2021	16,29	13,77	11,06	7,96	3,56	5,16	42,20
2022	20,80	16,80	13,44	8,97	4,16	4,9	30,93

Fonte: O autor, a partir de dados da Plataforma Nilo Peçanha (2023)

É possível depreender que dentre estudantes que declaram a renda familiar na RFEPCT, os que tem têm renda declarada de até 0,5 salário mínimo são a maioria dos atendidos. O ano de 2020 foi a única vez em que o percentual de renda familiar de até 0,5 salário mínimo foi menor dos que tem renda entre meio salário mínimo e 1 salário mínimo. É possível que estudantes com renda familiar de até 0,5 salário mínimo estivessem fora da escola por um questão de sobrevivência, frente à pandemia da Covid-19 e por isso esse percentual diminuiu especificamente em 2020. De forma geral, os números de todas as faixas podem ser maiores; tendo vista os percentuais daqueles que não declaram renda, sendo um *gap* que precisa ser investigado.

Em relação à autodeclaração racial, os dados estão demonstrados na Tabela 7

Tabela 7 – Autodeclaração racial na RFEPCT (em %) (2018-2022)

ANO	AMARELA	BRANCA	INDÍGENA	PARDA	PRETA	NÃO DECLARADA
2018	1,36	23,55	0,52	31,27	7,02	36,29
2019	1,08	27,84	0,50	35,51	7,90	27,17
2020	**1,31**	**35,84**	**0,40**	35,18	**9,03**	**18,24**
2021	1,04	31,11	0,41	34,15	8,84	24,46
2022	1,02	32,30	0,46	35,97	8,86	21,39

Fonte: O autor, a partir de dados disponibilizados na Plataforma Nilo Peçanha (2023, grifos nossos)

Os dados mostram que a população que se autodeclara parda sempre teve um

percentual maior do que as que se autodeclaram amarelas, brancas, indígenas e pretas, com exceção de 2020. Outro dado importante em 2020 é que os percentuais de estudantes que se autodeclararam amarela, branca e preta foram o maior no período analisado e o menor em relação às pessoas que se autodeclararam indígenas. Ainda, o ano de 2020 apresentou o menor percentual de estudantes que não se autodeclararam. Em relação a esses dados de recortes raciais no ano inicial da pandemia, período de incertezas em relação à sobrevivência, as pessoas tomaram decisões mais contundentes sobre si, sobre suas vidas, sobre seu pertencimento no mundo e isto pode ter relação com esses percentuais, ou seja, ao mesmo tempo que os não declarados diminuíram, os que se autodeclararam amarelos, brancos e pretos aumentaram, a única exceção foi em relação à população indígena.

Na seção seguinte apresentamos uma discussão sobre emancipação e alienação, a partir da EJA-EPT.

1.3.9 EJA-EPT na RFEPCT: emancipação e alienação

A matriz curricular, o projeto Político Pedagógico dos cursos da EJA-EPT, o protagonismo das e dos estudantes e de servidoras e servidores docentes e técnicas e técnicos administrativos que atuam na modalidade têm importância fundamental nesse caminho da emancipação e da superação da alienação. Assim, falar da emancipação é discutir as questões da desumanização e da humanização dos sujeitos "[...] Humanização e desumanização, dentro da história, num contexto real, concreto, objetivo são possibilidades dos homens como seres inconclusos e conscientes de sua inconclusão (FREIRE, 1987, p. 16). O processo "[...] histórico de refinamento e humanização dos sentidos é um processo intrinsecamente social." (MÉSZÁROS, 2016, p. 184). A desumanização também é construção social, ou seja, são processos de autoconstrução por parte dos sujeitos (FREIRE, 1987). Tonet (2005) entende o trabalho, a cidadania, a emancipação humana e a educação como elementos responsáveis pela autoconstrução humana.

Em relação à educação, a BNCC (MEC, 2017) apresenta contradições em sua tentativa de implementação, quando em sintonia fina com o capitalismo apresenta aspectos tais como: empreendedorismo, competências socioemocionais, mediação de conflitos e organização dos itinerários formativos, com segmentações e fragmentações sem mudança social radical. Na mesma direção, a opção por disciplinas de Matemática e Língua Portuguesa (ou língua

materna para povos indígenas) como disciplinas principais e a possibilidade de exclusão de outras disciplinas e de inserções aligeiradas das demais disciplinas no processo de formação básica indo na direção contrária à formação de um sujeito crítico.

Os currículos construídos para os sujeitos da EJA-EPT devem capacitá-los para "se emanciparem da instabilidade e da exploração a que a sociedade os condena" (ARROYO, 2017, p. 59). A educação tem papel chave nesse sentido "[...] porque afeta diretamente os próprios processos de "interiorização por meio dos quais a alienação e a reificação puderam prevalecer até agora na consciência dos indivíduos" (MÉSZÁROS, 2016, p. 277). Chauí(2000) pontua que a alienação econômica é a principal dentre as outras, quais sejam, educacional, cultural, religiosa, da natureza e a estética. Nesse sentido, Grespan (2021) traz "[...] a alienação consiste na "estranheza" do mundo dominado por um poder social sobre o qual os indivíduos perderam qualquer controle [...] o produto parece como produtor e o produtor como produto" (GRESPAN, 2021, p. 26). Mészáros (2016) também explica a característica da alienação em transformar tudo em mercadoria, inclusive o ser humano. A educação tem sido responsável por contribuir com essa alienação; tendo em vista "[...] o complexo sistema educacional da sociedade também é responsável por produzir e reproduzir o quadro de referência dos valores, dentro do qual os indivíduos particulares definem seus próprios objetivos e fins específicos [...]" (ibidem, p. 266).

Outra questão trazida pelo autor é que segundo Marx o corpo inorgânico do homem, com a alienação, também passa ser algo estranho a ele

> Marx usa a expressão: "o corpo *inorgânico* do homem", que não é simplesmente aquele que está dado pela natureza, mas a expressão e incorporação concretas de um estágio historicamente dado e de uma estrutura de atividade produtiva na forma dos seus produtos, que vão de bens materiais até obras de arte. Como resultado de uma alienação do trabalho, o "corpo inorgânico do homem" parece ser meramente exterior a ele,e, por conseguinte, pode ser transformado em mercadoria. Tudo é "reificado", e as relações ontológicas fundamentais são viradas de cabeça para baixo. O indivíduo se conforma como meros objetos (coisas, mercadorias, uma vez que seu "corpo inorgânico" – "natureza aprimorada" e força produtiva exteriorizada- foi alienado dele. Ele não está consciente de que é um "ser genérico" [...](ibidem, p.80)

O resultado da alienação é "o empobrecimento humano em escala maciça, correndo paralelamente ao enriquecimento material do indivíduo isolado" (ibidem, p. 186). Superar a alienação pressupõe-se ultrapassar a satisfação individual e individualizante que isola; que é egoísta; que cria barreiras para a fruição humana efetivamente e apenas mira na

imediaticidade (ibidem, 2016). A alienação na concepção marxista pode ser explicada pelo conflito, por uma classe que vai ser enganada para que não se perceba inserida no processo de produção a que está envolta; que dificulta a percepção de que sem ela não há mundo.

Mészàros (2008) reforça essa direção, ou seja, a necessidade do desenvolvimento contínuo da consciência socialista como meio para se alcançar essa emancipação. Assim, a educação socialista pode definir-se como aquela que "não se separa e interage continuamente com a transformação histórica geral em andamento em qualquer momento dado" (ibidem, p. 89). Na educação socialista "[...] As causas sociais devem e podem ser enfrentadas na estrutura educacional [...] como causas historicamente originadas e determinações estruturais claramente identificáveis [...]" (ibidem, p. 88). Ela ocorre e se materializa, a partir das circunstâncias engendradas pelos próprios homens. Assim, temos que "A coincidência do mudar das circunstâncias e da atividade humana só pode ser tomada e racionalmente entendida como práxis revolucionante" (MARX, 1982, p. 1). Dessa forma podemos compreender que "é na práxis que o ser humano tem de comprovar a verdade, isto é, a realidade e o poder, o carácter terreno do seu pensamento" (ibidem, p. 1). Esse caráter terreno se consubstancia através do humanismo de Marx, a partir das práticas transformadoras desses homens convergindo numa "humanidade socializada" (ibidem, 1982). Assim, essa humanidade pode claramente ser explicada

> porque nada de humano é alheio ao homem, não pode o homem acomodar-se a que o alienem da sua humanidade; porque o humano é feitura do homem, não pode o homem demitir-se da construção da sua humanidade; porque humano é o horizonte, não pode o homem descurar a configuração do seu destino (BARATA-MOURA, 1997, p. 150)

O humanismo pontuado na teoria marxista nos leva a refletir e agir sobre a realidade. A subseção seguinte traz uma discussão sobre as Diretrizes Operacionais para a EJA

1.3.10 Diretrizes Operacionais para a EJA

A Resolução n.º 1, de 28 de maio de 2021 tem seu conteúdo alinhado à BNCC. O referido documento institui as Diretrizes Operacionais para a EJA. Algumas características do documento são trazidas a seguir

> Quando combinadas BNCC e Diretrizes Operacionais para a EJA, o que percebemos

> é um currículo pensado de forma homogênea, com foco em crianças e jovens (no caso da BNCC) com uma redução da carga horária e diversas possibilidades de redução do ensino presencial (de acordo com as diretrizes operacionais).(ALVARENGA; CORRÊA; RIBEIRO, 2021, p. 12)

Ainda, ALVARENGA; CORRÊA; RIBEIRO (2021) trazem que há uma "preocupação com oferta de várias formas de concluir ou certificar os estudantes, e a utilização, sempre que possível, da educação a distância" (ibidem, p. 12). O GT 18 da ANPED emitiu em dezembro de 2020 carta aberta de repúdio às Diretrizes Operacionais para a EJA, que seriam homologadas em maio de 2021. As questões apontadas foram

> 1- A construção do documento ocorreu de forma aligeirada e não transparente, pois não foram escutados os movimentos da EJA, as instituições de ensino superior (universidades e institutos federais), as associações científicas, especialistas e pesquisadores do campo, gestores, educadore(a)s e educando(a)s [...]
>
> 2 - O documento está alinhado às reformas institucionais neoliberais [...]
>
> 3. O relatório desconsidera as Diretrizes Curriculares da EJA de n.º 11/2000 [...]
>
> 4. O documento desconsidera o conceito de modalidade EJA que tem especificidades [...]
>
> 5. O parecer da relatora fere a Constituição Federal de 1988 e a Lei n.º 9.394/1996, que orientam um processo formativo na EJA para a afirmação da cidadania e para o trabalho, sob a ordem do direito em perspectiva democrática e emancipatória. Em relação a isso, desconsidera as orientações da LDB e Constituição Federal, no que concerne:
>
> a. aos tempos e etapas descritas na LDB que identifica a Educação Básica nas etapas da Educação Infantil, Ensino fundamental e Ensino Médio, uma vez que o documento produzido em parceria com a SEB/MEC e CNE/CEB traz uma proposta de organização da oferta educativa para jovens e adultos em segmentos (o 1º segmento referente aos anos iniciais do Ensino Fundamental; o 2º segmento para os anos finais do Ensino Fundamental; e o 3º segmento para o Ensino Médio)
>
> b. à EJA como modalidade marcada pela ordem do direito, numa perspectiva democrática, emancipatória; reapresentando-a numa concepção conservadora, aligeirada e compensatória.
>
> c. ao dever do Estado em ofertar educação básica para os que não tiveram acesso em idade considerada própria pela legislação.
>
> d. à oferta da EJA na modalidade EAD sem atender às orientações das Diretrizes Nacionais da EAD, e as especificidades dos estudantes da EJA, no tocante à possibilidade concreta de acesso à Internet, a equipamentos tecnológicos, espaço de estudo em seu próprio domicílio, entre outros.
>
> 6. O parecer precariza as políticas públicas para EJA e se fundamenta em um tratamento equivocado de conceitos [...]
>
> 7. O parecer explicita um tratamento de flexibilização no atendimento que

> oficializa a precarização da oferta [...]
>
> a. EJA COMBINADA: que tem como base o cumprimento da carga horária mínima nas formas direta e indireta, ambas reconhecidas como presencial, em que o/a professor/a cumpre carga horária presencial " [...] ficando à disposição de estudantes que apresentarem dúvidas [...]" (p.15);
>
> b. EJA DIRECIONADA: que implica em permitir na carga horária diária, redução do atendimento em horas presenciais, que pode ocorrer em até cinco aulas por semana e em até cinco componentes curriculares diferentes, com substituição por atividades remotas ou não presenciais;
>
> c. EJA MULTIETAPA: com a organização de turma multiseriadas, que visa a atender, principalmente, aos sujeitos do campo, de comunidades indígenas e quilombolas; aos sujeitos privados de liberdade; à população em situação de rua; aos sujeitos da educação especial, entre outros.
>
> d. EJA VINCULADA: ofertas em "unidades acolhedoras" vinculadas à uma unidade escolar;
>
> 8. O documento estabelece a validação e o reconhecimento de saberes numa abordagem reducionista ligada à lógica do mercado de trabalho e numa abordagem restritiva de conhecimento. (ANPED, 2020)

A partir dos pontos levantados pela Anped realizamos algumas considerações: Como as Diretrizes Operacionais para a EJA se relacionam com essa questão da rigidez ou das possíveis flexibilidades curriculares propostas? Assim, as flexibilidades propostas propiciariam um estudo aligeirado, sem o direito ao tempo de aprendizagem que as/os estudantes da EJA têm. Até que ponto as/os estudantes têm condições de materializar esses estudos flexíveis dada a desigualdade digital, as precariedades do mercado de trabalho? Como efetivar uma formação integral, omnilateral com tanta flexibilidade, com tempos escassos?

Em relação à participação popular na feitura do documento, a importância do relevo aos direitos coletivos, à participação é trazida por Santos (2006, 2013) e Freire (1987) quando se lembra do Movimento de Cultura e Libertação Popular; que colocou os trabalhadores como protagonistas na luta por direitos coletivos. Essa participação revela "[...] não a cara selvagem, mas as caras de outro projeto humano, político, de cidade, de campo, de escola, de sociedade. Reagem a serem pensados e alocados "de fora" [...] "agem de dentro"".(ARROYO, 2017, p. 39). Assim, não houve lugar nas novas Diretrizes Operacionais para a EJA para esse protagonismo.

É possível observar logo no inicio do documento a tentativa de alinhamento do mesmo à BNCC, ora, se a BNCC está eivada de equívocos tal documento por associação

àquele também está. Conforme relato do(a) entrevistado(a) do quadro do MEC realizada nesta pesquisa o primeiro equívoco das Diretrizes foi não ter dialogado com a sociedade durante sua elaboração, foi feita a portas fechadas e foi baseada nas Diretrizes do DF.

A Resolução nº 01/2021 dá |ênfase logo em seu art. 1º à aprendizagem ao longo da vida e aqui, tendo em vista o governo que a elaborou fica o questionamento: aprendizagem para o mercado ou para emancipação dos sujeitos?

Um segundo ponto é sobre a flexibilização de oferta da EJA e aqui fazemos uma correlação com o art. 4º que permite que até 80% de carga horária seja no formato EAD.Como sabemos , historicamente o estudante da EJA e da EJA-EPT em sua maioria apresenta vulnerabilidade em sua formação acadêmica e ofertar até 80% de carga horária em EAD não contribuiria para uma educação emancipadora, mas para a manutenção de uma educação fragmentada, longe das discussões nas aulas presenciais.

O documento trata de direitos e objetivos da aprendizagem a partir de competências e habilidades, tal qual a BNCC, ressaltando também essa competências e habilidades em correlação com Língua Portuguesa, Matemática e Inclusão Digital. Nesse sentido, quando voltamos à aprendizagem ao longo da vida, se esta estiver relacionada apenas à Língua Portuguesa , Matemática e Inclusão Digital certamente não estará formando um sujeito crítico, mas adestrado para o trabalho e contribuindo para a reprodução do MPC.

A chamada EJA combinada, preconizando 30% de carga horária com o professor e o restante em atividades extracurriculares é mais uma possibilidade de negação à educação de qualidade e emancipadora dos sujeitos da EJA. A EJA Multietapas, que propõe juntar vários estudantes em níveis de aprendizagem diferentes em um único espaço é outro equívoco, ainda mais quando se usa essa solução para atestar a “falta de demanda”, dificuldade de acesso, culpabilizando populações vulneráveis e lhe roubando o direito à uma educação de qualidade, plena, integral e não fatiada em um único espaço, o que deixa clara a falência do Estado em ofertar educação adequada a cada um e a cada uma.

Por outro lado, a inserção da EJA no SINAEB, a preconização de formação especifica em EJA para docentes, o aproveitamento de estudos e conhecimentos adquiridos antes de estudantes ingressarem na EJA, entendo como pontos positivos da Resolução.

No mesmo ano, o governo Bolsonaro homologou outro documento, a Portaria n.º 962, de 1º de dezembro de 2021 que trazemos na subseção seguinte.

1.3.11 Portaria n.º 962, de 1º de dezembro de 2021 durante o governo Bolsonaro

A Portaria n.º 962, de 1 º de dezembro de 2021, publicada em 2 de dezembro de 2021 instituiu o Programa da Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional – EJA Integrada – EPT estabelecendo orientações, critérios e procedimentos para concessão de recursos financeiros às instituições pertencentes à RFEPCT, sob a coordenação da Secretaria de Educação Básica-SEB. O documento teve como objetivo contribuir para o Plano Nacional de Educação – PNE, especificamente a meta 10. A Portaria, em seu Art. 1º apresenta o objetivo geral do mesmo

> Instituir o Programa da Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional - EJA Integrada - EPT, com o objetivo de fomentar a Educação de Jovens e Adultos - EJA de forma integrada à formação profissional, a fim de garantir o cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação - PNE, especialmente a meta 10. (MEC, 2021)

O documento traz no art. 2º os seguintes princípios

> I - integração entre a formação básica e a formação profissional, **na perspectiva de uma aprendizagem ao longo da vida**, de formação integral do educando, de forma a propiciar a melhoria de suas condições de vida e de trabalho;
>
> II - **educação e formação profissional como direitos** de jovens, adultos e idosos;
>
> III - oferta de EJA, fundamentada em práticas educativas que atendam às especificidades dos educandos, de modo a considerar e valorizar saberes, culturas, línguas, projetos de vida e processos produtivos, e promover uma educação contextualizada;
>
> IV - **trabalho compreendido como princípio educativo**;
>
> V - **pesquisa compreendida como princípio pedagógico**; e
>
> VI - articulação da EJA com os arranjos produtivos locais como forma de **integração entre a educação básica e o mundo do trabalho**.(MEC, 2021, grifos nossos)

Nesse sentido, podemos observar que os princípios apresentados estão em sintonia com uma educação integral, levando em conta o trabalho como princípio educativo, a pesquisa como princípio pedagógico e oferta educativa alinhada às necessidades dos educandos.

Conforme art. 3, dos objetivos específicos, busca-se, dentre outros, a elevação de escolaridade, a ampliação de acesso, permanência e conclusão; fomento da integração da EJA-EPT aos Ensino Fundamental e Médio nos municípios, estados e no DF , contribuir com o apoio ao desenvolvimento de propostas pedagógicas específicas, integrando "educação, ciência, trabalho, tecnologia e cultura" e ainda ensejar a promoção "elevação da escolaridade de jovens, adultos e idosos, articulada à educação profissional." .(MEC, 2021)

A oferta de curso vem explicitada nos artigos 5 e 6

> Art. 5º O Programa EJA Integrada - EPT será desenvolvido por meio da oferta de cursos de ensino fundamental e ensino médio, articulados com qualificação profissional ou curso técnico de nível médio.
>
> Art. 6º Os cursos ofertados no âmbito do Programa EJA Integrada - EPT **deverão ser realizados pelas instituições pertencentes à RFEPCT de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - RFEPCT,** nos seguintes formatos:
>
> I - na **forma integrada**, a qual resulta de **currículo pedagógico que integra os componentes curriculares da formação geral com os que compõem a formação profissional,** em uma proposta pedagógica única, com vistas à formação e à qualificação em diferentes perfis profissionais, atendendo às possibilidades dos sistemas e às singularidades dos estudantes, com matrícula única na mesma instituição;
> II - **concomitante**, **na qual a formação profissional é desenvolvida paralelamente à formação geral (áreas do conhecimento), podendo ocorrer, ou não, na mesma unidade escolar**, por meio de matrículas distintas para cada curso; e
> III - **concomitante na forma, uma vez que é desenvolvida simultaneamente em distintas instituições educacionais, mas integrada no conteúdo**, mediante a ação de convênio ou acordo de intercomplementariedade, para a execução de Projeto Político Pedagógico - PPP unificado, ofertada simultaneamente em escolas diferentes, mas com os conteúdos integrados, nos termos dos convênios pactuados.(BRASIL, 2021, grifos nosso)

Na RFEPCT ofertamos a EJA-EPT na forma integrada. Nesse caso, a possibilidade de oferta nos demais formatos enseja uma forte ação de aproximação da RFEPCT com as redes municipais, estaduais, bem como com outros órgãos da própria Rede. Assim, a capilaridade que a RFEPCT possui pode contribuir nesse sentido.

O Art. 7º lembra da necessidade deste Programa estar em consonância com as diretrizes e normas nacionais, bem como com normas relacionadas "educação a distância, educação do campo, educação especial, educação no âmbito do sistema prisional e do atendimento socioeducativo, entre outros públicos e modalidades de ensino."(BRASIL, 2021). Aqui , lembramos da Resolução n º 1, de maio de 2021 quando o referido documento foi elaborado sem participação de profissionais da EJA e EJA-EPT, quando traz uma série de

flexibilidades no processo pedagógico, aligeirando a formação. Assim, quando a Portaria n.º 962, de 1º de dezembro de 2021 atesta sua sincronia com diretrizes e normas nacionais é preocupante, pois estamos falando em sintonia também com a Resolução 1º /2021, o que, portanto, por analogia esta Portaria careceria de alterações.

Conforme art. 10, as iniciativas desenvolvidas e financiadas pelo Programa EJA-EPT deverão estar articuladas com as redes municipais e estaduais, levando em conta os arranjos produtivos locais; realizando mobilização e busca ativa de estudantes; ofertando cursos alinhados ao Cadastro Nacional de Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio (CNCT); realizando estratégias de monitoramento da permanência dos estudantes; engendrando esforços para formação continuada de profissionais que atuam diretamente na oferta de cursos; produzindo material pedagógico em formatos impressos ou digital para atendimento específico à EJA; avaliando a aprendizagem e reconhecimento de saberes, considerando a educação e a aprendizagem ao longo da vida a partir dos mais diversos públicos atendidos pela EJA e nesse caso, devem ser ofertados currículos diferenciados respeitando essa diversidade contribuindo com pesquisa e inovação para que a EJA-EPT seja aprimorada (BRASIL, 2021). Uma questão que é trazida no artigo 10 e que devemos estar atentos é a menção à aprendizagem ao logo da vida: precisamos defender que a aprendizagem não seja aprendizagem para o mercado, mas para que o sujeito se coloque e se reconheça como sujeito de direitos, consciente de si e de seu papel no mundo.

Em resumo, o documento foi elaborado durante o governo Bolsonaro e por inferência tal documento serviu para atender a meta 10 do PNE. Vale lembrar que o ano de 2022 era ano de eleição presidencial e atingir as metas do PNE serviria como ação positiva para a tentativa de reeleição de Bolsonaro.

A subseção seguinte traz mais um documento importante , agora referente a repasse de recurso para a RFEPCT.

1.3.12 Edital MEC/SEB n.º 17, de 15 de fevereiro de 2022

O MEC lançou o edital MEC/SEB n.º 17/2022; que tinha como objeto o chamamento público de adesão ao Programa de Apoio à oferta da Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional - Programa EJA Integrada – EPT pela RFEPCT , a partir da oferta de Ensino Fundamental e Médio, conforme Portaria n.º 962/2021. No item 6.7 do edital, os

projetos a serem apresentados pela RFEPCT deveriam estar em consonância com a

> Portaria n.º 962, de 1º de dezembro de 2021, a Resolução CNE/CEB n.º 1/2021, que institui as Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e demais normas nacionais definidas para a Educação de Jovens e Adultos e, quando for o caso, para a educação a distância, educação do campo,educação especial, educação no âmbito do sistema prisional e do atendimento socioeducativo, entre outros públicos e modalidades de ensino.(MEC/SEB, 2022)

O repasse de recursos seria realizado tendo com prioridades instituições da RFEPCT que ainda não ofertam a EJA-EPT e seguindo determinados critérios

> 8.1 Serão priorizados os projetos submetidos por instituições que ainda não possuem ações em execução no âmbito do Programa EJA Integrada;
>
> 8.2 Serão priorizados os projetos que possuírem articulação com entes federados com o menor Índice de Desenvolvimento Humano;
>
> 8.3 **Serão priorizados os projetos das regiões Norte e Nordeste**, observando que possuem os menores Números Médios de Anos de Estudo de acordo com a PNAD Contínua de 2019 (Pessoas com 25 anos ou mais de idade);
>
> 8.4 Serão priorizados os projetos que contemplem o atendimento de refugiados e migrantes;
>
> 8.4.1 No caso do atendimento de refugiados e migrantes, obrigatoriamente, deverá ser incluído, na lista de ofertas de curso EJA-FIC, o curso de Português como língua de acolhimento;
>
> 8.5 Serão priorizados os projetos que contemplem o atendimento de pessoas privadas de liberdade;
>
> 8.6 Serão priorizados os projetos que contemplem estudantes com deficiência e
>
> 8.7 Serão priorizados os projetos que contemplem estudantes do campo, quilombolas, indígenas e populações itinerantes (MEC/SEB, 2022)

Ainda, existem outras exigências, tais como

> 13.2 Os Projetos deverão realizar a matrícula de, no mínimo, 300 estudantes em cursos do Programa EJA Integrada - EPT organizados em consonância com os itinerários formativos do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos;
>
> 13.3 Quando se tratar de cursos de formação continuada serão apoiados aqueles que disponibilizarem, no mínimo, 100 vagas para profissionais da educação entre professores, técnicos e gestores que atuam com a EJA, com um mínimo de 100h de duração;
>
> 13.4. Os recursos destinados às atividades acadêmicas do Programa EJA Integrada podem ser utilizados nos seguintes tipos de despesas:

> 13.4.1 - Pagamento de profissionais contratados para atuarem no Programa, inclusive profissionais para mobilização e busca ativa do público, monitoramento da permanência, apoio à inclusão digital, elaboração de currículos e desenvolvimento de cursos em diferentes formatos;
>
> 13.4.2 - Pagamento de instituição formadora ou formador(es) para o desenvolvimento da formação continuada dos professores e/ou gestores, quando necessário;
> 13.4.3 - Material de custeio para a oferta direta do curso da EJA Integrada - EPT e da formação continuada de professores e demais profissionais da educação;
>
> 13.4.4 - Aquisição de gêneros alimentícios exclusivamente para fornecer lanche ou refeição aos estudantes matriculados no Programa EJA Integrada - EPT, até que o Ente Executor (EEx) passe a receber os recursos procedentes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);
>
> 13.4.5 - Custeio de locação de espaços e equipamentos e aquisição de material de consumo e pedagógico, para oferta dos cursos do Programa EJA articulada e
>
> 13.4.6 - Elaboração e/ou aquisição de recursos educacionais abertos para realização dos cursos, gravação de vídeoaulas, gasificação de conteúdo e demais atividades necessárias para a elaboração dos conteúdos de atividades não presenciais. (MEC/SEB, 2022)

Os recursos a serem disponibilizados levam em conta a análise da compatibilidade orçamentária , conforme Quadro 1

Quadro 1 - Limite orçamentário de recursos para curso de EJA-EPT (Portaria n.º 962 de 2021)

Objeto	Custo base
I. Curso FIC Integrado	R$ 10,00 hora/aula/aluno - Valor referência Pronatec.
II. Formação continuada	R$ 15,00 hora/aula/aluno - Valor referência Pronatec acrescido de adicional de R$ 5,00.
III. Material pedagógico	Se ambas as ofertas forem presenciais, R$ 230,00 por aluno (Curso FIC e Formação continuada), valor único que será distribuído para os dois cursos. Se uma das ofertas for a distância ou híbrida, R$ 160,00 por aluno (Curso FIC e Formação Continuada), valor único que será distribuído para os dois cursos. Se as duas ofertas forem a distância ou híbridas, R$ 115,00 por aluno(Curso FIC e Formação Continuada), valor único que será distribuído para os dois cursos.
IV. Mobilização	R$ 65.000,00 por projeto, inclui eventos, visitas, divulgação em rádio, TV ou outros meios de comunicação.
V.Monitoramento/ Permanência	R$ 100.000,00 por projeto, inclui assistências ao estudante, tais como alimentação, transporte, visitas domiciliares, assistência à saúde, plantões pedagógicos, entre outros.
VI. Inovação e Pesquisa	R$ 100.000,00 por projeto, inclui pesquisas, criação de incubadoras de projetos de empreendedorismo, projetos inovadores de integração curricular, criação de aplicativos, softwares, entre outros.

Fonte: MEC (2022)

O edital, lançado no governo Bolsonaro, com todos os revezes do período em relação à Educação com trocas constantes de ministros, com ataque à democracia, com extinção da

Secadi, com a EJA relegada a uma coordenação com 3 pessoas é decorrente também do protagonismo de servidoras e servidores do MEC, que estavam lutando pela EJA e pela EJA-EPT naquele espaço conflitante. A atenção por parte de técnicos e técnicas em relação a algum recurso disponível na Pasta contribuiu para que esse edital fosse lançado e os recursos encaminhados à RFEPCT. Assim, constatamos que políticas públicas, mesmo em governos antidemocráticos podem ser efetivadas a partir da ação de sujeitos que não corroboram com esse tipo de direcionamento. Esse edital é exemplo de que um serviço público forte, com servidores concursados, comprometidos com a coisa pública, com a democracia, com políticas públicas que minimizem desigualdade, faz toda a diferença. Enquanto pesquisador, enquanto servidor do quadro técnico administrativo do MEC é preciso ressaltar essa contribuição do corpo técnico do MEC.

Em se tratando de protagonismo, na próxima subseção faremos uma discussão sobre o a atuação dos fóruns de EJA no Brasil e no IFRJ.

1.3.13 Fóruns de EJA no Brasil e o Fórum de EJA do IFRJ (FEJA-IFRJ)

Em relação à participação social, ao protagonismo da sociedade civil na conformação dos direitos e legislações referentes à EJA, ressaltamos a importância dos Fóruns de EJA no Brasil; que têm tido papel fundamental nesse processo. Estes surgiram dada a necessidade de se realizar diagnóstico da EJA no Brasil, como preparação à Conferência Internacional de Educação de Jovens e Adultos V (CONFINTEA V), em 1997,em Belém-PA, Brasil

> Em 1996, O MEC convocou e organizou uma série de encontros pelo país, envolvendo diversos segmentos que atuavam na Educação de Jovens e Adultos: secretarias estaduais, secretarias municipais, universidades, movimentos populares, sindicatos, representantes da área empresarial, organizações não governamentais, enfim aqueles que, de forma direta ou indiretamente estavam envolvidos com a EJA. O objetivo desses encontros era o de elaborar um diagnóstico da realidade de atendimento da EJA no país, que o Ministério não possuía naquela ocasião (COSTA; MACHADO, 2017, p. 106)

Nesse sentido, foi possível perceber a interlocução do governo com os sujeitos envolvidos na EJA naquele momento.

Em relação ao IFRJ, o Fórum de Educação de Jovens e Adultos (FEJA-IFRJ) foi constituído em 2015 e conta atualmente com cerca de 40 membros, porém tendo atuação mais efetiva de cerca de 20 membros. O FEJA-IFRJ com o objetivo de realizar uma formação

permanente em EJA, busca discutir e analisar os caminhos que a EJA-EPT vem tomando desde sua inserção na instituição em 2006, a partir de seminários.

O seminário 1, de 27 de abril de 2021 contou como convidada, a Professora Dra. Marise Ramos da UERJ/Fiocruz; que apresentou uma trajetória histórica da EJA/EJA-EPT na instituição, da qual fez parte na condição de estudante no curso Técnico de Química e depois como docente e gestora. É fundamental ressaltar que foi na condição de Diretora de Ensino, na então ETFQ-RJ, em fins de anos 1990 e início do anos 2000 que a EJA foi implantada na instituição.

Ramos(2021) lembrou que após o processo de redemocratização, a instituição teve uma interlocução com a Central Única dos Trabalhadores -CUT, com órgãos de governo; tendo em vista que no contexto da LDB já se discutia a necessidade de inserção da EJA na RFEPCT. A expertise da RFEPCT deveria, portanto, atender também à modalidade. Essa aproximação começou com o sindicato dos metalúrgicos e foi se efetivando com o Programa Integrar, que vislumbrava formação básica e qualificação profissional dos trabalhadores. Em um segundo momento com a CUT, através do Projeto Integração. Houve também aproximação com Ongs que tinham também a demanda por certificação. A atribuição da certificação era do governo do estado do Rio de Janeiro, mas naquele momento haviam barreiras entre essas ONGs e as esferas governamentais, dificultando esse processo. Assim, a participação da instituição foi primordial(informação verbal)[3].

Assim, foram realizados dois convênios: um com a ONG Viva Rio e outro com a CUT. Ramos (2021) tendo em vista essa relação da EJA com a formação de trabalhadores, lembrou que o Grupo de Trabalho de EJA da Anped iniciou um questionamento sobre o lugar da categoria trabalho na EJA, discutindo a centralidade desta categoria para EJA. Ramos (2021) ratificou também que a categoria trabalho tinha essa centralidade; que o "trabalho significa a possibilidade e realidade de produção humana pelos próprios sujeitos através do trabalho como princípio educativo que transforma a realidade para si"; que todos nós somos trabalhadores; que é uma categoria que nos define ontologicamente; que nos proporciona compreender a origem do conhecimento, da expropriação, alienação, mediação da existência humana; que define formas como a sociedade divide produção, riqueza, classes sociais, frações de classe e modificações da escola em relação com o mundo do trabalho (informação

[3] Informação verbal fornecida no Seminário de Formação Permanente em EJA pelo FEJA-IFRJ, Marise Nogueira Ramos, em 27 de abril de 2021.

verbal)[4].

Outra questão trazida é de que é preciso ter cuidado para a educação não servir exclusivamente à formação tecnicista e mercadológica. Os desafios pedagógicos: construir currículo que "não abra mão de conceitos clássicos, mas que tenha relação com os próprios saberes dos estudantes e tendo o cuidado com a integração profissional" (informação verbal)[5].

Ramos (2021) lembrou também da pedagogia das competências e da ação de organismos internacionais nesse sentido: OIT, do Banco Mundial e Unesco. Ramos (2021) ainda falou que a BNCC é uma intenção da retomada da reforma da Educação no governo de Fernando Henrique Cardoso e termina afirmando que o desafio maior é não perder o vigor do debate (informação verbal)[6].

O Seminário 2 ocorreu em 28 de janeiro de 2022 e trouxe como tema " Balanço da EJA no IFRJ: avaliação e perspectivas". Tratou dos desafios e possibilidades dos cursos. Assim, falou-se da trajetória histórica da implantação da EJA-EPT no IFRJ em 2006, das resistências e das dificuldades de infraestrutura para a sua implementação.

O Seminário 3 teve como tema "Reflexões sobre o currículo na perspectiva discente" , realizado em 18 de fevereiro de 2022. O objetivo do mesmo foi discutir a atualização do PPC do curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Educação de Jovens e Adultos, ofertado no *Campus* Nilópolis do IFRJ. Para tanto foi formado o Grupo de Trabalho de Atualização do Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos. Participou a doutoranda em Educação na UFRRJ, ex- aluna de EJA e ex-aluna da Especialização em EJA no IFRJ, Fabrícia do Nascimento Silva de Oliveira, a Coordenadora do Curso Professora Janaína Corenza, Sergio Vieira, docente de Geografia do município de São João de Meriti e ex-aluno da Especialização em EJA do IFRJ.

Fabrícia do Nascimento informou que demorou 7 anos para finalizar seu curso de EJA e que hoje seu percurso acadêmico no doutorado é também para entender sua condição de ex-aluna da EJA. Falou sobre Muniz Sodré, se referenciando à obra "Reiventando a Educação", que reitera a importância da educação continuada, das memórias, das experiências e dos

---

[4] Informação verbal fornecida no I Seminário de Formação Permanente em EJA pelo FEJA-IFRJ, Marise Nogueira Ramos, em 27 de abril de 2021.
[5] Informação verbal fornecida no I Seminário de Formação Permanente em EJA pelo FEJA-IFRJ, Marise Nogueira Ramos, em 27 de abril de 2021.
[6] Informação verbal fornecida no I Seminário de Formação Permanente em EJA pelo FEJA-IFRJ, Marise Nogueira Ramos, em 27 de abril de 2021.

relatos (informação verbal)[7].

Sérgio Vieira ressaltou a importância da aproximação entre a RFEPCT e os professores da EJA das redes municipais e estadual. Pontuou que temas como violência urbana, etnia, raça, diversidade, movimentos de transformação da educação brasileira na década de 1980, com ampliação de direitos e na década de 1990 como desmonte, precisam ser debatidos no currículo. Ainda, afirmou que o currículo precisa refletir o período pandêmico, a educação remota, seus reflexos e a necessidade da criação de disciplinas que não sejam padronizadas, mas articuladas com interesses dos alunos e professores, não necessariamente criando uma disciplina, mas trazendo tais temáticas (informação verbal)[8].

O docente Rony Leal do IFRJ, que faz parte do colegiado do curso atentou também para a necessidade do debate com o território, ou seja, com os profissionais da Baixada Fluminense (Informação verbal)[9].

O Seminário 4, ocorrido em 01 de junho de 2022 trouxe o tema "A EJA na Baixada Fluminense: construção de diálogos", ressaltando a necessidade do estreitamento de laços do curso com as coordenações de EJA em alguns municípios da Baixada Fluminense com as Secretarias de Educação. Nesse sentido, participaram profissionais de alguns municípios da Baixada Fluminense: Anselmo Martins Saldanha, Coordenador da EJA em São João de Meriti, Tatiana Barbosa – Coordenadora de EJA em Belford Roxo, Waleska Rangel – Coordenadora da EJA em Mesquita, Késsia Carvalho – Coordenadora da EJA em Paracambi, Fernanda Gouveia – TAE no *Campus* Duque de Caxias do IFRJ, integrante do colegiado do curso e integrante do FEJA-IFRJ e Janaína Corenza, Coordenadora do Curso de Especialização em EJA do IFRJ e também integrante do FEJA-IFRJ.

Corenza atentou para as Diretrizes Operacionais para a EJA de maio de 2021 e suas incoerências. Waleska falou da dificuldade de locomoção de estudantes que desejam regredir de período por não se acharem aptos a estarem em períodos seguintes. Thatiana Barbosa afirmou que pós-pandemia um grande número de alunos desistiu; que anualmente se percebe esse déficit; que existem turmas esvaziadas; que tem muita solicitação de formação continuada e que uma parceria com o IFRJ para um curso de extensão seria muito positiva.

---

[7] Informação verbal fornecida no III Seminário de Formação Permanente em EJA pelo FEJA-IFRJ, Fabrícia do Nacimento, em 18 de fevereiro de 2022.
[8] Informação verbal fornecida no III Seminário de Formação Permanente em EJA pelo FEJA-IFRJ, Sérgio Vieira, em 18 de fevereiro de 2022.
[9] Informação verbal fornecida no III Seminário de Formação Permanente em EJA pelo FEJA-IFRJ, Rony Leal, em 18 de fevereiro de 2022.

Disse que o município de Belford Roxo tem proposta curricular fechada, mas que a EJA trabalha com uma adaptação do Ensino Fundamental; que começou um processo de alteração curricular para EJA antes da pandemia e que o estava retomando (Informação verbal)[10].

Os convidados também lembraram que a EJA estava inserida na Secretaria de Educação Básica durante o governo Bolsonaro; que não havia um setor específico sobre EJA; que o Programa Nacional do Livro Didático não contempla a EJA desde 2013. Disseram que a EJA já estava invizibilizada desde o governo federal até nos âmbitos municipais e estadual; que ações intersetoriais são essenciais; que a EJA é uma modalidade onde os seus sujeitos são vistos como de 2ª classe.

Fernanda Gouveia afirmou, tal qual Waleska Rangel, que no IFRJ é recorrente o aluno se entender como não capaz de estar na série seguinte e querer retornar à série anterior. Lembrou que o IFRJ ficou 2 anos com Atividades Pedagógicas Não Presenciais; que foram organizados temas geradores para trabalhar com os alunos; que agora na educação presencial é preciso revitalizar projetos interdisciplinares e que a disciplina de projeto integrador será retomada. Fernanda Gouveia declarou também que a relação com o âmbito local precisa acontecer e que por isso a pesquisa e extensão são facilitadoras nesse sentido. Disse que é preciso realizar diálogos com o SUS, ONGs, movimentos sociais, cooperativas e envidar esforços para que estudantes tenham acesso facilitado à saúde mental. Trouxe também que a extinção da Secadi/MEC no govenro Bolsonaro e a evasão são intencionais por parte do governo para não garantir a Educação. Nesse sentido, entender o lugar que ocupamos na divisão internacional do trabalho e fortalecer uma estrutura intersetorial é necessário. Esse desmonte pode ser observado a partir do fechamento de salas de aula, diminuição de recursos, por exemplo (Informação verbal) [11].

Anselmo Martins afirmou que não é possível ter o mesmo currículo para o dia e para a noite; tendo em vista que são sujeitos diferentes. Waleska Rangel traz que muitos profissionais desistem de trabalhar na EJA pelas recorrentes mudanças de lotação dos docentes; que essas mudanças atrapalham uma dedicação e aprofundamento na EJA (Informação verbal)[12].

---

[10] Informação verbal fornecida no IV Seminário de Formação Permanente em EJA pelo FEJA-IFRJ, Janaína Corenza, em 01 de julho de 2022.
[11] Informação verbal fornecida no IV Seminário de Formação Permanente em EJA pelo FEJA-IFRJ, Fernanda Gouveia e Waleska Rangel, em 01 de julho de 2022.
[12] Informação verbal fornecida no IV Seminário de Formação Permanente em EJA pelo FEJA-IFRJ, Anselmo

O que podemos elencar de forma resumida dos encontros do FEJA-IFRJ é que os mesmo apontaram questões que também temos encontrado nesta pesquisa: falta de investimento na educação como um todo e na EJA, que no governo Bolsonaro a EJA continuava ocupando um lugar histórico de não investimento; a necessidade de intersetorialidade, a partir da aproximação do IFRJ com a EJA dos municípios e do estado, com Ongs, com o SUS, com o Trabalho, com a Assistência Social. É preciso a oferta de disciplinas articuladas aos interesses dos alunos; o enfrentamento ante as Diretrizes Operacionais para a EJA de maio de 2021; tendo em vista seus equívocos; ressaltar a importância da educação continuada na EJA, combater o *turn over* de docentes como motivo de falta de dedicação à EJA e evasão, bem como equacionar as conseqüências da pandemia de Covid-19.

A interlocução entre diversos atores, entre os fóruns de EJA do Brasil, movimentos de luta pela terra, sindicatos, militantes de direitos das mulheres, de LGBTQIAPN+[13], do movimento negro e indígena são essenciais para um política pública nacional de EJA-EPT. Não basta o atendimento estanque do estudante na escola, é preciso ir além. Entre 2019 e 2022 os constantes ataques ao meio ambiente e o descaso com a saúde ante a pandemia da Covid-19 certamente são questões que enfraqueceram essas relações. Ainda que a sociedade civil se organize e envide esforços para que essas correlações se materializem, estas não se efetivam plenamente sem o apoio e compromisso das instâncias governamentais.

O que se pode observar é que a partir de 2016 até 2023 os diálogos foram esgarçados, interrompidos por parte do governo Bolsonaro e de seus defensores; houve uma desarticulação entre as Pastas, a partir de crises permanentes, tentativas de ataques ao fundo público e alta rotatividade de gestores. As mudanças constantes de Ministros da Educação, da Saúde, do Meio ambiente no governo Bolsonaro deixa clara a dificuldade de articulação.

As metas expressas no PNE (2014) em relação à EJA demandam um nível de

---

Martins e Waleska Rangel, em 01 de julho de 2022.

[13] LGBTQIAPN+ marca um posicionamento de luta, resistência e orgulho, abrangendo lésbicas (L: mulheres que se relacionam com mulheres), gays (G: homens que se relacionam com homens), bissexuais (B: pessoas que se relacionam com homens e mulheres), transexuais e travestis (T: quem passou por transição de gênero), queer (Q: pessoas que transitam entre os gêneros, como as drag queens), intersexo (I: pessoa com qualidades e características masculinas e femininas), assexuais (A: quem não sente atração sexual por quaisquer pessoas), pansexuais (P: quem se relaciona com quaisquer gêneros ou orientações/condições sexuais), nãobinário (N: quem não se percebe como pertencente a um gênero exclusivamente, cuja identidade e expressão não se limitam ao masculino e feminino, estando fora do binário de gênero e da cisnormatividade) e o símbolo aditivo "+ (mais)" (+: outros grupos e variações de sexualidade e gênero). (MOREIRA, 2022, p. 5)

correlação entre diversos entes, as questões de saúde, trabalho, assistência social demandadas pelos sujeitos da EJA.

A terceira gestão de Luis Inácio Lula da Silva, a partir de 1 de janeiro de 2023, elaborou o decreto **Decreto n.º 11.342, de 1º de janeiro de 2023; que Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Educação e remaneja cargos em comissão e funções de confiança**, foi um redirecionamento democrático para Educação no Brasil, redesenhando a estrutura do MEC em seu primeiro dia de governo. O Decreto, em seu art. 30, que trata da Diretoria de Articulação com os Sistemas Nacionais de Ensino, Planos Decenais e Valorização dos profissionais da Educação, traz em seu item III a prerrogativa de "apoiar e estimular o funcionamento dos conselhos, dos fóruns e das instâncias colegiadas nos sistemas de ensino no âmbito da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios " (BRASIL, 2023). Assim, para o FEJA-IFRJ, o documento é mais uma possibilidade de fortalecimento e alcance de políticas para a EJA-EPT. Essa abertura de canais de comunicação, presente na terceira gestão Lula propicia a possibilidade de novas conquistas, de novos direitos, sendo esse momento profícuo para o FEJA-IFRJ. Ainda, no art. 31, item III, subitem VI , na mesma direção traz a prerrogativa de "apoiar ações para mobilização da comunidade educacional, com vistas ao fortalecimento da educação" (BRASIL, 2023).

Reafirmamos a necessidade de continuidade de fortalecimento dos diversos movimentos sociais e de apoio às alterações da estrutura do MEC, a fim de que sejam superadas dicotomias, gerenciamentos estanques e contribua com a abertura de diálogos entre os diversos sujeitos e o governo.

Em relação à EJA-EPT, firmar parcerias entre diversos entes, ampliar oferta de matrícula, aumentar recursos são possibilidades que contribuirão para o estreitamento de relações e que o Decreto n.º 11.342, de 1º de janeiro de 2023 está em sintonia fina com esses objetivos.

A oferta do Curso de Especialização em EJA do IFRJ é também resultado do protagonismo de profissionais que defendem a EJA-EPT, integram o FEJA-IFRJ e defendem a formação específica para atuar na EJA. Assim trazemos na subseção seguinte uma análise histórica e do perfil atual do referido curso.

1.3.14 Curso de Pós Graduação *lato sensu* em Educação de Jovens e Adultos do IFRJ - Formação Permanente

O IFRJ oferta o Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos no *Campus* Nilópolis desde 2011 (IFRJ, 2022f). O colegiado do curso tem promovido, em parceria com o FEJA-IFRJ, uma formação permanente, a fim de atualizar o Projeto Político Pedagógico do Curso (PPC). Foram realizados 4 encontros: 12 de março de 2021, 15 de março de 2021, 8 de dezembro de 2021 e 13 de maio de 2022. As questões trazidas nos dois primeiros encontros, a partir da TAE e docente do curso, Fernanda Gouveia foram a necessidade de incluir todas(os) profissionais interessadas(os) na EJA, a partir da concepção de uma educação integral; necessidade reconstrução do material didático; expansão de curso de EJA no IFRJ; envolvimento de outras organizações para além dos muros da instituição, evitando olhar "umbiguista" e revisando o discurso de excelência e de meritocracia da RFEPCT como mote de não lugar da EJA/EJA-EPT nesse espaço.

A professora convidada, Maria Margarida Machado da UFG apontou na aula inaugural do curso as seguintes questões como necessárias

1- É preciso entender o contexto da pandemia e seus resultados, a partir de negacionismo, aumento de mortos e da crise sanitária decorrente da pandemia da Covid-19;
2- Formação permanente é posição de luta;
3- EJA é espaço de direitos e disputas;
4- Educação continuada reitera que aprendemos desde quando nascemos até quando morremos;
5- É preciso verificar o quantitativo de pessoas que não concluíram a Educação Básica e entender que esse quantitativo é demanda potencial da EJA;
6- PROEJA iniciou como Programa, mas está se consolidando como política e, portanto, precisa ser política de Estado e não de governo;
7- Identificar os sujeitos da EJA;
8- Nascimento histórico da EJA está atrelado à necessidade de formação de mão de obra para o mercado e não como direito dos sujeitos, sendo mais uma estratégia de contensão que política educacional;

9- Processos de alfabetização não lograram o êxito necessário; assim temos ainda milhões que não concluíram a Educação Básica;
10- RFEPCT tem grande importância na formação de trabalhadores e trabalhadoras;
11- Crise de 2016 só piorou financiamento da EJA seja federal, estadual e municipal e
12- Desmonte da Secadi/MEC deixou claro o descomprometimento com a EJA.

O 3º. Encontro trouxe Mad'Ana Castro, docente do IFGO e a mesma apontou os seguintes desafios

1- A necessidade de se observar os milhões que não concluíram a Educação Básica como sujeitos a serem atendidos pela EJA;
2- Fortalecer rede com organizações que lutam pela EJA;
3- Entender os sujeitos da EJA como sujeitos coletivos;
4- Transformar o Proeja em política de Estado;
5- Efetivar 10% de matrículas para EJA na RFEPCT;
6- Reafirmar a EJA-EPT nos documentos institucionais – PDI, Regimento, Diretrizes;
7- Desenvolver projetos de extensão;
8- Ofertar formação continuada;
9- Propiciar diálogos regionais;
10- Incluir estudos sobre a mulher e
11- Atentar para a questão da evasão.

Amanda Neves, docente do IFPR disse é preciso nos voltarmos para questões de assistência estudantil, aspectos geracionais, de gênero, identidade/orientação sexual, etnicidade, origem e territorialidade, pessoas com deficiência, determinações de classe, econômicos, culturais, políticos e históricos. Amanda Neves disse ainda que devemos observar os números pós-pandemia, ou seja, evasão e necessidade de atendimento também dos que estão fora da Educação Básica; fortalecer os sujeitos enquanto coletivos; deixar que aflorem interrogações; olhar para geração de renda; segurança alimentar; condições da

mulher; educação solidária x empreendedorismo.

No 4º encontro o professor Sergio Vieira do município de São João de Meriti salientou que é preciso reafirmar a EJA como direito e não como apelo; que as propostas curriculares envolvem questões de poder, de relação de classe e que os sujeitos da EJA tem uma classe definida. Fernanda Gouveia trouxe o tema Projeto integrador; que é realizado no curso de Manutenção e Suporte em Informática Integrado ao Ensino Médio -MSI desde 2006 e pontuou que ele deve ser pautado pela práxis. Reiterou que pode ser usado como prática pedagógica, mas que é sobretudo uma forma de produzir conhecimento, buscando articular currículo e vida e trazer para a escola a pesquisa.

As contribuições na formação permanente atentam para a questão da EJA-EPT ser assumida como política de Estado e não mais como Programa, ou seja, que não esteja ao sabor dos governos, mas que seja permanentemente uma política do país.

Ainda, a necessidade de chegar a 10% de matrícula de EJA-EPT na RFEPCT, como preconiza o Plano Nacional de Educação - PNE em sua meta 10, combate ao analfabetismo, conforme meta 9 do PNE e elevação de escolaridade, conforme meta 8 do PNE. Consoante o último relatório de acompanhamento dos alcances das metas do PNE, tem-se com dados do Censo Escolar do INEP de 2015: em relação à meta 8, dos 12% previstos de elevação de escolaridade da população entre 18 e 29 anos, apenas 10,2% foi atingido. Em relação à meta 9 dos 93,50 % previstos de alfabetização para pessoas com 15 anos ou mais, chegou-se a 93%. Em relação à meta 10 dos 25% previstos para matrículas de EJA nos Ensino Fundamental e Médio, na forma integrada à educação profissional, apenas 1,5% de matrículas foram realizadas.

Dados da 81ª edição do Anuário Estatístico do Brasil (AEB) 2021, disponibilizados em maio de 2022 a projeção da população de residentes para 2026 é de 107.589.495 homens e 112.727.035 mulheres (IBGE, 2022, p. 2-13) . Tal projeção nos referencia aos dados da Unesco (2022) quando alerta que as mulheres são maior número de pessoas atendidas pela EJA. Nessa mesma direção, conforme trazido pelo FEJA-IFRJ há necessidade de uma maior atenção à temática da mulher. Essas observações se relacionam com a realidade e com a projeção agora apontada pelo IBGE, ou seja, as mulheres são a maioria da população e a maioria do público da EJA. Na subseção seguinte apresentamos uma panorama da EJA no Brasil atual.

1.3.15 EJA hoje no Brasil

A EJA no Brasil é historicamente entendida a partir de uma concepção residual e de não direito legítimo

> No Brasil, país que ainda se ressente de uma formação escravocrata e hierárquica, a EJA foi vista como uma compensação e não como um direito. Esta tradição foi alterada em nossos códigos legais, na medida em que a EJA, tornando-se direito, desloca a ideia de compensação substituindo-a pelas de reparação e equidade. Mas ainda resta muito caminho pela frente a fim de que a EJA se efetive como uma educação permanente a serviço do pleno desenvolvimento do educando (BRASIL, 2000)

Segundo dados do IBGE (2024), 68 milhões de pessoas, com 18 anos ou mais, não concluíram a Educação Básica e 11,4 milhões são analfabetas. Dados do IBGE (2024) mostram também que 11.403.801 pessoas não sabem escrever um simples bilhete, perfazendo um total de 7% de pessoas com 15 anos ou mais analfabetas no país em contraste com 151.547.694 alfabetizadas. Tais quantitativos demonstram a demanda potencial para a EJA e para a EJA-EPT.

As ações em prol da EJA até 2016 foram as ““Conferências Nacionais de Educação - CONAEs” de 2010 e 2014 e o novo PNE, culminando com a proposição do “Marco de referência da educação popular para as políticas públicas”” (BRASIL, 2014; FORUM EJA, 2016, p. 15). Ainda, a Conferência Nacional de Educação (Conae) de 2010 traz como pontos fundamentais em relação à EJA que

> As políticas de educação de jovens e adultos (EJA), ao serem implementadas, deverão ainda considerar as seguintes dimensões: intersetorialidade, controle social, concepções de EJA, formação de educadores(as), aspectos didático--pedagógicos, gestão pública e dados da EJA (CONAE, 2010, p. 150)

A Conae 2014 em relação à de 2010 não trouxe mudanças significativas (FORUM EJA, 2016, p. 15). Em relação ao PNE de 2014 a primeira questão relacionada à EJA é sobre o combate ao analfabetismo, que trouxe o termo “erradicação do analfabetismo”, termo que tem causado muita discussão; tendo em vista que “erradicação” é termo ligado à área da saúde. O termo ainda permanece no PNE. Os desafios da EJA são

> O desafio conceitual e de alcance das metas não se esgota na alfabetização: ele se estende à compreensão do que é a EJA. Tratada como modalidade da educação básica na LDB (LDBEN – Lei n.º 9.394/1996), a escolarização voltada para jovens e adultos ainda sofre com os preconceitos construídos historicamente, que consideram

> esse tipo de ensino de baixa qualidade e oferecido de forma ligeira. Isso explica em parte a posição de muitos gestores e gestoras, que vêem a EJA como correção de fluxo e como ação provisória – por isso, a perspectiva de que ela deve ser rápida e de que deve acabar. Essa questão se torna complexa quando entram, nesse cenário, as discussões sobre os exames de certificação e sobre a integração da EJA com a educação profissional [...] (FORUM EJA, 2010, 16),

O PNE traz 4 metas relacionadas à alfabetização, à EJA e à EJA-EPT

> Meta 3: universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento). (...)
>
> Meta 8: elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no país e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
>
> Meta 9: elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinqüenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.
>
> Meta 10: oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional (BRASIL, 2014a).

É também necessário lembrarmos da Emenda Constitucional n.º 59, de 11 de novembro de 2009, que previu "a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica" (BRASIL, 2009).

A meta 3 trata da questão dos adolescentes que não conseguem completar o Ensino Fundamental até os 14 anos por "precárias condições de vida dos adolescentes mais pobres, a inadequação dos currículos dos anos finais do Ensino Fundamental e as dificuldades das escolas em lidar com a identidade dessa população"(FORUM EJA, 2016, p. 18). Essas situações levam esses adolescentes para a EJA.

Paiva (2021, p. 33) faz uma crítica ao PNE de 2014; afirmando que o mesmo "no caso da EJA, metas e diretrizes careciam de sintonia e de vontade política para que se tornassem realidade". De forma geral, o que se vê são

> políticas sucessoras de governos fechando escolas, turmas, matrículas e negando, na

> prática, o direito à educação, mesmo quando há recursos públicos assegurados no FUNDEB para manter o atendimento a um público tão expressivo, cuja formação educativa e política depende sobretudo, do acesso à escolarização (PAIVA, 2021, p. 38)

As dificuldades da EJA podem ainda ser expressas pelo

> O expressivo conjunto de propostas formuladas e induzidas pelo MEC não tem sido capaz de modificar como esperado o cenário da situação educacional de jovens, adultos e idosos no país. Mesmo programas de largo alcance, como o Brasil Alfabetizado, não representaram uma mudança sensível nos dados de alfabetização da população brasileira, ainda que os índices tenham caído para menos de dois dígitos: do ponto de vista quantitativo ou absoluto, o contingente de pessoas que ainda não sabem ler nem escrever praticamente não se alterou, **incidindo fortemente sobre os idosos e tendo as mulheres como maioria – no único grupo em que elas não superaram os homens em escolaridade** [...]. Tal assertiva em relação ao PBA não difere de outras iniciativas com caráter de campanha no Brasil e revela a necessidade de a etapa inicial de alfabetização de jovens, adultos e idosos ser incorporada às séries iniciais do ensino fundamental na modalidade EJA, tal como já acontece no sistema regular de ensino, com o objetivo, sobretudo, de anular a problemática da descontinuidade pós alfabetização (FORUM EJA, 2016, p. 84)

Paiva (2021) realiza uma discussão sobre os 20 anos da homologação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (Parecer CEB/CNE n.º 11/2000), como documento de conquista para a modalidade tendo superado historicamente a Lei da Educação n.º 5.692/71 (MEC, 1971); que foi aprovada durante o governo militar e que não expressava a participação popular e nem consolidava com mais especificidade o que preconiza a LDB (PAIVA, 2021). O referido parecer explicita o direito à educação para todos

> O direito à educação para todos, aí compreendidos os jovens e adultos, sempre esteve presente em importantes atos internacionais, como declarações, acordos, convênios e convenções. Veja-se como exemplo, além das declarações assinaladas neste parecer, como a Declaração de Jomtien e a de Hamburgo, a Convenção relativa à luta contra a discriminação no campo do ensino, da UNESCO, de 1960. Essa Convenção foi assinada e assumida pelo Brasil mediante Decreto Legislativo n.º 40 de 1967 do Congresso Nacional e promulgada pela Presidência da República mediante o Decreto n.º 63.223 de 1968. (BRASIL, 2000)

Outra situação apresentada na Tabela 8 a diminuição do quantitativo de docentes da EPT e na EJA-EPT ao longo dos anos.

Tabela 8 - Número de docentes na REFPCT, por etapa de ensino (2017-2021)

ANO	ETAPA DE ENSINO					
	TOTAL	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Educação Profissional Concomitante/Subsequente	EJA-EPT
2017	2.192.224	557.541	1.399.114	509.814	**70.985**	**248.956**
2018	2.226.423	589.893	1.400.716	513.403	**72.146**	**244.799**
2019	2.212.018	599.473	1.383.833	507.931	**69.269**	**233.574**
2020	2.189.005	593.087	1.378.812	505.782	**62.960**	**214.923**
2021	2.190.943	595.397	1.373.693	516.484	**57.823**	**216.575**

Fonte: Elaborado por Deed/Inep baseado em dados de Brasil. Inep, 2021

Importante ressaltar aqui que os números de docentes podem se sobrepor; tendo em vista alguns docentes atuarem em mais de uma modalidade.

O IFRJ oferta cursos para o enfretamento dessa realidade, ou seja, para formação qualificada em EJA, a partir da Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica, no *Campus* Engenheiro Paulo de Frontin, Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) no *Campus* Mesquita, Especialização em EJA no *Campus* Nilópolis e realização pelo FEJA-IFRJ de encontros de formação permanente.

Segundo dados da Unesco (2019) havia no mundo, naquele ano, 750 milhões de pessoas que não sabiam ler e nem escrever. Nesse sentido, no próximo capítulo trazemos uma discussão sobre essa possibilidade a partir das políticas internacionais da EJA e de sua importância para os Estados Membros na formulação de políticas públicas para EJA.

2 POLÍTICAS DE EJA E EJA-EPT EM ÂMBITO INTERNACIONAL

Em relação ao cenário internacional, podemos iniciar a discussão a partir da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (ODS4) da ONU, que tem como objetivo na área da Educação, o oferecimento de "educação de qualidade inclusiva e equitativa para todos, em todos os níveis, e expressa novos elementos estratégicos para a Educação 2030" (UNESCO, 2016, p. 29). Nesse sentido

> São necessárias medidas especiais e mais financiamento para lidar com as necessidades de alunos adultos e dos milhares de crianças, jovens e adultos que continuam analfabetos. Além disso, todos os jovens e adultos, principalmente meninas e mulheres, deveriam ter acesso a oportunidades para alcançar um nível de proficiência funcional relevante e reconhecido em leitura, escrita e matemática; também deveriam adquirir habilidades para a vida e para um trabalho decente[14]. Fundamentalmente, a oferta de oportunidades de aprendizagem, educação e formação para adultos precisa ser garantida. Para tanto, devem ser utilizadas abordagens setoriais transversais, que atravessam políticas de educação, ciência e tecnologia, família, emprego, desenvolvimento econômico e industrial, migração e integração, cidadania, bem-estar social e financiamento público (UNESCO, 2016, p. 34)

Os objetivos do Desenvolvimento Sustentável 4 são:

> 4.1 Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem uma educação primária e secundária gratuita, equitativa e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes;
>
> 4.2 Até 2030, garantir que todos os meninos e meninas tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que estejam prontos para o ensino primário;
>
> 4.3 Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e as mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo a universidade 21 ;

---

[14] O conceito de trabalho decente foi cunhado em 1999 pela Organização Internacional do Trabalho – OIT e traz os seguintes objetivos estratégicos

> 1)o respeito aos direitos no trabalho, especialmente aqueles definidos como fundamentais (liberdade sindical, direito de negociação coletiva, eliminação de todas as formas de discriminação em matéria de emprego e ocupação e erradicação de todas as formas de trabalho forçado e trabalho infantil);
> 2)a promoção do emprego produtivo e de qualidade;
> 3)a ampliação da proteção social e
> 4) o fortalecimento do diálogo social.(DIEESE, 2024, p.1)

> **4.4 Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo;**
>
> 4.5 Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, os povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade;
>
> **4.6 Até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres, estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática;**
>
> 4.7 Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global, e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável ;
>
> 4.a Construir e melhorar instalações físicas para a educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros, não violentos, inclusivos e eficazes para todos ;
>
> 4.b Até 2020, expandir consideravelmente no mundo o número de bolsas de estudo disponíveis para países em desenvolvimento, principalmente para os países de menor desenvolvimento relativo, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e países africanos, para inscrição na educação superior, incluindo programas de formação profissional e programas de TIC, engenharia, ciências e áreas técnicas, em países desenvolvidos ou outros países em desenvolvimento e
>
> 4.c Até 2030, substancialmente aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países de menor desenvolvimento relativo e pequenos Estados insulares em desenvolvimento. (UNESCO, 2016, p. 20-21, grifos nossos)

Dentre os objetivos elencados é possível observar que o item 4.4 traz o aumento do quantitativo de jovens e adultos até 2030 como norte, orientados para "competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo" (ibidem, p. 24). Essa meta apresenta uma contradição; tendo em vista que ao mesmo tempo que se preocupa com a realização do trabalho decente por outro traz o empreendedorismo com um objetivo, ou seja, empreendedorismo que como sabemos muitas vezes apartado de direitos sociais. Em relação às competências das pessoas, ao empreendedorismo, o capitalismo tenta demonstrar que cada um é dono de si, de seu trabalho, empreendedor de si mesmo, mas na verdade são subjugados pelo sistema, incorporando um individualismo e um enfraquecimento de suas potencias coletivas.

A meta 4.6 suscita uma discussão sobre a deficiência da alfabetização no mundo,

principalmente entre mulheres, porém focando apenas em habilidades em matemática e alfabetização

> melhorar a **alfabetização e as habilidades em matemática** de jovens e adultos continua a ser um desafio global. Em 2013, 757 milhões de adultos no mundo (maiores de 15 anos) – dos quais **dois terços eram mulheres** – não sabiam ler e escrever(xxxii). Habilidades insuficientes de alfabetização são uma preocupação global, inclusive em países de renda média e alta. Cerca de 20% dos adultos na Europa não possuem as habilidades de alfabetização de que necessitam para participar plenamente na sociedade(xxxiii). Adultos com habilidades insuficientes de alfabetização e matemática enfrentam diversas fontes de desvantagem. Eles têm maior probabilidade de estar desempregados e os que possuem trabalho recebem salário mais baixo que a média. É mais difícil para eles usufruir de oportunidades na sociedade e exercer seus direitos.(UNESCO, 2016, p. 47)

Esta meta clarifica a intenção da necessidade apenas de alfabetização e da qualificação em matemática para jovens e adultos: "Até 2030, todos os jovens e adultos, no mundo todo, deverão ter alcançado níveis de proficiência relevantes e reconhecidos em habilidades funcionais de leitura, escrita e matemática [...]" (UNESCO, 2016, p. 47). Não se observa aqui a preocupação com a apreensão de áreas como Filosofia, Sociologia, Artes e Educação Física. Contribui para a manutenção de desigualdades. Esse direcionamento nada mais é que instrumento para que esses sujeitos continuem num ciclo da subalternidade. Como estratégias a Agenda 2030 prevê que as

> políticas, os planos setoriais e o planejamento orçamentário da educação incluam avaliação de riscos, preparo e resposta a situações de emergência, além de iniciativas que respondam às necessidades educacionais de crianças, jovens e adultos afetados por desastres, conflitos, deslocamentos e epidemias [...] refugiados (ibidem, p. 45)

Essa estratégia indica que investimentos devem ser feitos em casos de emergência. Assim, realizando uma correlação com os recursos para EJA no Brasil, a partir de 2019 é possível inferir que não há sintonia nesse sentido. A pandemia da Covid-19 não foi motivo para que o governo Bolsonaro incrementasse efetivamente os recursos para a EJA, como uma das estratégias da Agenda 2030. A Agenda 2030 ressalta no sexto princípio que

> Jovens e adultos desenvolvam, ao longo da vida[15], as habilidades e as **competências**

[15] Enraizada em muitas culturas, sociedades e religiões, a noção de aprendizagem ao longo da vida existiu ao longo da história humana registrada. Desde a década de 1970, a UNESCO tem desempenhado um papel importante no enquadramento e promoção do discurso sobre a aprendizagem ao longo da vida. O Relatório Faure de 1972, intitulado Learning to Be (Faure et al. 1972), reconheceu que a educação não é mais privilégio de uma elite, ou uma questão para apenas uma faixa etária. Em vez disso, deve ser universal e vitalício. O Relatório

> **flexíveis** de que necessitam para viver e trabalhar em um mundo mais seguro, sustentável, interdependente, baseado em conhecimentos e **guiado pela tecnologia**. A Educação 2030 garantirá que todos os indivíduos adquiram uma base sólida de conhecimentos, desenvolvam pensamento crítico e criativo e habilidades colaborativas, bem como adquiram curiosidade, coragem e **resiliência**. (ibidem, p. 26, grifos nossos)

Esse princípio é contraditório no sentido que, por um lado exalta uma base sólida de conhecimentos, o desenvolvimento de pensamento criativo e crítico e por outro convoca os sujeitos à resiliência e ao desenvolvimento de competências flexíveis que atendam ao capital.

O documento defende monitoramento da qualidade, responsabilização, acompanhamento e revisão para políticas, a partir de relatórios periódicos. Todo esse esforço converge em uma única direção: consenso, desconsiderando especificidades regionais. O que se observa são defesas de mensuração de qualidade e de controles para manter as desigualdades tais como estão

> Acompanhamentos e revisões baseados em políticas, sistemas e ferramentas consistentes de monitoramento, estudo e avaliação são essenciais para alcançar a Educação 2030. Monitorar a qualidade da educação requer uma abordagem multidimensional, que aborde desenvolvimento, contribuição, conteúdos, processos e resultados do sistema. Como a responsabilidade principal pelo monitoramento se encontra no nível nacional, os países deveriam construir mecanismos efetivos de monitoramento e responsabilização, adaptados às prioridades nacionais, em consulta com a sociedade civil. Eles também deveriam trabalhar para **construir um consenso** maior no âmbito global sobre que **padrões e resultados** de aprendizagem específicos deveriam ser alcançados ao longo do curso da vida – desde o **desenvolvimento na primeira infância à aquisição de habilidades por adultos** – e como eles deveriam ser medidos. Além disso, os países deveriam procurar melhorar a qualidade e a periodicidade dos relatórios. Informações e dados devem ser de acesso livre a todos. Dados, informações e resultados nacionais baseados em mecanismos existentes de avaliação, juntamente com novas fontes de dados, quando necessário, informarão as revisões nos níveis regional e global. (ibidem, p. 64)

A construção de “consensos”, de maiores “padrões e resultados, “desenvolvimento na primeira infância à aquisição de habilidades por adultos” reafirmam por último o caráter neoliberal do que se propõe e a formação de sujeitos resilientes. Ainda que por um lado se apresente como saída para a questão do acesso de jovens e adultos à educação, por outro não caminha efetivamente para que isso aconteça.

Delors de 1996, intitulado Learning: The treasure within (Delors et al. 1996) via o aprendizado ao longo da vida como o "batimento cardíaco" de uma sociedade. Também viu o aprendizado ao longo da vida como um princípio que repousa em quatro pilares – aprender a ser, aprender a conhecer, aprender a fazer e aprender a viver juntos – e vislumbrou uma sociedade de aprendizagem na qual todos possam aprender de acordo com suas necessidades e interesses individuais, em qualquer lugar e a qualquer momento de forma irrestrita, flexível e construtiva (ibidem, 2016, p. 2)

Em 4 de setembro de 2023 o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) assinou em conjunto com a ONU a "Declarações de Intenções", com o objetivo de realizar uma parceria para promover os ODS e reiterar o comprometimento como desenvolvimento sustentável, através da promoção do desenvolvimento sustentável nos âmbitos econômico, ambiental e social (IPEA, 2023). Para tanto, a parceria pretendeu que houvesse desenvolvimento de propostas de cooperação entre "fundos e programas das Nações Unidas, incluindo a desagregação de dados para o monitoramento dos ODS. Outro foco é organizar seminários, webinários, oficinas nacionais e internacionais, com participação dos órgãos" (IPEA, 2023). Essa parceria é muito importante no sentido de reforçar e buscar o alcance do ODS4. Nesse sentido, a terceira gestão Lula se coloca como protagonista do desenvolvimento sustentável no Brasil e no mundo, diferente do que ocorria na gestão anterior.

Ainda, no âmbito internacional acontece a cada doze anos, desde 1949, as conferências internacionais de Educação de Adultos (CONFINTEAS). A penúltima ocorreu em 2009, em Belém do Pará-Brasil. Na CONFINTEA VII, ocorrida de 15 a 17 de junho de 2022 em Marraquexe, no Marrocos foram analisados os acordos firmados na CONFINTEA VI. Para tanto, foi apresentado o 5º Relatório Global sobre Aprendizagem e Educação de Adultos em maio de 2022; que é documento que monitora se os Estados-membros da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) estão colocando em prática os compromissos internacionais firmados em 2009.

O último relatório foi elaborado em 2020 e teve como tema "Não deixar ninguém para trás: participação, equidade e inclusão" (UNESCO, 2020). O Relatório apontou a necessidade de "melhorar o acesso à educação para mulheres e meninas" bem como para "adultos com deficiência, idosos, refugiados e imigrantes", além de atentar para a necessidade de investimentos adequados à EJA, contribuindo assim para a efetivação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (ibidem, p. 3). As inquietações apontadas em 2020 continuavam a ter relevo em 2022, tendo sido agravadas pela pandemia da Covid-19.

Em relação à EJA, o Brasil conta com as Cátedras Unesco de EJA, da UFPB/UFPE/UFRN que "promovem eventos, formação de educadores, publicações, documentação, debates e pesquisas, intercâmbios regionais, nacionais e internacionais [...] no campo da EJA." (CÁTEDRA UNESCO DE EJA, 2022). De forma geral, "existem 638

Cátedras e 60 redes UNITWIN[16], que envolvem mais de 770 instituições em 126 países diferentes" (CÁTEDRA UNESCO DE EJA, 2022). Assim, a Unesco e suas Cátedras de EJA atuam para que os Estados-membros cumpram os acordos na área da EJA firmados pelos mesmos.

Em 2009 foi firmado um conjunto de compromissos na Confintea VI, o *Belém Framework for Action*, pelos Estados-Membros para o desenvolvimento global da alfabetização de adultos e da orientação da perspectiva de aprendizagem ao longo da vida para a EJA.

Paiva (2021) ressalta a importância das CONFINTEAS V e VI; tendo em vista a participação efetiva da Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade (Secad) nesta última, com forte interlocução, além de contar com ampla participação popular (FORUM EJA, 2016). Este documento "gerou o compromisso de o governo brasileiro instalar, em território nacional, um processo de debate para a formulação de uma política pública de educação de jovens e adultos ao longo da vida" (MEC, 2016, p. 8). A CONFINTEA V e a CONFINTEA VI foram precedidas por amplos debates pré-conferência com participação do Estado e da sociedade civil (PAIVA, 2021). Em 2016, a extinta Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secad) junto com amplos segmentos da sociedade[17] estavam organizando uma atualização do Marco de Ação de Belém e elaboraram um documento que a subsidiaria: a CONFINTEA Brasil+6[18]; que seria

---

[16] **The International UNESCO UNITWIN Network on Gender, Media and ICTs** is a UNESCO UniTWIN (the abbreviation for University Twinning and Networking Programme). The network aims to advance research training and program development in UNESCO's fields of competence by building university networks and encouraging co-operation between gender, media and ICT scholars. (UNITWIN, 2023)

[17] representantes do Ministério da Educação (MEC), dos Fóruns de EJA, da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (Anped), da Universidade Federal da Integração Latino-americana (Unila), da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), do Conselho Nacional dos Secretários de Educação (Consed), da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), do Conselho Nacional de Educação (CNE), da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), da Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), do Conselho de Educação Popular da América Latina e Caribe (Ceaal), do Fórum Nacional de Educação (FNE), do Conselho Nacional do Serviço Social da Indústria (SESI), de movimentos sociais, da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME), do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação (FNCEE), do Departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã da Secretaria de Governo da Presidência da República (SGPR), da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (Flacso) (FORUM EJA, 2016, 9-10)

[18] Esse Documento reafirma o compromisso político do Estado brasileiro, ao reconhecer a negação histórico-estrutural de direitos à cidadania para toda a sociedade, e avançava na garantia do direito à EJA, renovado pelos ainda insufi cientes níveis de oportunidades e de condições oferecidos aos setores populares; pela persistência de desigualdades sociais, étnico-raciais, de gênero, do campo e das periferias urbanas, entre outros; pela precariedade e pela vulnerabilidade dos direitos humanos fundamentais; pelo avanço da consciência desses

realizada de 25 a 27 de abril de 2016, em Brasília, porém o processo de impedimento da presidenta Dilma Rousseff iniciado em 2015 impediu que a mesma se concretizasse. Ainda assim, o referido documento tem grande importância pelo protagonismo dos sujeitos que dele participaram. O objetivo da atualização do Marco de Ação de Belém era atender 100% dos jovens entre 15 e 17 anos que deveriam estar na escola. Era também de oferecer 25% de vagas da EJA-EPT, conforme a Meta 10 do PNE. Esta atualização também tem relação com a CONFINTEA VII

> A CONFINTEA VII incentivará os Estados-Membros da UNESCO a colocar em prática políticas, incentivos, marcos regulatórios e estruturas institucionais e mecanismos para contribuir para uma cultura de direitos humanos, justiça social, valores compartilhados e sustentabilidade. Em reconhecimento aos avanços contínuos da inteligência artificial, será dada especial atenção ao uso de tecnologias de informação e comunicação para promover o acesso à aprendizagem e educação e inclusão de adultos. (UNESCO, 2022)

Antes da Confintea VII, a Unesco produziu o seguinte Relatório que iria subsidiar à Conferência, o qual apresentamos na subseção seguinte.

2.1 Relatório "Reimaginar nossos futuros juntos: Um novo contrato social para a educação"

Como contribuição para a CONFINTEA VII, a Unesco apresentou em maio de 2022 o relatório "Reimaginar nossos futuros juntos: Um novo contrato social para a educação"; que é resultado do esforço coletivo organizado pela Comissão Internacional sobre os Futuros da Educação e

> [...] reconhece o poder da educação para realizar mudanças profundas. Enfrentamos um desafio duplo para cumprir a promessa não cumprida de assegurar o direito à educação de qualidade para cada criança, cada jovem e cada adulto, e realizar de forma plena o potencial transformador da educação como um caminho para futuros coletivos sustentáveis. Para fazer isso, é necessário **um novo contrato social para a**

---

direitos; pelas crescentes pressões de coletivos sobre a necessidade de respostas educativas para comunidades indígenas, quilombolas, negras, do campo, das periferias urbanas, de idosos e de pessoas privadas de liberdade; pelos avanços que ocorriam nas políticas públicas socioeducativas, de qualifi cação, de geração de emprego e renda etc., articuladas especifi camente para as juventudes e a vida adulta populares; pela inauguração de formas compartilhadas de gestão colegiada – com destaque para a participação dos Fóruns de EJA em instâncias de representação nacional, tais como na Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (CNAEJA) e no Fórum Nacional de Educação (FNE); pelos avanços nas políticas de fi nanciamento da educação básica, com a entrada em cena do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profi ssionais da Educação (Fundeb) e com o debate para defi nição do custo aluno-qualidade inicial (CAQi) e do custo aluno-qualidade (CAQ), conforme previsto no PNE, a Lei n.º 13.005/2014. (FORUM EJA, 2016, p. 12-13)

> **educação**, que possa reparar as injustiças enquanto transforma o futuro. Este novo contrato social deve se fundamentar nos **direitos humanos** e se basear em **princípios de não discriminação, justiça social, respeito à vida, dignidade humana e diversidade cultural.** Deve abranger uma ética de cuidado, reciprocidade e solidariedade. Deve fortalecer a **educação como um esforço público e um bem comum**.(UNESCO, 2022b, p. x)

A Comissão Internacional sobre os Futuros da Educação elencou dois princípios fundamentais: "o respeito aos direitos humanos" e a "preocupação com a educação como um bem comum" (CATEDRA UNESCO DE EJA, 2022b). O relatório em nenhum momento fala em ruptura do modo capitalista, ainda que defenda os direitos humanos, a **educação como bem comum**, a partir de futuros "pacíficos, justos e sustentáveis" (UNESCO, 2022, p. viii). Traz como temáticas relevantes: "sustentabilidade; conhecimento; aprendizagem; professores e o ensino; trabalho, habilidades e competências; cidadania; democracia e inclusão social; educação pública e ensino superior, pesquisa e inovação."(UNESCO, 2022, p. viii). No que diz respeito aos temas apresentados, Antônio Nóvoa, professor no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa e presidente do Comitê de Pesquisa e Redação da Comissão Internacional sobre os Futuros da Educação salientou em evento *on line*, em 28 de abril de 2022 que os principais desafios da Unesco são em relação às temáticas dos **direitos humanos, educação nas prisões e LGBTQIA+**; tendo em vista que os Estados-membros não democráticos criam entraves quando essas questões são colocadas em pauta (CÁTEDRA UNESCO DE EJA, 28 abr. 2022).

A Unesco, na CONFINTEA VII propõe um novo contrato social da educação. No sentido de referenciar contrato social trazemos o seguinte trecho

> Suponho que os homens tenham chegado àquele ponto em que os obstáculos prejudiciais à sua conservação no estado de natureza sobrepujam, por sua resistência, as forças que cada indivíduo pode empregar para se manter nesse estado. Então, esse estado primitivo já não pode subsistir, e o gênero humano pereceria se não mudasse seu modo de ser [...] (ROUSSEAU, 1996, p. 20)

Nesse sentido, há uma

> [...] a alienação total de cada associado, com todos os seus direitos, a toda a comunidade. Pois, em primeiro lugar, cada qual dando-se por inteiro, a condição é igual para todos, e , sendo a condição igual para todos, ninguém tem interesse em torná-la onerosa para os demais. (ROUSSEAU, 1996, p.21)

Apesar dessa intenção teórica de não onerar os demais com suas questões particulares,

na realidade isso acontece; tendo em vista que, conforme Nóvoa, no âmbito da Unesco, os Estados-Membros autoritários se colocam constantemente contra pautas relativas aos direitos humanos. Nesse sentido, cabe o retorno ao estado de natureza dos representantes desses Estados autoritários. Assim, manifestações do estado de natureza, que negam direitos devem ser permanentemente combatidas nesse espaço, pois "cada um de nós põe em comum sua pessoa e todo o seu poder sob a suprema direção da vontade geral; e recebemos, coletivamente, cada membro como parte indivisível do todo" (ROUSSEAU, 1996, p. 22). Nóvoa também alerta que há de se ter cuidado com a questão da "aprendizagem ao longo da vida" para que esta não se torne uma aprendizagem para atender apenas à reprodução do MPC. O Relatório contém contribuições para

> reimaginar os espaços de aprendizagem, até descolonizar os currículos e a importância da aprendizagem social e emocional, além de explorar seus medos reais e crescentes sobre a mudança climática e outras crises, como as da COVID-19, da desinformação (*fake news*) e da exclusão digital (CÁTEDRAS UNESCO DE EJA, 2022b) (UNESCO, 2022b, p. xi)

Os princípios fundamentais trazidos no Relatório são

> Assegurar o direito à educação de qualidade ao longo da vida. Conforme estabelecido no Artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), o direito à educação deve continuar a ser a base do novo contrato social para a educação e deve ainda ser ampliado para incluir o direito à educação de qualidade ao longo da vida. Ele também deve abranger o direito à informação, à cultura e à ciência, bem como o direito ao acesso e à contribuição de conhecimentos comuns, os acervos de conhecimento coletivo da humanidade que foram acumulados ao longo de gerações e que estão em contínua transformação.
> Fortalecer a educação como um esforço público e um bem comum. Como um esforço social compartilhado, a educação constrói propósitos comuns e permite que indivíduos e comunidades floresçam juntos. Um novo contrato social para a educação deve garantir o financiamento público para o setor e incluir um compromisso de toda a sociedade para que todos participem das discussões públicas sobre educação. Essa ênfase na participação é o que fortalece a educação como um bem comum: uma forma de bem-estar compartilhado que é escolhida e alcançada em conjunto. (UNESCO, p. xii, 2022b)

Como propostas para renovar a educação, o Relatório sugere que

> A pedagogia deve ser organizada com base nos princípios de cooperação, colaboração e solidariedade[...]
>
> Os currículos devem enfatizar a aprendizagem ecológica, intercultural e interdisciplinar que apóie os estudantes no acesso e na produção de conhecimento. Ao mesmo tempo, a aprendizagem deve desenvolver a capacidade de criticar e aplicar esse conhecimento [...]

> O ensino deve ser profissionalizado ainda mais como um esforço colaborativo, com os professores sendo reconhecidos por seu trabalho como produtores de conhecimento e figuras fundamentais na transformação educacional e social [...]
>
> As escolas devem ser espaços educacionais protegidos, uma vez que apóiam a inclusão, a equidade e o bem-estar individual e coletivo. Também devem ser reimaginadas para melhor promover a transformação do mundo rumo a futuros mais justos, equitativos e sustentáveis[...]
>
> Devemos aproveitar e ampliar as oportunidades educacionais que surgem ao longo da vida e nos diferentes espaços culturais e sociais[...] (UNESCO, p. xiv-xv, 2022b)

O novo contrato social para educação contribuiria para

> Um chamado à pesquisa e **à inovação**[...]
>
> Um chamado à **solidariedade global** e à **cooperação internacional**[...]
>
> As universidades e as outras instituições de ensino superior [IES] devem ser ativas em todos os aspectos da construção de um novo contrato social para a educação[...]
>
> É essencial que todos possam participar da construção dos futuros da educação [...] (UNESCO, p. xv, 2022b, grifos nossos)

Esse novo contrato social para educação objetiva

> construir juntos urgentemente um novo contrato social para a educação – inspirado em princípios de justiça social, epistêmica, econômica e ambiental – que possa ajudar a transformar o futuro. Um novo contrato social para a educação implica **abordagens renovadas que fortaleçam a educação como um esforço público da sociedade e um bem comum e protejam os conhecimentos comuns**. Reconhece que uma série de parceiros governamentais e não estatais precisam trabalhar juntos para cumprir os compromissos não cumpridos do passado e desbloquear o potencial transformador da educação para o futuro. As universidades e outros parceiros terão um papel fundamental a desempenhar na investigação e inovação para apoiar a renovação da educação como bem comum e a construção conjunta de um novo contrato social para a educação. Da mesma forma, é importante reformular o papel das organizações regionais e internacionais de desenvolvimento educacional no desenvolvimento do tipo de cooperação e solidariedade internacional que precisaremos para 2050. Em última análise, no entanto, além dos níveis internacional e regional, a chave para governar a educação como um bem comum, a catalisação de um novo contrato social para a educação precisará ser continuada por meio de um amplo diálogo social entre vários públicos em todo o mundo em contextos específicos.(UNESCO, 2022b, p. 117)

Em âmbito internacional, a Conferência Internacional de Adultos - Confintea é a maior expressão de espaço de debate e de resoluções em relação à EJA. A mais recente aconteceu em 2022 e na próxima seção apresentamos uma análise sobre a mesma.

2.2 Conferência Internacional de Adultos VII – Confintea VII de 2022 e o Marco de Ação de Marraquexe

A Confintea ocorre a cada 12 anos, desde 1949. É organizada pela Unesco. Em 2022 aconteceu em Marraquexe, no Marrocos, entre 15 e 17 de julho. Aqui vale ressaltar que no governo Bolsonaro, quando ocorreu a Confintea VII, a Educação de forma geral não teve protagonismo: contou com crises institucionais, trocas de ministros, ações antidemocráticas, bloqueios orçamentários e a EJA, que historicamente tem sido um apêndice no campo das políticas governamentais, estava relegada a uma simples Coordenação dentro da Secretaria de Educação Básica - SEB. Assim, a participação do governo do Brasil se deu a partir desse cenário, ou seja, sem o protagonismo que a modalidade merece. O relatório final da Conferência apresentou 48 itens e foi intitulado como "Marco de Ação de Marraquexe". Participaram 142 Estados-Membros da Unesco, representantes da sociedade civil, parceiros sociais, agências das Nações Unidas, agências intergovernamentais, juventude e o setor privado.

O item 3 reforça a importância do Marco de Ação de Belém – Brasil em 2009 e ressalta que as cinco áreas de ação daquele documento continuavam a ter relevância em 2022, quais sejam, política, governança, financiamento, participação, inclusão e equidade e qualidade (UNESCO, 2022).

O item 4 reforça o compromisso da comunidade internacional para o ano de 2030, em consonância com a Agenda para O Desenvolvimento Sustentável e os seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), principalmente com ODS 4 que trata da oferta de educação inclusiva, equitativa ,de qualidade e da promoção da aprendizagem ao longo da vida (UNESCO, 2022).

No item 5 é apresentada a questão da pandemia da Covid-19 e propôs-se que os governos deveriam "desenvolver e implementar estratégias para a aquisição de conhecimentos, **habilidades, *skills* (capacidades), *competencies*(competências) e políticas de aprendizagem que apóiem jovens e adultos a lidarem com os efeitos desta crise**" (Unesco, 2022, p. 1, grifos nossos). Em nenhum momento se fala em ruptura do modo de produção vigente, mas de desenvolvimento de habilidades, capacidades e competências para lidarem com os efeitos da(s) crise(s) decorrente(s) desse mesmo modo de produção. A contradição aqui se apresenta tendo em vista ser a Unesco representante do capital na

educação.

O item 6 cita uma série de compromissos aos quais a Confintea VII está alinhada. São eles

> -Agenda para o Desenvolvimento Sustentável de 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) Assembléia Geral em 2015, com o empenho em alcançar os 17 ODS.
> - ODS 4, através do qual os Estados-Membros comprometeram-se a "assegurar uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e promover uma educação ao longo da vida oportunidades de aprendizagem para todos".
>
> - Declaração de Berlim sobre a Educação para o Desenvolvimento Sustentável que reafirma a importância da educação para o desenvolvimento sustentável, adotado em Maio de 2021, e convidam os alunos adultos a ajudar a alcançar as suas 16 recomendações e
>
> - Relatório da Comissão Internacional sobre o Futuro da Educação (UNESCO, 2021, "Re-imaginando juntos os nossos futuros: Um novo contrato social para a educação", que afirma o direito a uma educação de qualidade ao longo da vida e sublinha o poder transformador da educação para a construção de um futuro sustentável (UNESCO, 2022, p. 2).

O item 7 traz objetivo importante relacionado à "igualdade de gênero e o direito de todos", entendendo que as questões de gênero são essenciais e afetam "[..] a capacidade dos alunos para empenhar-se eficazmente na educação", o que é uma resposta à desigualdade existente nessa questão (UNESCO, 2022, p. 2). O percentual de analfabetismo é maior para mulheres com 60 anos ou mais o que salienta também a situação de analfabetismo da mulher idosa no Brasil, conforme dados do IBGE (2023). Esse olhar da Confintea VII está na direção correta para o combate a essa realidade desigual entre gêneros. Ainda, o item 1 traz a necessidade de que esse combate se dê de forma "abrangente, holística e intergeracional" em parceria com a saúde, a proteção social e a justiça.

O item 8 reforça três campos-chave definidos em Conferência Geral da Unesco em 2015: 1- alfabetização e competências básicas; 2- educação contínua e competências profissionais e 3- educação liberal, popular e comunitária e competências de cidadania.

O item 9 ressalta a educação e aprendizagem de adultos como componente chave da aprendizagem ao longo da vida. Aqui devemos atentar que a aprendizagem ao longo da vida não deve estar focada para adaptação ao mercado.

O item 10 reforça a educação e aprendizagem de adultos como um direito humano e fundamental, a partir de um esforço público.Nessa direção o item 12 reitera que

> Numa altura em que as sociedades estão ameaçadas pelo fanatismo crescente e

> extremismo violento, crescendo a desconfiança na ciência e aumento das desigualdades dentro e entre países, reafirmamos que a EJA pode constituir uma resposta política poderosa para consolidar a **coesão socia**l, melhorar as **competências sócio-emocionais**, desenvolvimento, **garantir a paz**, reforçar a democracia, melhorar a compreensão cultural, eliminar todos tipos de discriminação, e promover a **convivência pacífica** e a cidadania ativa e global. (UNESCO, 2022, p. 3, grifos nossos)

Esse item reforça que como resposta política para combater a violência, extremismos e fanatismos há de se buscar "coesão social", reforçar "competências socioemocionais" e "convivência pacífica", por exemplo. Esses pontos levam a uma resiliência às desigualdades e iniqüidades expressas pelo MPC. Não é trazido aqui uma reflexão maior sobre uma mudança radical social, mas um ajustamento.

O item 14 afirma que a aprendizagem ao longo da vida

> está enraizada na integração da aprendizagem e da vida, abrangendo atividades de aprendizagem para pessoas de todas as idades (crianças, jovens, adultos e idosos, rapazes, moças, mulheres e homens) em todos os contextos da vida (família, escola, comunidade, local de trabalho, etc.) e através de uma variedade de modalidades (formal, não formal e informal) que, em conjunto, respondem a uma vasta gama de necessidades e exigências de aprendizagem. Os sistemas educativos que promovem a aprendizagem ao longo da vida adotam uma abordagem holística e setorial envolvendo todos os sub-setores e níveis para assegurar a oferta de oportunidades de aprendizagem para todos os indivíduos".(UNESCO, 2015, p. 30)

Aqui a proposta da aprendizagem ao longo da vida se apresenta a partir de uma abordagem holística e não direcionada apenas ao mercado.

O item 15 propõe a criação de um novo contrato social

> Inspirado pelas descobertas e propostas de Reimaginar o nosso futuro em conjunto, a EJA desempenha um papel fundamental na criação de respostas humanistas baseadas nos direitos humanos, democráticas sociedades, princípios éticos, a mobilização da inteligência coletiva e um diálogo aberto informado por conhecimentos interdisciplinares. (UNESCO, 2022, p. 15)

O item 17 traz a necessidade de

> Libertar o potencial da aprendizagem e educação de adultos para a ação climática: Alterações climáticas representa uma enorme ameaça para a humanidade, bem como para outras espécies. [...]Aprendizagem comunitária e educação para a cidadania são fatores-chave para o desenvolvimento sustentável, incluindo o desenvolvimento rural, e para aumentar a sensibilização do impacto das alterações climáticas." (UNESCO, 2022, p. 4)

Este item traz como ponto principal a questão da EJA como potência para a ação climática; que deve-se "questionar os atuais padrões de produção e consumo, inventar novas indústrias e aceitar a responsabilidade moral pelas gerações futuras, ao mesmo tempo reconhecendo que o cuidado com o planeta deve se tornar um imperativo mundial"

(UNESCO, 2022, p. 4). Aqui, pela primeira vez no documento, observa-se a possibilidade de questionamento de necessidade de mudança do atual modo de produção e consumo. Outra questão trazida é a importância das instituições de EJA atuarem "[...] como modelos para transição verde na sociedade, tornando seus currículos, instalações e gestão mais ecológicos" (UNESCO, 2022, p. 4). Aqui faço uma reflexão acerca das questões climática trazidas e atrelo ao momento atual do IFRJ, a partir FEJA-IFRJ e o Curso de Especialização em EJA, com as propostas de mudanças no currículo do Curso de Especialização e também do currículo do curso de MSI , como possibilidade de inclusão desse tema.

O item 18 trata da promoção da "igualdade de acesso de todos os estudantes, incluindo os mais velhos, à aprendizagem em ambientes digitais".(UNESCO, 2022, p. 4). Aqui podemos nos remeter à situação de precariedade nesse sentido durante a pandemia da Covid-19.

O item 19 fala da preparação dos adultos para o futuro do trabalho

> Deslocamentos demográficos, a quarta revolução industrial, a globalização e as alterações climáticas estão transformando profundamente a economia e o mercado de trabalho. Estas transformações têm grandes implicações para a natureza do trabalho, as estruturas de emprego, o conteúdo dos empregos, e as competências e aptidões exigidas. **A transição linear da educação para o trabalho que foi o padrão dominante durante décadas está a tornar-se menos relevante à medida que, cada vez mais, os adultos seguem trajetórias complexas ao longo da sua vida profissional**. (UNESCO, 2022, p. 5)

Neste item observamos elencadas uma sequência de características do MPC que tem trazido a precariedade do trabalho, a penalização de trabalhadores no mundo, mas o documento apenas os cita sem assinalar que essas características são inerentes ao próprio capitalismo e que para superá-las há se ultrapassá-lo. Ainda, afirma que uma "transição linear da educação para o trabalho" tem se tornado menos relevante; tendo em vista que adultos atualmente "seguem trajetórias complexas ao longo da vida profissional" (UNESCO, 2022, p. 5). Aqui cabe ressaltar que essas trajetórias complexas são resultantes de um processo de educação diretamente voltado para qualificação, para o tecnicismo, para atender às relações complexas do mercado de trabalho na atualidade e para garantir a sobrevivência dos sujeitos. Nessa direção, há sim a possibilidade dessa relação da educação com o trabalho tornar-se menos relevante para aqueles mais precarizados; que lutam para sobreviver e deixam de acessar a educação ou a abandonam.

O item 19 propõe que a EJA deve ser ofertada de forma flexível

> [...] aquisição equitativa de conhecimentos, competências e aptidões ao longo da vida, incluindo orientação profissional e outros apoios à aprendizagem para o

> emprego, trabalho decente, desenvolvimento da carreira e empreendedorismo. (UNESCO, 2022, p. 5)

O item 20 propõe a cultura de aprendizagem ao longo da vida, a partir de uma abordagem holística; que leve em conta a EJA formal, não formal e informal.

As recomendações de ação para a Aprendizagem e Educação de Adultos, nos itens 21 e 22 trazem a proposta de um novo contrato social para a educação. No item 21, esta proposta se dará a partir de consultas com "peritos relevantes e diálogo intragovernamental" de forma a consolidar direitos humanos na Aprendizagem e Educação de Adultos "criando assim uma cultura de aprendizagem ao longo da vida que se adapta a cada Estado Membro." (UNESCO, 2022, p. 6). No item 22 ressalta-se o reconhecimento do valor da plataformas multisetoriais no apoio à Aprendizagem e Educação de Adultos, com o protagonismo de ministérios, organizações civis, jovens, setor privado, universidades e fornecedores de Aprendizagem e Educação de Adultos (UNESCO, 2022).

O redesenho de sistemas para a Aprendizagem e Educação de Adultos é trazido nos itens 23, 24 e 25.

O item 23 ressalta a necessidade do papel dos governos na regulamentação, incentivo, estímulo, coordenação e monitoramento da EJA; tendo em vista o crescente número de oferta de EJA para além do governo, ou seja, uma forma do estado regular a oferta da EJA(UNESCO, 2022).

O item 24 traz o reconhecimento da necessidade de fortalecimento da EJA em nível local, em seus diversos espaços e ofertas possíveis, tais como "os de educação e formação técnica e profissional (EFTP) e instituições de ensino superior (IES), bibliotecas, museus, locais de trabalho, espaços públicos, instituições artísticas e culturais, esporte e recreação, grupos de pares, famílias e outros". (UNESCO, 2022, p. 7).

O item 25 propõe a criação de "percursos de aprendizagem flexíveis dentro e fora da comunidade" e também considerar grupos "sub-representados" tais como pessoas com deficiência (UNESCO, 2022, p. 7). A aprendizagem flexível por outro lado permite que "alunos escolham as suas trajetórias de aprendizagem de acordo com seus talentos e interesses" (UNESCO, 2022, p. 7). Aqui há de se ter atenção, pois por outras questões de desigualdades, de sobrevivência, de vulnerabilidades, nem sempre é possível para os sujeitos da EJA caminharem na direção de seus talentos e interesses. Nem sempre a opção será resultado de uma escolha, mas apenas resultado de uma necessidade.

Os itens 26, 27 e 28 tratam da garantia da qualidade da aprendizagem. O item 26 traz a

importância dos diversos profissionais que atuam na EJA e se compromete a “melhorar as suas condições de trabalho, incluindo os seus salários, estatuto e desenvolvimento trajetórias de desenvolvimento profissional.” (UNESCO, 2022, p. 7).

O item 27 traz elementos de defesa essenciais na aprendizagem presencial de EJA, tais como a promoção “currículos e materiais de aprendizagem relevantes”, “não discriminatórios”, “sensíveis ao gênero”, “educação para a sustentabilidade e desenvolvimento”, “cidadania global”, “educação para saúde e o bem-estar”, “competências transversais e de pensamento crítico”, “competências digitais” por um lado, porém apresenta uma contradição: traz também a possibilidade das “competências socioemocionais”, com direcionamento individualista e não emancipatório, ou seja, não contribui com a emancipação coletiva (UNESCO, 2022, p. 8). Por exemplo, a luta das mulheres por direitos não é uma luta individual, mas coletiva. Quando se fala em questões sensíveis ao gênero e em competências socioemocionais está se colocando em disputa uma luta coletiva e uma questão individual, respectivamente.

O item 28 traz como essenciais para qualidade em EJA a “realização de investigação, avaliação e orientação das políticas e prática para promover inclusão, qualidade e pertinências dessa modalidade de educação”(UNESCO, 2022, p. 8).

O aumento do financiamento é tratado no item 29. Este reitera a necessidade de aumentar “financiamento público e a mobilização de recursos para a EJA e a prevenir regressão nas dotações orçamentais existentes”, com atenção especial para mulheres e grupos vulneráveis, a partir da utilização de “4% a 6% do PIB ou de 15% a 20% da despesa total de educação” ”(UNESCO, 2022, p. 8).

A promoção da inclusão é tratada dos itens 31 ao 40. Assim, o documento se compromete no item 31 a

> colocar a diversidade, incluindo a diversidade linguística, a inclusão, a acessibilidade e a equidade no coração dos nossos esforços, reconhecendo-os como prioridades no aumento do acesso à EJA entre indivíduos marginalizados ou desfavorecidos, e grupos sub-representados e vulneráveis e comunidades ”(UNESCO, 2022, p. 9).

O item 32 traz a necessidade de que se tenham sistemas de

> informações fiáveis, válidos, transparentes e acessíveis, sensíveis ao gênero, para a EJA, permitindo o acompanhamento do progresso da participação e do aprendente retenção com enfoque nas populações mal servidas, bem como de facilitar o

> intercâmbio de conhecimento entre instituições governamentais e não governamentais, o meio acadêmico, a sociedade civil e Estados Membros.”(UNESCO, 2022, p. 8).

Aqui ressaltamos que o Brasil conta com órgãos governamentais que dispõem de dados em relação à EJA, à EJA-EPT, tais como IBGE, INEP, IPEA e Plataforma Nilo Peçanha. Nesse sentido, temos uma gama de dados confiáveis para respaldar políticas públicas da EJA e da EJA-EPT.

O item 34 fala do comprometimento com o fortalecimento de políticas de “alfabetização, bem como estratégias de implementação integrais e baseadas em evidências, que considerem as questões de gênero, intersetoriais e inclusivas.” (UNESCO, 2022, p. 9).

O item 35 mais uma vez traz a aprendizagem ao longo da vida como meio de

> ajudar os trabalhadores a garantir e a manter um trabalho decente, adaptar-se às exigências de novos empregos e alcançar o desenvolvimento e a realização pessoal. Também reconhecemos que a aprendizagem no local de trabalho deve contribuir para a construção de sociedades mais inclusivas e justas. (UNESCO, 2022, p. 10)

Este item inicialmente reforça que aprendizagem ao longo da vida serve para que o trabalhador se adapte às “exigências de novos empregos”, ao final fala de “sociedades mais inclusivas e justas” (UNESCO, 2022, p. 10). A contradição neste item está justamente na adaptação a novos empregos e sociedades mais inclusivas e justas. Como em tempos de precariedade nas novas configurações de trabalho, da escassez de trabalho no MPC pode-se falar ao mesmo tempo em trabalho decente?

O item 37 reconhece “o papel poderoso da tecnologia e o compromisso de reduzir as desigualdades digitais, promover o letramento e as competências digitais” (UNESCO, 2022, p. 10). A pandemia da Covid-19 mostrou ao mundo o quanto a desigualdade digital é real. Nesse sentido, este item contribui para essa questão. Ainda em relação Covid-19, o item 38 reafirma a importância da aprendizagem para bem-estar individual e saúde pública, a partir dos impactos da pandemia.

O item 40 reforça o comprometimento do documento com a Agenda para o Desenvolvimento Sustentável de 2030, a partir do “desenvolvimento de habilidades transversais, reconhecendo como esta Agenda traz coesão e sinergia para as metas multifacetada da EJA para os próximos anos.” (UNESCO, 2022, p. 10). Ainda reforça a interlocução do ODS 4 com demais ODSs

> A educação de qualidade e a aprendizagem ao longo da vida são mecanismos importantes para a implementação do ODS 4 e são também pré-requisitos para a redução da pobreza (ODS 1), saúde e bem-estar (ODS 3), igualdade de gênero (ODS 5), redução das desigualdades (ODS 10), emprego remunerado e empregos decentes (ODS 8), cidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis (ODS 11), sociedades justas, pacíficas, inclusivas, sem violência (ODS 16) e acção climática (ODS 13). Além disso, a educação de adultos faz parte do direito à educação e é crucial para a realização de todos direitos humanos" (UNESCO, 2022, p. 10).

A cooperação internacional para a promulgação e monitoramento da EJA e promoção da aprendizagem ao longo da vida são apresentadas dos itens 41 a 48. Assim, o documento se compromete no item 42 em dar atenção específica aos "Estados-Membros afetados por conflitos, pequenos Estados insulares em desenvolvimento, Estados africanos e países menos desenvolvidos e países menos desenvolvidos" (UNESCO, 2022, p. 11).

O item 43 faz convite à Unesco, como agência da ONU para a Educação para que a mesma apóie o Marco de Ação de Marraquexe,

No item 44, os Estados Membros se comprometem em âmbito global, nacional, subnacional e local, a levar à frente o Marco de Ação de Marraquexe a partir da estrutura mundial do ODS 4 utilizando as seguintes plataformas:

> Relatório Global sobre Aprendizagem de Adultos e Educação (GRALE), a Global Alliance to Monitor Learning (GAML), a Global Alliance for Literacy (GAL), o relatório de Monitorização Global da Educação (GEMR), o SDG 4 Education 2030 HighLevel Comité Director, o Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável, o trabalho de parceiros internacionais - incluindo organizações não governamentais - e monitorização a nível nacional (UNESCO, 2022, p. 11-12).

O item o 48 finaliza o documento reforçando que a adoção do Marco de Ação de Marraquexe é documento norteador para a EJA, a partir "de uma perspectiva de aprendizagem ao longo da vida para uma coesão social, futuro realizador, inclusivo e sustentável para todos" (UNESCO, 2022, p. 12).

Este item apresenta uma contradição quando propôs um " futuro realizador, inclusivo e sustentável para todos", porém dentro de uma "coesão social". Nesse caso, se considerarmos as contradições do modo de produção capitalista, um "futuro realizador, inclusivo e sustentável" se torna inviável. Coesão social para manter desigualdades não constrói futuro realizador, inclusivo e sustentável.

Este último item resume o que os outros 47 itens mostraram: a Confintea VII trouxe pontos de avanço, porém ao mesmo tempo não se compromete com uma mudança radical do modo de produção vigente, este responsável por desigualdades por ela mesmo geradas. Nesse sentido, as propostas apresentadas para a EJA no mundo ficam limitadas pelo MPC.

O relevo dado à questão de gênero feminino e às desigualdades é um avanço, assim

como a atenção à questão indígena, aos portadores de deficiência, porém não se menciona com clareza, em nenhum momento, o direito à educação da população privada de liberdade, à população LGBTQIAPN+, por exemplo.

Apesar das contradições no Marco de Ação de Marraquexe, entendemos ser esse espaço fundamental para a continuidade da luta em âmbito internacional para a efetivação da EJA como direito.

Na próxima seção, apresento o relatório "The State of Global Learning Poverty: 2022 Update" do Banco Mundial, por entendermos que o mesmo traz contribuições a serem consideradas nesta pesquisa.

2.3 Relatório "The State of Global Learning Poverty: 2022 Update" -Banco Mundial

O Banco Mundial em 24 de junho de 2022 publicou o relatório – "The State of Global Learning Poverty: 2022 Update", elaborado em conjunto com a Unesco, Escritório de Relações Exteriores, Commonwealth & Desenvolvimento (FCDO) do Reino Unido, a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e a Fundação Bill & Melinda Gates (BMGF).

O Relatório informa que antes da pandemia o mundo já enfrentava uma crise; tendo em vista que a cada 10 crianças de 10 anos de idade em paises de baixo e mediano crescimento, 6 eram incapazes de ler e compreender uma história simples. Assim, o relatório afirma que "Salvar o futuro das crianças e dos jovens - e de as suas sociedades - exige a cura das feridas infligidas pela pandemia, começando por assegurar que os sistemas educativos podem apoiar as crianças a adquirir competências básicas" (BANCO MUNDIAL, 2022, p. 34).

Conforme o Banco Mundial (2022), os pontos cruciais que contribuíram para essa realidade são

> - A crise pré-Covid se agravou pós pandemia;
>
> - O fechamento de escolas e as interrupções causadas pela pandemia são as prováveis causas do aumento da taxa de pobreza de aprendizagem (Privação de escolaridade + ((1- Privação de escolaridade) x Privação de aprendizagem);
>
> - É urgente a necessidade de uma ação conjunta com toda sociedade priorizando o bem-estar das crianças e jovens de hoje;
>
> - Combater a crise de aprendizagem é o desafio do nosso tempo, se não quisermos perder esta geração de crianças e jovens e
>
> - Uma coligação global pode apoiar estes esforços nacionais na agenda da aprendizagem básica. (BANCO MUNDIAL, 2022)

Segundo o Banco Mundial (2022), a taxa de pobreza da aprendizagem pré-Covid era de 57% em países de baixo e médio rendimento e de 86% em países subsaarianos. Dados atualizados em 2022 demonstraram que o percentual em países de baixo e médio rendimento chegou a 70% e isso se expressa quando 6 em cada 10 crianças de até 10 anos em países de baixo e médio rendimento não tem proficiência mínima em alfabetização, ou seja, não têm capacidade de ler e compreender uma simples história (BANCO MUNDIAL, 2022)

Outra questão é que os pais das crianças não têm consciência dessa dificuldade dos filhos, pelo fato de faltarem eficazes avaliações de aprendizagem (BANCO MUNDIAL, 2022).

Nesse sentido, a preocupação com a recuperação pós Covid-19 é questão

> essencial para a estabilidade social, a paz, a segurança, a construção de sociedades mais justa, para a garantia da igualdade de oportunidades, para mudança de mentalidade sobre a urgência das alterações climáticas (BANCO MUNDIAL, 2022, p. 5-6).

Aqui podemos observar contradições: há preocupação do Banco Mundial em manter a estabilidade social, a paz, construção de uma sociedade mais justa que garanta igualdade de oportunidades e atenção para questões climáticas, mas em nenhum momento é mencionado que é o próprio capitalismo o reprodutor dessas desigualdades. O Banco Mundial propõe estabilidade dentro do MPC para perpetuar sua reprodução.

O relatório tem foco na Educação Infantil, demonstrando preocupação, em termos econômicos, com o futuro dessas crianças que serão jovens e adultos no futuro

> Sem ação, a atual geração de estudantes corre agora o risco de perder 21 trilhões de dólares em ganhos ao longo da vida em valor atual, ou o equivalente a 17% do PIB global atual. Em relação aos rendimentos atuais, este custo económico é desproporcionadamente suportado pelos países de baixo e médio rendimento, nos quais esta geração de estudantes poderia perder 11 trilhões de dólares de ganhos vitalícios. (BANCO MUNDIAL, 2022, p. 11)

Aqui fica clara a preocupação econômica, ou seja, a precariedade agora na área educacional causará trilhões de dólares de prejuízo para o capital.

Ainda, o Banco Mundial propõe intervenções, em caráter de urgência para recuperar a educação pós-Covid-19, sintetizadas pelo acrônimo RAPID:

> **R**each every child and keep them in school (Alcançar todas as crianças e mantê-las na escola);

> **A**ssess learning levels regularly (Avaliar regularmente os níveis de aprendizagem);
> **P**rioritize teaching the Fundamentals (Dar prioridade às aprendizegns fundamentais);
> **I**ncrease the efficiency of instruction, including through catch-up learning (Aumentar a eficiência da instrução) e
> **D**evelop psychosocial health and well-being (Desenvolver a saúde e o bem-estar psicossocial). (BANCO MUNDIAL, 2022, p. 12-13)

O acrônimo em sua formulação traduz a pressa do Organismo em recuperar a educação, o que suscita o seguinte questionamento: Recuperar a educação ou a economia, a partir da pretensa preocupação com a educação?

A intenção de recuperação desejar ir além: aspira que "todas as crianças e jovens possam adquirir competências cognitivas, socioemocionais e técnicas mais complexas para realizar seu potencial" (BANCO MUNDIAL, 2022, p. 47). Aqui se observa o relevo dado às competências socioemocionais das crianças e jovens.

O relatório aponta que o fechamento das escolas aprofundaram desigualdades nos resultados da aprendizagem somado a questões geográficas, de sexo, idade, nível socioeconômico, condição digital, por exemplo.

Lembra que o ODS 4 traz que até 2030 "todos os jovens completem de forma livre e equitativa a Educação Básica" (BANCO MUNDIAL, 2022, p. 18). Para tanto, o Organismo alerta que é necessário também a realização de avaliações confiáveis, com dados de qualidade, regulares, comparáveis e que muitos países não têm essas questões organizadas.

Em resumo, o relatório demonstra uma preocupação de estabilizar a educação pós-Covid-19 em relação às crianças, futuros jovens e adultos, o mais rápido possível, correlacionando a educação ao lucro ou prejuízo que o capitalismo terá.

Na seção seguinte, apresento o evento Estratégia para Educação Técnica e Profissional e a formação para o período 2022-2029,organizado pela Unesco-Unevoc[19] em 2022; tendo

[19] Enquanto centro designado pela UNESCO para o ensino e formação técnica e profissional (TVET), UNESCO-UNEVOC apoia os Estados-Membros nos seus esforços para reforçar e melhorar os seus sistemas TVET. A TVET está focada na aquisição de conhecimentos e competências para o mundo do trabalho e ajuda os jovens e adultos a desenvolver as competências necessárias para o emprego, o trabalho digno e o empreendedorismo, apoiando simultaneamente o crescimento económico inclusivo e sustentável.[UNESCO-UNEVOC, 2023)

em vista sua importância para a EPT.

2.4 - Estratégia para Educação Técnica e Profissional e a Formação para o período 2022-2029 - Unesco-Unevoc

A Estratégia para Educação Técnica e Profissional e a formação para o período 2022-2029 ocorreu nos dias 25 e 26 de outubro de 2022, em Bonn, Alemanha e foi sediado pelo Centro Internacional UNESCO-UNEVOC para TVET.

O Brasil foi representado pelo reitor do Instituto Federal Fluminense - IFF e membro da Câmara de Internacionalização do Conselho Nacional das Instituições da RFEPCT (Conif), Professor Jefferson Manhães de Azevedo.

O evento teve como objetivo definir objetivos para EPT em âmbito mundial, levando em conta questões sociais econômicas presentes e futuras, principalmente após a crise pandêmica da Covid-19. Ainda buscou dar celeridade no progresso dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável 4 e 8.

A participação do Conif foi fundamental também para estreitar relações com Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOPs).

Manhães assinou uma carta de intenções, a fim de que seja implementado o Projeto Skills for Innovation Hubs (I-hub) entre o Ministério da Educação (Setec-MEC) e a Unesco-Unevoc. Tal projeto objetiva que a RFEPCT desenvolva e aprimore a inovação em seu âmbito, inclusive no seu planejamento estratégico (IFRJi, 2022).

Os pontos destacados no evento foram

> Conscientizar os Estados-Membros e a comunidade internacional sobre a nova estratégia da UNESCO para a Estratégia para Educação Técnica e Profissional e a Formação para o período 2022-2029 e sua importância para reimaginar a educação e as habilidades para o trabalho e a vida;
>
> Mobilizar a vontade política e renovar os compromissos dos Estados-Membros com a Estratégia para Educação Técnica e Profissional e a Formação para o período 2022-202;
>
> Destacar o apoio aos esforços dos Estados-Membros na construção de uma visão comum para transformar os mercados de trabalho, as economias e as sociedades;
>
> Discutir a importância, os desafios e as oportunidades para o aprendizado ao longo da vida.

> Apresentar as iniciativas, projetos e atividades em andamento e futuros da Estratégia para Educação Técnica e Profissional e a Formação para o período 2022-202 da UNESCO na sede e em escritórios de campo, e seus resultados;
>
> Discutir o alinhamento das iniciativas da Estratégia para Educação Técnica e Profissional e a Formação para o período 2022-202 com as políticas e parcerias dos Estados-Membros;
>
> Considerar a integração de questões interseccionais, como meio-ambiente, minorias, igualdade de gênero, etc., e intervenções transversais (dados, instrumentos normativos, parcerias); e
>
> Identificar ações concretas e áreas de colaboração e potenciais parceiros para apoiar o desenvolvimento e implementação da estratégia no estímulo ao apoio a novas habilidades.(UNESCO/UNEVOC, 2022)

O evento tem relação direta com a EJA-EPT; tendo em vista as questões tratadas perpassarem por essa modalidade: “desenvolvimento de habilidades para o empoderamento, emprego produtivo, trabalho decente, transição para economias mais digitais, verdes e inclusivas” (UNESCO/UNEVOC, 2022). Nesse sentido é importante ressaltarmos que o trabalho produtivo aqui não vislumbra uma mudança do modo de produção vigente, mas o reafirma. Ainda, quando se fala em trabalho decente busca-se “promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas as mulheres e homens”(UNESCO, ODS 8). É possível depreender que há uma preocupação com a forma deletéria em que o trabalho tem se configurado, justamente pelas contradições materializadas pelo capitalismo. Nesse sentido, tais objetivos soam como paliativos.

O próximo capítulo traz uma série de ações no âmbito da Educação, ressaltando o caráter democrático da gestão terceira gestão Lula seu primeiro ano de governo, 2023.

3 ANÁLISE DO PRIMEIRO ANO DA TERCEIRA GESTÃO DE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA NA PRESIDÊNCIA DO BRASIL, NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO, DA EJA E DA EJA-EPT

O processo eleitoral presidencial em 2022 no Brasil foi pautado por uma série de radicalizações, chegando até a ocorrência de casos de assassinatos de eleitores do candidato à reeleição Jair Bolsonaro e do candidato Lula.

No dia da eleição ocorreram tentativas de sabotagem por parte da Polícia Rodoviária Federal em relação ao trânsito para votação de eleitores do candidato Lula, configurando claro apoio de tais servidores à candidatura de Jair Bolsonaro. Foram quase 600 ações, mesmo após ordem do TSE impedindo que a Polícia Rodoviária Federal - PRF as realizassem. O então diretor da PRF, Silvinei Vasques, dias antes do segundo turno declarou voto em Jair Bolsonaro (G1, 30 outubro de 2022). Apesar de todas as tentativas de sabotagem, Lula venceu no segundo turno com o percentual de 50,90% dos votos apurados (TSE, 2022).

A partir dos resultados das eleições apoiadores do candidato derrotado passaram a acampar em frente a várias unidades do Exército pelo Brasil clamando pela instauração de um golpe militar no Brasil, alegando que as eleições foram fraudadas pelas urnas eletrônicas e/ou porque simplesmente não aceitavam os resultados das eleições. Assim, foram protagonizados episódios de violência, terrorismo em Brasília e defesa pautas antidemocráticas. Os golpistas, chegaram a protaganizar uma ação terrorista dia 24 de dezembro de 2022, quando um artefato explosivo foi deixado na entrada do aeroporto de Brasília. (G1, 30 de dezembro de 2022). Tais ações acenderam um alerta para a data da posse de Lula em 1º. de janeiro de 2023. A posse transcorreu de forma tranqüila e contou com a representatividade de vários grupos da sociedade. Após período de ataques à democracia iniciados em 2016, a posse do presidente Lula foi um alento, a esperança de um novo tempo.

A tranqüilidade duraria pouco tempo; tendo em vista que em 8 de janeiro de 2023, integrantes dos grupos que se arvoraram em frente a quartéis do Exército, desde o resultados das eleições e financiadores desses grupos protagonizaram uma tentativa de golpe de Estado invadindo e depredando as sedes dos três poderes em Brasília. A tentativa infrutífera ocasionou um prejuízo aos cofres públicos de mais de R$ 40 mi e não logrou o êxito, restando aos golpistas a prisão e as cominações legais na forma da lei. À época, o presidente Lula nomeou um interventor federal para gerir a situação, Ricardo Cappelli. O governador do

DF foi afastado, Ibaneis Rocha, ex-secretário de Segurança Pública do Distrito Federal e o ex-ministro da justiça, Anderson Torres foi preso. As instituições brasileiras mostraram firmeza, reafirmando que existem para além de seus muros. É necessário relatar esses episódios vergonhosos, pois é também a partir deles que se reorganizaram as ações da terceira gestão Lula.

A tentativa de golpe demonstra o quanto uma educação libertadora e emancipadora faz falta. Foi um atentado contra a educação democrática. Nesse sentido, as propostas, as políticas para EJA-EPT precisam ser fortes, assim com as instituições que enfrentaram a malograda tentativa de golpe. Construir uma política de EJA-EPT baseada fortemente na direção democrática e plural da sociedade é agora mais do que nunca, essencial. Os desafios já eram imensos a partir da vitória do presidente Lula, mas com a tentativa fracassada de golpe mostraram-se ainda maiores. O ensandecimento da turba golpista demonstrou, por contraste, o fortalecimento do Estado Democrático de Direito.

Em 1º de janeiro de 2023 foi publicado o Decreto n.º 11.342/23, que estabeleceu a nova estrutura do Ministério da Educação: Secretária de Alfabetização e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi), Secretaria de Educação Básica, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, Secretaria de Educação Superior, Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, Secretaria de Alfabetização, Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação, Instituto Benjamin Constant – IBC e Instituto Nacional de Educação de Surdos INES. A chegada ao terceiro mandato do presidente Lula renovou possibilidades de um governo democrático e comprometido com as pautas dos diversos grupos sociais.

Na primeira e segunda seções trazemos dados sobre alterações orçamentárias e sobre no novo arcabouço fiscal, fundamentais para definição da utilização de recursos na terceira gestão Lula.

A reestruturação da Secretária de Alfabetização e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) no MEC, trazida na terceira seção corrobora com seu perfil democrático. A Secadi, que fora criada em 2004, a partir do protagonismo dos diversos grupos sociais e extinta em 2019 pelo governo Bolsonaro e reestruturada em 2023, tendo à frente a Professora Zara Figueiredo. A seção 4 apresenta legislações que alteram e dão suporte às políticas públicas de EJA. A seção 5 lembra da retomada da Comissão Nacional de Alfabetização de Educação de Jovens e Adultos (Cnaeja).

A seção 6 traz o relançamento da Frente Parlamentar Mista em defesa dos Institutos Federais, sendo mais um sinal da importância dada pelo atual governo ao fortalecimento da REFPCT. A seção 7 traz as propostas de alteração do Novo Ensino Médio, resultado já de consulta pública realizada em junho e junho de 2023 pelo governo Lula, o que infelizmente seria golpeado pelo relator Mendonça Filho (União Brasil - PE) em dezembro de 2023. A seção 8 traz um tema importante; que é a disponibilização de recurso para a Bolsa-Formação(EJA-EPT), como forma de investimentos, a partir dos recursos decorrentes do governo anterior. Na última seção, trazemos o lançamento do Programa Nacional do Livro Didático da EJA – PNLD EJA.

3.1 MEC recompõe orçamento e retoma investimentos

O MEC, no primeiro semestre da terceira gestão Lula recompôs o orçamento dos institutos federais, sendo R$ 388 milhões para despesas de custeio, assistência estudantil e retomada de investimentos e R$ 302 milhões para obras, laboratórios e aquisições de equipamentos, mobiliários e para execução de projetos. (MEC, 19 de julho 2023). Nesse sentido, a nova gestão da República buscou mitigar a redução de 30% de investimentos entre 2019 e 2022, realizando um aumento de investimentos de 31,3% no primeiro ano de seu governo(MEC, 19 de julho 2023)

Em 12 de junho de 2023 o governo lançou o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, disponibilizando R$ 1 bi em 2023 e R$ 2 bi ao longo do governo. A efetivação do Compromisso objetiva garantir o direito à alfabetização para toda criança do país.

Em 03 de julho de 2023 o MEC/SETEC, através da Portaria 28/2023 criou o Comitê Permanente de Planejamento e Gestão da RFEPCT, que tem a finalidade de planejar, acompanhar e avaliar programas e ações da RFEPCT (MEC, 03 de julho 2023).O Comitê é formado por servidores da Setec, integrantes do Conif e do Conselho Nacional de Dirigentes das Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais (Condetuf) (MEC, 03 de julho 2023).

Ainda, num sentido de aproximação com a RFEPCT, em 05 de julho de 2023, o Ministro da Educação Camilo Santana realizou reunião com os reitores dos institutos

federais em Brasília, onde ressaltou o protagonismo da RFEPCT[20] e o desejo de ter os institutos como parceiros em todas as políticas do MEC. **Foram tratadas também questões da expansão da Rede, questões orçamentárias, formação de professores, combate ao alto número de analfabetismo** (MEC, 2023).

Sinais da retomada dos investimentos puderam ser observadas no IFRJ quando em 01 de agosto de 2023 o IFRJ retomou as obras de reforma do bloco pedagógico do *Campus* São Gonçalo; que tiveram início em 2020, mas foram paralisadas devido ao corte orçamentário durante o governo Bolsonaro (IFRJ, 01 de agosto de 2023). Durante tal período, tinha-se que "No campo econômico, o constante ataque a direitos e a procrastinação de políticas sociais vêm sendo uma tônica. Trata-se de uma dimensão estrutural de pouco comprometimento com as classes populares."(OLIVEIRA, 2022, p. 105). Assim, a aproximação do MEC com a RFEPCT se materializa , a partir de retomadas como essa no *Campus* São Gonçalo e a criação de 100 novos *campi* de institutos federais n Brasil,anunciados em 12 de março de 2024, com investimento de 3,9 bi do novo Plano de Aceleração do Crescimento – PAC, com 2,5 bi para construção de novos *campi* e 1,4 bi para consolidação de campi já existentes. Serão criadas 140 mil vagas (MEC, 2024) Em relação ao IFRJ serão criados e consolidados, sendo 6 *campi* do IFRJ. São eles: Cidade de Deus (Parque Olímpico), Complexo do Alemão na cidade do Rio de Janeiro e nas cidades de Belford Roxo, Magé, São Gonçalo e Teresópolis (SECOM, 2024).

É possível observar grande investimento em construção e consolidação de novos *campi* de institutos federais, porém o atual governo trabalha com uma grande contradição: a valorização salarial dos servidores da RFEPCT que com salários defasados entram em greve em 4/4/2024. A pergunta que fica é como investir soma vultosa em novos prédios e não valorizar seus servidores que estarão à frente da educação dos jovens e adultos? O governo que teve grande apoio da RFECPCT nas eleições de 2022 contraditoriamente não se empenha em valorizar a referida categoria.

---

[20] A RFEPCT de Educação Profissional, Científica e Tecnológica é constituída por 41 instituições: 38 Institutos Federais, 2 Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e o Colégio Pedro II. O total de campi é de 680 e atende 1,5 milhão de estudantes ofertando cursos técnicos, superiores de tecnologia, licenciaturas, entre outras formações. (MEC, 06 JUL. 2023)

Na próxima seção faremos uma discussão sobre o Novo Arcabouço Fiscal em substituição ao Teto de Gastos de 2016.

3.2 Novo arcabouço fiscal

O Projeto de Lei Complementar nº 93/2023, de autoria do Poder Executivo foi aprovado em 22 de agosto de 2023 e

> Institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional n.º 126, de 21 de dezembro de 2022, e no inciso VIII do caput e no parágrafo único do art. 163 da Constituição Federal; e altera a Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), e a Lei n.º 10.633, de 27 de dezembro de 2002.".(CÃMARA, 2023).

O referido PLC substitui o Teto de Gastos que vigorava desde 2016, este restringia investimentos em educação, saúde e segurança. O período pandêmico demandou alteração no Teto de Gastos para incremento de recursos na saúde. O Teto de Gastos inconseqüente, efetivado no bojo do *Impeachment* da presidenta Dilma Rousseff foi substituído pelo novo arcabouço fiscal.

O novo arcabouço fiscal deixou de fora dos limites de gastos do Fundeb, o que é uma vitória para a Educação. Assim, os investimentos na EJA podem ter maiores valores a partir de 2024, somado à política progressista da terceira gestão Lula e especificamente da reestruturação da Secadi. Por outro lado, contraditoriamente, o novo arcabouço fiscal investe na educação através do Fundeb, mas deixa claro que se o governo não cumprir com as metas fica proibido de criar cargos ou reestruturar carreiras que elevem despesa; de dar reajustes salariais a servidores; de contratar servidores ou fazer concursos púbicos (exceto em casos de reposição de chefia sem aumento de despesa e de cargos efetivos ou vitalícios), ou seja, possibilita investimento fora do teto pelo Fundeb e ao mesmo tempo impede concursos, reestruturação de carreiras e reajustes salariais a servidores públicos. Como alterarmos a situação da EJA e da EJA-EPT com planos e cargos e salários defasados, sem concurso público de profissionais especializados na área, sem valorização salarial dos profissionais atuais?

Na próxima seção trataremos sobre a retomada da SECADI.

3.3 Secadi e a reestruturação do Ministério da Educação

Uma das mais importantes ações do governo a terceira gestão Lula em relação à Educação foi a reestruturação da Secadi no MEC, após ter sido extinta em 2019 pelo governo Bolsonaro.

A Secadi está à frente de programas, ações e políticas direcionadas para a educação especial, jovens e adultos, educação do campo, educação indígena, educação quilombola e direitos humanos.

O artigo 1º do Decreto 11.691, de 5 de setembro de 2023 apresenta as seguintes áreas de competência:

> I - política nacional de educação;
> II - educação infantil;
> III - educação em geral, compreendendo ensino fundamental, ensino médio, ensino superior, **educação de jovens e adultos**, **educação profissional**, educação especial e educação a distância, exceto ensino militar (grifos nossos)
> IV - avaliação, informação e pesquisa educacional;
> V - pesquisa e extensão universitária;
> VI - magistério; e
> VII - assistência financeira a famílias carentes para a escolarização de seus filhos ou dependentes. (BRASIL, 2023)

Assim, no que tange à EJA, à EJA-EPT e à RFEPCT é possível observar a Educação de Jovens e Adultos e a Educação Profissional elencadas no item III. Já o Capítulo II, que tratada da Estrutura Organizacional, em seu artigo 2º, item II, dos Órgãos Singulares estão elencadas: a) Secretaria de Educação Básica; b) Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, no item 1 foi criada a Diretoria de Desenvolvimento da RFEPCT de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e, no item 2 a Diretoria de Políticas e Regulação da Educação Profissional e Tecnológica e no item 3) Diretoria de Articulação e Fortalecimento da Educação Profissional Tecnológica. Ainda , C) Secretaria de Educação Superior, d) Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, e) Secretaria de Articulação Intersetorial e com os Sistemas de Ensino, f) Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos , Diversidade e Inclusão (SECADI), g) Instituo Benjamin Constant e h) Instituto Nacional de Educação de Surdos.

A Secadi é constituída pela Diretoria de Políticas de Educação do Campo e Educação Escolar Indígena (Redação dada pelo Decreto n.º 11.402, de 2023), **Diretoria de Políticas de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos**; Diretoria de Políticas de Educação

Especial na Perspectiva Inclusiva (Redação dada pelo Decreto n.º 11.378, de 2023), Diretoria de Políticas de Educação Étnico-Racial e Educação Escolar Quilombola (Redação dada pelo Decreto n.º 11.402, de 2023) e Diretoria de Políticas de Educação Bilíngüe de Surdos (BRASIL, 2023).

A Diretoria de Políticas de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos tem como Diretora Cláudia Borges Costa. É constituída pela Coordenação-Geral de Alfabetização , tendo à frente Maria do Socorro Alencar Nunes; Coordenação-geral de Educação de Jovens e Adultos, tendo à frente Mariângela Graciano e Coordenação-geral de Políticas Educacionais para a Juventude, tendo à frente Yann Evanovick Leitão Furtado.

A seção II, dos órgãos específicos singulares, no art. 19 traz as competências da Diretoria de Políticas e Regulação da Educação Profissional e Tecnológica, em seu item I traz

> I - propor e apoiar programas e ações destinados ao desenvolvimento da educação profissional e tecnológica, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, especialmente quanto à integração com o ensino médio, **à educação de jovens e adultos**, à inovação, à internacionalização, à educação a distância, à difusão do uso das tecnologias educacionais e à certificação profissional de trabalhadores, em articulação com órgãos e entidades públicas e privadas (BRASIL, 2023, grifos nossos)

Podemos observar no art. 19, o relevo da nova gestão em apoiar programas para EJA integrada à Educação Profissional.

O art. 20, das competências da Diretoria de Articulação e Fortalecimento da Educação Profissional e Tecnológica, em seu item I traz a prerrogativa de "I - fortalecer os sistemas de ensino, por meio de assistência técnica e fontes de financiamento nacionais e internacionais para programas e ações de educação profissional e tecnológica" (BRASIL, 2023). Essa prerrogativa traz a possibilidade de incremento orçamentário na Educação Profissional, incluindo nesse cenário a EJA-EPT. Esta Diretoria apresenta propostas de integração de sistemas de ensino, de cooperação entre órgãos públicos e entidades privadas nacionais e internacionais, financiamentos e transparência na gestão, fortalecimento da pesquisa, formação continuada e valorização dos profissionais da Educação Profissional e Tecnológica e ainda apoiar a educação à distância (BRASIL, 2003).

O art. 33, que trata da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão já nos dois primeiros incisos faz menção à EJA

> I - **planejar, orientar e coordenar, em articulação com os sistemas de ensino, a implementação de políticas para a alfabetização e educação de jovens e adultos**, a educação do campo, a educação escolar indígena, a educação em áreas

> remanescentes de quilombos, a educação em direitos humanos, a educação ambiental e a educação especial;
>
> II - **implementar ações de cooperação técnica e financeira entre a União, Estados, Municípios, Distrito Federal, e organismos nacionais e internacionais, voltadas à alfabetização e educação de jovens e adultos**, a educação do campo, a educação escolar indígena, a educação em áreas remanescentes de quilombos, a educação em direitos humanos, a educação ambiental e a educação especial;
>
> ...
>
> VI - **coordenar ações transversais para promover educação continuada, alfabetização de jovens e adultos**, diversidade, direitos humanos, educação inclusiva e educação ambiental, com vistas à efetivação de políticas públicas de que trata esta Secretaria, em todos os níveis, etapas e modalidades (grifos nossos). (BRASIL, 2023)

O incisos apresentados deixam claras as propostas da terceira gestão Lula em relação à articulação e implementação de políticas, de cooperação técnica entre o governo e organismos nacionais e internacionais para a EJA, além da promoção de educação continuada e alfabetização de jovens e adultos . Especificamente, o art. 35 apresenta a Diretoria de Políticas de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos dentro da estrutura da Secadi e explicita suas propostas de ações:

> I - propor políticas para alfabetização e educação de jovens e adultos, em articulação com os sistemas de ensino, com vistas à formação e ao desenvolvimento integral do ser humano no exercício da cidadania;
>
> II - orientar, apoiar e acompanhar programas e ações de alfabetização e educação de jovens e adultos, com vistas à melhoria da qualidade das ações de alfabetização e de educação de jovens e adultos, consideradas as diferentes características regionais, culturais e as necessidades educacionais específicas dos estudantes;
>
> III - implementar política de apoio técnico e financeiro para a execução de ações de alfabetização e educação de jovens e adultos, em regime de colaboração, de modo a promover a ampliação do acesso e a melhoria da qualidade do ensino de jovens e adultos; e
>
> IV - apoiar ações de formação continuada de professores, o desenvolvimento e a avaliação de materiais didáticos e pedagógicos para a alfabetização e a educação de jovens e adultos.(BRASIL, 2023)

O inciso I da relevo à formação integral de jovens e adultos. O inciso II visa à melhoria da qualidade das ações de alfabetização e da EJA. O inciso III apresenta a implementação de política apoio financeiro e o inciso IV trata da formação continuada e avaliação de materiais pedagógicos para alfabetização e para a EJA.

Nossa aproximação com a Secadi ocorreu em março de 2023, quando foi possível entrevistarmos três gestoras e um(a) servidor(a). As entrevistas e análise das mesmas estão

apresentadas no capítulo 9.

Na próxima seção, há uma apresentação da política nacional da Educação Profissional e Tecnológica que traz algumas alterações referentes a essa política.

3.4 Lei n.º 14.645, de 2 de agosto de 2023 - Política Nacional da Educação Profissional e Tecnológica

A presente lei altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a educação profissional e tecnológica e articular a educação profissional técnica de nível médio com programas de aprendizagem profissional, e a Lei n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre isenção do cômputo de determinados rendimentos no cálculo da renda familiar per capita para efeitos da concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Foi acrescentado ao art. 9, o inciso VIII-A que visa "assegurar, em colaboração com os sistemas de ensino, processo nacional de avaliação das instituições e dos cursos de educação profissional técnica e tecnológica;"(BRASIL, LEI 14.645, DE 2 DE AGOSTO DE 2023).

A inserção do Art. 36-B traz a prerrogativa de que nos casos da educação profissional técnica de nível médio for oferecida em articulação com a aprendizagem profissional será possível haver aproveitamento

> I - das atividades pedagógicas de educação profissional técnica de nível médio, para efeito de cumprimento do contrato de aprendizagem profissional, nos termos de regulamento;
>
> II - das horas de trabalho em aprendizagem profissional para efeito de integralização da carga horária do ensino médio, no itinerário da formação técnica e profissional ou na educação profissional técnica de nível médio, nos termos de regulamento." (BRASIL, LEI 14.645, DE 2 DE AGOSTO DE 2023)

É possível aproveitar as horas de trabalho em aprendizagem profissional nas atividades pedagógicas e vice-versa.

O caput do artigo 42-A traz que

> A educação profissional e tecnológica organizada em eixos tecnológicos observará o princípio da integração curricular entre cursos e programas, de modo a viabilizar itinerários formativos contínuos e trajetórias progressivas de formação entre todos os níveis educacionais. (BRASIL, LEI 14.645, DE 2 DE AGOSTO DE 2023).

Nesse sentido estão previstos o aproveitamento de “experiências, certificações e conhecimentos desenvolvidos ao longo da trajetória individual do estudante”(BRASIL, LEI 14.645, DE 2 DE AGOSTO DE 2023). Para tanto, conforme parágrafo 3, o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) e o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (CNCST) serão responsáveis por orientar a orientação e organização dos cursos e itinerários, a fim de que a equivalência entre os níveis médio e superior possa ser realizada. Tais catálogos, conforme parágrafo 4 serão periodicamente atualizados pelo MEC

> em colaboração com os sistemas de ensino, as instituições e as redes de educação profissional e tecnológica e as entidades representativas de empregadores e trabalhadores, observadas a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) e a dinâmica do mundo do trabalho (BRASIL, LEI 14.645, DE 2 DE AGOSTO DE 2023).

O artigo 4 define o prazo de 2 anos para a implementação da política nacional de Educação Profissional e Tecnológica pela União, em colaboração com estados e o DF. Assim, a Lei propõe as ações de

> I - fomento à expansão da oferta de educação profissional e tecnológica em instituições públicas e privadas, consideradas as necessidades regionais;
> II - estímulo à realização contínua de estudos e de projetos inovadores que articulem a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica às necessidades do mundo do trabalho;
> III - participação ativa do setor produtivo na formação e na empregabilidade dos egressos da educação profissional e tecnológica;
> IV - articulação entre as instituições formadoras, o setor produtivo e os órgãos públicos responsáveis pela política de educação profissional e tecnológica;
> V - integração curricular entre cursos e programas como forma de viabilizar itinerários formativos e trajetórias progressivas de formação profissional e tecnológica;
> VI - fomento à capacitação digital na educação profissional e tecnológica, de forma a promover a especialização em tecnologias e aplicações digitais;
> VII - atuação conjunta entre a RFEPCT de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e as secretarias estaduais de educação ou os órgãos equivalentes responsáveis pela formação profissional e tecnológica;
> VIII - instituição de instância tripartite de governança da política e de suas ações, com representação paritária dos gestores da educação, das instituições formadoras e do setor produtivo. (BRASIL, LEI n.º 14.645, DE 2 DE AGOSTO DE 2023).

Assim, o relevo da política nacional da Educação Profissional configura a responsabilidade por parte da terceira gestão Lula com a Educação Profissional e Tecnológica, a partir de janeiro de 2023, dando foco à articulação entre currículo e mundo do trabalho, com aproveitamento de carga horária nos dois âmbitos; aproveitamento de histórico curricular entre Ensino Médio e Ensino Superior; expansão da EPT articulada ao mundo do

trabalho, participação do setor produtivo no processo de formação e empregabilidade de estudantes; capacitação digital, efetiva participação de RFEPCT de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e atuação da mesma junto às secretarias estaduais de educação. Nesse sentido, tal política contribui para o fortalecimento da EPT no IFRJ, bem como para a EJA-EPT, para o aumento de matrículas na EJA-EPT. O prazo de 2 anos para sua efetiva implementação, ou seja, até agosto de 2025 facilita sua efetiva implantação; visto que estaremos ainda na gestão do presidente Lula permitindo a continuidade, avaliação, incremento das ações da referida política. Por outro lado vivemos sob os ditames do Arcabouço Fiscal fazendário, tivemos uma greve de quase 90 dias em 2023 de servidores da rede federal por melhores condições de trabalho, ou seja, ao mesmo tempo que temos a retomada da Secadi; que é e sem dúvidas momento a celebrar, temos outras situações que precisam ser equacionadas.

Outra ação importante no âmbito da alfabetização e da EJA foi a criação da Comissão Nacional de Alfabetização de Educação de Jovens e Adultos - CNaeja, apresentada na próxima seção, tem o objetivo de auxiliar a elaboração, acompanhamento e avaliação de políticas públicas.

3.5 Portaria n.º 989, de 23 de maio de 2023 - Comissão Nacional de Alfabetização de Educação de Jovens e Adultos (CNaeja).

A portaria n.º 989/2023, de 23 maio de 2023, instituiu a Comissão Nacional de Alfabetização de Educação de Jovens e Adultos (CNaeja). O objetivo da Comissão é que a mesma tenha caráter consultivo, de assessoramento e subsídio ao MEC na elaboração, no acompanhamento e avaliação da Política de Alfabetização e EJA(CNAEJA, 2023). A composição da CNaeja é trazida no art. 3º

> a) Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão - Secadi;
>
> b) Secretaria de Educação Básica - SEB;
>
> c) Secretaria de Educação Superior - SESu;
>
> d) Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - Setec;
>
> e) Secretaria de Articulação Intersetorial e com os Sistemas de Ensino - Sase; e
>
> f) Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep.
>
> II - representantes da sociedade civil, reconhecidos pelo trabalho na área da Educação de Jovens e Adultos, por representantes indicados por instituições e entidades representativas da área educacional, de âmbito nacional, até o limite de

> vinte membros, designados por ato do Ministro de Estado da Educação.(CNAEJA, 2023)

A composição conta, conforme artigo 5º, com Zara Figueiredo na presidência e na sua ausência, a Diretoria de Políticas de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos dessa Secretaria, Cláudia Costa, esta última entrevistada por essa pesquisa, no capítulo 9. Conforme art. 6, a Secretaria-Executiva tem à frente a Coordenação-Geral de Educação de Jovens e Adultos, da Diretoria de Políticas de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos, da Secadi, Mariângela Graciano.

Outro dado importante expresso no art. 4º é que a composição deve, preferencialmente observar

> I - a paridade de gênero, quando não houver maioria de representantes mulheres;
> II - o percentual de, no mínimo, 20% dos seus membros de pessoas autodeclaradas pretas e pardas; e
>
> III - a representação das cinco regiões do País.(MEC, 2023)

Podemos observar nesse artigo a preocupação com a questão de gênero, racial e regional em sua composição, a participação da sociedade civil, o que demonstra o caráter democrático do governo, do MEC e da Secadi. Em 24 de maio de 2023 foram empossados os membros da CNaeja nas dependências do MEC e mais uma vez o protagonismo da sociedade civil foi ressaltado, a partir da fala de Zara Figueiredo, a Secretária da Secadi

> Nenhuma política vai ter efetividade se a gente não garantir um ponto que antecede o próprio desenho da política, que se chama participação social. Mesmo com uma avaliação e um monitoramento bem-feitos, as chances de efetividade dessa política ficam muito comprometidas se não houver a participação social desde o primeiro momento de construção. A participação social não pode ser apenas homologatória, ela tem que ser efetiva, desde o desenho da política, o redirecionamento e o monitoramento. (MEC, 2023)

Ainda, no dia da posse, a Coordenadora-geral de Alfabetização de Jovens e Adultos da Secadi, Maria do Socorro Nunes afirmou: "A nossa expectativa de diálogo e de sistematização dos processos é muito alta e a gente espera e conta com o trabalho de vocês. **A educação de jovens e adultos não é apenas uma pauta é uma causa**" (MEC, 2023, grifos nossos). A Professora Claudia Costa concluiu informando que está sendo criada uma Frente Parlamentar com objetivo de tratar da EJA e realizar a efetivação da política nacional de EJA.

Fica claro que a conformação da CNaeja e a composição da Secadi estão sendo fundamental para a construção democrática da Política de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos. Nesse direção, na seção seguinte, trazemos o relançamento da Frente Parlamentar Mista em defesa dos Institutos Federais, como mais uma ação de fortalecimento da EJA-EPT.

3.6 Relançamento da Frente Parlamentar Mista em defesa dos Institutos Federais

Em 14 de setembro de 2023 foi relançada[21] na Câmara dos Deputados a Frente Parlamentar Mista em defesa dos Institutos Federais. A Frente é resultado de articulações entre o deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) , o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif) e o Congresso Nacional, contando com mais de 200 parlamentares, entre deputados e senadores de diversos partidos e com vigência de 2 anos.

O objetivo do grupo é desenvolver políticas que estão relacionadas à atuação estratégica da RFEPCT em questões tais como

> Orçamento, expansão, políticas de inclusão e temas relacionados à pesquisa, inovação e desenvolvimento são alguns dos temas de interesse do grupo, que serão acompanhados de perto pelos conselheiros e pela Diretoria de Relações Institucionais e Governamentais do Conif.(IFRJ, 2023)

A composição da direção da Frente foi definida, a partir de eleição, conforme IFRJ (2023) da seguinte forma: presidente: Deputado Reginaldo Lopes(PT); Vice-presidente: Deputada Maria do Rosário (PT/RS); Coordenador de Extensão: Deputado Reginaldo Veras (PV/DF); Coordenadora de Educação do Campo: Deputada Socorro Neri (PP/AC); Coordenador de Orçamento: Deputado Moses Rodrigues (União/CE); Coordenadora de Pesquisa e Inovação: Deputada Dandara (PT/MG); Coordenadora de Ensino: Senadora Dorinha Seabra (União/TO) .

A Frente demonstra mais uma vez a direção do terceira gestão Lula; o compromisso coma educação e com a reconstrução do Brasil, a partir da reunião de parlamentares dos mais diversos partidos, inclusive da oposição.

Na seção seguinte trazemos uma discussão sobre proposta de alteração no Novo Ensino Médio.

3.7 proposta de projeto de lei com alterações para o Novo Ensino Médio

Em 24 de outubro de 2023, o presidente Lula enviou um projeto lei ao Congresso Nacional propondo que fosse retomado o mínimo de 2.400 horas de Formação Geral Básica; que retornassem todas as disciplinas obrigatórias do Ensino Médio, com proposta excepcional de Formação Geral Básica, a partir de 2.100h conjugada com 800h com um curso técnico; que se seja delimitado em quatro itinerários formativos e não mais três, como proposta de 2017,

---

[21] A Frente Parlamente fora lançada inicialmente em 5 de julho de 2017, a partir da 75ª. Reunião do Conif em Belo Horizonte, nos dias e de junho de 2017[IFMG, 2017)

agora chamados de “Percursos de Aprofundamento e Integração de Estudos propedêuticos” tendo cada escola que ofertar pelo menos dois destes; que sejam construídos parâmetros nacionais para a organização dos itinerários formativos; que seja proibida a oferta de componentes curriculares da Formação Geral Básica na modalidade de EAD;que seja revogada a inclusão de profissionais não licenciados na categoria de profissionais do magistério.

O Projeto de Lei n. 5.230/23 foi resultante da consulta pública em junho e julho de 2023 realizada pelo governo sobre os pontos que precisavam ser alterados na BNCC de 2017. Assim, sem dúvidas houve um avanço nesse debate, a partir da participação social no governo Lula. As possibilidades de alteração da BNCC de 2017 foi um avanço que infelizmente não duraria muito tempo; tendo em vista que o relator escolhido do PL enviado por Lula foi o deputado federal Mendonça Filho (União Brasil-PE); ressurgido de tempos de atraso, desde o governo Temer. O referido deputado em 2017 propôs o NEM, foi ministro de Michel Temer e voltou das catacumbas do atraso para liquidar com as possibilidades de mudanças discutidas pelo governo e pela sociedade civil em relação ao Novo Ensino Médio. O governo ainda tentou retirar o pedido de urgência que havia solicitado quando Mendonça Filho assumiu a relatoria, mas tal pedido foi negado e o processo seguiu seu trâmite em caráter de urgência. Em 19 de dezembro de 2023 foi adiada para março de 2024 a votação do substitutivo do Projeto de Lei que altera o Ensino Médio. Em março, na Câmara, o projeto foi aprovado com carga horária da formação geral básica de 2.400 horas e 600h para itinerários formativos, possibilidade de atuarem no magistério pessoas com notório saber e sem licenciaturas. No momento o PL segue no Senado para também aprovação.

Na seção seguinte apresentamos a Linha de Fomento Bolsa-Formação (EJA-EPT), visando aumentar vagas em cursos já consolidados na RFEPCT.

3.8 Linha de Fomento Bolsa-Formação (EJA-EPT)

A Gerência de Projetos da Diretoria de Articulação e Fortalecimento-DAF/Setec expediu 2 duas Notas Técnicas apresentando a linha de Fomento Bolsa-Formação (EJA-EPT) no âmbito da SETEC/MEC para adesão da RFEPCT (SETEC/MEC). Foram utilizadas as seguintes Notas Técnicas: 80/2023/GERENCIA I/DAF/SETEC/SETEC, de 29/08/2023 e 109/2023/ GERENCIA I/DAF/SETEC/SETEC, de 06/11/2023.

O período de envio de propostas ocorreu de 18/9/2023 a 6/10/2023 e foram encaminhadas 25 propostas, sendo 3 do Centro Oeste, 8 do Nordeste, 3 do Norte e 7 do Sudeste, totalizando 17 estados e o DF, com 95 municípios de 51 mesoregiões ofertando 41 curso técnicos de 12 eixos tecnológicos (SETEC/MEC). As vagas foram distribuídas conforme Tabela 9.

Tabela 9 Distribuições de instituições, vagas e recursos da linha de Fomento Bolsa-Formação (EJA-EPT)

Seq	Região	UF	Instituição	Proposta	Vagas	Valor
1	Norte	AM	IFAM	4382909	160	R$ 1.960.800,00
2	Norte	AP	IFAP	4387325	80	R$ 960.000,00
3	Nordeste	BA	IFBA	4382921	130	R$ 1.632.000,00
4	Nordeste	BA	IFBA|ANO	4424536	90	R$ 1.056.000,00
5	Nordeste	CE	IFCE	4418670	95	R$ 1.368.000,00
6	Centro Oeste	DF	IFB	4387210	356	R$ 3.820.800,00
7	Sudeste	ES	IFES	4382932	160	R$ 1.920.000,00
8	Centro Oeste	GO	IFG	4382938	347	R$ 4.324.800,00
9	Nordeste	MA	IFMA	4382963	80	R$ 960.000,00
10	Sudeste	MG	IFSUDESTE-MG	4416818	40	R$ 384.000,00
11	Sudeste	MG	UFTM	4387336	40	R$ 576.000,00
12	Sudeste	MG	UFV	4382963	300	R$ 4.032.000,00
13	Centro Oeste	MS	IFMS	4382986	360	R$ 4.032.000,00
14	Norte	PA	IFPA	4387346	150	R$ 1.968.000,00
15	Nordeste	PB	UFPB-CAVN	4415764	210	R$ 2.352.000,00
16	Nordeste	PB	UFPB-ETS	4382993	250	R$ 2.880.000,00
17	Nordeste	PE	UFRPE	4383003	250	R$ 3.600.000,00
18	Nordeste	PI	IFPI	4383009	500	R$ 5.280.000,00
19	Sudeste	RJ	IFF	4402659	172	R$ 2.212.800,00
20	Sul	RS	IFFar	4383030	175	R$ 1.896.000,00
21	Sul	RS	IFSUL	4383034	244	R$ 2.889.600,00
22	Sul	RS	UFSM	4383040	35	R$ 504.000,00
23	Sul	SC	IFSC	4416825	335	R$ 4.200.000,00
24	Sudeste	SP	IFSP	4383043	400	R$ 4.320.000,00
				TOTAL	4.959	R$ 58.956.000,00

Fonte: Setec/MEC (2023)

A linha de Fomento Bolsa-Formação (EJA-EPT) visa incrementar a oferta de vagas em cursos já existentes, na modalidade presencial, da EJA-EPT (SETEC/MEC). Foram disponibilizados R$ 58.956.000,00 para a oferta de 8.000 vagas, porém como poderemos verificar na entrevista com a profissional da Setec no Capítulo 10, o quantitativo não foi alcançado pela falta de propostas de entes da REFEPCT (SETEC/MEC). Assim, somente 4.959 vagas foram disponibilizadas em consonância com as propostas apresentadas, trazendo oferta de vagas em cursos técnicos de EJA-EPT já existentes, no período 2/1/2024 a 28/2/2026(SETEC/MEC)

A ação é realizada em parceira com a Secadi/MEC demonstrando um avanço no âmbito educacional na terceira gestão Lula. As ações da EJA-EPT não podem estar estanques às ações realizadas pela Secadi/MEC, logo a materialização desse trabalho conjunto vem fortalecer a EJA-EPT dentro da futura Política Nacional de EPT e na Política Nacional de Alfabetização e EJA.

Conforme a profissional da Setec, a linha de Fomento Bolsa-Formação (EJA-EPT) não é uma política, é uma ação realizada, a partir do orçamento oriundo do Planejamento

Estratégico do governo anterior, ou seja, dentro do que era possível e não do que era desejado

> Quando chegamos à Setec tínhamos pouco tempo para executar o orçamento que a gente recebeu e fomos olhar: O que é mais urgente agora? Sem dúvidas salta aos olhos os indicadores relacionados à EJA-EPT e por isso criamos essa linha de fomento, que na verdade não é uma política e nem um programa, mas uma linha de fomento focada nesse universo de valor e de vaga para assegurar essas vagas com metade dos recursos esse ano e metade dos recursos para o ano que vem. (CARLA JARDIM - SETEC/MEC)

Na próxima seção apresentamos Edital do Programa Nacional do Livro e do Material para a Educação de Jovens e Adultos 2025-2028 (PNLD-EJA)

3.9 Edital do Programa Nacional do Livro e do Material para a Educação de Jovens e Adultos 2025-2028 (PNLD-EJA)

Publicado em 29 de dezembro de 2023, o Edital de Convocação nº 2/2023 pelo MEC, elaborado a fim de iniciar processo de aquisição de livros didáticos para EJA, a ser utilizado de 2025 a 2028, referentes ao Programa Nacional do Livro e do Material Didático para a Educação de Jovens e Adultos 2025-2028(PNLD-EJA).

O edital, com foco na interdisciplinaridade foi organizado pela Secadi em conjunto com a SEB e o FNDE. Os interessados em participar do processo tiveram de 2 a 17 de maio de 2024 para realizarem suas inscrições. O Programa visa atender o Ensino Fundamental, ou seja, primeiro e segundo segmento, 1ª a 4ª etapas e 5ª a 8ª etapas , respectivamente.

A materialização desse edital é mais uma etapa do protagonismo do retorno da Secadi e de avanços na consolidação da política nacional de EJA. Claudia Costa, entrevistada nessa pesquisa, afirma:

> Assegurar o ciclo do PNLD-EJA é oportunizar o acesso aos conhecimentos científicos, tomando como ponto de partida os conhecimentos empíricos de jovens, adultos e idosos. Nas palavras de Paulo Freire, valorizar e partir do 'saber de experiência feito'. Almejamos proporcionar o desenvolvimento de práticas escolares que retomem a confiança dos estudantes, contribuindo na preparação para o mundo do trabalho e ao conhecimento sistematizado, juntamente com a utilização das mídias informacionais"[CLAUDIA COSTA]

Aqui podemos fazer uma interlocução com a política nacional de EJA-EPT que está sendo construída e vislumbramos nessa construção a elaboração de material didático também para EJA-EPT.

Neste capítulo observamos o empenho do governo em relação à EJA, à EJA-EPT através da recomposição de orçamento e investimentos com a criação e consolidação de 100

novos campi no Brasil,sendo 6 deles n o IFRJ; reestruturação do MEC e da Secadi; a promulgação da lei nº 14.645 de 2/8/23; interlocução em relação ao Novo Ensino Médio e a implantação da Linha de Fomento Bolsa-Formação (EJA-EPT), PNLD-EJA. Por outro lado esse empenho nos investimentos na RFEPCT não alcança seus servidores docentes e técnico-administrativos, que estão em greve

desde 4 de abril de 2024 reivindicando melhores salários e condições dignas de trabalho.

O próximo capítulo apresenta a análise das 11 entrevistas realizadas com profissionais que atuam há muitos anos com a EJA e a EJA-EPT e foram fundamentais para que a pesquisa pudesse realizar correlações com a teoria apresentada nos capítulos 1, 2, 3 e 4; com a realidade, bem como para responder à pergunta de pesquisa, comprovar ou não a hipótese central e alcançar o objetivo e geral e os específicos da pesquisa.

Na seção seguinte trazemos uma análise sobre as regiões onde os *campi* do IFRJ se fazem presente, no sentido de debatermos em quanto podemos avançar.

3.10 Panorama socioeconômico dos municípios atendidos pelo IFRJ

Um mês após a audiência pública ocorrida no *Campus* Rio de Janeiro do IFRJ, em 24 de julho de 2023, o Ministro da Educação Camilo Santana anunciou que o MEC investirá R$25 mi para a construção de um novo *Campus* do IFRJ no Complexo do Alemão, na cidade do Rio de Janeiro. A audiência em junho de 2023 mostrou-se efetiva nesse sentido, ou seja, de retomar o processo de construção do referido *campus*, iniciado em .

A luta para ter um *Campus* do IFRJ no Complexo do Alemão se estende desde 2011, quando a presidenta Dilma anunciou a criação de *campi* de institutos federais em todo Brasil, a partir da Fase III da Expansão da RFEPCT. Em 2015, o então prefeito da cidade do Rio de Eduardo Paes assinou termo de compromisso que cederia espaço para a construção do *Campus*. O espaço que seria cedido, antiga fábrica da Coca-Cola foi redirecionado pela prefeitura para receber a Central de Polícia Pacificadora (CPP). Assim, impasses em relação à área de construção do *Campus*, *Impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, que a retirou da presidência do Brasil dificultaram a construção do *Campus*.

O retorno do presidente Lula, o protagonismo dos movimentos sociais, do MEC, a partir do Ministro Camilo Santana, da Secadi/MEC, da Setec/MEC tem sido efetivo em investimento na área da educação.

Em 24 de julho de 2023 estiveram presentes no Complexo do Alemão, o reitor do IFRJ, Rafael Almada, a Secretária da Secadi, Zara Figueiredo e o Secretario de Educação

Profissional e Tecnológica, Getúlio Marques. O *Campus* Complexo do Alemão do IFRJ certamente representa uma grande demanda para a EJA-EPT.

Assim como o polo do Complexo do Alemão trazemos, a seguir dados socioeconômicos e de educação dos município onde o IFRJ está presente. Iniciamos com a Tabela 10 apresentando dados socioeconômicos dos municípios (percentual de população ocupada, incidência da pobreza, mortalidade infantil, IDH e salário médio mensal). Em seguida dispomos as tabelas com dados do Censo Escolar da Educação Básica de 2022 do INEP (2022). Estes mostram que o número de matrículas[22] na EJA no Brasil era de 2.774.428. Apresentamos na Tabela 11 os quantitativos dessas matrículas no Brasil e por Rede nos municípios onde o IFRJ está presente, a partir de dados do Censo Escolar da Educação Básica em 2022. Os dados disponibilizados nos permitiram analisar o quantitativo de matrículas em EJA-EPT nos *campi* do IFRJ. É necessário ressaltar que os *campi* Realengo e Rio de Janeiro, este último situado no bairro do Maracanã, na cidade do Rio de Janeiro não estão especificados nas tabelas, pois não encontramos dados por bairro, assim consideramos que os dois *campi* estão na cidade do Rio de Janeiro e, portanto, os dados quantitativos são os da cidade do Rio de Janeiro. Após as apresentações das tabelas realizamos considerações sobre as mesmas

Tabela 10 – Dados socioeconômicos de municípios atendidos pelo IFRJ

Municípios com *campus* do IFRJ	Total da população (censo 2022)	Percentual população ocupadas (2020)	Incidência da pobreza (2022)	Mortalidade infantil (2020) óbitos por mil nascidos vivos	IDH(2010)	Salário médio mensal (2021) Em salários mínimos
Arraial do Cabo	30.986	21,5	15,79	6,99	0,733	2,1
Belford Roxo	483.087	6,2	60,06	15,84	0,684	2
Duque de Caxias	808.152	17,2	53,53	17,85	0,711	2.6
Engenheiro Paulo de Frontin	12.242	13,1	15,78	15,38	0,722	1,9
Mesquita	167.128	9,6	Dado inexistente	10,08	0,737	1,9

[22] Considerando aqui as matrículas da EJA Ensino Fundamental, EJA Ensino Médio, Cursos FIC de níveis Fundamental e Médio e Curso Técnico Integrado à EJA de Nível Médio.

Nilópolis	146.774	11,9	32,48	15,9	0,753	1,7
Niterói	481.758	37,7	12,47	11,02	0,837	3,1
Paracambi	41.375	12,3	49,08	6,36	0,720	1,7
Pinheiral	24.298	16,4	18,51	12,46	0,715	1,6
Resende	129.612	30,9	15,72	13,13	0,768	2,8
Rio de Janeiro	6.211.423	34,7	23,85	12,1	0,762	4,1
São Gonçalo	896.744	10,4	39,86	12,33	0,739	2
São João de Meriti	440.962	12,1	47	13,87	0,719	1,8
Volta Redonda	261.584	29,3	10.90	11,93	0,771	2,1

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir e dados do Censo IBGE (2022)

Tabela 11 - Matrículas na EJA por Rede de Ensino em 2022 no Brasil e nos município atendidos pelo IFRJ

Brasil / Municípios	**RFEPCT**	**Rede estadual**	**Rede municipal**	**Rede privada**	**Total por faixa etária e Total geral**
Brasil	11.089	1.328.450	1.245.459	189.430	2.774.428
Arraial do Cabo	0	1.035	336	0	1.371
Belford Roxo	0	1.714	3.112	102	4.928
Engenheiro Paulo de Frontin	0	42	0	0	42
Duque de Caxias	210	6.362	5.416	1.681	13.668
Mesquita	0	3.584	1.311	0	4.895
Nilópolis	101	1.267	512	0	1.880
Niterói	0	6.055	678	192	6.925
Paracambi	0	90	184	195	469
Pinheiral	0	124	132	48	304

Resende	0	1919	302	0	2221
Rio de Janeiro	814	38.226	20.911	5.834	65.785
São Gonçalo	29	6.149	3.582	518	10.283
São João de Meriti	0	2.025	1.041	86	3.152
Volta Redonda	0	2.824	854	73	3.751
Totais por rede	1.154	71.416	38.371	8.729	**119.670 (total geral)**

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados do Censo Escolar da Educação Básica 2022(INEP, 2022)

Arraial do Cabo **não possui nenhuma matrícula da RFEPCT** e nem da privada. Tem majoritariamente matrículas da rede estadual com 1.035 seguida da rede municipal com 336 ((IBGE, 2022, grifos nossos).

Belford Roxo, **não possui nenhuma matrícula da RFEPCT**, enquanto a rede privada tem 102 matrículas (grifos nossos). Possui um total geral de 4.928 matrículas, sendo 1.714 da rede estadual e 3.112 da rede municipal. O município, dentre os *campi* do IFRJ é o que possui a **menor taxa de população ocupada (6,2), com a maior taxa de incidência de pobreza (60,06) e menor IDH(0,684)** (IBGE, 2022, grifos nossos).

Duque de Caxias chama a atenção pela diferença entre matrículas da RFEPCT (210) e da rede privada (1.681).Os números mostram essa grande diferença, o que nos leva a questionar: Que EJA o ensino privado tem oferecido em Duque de Caxias? Observamos um alto quantitativo de jovens e adultos forjados pela iniciativa privada em Duque de Caxias. **É o *Campus* com a segunda maior incidência de pobreza (53,53), com a maior taxa de mortalidade infantil (17,85), com o segundo menor IDH(0,711** (IBGE, 2022, grifos nossos).O IFRJ precisa assumir seu protagonismo em Duque de Caxias. Ainda que o *Campus* tenha uma EJA-EPT forte, conforme observamos nas entrevistas, em junho de 2023, com a Técnica em Assuntos Educacionais do *Campus* Duque de Caxias e integrantes do Fórum de Educação de Jovens e Adultos do IFRJ – FEJA-IFRJ, Fernanda Paixão do FEJA-IFRJ.

Em audiência pública proposta pela deputada Elika Takimoto (PT-RJ) sobre a expansão da RFEPCT no estado do Rio de Janeiro, em junho de 2023 no *Campus* Rio de Janeiro do IFRJ fora trazido pelo Professor Edmundo Vargas de Aguiar que não é admissível

a população de Duque de Caxias não ocupar postos técnicos na Refinaria de Duque de Caxias - REDUC. Para tanto o IFRJ criou curso técnico integrado ao Ensino médio e a primeira turma formada foi aprovada em peso em processo seletivo. O IFRJ, a partir da EJA-EPT deve também ser ator fundamental numa mudança de cenário em Duque de Caxias. Deve incrementar sua participação coma oferta de mais cursos de EJA-EPT no *Campus*. Não é admissível que um município com índice de pobreza alto, a taxa de mortalidade infantil também alta, um município gera bilhões de reais anuais com a REDUC não ter uma participação efetiva no IFRJ na localidade.

Engenheiro Paulo de Frontin **possuía apenas 42 matrículas em um unidade da rede estadual; possui alta taxa de mortalidade infantil, dentre os *campi* do IFRJ(15,38)** (grifos nossos)**. Aqui o IFRJ precisa investigar a demanda para a EJA-EPT;**

Mesquita **não tem nenhuma matrícula na RFEPCT** e nem na rede privada, de um total de 4.895 matrículas no município (grifos nossos).

Nilópolis tem 101 matrículas na RFEPCT, nenhuma na rede privada, de um total de 1.880 matrículas, ou seja, uma disparidade muito grande. O município tem o menor salário médio mensal (1,7).

Niterói tem o maior IDH dentre os *campi* (0,837). O Censo não mostra nenhuma matrícula na RFEPCT, 192 matrículas na rede privada de um total de 6.925 matrículas em EJA no município. Aqui é necessário ressaltar que apesar do *Campus* ofertar o curso Técnico em Administração, este não está contabilizado nos dados do INEP(2022). Nesse sentido, colhemos os dados disponibilizados em 2023, ano base 2022, na plataforma Nilo Peçanha e tínhamos 386 estudantes matriculados no curso Técnico em Administração em 2022 (PNP, 2023)

Paracambi tem o terceiro maior índice de incidência de pobreza (49,08), por outro lado a menor taxa de mortalidade infantil (6,36), **nenhuma matrícula na RFEPCT**, 195 na rede privada, 90 pela rede estadual e 184 pela rede municipal, ou seja, 469 no total. **Aqui a rede privada ultrapassa o número de matrículas de todas as outras redes** (grifos nossos).

Pinheiral tem **o segundo menor IDH(0,715) e o menor salário médio mensal (1,6) dentre os *campi* e nenhuma matrícula na RFEPCT.**

Resende **não possui nenhuma matrícula na RFEPCT.**

O Rio de Janeiro tem o maior salário Médio Mensal (4,1), o maior percentual de pessoas ocupadas (34,7), e o maior salário médio mensal (4,1). **A diferença de matrículas**

na EJA entre a RFEPCT e a rede privada é alta, ou seja, na rede federal (814) e na rede privada (5.834). A rede estadual 38.226 e a rede municipal 20.911, de um total geral no município de 65.785. Aqui devemos levar em consideração que os dados dos *campi* Realengo e Rio de Janeiro estão inseridos nesse quantitativo da RFEPCT; tendo me vista a dificuldade de acessarmos dados específicos por bairros. Estes dados demonstram o quanto o IFRJ está longe de cumprir seu papel na consolidação de matrículas da EJA-EPT nos *campi* que atua.

São Gonçalo tem alto índice de pobreza, 39,86, baixa taxa de população ocupada (10,4). **A RFEPCT tem 29 matrículas, enquanto a rede privada 518,** rede estadual 6.149 e 3.582 rede municipal, de um total de 10.283 de matrículas, se repetindo o cenário de distância entre o quantitativo de matrículas entre RFEPCT e rede privada (grifos nossos).

São João de Meriti também tem alto índices de pobreza (47), nenhuma matrícula na RFEPCT, 86 matrículas na rede privada, 2.025 da rede estadual e 1041da rede municipal, de um total de 3.152 matrículas. Tem baixo percentual de população ocupada (12,1) .

Volta Redonda também **não possui nenhuma matrícula da RFEPCT**, mas 73 na rede privada, 2.824 na rede estadual e 854 na rede municipal.

Esses dados nos levam a depreender que quando a RFEPCT tem matrículas em EJA, em todos os casos, o quantitativo da rede privada é bem maior, ou seja, **existe demanda e o IFRJ, a RFEPCT, não tem atendido a essa demanda** (grifos nossos).

Os dados socioeconômicos também demonstram o quanto há demanda para atendimento e ainda assim o IFRJ e a RFEPCT estão longe de atendê-las.

Na seção seguinte trazemos um panorama sobre o bairro Complexo Alemão, onde será construído um novo *Campus* do IFRJ. É uma oportunidade para a instituição fazer diferente e efetivamente atender as demandas específicas daquela população.

3.11 O futuro *Campus* Complexo do Alemão do IFRJ

O IFRJ tem um novo desafio pela frente: a construção do *Campus* Complexo do Alemão[23]. Um mês após a audiência pública estadual sobre a expansão da RFEPCT no estado

---

[23] Localizado na Zona Norte, na Serra da Misericórdia, subúrbio da Leopoldina, foi criado, em 1993, pela lei n.º 2055, que alterou os limites de Olaria, Ramos, Bonsucesso, Inhaúma e Higienópolis. Com uma população de cerca de 70 mil habitantes, é um dos grandes celeiros da dança do passinho e do funk carioca. O bairro, hoje, é formado pelas comunidades de Nova Brasília, Reservatório de Ramos, Parque Alvorada, Morro das Palmeiras, Casinhas, Fazendinha, Canita, Pedra do Sapo, Mineiros, Morro do Adeus, Morro da Baiana, Matinha, Grota

do Rio de Janeiro, realizada no *Campus* Rio de Janeiro do IFRJ, a qual estive presente, a construção do novo *Campus* fora anunciada. O IFRJ deverá estar atento às demandas da EPT e da EJA-EPT para que o cenário que observamos nos demais *Campus* não se repita nesse novo desafio.

O *Campus* Complexo do Alemão é resultado de uma luta da sociedade civil, do IFRJ e de correlações governamentais que se arrastava há 12 anos. Nesse sentido colhemos dados importantes que corroboram com a necessidade da presença de um *Campus* do IFRJ naquele bairro como forma de garantia de direitos e de atendimento da demanda para a EPT e para EJA-EPT existente. Mais uma vez podemos atestar o compromisso do MEC na terceira gestão Lula com a educação e com o protagonismo da RFEPCT.

Dados do Ipea(2010) mostraram que o IDH do bairro em 2000 era de 0,711, ocupando a posição mais baixa entre os bairros da cidade do Rio de Janeiro. O índice de Desenvolvimento Social (IDS) era de 0,474, ou seja, ocupava a posição 149º dentre os 158 bairros do município em 2000. Ainda, o governo do estado do Rio de Janeiro (2010) realizou "Censo Domiciliar do Complexo do Alemão" para subsidiar as intervenções do Programa de Aceleração do Crescimento(PAC)[24] identificou, a partir de 22.403 entrevistas, 28.992 imóveis e uma população de 70.116 pessoas.

Estudos do IBASE (2020) trouxeram um diagnóstico do Complexo do Alemão, apresentando Indicadores de Cidadania[25] que foram criados para avaliar a efetividade dos direitos humanos na região, a partir do Projeto Juventudes em Movimento que ocorreu entre 2018 e 2020 organizado pelo IBASE e tendo com parceiros o Instituto Raízes em Movimento e com apoio do International Development Research Center – IDRC. Assim foram produzidos 76 indicadores de cidadania, separados em três grandes conjuntos de direitos: Direitos Coletivos, Direitos Civis e Políticos e Direitos Sociais, Econômicos e Culturais.

A Multirio (2015) afirma que a população do bairro é de cerca de 70.000 pessoas. Segundo pesquisa do IBASE (2020), o Complexo do Alemão tinha cerca de 55.220 pessoas com mais de 15 anos, sendo 17.505 com idade entre 15 e 29 anos e deste total, 20 % não

---

(também chamada de Joaquim Queiroz) e Morro do Alemão.[MULTIRIO, 2023)

[24] PAC

[25] O Incid é uma metodologia de pesquisa que envolve os atores sociais locais em um processo que é, ao mesmo tempo, formativo e de apuração de dados e indicadores sensíveis às suas percepções e vivências concretas sobre a efetividade ou as violações de direitos, o que aumenta os conhecimentos sobre a realidade vivida e potencializa a participação cidadã com informações quali'cadas [IBASE, 2020, p.8)

trabalhavam e nem estudavam, 65 % eram mulheres e 85 % pretas e pretos. Em relação ao total de moradores que trabalhavam, 46 % eram mulheres e 54% eram homens. Em relação à renda, 59% das pessoas sem renda eram mulheres e 41% eram homens. Aqui observamos recortes claros de desigualdade de gênero, raça e sua relação direta com o mundo do trabalho e com a renda Ainda, 39% de idosos de 60 anos ou mais trabalham e 21% dos jovens entre 15 e 17 anos estavam trabalhando.

No que diz respeito à escolaridade tinha-se 9 % que possuíam o Ensino Fundamental completo, contra 36 % não o tinham completado; 24 % possuíam Ensino Médio completo e 21 % incompleto; 2% possuíam graduação completa e 3 % incompleta e 4% nunca estudaram (IBASE, 2020). O quantitativo de pessoas que não completaram o Ensino Fundamental e o Ensino Médio sinalizam demanda potencial para EJA-EPT no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, tendo o IFRJ papel fundamental no atendimento a esses grupos.

Em relação ao analfabetismo a taxa era de 7%, já a cidade do Rio de Janeiro era de 2,4% e **27 % era a taxa de jovens de 15 a 17 anos fora da escola**, enquanto na cidade do Rio de Janeiro a taxa era de 13% (IBASE, 2020, grifos nossos) . Em relação a direitos 16 % entendem como necessário o direito ao ensino de qualidade gratuito e **70% disseram que os serviços de educação ofertados na região não atendiam às necessidades da população** (IBASE, 2020). A partir desse cenário, o IFRJ precisa se empenhar para modificar essa realidade, atender à demanda da região, a fim de não repetir a deficiências como captação, permanência e evasão para EJA-EPT, já verificada nos demais *campi*, conforme Oliveira(2018) apontou em seus estudos no Proeja do campus Rio de Janeiro do IFRJ.

No capítulo seguinte são apresentados alguns encontros regionais e nacionais da EJA-EPT. Dentre os encontros, no âmbito do IFRJ temos a comemoração dos 15 anos da EJA-EPT em 2022, o IV Encontro da EJA-EPT do IFRJ, ambos no ano de 2022. Em nível estadual a Audiência Pública estadual que tratou da expansão da RFEPCT no estado do Rio de Janeiro em 2023. Em âmbito nacional, o V Encontro Nacional EJA-EPT - IFSUL Riograndense em 2022, Audiência Pública na Câmara dos Deputados sobre o fortalecimento da EJA em 2023, VI Encontro Nacional da EJA-EPT (PROEJA) da Rede Federal - Esperançar é verbo na EJA-EPT: ampliar e consolidar” em 2023.

4 ESPAÇOS DE CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA DA EJA-EPT E OS DESAFIOS PARA O IFRJ

Nesta seção trazemos encontros ocorridos em 2022 e 2023, importantes para a construção de uma política de EJA-EPT.

O primeiro encontro trazido foi o de 15 anos da EJA-EPT no IFRJ. Este evento ocorreu concomitantemente em todo o Brasil, em várias instituições da RFEPCT. O segundo, o IV Encontro da EJA-EPT do IFRJ. Ambos ocorreram em 2022 no *Campus* Nilópolis do IFRJ. Estive presente nos dois. Ainda, em 2022 ocorreu o V Encontro Nacional EJA-EPT - IFSUL Riograndense.

Em 2023 foram realizadas audiências públicas que trataram da EJA e da EJA-EPT, uma estadual, na qual estive presente e duas na Câmara dos Deputados em Brasília-DF, estas duas últimas acompanhei virtualmente. Ainda em 2023 ocorreu no Rio de Janeiro, Colégio Pedro II, organizada pelo IFRJ e com apoio do Colégio Pedro II e do IFF, o VI Encontro Nacional da EJA-EPT (Proeja) da Rede Federal, conforme observamos na seguinte seção.

4.1 15 anos da EJA-EPT no IFRJ

Figura 4 - 15 anos da EJA-EPT no IFRJ



Participei da comemoração dos 15 anos da EJA-EPT no IFRJ, no *Campus* Nilópolis, em 23 de setembro de 2022, atividade que integrou uma série de comemorações em várias unidades da RFEPCT, sendo parte do V Encontro Nacional da EJA-EPT, que fora realizado no *Campus* Sapucaia do Sul, do Instituto Federal Sul-rio-grandense

Fonte: Coordenação Geral de EJA do IFRJ, 2022

dias 29, 30 de novembro e 1 º dezembro de 2022.

O IFRJ conta com uma Coordenação Geral de EJA, tendo à frente a Professora Emanuelle Nunes de Lima Figueiredo Jorge. Estiveram presentes no evento: Mesa 1: Coordenadora Geral da EJA Professora Emanuelle Nunes de Lima Figueiredo Jorge, representante da Pró-Reitoria de Ensino Médio e Técnico - Proen, Professor Clenilson Sousa Junior e a TAE Fernanda Paixão de Sousa Gouveia – representante do FEJA-IFRJ. A Mesa 2 foi formada pelo Coordenador do curso de MSI Proeja no *Campus* Maracanã, Carlos Victor de Oliveira, o Coordenador do curso de MSI Proeja no *Campus* Nilópolis, Érico Lemos, pelo Coordenador do curso de MSI Proeja no *Campus* Duque de Caxias, Welsing Moreira Pereira, o coordenador do Curso de Cuidador de Idosos PROEJA - FIC do *Campus* São Gonçalo, Professor André Valente e por estudantes dos referidos *campi*.

O evento foi apresentado e organizado também pelas Professoras Sandra da Silva Viana, Janaina Corenza e Albertina Maria Batista de Sousa da Silva, Professoras do curso de MSI e do Curso de Especialização em EJA no *Campus* Nilópolis.

O representante da Pró-Reitora de Ensino informou que existem planos de implantação de 2 novos cursos do Proeja no IFRJ nos *campi* São Gonçalo e Niterói e que o IFRJ pretende chegar a 9 *campi* com cursos do Proeja, até o momento a instituição somente possui cursos em 5 *campi* (Informação verbal[26]).

A Coordenadora Geral de EJA informou que a instituição está trabalhando no sentido de atualizar as matrizes curriculares dos cursos ofertados no Proeja (Informação verbal)[27].

Fernanda Gouveia ressaltou que o FEJA-IFRJ foi constituído em 2018 e contava com 40 integrantes atuantes, mas que no momento está mais esvaziado, contando com cerca de 20 integrantes. O FEJA-IFRJ conseguiu constituir um grupo de formação permanente e outro grupo de material didático, este último presidido pelo Professor André Valente. Ainda, que o IFRJ precisa intensificar parcerias com prefeituras e sub prefeituras, ter maior exposição em redes sociais, ofertar novos cursos; atualizar o curso de MSI para atender ao mercado atual e que grupos de trabalhos já foram constituídos para esse fim. Antecipou que o IFRJ sediaria em 2023 o VI Encontro Nacional da EJA-EPT. Outra frente seria a oferta de curso no

---

[26] Informação verbal fornecida no evento 15 anos da EJA-EPT no IFRJ: por uma política pública de fato e de direito, Clenilson Sousa Junior, em 23 de setembro de 2022.

[27] Informação verbal fornecida no evento 15 anos da EJA-EPT no IFRJ: por uma política pública de fato e de direito, Emanuelle Araújo, em 23 de setembro de 2022.

Campus Volta Redonda sobre energias renováveis e declarou que a EJA precisa ser pensada como educação emancipatória e observar, antes tudo, seu papel político. Ressaltou que o ano de 2022 fora decisivo; tendo em vista ter sido ano de eleição; o que pode ressignificar os rumos da educação, a partir de janeiro de 2023. **Lembrou que em 2011 a EJA contava com R$ 1,8 bilhão de recursos governamentais e em 2018 foram somente R$ 8 milhões, o que demonstra a falta de investimento na modalidade**. Terminou falando que a EAD é uma possibilidade para EJA, mas não deve ser uma opção política (informação verbal[28]).

Figura 5: Mesa 1 - 15 anos da EJA-EPT no IFRJ



Fonte: Da esquerda para direita: Emanuelle Nunes de Lima Figueiredo Jorge, Clenilson Sousa Junior e Fernanda Paixão de Sousa Gouveia. Arquivo pessoal, 2022.

A mesa 2 iniciou com o Coordenador do curso de MSI do *Campus* Nilópolis, Professor Erico Lemos, ressaltando que o docente precisa adequar sua linguagem de forma a facilitar o conteúdo compartilhado com os estudantes; que a infraestrutura do curso está

[28] Informação verbal fornecida no evento 15 anos da EJA-EPT no IFRJ: por uma política pública de fato e de direito, Fernanda Gouveia, em 23 de setembro de 2022.

defasada. O Coordenador do curso de MSI do *Campus* Duque de Caxias, Welsing Moreira Pereira trouxe algumas questões também presentes desde o início do curso; que é a dificuldade dos estudantes conseguirem estágio obrigatório; falta de alimentação na instituição, dificuldade dos estudantes com horário; tendo em vista precariedade de transporte no município. O Coordenador do curso de MSI no *Campus* Rio de Janeiro, Carlos Victor de Oliveira levantou a questão da alta evasão, de deficiência na divulgação do curso, questões também apontadas em pesquisa realizada por Oliveira (2018) (Informação verbal)[29].

Figura 6: Mesa 2 - 15 anos da EJA-EPT no IFRJ



Fonte: Coordenação Geral de EJA do IFRJ, 2022.

O encontro foi finalizado com a fala da Professora Sandra Viana, ressaltando os avanços da EJA-EPT no IFRJ durante esses 15 anos e dos desafios que precisamos superar. Ressaltou também a responsabilidade e protagonismo do IFRJ em relação à realização do VI Encontro Nacional da EJA-EPT (PROEJA) da Rede Federal, que seria realizado pela instituição em outubro de 2023 (Informação verbal[30]).

---

[29] Informação verbal fornecida no evento 15 anos da EJA-EPT no IFRJ: por uma política pública de fato e de direito, Erico Lemos, em 23 de setembro de 2022.

[30] Informação verbal fornecida no evento 15 anos da EJA-EPT no IFRJ: por uma política pública de fato e de direito, Sandra Viana, em 23 de setembro de 2022.

4.2 IV Encontro da EJA-EPT do IFRJ

O IV Encontro da EJA-EPT do IFRJ ocorreu no dia 29 de outubro de 2022, no *Campus* Nilópolis do IFRJ e teve como tema os 10 anos do Curso de Especialização em EJA do IFRJ, sendo intitulado: " Não deixe a EJA morrer, não deixe a EJA acabar". O curso tem por objetivo "[...] contribuir com a formação continuada de educadores para a EJA, destacando a importância da atuação docente de forma interdisciplinar e o aperfeiçoamento das práticas de ensino nessa modalidade." (IFRJh, 2022). As linhas de pesquisa do curso são Processos de ensino e aprendizagem em EJA e Políticas educacionais na EJA e buscam a investigação "dos processos formativos de educadores em EJA, as múltiplas práticas educativas e os processos de ensino-aprendizagem na produção de conhecimentos nessa modalidade; e analisar as políticas governamentais voltadas para a EJA". (IFRJh, 2022).

É ofertado em regime semestral, em regime presencial (durante a pandemia da Covid-19 foi ofertado em regime remoto), com aulas terças à tarde e sábados pela manhã.

A Coordenação atual do curso é exercida por Janaína de Azevedo Corenza, tendo como vice-coordenadora Albertina Maria Batista de Sousa da Silva. Participaram também do Encontro os seguintes docentes do Programa: Jupter Martins de Abreu Junior, Rony Pereira Leal, Elizabeth Augustinho, servidores, estudantes egressos e em curso.

Os participantes apresentaram o histórico do curso, propostas de alterações do PPC, discussões a partir da realidade da Covid-19 e suas influências no curso e propostas de oferta de novos cursos do Proeja no IFRJ.

O Encontro iniciou-se com uma mesa formada pela docente e primeira coordenadora, Claudia de Souza Teixeira; Sandra Viana, docente e penúltima coordenadora do curso, a Técnica em Assuntos Educacionais e docente, Fernanda Paixão de Souza Gouveia e a Coordenadora atual, Janaína de Azevedo Corenza, conforme Figura 7

Figura 7 - Mesa 1 - IV Encontro da EJA do IFRJ



Fonte: O autor, *Campus* Nilópolis do IFRJ, 29 out. 2022,

Cláudia de Souza Teixeira foi a primeira coordenadora do curso. A mesma informou que em 2011 o Proeja exista na RFEPCT; que a Faetec também começou a criar alguns cursos, mas que não existia no município do Rio de Janeiro. Disse que o curso teve pouca procura de professores da RFEPCT e assim a instituição teve que abrir possibilidades para que professores das outras redes fossem atendidos. Lembrou que em 2011 houve um Grupo de Trabalho para a criação do curso com 3 mesas redondas: a primeira refletia sobre a baixada fluminense, tendo como debatedores Valter File da UFRRJ e o Professor Gerson Tavares da UENF. A segunda mesa tratava sobre a pesquisa acerca da EJA na Baixada Fluminense com a presença de Juliana Prata do CAP-UERJ e Helen Prado do IFRJ. A terceira mesa tratou da EJA como campo de pesquisa e contou com a presença de Gaudêncio Frigotto da UERJ e Jaqueline Ventura da UFF (Informação verbal[31]).

O segundo encontro aconteceu em 2015 na UFRJ e o terceiro no IFRJ em 2017. Lembrou que em 2017 foi organizada uma publicação física de TCCs dos estudantes intitulada: “Especialização em Educação de Jovens e Adultos do IFRJ no *Campus* Nilópolis:

[31] Informação verbal fornecida no IV Encontro da EJA-EPT do IFRJ, Claudia de Souza Teixeira, em 29 de outubro de 2022.

pesquisas e experiências" e que essa publicação foi importante para a consolidação do curso. A docente termina falando da exitosa experiência que o curso tem demonstrado e dos desafios que tem pela frente(Informação verbal[32]).

Em seguida, a Sandra Viana iniciou sua fala dizendo que foi preciso lutar pelo lugar da EJA dentro do IFRJ; que é importante atuar na formação de educadores para a EJA; que é preciso melhorar nossa prática pedagógica. Trouxe dados quantitativos de estudantes ingressantes, evadidos e concluintes: Em 2012: 11 alunos ingressantes e 7 concluintes. Em 2013: 7 ingressantes e 6 concluintes. Em 2014: 11 ingressantes e 7 concluintes. Em 2015: 16 ingressantes e 5 concluintes. Em 2016: 12 ingressantes e 10 concluintes. Em 2017: 12 ingressantes e 10 concluintes. Em 2018: 20 ingressantes e 11 concluintes. Em 2019: 17 ingressantes e 9 concluintes, com 3 em fase de conclusão. Em 2020: 10 ingressantes, 3 concluintes, 2 desistentes e 5 em fase de conclusão. Em 2021: 30 ingressantes (em ensino remoto). Em 2022: 11 ingressantes, 3 desistentes e 7 em fase de conclusão. Do total de 116 estudantes matriculados de 2012 e 2022, 70 concluíram o curso (Informação verbal[33]).

O Coordenador do curso em 2019, William Eduardo da Silva informou que a partir da pandemia todas aulas foram ministradas pelo *Google Meet*; que as novas práticas foram inauguradas mediadas pelas tecnologias digitais, pensando também na formação do professor. Ressaltou que a pandemia nos mostrou as fragilidades dos estudantes e dos professores, a partir de perdas, ansiedades. Essas expressões estão sendo levadas em consideração no GT de reformulação do curso, no sentido de construir um curso híbrido, ou seja, com carga horária presencial e *on line* (informação verbal[34]).

A Coordenadora do curso, Professora Janaina Corenza informou que estava há um ano na função; que houve de 2017 a 2019 um primeiro GT pensando na reformulação do curso; que o atual GT, formado em dezembro de 2021 é formando pela mesma e pelas Professoras Cláudia, Albertina e Professores Rony e William. Trouxe que só existe um curso de EJA a distância ofertado pela UFF[refere-se a 2022]. Ressaltou que é preciso divulgação

---

[32] Informação verbal fornecida no IV Encontro da EJA-EPT do IFRJ, Claudia de Souza Teixeira, em 29 de outubro de 2022.

[33] Informação verbal fornecida no IV Encontro da EJA-EPT do IFRJ, Sandra Viana, em 29 de outubro de 2022.

[34] Informação verbal fornecida no IV Encontro da EJA-EPT do IFRJ, William Eduardo da Silva, em 29 de outubro de 2022.

do curso para diversos professores que atuam nas redes próximas, com o objetivo de fortalecer o curso e as relações com o entorno e fortalecimento do diálogo com o NUGED – Núcleo de Estudos de Gênero, NEABI - Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas e NAPNE - Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas com o diálogo com os núcleos. Lembrou que houve em agosto de 2022 uma roda de conversas com egressos, a fim de identificar temas que estiveram ausentes no curso e assim foram identificados: a questão étnica racial, temáticas relacionadas a mulheres, a LGBTQIAPN+ e inclusão de portadores de deficiência na EJA (Informação verbal[35]).

As discussões mostraram que a EJA é um campo teórico e prático vasto. Assim, os temas trouxeram a necessidade de se discutir movimentos sociais de inclusão de jovens, adultos, idosos e minorias e sujeitos privados de liberdade. As mesas provocaram reflexões com objetivo de mudança das ementas do curso, com a oferta de duas novas disciplinas com a temáticas de questões de gênero e questão racial, a partir de 2024.

Num segundo momento ocorreram apresentações de artigos de estudantes egressos do curso. Estas apresentações foram divididas em duas salas. A primeira Coordenada pelo Fernando Ribeiro Gonçalves Brame e a segunda por Sandra da Silva Viana.

A parte final do Encontro teve apresentação da Coordenadora Geral da EJA do IFRJ, Emanuelle Nunes de Lima Figueiredo Jorge fazendo um balanço das atividades da Coordenação e projetos de implantação de novos cursos de Proeja na instituição e a Coordenadora do curso e a Professora Janaína Corenza, conforme Figura 8

[35] Informação verbal fornecida no IV Encontro da EJA-EPT do IFRJ, Janaína Corenza, em 29 de outubro de 2022.

Figura 8 – Mesa 2 - IV Encontro da EJA do IFRJ



Fonte: Arquivo pessoal, *Campus* Nilópolis do IFRJ, 29 out. 2022

A docente ressaltou a necessidade de se divulgar o curso em mídias que são mais acessadas como *tik tok*, *instagran*, pois geralmente o público do Proeja não acessa o site institucional; a necessidade de divulgação junto a estudantes da rede municipal e estadual. Assinalou que foi feito um Encontro dia 2 de agosto de 2022 no *Campus* Duque de Caxias, o Dia de Ação da EJA, evento muito bem recebido pelas escolas municipais. Assim, pensar em ações semelhantes em todos os *campi* onde o IFRJ esteja presente é essencial. Informou que o *Campus* Niterói passará a ofertar um novo curso do Proeja, Assistente em Administração; que no *Campus* Paracambi está sendo estudado o PPC de outro curso do Proeja em Sistemas de Energias Renováveis. Ainda estão sendo estudados novo curso do Proeja em Volta Redonda. Ressaltou a necessidade de ofertas múltiplas de cursos do Proeja. Informou que no ano de 2023 o IFRJ iria sediar o VI Encontro Nacional da EJA-EPT (PROEJA) da Rede Federal(Informação verbal[36]).

Na seção seguinte trazemos uma análise sobre o V Encontro Nacional da EJA-EPT de

[36] Informação verbal fornecida no IV Encontro da EJA-EPT do IFRJ, Emanuele Araújo, em 29 de outubro de 2022.

2022.

4.3 V ENCONTRO NACIONAL EJA-EPT - IFSUL-RIO-GRANDENSE
29, 30 de novembro e 1 de dezembro de 2022

O primeiro Encontro Nacional da EJA-EPT ocorreu no ano de 2018 em Goiânia-GO, seguindo em 2019 em Londrina-PR, 2020 em Maceió-AL, 2021 em Manuas-AM e em 2022 em Sapucaia do Sul- RS. Em 2020 e 2021 os encontros ocorrem de forma virtual por causa da crise pandêmica da COVID-19, retornando ao formato presencial em 2022.

O ano de 2022 contou com comemorações referentes aos 15 anos da EJA-EPT, incluindo o IFRJ; que fez parte dessas comemorações, conforme seção 6.1

O encontro de 2022, ocorreu em três etapas: a primeira de 15 a 30 de setembro de 2022 relativa às atividades comemorativas institucionais dos 15 anos da EJA-EPT. A segunda com apresentações de comunicações orais, de forma virtual no dia 26 de outubro de 2022 e a terceira nos dias 29 e 30 de novembro e 01 de dezembro no IF-Sul-rio-grandense, em Sapucaia do Sul e teve como tema: "15 anos da EJA-EPT: por uma política pública de fato e de direito". O encontro foi organizado pelos servidores e servidoras articulados com a temática da EJA da RFEPCT de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EJA-EPT), pelas gestões do IF-Sul-rio-grandense, Instituto Federal Farroupilha (IFFar), Instituo Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) e ainda pelo Colégio Técnico Industrial de Santa Maria (CTISM).

No encontro foram discutidos os seguintes eixos temáticos: 1- Formação Docente para EJA-EPT Integrada, 2- Acesso, permanência e êxito na EJA-EPT Integrada, 3- Sujeitos da EJA-EPT Integrada, 4- Gestão e currículos Integrado à EJA-EPT, 5- Metodologias e material didático para EJA-EPT Integrada e 6- Projetos e ensino, iniciação científica, pesquisa e extensão desenvolvidos por estudantes da EJA-EPT. Ao fim do encontro foi elaborada a Carta de Compromissos do V Encontro Nacional da RFEPCT EJA EPT (PROEJA) RS com os seguintes compromissos

1. **Garantir e Ampliar a oferta de vagas e matrículas de EJA-EPT Integrada, para além dos 10% na RFEPCT;**

2. Combater a redução das turmas de EJA-EPT Integrada na RFEPCT;

> 3. Firmar vínculo entre SETEC e a SECADI em uma possível retomada, para fins de não-precarização da oferta;
>
> 4. Utilizar o Programa Bolsa-Família como indutor de matrículas para a EJA e a EJA-EPT a partir da busca ativa das Secretarias de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos dos Municípios;
>
> 5. Aumentar o financiamento e a assistência estudantil destinados aos estudantes da EJA e EJA-EPT e
>
> 6. Revogar a Resolução CNE/CEB 01/2021, que institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e Educação de Jovens e Adultos a Distância.
> Sapucaia do Sul, 1 de dezembro de 2022.(IFFARROUPILHA, 2022)

É possível depreender que a Carta de Compromisso traz como destaque em seu primeiro item a garantia de 10% de vagas da RFEPCT para a modalidade EJA-EPT,percentual que não tem sido alcançado, desde a criação do Proeja em 2006.

O segundo compromisso relativo ao combate à redução de turmas demonstra a preocupação com a evasão e com o fechamento de turmas. Nesse sentido, combater evasão, lutar pela permanência com qualidade, aumentar financiamento são caminhos alteração dessa realidade.

O terceiro compromisso já realizava um prenúncio da necessária aproximação da SETEC e com a SECADI e que tem se materializado terceira gestão Lula.

O quarto compromisso vislumbra atrelar o Programa Bolsa Família à efetivação de matrículas demanda uma articulação mais próxima entre o governo federal e as Secretarias de Assistência Social e direitos Humanos dos municípios.

O quinto compromisso aponta para uma questão que está em consonância com todos sujeitos que militam na EJA: a necessidade de incremento de financiamento.

O último compromisso mostra a necessidade de revogar a Resolução CNE/CEB 01/2021.

Na próxima seção, trazemos uma audiência pública realizada pela Câmara dos Deputados em junho de 2023, trazendo relevo à participação da sociedade civil na política da EJA.

4.4 Audiência pública ressalta necessidade do fortalecimento da EJA

Em 12 de junho de 2023, a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados realizou audiência pública onde foi discutida a EJA no Brasil. A audiência foi solicitada pelo deputado federal Pedro Uczai(PT-SC). Compuseram a mesa, a diretora de Políticas de Alfabetização e

Educação de Jovens e Adultos da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi), Cláudia Alves Costa. Costa destacou que "Será dada atenção especial à formação de educadores, diálogo com as universidades, instituições federais" (Costa, 13 de junho 2023). Informou ainda que a política de educação que esta sendo construída pela terceira gestão Lula se atentará para integração de alfabetização, elevação de escolaridade e a integração da EJA com a Educação Profissional e Tecnológica.

Ainda, se fez presente o Coordenador da Diretoria de Políticas e Regulação de Educação Profissional e Tecnológica, da Secretaria de Educação e Profissional e Tecnológica (Setec) do MEC, Luciano Chagas Barbosa. Este ressaltou que o quantitativo de matrículas na EJA é baixo; que é necessário apoiar a permanência, o êxito e ainda a acolhida dos estudantes, bem como investir em alimentação e transporte, por exemplo. Lembrou que **o índice de matrículas da EJA-EPT é de 2,2% somente** (grifos nossos).

A audiência iniciou com a fala de Rita de Cássia Gonçalves, Coordenadora Nacional do Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Brasil. Gonçalves ressaltou que é preciso olhar para os trabalhadores estudantes; que há uma violação ao direto constitucional num ciclo perverso de negação de outros direitos, pois quem não teve direito à educação garantido, normalmente também não teve direito à saúde, ao transporte, por exemplo. É o povo que não tem direitos garantidos que compõem as pessoas que demandam a EJA. **São 70 milhões de Brasileiros que não concluíram a Educação Básica, 9,56 milhões não aprenderam a ler e a escrever** (grifos nossos)**.** Milhões que passam fome são o público da EJA, pessoas em situação de rua, LGBTs, privados de liberdade, pessoas que compõe o ciclo pernicioso de direitos violados. É preciso políticas intersetoriais (Informação verbal[37]).

Jose Celestino Lourenço, representante da CUT ressaltou a necessidade formação continuada e do fortalecimento da EJA como política pública (Informação verbal[38]).

A professora Jaqueline Ventura afirma que **o governo federal é indutor para que os governos estaduais e municipais ofertem a EJA e não deve ser por adesão**; tendo em vista que a EJA é direito, então deve ser obrigatório. Disse que desde 2007, primeiro ano do Fundeb observa-se a diminuição de número de matrículas na EJA e nesse caso a questão de

---

[37] Informação verbal fornecida na Audiência pública ressalta necessidade do fortalecimento da EJA, Rita de Cássia Gonçalves, em 12 de junho de 2023.

[38] Informação verbal fornecida na Audiência pública ressalta necessidade do fortalecimento da EJA, JOSÉ Celestino Lourenço, em 12 de junho de 2023.

financiamento é primordial. Lembra que o professor José Marcelino [José Marcelino Rezende Pinto - professor titular da USP] faz pesquisa sobre financiamento. Este afirma que é preciso resolver de que modo o Fundeb chega à EJA e realizar diagnóstico da realidade desse trabalhador. O que se tem hoje no Fundeb não mobiliza as Secretarias de Educação, nem os gestores de escola. Pois eles dizem que não vale à pena. Há pouco estímulo do Fundeb para formação continuada. A universidade precisa ser robusta na formação de EJA e não colocar a EJA num lugar menor. Afirma também que a intersetorialidade é necessária na EJA. As metas 3,8,9,10 do PNE. Estão longe de serem alcançadas. Precisamos de um PNE com capacidade de avançar para além das promessas. É preciso revogar o novo Ensino Médio, a Resolução n.º 1/2021 porque ambas negligenciam a educação dos trabalhadores e ampliam fragmentação da modalidade. Ainda, a EAD proposta com até 80% de carga horária também não é possível (Informação verbal[39]).

O Brasil tem um grupo significativo de pesquisadores e um conjunto expressivo de pesquisas em EJA e traz uma síntese do que estão pesquisando. Ventura diz que não cabe reeditar campanha, não cabe falar de alfabetização sem EJA. A primeira questão importante: direito à educação, não só à alfabetização. Segunda: necessária a **presença indutora do governo federal para que governos estaduais e municipais ofertem a EJA de forma obrigatória** (grifos nossos)(Informação verbal[40]).

Os gráficos da pesquisa no INEP mostram que a demanda para a EJA é grande, mas que as matriculas são reduzidas e continuam em queda. Desde 2007 observa-se a contínua diminuição de matrículas em EJA, então precisa de financiamento **e a forma como o Fundeb tem sido gerido e administrado na EJA tem impactado nesse resultado** (grifos nossos). Em relação à EJA-EPT os investimentos são ainda menores. O INEP também mostra que o investimento federal vem caindo. **Em relação ao PNE não podemos deixar interesses privatistas prevalecerem**, mas nos pautarmos na educação como direito para todos. É preciso **realizar diagnóstico da população que não finalizou a Educação Básica e oportunizar alternativas diversas** que correspondam às demandas reais, ou seja, ter uma política robusta para os 70 milhões. **Não se deve compartilhar o discurso de que não se**

[39] Informação verbal fornecida na Audiência pública ressalta necessidade do fortalecimento da EJA, Jaueline Ventura, em 12 de junho de 2023.

[40] Informação verbal fornecida na Audiência pública ressalta necessidade do fortalecimento da EJA, Jaqueline Ventura, em 12 de junho de 2023.

oferta EJA porque não tem demanda, pois nesse caso é o gestor que está culpabilizando o sujeito (grifos nossos) (Informação verbal[41]).

Claudia Borges Costa atestou que os princípios da política estão voltados para reafirmar o direito à educação referenciados no parecer do professor Jamil Cury de 2000; que **são as funções reparadora, equalizadora, qualificadora que permitem resgatar processo de educação, com condições de acesso e permanência com qualidade**. **A configuração geral da política tem 3 eixos: alfabetização, elevação de escolaridade e EJA integrada à EPT**. A proposta da **EJA-EPT perpassa desde a alfabetização e alcança as demais etapas na EJA**. Ainda há a necessidade de **formação dos educadores, em diálogo com universidades, institutos federais e com a SETEC**. O projeto de EJA da **Secadi em diálogo com o Ministério do Trabalho traz a economia solidária para uma centralidade**; tendo em vista que **não tem emprego para todos**, então há como alternativa a **economia solidária**, as **cooperativas** (Informação verbal[42]).

A Secadi está trabalhando com poucos recursos. As políticas para a EJA na Secadi são

- política de alfabetização para os 1.715 entes federados, com verba no montante de R$ 206.052.076,70;

- **PAR – Plano de Ações Articuladas tinha saldo em conta de R$ 49.053.122,54.** Para a efetivação do PAR a Secadi já está em contato com os entes, realizando oficinas para orientação administrativa, financeira, e estímulo/diálogo/apoio nas ações de formação;

- **EJA integrada à EPT nos 26 institutos federais com recursos de R$ 57.551.598,08.** A Secadi tem realizado contato regular com os IFs trocando experiências e realizando reflexões sobre currículo integrado;

- Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e a Adultos **(PEJA)** com **1820 entes federados com recurso de R$ 56.198.998,798**;

- Reconstrução **do CNAEJA[43] através da portaria n.º 989, de 23 de maio de 2023 que instituiu a CNAEJA**;

---

[41] Informação verbal fornecida na Audiência pública ressalta necessidade do fortalecimento da EJA, Jaqueline Ventura, em 12 de junho de 2023.

[42] Informação verbal fornecida na Audiência pública ressalta necessidade do fortalecimento da EJA, Cláudia Borges Costa, em 12 de junho de 2023.

[43] Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos

- **constituição da EJA prisional em conversa com Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN), SETEC** e ES e

- **Retomada do Programa Nacional do Livro Didático da EJA** Como pautas mais urgentes, Costa elenca: rever a resolução n.º 1/2021(neste momento os presentes na audiência defenderam a revogação do documento), **discutir o valor por aluno da EJA no Fundeb e para tanto já tem um grupo da Secadi em discussão junto ao Fundeb**, **Fortalecer a formação de educadores** (Informação verbal[44]).

Em relação à questão prisional trazemos informações importante a seguir.

Segundo dados estatísticos do sistema penitenciário – SISDEPEN, no período de julho a dezembro de 2023, o total de pessoas no sistema penitenciário em celas físicas: 650.305(sistema penitenciário e outras carceragens) e em prisão domiciliar (com e sem monitoramento eletrônico) 201.188, resultando um total de 851.493 pessoas em cumprimento de pena. Um dado importante é que a população do sistema penitenciário e outras carceragens tem aumentado permanentemente, por exemplo, em 2016/2 era de 701.874, conforme Tabela 12. (SISDEPEN, 2024)

Tabela 12: Grau de instrução de pessoas privadas de liberdade no Brasil (segundo semestre de 2023)

Grau de instrução	Anal-fabeto	Alfabetiza-do (sem curso regulares)	Ensino Fundamental Incompleto	Ensino Fundamen-tal Completo	Ensino Médio Incomple-to	Ensino Médio Completo	Ensino Superior Incompleto	Ensino Superior Completo	Ensino acima do Superior Completo	Não infor-mado
Feminino	412	623	10.344	2.473	4.915	4.979	685	500	35	823
Masculino	13.945	23.024	276.588	68.103	104.464	73.639	7.706	4.358	436	25.159

Fonte: o autor, a partir de dados do SISDEPEN, 2024

Em seguida elaboramos a tabela do grau de instrução de pessoas privadas de liberdade no estado do Rio de Janeiro, a fim de observamos além da demanda nacional, a demanda estadual e verificamos a população que pode ser atendida pelo IFRJ e pela RFEPCT no estado, conforme tabela 13

[44] Informação verbal fornecida na Audiência pública ressalta necessidade do fortalecimento da EJA, Cláudia Borges Costa, em 12 de junho de 2023.

Tabela 13: Grau de instrução de pessoas privadas de liberdade no estado do Rio de Janeiro (segundo semestre de 2023)

Grau de instrução	Anal-fabeto	Alfabetiza-do (sem curso regulares)	Ensino Fundamental Incompleto	Ensino Fundamen-tal Completo	Ensino Médio Incomple-to	Ensino Médio Completo	Ensino Superior Incompleto	Ensino Superior Completo	Ensino acima do Superior Completo	Não infor-mado
Feminino	9	28	508	126	158	177	23	27	0	96
Masculino	603	1.344	19.348	3.343	3.485	3.027	256	267	191	2.847

Fonte: o autor, a partir de dados do SISDEPEN, 2024

Podemos observar um quantitativo de 612 pessoas analfabetas no estado do Rio de Janeiro, 3.643 de pessoas que não concluíram o Ensino Médio, 279 com ensino superior incompleto e ainda 2.943 que não informaram seu grau instrução (SISDEPEN, 2024).

A demanda de analfabetismo no Brasil e no estado do Rio de Janeiro é demanda a ser atendida pela EJA. A demanda de Ensino Médio e Superior incompletos podem ser atendidos pela a RFEPCT e pelo IFRJ no estado do Rio de Janeiro. Especificamente em relação à EJA-EPT, o numero de estudantes de ensino médio incompleto, de fundamental completo, e ainda a possibilidade dos que não declararam grau de instrução são demandas potenciais para a EJA-EPT a ser atendida pelo IFRJ.

Esses números mostram, sejam os nacionais ou os do estado do Rio de Janeiro a responsabilidade da RFEPCT e do IFRJ no atendimento à população carcerária. Quando o Marco de Ação de Marraquexe se recusa a incluir essa população em seu escopo fere o acesso ao direito à educação a essa população. O Brasil, que não comunga com essa atitude, ainda que tenha defasagem nesse atendimento, tem construído , dentro de suas possibilidade e a partir dos protagonismo de suas servidoras e servidores o acesso ao direito à educação à população encarcerada. O IFRJ, a partir da EJA-EPT tem papel preponderante nessa questão.

No estado do Rio de Janeiro tínhamos 45.938 pessoas em celas físicas e 8.837 em prisão domiciliar, resultando numa população total de 54.775 em cumprimento de pena no estado. (SISDEPEN, 2024). Em relação ao estado do Rio de Janeiro, o quantitativo da população tem sido flutuante, em período com quantitativos maiores e outros menores, diferente do quantitativo do país que vem tendo permanente crescimento.

Em relação à educação, temos 13.030 pessoas do sexo feminino em atividades de educação escolar e 114.848 do sexo masculino (SISDEPEN, 2024). Destes totais, temos 65.470 (Ensino Fundamental), 38.192 (Ensino Médio), 19.077 (Alfabetização), 2.758 (Ensino Superior) e 2.381 (Curso Técnico (mais de 800 horas)) (SISDEPEN, 2024). Em relação ao quantitativo total, esses números representam em percentuais: Alfabetização (2,96%), Curso Técnico (0,37%), Ensino Fundamental (10,16%), Ensino Médio (5,93%) e Ensino Superior

(0,43%). (SISDEPEN, 2024)

Aqui observamos uma grande disparidade entre o total de pessoas presas e o total das/dos que tem acesso à educação no sistema prisional.

Assim, é possível observar a grande defasagem entre demanda e atendimento, ou seja, há uma grande disparidade entre o número total de pessoas presas e o atendimento em educação dentro do sistema prisional; tendo a RFECPCT e o IFRJ papel fundamentais para o atendimento dessa população.

Luciano Barbosa, Coordenador de Políticas Públicas e Regulação da Educação Profissional e Tecnológica da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC, deu ênfase à integração da EJA-EPT. Disse que os desafios são enormes e que é improvável cumprir as metas do PNE; **que a meta de 25% de matriculas da EJA-EPT não seria alcançada;** que o **papel indutor do governo federal junto aos municípios e estados precisa ser retomado e que matrículas continuam diminuindo.** Destacou que há a **necessidade de termos currículos mais flexíveis, reforçar assistência estudantil, acolhimento, aproximação com o setor produtivo, resolver a questão de transporte de IFs do campo**. Como saídas para o cenário apresentado deve-se buscar **formação para o trabalho e para a cidadania; ofertar cursos que levem em conta os interesses e especificações do público; oferta de currículo flexível, com certificações intermediárias orientado para a construção de itinerários formativos; articulação entre ambientes de aprendizagem formal, não formal e informal, a partir do reconhecimento de saberes e competências; formação de docentes e profissionais da educação; estratégias de acesso, permanência e êxito e trabalho intersetorial entre as diferentes políticas públicas** (Informação verbal [45]).

Renato Peixoto, professor e pesquisador do Instituto de Estudos Avançados da Unicamp (IDEA UNICAMP) também pontuou que a **economia solidária é ponto chave** nesse processo(Informação verbal[46]).

Magno Lavigne, do Ministério do Trabalho lembrou que **o governo Bolsonaro deixou somente R$ 8 milhões no Ministério do Trabalho para qualificação profissional**

---

[45] Informação verbal fornecida na Audiência pública ressalta necessidade do fortalecimento da EJA, Luciano Barbosa, em 12 de junho de 2023.

[46] Informação verbal fornecida na Audiência pública ressalta necessidade do fortalecimento da EJA, Renato Peixoto, em 12 de junho de 2023.

de todo o Brasil. Disse que o Ministério do Trabalho procurou a Secadi para a discussão de uma política conjunta. Lavigne afirmou que é **fundamental ouvir a juventude e compreender quais são suas expectativas** (Informação verbal[47]).

Estudantes de EJA do DF falaram sobre a **necessidade de flexibilidade nas avaliações**. Um estudante, ex-morador de rua e ex-usuário de drogas ressaltou a importância da EJA na mudança de vida dos sujeitos. Ressaltou que existem problemas com **transporte, demora no auxílio permanência, dificuldades de acesso á internet e dificuldades de chamada pública** (Informação verbal[48]).

O **deputado estadual Hilton Coelho (PSOL-BA)** pontuou que a prefeitura de Salvador que fechar 96 unidades de EJA, das 126 existentes em Salvador; que tem **salas de EJA com mobiliário para criança**; que em **Salvador o município oferece 8.000 vagas para um público potencial de 900.000 pessoas**. Ante a esse cenário, Coelho destaca a **necessidade de diagnóstico** que seja sério e um **plano de trabalho para reconstrução da EJA** (Informação verbal[49]).

O **deputado Pedro Uczai (PT-SC)** propôs usar **recursos do Pronatec** para a EJA.Uczai também falou que **nos PPAs participativos não estão dando prioridade à Educação para os próximos 4 anos e que por isso é importante a participação da sociedade civil** nesse âmbito; que **os educadores não estão se envolvendo nesse debate**, o que é preocupante pois o **protagonismo de outros atores incorrerão em mais recursos para os mesmos e não para a educação**. Uczai assinalou que como saídas o governo tem que **associar a EJA com qualificação**, **bolsa de estudos, atividade laboral, cooperativas e economia solidária** (Informação verbal[50]).

Participantes da sociedade civil denunciaram que em Salvador 44 escolas de EJA foram fechadas. Representante do **IFGO afirmou que há a transformação de toda a**

---

[47] Informação verbal fornecida na Audiência pública ressalta necessidade do fortalecimento da EJA, Magno Lavigne, em 12 de junho de 2023.

[48] Informação verbal fornecida na Audiência pública ressalta necessidade do fortalecimento da EJA, Estudantes da EJA do DF, em 12 de junho de 2023.

[49] Informação verbal fornecida na Audiência pública ressalta necessidade do fortalecimento da EJA, Hilton Coelho, em 12 de junho de 2023.

[50] Informação verbal fornecida na Audiência pública ressalta necessidade do fortalecimento da EJA, PEDRO Uczai, em 12 de junho de 2023.

educação noturna em EJA, sem considerar suas especificidades (Informação verbal[51]).

Representante do Fórum EJA nordeste denunciou o **fechamento de turmas**, a existência da **EJA multietapa, EJA EAD, diminuição do tempo de formação e que a EJA tem sido balcão de negociata com a assessoria privada** (Informação verbal[52]).

Rita de Cássia Gonçalves, representante do Fórum de EJA do Brasil **propôs uma frente parlamentar em defesa da EJA**(informação verbal[53]).

Na próxima seção apresentamos audiência pública realizada no *Campus* Rio de Janeiro do IFRJ, mais uma vez ressaltando a força da participação da sociedade civil na formulação de políticas públicas.

4.5 Audiência Pública estadual sobre ampliação da RFEPCT

Em 28 de junho de 2023, no auditório do *Campus* Rio de Janeiro do IFRJ ocorreu uma audiência pública realizada pela Comissão de Ciência e Tecnologia, da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj). A mesa foi composta Aline Estaneck do *Campus* Quissamã do Instituto federal Fluminense; Luiz Felipe Guimarães do Colégio Pedro II; Rafael Almada, reitor do IFRJ; deputada estadual Elika Takimoto (PT-RJ); Luiz Edmundo Vargas de Aguiar, primeiro reitor do IFRJ; Deputado estadual Andrezinho Ceciliano (PT-RJ) e o representante dos moradores do Complexo do Alemão[54], Alan Brum Pinheiro[55].

---

[51] Informação verbal fornecida na Audiência pública ressalta necessidade do fortalecimento da EJA, Participantes da sociedade civil, em 12 de junho de 2023.

[52] Informação verbal fornecida na Audiência pública ressalta necessidade do fortalecimento da EJA, Representante do Forum EJA Nordeste, em 12 de junho de 2023.

[53] Informação verbal fornecida na Audiência pública ressalta necessidade do fortalecimento da EJA, Rita de Cássia Gonçalves, em 12 de junho de 2023.

[54] O Complexo do Alemão, caracterizado como uma Região Administrativa (R.A.) da cidade do Rio de Janeiro em 1986 e delimitado em 1993, reúne um conjunto de favelas localizado na Zona Norte da cidade, na Serra da Misericórdia, parte central da região da Leopoldina, abrangendo pelo menos cinco bairros: Ramos, Inhaúma, Bonsucesso, Penha e Olaria.[IBASE, 2020p. 13)

[55] Alan Brum Pinheiro nasceu no Complexo do Alemão. Depois de morar na Baixada Fluminense, retornou ao Alemão já adulto. Lá, foi cofundador do Instituto Raízes em Movimento**.** Alan também é conselheiro do Ibase e sempre pautou sua atuação no fortalecimento do desenvolvimento humano, social e cultural das favelas cariocas(IBASE, 2023).

Figura 9 - Composição da Mesa da Audiência Pública estadual sobre a ampliação da RFEPCT, realizada no *Campus* Rio de Janeiro do IFRJ.



Fonte: Alerj, 2023

Almada pontuou a participação de Elika Takimoto na discussão da **relação da educação federal com os níveis municipais e estadual ressaltando que precisa ser fortalecida**. Destacou que há **necessidade de ampliar espaço de educação**, apesar de existirem **várias unidades de universidades estaduais, municipais e federais, mas o que há é uma distribuição desigual**. Defendeu que o **crescimento da RFEPCT não é apenas a criação de novas unidades, mas também do aumento de vagas e investimentos em unidades já existentes, por exemplo e esse crescimento em articulação com a Educação Básica**. Aqui, entendo que é preciso investir em unidades já existentes, mas também criar novas unidades, seja a partir da interiorização ou da criação de novas unidades nas periferias das grandes cidades, como aponta a nova gestão do MEC (Informação verbal[56]).

Luiz Felipe Guimarães, representante do Colégio Pedro II frisou a tentativa de **sucateamento da RFECPCT nos últimos anos**, após período de implantação e expansão. Afirmou que estão com falta de recursos financeiros para realização de novos concursos, ampliação de vagas de docentes e técnicos; que existem projetos de expansão de cursos, pelos

[56] Informação verbal fornecida na Audiência pública estadual sobre ampliação da RFEPCT, Rafael Almada, em 28 de junho de 2023.

menos cinco ou seis cursos de graduação; que não tem como criar cursos técnicos (Informação verbal[57]).

Tatiana Roque afirmou que o prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PSD-RJ) diz sempre que é preciso **transformar o Rio de Janeiro na capital da inovação e tecnologia, a fim de criar oportunidades para a juventude, principalmente as que moram áreas mais vulneráveis da cidad**e: transformação a partir da **tecnologia**. Finalizou dizendo que o **projeto de tecnologia do governo é ao mesmo tempo projeto de redução de desigualdades sociais** (Informação verbal [58]).

Jefferson Manhães afirmou que a RFEPCT passou "um momento recente de muitos ataques, sufocamento e que nesse momento começamos a olhar para o futuro com muita esperança". **Disse que sua instituição iniciou diálogo com os eixos de indústrias e produção de petróleo na Bacia de Campos e Macaé, com os arranjos das ciências agrícolas no noroeste e no eixo de saúde;** que esta última área tem uma grande demanda no norte e noroeste. Informou também que a construção do que vai vigorar até 2027 traz perspectiva de **captação de recursos R$ 104 bi.** Ainda ressaltou a importância fundamental da assistência estudantil e a universalização da alimentação (Informação verbal [59]).

O **Deputado Andrezinho Ceciliano (PT-RJ)** disse que a expansão precisa levar em conta **questões demográfica, geográfica, localidades onde a criminalidade opera**, por exemplo (Informação verbal[60]).

Gilberto Palmares trouxe a necessidade de haver uma **equivalência profissional, a fim de equacionar a situação de muitos profissionais experientes estarem defasados e precisarem se atualizar, de precisarem de certificação**; que tal realidade "É uma lacuna na RFEPCT e no rede estadual" e denunciou: " [...] é caso de polícia: "Tiro seu curso técnico em 48h ou em 15 dias"". Assim, ressaltou **o desafio dos institutos realizarem certificação**

---

[57] Informação verbal fornecida na Audiência pública estadual sobre ampliação da RFEPCT, Luiz Felipe Guimarães, em 28 de junho de 2023.

[58] Informação verbal fornecida na Audiência pública estadual sobre ampliação da RFEPCT, Tatiana Roque, em 28 de junho de 2023.

[59] Informação verbal fornecida na Audiência pública estadual sobre ampliação da RFEPCT, Jefferson Manhães, em 28 de junho de 2023.

[60] Informação verbal fornecida na Audiência pública estadual sobre ampliação da RFEPCT, Jefferson Manhães, em 28 de junho de 2023.

por competência . Mais uma vez ressaltou que a expansão seja também para **formação de profissionais que já estão no mercado**, a fim de **combater práticas criminosas de certificação rápida ofertada pela iniciativa privada**. **Alertou ainda que alguns estados acabaram com a certificação por competência; que é preciso evitar que o mesmo aconteça no Rio de Janeiro** (Informação verbal[61]).

Luiz Edmundo Vargas de Aguiar finalizou a audiência e optamos por disponibilizar seu depoimento na íntegra no Anexo II; tendo em vista a riqueza no que se refere à gênese da Educação Profissional, a criação e a expansão da RFEPCT a partir de 2008 na qual foi profissional atuante à época no IFRJ como Reitor e na RFEPCT. A experiência de Aguiar como docente, como gestor do IFRJ e ainda atuando em variados espaços institucionais ou não da EPT merece ter esse registro na íntegra. Em sua fala sonhou com a criação do *Campus* Complexo do Alemão, sonho que se materializaria um mês depois com liberação de espaço pela prefeitura e de recursos pelo MEC. Ainda sugeriu a utilização do Complexo Olímpico no Rio de Janeiro para uso da EPT, outro sonho que se materializaria em março de 2024 quando o governo federal anunciou a criação de 100 novos *campi*, dentre eles mais 5 do IFRJ, sendo um na região do Parque Olímpico(Cidade de Deus), Magé; Belford Roxo; Teresópolis; e São Gonçalo. Será disponibilizado um ivestimento de R$ 150 mi para construção dos novos *campi*, com geração de 8.400 vagas (IFRJ, 2024).

Podemos observar nos relatos um ponto comum: o sucateamento de recursos da RFEPCT, principalmente após 2016.

Como forma de expansão temos propostas de que a expansão não seja apenas de criação de novas unidades, mas de fortalecimento de unidades já existentes; de certificação e atualização de trabalhadores, a fim de combater certificações rápidas e de cunho “criminoso” como pontuado pro Gilberto Palmares.

O incremento de recursos é imprescindível para a oferta de novos cursos na RFEPCT.

A pontuação de Tatiana Roque que atrela tecnologia à combate às desigualdades sociais é ponto que deve ser perseguido na expansão da RFEPCT.

Jefferson Manhães ressalta a importância da expansão da RFEPCT atrelada ao desenvolvimento local. Assim, a RFEPCT não pode prescindir dessas aproximações.

---

[61] Informação verbal fornecida na Audiência pública estadual sobre ampliação da RFEPCT, Gilberto Palmares, em 28 de junho de 2023.

Edmundo Aguiar ressalta a necessidade de defendermos a RFECPCT como grupo que foi criada para atender a classe trabalhadora com o objetivo de ofertar uma educação crítica e emancipadora.

Na seção seguinte analisamos audiência pública na Câmara dos Deputados solicitada pela Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa. Nessa audiência foi discutido o direito à educação para população idosa. As idosas e idosos são públicos da EJA e da EJA-EPT, e se os sujeitos da EJA-EPT já sofrem resistências, dificuldades de acesso, para população idosa essa dificuldade se amplia, daí a importância dessa audiência.

4.6 Audiência Pública solicitada pela Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa da Câmara dos Deputados em 09 de agosto de 2023 com o tema "Educação da pessoa idosa: EJA para idosos"

A audiência foi solicitada pela deputada Reginete Brito (PT-RS). A mesa foi composta de forma híbrida e teve participação de Alexandre da Silva (presencial) – Secretário Nacional de Defesa das Pessoas Idosas; Marlene Souza Silva – Membro da Coordenação Colegiada do Fórum de EJA da Bahia (virtual); Claudia Borges Costa – Diretoria de Políticas de Alfabetização e Educação de Jovens e adultos da SECADI (presencial), Deuzimar Costa Serra – docente da UEMA (presencial), Odete Antonia Brezolin – Café com Paulo Freire (virtual)

Alexandre da Silva pontuou o **aumento da população idosa**; que temos **problema de escolaridade e renda**; que são áreas que se interligam constantemente. A questão dos anos de **trabalho, maior participação social, de inclusão digital, letramento digital**. A **educação é um direito** e também uma questão de **preconceito, de etarismo**. Os pilares da **educação ao longo da vida: algo que faça sentido a essa pessoa, ensinar o aprender a aprender, aprender a ser, aprender a fazer**. Paulo Freire valorizou essas singularidades, o saber da vida. É preciso readequar as estruturas escolares, a capacitação dos profissionais que os recebem, termos novos espaços formativos, buscarmos contato com a Secadi para fazer uma ação mais próxima com o MEC, a partir de um Termo de Cooperação Técnica (Informação verbal[62]).

---

[62] Informação verbal fornecida na Audiência pública Educação da pessoa idosa: EJA para idosos, Alexandre Silva, em 09 de agosto de 2023.

Marlene Souza Silva iniciou apresentando o estatuto do Idoso. Falou do **não reconhecimento do Estatuto do Idoso**. Lembrou da necessidade das pessoas idosas em relação ao sistema público e que somente o sistema público garante esse direito. É preciso incluir esses idosos ao sistema. **Proposta da EJAI e EJAPI** (Informação verbal[63]).

Claudia Borges lembra que a **EJA sempre esteve à margem** e nos últimos 6 anos nem se fala. Traz a **importância do parecer do Professor Jamil Cury, o Parecer 11/2000 que evidencia a diversidade do público da EJA**. Lembrou que **matrículas em EJA fundamental caíram de 2,1 milhões em 2018 para 1,7 milhão em 2022 e a EJA no Ensino Médio caiu de 1,4 milhão para 1 milhão também no mesmo período**. Lembrou da **retomada da CNAEJA**, que havia sido descontinuada no governo Bolsonaro(Informação verbal[64]).

Odete Bresolin, representante do Café com Paulo Freire-RS ressaltou o que foi dito na audiência de EJA por Rita de Cassia do fórum EJA, falando que **escolas de EJA fecharam no DF.** Nesse sentido lembro do fechamento do curso de EJA no *Campus* Arraial do Cabo do IFRJ. Como o Professor Luiz Edmundo Vargas de Aguiar assinalou em Audiência Pública realizada no IFRJ no mês de junho de 2023, o curso de EJA-EPT ofertado em Arraial do Cabo era de Manutenção e Suporte em Informática; curso que estava fora das especificidades do município. Nesse caso, deveria ser desenhado outro curso de EJA-EPT que estivesse em sintonia com as características do município, mas não colocaram nada no lugar. Assim, historicamente o que se pode observar é o esvaziamento dos espaços da EJA e isso acontecendo também dentro do IFRJ. Essa questão vem antes da pandemia da Covid-19 e do governo Bolsonaro(Informação Verbal[65]).

Deuzimar Costa Serra falou que na **UEMA já existem editais com cotas na graduação para idosos**; que é necessário que conste "I" de idoso na EJA, ou seja, **EJAI,** não para mudar a nomenclatura, mas para que **reforce essa peculiaridade**, pois não é a mesma coisa de trabalho para jovem, não é a mesma para o adulto que não é idoso. Serra afirma que

---

[63] Informação verbal fornecida na Audiência pública Educação da pessoa idosa: EJA para idosos, Marlene Souza Silva, em 09 de agosto de 2023.

[64] Informação verbal fornecida na Audiência pública Educação da pessoa idosa: EJA para idosos, Cláudia Borges Costa, em 09 de agosto de 2023.

[65] Informação verbal fornecida na Audiência pública Educação da pessoa idosa: EJA para idosos, Odete Bresolin, em 09 de agosto de 2023.

é necessário fazer revisão da **Resolução n.º 1 de 2021, pois ela não fala de pessoa idosa, mas de educação ao longo da vida**. **Faltou contemplar a pessoa idosa**; que o envelhecimento da população e questão crucial a ser considerada**; mulheres são mais longevas** que os homens e **deve ser pauta também de políticas públicas**; que há a necessidade de uma **pedagogia específica para pessoas idosas**; **que há negligência no estatuto do idoso em relação à educação.** O PNE não cita o idoso. Estes são documentos bases que não citam os idosos. **Conseguimos colocar o I no Plano Estadual de Educação do Maranhão**. **Isso é necessário, pois na hora de garantir recursos no papel observa-se descaso com idosos por isso o incluíram**. **É preciso que as universidades criem espaços na formação, no fomento à pesquisa, à extensão**. Pensar a política para pessoas idosas, mas sem fragmentar as ações. **É preciso pensar as especificidades**, por exemplo, pessoas especiais, privadas de liberdade, **mas não fragmentar** (Informação verbal[66]).

Liana Cirne, vereadora de Recife disse que a **EJA noturna é um problema, principalmente para as idosas que têm a questão da divisão sexual do trabalho** (Informação verbal[67]).

Na seção seguinte apresentamos o VI Encontro Nacional da EJA-EPT (PROEJA) da Rede Federal realizada pelo IFRJ em conjunto com o Colégio Pedro II e com o Instituto Federal Fluminense – IFF.

---

[66] Informação verbal fornecida na Audiência pública Educação da pessoa idosa: EJA para idosos, Deuzimar Costa Serra, em 09 de agosto de 2023.

[67] Informação verbal fornecida na Audiência pública Educação da pessoa idosa: EJA para idosos, Liana Cirne, em 09 de agosto de 2023.

4.7 VI Encontro Nacional da EJA-EPT (PROEJA) da Rede Federal - Esperançar é verbo na EJA-EPT: ampliar e consolidar".

Figura 10: VI Encontro Nacional da EJA-EPT (PROEJA) da Rede Federal - Esperançar é verbo na EJA-EPT: ampliar e consolidar".



Fonte: IFRJ, 2023

O evento foi realizado pelo IFRJ, com apoio do Colégio Pedro II e do Instituto Federal Fluminense, de 17 a 20 de outubro de 2023, no *Campus* Tijuca II do Colégio Pedro II, na cidade do Rio de Janeiro-RJ.

A solenidade de abertura contou com as palestras de Rafael Almada, Reitor do IFRJ; Alessandra Ciambarella Paulon, Pró-Reitora de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico; Ana Paula Giraux, Reitora do Colégio Pedro II, Emanuele de Lima Figueiredo Jorge, Coordenadora Geral de EJA do IFRJ, Vinicius Carvalho de Lima professor do IFRJ e representante da Comissão Nacional dos Fóruns de EJA e Aline Mariane Campos do Santos, estudante do Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática do *Campus* Duque de Caxias. A fala de Emanuele, de Rafael e Alessandra reafirmou o compromisso da atual gestão do IFRJ com a consolidação da EJA-EPT.

Vinícius Carvalho atentou para o **crescimento do VI Encontro e o comparou com o eventos anteriores. Em 2023 foram 540 inscritos e 128 trabalhos aprovados**, o que segundo Vinícius fora uma recorde. **Lembrou dos 700 mil mortos durante a pandemia da Covid-19**; que o evento foi resultado da luta militante do coletivo nacional da EJA-EPT ; que a **Rede Federal tem os melhores resultados** da educação brasileira em qualquer aspecto; que temos um currículo inovador pensado a partir do mundo do trabalho e dos próprios trabalhadores. Temos *campi* com recursos, mas só temos **0,9 de matrículas em EJA-EPT**.

Para suprir essa defasagem **não se deve ofertar cursos precários e aligeirados**. Já passou da hora da gente **funcionar como política pública** (Informação verbal[68]).

Alessandra Ciambarella lembra que a REFEPCT tem somente 2% de ingressantes e 3% de concluintes; visto que dados o Censo Escolar de 2022 mostram que entre 2018 e 2022 as matrículas de jovens e adultos diminuíram 21,8%. Entre 2017 e 2022 tivemos 22% a mais de cursos, 15% a mais de matrículas e 39% a mais de vagas. A questão é: o acesso está posto, mas ele não tem sido suficiente para trazer os alunos. Disse que **assistência estudantil é o menor dos problemas; que o maior problema é o currículo instrumentalista que reproduz de manhã a educação regular para a elite e à noite a formação de adultos subalternos**. Ressaltou que **é para o aluno da noite que se faz necessário a incorporação dos conceitos da omnilateralidade e da politecnia**. Para tanto, trabalhar de acordo com as características dos alunos que entram na instituição, a fim de que se **construa um currículo com perspectiva dialética**. Ainda, defendeu que **assistência estudantil não é somente assistência financeira, mas que uma boa quadra, um ambiente esteticamente adequado para os estudantes também é assistência estudantil; que a assistência financeira faz o aluno chegar à escola, mas que ela precisa também fazê-lo permanecer** (Informação verbal[69]).

Saionara Rosa da Cruz, Diretora de Políticas da Educação, representante do Pró-Reitor de Ensino do IFF, Carlos Artur Arêas, replicando as palavras de Arêas, disse que é preciso a **construção da política nacional de aprendizagem ao longo da vida vinculada à educação, na esteira das Confinteas, optando por conceitos e práticas de Educação Popular**. Ainda, que o IFF tem experimentado diversas **formas de atuar** com a EJA-EPT, que vão **desde parcerias com prefeituras, com parlamentares, com busca ativa**. Disse também que o IFF, a partir de 2024 terá como obrigatoriedade a oferta da EJA-EPT em todos os *campi*(Informação verbal[70]).

Walber Carvalho Melo, Diretor de Ensino Médio e Profissional do Colégio Pedro II

---

[68] Informação verbal fornecida no VI Encontro Nacional da EJA-EPT (PROEJA) da Rede Federal, Vinícius Carvalho, de 17 a 20 de outubro de 2023.

[69] Informação verbal fornecida no VI Encontro Nacional da EJA-EPT (PROEJA) da Rede Federal, Alessandra Ciambarella, de 17 a 20 de outubro de 2023.

[70] Informação verbal fornecida no VI Encontro Nacional da EJA-EPT (PROEJA) da Rede Federal, Saionara Rosa da Cruz, de 17 a 20 de outubro de 2023.

disse que os estudantes **do noturno têm o mesmo currículo dos estudantes do diurno**; que esse foi um primeiro passo; que **criaram uma Coordenação específica para EJA** e também o Conselho Institucional de EJA, formado pelas Coordenações de EJA; que **aumentaram o valor da bolsa dos estudantes da EJA em 250%**, referente ao valor anterior. Assim como Alessandra, afirmou que **assistência estudantil é também ter currículo personalizado**, **docente vinculado a uma turma**, **gestão com acolhimento e ambientação**, **equipe profissionalizante**, **espaços customizados para cada curso** (Informação verbal[71]).

Emanuele Araújo ressaltou que hoje o IFRJ tem cinco cursos de EJA-EPT; que em 2024 terão mais dois cursos nos *campi* Paracambi e Pinheiral[apenas em Pinheiral foi implantado em 2024 um novo curso: Técnico em Administração]. Afimou também que até o fim da presente gestão o IFRJ pretende entre 9 a 10 cursos de Proeja na instituição (Informação verbal[72]).

Ainda, no primeiro dia ocorreu a Mesa Temática 1 - "As perspectivas Políticas da Secadi e Setec para a EJA-EPT".

A Mesa contou com a Professora **Claúdia Borges Costa**, também entrevistada nessa pesquisa; que é Diretora de Políticas de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos da Secadi/MEC. A professora Cláudia lembrou que **uma das primeiras ações feitas pelo último governo foi destruir a Secadi,** justamente a Secretaria que traz todos os públicos. Agora **a Secadi tem, a EJA, a educação escolar indígena, quilombola, especial, quilombola, a educação bilingue de surdos**. Afirmou que questões como direitos humanos, educação ambiental para sustentabilidade estão presentes na Secadi. Aqui relembro a Agenda 2030 para O desenvolvimento Sustentável e o Marco de Ação de Marraquexe que ressaltam a necessidade da educação ambiental para sustentabilidade . Este último documento traz essa questão com mais veemência. Disse que **o ProJovem está sendo retomado**; que faz parte da nossa política **pensar o no adolescente no âmbito socioeducativo, urbano, do campo, jovem trabalhador; que toda a política de Projovem retoma entrelaçada à política**

---

[71] Informação verbal fornecida no VI Encontro Nacional da EJA-EPT (PROEJA) da Rede Federal, Walber Carvalho Melo, de 17 a 20 de outubro de 2023.

[72] Informação verbal fornecida no VI Encontro Nacional da EJA-EPT (PROEJA) da Rede Federal, , de 17 a 20 de outubro de 2023.

nacional de EJA (Informação verbal[73]).

Em relação ao Proeja disse que **pensar Proeja levou à concepção forte de EJA-EPT**, pois esta reafirma a importância de se terem os vários saberes gerais construídos historicamente pela humanidade, entrelaçados aos saberes e conhecimentos do trabalho e na construção do homem na sua omnilateralidade, na sua intereza. É nessa concepção da intereza dos trabalhadores que a EJA-EPT se consolida (Informação verbal[74]).

Pontuou que a Secad fora extinta no governo anterior; que somente em 2020 a alfabetização ficou na Secretaria de Educação Básica - SEB e a EJA numa pequena Coordenação, ou seja, em 2019 a EJA não existia institucionalmente. Disse que em **2012, 2013, 2014 os recursos para EJA eram na ordem de bilhões**. Lembrou do edital n.º 17/2022, de fomento ao Proeja, onde 27 institutos fizeram inscrição, sendo uma ação positiva; que o **edital foi direcionado para pesquisa e inovação, articulação com as redes, formação continuada de docentes, produção do material didático, mobilização e busca ativa, reconhecimento de saberes; que é trazer as experiências dos trabalhadores porque são sujeitos de conhecimento que devem estar entrelaçados com os conhecimento da ciência** (Informação verbal[75]).

Falou do **trabalho em rede da Secadi com CNaeja, Anped, universidades, movimentos sociais, União dos Dirigentes Municipais de Educação-Udime, União Nacional dos Conselhos Municipais da Educação - Uncme, CNE e Fórum de EJA. Ressaltou que já houve uma primeira reunião e construído um GT das Diretrizes Curriculares pensando na revisão da Resolução CNE n. 1/2021, documento que contou com consulta pública com militantes da EJA pelo documento ter muitos equívocos, como por exemplo a possibilidade de alta carga de EJA-EAD** (Informação verbal[76]).

---

[73] Informação verbal fornecida no VI Encontro Nacional da EJA-EPT (PROEJA) da Rede Federal, Cláudia Borges Costa, de 17 a 20 de outubro de 2023.

[74] Informação verbal fornecida no VI Encontro Nacional da EJA-EPT (PROEJA) da Rede Federal, Cláudia Borges Costa, de 17 a 20 de outubro de 2023.

[75] Informação verbal fornecida no VI Encontro Nacional da EJA-EPT (PROEJA) da Rede Federal, Cláudia Borges Costa, de 17 a 20 de outubro de 2023.

[76] Informação verbal fornecida no VI Encontro Nacional da EJA-EPT (PROEJA) da Rede Federal, Cláudia Borges Costa, de 17 a 20 de outubro de 2023.

Alertou que temos **9,6 milhões de não alfabetizados, mais de 70 milhões que não terminaram a Educação Básica, 50 milhões que é uma demanda potencial do Ensino Fundamental e 22 milhões de demanda potencial do Ensino Médio**. Para tanto propõe: **flexibilização, com possibilidade de extensões, pensar a educação popular, aqui com a participação efetiva Rede Federal** (Informação verbal[77]).

Em relação ao **Plano Nacional do Livro Didático afirmou que atenderá inicialmente o Ensino Fundamental,** onde a Rede Federal vai trabalhar com as redes municipais de educação. Pontuou que a **economia solidária é uma possibilidade frente a escassez de emprego para todos**. Para tanto, cita que uma discussão com o Ministério do Desenvolvimento e do Trabalho é fundamental (informação verbal[78]).

Exortou para que todas e todos participem das conferências municipais, estaduais e nacional; que pensem sobre a evasão na EJA-EPT, mas que se busquem saídas que não reduzam o tempo de escolarização. Lembrou da Audiência Pública de criação da Frente Parlamentar Mista solicitada pelo deputado federal Pedro Uczai (PT-SC); que tal ação chamou à materialidade outras audiências (Informação verbal[79]).

Costa disse que a política nacional de EJA/EJA-EPT pretende que **alunos que iniciem no Ensino Fundamental fiquem nos institutos e façam o Ensino Médio; que a política tem que ser de Estado e não apenas um Programa de governo.** Em relação ao Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) disse que existem muitas inscrições, mas muitos não comparecem no dia da prova; que a prova é feita em determinados polos, muitas vezes longe da residência do aluno (Informação verbal[80]).

Uma segunda novidade apresentada foi que a Secadi está organizando um GT de formação de professores junto à CNaeja e formulando um curso de 90h que vai ser disponibilizado pela Universidade Aberta do Brasil-UAB. Será um curso sobre EJA e será inserido em todas as licenciaturas, em 147 universidades. Está sendo formulado também um curso de especialização de 360h de EJA e há a perspectiva de outro curso

---

[77] Informação verbal fornecida no VI Encontro Nacional da EJA-EPT (PROEJA) da Rede Federal, Cláudia Borges Costa, de 17 a 20 de outubro de 2023.
[78] Informação verbal fornecida no VI Encontro Nacional da EJA-EPT (PROEJA) da Rede Federal, Cláudia Borges Costa, de 17 a 20 de outubro de 2023.
[79] Informação verbal fornecida no VI Encontro Nacional da EJA-EPT (PROEJA) da Rede Federal, Cláudia Borges Costa, de 17 a 20 de outubro de 2023
[80] Informação verbal fornecida no VI Encontro Nacional da EJA-EPT (PROEJA) da Rede Federal, Cláudia Borges Costa, de 17 a 20 de outubro de 2023

de especialização em EJA-EPT de 360h, estes dois últimos por meio de recurso da CAPES (Informação verbal[81]).

Em 18/10/2023 **Amanda Tavares Naves do IFPR** alertou que é **necessária discussão dos tempos escolares**; tendo em vista que estes foram estruturados para atender uma determinada classe social; **que não foi pensado para atender a classe trabalhadora** (Informação verbal[82]).

Ainda em 18/10/2023 **Anndson Brelaz** do IFAM apresentou a experiência exitosa de um curso, em que **o currículo foi criado junto com uma comunidade indígena de Manaus**; **para a própria comunidade, utilizando sua linguagem e sua escrita, além do português**. Os resultados foram extremamente positivos: de 33 alunos ingressantes, 31 se formaram. Foi uma **construção de curso democrática e participativa**. Aqui é necessário nos remetermos à Pedagogia da Alternância, que é " [...] uma forma de organização da educação e dos processos formativos que objetivam atender as comunidades do campo, do cerrado, dos rios, das florestas, de outros biomas e de comunidades urbanas específicas" (MEC, 2023). Nesse novo momento de redemocratização no país, a Pedagogia da Alternância pode e deve ser **meio da RFEPCT alcançar as mais diversas populações no país e construir cursos com e para os estudantes**. Ressaltou que **é preciso construir as epistemologias do campo, das periferias e não só dos grandes centros**; que não devemos **usar a interdisciplinaridade apenas como ferramenta, mas assumí-la dentro da totalidade** (Informação verbal[83]).

Na mesma data, **Jaqueline Ventura** da UFF afirmou ser necessário **construir uma Frente Parlamentar ampla em defesa da EJA**; que quando a EJA não tem lugar no MEC, ela também não o tem nas Secretarias de Educação. Ainda disse que é preciso fazer uma avaliação da historicidade, da formação social brasileira, que nos trouxe até hoje às disputas contemporâneas, com visões neoliberais e privatizantes da educação pública; que **pensar a EJA é pensar a historicidade da formação da sociedade brasileira**, a partir de uma base escravagista que resultou num país extremamente desigual com alta concentração de terra, massacre indígena. Alertou que é preciso ter cuidado, para **não considerar demanda da EJA apenas os que procuraram a escola, mas que a demanda é todo o universo daqueles que**

---

[81] Informação verbal fornecida no VI Encontro Nacional da EJA-EPT (PROEJA) da Rede Federal, Cláudia Borges Costa, de 17 a 20 de outubro de 2023

[82] Informação verbal fornecida no VI Encontro Nacional da EJA-EPT (PROEJA) da Rede Federal, Amanda Tavares Naves, de 17 a 20 de outubro de 2023

[83] Informação verbal fornecida no VI Encontro Nacional da EJA-EPT (PROEJA) da Rede Federal, Anndson Brelaz, de 17 a 20 de outubro de 2023

não estudaram. Outro alerta é de que **o MEC não está ganho com a nova Secadi/MEC; que as disputas continuam e ainda que precisamos estar atentos aos impactos do "novo Ensino Médio" na EJA-EPT. Em relação ao Proeja disse que o Programa já se consolidou como política; tendo em vista ter se tornado parte integrante da Rede, mas que a EJA não se enraizou na rede pública, sendo sempre residual e temporária** (Informação verbal[84]).

No segundo e terceiro dias no turno da tarde, a programação iniciou com relatos de experiências no dia 18/10/23 e com comunicações orais no dia 19/10, que foram divididas em 6 áreas temáticas:

1 - Acesso , permanência e êxito na EJA-EPT(PROEJA);

2 - Estudantes da EJA-EPT;

3 - Formação e trajetórias de trabalhadores para/na EJA-EPT(Proeja);

4 - Gestão e currículo integrado na EJA-EPT (Proeja);

5 - Metodologias e material didático para EJA-EPT (Proeja) e

6 - Projetos de ensino, iniciação científica, pesquisa e extensão realizados com estudantes da EJA-EPT(Proeja).

Em seguida houve a Mesa dos estudantes relatando suas experiências com a EJA. No prosseguimento ocorreu a Mesa Temática 2 "Outros tempos e espaços de ensino-aprendizagem na EJA-EPT: experiências e possibilidades de legislação", tendo com palestrantes Amanda Tavares Naves (Palestrante), Anndson Brelaz de Oliveira (Palestrante), Mad'Ana Castro (Mediador(a)) e Vania do Carmo Nobile (Palestrante).

No Quadro 2 trazemos um descritor das Áreas Temáticas dos trabalhos apresentados no Encontro:

Quadro 2 - Descritor das Áreas Temáticas dos trabalhos do VI Encontro Nacional da EJA-EPT (Proeja) da Rede Federal - Esperançar é verbo na EJA-EPT: ampliar e consolidar

1. ACESSO, PERMANÊNCIA E ÊXITO NA EJA-EPT (PROEJA) **Descritor** **Apresentação de pesquisas** resultantes de estudos teórico ou teórico-práticos, cujas questões de investigação envolvam processos de divulgação de cursos, processo seletivo, acolhida de estudantes, estratégias para permanência e acompanhamento de ações que demonstram o êxito de estudantes e de cursos no campo da EJA-EPT (PROEJA), em sua concepção de formação humana integral.
2. ESTUDANTES DA EJA-EPT (PROEJA)

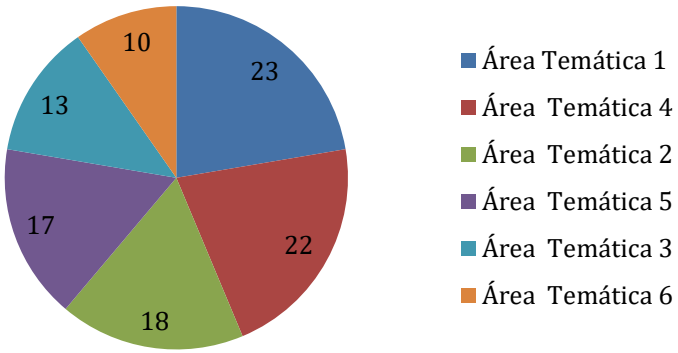
[84] Informação verbal fornecida no VI Encontro Nacional da EJA-EPT (PROEJA) da Rede Federal, Jaqueline Ventura, de 17 a 20 de outubro de 2023

Descritor **Apresentação de pesquisas** resultantes de estudos teóricos ou teórico-práticos, cujo objeto de investigação envolvam estudantes da EJA, trajetórias escolares e/ou histórias de vida. Engloba ainda trabalhos que abordem os múltiplos aspectos que envolvam questões de identidade relacionadas a gênero e/ou etnicidade, necessidades educacionais específicas numa perspectiva multicultural no campo da EJA-EPT (PROEJA), com base na concepção de formação humana integral.
3. FORMAÇÃO E TRAJETÓRIAS DE TRABALHADORES PARA/NA EJA-EPT (PROEJA) **Descritor** **Apresentação de pesquisas** resultantes de estudos teórico ou teórico-práticos, cujas questões de investigação envolvam processos de formação (inicial e continuada) e trajetórias de trabalhadores para/na EJA-EPT (PROEJA), que se articulem à temática do evento, com base na concepção de formação humana integral.
4. GESTÃO E CURRÍCULO INTEGRADO NA EJA-EPT (PROEJA) **Descritor** **Apresentação de pesquisas** resultantes de estudos teórico ou teórico-práticos que envolvam processos de gestão, implementação, acompanhamento, reformulação de projetos pedagógicos, avaliação de cursos e currículo integrado no campo das políticas na EJA-EPT (PROEJA), com base na concepção de formação humana integral.
5. METODOLOGIAS E MATERIAL DIDÁTICO PARA EJA-EPT (PROEJA) **Descritor** **Apresentação de pesquisas** resultantes de estudos teóricos ou teórico-práticos, cujas questões de investigação envolvam metodologias e materiais didáticos, recursos de apoio à mediação pedagógica, baseados no uso ou não das tecnologias, voltados para a produção de propostas didático-pedagógicas e socialização de conhecimentos no campo da EJA-EPT (PROEJA), com base na concepção de formação humana integral.
6.PROJETOS DE ENSINO, INICIAÇÃO CIENTÍFICA, PESQUISA E EXTENSÃO REALIZADOS COM ESTUDANTES DA EJA - EPT (PROEJA) resultantes de projetos de pesquisa, extensão e ensino realizados com os estudantes da EJA-EPT (PROEJA) como pesquisadores juniores, com ou sem fomento, que tem como objetivo inserir os estudantes em processos de investigação. Engloba também trabalhos desenvolvidos em iniciação científica ou extensão que têm os estudantes da EJA-EPT e seus cursos como objeto de estudo, no intuito de fortalecer o campo da EJA-EPT (PROEJA), com base na concepção de formação humana integral.

Fonte: Elaborado pelo próprio, a partir de dados do VI Encontro Nacional da EJA-EPT (PROEJA) da Rede Federal, 2023

A seguir trazemos o quantitativo de trabalhos apresentados por áreas temáticas. No Gráfico 1 podemos observar que as áreas temáticas 1 (Acesso , permanência e êxito na EJA-EPT(PROEJA)) e 4 (Gestão e currículo integrado na EJA-EPT (Proeja)) foram as que mais tiveram trabalhos apresentados com 23 e 22 respectivamente

Gráfico 1 - Áreas Temáticas dos trabalhos apresentados no VI Encontro Nacional da EJA-EPT (Proeja) da Rede Federal 2023



Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Esses resultados nos indicam que as questões de acesso, permanência e êxito, e aqui estamos falando também de evasão são ainda muito preocupantes no âmbito na EJA. Nesse sentido, observamos uma sintonia deste tema com a realidade, a partir da pesquisa de Oliveira (2018), quando o mesmo abordou o alto índice de evasão no curso de EJA-EPT no *Campus* Rio de Janeiro do IFRJ. Em segundo lugar, o relevo em relação à gestão, a formulação de políticas públicas para EJA e a elaboração, alteração, adequação de currículos na EJA-EPT.

O currículo também foi assunto de grande importância e em relação ao IFRJ e assim lembramos que estamos em pleno processo de alteração do currículo da Especialização em EJA no *Campus* Nilópolis do IFRJ e do currículo do curso técnico de Manutenção e Suporte em Informática Integrado ao Ensino Médio do Proeja, no *Campus* Rio de Janeiro do IFRJ. Duque de Caxias e Nilópolis. Pude assim, observar uma sintonia fina quanto às produções científicas apresentadas dos que militam pela EJA-EPT com a realidade do IFRJ.

No dia 19 de outubro de 2023 a programação iniciou com as comunicações orais, seguido a Mesa Temática 3 “Fóruns Institucionais de EJA-EPT”. No prosseguimento ocorreu a Mesa Temática “As diretrizes da EJA-EPT: reflexão do Coletivo sobre o percurso de construção do documento”, as palestrantes foram Clisivânia Souza e Rosângela Santos da Silva, ambas do IFAM.

Em 20/10/2023 ocorreu a sistematização dos relatos de experiências e das comunicações orais, para em seguida serem apresentadas para a compilação das Resoluções referentes à Conferência. Aqui gostaria de salientar que participei da área Temática 4, com

uma comunicação oral do trabalho “A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (2015) e o Marco de Ação de Marraquexe da Confintea VII (2022): estagnações e avanços na política internacional de Educação de Jovens e Adultos”. O trabalho apresentado buscou realizar uma análise sobre a política internacional de Educação de Jovens e Adultos, a partir da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da ONU, elaborada em 2015; que teve a Unesco como Organismo responsável no âmbito da Educação e do Marco de Ação de Marraquexe, produto final da Conferência Internacional de Educação de Adultos - Confintea VII, realizada em 2022 no Marrocos. O estudo demonstrou que a política internacional de Educação de Jovens e Adultos apresenta contradições, intenções de avanços, estagnações, propõe consensos e não aponta para ruptura do modo de produção capitalista, mas insiste em equacionar desigualdades, inerentes ao próprio capitalismo, que atravessam os sujeitos por ela atendidos. A partir da pesquisa identificamos como avanços o relevo dado à questão gênero em relação à mulher, público majoritário da EJA. Por outro lado, não se viu em nenhum dos documentos a necessidade de ratificação do direito à EJA para a população privada de liberdade e para a população LGBTQIAPN+. Trazemos dados sobre população LGBTQIAPN+ no Brasil disponibilizados pelo IBGE em 2022.

O IBGE (2022) apresentou na Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde que 2,9 milhões de pessoas, com 18 anos ou mais se declararam homossexuais(1,8 milhões) ou bissexuais(1,1 milhões), num universo de 159,2 milhões de pessoas com 18 anos ou mais.

Em relação ao nível de instrução foi identificado que 0,5% não tinha instrução ou Ensino Fundamental incompleto; 2,5% possuía o Ensino Fundamental completo e Ensino Médio Completo; 2,3% possuía o Ensino Médio completo e o nível superior incompleto e 3,2 o superior completo.Aqui podemos identificar que para a EJA, para alfabetização temos 0,5% (cerca de 79.600 pessoas) que demandam alfabetização ou conclusão do Ensino Fundamental. Em relação à RFEPCT e ao IFRJ podemos ver como demanda 2,5% de pessoas (cerca de 3.980.000 pessoas) que necessitam completar o Ensino Médio.

A partir dos dados apresentados não é concebível a Confintea fechar os olhos tanto para a população privada de liberdade quanto para a população LGBTQIAPN+. Os dados que trazemos demonstram que precisamos avançar no país bem como em espaços representativos como as Confinteas, em nosso Plano Nacional de Educação, em nossa Política Nacional de EJA/EJA-EPT. Não deixemos ninguém para trás. Importante ressaltar que na última Confintea este tema também não conseguiu avançar. Essa estagnação histórica nos leva à

necessidade de darmos relevo a esta população nas políticas públicas para EJA no Brasil, ainda que por enquanto, em âmbitos internacionais, tenhamos entraves.

Ainda que com resistências e estagnações apresentadas entendemos que os dois documentos são instrumentos muito importantes na relação da EJA com o desenvolvimento sustentável, com o protagonismo da questão de gênero em relação às mulheres na EJA. De forma geral o Marco de Ação de Marraquexe defende em seu preâmbulo e no seu corpo o direito à EJA a grupos vulneráveis, o que não deixa de ser um avanço para as políticas públicas de EJA no âmbito internacional. A Confintea é, portanto, espaço fundamental de disputa em âmbito internacional para o debate e concretização dessas políticas. Devemos insistir nas Confinteas como espaços de mudança.

A partir do que se observou na Confintea VII, durante minha participação na Temática 4 destaquei que "pessoas privadas de liberdade" e "população LGBTQIAPN+" deveriam ter relevância na política de EJA-EPT. Entendo que são pautas que devem ser levadas para o próximo Encontro em 2024, a ser realizado em Natal-RN.

A primeira questão, pessoas privadas de liberdade, têm relação com minha formação em Serviço Social. Realizei estágio em 2009 e 2010 na penitenciária feminina Talavera Bruce, no bairro de Bangu , Rio de Janeiro- RJ. Lá pude observar a importância da educação naquele espaço. Ao mesmo tempo constatei que o número de mulheres atendidas era muito baixo, ou seja, a EJA-EPT precisa se fazer efetivamente presente no espaço prisional. Nesse momento temos possibilidades de mudar esse quadro. Conforme entrevista realizada para essa pesquisa com Mariangêla Graciano, Coordenadora da EJA na Secadi/MEC e pesquisadora da educação na área prisional, já existe uma interlocução com o Ministério da Justiça nesse sentido, logo temos como avançar nessa pauta.

Em relação à população LBTQIAPN+, historicamente é uma população que encontrou e encontra uma série de obstáculos para manter-se estudando. Oliveira (2018) entrevistou um estudante da EJA-EPT que afirmou ter sido ameaçado por colegas. Estamos falando de um *Campus* do IFRJ localizado na cidade do Rio de Janeiro, podemos imaginar o que ocorre pelo Brasil afora. Precisamos pontuar sim. A palavra diversidade engloba muitas pessoas, muitos grupos, mas especificar é ratificar, é dar mais luz a estas questões. Nesse sentido, no próximo Encontro Nacional em 2024, a ser realizado em Natal RJ pretendo retomar essa discussão; tendo em vista que a política nacional de EJA-EPT está em processo de construção.

O Encontro foi muito produtivo para pesquisa, a partir de discussões atualizadas trazidas pelos palestrantes, pesquisadores e trabalhos apresentados. Pontualmente é possível elencar:

- ficou clara a importância das gestões em relação a apoio e construção da política da EJA-EPT;

- o compromisso do IFRJ com a política de EJA-EPT coma criação de uma Coordenação Geral de EJA, com a criação de um novo curso no ano 2024, bem como a perspectiva de ao final do mandado da atual gestão contarem com 9 ou 10 cursos de EJA-EPT;

- o compromisso da Secadi/MEC com a construção da política nacional de EJA/EJA-EPT, através de diálogos com demais Ministérios, com a Setec, com os movimentos sociais e com o legislativo.

- a possibilidade de construção da Frente Parlamentar Mista de EJA;

- a oferta futura de cursos em EJA organizados pela Secadi, pela CNAEJA, CAPES;

- o protagonismo da MEC junto ao Fundeb para aumentar o fator de ponderação da EJA de 0,8 para 1, o que significaria mais de R$ 2 bi para a EJA;

- a necessidade de incrementar ações para mudarmos a situação de acesso, permanência e êxito na EJA-EPT, ainda que tivéssemos tido entre 2017 e 2022, 22% a mais de cursos, 15% a mais de matrículas e 39% a mais de vagas;

- a necessidade alterar currículos instrumentalistas que reproduzem diferenças históricas, ou seja, currículos para a elite de dia e currículos para subalternos à noite. O Colégio Pedro II pontuou que os currículos são o mesmos, seja para estudantes do dia ou da noite.

- a necessidade de olhar a assistência estudantil para além da questão financeira;

- a necessidade de atentarmos para a educação ao longo da vida, como defendido na última Confintea atrelada à educação e não ao mercado;

- a economia solidária foi pontuada como uma das soluções para a escassez do trabalho;

A retomada da Secadi/MEC é como uma tocha a iluminar a construção da política nacional da EJA-EPT, após anos de escuridão.

No próximo capítulo trazemos uma análise das entrevistas semiestruturadas realizadas no período de março a novembro de 2023. Para tanto realizamosuma triangulação e entrevistamos sujeitos representativos em âmbito local, nacional e internacional, a fim de termos variados olhares sobre a EJA-EPT.

5 EJA-EPT, RESISTÊNCIAS E CONSOLIDAÇÃO INCONCLUSA: ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

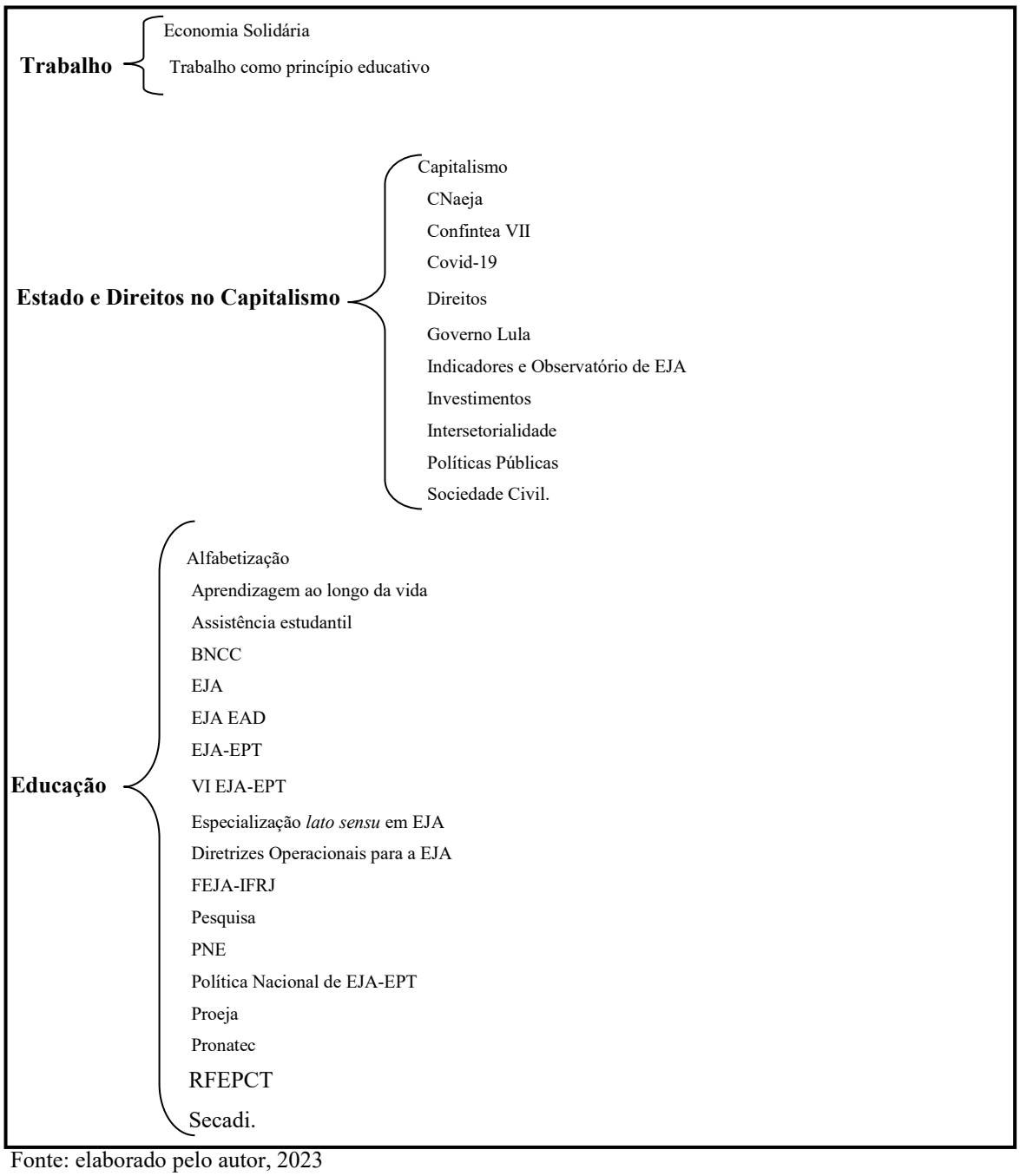
Inicialmente é importante relembrar que as entrevistas apresentadas nesta tese foram realizaram em um período de reconstrução da democracia no Brasil, após a gestão Bolsonaro de 2018 a 2022. Realizar as entrevistas trouxe, após a apropriação de conteúdo teórico, de participação em fóruns, audiências, presenciais ou *online* um sentimento de responsabilidade muito grande, pelo fato de estar participando, junto com as entrevistadas e com o entrevistado do renascimento da esperança no país.

As entrevistadas e o entrevistado possuem doutorado, realizam pesquisas e atuam há muitos anos na EJA, na EPT e na EJA-EPT. Entrevistá-las e entrevistá-lo trouxe a este estudo um ganho imenso; tendo em vista suas vivências orgânicas na área. Além do percurso histórico que trouxeram, também foram de grande enriquecimento as análises da atualidade e projeções para o futuro da EJA-EPT. Ainda, as entrevistas foram singulares; tendo em vista terem ocorrido ao mesmo tempo em que estava em construção uma Política Nacional de Alfabetização e de EJA, a Política Nacional de EPT/EJA-EPT e do novo PNE. Outro ponto a ser destacado é que o arcabouço teórico desta pesquisa já tinha como referência as professoras Cláudia Costa, Margarida Machado e o professor Timothy Ireland, sendo as entrevistas uma consolidação dessa aproximação primeira.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com 11 profissionais, entre 9 de março de 2023 e 23 de novembro de 2023. Entrevista semiestruturada "É uma técnica de interação social, uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca obter dados, e a outra se apresenta como fonte de informação" (GERHARDT e SILVEIRA, 2009, p. 72).

Conforme Bardin (1977) e Câmara (2013), as entrevistas permitiram realizar correlações entre a realidade as categorias elencadas no referencial teórico, bem como entre os temas mais recorrentes dentro das categorias. As categorias são Trabalho; Estado e Direitos no Capitalismo e Educação. As entrevistas permitiram identificar os temas mais recorrentes, a partir das categorias iniciais, validando a pesquisa teórica e descortinando espaços que acrescentaram outras discussões. Na Figura 11 é possível observar as categorias e os temas mais recorrentes nas entrevistas semiestruturadas

Figura 11 – Categorias e Temas identificados nas entrevistas semiestruturadas (em ordem alfabética)



Fonte: elaborado pelo autor, 2023

Todas as entrevistas foram realizadas através do *Google Meet,* aplicativo da empresa *Google* para realização de videoconferências*,* ou seja, as onze entrevistas foram realizadas de forma virtual. Inicialmente foram enviados *emails* convidando as (os) entrevistadas(os), com roteiro sugerido das perguntas semiestruturadas; estas elaboradas a fim de responder a

pergunta de pesquisa, objetivos e alicerçadas no arcabouço teórico, conforme os apêndices A ao J. Enviei também os pareceres dos Comitês de Pesquisa da UERJ e do IFRJ, bem como o Registro de Consentimento Livre e Esclarecido. A partir do aceite das solicitações foram agendadas as datas e enviados *links* do *Google Meet* para a realização das entrevistas.

As entrevistadas(os) foram selecionados levando em conta a sua atuação histórica, acadêmica e profissional no IFRJ, na RFEPCT, no governo, na sociedade civil, em organismos e fóruns nacionais e internacionais relevantes para as políticas de EJA e EJA-EPT. Para tanto, as(os) entrevistadas(os) foram divididos em três grupos para que pudéssemos ter o conhecimento de seus olhares, levando em contas diferentes perspectivas de realidades. Assim, a divisão em grupos permitiu a apreensão das perspectivas local, nacional e internacional e a realização de correlações de análises entre elas e a realização de um caminho de ida até o âmbito internacional e de volta até o local, fazendo interconexões dessas realidades.

No Quadro 3 são apresentados os grupos e as(os) entrevistadas(os)

Quadro 3 - Distribuição de entrevistadas/os por grupo

Grupo 1	**Grupo 2**	**Grupo 3**
Sociedade civil/Organismos Internacionais âmbito internacional	**MEC e RFEPCT âmbito nacional**	**IFRJ âmbito local**
Giovana Modé Integrante da Campaña Latinoamericana por El Derecho a La Educación - CLADE[85]	**Carla Jardim** Diretoria de Articulação e Fortalecimento da Educação Profissional e Tecnológica – Setec/MEC	**Janaína Corenza** Coordenadora do curso de Especialização em EJA - IFRJ
Timothy Ireland Integrante da Cátedra Unesco de EJA Brasil, ICAE[86] e docente da	**Cláudia Costa** Diretora de Políticas de Alfabetização e Educação de	**Tânia Almenara** Ex- Coodenadora Geral de EJA - IFRJ

[85] A Campanha Latino-Americana pelo Direito à Educação (CLADE) é uma rede plural de organizações da sociedade civil, com presença em 18 países da América Latina e do Caribe, que impulsiona ações de mobilização social e incidência política para defender o direito humano a uma educação transformadora, pública, laica e gratuita para todos e todas, ao longo da vida e como responsabilidade do Estado. (CLADE, 2023)

[86] O Conselho Internacional de Educação de Adultos (ICAE) é uma rede global com um mandato específico para defender a educação e a educação de jovens e adultos (ALE) como um direito humano universal. Foi criado em 1973 e conta com 7 órgãos regionais (África, Região Árabe, Ásia, Caribe, Europa, América Latina e América do

UFPB	Jovens e Adultos - Secadi/MEC	
	Maria do Socorro Nunes Coordenadora-geral de Alfabetização - Secadi/MEC	**Fernanda Paixão** Integrante FEJA-IFRJ
	Mariângela Graciano Coordenadora-geral de Educação de Jovens e Adultos -Secadi/MEC	
	Entrevistado(a) MEC* *Conforme solicitação, o nome do(a) entrevistado(a) foi preservado.	
	Margarida Machado Docente UFG	

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023

O primeiro grupo é formado por uma integrante da CLADE e por um integrante da Cátedra da Unesco de EJA, da International Council for Adult Education - ICAE e docente na UFPB. O segundo grupo é composto por seis integrantes, sendo uma gestora da Setec/MEC, três gestoras da Secadi/MEC, um(a) entrevistado(a) do quadro do MEC e uma docente da UFG. O terceiro grupo é formado por três servidoras do IFRJ, sendo duas gestoras e uma Técnica em Assuntos Educacionais e integrante do FEJA-IFRJ.

A entrevista com sujeitos de diversos âmbitos encontra respaldo no Parecer CNE/CEB nº 11/2000

> E esta é uma das funções da escola democrática que, assentada no princípio da igualdade e da liberdade, é um serviço público. Por ser um serviço público, por ser direito de todos e dever do Estado, é obrigação deste último interferir no campo das desigualdades e, com maior razão no caso brasileiro, no terreno das hierarquias sociais, por meio de políticas públicas. O acesso a este serviço público é uma via de chegada a patamares que possibilitam maior igualdade no espaço social. Tão pesada quanto a iníqua distribuição da riqueza e da renda é a brutal negação que o sujeito iletrado ou analfabeto pode fazer de si mesmo no convívio social. Por isso mesmo, várias instituições são chamadas à reparação desta dívida. Este serviço, função cogente do Estado, se dá não só via complementaridade entre os poderes públicos, sob o regime de colaboração, mas também com a presença e a cooperação das instituições e setores organizados da sociedade civil. A igualdade e a liberdade

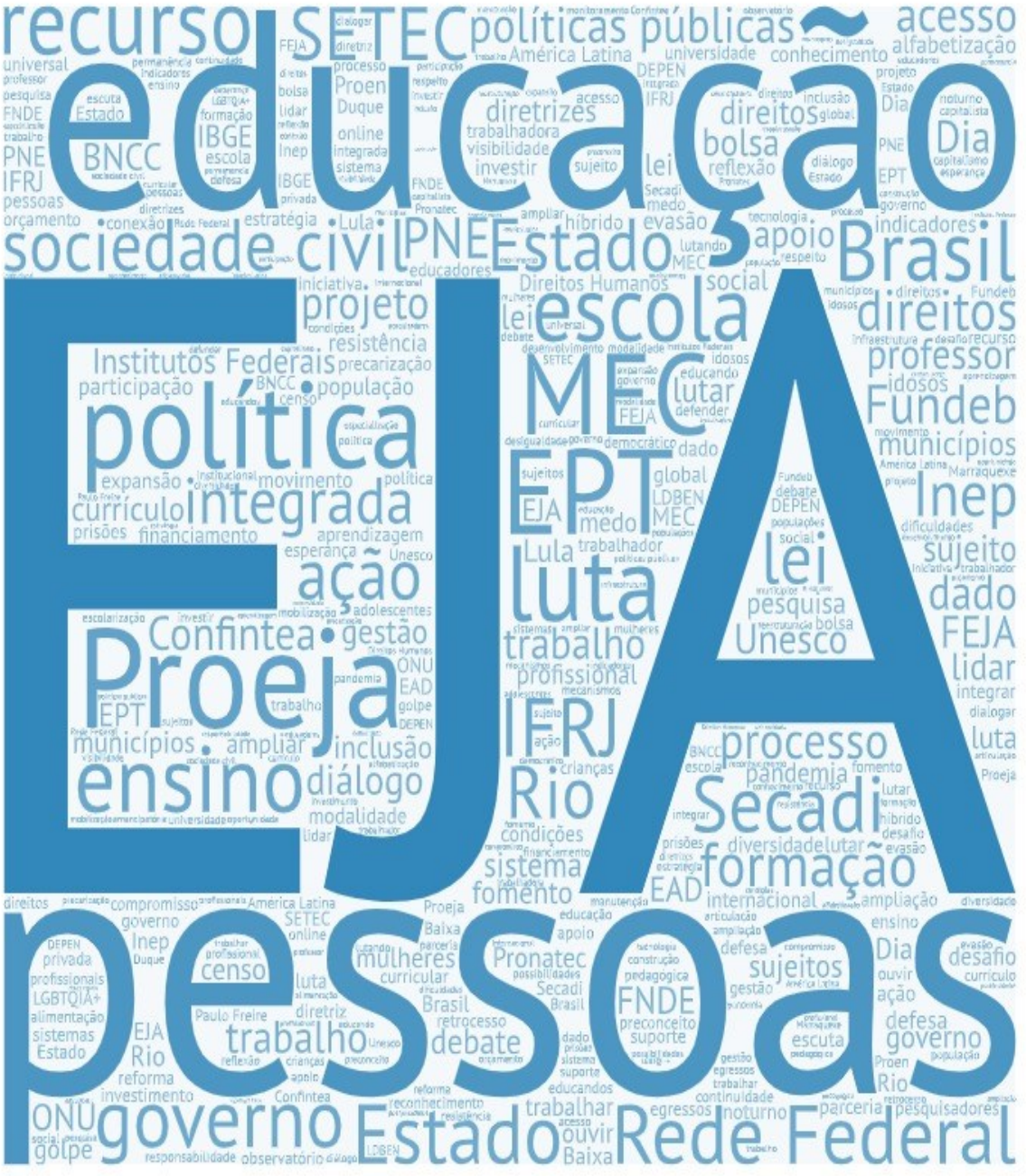
---

Norte) representando mais de 800 ONGs – redes regionais, nacionais e setoriais – em mais de 75 países.O ICAE é uma organização em relações associadas com a UNESCO, com *status* consultivo ao Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) e *status* de observador com a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).(ICAE, 2023)

> tornam-se, pois, os pressupostos fundamentais do direito à educação, sobretudo nas sociedades politicamente democráticas e socialmente desejosas de uma melhor redistribuição das riquezas entre os grupos sociais e entre os indivíduos que as compõem e as expressam. (CNE/CEB , 2000, p. 8)

A partir das entrevistas elaboramos inicialmente uma chuva de palavras para visualizarmos as categorias e temas mais citados nas 11 entrevistas, conforme Figura 12

Figura 12 - Chuva de palavras com categorias e temas mais citados nas entrevistas



Fonte: Elaborado pelo autor, 2023

Em relação à categoria “Trabalho” foi possível identificar nas entrevistas os seguintes temas: economia solidária e trabalho como princípio educativo. A importância do trabalho é trazida pelo Parecer CNE/MEC 2000

> O trabalho, seja pela experiência, seja pela necessidade imediata de inserção profissional merece especial destaque. A busca da alfabetização ou da complementação de estudos participa de um projeto mais amplo de cidadania que propicie inserção profissional e busca da melhoria das condições de existência. (MEC, 2000)

As entrevistas apresentaram temas como economia solidária e trabalho como princípio educativo. Iniciando pela categoria Trabalho, o (a) docente da UFG afirma que no atual MPC a precarização do trabalhador está evidente

> a) “ “nem trabalhador precisa ler e escrever, nem precisa ter uma formação para o nível de desenvolvimento do trabalho real de hoje”. O que estamos agora presenciando com as plataformas digitais como *Ifood, Uber* é a precarização do trabalho e implica diretamente numa precarização do trabalhador”.(MACHADO)

Em sintonia com Machado , trazemos uma afirmação de Grespan (2021) “[...] o capital é a relação social que exclui a força de trabalho da propriedade dos meios de produção e a inclui no processo de valorização como um recurso subordinado” (GRESPAN, 2021, p. 49). É disso que se trata quando Machado cita empresas como *Uber* e *Ifood* e sua relação direta com a precarização dos trabalhadores, com a desconexão destes com os meios de produção. A fim de superar essa realidade precária, Machado aponta o papel essencial da RFEPCT e propõe que ela “resista e demonstre que a educação integrada não é só para adolescente, mas é também para a classe trabalhadora, que os currículos entendam os sujeitos nas suas temporalidades geracionais” (MACHADO, 2023). Aqui, em relação a currículo; que deve estar relacionado com as vivências dos trabalhadores, com a aprendizagem ao longo da vida podemos trazer um trecho do parecer CNE/CEB de 2000

> [...] o tratamento dos conteúdos curriculares não pode se ausentar desta premissa fundamental, prévia e concomitante à presença em bancos escolares: a vivência do trabalho e a expectativa de melhoria de vida. Esta premissa é o contexto no qual se deve pensar e repensar o liame entre qualificação para o trabalho, educação escolar e os diferentes componentes curriculares (MEC, parecer CNE/CEB n.º 11/2000, p. 61-62)

Em relação à educação integrada, trazida por Machado; que tenha centralidade no trabalhador, que forme esse trabalhador para o mundo do trabalho e não para o mercado. Modé realiza também uma crítica de como o MPC trata sem profundidade essa questão

> a) “Fala-se muito da necessidade de uma mão de obra renovada, de algo que faça sentido para o mundo do trabalho atual, mas não é uma discussão que tenha a profundidade que deve ter: não tem um olhar crítico para o mundo do trabalho” (MODÉ).

Ainda, Modé continua defendendo o equívoco da discussão e afirmando que tal

equívoco é motivo para a não valorização da EJA

> a) “Que tipo de formação deve ser oferecida para esse mundo do trabalho que muda o tempo todo. Ao mesmo tempo já existe um consenso que não é só isso, inclusive no Marco de Ação de Marraquexe isto está posto discursivamente. Nesse sentido, se a sociedade, nesse momento, tivesse maior apropriação do que significa, a gente estaria radicalmente dando outro valor à EJA porque lá está posto que a sustentabilidade do planeta está atrelada à EJA forte, a uma EJA que responda a isso.” (MODÉ)

O Marco de Ação de Marraquexe ressalta o protagonismo da EJA no desenvolvimento sustentável. Nesse sentido o referido documento reiterou seu compromisso com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, se comprometendo com o ODS 4 que é “Assegurar a educação inclusiva e equitativa de aprendizagem ao longo da vida para todos”(UNESCO, 2015, p. 30, nota de rodapé 5). Ainda o documento se comprometeu com outros documentos para o desenvolvimento sustentável: Declaração de Berlin aprovada em 2021, que defende a educação para o desenvolvimento sustentável, bem como o relatório da Unesco de 2021”Reimaginar nossos futuros juntos: um novo contrato social para a educação” que defende “o direito à educação de qualidade ao longo da vida e destaca o poder transformador da educação para a construção de um futuro sustentável” (MARCO DE AÇÃO DE MARRAQUEXE, 2022). Costa ressaltou que a economia solidária é importante nessa discussão, pois faz um diálogo com o desenvolvimento sustentável e com a aprendizagem ao longo da vida

> a)”Essa perspectiva da aprendizagem ao longo da vida precisa buscar a concepção. Mais abrangente e emancipatória das pessoas. Ela precisa também ter um olhar para esse contexto que a gente tem hoje; que é mundial, de ter cuidado como meio ambiente. Então por isso que a gente precisa fazer um diálogo com a economia solidária, pois ela traz essa perspectiva do sentido coletivo, do cooperativismo, da contribuição com o planeta. Eu penso que tem que ter todos esses eixos na aprendizagem ao longo da vida” (COSTA)

O trabalho como princípio educativo é trazido nos relatos das entrevistadas

> a) “O currículo que a gente tenta trabalhar é o currículo da EJA. É um currículo tendo o trabalho como princípio educativo. Termos como cerne do nosso currículo a relação trabalho-educação. O trabalho como fonte produtora das relações sociais e todas as suas relações; a consciência de que a gente sabe que vive numa sociedade capitalista; que preza pela precarização do trabalho, pela retirada do homem de toda sua força em detrimento do capital, A nossa diretriz aqui é trabalhar nesse viés, sempre fazendo relação do mundo do trabalho, da vida , da escola, da vida com a escola. A gente tenta, mas conseguir plenamente a gente não conseguiu. Não tivemos as condições ideais “(ALMENARA);
>
> b) “Os documentos da Unesco trazem muito essa discussão[aprendizagem ao longo da vida] e nós enquanto estudiosos e pesquisadores de EJA e agora como gestão, a

> gente reconhece a aprendizagem ao longo da vida como direito à educação de todos e todas; que não é só num período da vida, mas é para toda a vida. Esse é um direito e ele vem junto com essa concepção emancipatória e se ele não estiver junto dessa concepção emancipatória ele acaba forçando uma formação para o mercado de trabalho, ainda que sejam idosos: veja a perversidade que a gente encontra. É uma perspectiva emancipatória, no sentido que ele possa chegar a uma formação, um conhecimento que vai contribuir para que seja sujeito histórico, interferindo no seu tempo, no seu espaço e não ser um mero manejo no mercado de trabalho. Assim, a gente traz a ideia de trabalho como princípio educativo" (COSTA) e

É possível observar duas citações a respeito do trabalho como princípio educativo, ou seja, há a necessidade de uma estreita relação entre trabalho e educação, a fim de que se tenha

> a) "A nossa luta no Proeja era pra que a educação fosse integrada, para dar conta dessa formação integral que nos interessa: o trabalhador crítico; que não só aperte parafuso bem apertado, mas que ele tenha conhecimento de onde ele está, do lugar dele, dos direitos e de como melhorar e transformar o mundo. Foi uma luta muito grande" (ENTREVISTADO(A) MEC).

Ainda, que se alcance

> a) "[...] uma perspectiva emancipatória, no sentido que ele possa chegar a uma formação, um conhecimento que vai contribuir para que seja sujeito histórico, interferindo no seu tempo, no seu espaço [...]"(COSTA).

Almenara termina sua fala afirmando que o trabalho como princípio educativo não conseguiu ainda se efetivar plenamente no IFRJ. Outra contribuição no sentido do trabalho como princípio educativo: há de se unir

> "[...] educação escolar e processo produtivo. Todavia, não como um reforço de aprisionamento do trabalho pelas conveniências do capital: como fator de socialização crítica e libertária, igualitária e democrática do ser humano" (FERNANDES, 1989, p. 28).

Assim, nossas entrevistadas, entrevistado e autores trouxeram a necessidade da indissociabilidade do trabalho e da educação, dando revelo à centralidade do trabalho como categoria de conformação do sujeitos histórico, crítico e não mero apertador de botões.

O segundo tema "economia solidária"[87] foi observado nas entrevistas e também na

---

[87] a Economia Solidária é um caminho para desatar, dado que a correlação de forças não permite cortar, o nó górdio produzido pela contradição que ele assinala. É o seu bom funcionamento, e não o da economia capitalista das empresas e do seu Estado, o que irá permitir, de modo sinergicamente acoplado, a consecução das medidas

audiência de EJA na Câmara dos Deputados, presidida pelo Deputado Pedro Uczai (PT-RS). A economia solidária surgiu "como uma alternativa ao desemprego estrutural provocado pela globalização neoliberal e pela revolução tecnológica dos anos 1990."(JUSTO, 2022, p. 9). É um modo de produção "cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual"(SINGER, 2002, p.10), tendo como fundamentos a "solidariedade, autogestão e propriedade coletiva dos meios de produção."(JUSTO, 2022, p. 15).A economia solidária se materializa "de diferentes modos como associações, cooperativas de produção, ou de consumo, ou de compra e venda, ou de crédito, bancos populares, clubes de trocas etc." (JUSTO, 2022, p. 15)

Nos trechos seguintes, Costa e Graciano trazem

> a) "[...] que a gente precisa fazer um diálogo com a economia solidária, pois ela traz essa perspectiva do **sentido coletivo, do cooperativismo, da contribuição com o planeta.** Eu penso que tem que ter todos esses eixos na aprendizagem ao longo da vida." (COSTA, grifos nossos)
>
> b) "[...]o Ministério do Trabalho, mais a economia Solidária devem estar integrados" (GRACIANO)
>
> c) "São grandes os desafios. O MEC tem essa sensibilidade. MEC, SECADI e SETEC estão conversando, buscando essa área de articulação **e trazendo também junto a economia solidária**. Tudo que os Institutos fazem, essa potencialidade que têm, mais o Ministério do Trabalho, mais a economia Solidária deve estar integrados. Pensar a diversidade, formatos e respostas. Os Institutos têm experiência na formação do mundo do trabalho e devem buscar pontes com outras formas de produção"(GRACIANO, grifos nossos) e

Nos trechos acima fica clara a proposta para que o Ministério do Trabalho esteja integrado com a economia solidária e também é lembrado que a RFEPCT tem expertise para atuar nessa integração. Nessa direção, Dagnino (2022) propõe que a economia solidária seja estratégica para governar à esquerda e explica ainda que a economia solidária contribuirá para o governo "[...] assegurar o crescimento econômico e, num círculo virtuoso de desenvolvimento, avançar na direção de seu compromisso com a classe

---

socializantes que o programa da esquerda deseja e a sua governabilidade demanda. Como ocorreu com outras propostas revisionistas, a da Economia Solidária reivindica sua pertinência tendo por base mudanças no contexto do capitalismo global e nacional que favorecem sua emergência e evidenciam suas vantagens em relação a outros cursos de ação baseados em arranjos econômico-produtivos não baseados na propriedade coletiva dos meios de produção[...](DAGNINO, 2022, p. 42)

trabalhadora.”(DAGNINO, 2022, p. 43).

A segunda categoria, “Estado e Direitos no Capitalismo”, apresentou os seguintes temas durante as entrevistas, elencados em ordem alfabética: Capitalismo, CNaeja, Confintea VII, Covid-19, Direitos, Governo Lula, Indicadores e Observatório de EJA, Investimentos, Intersetorialidade, Políticas Públicas e Sociedade Civil.

O primeiro tema “Capitalismo” permeia as entrevistas; tendo em vista que entrevistadas/o não se furtaram em reconhecer que as contradições do MPC atravessam nossas relações sociais, o trabalho, a educação, os direitos, o Estado, a participação da sociedade civil. Assim, a EJA-EPT, os sujeitos da EJA, as/os profissionais que militam na EJA e EJA-EPT são também atravessados pelas contradições, desigualdades engendradas pelo MPC. Tendo em vista a sintonia por parte das entrevistas, trazemos um relato de MODÉ

> a) “Se você pegar os debates preparatórios da Declaração Universal de Direitos Humanos, a Constituição de 1988 e fizer um passeio por toda a sociologia da educação é algo (o capitalismo) realmente que ocupa nossos pensamentos, nossa luta, nossa ação porque estamos dentro desse modelo de produção.” (MODÉ)

O segundo tema, “CNaeja” foi apontado por Graciano; que ressalta a importância da composição da CNaeja; que a Comissão deve atentar para a especificidade do público da EJA; que temas relacionados à dignidade humana e garantidores de direitos façam parte das formações, dos currículos e que a participação na construção desse processo seja ampla

> a) “A CNaeja – Comissão Nacional de Educação de Jovens e Adultos foi criada na década de 1990. Algumas vezes ela foi esquecida, outras vezes teve um papel muito importante nos governos anteriores democráticos até 2016. É uma Comissão que reúne representantes dos profissionais da educação, dos movimentos sociais, das secretarias municipais e estaduais de educação, dos fóruns de EJA, das redes que estudam e atuam com educação nas prisões. A ideia é de que todas as políticas passem pela CNaeja, inclusive a política de formação. Nossa indicação é a ênfase na diversidade do público: adulto não é criança por um lado e jovens e adultos são absolutamente diversos. Tem poucos estudos, mas que apontam alguns caminhos.” (GRACIANO) e
>
> b) “A ideia é que esses temas que tenham a ver com a dignidade humana estejam evidenciados nos processos de formação, relações raciais: a EJA é negra. Fazer esse desenho na CNaeja e essa formação mais próximo possível da sala de aula. Evidentemente os cursos extensos e de longa distância são importantes, mas é muito importante também o diálogo ali no território e uma das nossas intenções é envolver os movimentos sociais e desenvolver uma formação no território, envolvendo professores e professoras, a comunidade escolar, todo mundo se forma junto.” (GRACIANO)

A entrevista com Graciano da Secadi/MEC ocorreu em 12 de maio de 2023 e a mesma trouxe a questão da CNaeja, que teria, pouco dias depois, em 23 de maio de 2023, sua recomposição reativada pelo MEC, através da Portaria MEC n.º 989/2023; tendo a Secadi à frente da Comissão. Graciano antecipou o teor da Portaria, ou seja, ressaltou a importância dos diversos atores no processo de uma Política de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos. Ainda deixa clara a importância de se atentar, nesse processo de construção, para a diversidade de públicos da alfabetização e da EJA. Assim, podemos considerar crianças, jovens, jovens adultos, adultos e idosos como sujeitos com suas especificidades.

O terceiro tema, a Confintea VII, Conferência internacional de discussão, de definição de resoluções e direcionamentos para políticas para a EJA nos Estados –Membros da ONU foi trazido pelas entrevistadas e pelo entrevistado. A Confintea VII, que ocorreu na cidade Marraquexe, no Marrocos em 2022, país antidemocrático. Em relação ao Brasil estávamos sob governo Bolsonaro e tendo relator final da Conferência um brasileiro, então essas duas especificidades influenciaram na elaboração do Marco de Ação de Marraquexe. MODÉ fala que houve pouca mobilização

> a) "A Conferência encontrou o Brasil muito desmobilizado em 2021. Existia um sentimento de descontentamento e ainda a Conferência aconteceu muito longe e o governo do Brasil não foi catalisador naquele momento: ficou algo distante, como se não fizesse sentido. A gente precisa reconectar esses sentidos, à medida que eles sejam estratégicos ou não e ainda levando em conta os limites que essas conferências têm." (MODÉ)

Modé afirma que houve pouca disputa pela Confintea VII; tendo em vista a pouca importância dada à EJA; que existem maiores disputas em conferência mais amplas. Por exemplo, a questão LGBTQIAPN+ e educação em prisões. São questões que são levantadas em momentos iniciais , mas que não chegam aos relatórios finais como assinalado nos trechos a seguir

> a) "O tema não avançou. Primeiro você tinha no Marrocos o coordenador do grupo de redação que era do Brasil, do governo anterior. Essa questão não apareceu no momento final, mas apareceu nos momentos iniciais. Isso é coordenado pela Unesco Hamburgo e em algum momento isso foi retirado. Conseguimos incorporar 5 pontos, uma série de outros ficaram perdidos. Infelizmente, esse ponto não chegou ao momento final. No primeiro dia existia uma versão completa que foi modificada e desidratada até a versão final. A gente ia com força onde dava para entrar: na produção docente e fortalecer questão salarial. Isso foi uma contribuição direta nossa. Eu acho que outros Estados não tencionaram essa questão [...]." (MODÉ);
>
> b) "A Confintea VII foi realizada em Marrocos. Marrocos não vai abrir uma discussão sobre esse assunto nunca, mas no processo preparatório para Confintea VI lembro de um membro do ICAE, um norte americano, que sempre colocava a pauta LGBTQIAPN+, mas chega a um certo nível não avança: é quase impossível. Certos

> governos se recusam a discutir certas questões. Em 2009, na elaboração do Marco de Ação de Belém havia uma discussão sobre educação em prisões que não avançou. A ideia é que a educação em prisões deveria ser ofertada em todos os níveis, dentro do contexto prisional. Os norte-americanos não deixaram passar de jeito nenhum. Consta, mas de uma forma mais diluída. Pode incluir, mas incluir de tal forma que fica uma coisa simbólica. Não vai ter peso, mas é uma referência e é importante por isso. Vai ter pouco impacto. Não teve apoio dos governos. Houve uma abertura maior, mas é muito difícil os países discutirem essa questão de gênero." (IRELAND) e

> c) "**A Confintea é no berço da Europa**. A sede da área de jovens e adultos é em Hamburgo, esses dois elementos já sinalizam que esse Órgão não se abre ao tema da população LGBTQIAPN+, ou seja, se quer reconhece esses temas como temas pertinentes. É tanta coisa absurda no cenário, que a gente achou que não ia ver mais e a gente viu. A gente tem que entender que o movimento da história, e o bom e velho Marx dizia isso que a história não pára. Não dá para achar que as batalhas foram ganhas e a luta acabou. Vejo que os próprios documentos brasileiros precisam enfrentar um pouco mais essa questão na pauta da Educação, embora tenhamos tido alguma conquista, mas veja esse retrocesso que nós vivemos nesses últimos seis anos." (MACHADO)

Como pontua Machado, "A Confintea é no berço da Europa"; que tal situação impede que certos temas avancem, ainda assim precisamos nos fortalecer como bloco, nós América Latina junto com África precisamos envidar esforços para tornar aquele espaço mais democrático. Nossos próprios documentos precisam enfrentar mais essa questão de gênero no âmbito da educação, a questão da educação nas prisões então na terceira gestão Lula é o momento de avançarmos. A Confintea é espaço que, ainda com estagnações, tem grande importância para promover direcionamentos em relação à política da EJA no mundo. É importante frisar que em seu preâmbulo, o Marco de Ação de Marraquexe defende os direitos humanos, o que neste caso é extremamente positivo para que a Confintea continue sendo espaço de consolidação dos mesmos

> a) "Algo que valorizamos muito foi o preâmbulo (do Marco de Ação de Marraquexe), pois é baseado em documentos de direitos humanos, ou seja, está trabalhando os direitos humanos em sua integralidade e possibilidade[...]" (MODÉ)

Nessa direção, nos remetemos a Bourdieu (2002) quando afirma que é preciso observarmos os polos opostos buscando identificar o positivo no negativo e o negativo no positivo.

O quarto tema que precisávamos abordar na pesquisa foi crise da pandemia da Covid-19, que assolou o mundo, a partir de março de 2020 e causou a morte de milhões de pessoas. Assim, como a pandemia afetou a educação e especificamente a EJA, a EJA-EPT, em como a realidade digital atravessou a esse terrível período e que legado deixou para a EJA. A seguir

relatos referentes os atravessamentos causados pela Covid-19 na EJA e na EJA-EPT

a) “Houve um fenômeno complicado e interessante de se observar que passamos abruptamente a essa dinâmica digital. **Uma boa parcela ficou de fora e a cooperação internacional, as agências internacionais fizeram um esforço em sistemas educativos, mas a EJA ficou de fora das políticas de reparação digital**. **Os esforços foram todos direcionados para crianças e adolescentes, ainda que necessários**. Você não inclui a EJA, nem diagnósticos precisos, e se tem, qual foi o impacto da educação digital na EJA? Qual impacto na escolarização obrigatória para crianças e adolescentes? Você tem estratégia de retorno? Na EJA a gente não tem. São sinais da pouca importância estratégica, do pouco reconhecimento que se dá a ela na política educativa e na pandemia essa situação fica escancarada: desigualdade muito latente. Você tem muito poucas pesquisas, pesquisas muito pontuais que mostraram a evasão sistêmica em EJA e que não houve esforço para reforço. Agora a gente usa mais ênfase em trazer as pessoas de volta. No virtual você teve uma tentativa muito básica com *Whatsapp*, celular, mas teve algum processo de manutenção de vínculo, sempre muito dependente da iniciativa dos docentes que seguiram a onda. Também teremos uma diferença maior entre jovens e adultos, sobretudo os idosos, mas ainda não temos pesquisas e investimentos do não retorno dos demais níveis de ensino, mostrando a desimportância para com a EJA. É perceptível a evasão em dados exploratórios realizados por profissionais que estão em lugares privilegiados, mas não conseguimos ver políticas públicas de respostas. Numa retomada de políticas de EJA esse é um aspecto central: trabalhar com alianças de processos de inclusão, direitos digitais, mas sabendo que isso não é um processo de substituição. Como isso pode se incorporar em processo de EJA?” (MODÉ)

b) “A gente conseguiu fazer discussões na pandemia que talvez hoje a gente não consiga fazer no formato presencial porque as pessoas não estão muito disponíveis. Temos a pretensão de organizar um curso de educação a distância. Temos também a pretensão de no ano que vem reiniciar esse ciclo de formação presencial. Acreditamos muito nesse processo de formação permanente. Aliás, a gente ganhou muita gente: discutiu o conceito de EJA-EPT, currículo, material didático, metodologias durante a pandemia. Trouxemos profissionais de vários lugares do Brasil, referências na EJA e na EP: Margarida Machado, Mad´Ana, Marise Ramos, Rummert, o CEDERJ para falar de material didático na EJA, Simone Valdeti, Jane Paiva... a gente fazia os grupos de discussão. Temos tudo isso gravado. Outra coisa que temos feito com muita dedicação é transformar nossos alunos de EJA em pesquisadores, então tem crescido o número de projetos dentro da EJA com financiamento e bolsa. No *Campus* Duque de Caxias, a gente faz isso com muita responsabilidade. Achamos importante porque acreditamos no tripé ensino, pesquisa, extensão.”(PAIXÃO);

c) “A gente criou algumas estratégias diante do quadro muito severo, que muitos alunos não tinham acesso à informática. O edital conectividade permitiu inscrever muita gente e isso garantiu que a gente tivesse sobrevida no curso. O nosso medo era que as pessoas desistissem. Tivemos desistência, mas tivemos um nível muito grande de pessoas que permaneceram, pois adaptamos o currículo e as atividades. Depois da pandemia a gente enfrenta também o avanço da precarização do trabalho. Muitos alunos nossos ficaram muito tempo desempregados. Quando eles voltam para o trabalho eles voltam com uma carga horária muito pior, exaustiva, muito mais para ganhar muito menos e isso faz com que alunos nossos não consigam enfrentar com regularidade. O mundo do trabalho está muito precarizado, não só por causa da pandemia, mas por causa da legislação trabalhista que foi alterada. Outra dificuldade é as pessoas retornarem para uma certa formalidade da escola, do rito escolar, o

> presencial não tem mais o mesmo lugar: é como se fosse mais uma forma de voltar à escola. Até mesmo quando não existe o problema do trabalho, alguns alunos têm enfrentado dificuldade de conseguir ficar na escola e de sentir que aquele espaço é realmente de valor. O desafio é no campo dessa formalidade, dos sentidos, do que essa escola pode oferecer ainda. O fato é que a vida mudou, nós mudamos, mas a escola continua mantendo ritos que talvez não façam mais sentido para as pessoas. Acho que temos tido sim uma dificuldade grande de retomar essa regularidade da escola, de repensar a forma como a escola deve se organizar, tanto em relação a currículo, a organização do trabalho pedagógico, do que a gente valoriza, do tipo de conhecimento que a gente oferece. Acho que tivemos um impacto sobre isso. Percebo que as pessoas estão mais violentas. Acho que há uma intolerância muito grande, de se por no lugar do outro, principalmente os mais jovens estão com uma dificuldade de lidar com limites. O que me parece é que eles têm um *gap* emocional muito grande em relação ao corpo do outro, em relação ao que pode falar, ao que pode defender e, no caso da EJA, já tem uma brutalidade da vida que tem se ressaltado." (PAIXÃO);
>
> d) "Foram tempos bem difíceis. Tivemos vários desafios, principalmente a turma de 2020 e 2021 foram muito impactadas. As aulas *online* descaracterizaram o nosso formato de curso que é baseado em trocas, com a máquina o debate é outro: muitos não falam, muitos fecham a câmera, muitos estão fazendo outra coisa, mas ficam *online*. Essa é essência do curso que a gente tenta ficar mais próximo do que a gente entende como EJA." (CORENZA) e
>
> e) "Foi um período muito curto [que esteve na Coordenação Geral de EJA do IFRJ durante a pandemia. Esteve até 2021]. Foi muito difícil, pois como eu falei o estudante da EJA é o mais vulnerável socialmente. Então ele era o que menos tinha acesso (ao meio digital). Tínhamos muitos estudantes que não tinham acesso a dados, a TIs porque a instituição passou optar a trabalhar com essa forma não presencial. Muitos estudantes não tinham nem conexão, então eram realizadas muitas formas de enviar material para fazerem e retornarem. Em toda essa questão da conectividade a instituição atuou. Para a EJA é muito mais intenso do que para os alunos ditos "regulares". Também estávamos passando por uma fase que tínhamos um governo que jogava contra o tempo inteiro, muita evasão. Retenção não digo tanto porque os professores fizeram o que puderam. Agora que a gente está se recuperando aos poucos. Vimos como engessado é o nosso currículo; que a gente não consegue sair da "caixinha"." (ALMENARA)

Modé pontua que esforços dos governos foram direcionados mais para crianças e adolescentes; que a EJA não teve estratégias de retorno teve pouco reconhecimento. Costa fala da dificuldade de adaptação de estudantes da EJA ao âmbito digital. Paixão explica como os profissionais se organizaram com os estudantes, como as pessoas e estudantes tiveram uma mudança emocional voltada mais para a brutalidade e a violência após o período pandêmico, bem como foi período rico para discussões sobre a EJA. Almenara fala também da dificuldade de acesso ao âmbito digital por falta de recurso dos estudantes, a alta evasão e esforços dos docentes naquele período.

O próximo tema é direitos humanos, direito à educação à EJA, à EJA-EPT. Aqui MODÉ fala do direitos à educação dos diversos públicos da EJA e também da correlação do MPC com o retorno financeiro que esses sujeitos trariam a este modo de produção

> a) “Muitas vezes você está falando de jovens, pessoas idosas, de faixa etária intermediária, então se você for radicalizar: Uma pessoa idosa no fim da vida não tem o direito de estudar pago pelo Estado porque não vai dar o retorno depois? Isso não está dito de maneira explícita. É uma visão utilitária. Aí você desmascara uma perversidade, uma falência moral que a gente vive; que todo defensor de direitos humanos vai contra isso. A primeira relatora dos direitos humanos da ONU falou muito lindamente sobre esse aspecto: sobre o retorno econômico e o investimento público. Ela usava o exemplo de uma pessoa com deficiência crônica: se essa pessoa não vai produzir nada de fato e ela custa até mais que um aluno regular de fato, com equipamentos de apoio, o Estado vai ter que investir até mais que no estudante regular. Assim tem que ser, porque o seu ponto de partida é direitos humanos. Qual sua visão de mundo? Porque a pessoa coloca o direito humano na primeira linha e na terceira ela está falando de capital humano, mas não pode estar só no preâmbulo da política pública tem que nortear sua visão. Se nortear sua visão, o fato de você necessitar de mais recurso público para garantir educação aquela pessoa, independente da necessidade, e mais ainda, independente do retorno, é isso que está em jogo no limite.” (MODÉ)

O(A) Entrevistado(a) MEC faz uma análise sobre o acesso à EJA, à EJA-EPT como direito, sobre as resistências dentro das instituições por parte de alguns docentes em atender ao público da EJA e sobre a necessidade de luta por parte dos alunos para garantirem seu direito à educação

> a) “[...] Sou pesquisador (a) e eu não posso dar aula para a EJA? Pelo contrário, o pesquisador tem que se capaz de dar aula para EJA, pois é o mais desafiador: é como se dar aula para bacharelado e pós graduação fosse menos trabalhoso. A lógica do Brasil é: vou colocar um voluntário para dar aula para esse trabalhador. Quando o Proeja entra nos institutos ele muda aquela natureza voluntariosa de programa e de alfabetização. Aquela lógica de alfabetização que o Brasil tem. Ele vai dizer assim: “Seu professor, seu doutor: ele tem que estar aqui”. Teve caso de professor que não queria dar aula para EJA. A sociedade já nega esse direito. Infelizmente essa é uma luta que a gente tem que fazer dentro dos institutos, em relação à formação e a uma sensibilização muito grande. Hoje talvez a gente tenha mais aliados do que inimigos, mas temos muitos inimigos ainda. Isso corta o coração da gente porque eu fiz um doutorado numa universidade pública, financiado por recursos do trabalhador; que nunca vai entrar na universidade. Essa consciência de classe, infelizmente, os doutorados não dão e quando esse profissional volta, não quer dar aula. É uma luta. É também necessária uma sensibilização dos alunos para compreenderem esses direitos e entrarem contra esses professores para garantirem seus direitos.” (ENTREVISTADO(A) MEC)

O posicionamento do(a) Técnico(a) do MEC encontra sintonia no seguinte trecho do Parecer CNE/CEB n.º 11/2000

> Com maior razão, pode-se dizer que o preparo de um docente voltado para a EJA deve incluir, além das exigências formativas para todo e qualquer professor, aquelas relativas à complexidade diferencial desta modalidade de ensino. Assim esse profissional do magistério deve estar preparado para interagir empaticamente com esta parcela de estudantes e de estabelecer o exercício do diálogo. Jamais um

> professor aligeirado ou motivado apenas pela boa vontade ou por um voluntariado idealista e sim um docente que se nutra do geral e também das especificidades que a habilitação como formação sistemática requer.(CNE/CEB, 2000, p. 56)

Os dois últimos trechos estão em consonância também com o encontrado na pesquisa realizada por Oliveira(2018), quando em entrevistas com docentes, discentes e gestores do curso de Manutenção e Suporte em Informática Integrado ao Ensino Médio do Proeja, no *Campus* Rio de Janeiro do IFRJ foram identificadas nas entrevistas situações de professores que não queriam dar aula para a EJA. Nesse sentido, a efetivação de uma política nacional de EJA, a formação docente em EJA são caminhos para alterar essa realidade.

Graciano faz uma retrospectiva histórica da educação nas prisões e como essa estrutura estava e está articulada. Afirma que apesar da Secad ter sido extinta no governo Bolsonaro, a estrutura que exista continuou existindo e agora com a retomada da Secadi a estrutura continuará a se consolidar, a fim de garantir o direito à EJA no âmbito prisional.

Fui estagiário durante 2 anos, na penitenciária feminina Talavera Bruce, Complexo prisional de Bangu, zona oeste da cidade do Rio de Janeiro-RJ, enquanto estudante de graduação em Serviço Social na UERJ. Lá pude observar a importância do trabalho, da educação e da assistência social na relação diária com as mulheres privadas de liberdade. Para além do quantitativo de dias de pena reduzido para quem trabalha (o que é difícil, pois eram poucas vagas) e para quem estuda, o papel da educação prisional naquele ambiente precário era uma porta que se abria para o futuro pós prisional. Percebi que precisava, à época, de um esforço maior do Estado para que mais pessoas aprisionadas acessem a educação nas prisões. Nesse sentido, a EJA/EJA-EPT precisa ser mais presente no ambiente prisional. Para tanto, não bastaria apenas convencimento, mas investimento estrutural, de pessoal, o que também era precário à época. A Secadi, que conta com a Professora Mariângela Graciano, pesquisadora da área prisional tem papel fundamental nessa frente. A RFEPCT em sua totalidade, em cooperação com estados e municípios pode contribuir fortemente nessa frente.A educação prisional, eivada de preconceitos e temores por grande parte da sociedade, deve ser olhada justamente de forma contrária, ou seja, como ação fundamental numa perspectiva transformadora, humanizadora das pessoas aprisionadas.

Ainda, Graciano relata em outro trecho, do direito à educação às pessoas do grupo LGBTQIAPN+ e traz um exemplo de uma política pública especifica para população trans na cidade de São Paulo, criada na gestão do então prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, neste momento Ministro da Fazenda na terceira gestão Lula

a) “Em 2012 o Ministério da Justiça induziu os estados a apresentarem o Plano Nacional de Educação nas prisões. Alguns estados avançaram mais e outros menos, pois houve muita resistência e em alguns estados a sociedade civil teve que assumir. A gente vinha caminhando e aí tivemos um período, do ponto de vista oficial, em que o governo federal se retirou da pauta nesses últimos anos. Isso aconteceu oficialmente. O Ministério da Educação saiu da pauta totalmente com a SECAD sendo extinta, mas o Ministério da Justiça, através do antigo DEPEN; que agora é Secretaria Nacional de Políticas Penais tem um grupo de funcionários comprometidos que tocou a pauta. Isso é muito interessante, pois indica para a gente que o esforço anterior da afirmação dos direitos teve um papel de convencimento. Nos encontros que aconteceram de 2005 a 2010 havia esse estranhamento da Segurança com a Educação, mas a gente percebe que isso virou um valor e tocaram a pauta. Eles seguiram adiante. Eles têm nos estados o que eles chamam de pontos focais; que são pessoas das Secretarias de Segurança, da Administração Penitenciária e das Secretarias Estaduais de Educação, da Secretaria Nacional de Políticas Penais que ficam com esse papel de estimular para que as coisas aconteçam ali na ponta. Evidentemente sem recursos e fazendo as coisas assim por dever de ofício. Isso eu acho muito interessante. A estrutura não foi desmontada, tanto que agora com a retomada da Secadi a gente já entra na Coordenação de Educação de Jovens e Adultos considerando esse tema; que tinha nascido na Secad e sido extinto(a educação nas prisões), uma área prioritária porque reconhecemos que são pessoas jovens e adultas com baixa escolaridade e sujeitos de direitos. Então é a gente pegar o **Parecer CNE/CEB n.º 11/2000 e ver quais são as funções da EJA: reparar direitos, equalizar as condições de acesso e qualificar as pessoas para viverem de forma autônoma**. É assim que a gente pensa a população carcerária. Assim que Secadi foi reconstruída, a Secretaria Nacional de Políticas Penais já procurou a Secadi. Temos vários desafios: um deles é estimular e apoiar essa relação entre a área da educação com a administração penitenciária nos estados, sobretudo nos municípios lembrando que o governo federal não executa ação, o que a gente faz é estimular, apoiar e induzir, então temos isso de um lado e do outro lado dialogando com o Plano Nacional de Educação: tudo que está previsto para a EJA do lado de fora, tem que estar previsto do lado de dentro também, então nesse caso a **EJA integrada à EPT é um desafio**. **Estimular cada vez mais os IFs a pensarem esses arranjos institucionais que são desafiadores, porque você tem a unidade prisional, o Instituto Federal e no caso de Proeja, você tem as secretarias municipais** de educação, mas que a gente já sabe que tem grande potencialidade.” (GRACIANO, grifos nossos);

b) “Em relação à população LGBTQIAPN+ a gente sabe que, muito recentemente, esse grupo tem sido considerado como sujeito de direitos, bem como observado o aumento de pesquisa sobre o tema. Esse reconhecimento de que a população LGBTQIAPN+; que foi expulsa da escola por conta do preconceito é muito recente. A gente tem experiências em São Paulo de políticas públicas quando Fernando Haddad foi prefeito, o Projeto Transcidadania[88], que dialogava diretamente com a EJA: tinha uma bolsa, tinha um estímulo ao trabalho com vários órgãos da administração pública que contratavam e tinham umas escolas: os CIEJAs – Centros Integrados de Educação de Jovens e Adultos. Havia um CIEJA que ficou como referência para essa população estudar, no bairro do Cambuci. Essas pessoas têm que ter lugar na EJA. Então nós da SECADI, a professora Zara Figueiredo, Secretária da SECADI, sempre diz isso: nós somos aqui o lugar de dar mais para

[88] O programa da Prefeitura de São Paulo é destinado a oferecer melhores condições e oportunidades de vida para travestis e transexuais em situação de vulnerabilidade social, oferecendo oportunidade de estudo e formação profissional. As participantes recebem uma bolsa para frequentar as aulas.[SME-SP, 2016)

> quem tem menos e a gente sabe que a população LGBTQIAPN+, em especial a população trans, tem menos, muito menos, inclusive de expectativa de vida, então é um dos nossos públicos. Ainda, nesse momento nós não temos uma ação específica, o que nós temos é um estímulo a todas as ações que temos desenvolvido, por exemplo, o PEJA, que estimula novas matrículas e já atende 1820 municípios. Um dos grande desafios para a EJA, e tem um artigo do professor Timothy Ireland de 2012 que traz uma reflexão sobre as ações da SECADI: buscar políticas intersetoriais porque o público da EJA é altamente vulnerabilizado e a educação sozinha não vai dar conta de todas as políticas setoriais e qualificar a oferta. Ele diz isso e várias pesquisas que indicam a ausência de formação específica na EJA, o que faz com que grande parte de educadores de EJA, nos anos iniciais do Ensino Fundamental uma tendência à infantilização total. Nos anos finais e no Ensino Médio, uma aproximação muito tensa com uma forma de organizar a escola que não leva em conta a diversidade do público. Uma das ações previstas é constituir um Plano Nacional de Educadores e Educadoras e um dos eixos fundamentais é a gente trabalhar intensamente a diversidade do público da EJA buscando dar visibilidade para todas as pessoas. De um lado a experiência do Transcidadania mostra para nós como é importante o contato e a informação. Nós temos vídeos de professores dizendo o quando eles aprenderam sobre questões de gênero, da história da humanidade. Por outro lado, temos relatos de situações tristes e complicadas de como, muitas vezes, essas pessoas são discriminadas na EJA, então aí temos o campo da formação, do diálogo e do reconhecimento da humanidade; de que todos os somos humanos e, portanto, sujeito de direitos[...]”(GRACIANO) e

> c) “[...]temos unidades prisionais em que a presença da população trans é importante. É interessante que professoras da rede estadual estranharam, por exemplo, fazer a chamada respeitando o nome social. É uma deliberação normativa. Lá fora não faziam e dentro do sistema prisional agentes de segurança faziam e diziam que se não fizessem teriam problemas de segurança, pois as pessoas se revoltam. Em função disso, as escolas perceberam que a professora desse caso tinha razões religiosas e não aceitava falar o nome social e a escola chamou para si a responsabilidade de fazer a formação. Até onde a gente pode realmente ir com nossas crenças e deixar que elas interfiram em nossa prática pedagógica?” (GRACIANO)

Nunes ressalta a necessidade de se trabalhar pautas como diversidade, questão racial, diferenças regionais, educação especial, alunos surdos nos currículos. Afirma que vivemos um retrocesso nessas pautas nos últimos seis anos; que estivemos às voltas com a censura e cita o exemplo do movimento escola sem partido. Foi pontuada também a precarização da formação docentes para EJA

> a) “Essa pauta da diversidade é a razão da existência da SECADI e de todo modo a Diretoria de EJA é aquela em que mais essa questão se coloca porque nós atendemos jovens adultos e idosos em diferentes níveis de escolarização, em diferentes momentos. É um grande desafio trabalhar com a pauta LGBTQIAPN+ e nós temos pensado em dialogar a política com todas as outras diretorias que tratam dessa diversidade: a questão racial, quilombolas, diferenças geográficas no campo e na cidade, os alunos da educação especial, os surdos; que têm uma diretoria específica, a Coordenação de Direitos Humanos. Acho que o desafio é formular, implementar políticas com financiamento que dêem conta de mexer na cultura, na estrutura escolar para colher essa diversidade toda. Eu considero que é difícil na EJA, quanto é difícil na educação básica regular. A gente vive às voltas com questões de censura.

> Nós tivemos no Brasil o Movimento Escola sem Partido que agravou a situação do currículo na escola, na medida em que tentou interditar o debate, a própria profissão docente, no intuito de controlar os discursos para tratar dessas questões. A gente está tentando sair de um momento que foi muito desfavorável para todas essas pautas, não apenas no Brasil, mas no mundo inteiro. Existem casos de estudantes, professores perseguidos por tentarem trabalhar essas questões ligadas à diversidade. A gente sabe que os professores que trabalham na EJA acabam assumindo, em sua maioria, a EJA como um "bico", como uma complementação de carga horária. Já são alijados de formações robustas, que possibilitem que eles compreendam o contexto sociocultural que a gente vive. É um desafio que tem que ser tratado e encarado permanentemente ao logo dos anos. Eu não saberia dizer se a gente avançou. Na minha visão, nos últimos 6 anos nós tivemos um grande retrocesso nessas pautas."(NUNES)

Costa também ressalta a necessidade de continuidade de pauta, em relação a direitos da população LGBTQIAPN+. Assim, como Bobbio (2004) lembra também que vivemos na conjuntura capitalista e que precisamos o tempo todo proteger direitos

> a) "Assassinato em série desse público. Temos muito que caminhar. Nós tivemos 6 anos de retrocesso. Esse público viveu a resistência, ainda assim posso dizer que em 2008 lembro de uma discussão que estava na escola que eu estava pesquisando: era a colocação do nome social no diário e tinha conflito: professores que compreendiam ou não. Diretores que compreendiam ou não. Você via perfeitamente as escolas que tinham essa percepção de como o sujeitos eram tratados na escola e a escola que não conseguiam perceber os deixavam à margem. Faziam de conta que a situação não acontecia. Essa é uma discussão muito presente, mas o que eu percebi era que estava num caminho de avanço, mas como tivemos 6 anos de silenciamento agora é a gente fazer uma retomada, embora a gente tem que reconhecer essa resistência. Em 2022, quando estivemos em Natal na CONAPE, o eixo III era o eixo da diversidade e nós da EJA fizemos valer esse direto de todos, de todas e todes. Penso que a gente não ficou parado. Vivemos na resistência e sigamos assim. Essa é a nossa pauta de defesa aqui na Secadi e por isso que estamos aqui nessa perspectiva de escuta por conta de todo esse silenciamento. Precisamos fazer aqui em nossa política: pautar essa diversidade de fato." (COSTA) e

> b) "Na questão dos direitos isso é muito claro até porque a gente vive numa conjuntura global que é de fato um sistema capitalista nefasto. Ele não destrói só a natureza, ele destrói inclusive a própria existência humana. A gente está numa batalha que implica uma disputa contínua por direitos que precisa o tempo todo ser retomada." (COSTA)

O que foi trazido nos relatos anteriores encontra consonância em Oliveira (2018), a partir de entrevista realizada pelo pesquisador com um discente do grupo LGBTQIAPN+. Em seu relato o estudante afirmou que fora ameaçado em um curso de EJA-EPT, no *Campus* Rio de Janeiro do IFRJ. Um caso pontual, mas que expressa também a realidade como um todo. Num sentido contrário, o IFRJ, a partir do Núcleo de Gênero e Diversidade – NUGED tem atuado no sentido de fortalecer o acesso, permanência e sucesso escolar desse grupo na instituição.

O próximo tema é “governo”. Iniciamos com o relato do(a) Técnico(a) MEC, que conta sua experiência laboral no MEC e de sua percepção ante a uma mudança de compromisso da gestão da presidente Dilma Rousseff , em relação à gestão do mandato do presidente Lula

> a) “Em 2012, quando retornei à Setec após o mestrado, o grupo anterior que tinha compromisso com uma EJA emancipadora havia mudado. O novo grupo tinha também o compromisso de inclusão, porém numa linha mercadológica. Era uma inclusão que poderia ser uma inclusão para o mercado. Esse é um detalhe simples, mas é um detalhe importante porque se muda o contexto da inclusão dentro da própria SETEC, ou seja, de um entendimento de uma inclusão com uma transformação no mundo para uma inclusão de conformação com o mundo. Era um governo progressista, mas tinha essa visão. O Pronatec teve um alto repasse de recursos para a instituições públicas e para o Sistema S[89] também, mais para uma linha de atendimento às demandas do mercado,ou seja, não interessava se a EJA era integrada à Educação Básica, tanto que houve um alto fomento de cursos FIC; que eram cursos de qualificação profissional rápidos sem vinculação à Educação Básica.”(ENTREVISTADO(A) MEC)

Esse relato é um alerta: quando um governo progressista muda para uma postura que visa atender ao mercado, foge de seu compromisso com uma educação integral e crítica.

Ireland faz uma reflexão sobre o governo Lula e sobre governo Bolsonaro, em termos de estrutura organizacional, investimentos, protagonismos dos atores da EJA e relações internacionais

> a)”Há várias formas de avaliar (o governo Lula), mas duas são mais evidentes: quando você olha para o organograma do MEC e onde os temas se situam. Quando eu estava na Secad, a EJA era uma Diretoria. No governo de Bolsonaro terminou sendo uma Coordenação com 3 pessoas e essas pessoas tinham outras atividades: não cuidavam só de EJA. Outro ponto é orçamento. O governo anterior tinha uma proposta de política nacional de alfabetização; que era principalmente a alfabetização de crianças e tangencialmente se falou de alfabetização de adultos. Depois o documento das diretrizes (I)noperacionais e o Programa Brasil alfabetizado. Nos últimos meses o Bolsonaro publicou um decreto. O Brasil alfabetizado não tinha dinheiro, mas nunca foi extinto. Esse decreto dizia que dava continuidade, mas recurso que era bom nada. Era mais um jogo eleitoral. É muito difícil olhar e ver, não só nos últimos 4 anos, mas nos últimos 6 anos o que foi feito

[89] Termo que define o conjunto de organizações das entidades corporativas voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica, que além de terem seu nome iniciado com a letra S, têm raízes comuns e características organizacionais similares. Fazem parte do sistema S: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Serviço Social do Comércio (Sesc); Serviço Social da Indústria (Sesi); e Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac). Existem ainda os seguintes: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop); e Serviço Social de Transporte (Sest). (SENADO, 2023)

> de positivo, de construtivo para a EJA. Só destruíram a Secad completamente, demonizaram Paulo Freire, mas não colocaram nada no lugar. Foi um período muito cruel. A EJA sobreviveu em parte porque tem uma boa militância, porque não depende somente de recurso federal, pois com o FUNDEB os estados e municípios vão tocando e o FUNDEB garante o básico para o Ensino Fundamental e Ensino Médio. Vai demorar bastante para recuperar isso. Mais outra dimensão: o governo também demonizou organismos internacionais. Detestava Unesco, PNUD, todos. O único que ele usaram era a Organização dos Estados Americanos[OEA], pois colocaram alguém da linha deles e a utilizaram para seus propósitos. A falta de Brasil nesses campos era visível. Na Confintea, o Brasil participou nominalmente: enviou 3 pessoas para Marraquexe, mas o governo não envolveu o país em discussões sobre a pauta de EJA." (IRELAND)

O trecho anterior ratifica a mudança de direção da terceira gestão Lula em relação aos governos que tivemos desde o *Impeachment* da presidenta Dilma Rousseff em 2016. A estrutura da Secad fora destruída e da EJA praticamente acabada no governo Bolsonaro. A reestruturação da Secadi no MEC mostra que felizmente a EJA está caminhando em sentido contrário em relação ao governo anterior. Ireland citou questão da importância do Fundeb nesse tempos obscuros, de sucateamento. Nessa direção, vale ressaltar que o novo governo Lula revogou portaria do governo Bolsonaro referente a recursos para o FUNDEB 2023 e aumentou tais recursos para o ano de 2023, o que mais uma vez demonstra o compromisso da nova gestão Lula com a educação. Em relação à atuação do governo no cenário internacional e à proposta curricular para EJA, Ireland traz

> a) "Espero que o novo governo retome os contatos internacionais. As ambições brasileiras são bastante fortes e saudáveis, principalmente com América Latina e com a África. Em relação à EJA espero que evite somente tentar retomar projetos que deram certo antes, mas precisa enfrentar a questão curricular. Tem que ter uma proposta que é autônoma, que diz respeito aos jovens e adultos que são trabalhadores; que não pode ser só um reflexo do ensino regular, mas pensar a partir dos educandos[...]" (IRELAND)

O próximo tema "Indicadores e Observatório de EJA" traz ao debate os dados da EJA disponibilizados pelos países e no Brasil, pelos estados e municípios. Essa questão foi inserida na pauta das entrevistas, a partir dos dados divulgados pelo INEP em 2023, mostrando que tínhamos 9,5 milhões de analfabetos no Brasil e 70 milhões de pessoas que não concluíram a Educação Básica. Ainda, outra situação que nos chamou atenção foi que no Marco de Ação de Marraquexe que a EJA carece de indicadores fiáveis, o que impactaria nas políticas para as demandas reais. Nós temos instituições confiáveis tais como, INEP, IPEA, IBGE, por exemplo. Temos a Plataforma Nilo Peçanha trazendo dados de toda REFPCT. Nesse sentido, trazemos os seguintes trechos

> a) “Nós temos muitos dados, sobretudo de acesso, da matrícula, temos sim e isso é um valor, um ganho, mas o que a gente precisa é conhecer qual o formato que a EJA assume, quais as possibilidades? É muito importante porque isso orienta a política púbica. A gente tem que conhecer essas experiências porque apontam caminhos e conhecer dá visibilidade. As redes de ensino, às vezes precisam de um apoio técnico. Nem toda rede de ensino vai ter constituída uma equipe da EJA que terá acesso a essas informações**: é papel do governo federal apoiar e estimular e do outro lado a gente não tem o registro da demanda qualificada**. Quem são, onde estão e o que elas querem? Se não corremos o risco de novo de encaixotar a EJA. Sabemos que grande parte dessas pessoas tem anseios de capacitação, mas muitas querem fazer uso da leitura e da escrita e não necessariamente ser inserida no mercado: conhecê-las orienta política pública. Isso será um aporte importante. A gente está fazendo esse desenho. **Na Secadi tem uma coordenação específica de monitoramente e a ideia e de que toda ação que a gente faça esteja baseada em dados robustos para construirmos indicadores de monitoramento. Precisamos dessas informações para dizer que nossas ações estão vinculadas e o nosso compromisso é que daqui 4 anos a gente possa ter respostas e respostas qualificadas**.” (GRACIANO) e

> b) “Foram feitos investimentos importantes no MEC e no INEP para que alcançássemos uma excelência em captura de dados. A gente não precisa pegar com ninguém, mas precisamos remontar o Estado, porque esses dados deixaram de ter transparência, a partir do golpe de 2016. O que a gente vinha construindo de tudo ser publicizado parou com o golpe. **O esforço de tirar o nome supletivo do questionário do censo do INEP, depois o esforço de fazer o INEP entender que tem EJA, mas tem a EJA integrada à EPT,porque não tem um jeito só de fazer EJA...** E não vai ter mesmo não. **Esse tipo de conquista que fomos alcançando me dão a impressão que os nossos institutos estão funcionado: IPEA, que traz toda um reflexão sobre base econômica, condição do trabalhador que é tão importante para nós com dados sistematizados; contar com o IBGE; com o filtro que o IPEA faz e contar com o trabalho do INEP é suficiente para estarmos munidos**. Mesmo assim, entendo que nós temos que retomar, nos universidades federais, Institutos federais e pesquisadores: nós **temos que ter o acesso aos dados: que não seja só lido por especialistas**. Eu não tenho um computador que leia os microdados do Censo. Eu não sou especialista em SPSS[Statistical Package for Social Science for Windows é um software que trabalha com dados estatísticos, gera relatórios e é muito usado em ambientes acadêmicos e institucionais]. Nós fizemos um esforço: pesquisadores de várias universidades, o governo federal liberou um recurso para UFPR e criamos uma **ferramenta “Laboratório de Dados Educacionais” para tentar filtrar essas informações e para os pesquisadores da área da educação receberem tabelas e a partir delas criarem gráficos. Muito importante o que conquistamos, mas esse projeto está sendo abandonado pelo MEC e agora vamos ver se recupera** nesse novo governo.” (MACHADO)

Graciano comunga com Costa quando afirma que temos dados confiáveis, mas acrescenta que precisamos muitas vezes de apoio técnico para esse processo por parte do governo federal e lembra que a Secadi tem uma coordenação de monitoramento (Coordenadoria-geral de Avaliação, Monitoramento e fortalecimento da Política de Diversidade da Secadi).

No âmbito internacional Machado lembra do caráter de monitoramento da

ONU/Unesco em relação aos investimentos na EJA pelos Estados-Membros e que a discussão de indicadores em âmbito internacional é resultado do que apresentamos, da estrutura de dados que temos e foi apresentada na Confintea VI

> a) "A Confintea, desde a sua primeira edição em 1949, após a Segunda Guerra Mundial, **tem um caráter meio que de monitoramento** dos estados membros que fazem esse pacto dentro da ONU, coordenada pela Unesco sobre o que vai se investir na EJA. Eu diria que e estrutura internacional de cobrança, vigilância tem várias intencionalidades. O Brasil entra com mais participação na Confintea VI; que é quando o próprio Ministério da Educação, em 1996, mobiliza os estados, municípios, as ONGs, os sindicatos para dizer como é que estava a EJA do país: **é daí que nascem os fóruns de EJA.** Depois dessa mobilização, quando a gente se viu todo mundo junto, a gente percebeu que não podia mais largar a mão de ninguém: à época nem tinha esse lema, mas percebemos que um caminho seria a gente ter um movimento como os fóruns de EJA em nível nacional para continuar pautando a necessidade da política pública para educação de trabalhadores. Eu acho que a ideia que sai de uma conferência dessa agora de 2022, que destaca a necessidade de indicadores da EJA em todos os países, acaba sendo também um reflexo muito daquilo do que foi feito no Brasil em Belém, **porque quando a gente traz a Confintea VI para o sul global**, a primeira no hemisfério sul, a gente acaba revelando ao mundo uma estrutura de dados educacionais sobre EJA que muitos países não têm." (MACHADO)

O Marco de Ação de Marraquexe em seus itens 33, 45 traz: "[...] reiteramos a necessidade de informações confiáveis, válidas, transparentes e acessíveis"(MARCO DE AÇÃO DE MARRAQUEXE, 2022) . Ireland critica esta desqualificação da EJA em relação a dados e explica aí uma contradição: se por um lado queremos um conceito amplo de EJA, por outro essa amplitude desfavorece a geração de indicadores, ou seja, explica que tal desqualificação pode se dar pelo fato da EJA ter um conceito polissêmico, não que não deva ser assim. Relata uma série ações, a partir da criação de um observatório da EJA que contribuíram para gerar esses indicadores, mas que as mesmas não prosperaram. Ainda assim, Ireland reafirma a necessidade da criação de um observatório de EJA:

> a) "Sempre se desqualifica a EJA porque não tem dados. Fernando Henrique Cardoso vetou a inclusão de EJA no Fundeb alegando a inexistência de dados. Em certo ponto é verdade. Para mim é uma questão muito mais ampla do que parece: de um lado, o conceito de EJA é muito polissêmico e nós queremos que seja. Não podemos nunca reduzir EJA à escolarização e, no caso o Proeja inclui também a formação para o trabalho. Há também uma questão intersetorial, no fundo a gente cava nosso próprio buraco e cai dentro, porque a gente quer um conceito muito amplo e depois a gente quer que tenham indicadores possíveis de gerar dados. Quando eu estava na Unesco, em 2011 decidimos organizar com a Unesco e o MEC um seminário internacional sobre indicadores e convidamos pessoas do Brasil, de Hamburgo, Canadá, OREALC, Rosa Maria Torres porque a gente encomendou uma proposta para um grupo no Rio e eles produziram uma proposta de indicadores para a EJA. **A ideia era de buscar indicadores que já existiam**. O grupo produziu uma proposta que achei muito interessante, **mas a questão de indicadores, segundo a Unesco Hamburgo, não era para Unesco Brasil tocar, porque o escritório de**

> **Brasília é um 'field office'. Não deu em nada. Continuamos falando que faltam dados. O que foi proposto depois no México era a criação do observatório latino americano sobre EJA e a ideia é que seria um observatório cuja responsabilidade seria rotativa. Iria começar com o México. México iria criar a arquitetura do observatório e depois de 2 anos passaria para outro país a responsabilidade**. México fez, mas disseram que a arquitetura não era adequada. A OREALC e a Secad entraram em contato comigo aqui na Cátedra perguntando se aceitávamos coordenar o observatório e aceitamos. Enviamos uma proposta. A ideia é que seria financiado pela OREALC, Secad/MEC e com apoio de Unesco em Brasília, mas também morreu. **A gente fala em indicadores e dados, mas as iniciativas realizadas resultaram em fracasso**. Nós como Cátedra estamos colocando a importância de **ressuscitar a proposta do observatório**, **pois faltam dados para embasar e dar confiabilidade a políticas regionais e nacionais.** Espero que esse ano consigamos avançar." (IRELAND)

O Parecer CNE/CEB n.º 11/2000 trata da questão de indicadores, informando, assim como Ireland, que existe uma dificuldade de obtenção de dados da EJA; tendo em vista as especificidades da EJA, porém nossas instituições como INEP, IBGE disponibilizam dados para a adoção de políticas na área

> Indicadores estatísticos da situação da EJA não são fáceis de serem obtidos, dada a complexidade do quadro em que se inserem e devido ao envolvimento de inúmeros atores sociais e instituições que se ocupam desta área. Além disso, disparidades regionais e intraregionais, diferenças por faixas etárias ou entre zonas rurais e urbanas, sem contar as dificuldades conceituais e metodológicas, dificultam a captação e consolidação de dados referentes às ações realizadas pelas diferentes agências promotoras destas atividades. Embora haja esta complexidade, o Censo Escolar e os diagnósticos do INEP e do IBGE quanto à situação educacional de jovens e adultos, já fornecem uma contagem que permite uma visibilidade do universo a ser trabalhado.(CNE/CEB, 2000,p. 54)

O tema seguinte é "investimentos". Aqui, Costa, Nunes e Machado trouxeram informações sobre financiamento da EJA. Em relação ao Fundeb, a Secadi realizou em 2023 interlocuções com o FNDE para aumentar o fator de ponderação da EJA logrando êxito em 2024, conforme Resolução nº 4, de 30 de outubro de 2023. O fator de ponderação da EJA aumentou de 0,8% para 1%, o que foi uma vitória do novo governo.

> a) "O Fundeb é universal para todas as matrículas da EJA e a professora Zara Figueiredo [Secretária da Secadi] vem apontando, no âmbito das discussões, a necessidade de revisão do fator de ponderação de aumentar esse fator para a EJA e esse reconhecimento de um lado. O que a gente pode dizer é que existem outras formas de estímulos, o PEJA, por exemplo, foi criado em 2012. Ficou um pouco parado esses últimos anos. Lá em 2012 a intenção era verificar os municípios de maior vulnerabilidade e aportar mais recurso."(GRACIANO);

> b) "Essa é uma ilusão que passa por uma disputa política e não é só nossa. Eu

> sempre digo isso e é também de todos os movimentos que fazem a EJA; que fazem a defesa da educação. Existe uma lógica do fator de ponderação, menor que os demais, colocada no Fundeb; que é uma lógica que não atende a esse público da EJA porque nós temos uma discrepância no atendimento à modalidade de 2007 até 2019. **Nós temos um estudo do professor Jose Marcelino de Rezende que coloca isso de uma forma bem clara: desde que o Fundeb passou a incorporar a EJA que a gente vem percebendo uma queda nas matrículas. Ele de fato não atende à modalidade, porque o que o poder estadual e municipal pensa na lógica do gestor público: vou abrir uma turma para atender alguns alunos que tem um valor menor que outros?** Como vou conseguir manter isso? É claro que existe uma contrapartida de municípios e estados que poderia atender completamente. Nós também chamamos a atenção do poder público municipal e estadual, que não se coloca numa posição de compromisso com a modalidade. Isso é claro, **mas por um outro lado existe nossa defesa de uma equiparação de fator de ponderação no Fundeb para que ele possa atender a modalidade, mas isso reafirmo para você: é uma luta nossa e dos demais outros defensores da EJA**. **Aqui nós já estamos fazendo a nossa parte. Já tem pessoas que estão representando a gente no Fundeb e fazendo essa defesa."** (COSTA, grifos nossos) e

> c) "Aí tem um terceiro elemento da política que acho que isso não se faz sem investimento, porque a EJA não é barata. É diferente do equívoco feito pelo Fundeb de tratar o aluno da EJA como um valor menor: todo tempo de implantação de 2007 até agora naquele universo de conto das matrículas, **o aluno da EJA tem o valor menor descrito ali naquele projeto**, a realidade que se impõe para quem vai lidar com o público da EJA é uma realidade que **revela que o investimento em uma política séria em EJA integrada à EPT é necessariamente mais cara." (**MACHADO)

O(A) Entrevistado(a) MEC traz uma informação importante sobre quantitativo de matrículas que impacta diretamente no financiamento da EJA: o quantitativo de matrículas é enviado ao FNDE uma vez ao ano, porém existem alunos que iniciam no meio do ano, causando uma defasagem em relação ao recurso recebido anualmente.

> a) "Aqui podemos observar que, apesar de pouco, houve um crescimento **(de matrículas na EJA integrada no Ensino Fundamental e na EJA integrada no Ensino Médio) entre 2020 e 2022.** Quem cresce fundamentalmente são os institutos, **a partir do fomento suplementar que nós tivemos entre 2019 e 2022**. É insuficiente, mas se a gente pensar que estava em processo de queda, essa pequena mudança mostra que houve um fôlego, ou seja, com **as ações suplementares sendo fundamentais para essa estrutura se manter**, porque com a estrutura do Brasil através do Fundeb, SAEB[90], o que chega no município ainda não dá conta da EJA

[90] O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) é um conjunto de avaliações externas em larga escala que permite ao Inep realizar um diagnóstico da educação básica brasileira e de fatores que podem interferir no desempenho do estudante. Por meio de testes e questionários, aplicados a cada dois anos na rede pública e em uma amostra da rede privada, o Saeb reflete os níveis de aprendizagem demonstrados pelos estudantes avaliados, explicando esses resultados a partir de uma série de informações contextuais. O Saeb permite que as escolas e as redes municipais e estaduais de ensino avaliem a qualidade da educação oferecida aos estudantes. O resultado da avaliação é um indicativo da qualidade do ensino brasileiro e oferece subsídios para a elaboração, o monitoramento e o aprimoramento de políticas educacionais com base em evidências. **(**INEP, 1990)

> integrada. A EJA integrada é um sonho, mas para se tornar realidade precisa de estruturação desses municípios: que chegue laboratório, professor .... Os Institutos têm margem para EJA integrada e a gente com esse programa EJA integrada que fizemos agora, os institutos são obrigados a fazerem uma parceria com municípios e estados numa perspectiva de formação; de que o aluno do estado e do município sejam participantes da proposta também. **A gente está tentando fazer uma indução via município, mas o município não tem condição de fazer uma oferta sozinho de EJA integrada. Para avançar na meta 10 tem que se pensar na estruturação para além das ações suplementares." (ENTREVISTADO(A) MEC)**

As dificuldades existentes nos municípios para implementação e manutenção da EJA e da construção da EJA-EPT foram sinalizadas também no Parecer CNE/CEB 11/2000

> Os Municípios, ora com mais e maiores encargos no âmbito da Educação Básica, não possuem uma realidade homogênea nem quanto ao seu tamanho, nem quanto à sua inserção em diferentes regiões e contextos. Assim, é preciso reconhecer que muitos, seja por falta de tradição na área, seja por carência de recursos, não estão tendo capacidade e condições de assumir os encargos que lhes foram atribuídos. Ao mesmo tempo muitas administrações municipais vêm buscando assumir este compromisso com propostas curriculares, formação docente e produção de material didático. Donde a importância da existência de uma fonte permanente de recursos a fim de viabilizar o caráter includente deste direito.(CNE/CEB, 2000, p. 53)

Assim, depreendemos que após 23 anos o cenário de dificuldades dos municípios permanecem.

O(A) Entrevistado(a) MEC também citou que a EJA tinha o menor fator de ponderação (0,8); que o governo Lula aumentou esses recursos em abril de 2023 e a informação mais impressionante: **os valores são definidos a partir de decisão política, por decreto.**

> a) "Esta tendo uma discussão com o Fundeb em relação ao fator de ponderação. A EJA hoje tem 0,8, o menor. Outra coisa: o Censo mandou para o FNDE ano passado as matrículas que têm que ser financiadas esse ano, então tem uma portaria que o MEC lançou, que foi corrigida agora em abril, que fala dos valores por estado. **Essa portaria foi publicada em 9 de abril de 2023 (portaria interministerial MEC-MF 2023) tem valores, custo aluno por estado, dá pra ver o da EJA menor. Fator ponderação é o custo aluno por ano. Essa decisão é política. E decisão por decreto. É um decreto que estipula isso**. Então o gestor público vai investir mais no aluno que ele vai receber mais recurso.O aluno da EJA é muito desafiador: o aluno não vai e o gestor recebe menos. A dita escola regular tem falta de recursos em alguns estados, então acho que isso desqualifica um pouco a EJA perante as outras modalidades. O que acontece na EJA é que o desafio para resgatar esse aluno é imenso, fazer um trabalho diferenciado fica muito mais caro. **Outra coisa, existe uma trava no Fundeb porque a premissa inicial era de que todo brasileiro ia querer ir para a escola e ia dar um "tilt" no Fundo e não ia dar para atender todo mundo que precisava. Eles têm uma trava lá que já é para limitar os**

recursos.” (ENTREVISTADO(A) MEC, grifos nossos)

O(A) Entrevistado(a) MEC ressalta que o governo precisa investir no municípios; tendo em vista que os Institutos já têm um apoio adequado

> a) ”Eu quero chegar nos municípios hoje com o MEC porque os institutos já estão bem providos. Esse ano nós vamos repassar mais de 50 milhões aos institutos e eu acho maravilhoso: tem professor engajado, mas eu lamento que hoje no nosso país não conseguimos chegar aos municípios de forma integral para fazer uma EJA integrada. **Eu vou chegar nos 25% nos institutos com aquela meta? Precisamos avançar isso no Brasil para a meta 10 sair da utopia. Não podemos ficar patinando nela mais 10 anos [...]” (**ENTREVISTADO(A) MEC, grifos nossos)

Paixão fala da dificuldade para acessar e controlar os recursos de financiamento; que até Conselhos municipais e o Tribunal de Contas da União têm essa dificuldade, o que torna esse entendimento pela maioria da população muito difícil

> **a**)” **Financiamento é o “x” da questão da educação e acho que é o que a gente menos domina**. Eu tenho vontade de enveredar por esse caminho. Tive orientandos que pesquisaram sobre financiamento. Tive que aprender, mas até para você conseguir os dados é bastante difícil. Se olharmos pela perspectiva dos conselhos municipais,que têm que ter controle dos investimentos do Fundeb, eles cumprem ali um lugar muito *pro form*. Os conselhos do Fundeb exercem esse mesmo tipo de papel *pro form*, porque até os Tribunais de Contas não sabem como usar o recurso. Eu tive oportunidade de ler alguns artigos do professor Jose Marcelino que ele fala que até em relação à distribuição do recurso e do gasto, os Tribunais de Contas não sabem contabilizar se foram usados de forma correta ou não porque é uma definição matemática de fórmula tão complicada, que cada pessoa faz uma interpretação da lei. Veja: estamos falando de órgão de controle de fiscalização que não sabe fazer. Eu quando trabalhava na reitoria tentei saber quanto vem de rubrica para o Proeja e eles não conseguiram me passar essa informação, ou seja, **se num nível micro a gente tem dificuldade imagina no macro.** Estou convencida que sem financiamento não se faz educação pública e se a gente não disputa o campo do financiamento, a gente nunca vai atingir as metas do PNE.” (PAIXÃO)

Paixão também explica porque o IFRJ não submeteu inscrição no edital lançado através da Portaria MEC n.º 962 , de 1 de dezembro de 2021; que institui o Programa da Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional - EJA Integrada - EPT e estabeleceu orientações, critérios e procedimentos para concessão de recursos financeiros às instituições pertencentes à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

> a) ”Sim, nós nos inscrevemos nesse edital (edital do Proeja FIC de 2022) e não foi consenso no grupo a discussão e isso no governo Bolsonaro era pior. A gente percebeu que eles estavam forçando para atender às metas do PNE, mas oferecendo a EJA-FIC e não a EJA-EPT; que é o que a gente defende. Só que naquela oportunidade era muito dinheiro e aí a gente resolveu se inscrever para estrutura do curso que existe porque a gente não tinha grana. Escrevemos o projeto, só que a

> Proen achou que naquele governo não valia a pena submeter aquele projeto. A Proen disse que não submeteria. Foi uma escolha da gestão do IFRJ não enviar o projeto. Na época, a gente queria fazer EJA-FIC com possibilidade de realizar parcerias com as prefeituras. Trazer as pessoas para o integrado à noite para estudar com a gente. Eu fiquei frustrada, mas entendi que talvez não fosse o momento para aquilo, pois em 2022 isso poderia ser usado como manobra política. Entendi a opção da gestão e agora entendi a portaria nº 962/2021 que você falou porque estava fora do momento. Por que lançar a Portaria nº 962/2021**?** Agora entendi o porquê de ter lançado a portaria, como também fizeram com as Diretrizes Operacionais para a EJA. Eles relançaram a portaria, que não tem a mesma força de um decreto. Relançaram para justificar como aquele recurso seria utilizado. Foi o resultado de uma relação de forças internas; que diante do cenário que tínhamos foi uma ação vitoriosa. Não acredito na boa intenção do governo anterior porque ele menosprezava a educação dos trabalhadores, mas acredito numa luta interna que as pessoas desenvolveram como mecanismos, mediações para sobreviverem. Esse é um dado muito importante para o seu trabalho porque o Proeja quando foi criado, havia num ambiente muito hostil. Estava iniciando o governo Lula ainda e a correlação de forças era grande, mas tinha uma força muito grande dos movimentos sociais, da própria CUT. Eram os movimentos sociais pedindo um processo de educação que trouxesse a EJA. Então você pega o documento base do Proeja, mesmo que tenha algumas coisas ali que são contraditórias, mas não tem nenhum tipo de documento na história da EJA, que se preocupava com uma formação humana, então a Rummert fala que é uma colcha de retalhos. Acho que tem coisas esquisitas, conceitos que são opostos a uma formação, mas de qualquer forma traz as categorias mais centrais que a gente defende como educação. A gente se apega a ele como um documento norteador." (PAIXÃO)

Jardim apresentou um panorama sobre os recursos investidos na EJA-EPT em 2023

> Em relação a investimento, nós estamos com orçamento do governo passado. Tivemos uma recomposição que foi uma negociação do presidente Lula na transição gerando uma Emenda Constitucional que aportou um recurso um pouco maior. Estamos com a proposta de Lei Orçamentária Anual - LOA enviada ao Congresso, mas ela está em fase inicial de construção e temos ainda o Plano Plurianual - PPA, que é a cartilha da despesa pública para nós. O PPA está no Congresso, então estamos dependendo desse movimento LOA/PPA para poder saber com quanto de recurso a gente pode contar e como é que a gente vai fazer o uso dele na destinação alinhada à Política Nacional de EPT. O que destinamos para EJA-EPT em 2023 foram os R**$** 58.956.000,00 **e** os documentos utilizados são as notas técnicas (JARDIM)

Outro dado importante trazido na pesquisa é a falta de proposições para a Bolsa-Fomento, ou seja, dos recursos para as 8.000 vagas destinadas, somente 4.956 foram preenchidas, o que está em consonância com o baixíssimo percentual de matrículas na EJA-EPT da Rede Federal; que é de apenas 2,07 %. Nesse sentido, o não preenchimento de todas as vagas é resultado desse cenário histórico de baixo percentual de quantitativo de estudantes da EJA-EPT

> Nós abrimos a linha fomento para ter 8.000 vagas, mas nós lamentavelmente não tivemos propostas que chegassem a esse quantitativo. Não chegou a 5.000 vagas, mas foi porque não tivemos propostas em número suficiente. Assim, nos deparamos com realidades bem complexas. Nossa equipe ligou para todos os institutos que não

> enviaram propostas. Estes informaram que não enviaram porque descontinuaram a oferta de EJA-EPT. Alguns institutos não ofertam Proeja e nós vinculamos a linha de fomento a cursos já existentes, no sentido de privilegiar quem segurou a onda, quem não teve a oferta. Não conseguimos chegar aos 8.000 por pura falta de proposições (JARDIM)

Aqui é possível observar três questões: a necessidade de se trabalhar com orçamento que restou do governo anterior, a dependência dos instrumentos de gestão como PPA e LOA e o trabalho conjunto entre Secadi e Setec, fortalecendo a EJA e a EJA-EPT.

O tema seguinte "Intersetorialidade"[91] foi trazido nas entrevistas, no sentido de que a EJA-EPT está para além da área da educação, mas precisa de uma inter-relação com a saúde, com o trabalho, com o meio ambiente, com a assistência social, a fim de que tenhamos a formação de um sujeito integral, como observamos no seguinte trecho

> a)"[...] Um dos grandes desafios para a EJA, e tem um artigo do professor Timothy Ireland de 2012 que traz uma reflexão sobre as ações da SECADI: buscar políticas intersetoriais porque o público da EJA é altamente vulnerabilizado e a educação sozinha não vai dar conta de todas as políticas setoriais e qualificar a oferta[...]"(GRACIANO) e

> b) "A perspectiva da EJA [...] se trata de uma pauta intersetorial, então assim tudo interessa: interessa a relação do conhecimento com a saúde, interessa a relação do conhecimento com a preservação e o cuidado com o meio ambiente, com as pessoas. Essa é uma questão que nos cobra de dar conta, de traçar essas conexões em rede. [...] por isso precisa se conectar com o sujeito na sua integralidade."(MACHADO)

Ireland afirma que a questão intersetorial contribui para que o conceito de EJA se torne amplo, o que de alguma forma dificulta a apresentação de indicadores para geração de dados que influenciam nas políticas públicas para EJA

> a) "Há também uma questão intersetorial, no fundo a gente cava nosso próprio buraco e cai dentro porque a gente quer um conceito muito amplo e depois a gente quer que tenham indicadores possíveis de gerar dados"(IRELAND)

A Secadi está trabalhando na perspectiva da intersetorialidade. A composição da Secadi é formada pela Diretoria de Políticas de Alfabetização e Educação de Jovens e

---

[91] Tratase de uma verdadeira rede de compomisso, na qual instituições, organizações e pessoas se articulam em torno de uma questão da sociedade, programa e realizam ações integradas e articuladas, avaliam untos os resultados e reorientam a ação. O governo é parte dessa rede,q eu será capaz de fazer proprostas de plenajmento com base regional e assumir a correponsabilidade [...]o aparato governamental, sozinho, é incapaz de realizá-lo (INOJOSA, 2001, p. 108)

Adultos, Diretoria de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos, Diretoria de Políticas de Educação do Campo e Educação Escolar Indígena, Diretoria de Políticas de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva e Diretoria de Políticas de Educação Étnico-racial Educação Escolar Quilombola.

A partir dessa diversidade na composição, a Diretoria de Políticas de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos, conforme relata o(a) Costa, sua Diretoria tem mantido diálogo com as demais Diretorias e com o FNDE.

Paixão lembra que a EJA é feminina e preta e, portanto, a interlocução com o Ministério da Igualdade Racial é essencial

> a) "[...] nós também temos nossas carências por causa desses 6 anos pós golpe, saúde, discussão em relação ao Ministério da Igualdade Racial, pois quem vai para escola é o publico feminino e preto[...]" (PAIXÃO)

Graciano afirma que a atual Secadi também está em interlocução com o Ministério da Justiça, através do Secretaria Nacional de Políticas Penais - SENAPPEN, antigo Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN, dando continuidade À EJA no sistema penitenciário, como já vinha acontecendo desde 2012, apesar da Secad ter sido extinta pelo governo Bolsonaro em 2019. **Em relação ao trabalho junto ao sistema prisional, os institutos e os municípios podem ter forte atuação nesse âmbito** (grifos nossos). Ressalta também a necessidade da integração com o Ministério do Trabalho

> a) "[...] Assim que Secadi foi reconstruída, a Secretaria Nacional de Políticas Penais já nos procurou. Temos vários desafios: um deles é estimular e apoiar essa relação entre a área da educação com a administração penitenciária nos estados, sobretudo nos municípios lembrando que o governo federal não executa ação, o que a gente faz é estimular, apoiar e induzir, então temos isso de um lado e do outro lado, dialogando com o plano nacional de educação é: tudo que está previsto para a EJA do lado de fora, tem que estar previsto do lado de dentro também, então nesse caso a EJA integrada à EPT é um desafio. Estimular cada vez mais os IFs a pensarem esses arranjos institucionais que são desafiadores, porque você tem a unidade prisional, o Instituto Federal e no caso de Proeja você tem as secretarias municipais de educação, mas que a gente já sabe que tem grande potencialidade." (GRACIANO)
>
> b)"[...]o Ministério do Trabalho, mais a economia Solidária devem estar integrados."(GRACIANO)

A materialização da intersetorialidade, ainda que seja fundamental, por outro lado não exclui a disputa das diversas instâncias como por exemplo, as relacionadas a orçamento, a

status. Nessa direção Costa relata a disputa da Secadi por aumento do fator de ponderação do Fundeb junto ao FNDE, ou seja, são intermediações que representam também disputas

> Se o termo intersetorialidade é carregado de conotações positivas, é preciso reconhecer que sua operacionalização enfrenta um conjunto considerável de obstáculos, relacionado, entre outros fatores às diversas lógicas organizacionais que regem as arenas setoriais, à disputa por recursos e *status* entre os setores envolvidos e à complexidade do processo e intermediação de interesses distintos com capacidade também distintas de mediação na área decisória [...] De fato, as análises das experiências concretas de ações intersetoriais apontam uma multiplicidade de caminhos e inúmeros desafios para sua efetivação (SENNA; GARCIA, 2014, p. 277)

O que fica claro em relação à EJA, à EJA-EPT é que a intersetorialidade é fundamental para a formação integral, atendimento e acesso a direitos dos que por ela são atendidos; que o atual governo comunga desse movimento de aproximação, de ações em diversos espaços e claramente a Secadi tem caminhado nessa direção.

O último tema dessa categoria é "Sociedade Civil", trazendo à discussão o protagonismo da sociedade civil no âmbito do Estado, expressando assim as correlações de forças para a formulação, monitoramento e reavaliação de políticas públicas.

É importante salientar que a atuação da sociedade civil não se dá sem disputas; tendo em vista que o Estado está permanentemente atuando sobre os governados, como tratado por Gramsci(2007, Vol.3) na tentativa de construção de consenso. Nesse cenário, Gramsci(2007, Vol. 3) fala da relação orgânica entre sociedade civil e sociedade política. Nas entrevistas, com muita frequência observamos o relevo da necessidade da sociedade civil estar presente na construção das políticas públicas, ou seja, reforçando essa organicidade.

A participação da sociedade civil na formulação de políticas públicas demonstra que o Estado, ainda que queira, não está a serviço de uma única classe (Poulantzas, 1980). Nesse sentido, o protagonismo da sociedade civil se dá a partir do momento em que o Estado não consegue levar adiante o seu objetivo de atender uma única classe, a burguesia.

A sociedade civil, em seu âmbito, demonstra também correlações de forças. Nos últimos anos pudemos, principalmente a partir de 2018 com eleições presidenciais que elegeu Bolsonaro para a presidência do país, vivenciar fortes embates na sociedade civil; tendo em vista a polarização política. Nesse âmbito, foi entrevistado Timothy Ireland, integrante da Cátedra Unesco de EJA e do ICAE. Nesse sentido, foi de suma importância a entrevista com esse participante, por permitir trazer esse olhar tanto de um organismo como a Unesco, tanto

como da Ong ICAE.

Foram realizadas duas entrevistas com integrantes da sociedade civil; uma integrante da CLADE, Giovana Modé e com o professor Timothy Ireland da UFPB, e que é também integrante da Cátedra Unesco de EJA no Brasil e do ICAE. Ireland ressalta que a Unesco apesar de representar os governos nacionais tem também integrantes da sociedade civil . Destaca que a sociedade civil é muito mais articulada que os governos. Lembra que a EJA ofertada muitas vezes pela sociedade civil e não pelos governos e que o papel da Unesco sempre tende em direção aos governos e não à sociedade civil

> a) "A gente acha que essa relação entre sociedade civil e governo é muito distante, mas a sociedade civil é muito mais articulada. Os governos não se preparam tanto, a sociedade civil sim." (IRELAND)

> b) "O ICAE foi criado em 1973, começou com uma conversa na Confintea III de Tóquio sobre a necessidade da presença da sociedade civil, como forma de criar um contrapeso à Unesco. Este Organismo por vocação é uma entidade governamental representando os governos nacionais, mas sempre teve afiliados da sociedade civil. Acho que é uma questão que não tem solução, pois de um lado Unesco representa os governos e do outro lado o reconhecimento que a EJA em muitos lugares é ofertado pela sociedade civil e não pelos governos. Há uma luta para que os governos tenham essa responsabilidade. Essa responsabilidade significa coordenar e financiar, mas não necessariamente ter somente prerrogativa do Estado, mas incluir sociedade civil e governo porque a EJA não teria existido sem a sociedade civil. Começou com a sociedade civil. Então tem que ter esse maior equilíbrio. Unesco tem tentado nos encontros regionais dar voz à sociedade civil. Pelo menos aqui na América Latina participamos das discussões sobre o encontro, a pauta, mas ao final de contas, a Unesco continua dependendo do dinheiro dos Estados Membros. Eles fazem essa tentativa de agradar não agradando."(IRELAND)

Modé ressalta que a participação da sociedade civil nas conferências internacionais qualifica o debate e que essa participação é fortalecimento da democracia que ele acontece no âmbito internacional durante a Conferências e também em momento anterior a ela [Confintea VII], nas pré-conferências preparatórias

> a) "O Brasil tem uma sociedade civil muito viva. A gente viveu momentos muito difíceis. Espero que agora, nesse momento estejamos mais visíveis. A sociedade civil sempre foi muito pulsante na EJA e tem muito a ver com as Confinteas anteriores. É muito difícil medir o impacto, mas ela tem um efeito de ir estimulando o movimento a caminhar e devolver ações mais concretas." (MODÉ)

Modé lembra que alguns Estados não apresentam dados, outros apresentam dados

muito “oficialescos”. Assim, como Ireland lembrou da plataforma criada pela sociedade civil na América Latina e Caribe no período de pré-conferência; na qual participaram a CELAC[92], o ICAE[93] e Federação Internacional Fe y Alegria[94] , por exemplo. O conjunto de organizações apresentou resultados positivos de educação prisional, para pessoas refugiadas,

> **a)** “A Confintea é um modelo de Conferência multilateral que conta com a participação da sociedade civil. O professor Haddad[95] fez um artigo sobre a participação da sociedade civil na Confintea VI. A participação é um princípio fundamental da democracia e vai se aprofundando nos diversos espaços de uma conferência internacional. Esse debate também esteve muito presente na elaboração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis-ODS, entre outros. Nessas mais recentes isso está muito mais latente, não só formalmente e entrando numa questão mais conceitual, a gente sabe que a participação qualifica o produto final; que é o que você estava falando, que essas outras vozes são importantes para o exercício democrático. Independente do desenho que se tenha, da formalidade que se tenha, você precisa ter ali um espaço relevante para a sociedade civil. A gente fica pensando quem estava lá da sociedade civil. No final são organizações convidadas para estarem como observadores. Em Marraquexe, a sociedade civil foi convidada a integrar o grupo de redação do Marco de Ação e isso é algo importante. É um espaço que você terá voz para propor o documento no modo rascunho para ser negociado pelos Estados. Esse é o tipo de participação *in loco*, mas você tem outras formas de ampliar a participação da sociedade civil anterior a esse momento; tendo em vista que esse momento é muito limitado. Ali você conta nos dedos quantas organizações de sociedade civil têm condições de estar lá. **É preciso pensar nos âmbitos internacional, nacional e regional local.** Pensando num cenário ideal, um país vai se preparar seriamente para estar lá. O país faz o relatório de como estão as políticas de EJA, o que avançou ou não e vai levar essas informações para lá. Eles pensam num desenho ideal. Esse exercício inicial do Estado, já deve ter o exercício de participação da sociedade civil, no mínimo uma audiência pública. Um exercício de escuta, que consiga alcançar os mais variados diversos segmentos envolvidos na EJA, inclusive as pessoas jovens e adultas. Hoje, com as ferramentas virtuais você tem possibilidades para abrir diálogo com setores que antes você não tinha, levando em conta as dimensões territoriais do Brasil. O MEC deveria levar algo que já tivesse sido enriquecido com a escuta da sociedade civil. Isso esteve muito longe de

---

[92] A Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) é um bloco regional intergovernamental composto por 33 países. Foi criada em fevereiro de 2010, na Cúpula da Unidade da América Latina e do Caribe. A CELAC é herdeira do Grupo do Rio e da CALC (Cúpula da América Latina e do Caribe) e assume duas vocações: a cooperação para o desenvolvimento e a concertação política. MEC, 2023

[93] ICAE – International Council for Adult Education

[94] Impulsionar, a partir das comunidades nas quais trabalha, de forma colaborativa, processos educativos integrais, comprometendo-se com a transformação das pessoas para desenvolver sistemas sociais justos e democráticos.

[95] A entrevistada refere-se ao artigo escrito pelo Professor Sergio Hadad : “A participação da sociedade civil brasileira na educação de jovens e adultos na CONFINTEA VI” , publicado na Revista Brasileira de Educação 14[41). Ago. 2009.

> ser efetivado. Assim, em se falando em princípio democrático, já tem uma distância imensa porque muitos nem se quer apresentaram seus balanços. Outros o que levam é uma voz oficialesca muito rasa, em relação daquilo que poderia ser. Claro que estamos falando de dezenas de países e não se pode generalizar. A Unesco trabalha com regiões geográficas. No nosso caso, trabalhamos com América Latina e Caribe. Existem outras regiões: Europa, Estados Unidos e Canadá; África; países árabes e Ásia e Pacífico. Aí tem-se as pré conferências regionais preparatórias. Nesses espaços é mais difícil chegar às representações diretas dos países. É um exercício internacional, mas mais limitado. A nossa região, pela tradição que temos na educação popular, nos campos mais reflexivos da EJA, sempre acaba existindo uma pressão grande para que esse espaço seja aberto e a voz da sociedade civil seja ouvida. Concretamente para Marraquexe, nós conseguimos fazer um ano antes a conferência preparatória da América Latina e Caribe e lá houve um esforço mais concentrado e a CLADE participou intensamente, junto com a REDEPMulheres[96], CEALC[97], ICAE, Federação Internacional Fe alegria[98] e a LER[99]. Foi uma estratégia nossa que a gente criou: uma plataforma de redes pela EJA na America Latina e Caribe e isso fortaleceu a nossa voz, a partir do momento que a gente passou a estar mais juntos e pressionar a UNESCO para que existisse essa participação mais orgânica para a preparação da região para a Confintea VII. A gente como uma plataforma de redes insistiu que estivéssemos lá nas diversas mesas contribuindo com os debates, mas nem de longe era suficiente, mas era uma simbologia importante estar lá para qualificar os debates entre os Estados, na plataforma. Isso em 2021, um contexto virtual aberto a todos, sobretudo os estudantes que têm uma voz muito ativa. Lembro de encontros que tiveram experiências concretas de diversos lugares da America Latina e Caribe. Conseguimos localizar experiências concretas de educação em presídios, educação de refugiados. Ali mostrou-se que os Estados devem olhar para as tradições das regiões, das várias experiências que estão mais isoladas. Quando você chega à Confintea, o espaço é mais restrito, pois você tem uma pressão constante das Organizações. **Essa participação não é dada, a gente ainda precisa insistir na relevância dessa participação para garantir que ela exista e para mostrar que de fato o acordo final é enriquecido por essa participação, além de reafirmar o caráter democrático.** A reflexão passa em pensar na **importância das pré-conferências."** (MODÉ, grifos nossos)

Em entrevista com Jardim, foi possível observar claramente o protagonismo da sociedade civil na futura construção da Política Nacional de EPT

> [...] vamos ter representação sindical, diversos ministérios, os Conselhos de Secretários Estaduais e Municipais de Educação, o Sistema Nacional de Aprendizagem, empresas de pesquisa, ou seja, um conjunto bem grande de interlocutores que vão compor esse trabalho sob coordenação do MEC que

> conduzirá toda essa construção da política [...] Quando o Decreto for publicado nós vamos ter um número imenso de interlocutores discutindo essa pauta. (JARDIM)

O próximo tema é "políticas públicas". A pesquisa em todo seu desenvolvimento tem as políticas públicas como fio condutor, em específico a política educacional da EJA e da EJA-EPT. Os trechos aqui elencados são para evidenciar o tema, mas não pretendem dar conta de toda a discussão sobre políticas públicas. Nesse sentido, os desdobramentos da política pública, a partir do Estado e da instituição governo existem para corrigir algum tipo de problema (SOUZA, 2007). Essa correção se dá também com a participação da sociedade civil

> a) "[...] participação do povo nas escolhas necessárias aos assuntos coletivos da cidade, do território. Conforme o processo histórico, essa participação assumiu aspectos diferentes em referido tempo e lugar, às vezes por representação direta ou indireta. De forma geral, o Estado constituiu em um autor fundamental na concretização de políticas públicas." (COSTA; MACHADO, 2017, p.44)

Assim, os relatos apresentados a seguir evidenciam, a partir das políticas públicas, formas para a resolver esses problemas. Nesse caminho de resoluções vários sujeitos se interelacionam. O relato de Machado aponta o desmonte de políticas públicas após 2014 e ressalta que o Pronatec criou dificuldades para a política da EJA-EPT

> a) "Aqui nós estamos usando EJA-EPT como sendo a nossa referência, mas a nossa expectativa é que toda a educação pense, a partir dessa lógica de política pública. Agora nós vamos insistir com a lógica da EJA-EPT e insistir com a necessidade dela ocupar a pauta da EJA, porque você sabe como eu que os dados são catastróficos da meta 10: a gente não está indo em direção a alcançar a meta 10, pelo contrário, a gente está recuando. Então, o primeiro passo dessa análise seria o desmonte do Estado brasileiro, a partir de 2016, mas que não começa em 2016. Nós vencemos algumas batalhas no Congresso Nacional, no MEC, na própria resistência presente na sociedade civil, seja da RFEPCT, sejam redes estaduais ou municipais, mas eu diria que depois do segundo turno das eleições de 2014 nós vivemos um processo que foi gradativamente arquitetado de desmonte de muitas das políticas que vinham sendo construídas. No caso da EJA nós sofremos muito inicialmente. A forma como o **Pronatec concorreu e competiu com a expansão da EJA-EPT dentro da RFEPCT foi péssimo. Aquela história de você não precisar mais ampliar matrícula integrada...** Vamos oferecer os cursinhos de qualificação, todo mundo recebendo bolsa: isso desmonta uma parte do esforço de muitos que vinham tentando criar de fato as condicionalidades básicas para que a política se fortalecesse." (MACHADO)

Na mesma direção Modé ressalta a necessidade políticas públicas que não sirvam apenas à qualificação; que precisa seriedade na formulação das mesmas, na gestão orçamentária e ainda que existem mais políticas públicas para infância e juventude do que

para a EJA

> a)"Você tem que ter um outro sentido que não um instrumental imediato, o que não o exclui e também não faz sentido você dizer que é só essa população que precisa de uma educação para cidadania, para os direitos humanos: não! Se tivesse uma seriedade na hora de formular políticas, orçamento público, a gente estaria em outra realidade. Temos todas as tensões circulando em torno dos conceitos que vão orientar as políticas públicas." (MODÉ) e
>
> b) "A gente sabe que tem investimento com muito mais força na primeira infância. Você tem hoje muitas linhas de apoio disponíveis para a primeira infância e que não se repete para a EJA, inclusive um discurso para primeira infância ligada ao retorno econômico que tem esse investimento, conforme defende James Heckman, da Universidade de Chicago: "um dólar na primeira infância vai retornar oito dólares no futuro". É isso que de fato orienta políticas públicas" (MODÉ)

Paixão alerta para a questão de oferta equivocada de vagas para a EJA-EPT no IFRJ. O que podemos observar, conforme a Plataforma Nilo Peçanha(2023) é que o número de vagas ofertadas para a EJA-EPT é baixíssimo em relação ao número de vagas para o Ensino Médio integrado à EPT e para outras modalidades, corroborando com o relatado no seguinte exerto

> **a**)"**No instituto se faz uma leitura errada: tem que ser ofertada 10 % das vagas totais do instituto e não 10% das vagas dos 50% do ensino integrado. Eles fazem uma leitura interessada para ofertar o menor número possível de vagas, sempre com a desculpa de que não tem demanda, mas a chamada pública não é feita de forma adequada**. A gente tem um problema na instituição que é de baixa capilaridade de onde a gente está: as pessoas muitas vezes não sabem que a gente existe."(PAIXÃO, grifos nossos)

No trecho seguinte Paixão reforça a necessidade de integração de varias instâncias na formulação das políticas; o reconhecimento dos diversos públicos da EJA, da EJA-EPT, o controle, monitoramento social dos recursos, a criação de fomento junto às empresas para apoiar o trabalhador-estudante

> a)"uma integração de fato, com apoio das secretarias, política extencionista, chamada pública, financiamento, estruturas de escolas municipais e também dos IFs, pois nós também temos nossas carências por causa desses 6 anos pós-golpe, saúde, discussão em relação ao Ministério da Igualdade Racial, pois quem vai para escola é o publico feminino e preto. A população LGBTQIAPN+ é publico da EJA também, mas não entra na escola porque acha que aquele espaço não é para ela. Tem que falar sobre população feminina preta, tem que ser integrada porque a EJA é tudo isso e tem que ter fiscalização. O Programa Brasil Alfabetizado é um fracasso, uma caixa preta. Ninguém sabe quanto se investiu, qual foi o resultado em relação à diminuição do analfabetismo no Brasil. Tem que ser política pública de fato, ter profissional especializado, acompanhamento das redes, tem que ter a Secretária de Trabalho, definir ou criar um dispositivo de fomento para deixar o trabalhador estudar. Muitas vezes o empregador não libera o trabalhador para a escola... nem que seja algum tipo de desconto é preciso."(PAIXÃO)

Corenza coloca a necessidade de retorno de bolsa para estudantes do curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos , no *Campus* Nilópolis do IFRJ, como havia no início do curso, a fim de contribuir para o êxito e permanência de estudantes. Outra questão que precisa ser combatida é o fechamento de turmas de EJA nos últimos anos

> a) "Vislumbro a possibilidade de políticas públicas para pós-graduação no novo governo Lula. Como seria ótimo a oferta de bolsas para esses professores fazerem a pós com incentivo. Quando esse curso nasceu em 2012 tinha recurso do MEC e esses professores recebiam uma bolsa, mas depois esse recurso acabou. Quem sabe isso volte... Muitos começam a estudar por conta do trabalho, às vezes trabalham só em um horário e aí vem a chance de ampliar esse horário e ele acaba abandonando, mesmo no ensino híbrido porque você precisa se dedicar. Tem professores que são professores de rede e a gente sabe que é um salário baixo, que às vezes, no final do mês, a pessoa não vai por falta de dinheiro. A gente terá o híbrido, com aulas presenciais aos sábados, tem que ter internet. Se ele tivesse uma bolsa para ajudar a dar continuidade aos estudos seria válido. Além disso, vislumbro que as políticas públicas garantam a permanência desses jovens nas turmas, assim como professores que tinham bolsa e agora não se fala mais nisso. Se a gente pensar também no fechamento das escolas nos últimos anos; que foi algo alarmante, agora a gente passa a ter esperança de uma abertura de novas vagas, de melhores condições tanto para professores quanto para alunos da EJA." (CORENZA)

Em outro trecho Corenza relata a precariedade estrutural no *Campus* Nilópolis e que as políticas públicas atravessam também essas questões de infraestrutura. Aqui podemos refletir que, se na rede federal tem-se essa dificuldade, os municípios estão em situação muito pior, como já foi mencionado pela(o) entrevistada(o) MEC e por Costa

> a)"Eu vejo que as políticas visam melhorias de oferta. Essas melhorias perpassam também pela estrutura física. Hoje no *Campus* Nilópolis, a gente tem dificuldades até de imprimir alguma coisa. A impressora não tem contrato, não tem folhas. Os livros que a gente tem é o acervo de 2012. Tem alunos que não têm acesso à internet de casa e dependem do *Campus* e o *Campus* não tem. Então é pensar políticas públicas que visam essa questão de infraestrutura. Também falar de políticas públicas de formação acho muito importante a liberação de carga horária para o professor. Um exemplo específico foi de um edital para a prefeitura de Nilópolis. Não tinha liberação para esse professor fazer o curso na terça-feira de tarde, pois mesmo o curso sendo híbrido o professor vai precisar estudar . É preciso ter alguma política que viabilize essa redução de carga horária. Outra coisa: depois que ele se forma é necessário que ele tenha um salário que valorize essa pós dele. Que motive os professores a fazerem uma pós. Eu não vejo como pensar o futuro da EJA-EPT sem pensar a formação docente e por isso é preciso investir na formação. Não é só dizer: tem essa vaga aqui, vai lá e se vira. Ele precisa ter algum incentivo ou a redução de carga horária ou algum tipo de bolsa." (CORENZA)

Em relação à política pública internacional de EJA, temos que nos remeter às ações ONU/Unesco, aos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030,

principalmente ao ODS4; que trata do direitos à aprendizagem ao longo da vida, às Confinteas, às ações das organizações da sociedade civil que atuam em âmbito internacional. Modé faz um balanço da Agenda 2030, documento na qual participou da elaboração enquanto sociedade civil e faz referência ao contexto histórico como central para a provação da Agenda 2030

> a)"O processo da elaboração da Agenda 2030 foi muito negociado, de muitas resistências. Naquele momento a gente achava que poderia ter ido mais além. Você lá tem uma necessidade de negociação multilateral muito grande, a sociedade civil teve participação em muitas etapas, com proposições. Naquele momento poderia ter avançado mais. Alguns anos depois daquilo, com esses últimos governos eu penso que uma Agenda 2030 como aquela jamais teria sido aprovada em outra conjuntura internacional. Temos que levar em conta o contexto histórico. Talvez agora, já que estamos em novo momento. Esses materiais têm seu tempo histórico...O que é mais importante é o uso que se faz disso. Vou usar com outras agendas de direitos humanos. Por exemplo, quando se fala de racismo é ver onde está colocada essa questão em outros documentos. Tudo isso é parte do exercício político. **Vejo com alguma esperança esse momento da EJA. É momento de resgate da memória. Acompanhei o Proeja no seu início. É momento de reencontramos as experiências e não recomeçarmos do zero, pois nós temos memória. O horizonte é uma perspectiva de direitos."** (MODÉ)

Como já trazido por Modé e Ireland, a sociedade civil tem mais força e organização que os Estados, logo esses espaços são fundamentais para a efetivação das políticas de EJA, principalmente a partir da atuação da sociedade civil. Participar desses espaços, defender a democracia, a igualdade , os direitos humanos; tendo em vista que muitos Estados-Membros têm perfis autoritários, antidemocráticos e não são signatários de direitos humanos é fundamental porque nestes últimos, as políticas de EJA, que historicamente têm resistências, contam com uma segunda camada de dificuldade de se efetivarem plenamente, no sentido de garantir direitos a todas e todos. Modé afirma que esses espaços contribuem, ainda que com dificuldades, para se alcançarem pontos de convergência em relação à política universal de EJA

> a) "Colocar num horizonte que vamos **fortalecer esse conjunto de políticas porque elas são universais.** Claro que para as populações que necessitam de uma compensação nesse momento ela vai existir e isso seria um salto em âmbito global. Globalmente esse desentendimento de que um está entendendo uma coisa e o outro está entendendo outra aparece o tempo todo. **A maneira como se enxerga a EJA ainda é diferenciada no mundo.** Em todo caso, a gente acha um denominador comum." (MODÉ)

A terceira categoria "Educação" apresentou os seguintes temas, elencados em ordem

alfabética: Alfabetização, Aprendizagem ao longo da vida, Assistência estudantil, BNCC, EJA, EJA EAD, EJA-EPT, VI EJA-EPT, Especialização *lato sensu* em EJA, Diretrizes Operacionais para a EJA, FEJA-IFRJ, Pesquisa, PNE, Política Nacional de EPT, Proeja, Pronatec, RFEPCT e Secadi.

A alfabetização tem sido tratada como prioridade na terceira gestão Lula (2023-2026). Para tanto o MEC, a partir da Secadi tem trabalhado para diminuir o número de 9,5 milhões de analfabetos no Brasil. Em 12 de junho de 2023, o governo lançou o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, que tem como objetivo alfabetizar 100% das crianças brasileiras ao fim do 2º ano do Ensino Fundamental e garantir a recomposição das aprendizagens, com foco na alfabetização, de 100% das crianças matriculadas no 3º, 4º e 5º do Ensino Fundamental, que foram as que mais sofreram com a pandemia. Os recursos serão de R$ 3 bi. Em entrevista para a essa pesquisa, em maio de 2023, Nunes salientou que estava em contato com movimentos sociais, sociedade civil e científica para construção da política de alfabetização

> a) "Nós já estamos com o desenho da política de alfabetização. Estamos conversando com os movimentos sociais, os representantes da sociedade civil, tanto das sociedade científicas, quanto os demais, como por exemplo, os Fóruns EJA, os movimentos sociais que militam em torno da EJA e da alfabetização. A Secadi tem justamente esse viés de construir políticas em articulação com os movimentos sociais. Em linhas gerais a política vai tentar minimizar o analfabetismo. A gestão está usando a frase "nem combate, nem erradicação" porque primeiro erradicar o analfabetismo a zero é algo quase que impossível de se conseguir no mundo inteiro, sempre vai haver alguém que não vai aprender a ler e escrever. Segundo que não é uma doença para ser erradicada. O próprio Paulo Freire discutiu muito isso, ou seja, o quanto é inadequado tratar a educação ou o analfabetismo como uma erva daninha. Nós estamos utilizando termos alternativos para dizer: a gente tem um objetivo ao final dos 4 anos, ou seja, a partir das políticas a gente quer conseguir minimizar o máximo esses índices, derrubar esses índices e conseguir ter um resultado depois de praticamente 6 anos sem nenhuma política de alfabetização em vigor no país." (NUNES)

Nunes também falou da descontinuidade do Programa Brasil Alfabetizado; tendo em vista dificuldades orçamentárias e estruturais. Outros pontos que destacou foram que a alfabetização precisa ter uma integração com o sistema escolar, que essa integração possa aumentar o atendimento de jovens e adultos; que haverá estímulo financeiro, a elaboração de material didático para estudantes

> a) "O Programa Brasil Alfabetizado foi descontinuado pela própria falta de recursos, de estímulos e até mesmo de um sistema que o fizesse girar. Hoje estamos trabalhando o desenho da política, tentando atualizar normativas. Precisamos ter

> uma normativa novamente de alfabetização porque nós temos a SECADI de volta e a normativa mais recente que havia era de 2018, às vésperas do inicio do governo Bolsonaro, onde foi criada a Secretaria de Alfabetização e essa parte de EJA foi desprezada. Estamos criando uma nova resolução. Estamos criando também um novo sistema que a gente precisa para implementar a política. Isso do ponto de vista prático. Do ponto de vista epistemológico, a gente está desenhando a política, claro, com base em Paulo Freire e acrescentando algumas ideias. Do ponto de vista de como a gente vai fazer isso, o MEC tem que prestar apoio financeiro, induzir uma parceria entre estados, municípios e a União, no sentido de fazermos uma sistematização do processo da política de alfabetização integrada ao sistema escolar, porque a gente nunca teve uma política de fato. A gente tinha programas ao logo da nossa história e eles eram apartados do sistema escolar porque quase qualquer um poderia alfabetizar, então **nós estamos partindo para um outro caminho: primeiro alfabetização é parte da etapa de escolarização básica dos sujeitos**. **Assim, a alfabetização deve ser integrada ao sistema escolar, na prática com financiamento e segundo a gente espera que a alfabetização, amplie e tenha uma incidência positiva na ampliação da escolarização de jovens e adultos, ou seja, que os sujeitos que entrarem nos cursos de alfabetização dêem continuidade aos seus estudos porque, os índices de alfabetização e de escolarização de jovens e adultos são muito ruins.** Nós temos parcelas imensas de jovens e adultos que não concluíram a Educação Básica, então a gente quer usar a alfabetização como uma política que apóie a própria Educação Básica. Estamos fazendo um desenho. Vamos discutir com a Secretária, num primeiro momento e depois com o próprio **Ministro Camilo Santana; que nos encomendou que fizéssemos uma política revolucionária da alfabetização e então a gente acredita que alguns traços da política têm mesmo essa perspectiva de revolucionar que tínhamos antes: a integração com o sistema escolar, sistema de vagas, financiamento, estímulo financeiro, apoio técnico a partir do desenho de diretrizes de política que a gente está escrevendo já e vai orientar o país inteiro nas políticas locais, tanto nos municípios, quanto nos estado**s. Estamos também trazendo um elemento importante, dentro da concepção; que é o **livro literário como eixo central, como eixo importante das práticas pedagógicas da sala de aula de alfabetização de jovens e adultos.** Assim, estamos prevendo no financiamento uma percentagem de kits de livros de literatura para os jovens e adultos que se matricularem nos cursos de alfabetização."(NUNES)

O lançamento do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada em junho de 2023 é a materialização do que Nunes relatou na entrevista de maio de 2023, demonstrando o compromisso do governo com a questão.

O tema "Aprendizagem ao longo da vida" aparece nas entrevistas e suscita algumas considerações. O entendimento do ser humano incompleto e da correlação direta da EJA com essa condição e trazida no Parecer 11/2000 ressaltando que a EJA deve cumprir uma qualificação para vida

> Esta tarefa de propiciar a todos a atualização de conhecimentos por toda a vida é a função permanente da EJA que pode se chamar de qualificadora. Mais do que uma função, ela é o próprio sentido da EJA. Ela tem como base o caráter incompleto do ser humano cujo potencial de desenvolvimento e de adequação pode se atualizar em quadros escolares ou não escolares(CNE/CEB, 2000, p. 11)

Ireland atenta que o termo foi apropriado pelo discurso neoliberal e, nessa direção, o

que se busca e aprendizagem para manutenção do emprego dentro do MPC e não no sentido de uma aprendizagem transformadora, humana, ou seja, é uma perspectiva direcionada para o mercado. O(A) Entrevistado(a) MEC salienta que dentro do MEC há vertentes que comungam dessa perspectiva para o mercado, mas que a Secadi caminha na direção oposta. Assim, a defesa de uma aprendizagem na perspectiva da emancipação deve ser defendida sempre, ou seja, conforme Bobbio (2004), os direitos precisam ser zelados permanentemente. Modé alerta que existem muitas tentativas de substituir educação por aprendizagem. Nesse sentido, a fala de Modé está consonância com as de Ireland e do(a) entrevistado(a) MEC, ou seja, defendem a educação emancipatória, para criticidade e não uma aprendizagem para se manter no mercado

> a) "Essa questão foi apropriada pelo discurso neoliberal. Eu concordo 100% com a aprendizagem ao longo da vida. Foi um processo histórico que não é nenhuma novidade, mas se perdeu ou foi inteligentemente apropriado para que o trabalhador se mantivesse no emprego, então é muito no sentido de evitar que o trabalhador perca o emprego e não no sentido de que faz parte de nosso DNA aprender, buscar nosso próprio desenvolvimento e entender o mundo em torno da gente. Eu defendo como um princípio fundamental, mas no atual estado capitalista é muito difícil. Desde o início, a EJA foi puxada para a formação para o trabalho e menos para a questão cultural, menos para a aprendizagem nesse espírito mais aberto. Aqui aconteceu mais tardiamente, mas **como recriar esse espírito de aprendizagem ao longo da vida sem mudar a forma de produção? Uma das coisas que acho que seria o início poderia ser um centro que não fosse apenas o anexo de uma escola, mas pensado em termos de arquitetura, de espaço físico, de proposta para a EJA.** Eu visitei em Bauru- SP um CEA[Centro de Educação de Adultos]; que fora construído especificamente para a EJA e eu também vi o CIEJA [Centro Integrado de Educação de Jovens e Adultos] em São Paulo. **A proposta seria criar múltiplos espaços de aprendizagem em que a pessoa pudesse ir à biblioteca, assistir um debate, cursar a EJA ou usar laboratório de informática. Espaços que não tenham a ver somente com escola, mas com a aprendizagem em sentido amplo. Isso abriria a ideia de aprendizagem como prazer. Talvez eu esteja sendo um pouco utópico...."**(IRELAND, grifos nossos);
>
> **b) "**O conceito da aprendizagem ao longo da vida tem tentado abrir mão do termo educação. Nesse caso, a gente perde muitos mecanismos de direitos humanos que a gente vem construindo nas últimas décadas. A gente vê como um risco as tendências que querem substituir a palavra educação por aprendizagem. Isso é muito presente também. **Nas últimas versões você vê educação e aprendizagem, sempre estas tentativas de consensos globais, de todo modo permanecem as duas coisas**."(MODÉ, grifos nossos) e
>
> **c) "**No ano passado, na Setec, nós trouxemos esse debate justamente para **contestar esse direcionamento para o mercado**. Agora a pauta vai ser dialogada com a EJA e acredito que Timothy [Ireland] já esteve com as professoras e a intenção é trazer mais abrangência para os conceitos, mas a gente **tem a inclusão emancipadora e a inclusão que conserva** [...] **Acho que na SECADI, a EJA tem uma perspectiva transformadora, mas dentro do MEC tem também vertentes que não estão nessa linha, então é uma disputa ideológica permanente**." (ENTREVISTADO(A) MEC, grifos nossos)

O tema seguinte “Assistência Estudantil” foi recorrente nas entrevistas. O tema transborda para além dos muros da escola; tendo em vista que seus rebatimentos atravessam o direito à moradia, à alimentação, ao trabalho, ao lazer. O/A estudante que solicita assistência estudantil já chega à instituição com uma série de necessidades. Falar de assistência estudantil é falar das desigualdades engendradas pelo MPC. É falar de políticas públicas mais consistentes e que atendam integralmente adequadamente todos os sujeitos que dela necessitem. Relatos mostram que a assistência estudantil no IFRJ não atende de forma adequada as necessidades de todos e todas as estudantes

> a) “[...] A questão social precisa ter mais força, pois o público da EJA é um público mais vulnerável. A gente sabe que toda a estrutura joga contra, desde o transporte, a renda, o emprego, a própria precarização do trabalho. Isso é um dificultador. Para além da escola, tem que ter uma estrutura a favor porque as questões mais prementes, que é o sustento é muito forte na vida de todos nós, imagina do pessoal da EJA: precisa da bolsa, de alimentação, de um currículo diferenciado, com pedagogias diversas [...]” (ALMENARA);
>
> b) “Os alunos da EJA-EPT recebem um pouco a mais que os outros estudantes; o que também não é muita coisa: R$ 150. Quando o Proeja iniciou, o Programa trazia um recurso específico para a EJA-EPT, além disso a gente tem a assistência estudantil que eles concorrem também por edital. Tem também o passe estudantil. No principio foi bem complicado pelo fato deles serem adultos e as empresas de ônibus não queriam conceder. Toda essa situação que a empresa não entende, pois está visando o lucro, mas isso já está pacificado. Em relação à alimentação eles recebem auxílio alimentação, mas o auxílio não consegue cobrir as despesas. Espero que a gente consiga o refeitório. Todo mundo bem alimentado estuda melhor. Eu espero que tenha um financiamento especial destinado à EJA para aumentar as chamadas e recursos da assistência dentro da instituição.”(ALMENARA);
>
> c) “Aí não tem como dizer que um aluno sem alimentação, sem ajuda transporte sem o apoio de permanência ele vai conseguir ficar no curso.” (MACHADO) e
>
> d) “Política de permanência é fundamental para que o aluno trabalhador continue na escola. Chega de colocar o dedo na cara dos estudantes e dizer que eles não querem ficar na escola. Está mais do que provado que quando você tem políticas afirmativas, políticas de permanência, você de fato consegue fazer que mais pessoas permaneçam. Não estou dizendo que não haverá desistência. Estou dizendo que se reduz evasão, mas sobretudo se reduz exclusão quando a gente oferece às pessoas condições reais para que elas permaneçam.” (MACHADO)

As entrevistadas pontuaram que a assistência estudantil é fundamental para permanência, êxito e acrescento: um direito de estar e permanecer na escola. Durante a pandemia da Covid-19 o IFRJ incrementou recursos nesse âmbito para atender também a desigualdade digital, com compra de chips de dados e *tablets,* o que demonstrou a precariedade digital dos e das estudantes.

O tema seguinte “BNCC” foi trazido; tendo em vista a importância da questão e principalmente a atitude da terceira gestão Lula de realizar consulta pública para debater o documento, ouvir a população para que o documento fosse modificado , no que for possível. O governo não revogou o documento, o que levou o governo a ser alvo de críticas nesse sentido. A BNCC da forma que está não efetiva o direito à educação, mas o ataca, quando reduz as disciplinas, impõe itinerários formativos a sujeitos que não tem como realizar escolhas por conta de preclaridades anteriores, precariedades das próprias unidades onde são atendidos. Assim vai de encontro ao direito a uma educação emancipatória. Foi pontuada também a possibilidade da mercantilização da educação por parte de grandes corporações educacionais.

> a) “Eu diria que não tem sentido a BNCC: ninguém perguntou qual o currículo praticado na EJA desse país e impor um currículo sem fazer minimamente a escuta de quem está atuando com a modalidade nos últimos anos...Por trás disso tudo o que se tem é a velha estratégia: vender livros, vender cursinhos preparatórios para o exames, vender formação de professores, porque o pacote de uma Lemman[100] da vida, tudo isso tem a ver com interesse mercadológico traçado em cima do currículo. Os PCNs[Parâmetros Curriculares Nacionais] o que deu? Não entraram em ação e foi muito mais debatido que BNCC. Então tudo que tentou se desconstruir de 2014 a 2022 é resistência para retomar o rumo. **Nós não temos que partir do zero**, **temos que parar com essa história de dizer que nós não temos referência, a RFEPCT é uma referência e o ganho de qualidade em termos de formação humana é o que espero que a classe trabalhadora deve ter**. Essa avaliação é a partir do que vim acompanhando de dentro do MEC. Eu fiquei no MEC no primeiro ano do mandato do Lula. Vi o primeiro edital e depois o Observatório. [...] **Acompanhar os debates pelo Plano Nacional de Educação me fez ver o quanto faz falta a educação com a perspectiva emancipatória,** para que na hora que o sujeito for dar o voto ele entenda compromisso com quem ele está colocando lá.” (MACHADO, grifos nossos)

O(A) entrevistado(a) MEC destaca algo muito importante nesse debate sobre os rumos da BNCC; é que a atual formação do CNE é ligada ao governo anterior, então é muito difícil o andamento sobre BNCC em 2023; que há de aguardar a nova composição do CNE em 2024. Ainda lembra que a BNCC

[100] Somos uma organização de filantropia familiar, nascida em 2002, a partir do desejo de construir um Brasil mais justo e avançado. Para isso, nossa atuação está fundamentada em dois focos estratégicos: Educação e Lideranças, ambos com compromisso transversal pela equidade racial. Nossa estratégia de atuação é orientada para dar contribuições decisivas ao país. São ações que até 2031 terão como foco a alfabetização no tempo adequado, a recomposição das aprendizagens com redução da desigualdade racial, o desenvolvimento e conexão de um grupo relevante de lideranças diversas e representativas para o país, e a garantia de um serviço público efetivo e pautado na gestão de pessoas. (FUNDAÇÃO LEMANN, 2023)

> a) “é outro problema: não tem EJA. A BNCC não quer a EJA e a EJA não quer a BNCC. A BNCC era uma demanda de um Ensino Médio que tem uma carga horária de 1200 horas e o Ensino Médio da EJA, como que responde a Lei? A resolução tentou responder isso, mas com a mudança da Lei que deve vir agora vai ter que ter uma nova resolução. **Nossa diretoria, e eu como técnica estou percebendo é a retomada do diálogo. É fazer uma diretriz em diálogo com a sociedade. Por outro lado nós não temos um Conselho Nacional de Educação favorável, porque o Conselho que está lá é ligado ao governo anterior**. **Então as diretrizes vão ter que esperar um cenário melhor no CNE para assumir essa nova Diretriz**. Isso só vai acontecer no meio do ano de 2024, quando se poderá colocar pessoas novas no CNE, ou seja, se a gente enviar propostas agora vai cair na mão de pessoas que será difícil o diálogo. Acho que o que cabe agora é só diálogo, o amadurecimento para quando chegar a oportunidade de chegar uma pessoa relatora, que possa ser adequada de uma nova proposta de diretrizes; que seja mais progressista; que possa fazer as alterações . Nesse momento não sei se tem contexto para isso.” (ENTREVISTADO(A) MEC)

Machado é taxativa no que diz respeito à BNCC e ao lugar da EJA-EPT. A professora afirma que a RFEPCT, a EJA-EPT deve resistir a esse equivocado arcabouço educacional e mostrar que temos um projeto de educação emancipador, integral com excelentes resultados

> a)“A gente também sofreu muito porque tivemos por parte do governo federal uma série de questões que foram ocupando a pauta. De 2012 a 2017 eu diria que dois eixos que ocuparam a pauta foram: reforma do Ensino Médio e BNCC. Não que nenhuma das duas questões atingissem diretamente a EJA-EPT naquele momento da discussão, mas a partir do momento que não se chamou para ouvir quem entendia da área, quem pesquisava a área... Aquele pacote não interessava, pois estava sendo assessorado pelo Todos pela Educação[101] e em algum momento ele iria vir como sendo a salvação via imposição. Precisamos dar o passo seguinte: a esse projeto aí nós temos um outro que dá melhor resultado; que é melhor avaliado pelo Enem, pelo Pisa, pela avaliações do mundo. Não é só dizer não a isso: é preciso mostrar o que mudar. Parece que no caso da EJA-EPT, a RFEPCT tem todas as condições de dizer: isso aqui não nos serve. Não é por aqui que nós vamos. Nós vamos continuar a fazer nossos cursos integrados aqui. Isso não acontece com a mesma força na rede municipal e estadual e então para nós foi um enorme prejuízo o regramento legal que vai sendo imposto.”(MACHADO)

O tema “EJA” apresentou questões tais como: a falta de licenciatura de muitos docentes da EJA, o lugar de protagonismo da EJA na terceira gestão Lula com reconhecimento dos sujeitos da EJA com suas especificidades, reconhecimento do mundo do trabalho, estímulo à demanda em âmbito nacional, a partir de chamada pública, diminuição da evasão, pesquisa para identificar demanda real de EJA no Brasil

> a)”Eu tenho certeza que (no governo Lula) a EJA será reconhecida como a

> modalidade da educação básica pensada para as pessoas que não tiveram direitos educativos. Alguns desafios a gente colocou aqui: reconhecer os sujeitos específicos para que eles tenham atendimento adequado, reconhecer o campo da educação e mundo do trabalho e temos que estimular a demanda. As matrículas vêm caindo e nos últimos anos elas despencaram. Uma das iniciativas que estamos pensando é a chamada pública com registro de demanda. A chamada pública está prevista na LDB, mas na verdade ela nunca se realizou de forma robusta. O que temos feito é de um lado com os municípios que estão inscritos no PEJA[Projeto de Educação de Jovens e Adultos] estimulando e apoiamos para que seja feita a chamada pública no território. A gente não tem dúvida da demanda para EJA, mas a pergunta é: Por que essa demanda não está na escola? A ideia é fazer isso para além dos municípios que a gente tem contato direto, ou seja, estimular para âmbito nacional. De um lado a demanda e do outro as redes de ensino. Já tivemos conversa inicial com os municípios e estamos solicitando um estudo de informações que mostre qual é a necessidade real da oferta da EJA no país. O que queremos identificar os arranjos administrativos, os arranjos de tempo e espaço e as propostas curriculares que estão sendo feitas no Brasil à fora. Conhecer o que está acontecendo com a EJA, promover encontros e trocas que ajudem as redes a pensarem a EJA para além do ensino noturno.” (GRACIANO)

Modé pontua a necessidade de sairmos do caminho da EJA compensatória e partirmos para uma EJA, a partir da educação popular

> a) “Você reorientar o sentido de um percurso educativo, para que de alguma maneira consiga formar vozes críticas para esse lugar que estamos dentro... Quando a gente faz esse tipo de proposição, a gente não consegue ainda chegar à profundidade do que estamos falando. No âmbito internacional da EJA existe uma discussão que é sobre a função, sobre o sentido. **Aqui na América tivemos dois caminhos: um ligado a esse conceito remedial de você compensar algo que aquela pessoa historicamente não teve acesso em sua idade esperada: algo compensatório e para isso temos que remediar de alguma maneira. A outra são experiências potentes nas raízes da educação popular, do quanto os processos de EJA possam ser usados em favor do desenvolvimento dessa consciência. A gente precisa fortalecer na região uma visão que ultrapasse a visão do básico e mostre o horizonte possível**. Um elemento importantíssimo que a gente tem conversado é sair da chave do compensatório, colocar a ideia da EJA como um horizonte universal para todas as pessoas. Você já concluiu sua escolaridade, mas você quer continuar se formando: a famosa educação ao longo da vida. Aqui na região (America Latina e Caribe) a gente não vive isso tão organicamente: tem o conceito, mas não tem isso traduzido em práticas porque outras urgências aparecem.”(MODÉ, grifos nossos)

O(A) entrevistado(a) MEC faz um relato histórico de sua experiência na EJA dentro do MEC e nos mostra as resistências e o descaso com a modalidade dentro da Pasta. Por outro lado, observamos que o trabalho das técnicas e técnicos no MEC atravessaram esses períodos de sabotamento da EJA com muita resistência, inclusive explica como os técnicos conseguiram repassar recursos que estavam parados aos institutos, mesmo dentro do governo anterior. Essa situação, se por um lado poderia ser usada como carta política pelo governo anterior, por outro lado fez com que recurso chegassem aos institutos, isso num período em

que recurso do MEC eram bloqueados com freqüência, além do Brasil ter um governo que desprezava a Educação.

> a) "Os institutos passaram a ter matriz, mas por ser um processo de inclusão dos trabalhadores, ao deixar de dialogar sobre os institutos, sobre o Proeja, essa oferta decaiu grandemente dentro dos institutos e desmobilizou. Já era difícil a gente ficar lá fazendo fomento e quando a gente sai de cena, praticamente acaba. Aí em 2015 saio e vou para o doutorado. Esse período pelas informações que tive aqui dentro do MEC eram ações bem pontuais. Volto em 2019, até com medo, para a SETEC, porque minha secretaria de origem era a Secretaria de Educação Profissional, onde nasce o Proeja. Até então eu não estou na EJA, estou na Setec, que cuida da EJA com educação profissional. Volto à Setec e tento de alguma forma dialogar para o retorno da EJA à Setec porque a Setec tinha isso: EJA não é com a gente. **Ao abandonar o Proeja ela começa com uma perspectiva de que ela quer discutir a educação 4.0, metaverso, EJA deixa lá com a EJA. De 2015 a 2019 o Proeja já vinha sendo descaracterizado desde 2012, mesmo com o golpe de 2016 e esses outros elementos, essa linha mais progressista de 2005 a 2010...2011 vai se enfraquecendo com certeza.** Em 2019 volto para SETEC e lá nada de EJA, Proeja: tudo parado. Aí eu faço um movimento interno para eu ir para a EJA do MEC e a EJA naquele momento não tinha um lugar no MEC, mas ela estava na sede da SEB. Ela estava num "quartinho dos fundos" da sede, porque não tinha nem Coordenação. Eu fui pelo meu compromisso, porque sou uma pessoa que, se eu fui financiada no meu doutorado para trabalhar com a EJA eu deveria ficar para não deixar a luz da EJA apagar. Era meu objetivo e para minha surpresa, as coisas não são tão lineares como a gente imagina, naquele momento um Coordenador que era vinculado à Leeman estava saindo e um coordenador vinculado à Universidade Católica sabia que tínhamos 19 milhões; um recurso bem pequeno. **Ele sabia que nós tínhamos que gastar esse dinheiro. Ele sabendo disso apostou na nova parceria com os institutos federais para fazer EJA integrada e nós retomamos a proposta do Proeja sem o nome Proeja, mas como uma proposta que a gente denominou EJA Integrada à EPT; que é uma portaria que foi estabelecida depois.** Aquele momento que eu estava resgatando ali era o fomento aos institutos para a EJA integrada. Começamos com projetos pilotos em 2019. Fizemos uma chamada em 2022 e agora a nova gestão entendeu o valor disso e está continuando o fomento a esses projetos. **Importante você olhar na sua pesquisa, os dados de acompanhamento do monitoramento do quarto PNE, de 2019 a 2022, como a curva muda a rota: ela sobe de 2019 a 2022. É pouco, mas é um pouquinho que mostra que um fomento suplementar à EJA integrada é importante ainda para as instituições públicas federais**. Isso não é um esforço só meu, mas dos servidores e gestores que não tinham viés ideológico e que compreendiam a importância da proposta porque dentro do MEC. No governo Bolsonaro **tivemos vários vieses ideológicos e nenhum viés também**. **A EJA foi tão abandonada: nem pessoas da linha mais ideológica queriam assumir, então isso foi bom por um lado porque a gente servidor teve muita autonomia."**(ENTREVISTADO(A) MEC, grifos nossos)

O(A) entrevistado(a) MEC declara também que no INEP não há SAEB para EJA; que o Censo Escolar precisa ser alterado em sua dinâmica para que o quantitativo de estudantes da EJA seja o real e crie uma defasagem anual por conta dos que entram no meio do ano, mas não recebem recursos porque o Censo acontece no inicio do ano; que há dificuldades de inserção da EJA na estrutura do MEC. O(A) entrevistado MEC também fala da necessidade

inicial de se criar um Programa, o Proeja e assim Machado lembra que foi algo pontual necessário naquele período, mas que agora precisamos construir uma política de Estado nacional de EJA e EJA-EPT

> a) "Acho que temos que pensar em questões estruturantes que garantam oferta: Fundeb, por exemplo. Isso é uma luta mesmo interna. Quando a gente faz um programa suplementar é para dar um pontapé para a instituição sair da inércia. **Os institutos não estavam fazendo nada, então foi para que eles saíssem da inércia**. Agora, infelizmente, como a EJA é sempre o apêndice do apêndice... Por exemplo, hoje o INEP não tem um SAEB [Sistema de Avaliação da Educação Básica] para EJA. Tem para Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e nem sou favorável total ao SAEB, mas **a gente tem dificuldade de inserir a EJA organicamente nas estruturas do MEC então esse é um desafio, quando Margarida [Machado] fala de política de Estado, a gente precisa ter um INEP assumindo a EJA. Hoje tem no INEP uma entrada de Censo; que é em maio, só que o aluno da EJA entra também no segundo semestre, então só fazem a contagem desse aluno no ano seguinte porque o INEP não abre o Censo duas vezes ao ano. O INEP Atende ao aluno regular, mas não atende à EJA, então temos questões estruturais difíceis de mudar**, porque a EJA não se encaixa. Não são fáceis essas mudanças, mas elas são fundamentais para uma política de Estado." (ENTREVISTADO(A) MEC, grifos nossos)

Paixão lembra do Projeto Mulheres Mil e aqui lembro também do Pronatec. Ambos não criam institucionalidade; é a EJA-EPT disponibilizada de forma precarizada, um paliativo. Em 12 de julho de 2023 a Setec/Mec lançou nova fase do Programa Mulheres Mil para adesão, com oferta de 25.000 vagas, com investimento de R$ 40 mi, sendo que a RFEPCT ofertará 15.000 vagas.

> a) "Tem algumas tensões que são preocupações minhas. A SETEC acredito que, em trabalho conjunto com a Secadi tem feito chamada pública para a o Mulheres Mil[102]; que é um projeto que está dentro hoje do Pronatec, tanto é que o guia que a gente segue é o guia do Pronatec para oferecer possibilidades de cursos. No governo Bolsonaro o recurso era para Proeja-FIC[103] em 2022 e volta agora sem nenhum

[102] O Programa Nacional Mulheres Mil foi instituído nacionalmente em 2011 e é fruto dos resultados positivos gerados por uma iniciativa piloto de mesmo nome, criada em 2007 pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC). O objetivo do programa é promover a formação profissional e tecnológica articulada com aumento de escolaridade de mulheres em situação de vulnerabilidade social, especialmente das regiões Norte e Nordeste do país. Para isso, atua no sentido de garantir o acesso à educação a essa parcela da população de acordo com as necessidades educacionais de cada comunidade e a vocação econômica das regiões (MEC, 2023)

[103] O programa Proeja Fic vai levar educação profissional e tecnológica a jovens e adultos de 171 municípios de todas as regiões do país, neste semestre.Os cursos serão ministrados por professores dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia mais próximos de cada município. O conteúdo é voltado para a educação profissional associada à escolarização formal para jovens e adultos de 18 estados e do Distrito Federal. (MEC,

> questionamento. **Leio Mulheres Mil como forma de mostrar que a gente consegue alcançar pelo menos uma parte das metas do PNE** porque o Mulheres Mil entra para conta da EJA-EPT-FIC. A mesma tensão que eu tinha com esse recurso é a mesma que eu tenho agora: que são as pessoas fazendo EJA de forma precarizada para cumprir meta. **Você não cria institucionalidade, porque Mulheres Mil não cria institucionalidade nenhuma. Você vai lá trabalha por hora paga. Não é dentro da instituição. Não vem mais recursos para a instituição. Você está fazendo um trabalho precarizado, mas não vai garantir que a EJA cresça dentro da instituição como política pública**. **Olha a contradição: eu quero que esses sujeitos estejam na instituição, mas não de forma precarizada e muito menos quero que a SETEC ou projeto da EJA que a SETEC tenha para gente e para a EJA seja esse. Isso pode ser um paliativo, mas não pode ser de fato a política pública para a EJA."** (PAIXÃO, grifos nossos)

Ainda, Paixão pontua o sucateamento da EJA, após o *Impeachment* da presidenta Dilma Rousseff em 2016

> a) "Estamos numa luta da educação das escolas rurais, principalmente noturnas que têm fechado muito; ausência de chamada pública; de muita gente não ter incentivado a EJA como forma de garantia de escolarização, mas na verdade é só uma certificação. Houve um verdadeiro desmonte. **Nós estávamos com problema de matrícula antes do golpe de 2016, mas é terra arrasada o lugar que a EJA se encontra hoje."**(PAIXÃO, grifos nossos)

O(A) entrevistado(a) MEC afirma que o Pronatec não contribuiu para criação de institucionalidade. Criou um entrave para a EJA-EPT; que os recursos do Pronatec, se investidos na EJA-EPT, tais recurso teriam logrado melhores êxitos.

> a) **"**O Pronatec arrasou com o Proeja [...] Isso era uma questão muito polêmica. Pouco se produziu com o Pronatec, mas ele pode voltar a qualquer hora. Se esse recurso do Pronatec tivesse sido investido na EJA-EPT nós teríamos outra perspectiva, mas ele foi para instituições que não tinham esse compromisso com a Educação Básica: elas tinham compromisso com uma formação operacional. O Pronatec foi devastador e o fomento da SETEC para o Proeja nos institutos acabou."(ENTREVISTADO(A) MEC)

As entrevistas criticam a carga horária de EJA EAD trazida na Resolução n.º 1/2021; tendo em vista que o documento traz relevo à EAD na EJA, o que beneficiaria a iniciativa privada, e minaria a socialização, a EJA presencial, as trocas entre os sujeitos. Ireland e Machado não condenam a EAD, mas criticam a forma como a querem utilizar na EJA. Para tanto, é preciso estreitar relação do direito à educação ao direito ao acesso digital. Machado traz a realidade da pandemia da Covid-19 e de como ela influenciou as relações entre as

---

2023)

pessoas de forma geral e no campo da educação. Atesta a precariedade das formações na modalidade, com pessoas com certificado em mãos, mas que não aprenderam nada e vai além, o discurso utiliza a EAD como se fosse um processo de democratização

> a)"No governo anterior houve uma tendência muito clara, naquela última Resolução de maio de 2021. Aquilo é uma tempestade. O próprio propósito de aprendizagem ao longo da vida é um contrasenso. Não faz sentido o que estavam preparando. Era para a EJA ser ofertada principalmente a distância e com isso se prepara o caminho para a privatização. A participação da EJA no setor privado é muito pequena, mas se colocar tudo como EAD vai ter muito mais interesses: sendo algo de massa será muito mais lucrativo. Outro lado é a questão presencial: para a EJA é muito importante o contato entre educador e educando, educando e educando e entender as múltiplas funções de EJA. A escola é espaço de aprendizagem, mas também é de socialização. As pessoas vão para EJA porque querem uma desculpa para saírem de casa, encontrar com pessoas novas, em espaço diferente, ou seja, tem múltiplas condições. A questão não é simplesmente preparar a EJA para o ensino digital, mas jogar as pessoas para o ensino remoto, para a EAD. Eu acho importantíssimo que dentro dos próprios currículos de EJA as pessoas aprendam a usar a informática, mas que não se perca essa dimensão presencial; que acho importante para toda educação e principalmente para a EJA porque são pessoas que estão voltando para o mundo do conhecimento, da aprendizagem possivelmente depois de vários anos longe. A parte presencial é essencial, não tem como substituir. Inclusive você falou de António Nóvoa [professor da Universidade de Lisboa]. Nós fizemos um diálogo com ele, que ele apresentou em 2021, o Relatório Reimaginar Nossos Futuros Juntos e fez a ponte com Confintea VII. Ele era da Comissão Internacional dos Futuros da Educação e do Comitê Consultivo da Confintea. Ele militou fortemente para manter esse espaço presencial da EJA. A gente é gente, a gente não é digital, não funciona com *chip*. Funcionamos com afetos, emoções e tudo isso se perde no virtual."(IRELAND)
>
> b) "Ano passado eu participei de um webnário da Unesco em Paris, que estava comemorando 75 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Fizeram um seminário e uma das discussões que começa ganhar mais força é que há a necessidade de ligar o direito à Educação ao Direito ao acesso digital. Essa questão se tornou quase tão importante como o direito à educação para possibilitar o acesso de todos."(IRELAND) e
>
> c) "Eu sinceramente acho que a pandemia da Covid-19 escancarou isso: nós tanto temos uma deficiência de infraestrutura para que esteja à disposição da classe trabalhadora, dificuldade de conexão de qualidade e equipamentos adequados, como do outro lado a gente teve que reconhecer que a nossa capacidade de compreender como se fará a mediação do conhecimento por uma plataforma digital, isso não está resolvido. Não basta criar uma plataforma com textos em PDF disponíveis, com o *Google forms* disponíveis para serem respondidos a distância e chamar isso de ensino a distância. Isso é um absurdo. Quem estuda ensino a distancia há mais de 50 anos sabe que é preciso aprender como eu acesso a pessoa que está do outro lado, como eu me conecto com ela e não é só conexão tecnológica. Não é uma conexão fácil de se fazer e a pandemia banalizou isso de um jeito que agora, por exemplo, a rede do meu estado(Goiás), que já tem 42 polos de Educação de Jovens e Adultos a distância acha que com apenas um celular é suficiente para o estudante acessar o conhecimento que vai dar a ele um certificado de Educação Básica. Isso é criminoso com a modalidade de EAD, porque ela também é uma modalidade que precisa ser apreendida e nós precisamos ter informação para lidar com isso. Ao mesmo tempo é uma falsa sensação que está pronto, está resolvido. Nos depoimentos que nossa

> pesquisa está colhendo em Goiás são assustadores: pessoas que estão com esse certificado EJA-TEC e não aprenderam nada; que não sabem dizer o que estudaram, não sabem escrever o que aprenderam. Estou falando de pessoas com certificado de Ensino Médio. E só agora que isso está acontecendo? Tinha precarização no presencial também? Tinha, mas estão piorando a condição de precarização. Isso está dentro da estratégia de subalternidade. Eu faço de conta que estou lhe ensinando e você faz de conta que está aprendendo. Infelizmente temos isso acontecendo de norte a sul do país, com a desculpa de que estão facilitando a vida do trabalhador. Olha a hipocrisia do discurso da democratização pela via do ensino a distância! Eu não condeno a tecnologia. Temos que aprender a lidar com ela e considero que uma parte da classe que trabalha vai se beneficiar se tivermos bons cursos em plataformas digitais, mas do jeito que está é um desrespeito."(MACHADO)

O outro tema "EJA-EPT", questão central desta pesquisa foi discutido em várias entrevistas. Costa disse que a Secadi, a partir de reestruturação na terceira gestão Lula encontrou o Programa EJA integrada à EPT; que fora elaborado por técnicos do MEC, ainda no governo Bolsonaro. Este Programa está sem sintonia com os objetivos da Secadi. Também clarificou que cumprir a meta 10 do PNE é impossível, mas que o governo buscará se aproximar da referida meta; que o poder público deixou a desejar em relação a fomento para que tal meta fosse alcançada, ou que se chegasse próximo a ela.

O(A) entrevistado(a) MEC lembra que o número de matrículas na EJA-EPT teve um aumento na RFEPCT, a partir do fomento suplementar no período de 2019 a 2022; que a parceria entre RFEPCT e municípios é primordial, mas que esbarra na precariedade dos municípios.

Machado pontua o protagonismo de docentes, estudantes e técnicos, a partir das elaborações e reelaborações dos Planos **de Desenvolvimento Institucionais - PDIs iniciaram uma luta para que o Proeja fosse chamado de EJA-EPT, ou seja, essa foi uma virada , digamos histórica, na construção de uma política nacional da EJA-EPT e que essa mudança aconteceu e vem acontecendo por dentro da RFEPCT.** Aqui faço uma reflexão desse protagonismo por dentro, ou seja, assim como no MEC existiam e existem técnicas e técnicos que levaram a EJA adiante, elaboraram o Programa EJA-EPT no governo anterior, dentro da RFEPCT foi se conformando essa mudança para a efetivação da EJA-EPT. Fica clara a importância das ações dos sujeitos dentro das instituições; ações que se materializam em desconstrução de determinados lugares e construção de outros lugares e de políticas públicas. É esse movimento que podemos perceber com a construção da EJA-EPT por dentro.

O IFRJ em 2023 esteve trabalhando no processso de construção do novo PDI que vai vigorar de 2024 a 2028. Esse processo contou com a participação da Coordenadora Geral de

EJA do IFRJ, Professora Emanuelle Jorge contribuindo para a efetivação EJA-EPT, em consonância com a construção da política que está sendo elaborada pela Secadi/Setec/MEC. Essa institucionalidade que o PDI trará certamente fortalecerá a modalidade no IFRJ.

O(A) entrevistado(a) MEC chama a atenção para a questão de que Programa é ação de fomento e que com ela precisa-se pensar em ações estruturantes, como por exemplo o fator de ponderação do Fundeb e fortalecimento dos municípios para fortalecimento da EJA-EPT, tendo a RFEPCT como ponto de ligação para essas ações. A contradição nessa questão é o temor de que com o término do Proeja possa ocorrer que a RFEPCT, uma vez não mais sendo obrigada a ofertar o Programa, deixe de cumprir esse papel. Nesse sentido, a construção da política de EJA-EPT em curso precisa garantir através de mecanismos legais a mesma obrigatoriedade de oferta na RFEPCT. Como pudemos observar, em *campi* do IFRJ, mesmo com a obrigatoriedade a maioria não conta com cursos de EJA-EPT, logo sem o Proeja essa situação pode ser agravada. Assim, a consolidação de uma política de EJA-EPT deve estar atrelada à obrigatoriedade da oferta.

O IFRJ, a partir do curso de Especialização em EJA tem contribuído para a formação de especialistas em EJA, indo em direção da necessidade dessa formação para esse público específico. A oferta do curso em formato híbrido, a partir de 2024 é resultante de processo de análise pós pandemia da Covid-19. Nesse sentido, intenta-se atualizar o curso, ter uma maior captação de estudantes e, portanto, diminuir a evasão no mesmo. Assim, é também movimento que contribuirá para consolidação da EJA-EPT dentro do IFRJ.

No governo Bolsonaro, a partir da luta da servidoras e servidores do MEC, com a elaboração de fomento suplementar houve um aumento em matrículas da EJA-EPT

Paixão pontuou a necessidade da RFEPCT se aproximar das comunidades em seus entornos. Lembra que com a EJA-EPT-FIC essa aproximação é direta, mas precisa ser realizada com efetividade. Paixão também ressaltou que há a necessidade da efetivação de uma "institucionalidade" da EJA-EPT no IFRJ, ou seja, **a instituição precisa assumir a EJA-EPT como um curso integrado como qualquer outro ofertado em seu âmbito** (grifos nossos).

> **a)** "A gente já tinha muito clara uma das políticas nossas: a EJA integrada à EPT. Quando a gente assumiu estávamos com um orçamento bem pequeno. **O governo que tivemos anteriormente deixou a educação zerada**. Nós estamos trabalhando com o que tínhamos. Para nossa surpresa, aqui pela própria resistência dos técnicos daqui, que compreendiam a visão da EJA, já existia um programa: Programa EJA integrada à EPT; que tinha valores em algumas contas dos institutos federais; esse programa é tratado diretamente com os institutos federais de educação. Essa era uma

proposta que era feita dos institutos em parceria com municípios e estados. **A proposta era fazer a EJA integrada, mas articulada: institutos com estados e municípios.** São 27 institutos federais. O que a gente fez: demos continuidade e a verba pequena que chegou para nós cobrirmos ainda outros institutos que não haviam recebido valores, passaram a executar o recurso nessa perspectiva; já que esse era o desenho que estava na nossa cabeça. **Para além disso, para nós está claro que a meta 10 do PNE chegar a 25% é impossível de ser contemplada**. Impossível de ser contemplada não significa que nós não vamos deixar de entendê-la como uma meta importante [...] Na própria discussão do PNE eu tenho dito: ela não é exequível. O problema é que não houve fomento por parte de nenhum poder público para que ela fosse alcançada. É impossível, com essa disputa de recursos, somente a Secadi dar conta dessa proposta, então fomos buscar a Setec e estamos traçando um plano de EJA-EPT com diálogo entre estados e municípios. **Esse é o desenho de uma política que estamos fazendo; que terá recursos nossos e recursos da Setec. Aí sim vamos poder ampliar o escopo da política."** (COSTA, grifos nossos);

b) "Aqui podemos observar que, apesar de pouco, houve um crescimento **(de matrículas na EJA integrada no Ensino Fundamental e na EJA integrada no Ensino Médio) entre 2020 e 2022.** Quem cresce fundamentalmente são os institutos, **a partir do fomento suplementar que nós tivemos entre 2019 e 2022**. É insuficiente, mas se a gente pensar que estava em processo de queda, essa pequena mudança mostra que houve um fôlego, ou seja, com **as ações suplementares sendo fundamentais para essa estrutura se manter**, porque com a estrutura do Brasil através de Fundeb, SAEB, o que chega no município ainda não da conta da EJA integrada. **A EJA integrada é um sonho, mas para se tornar realidade precisa de estruturação desses municípios: que chegue laboratório, professor .... Os Institutos têm margem para EJA integrada e a gente com esse programa EJA integrada que fizemos agora, os institutos são obrigados a fazerem uma parceria com municípios e estados numa perspectiva de formação; de que o aluno do estado e do município sejam participantes da proposta também**. **A gente está tentando fazer uma indução via município, mas o município não tem condição de fazer uma oferta sozinho de EJA integrada. Para avançar na meta 10 tem que se pensar na estruturação para além das ações suplementares."** (ENTREVISTADO(A) MEC, grifos nossos);

c) "Outra coisa que é necessário falar é que de 2008 quando a RFEPCT começa a ter essa expansão, reestruturação, os Planos de Desenvolvimentos Institucionais – PDIs, colocam na pauta, no debate para elaboração interna, esse compromisso com a continuidade do Proeja e **nesse momento acontece uma coisa: é que esse momento da elaboração e reelaboração dos PDIs marca essa chegada da virada em que os próprios professores dizem: não vamos chamar Proeja, vamos chamar EJA-EPT**. **Essa é uma decisão política, e que isso passe a integrar as dinâmicas internas das instituições e parem de querer escantear porque chama Programa.** Essa é uma decisão importante, alcançada por dentro da Rede. Os professores e os alunos da educação de jovens e adultos iam para essas assembléias dos PDIs e a gente via essa disputa sendo ganha. **Eu acho que sua tese tem QUE ajudar nessa batalha e tirar o nome de Proeja, acho que na entrada pode dizer que nasceu como Proeja, mas a defesa é a política pública de EJA integrada à EPT."** (MACHADO , grifos nossos);

d) "A gente quando está falando da EJA-EPT estamos falando de um lugar que precisa ser construído e ele precisa destruir um determinado lugar. Do ponto de vista pedagógico, a gente sabe que há uma dificuldade imensa: não é só da RFEPCT, isso também acontece nos estados, nos municípios, de compreender a dinâmica dos sujeitos da classe trabalhadora para que ao propor uma estratégia curricular, esse sujeito não seja mais uma vez excluído. Eu quero dizer que a experiência da EJA-

EPT tem esse grande mérito de ter sido um grande laboratório para muitas experiências, experiências diversas como deve ser. Eu, particularmente acho que a gente depende hoje da **RFEPCT sistematizar e dar a cara da EJA-EPT, como uma experiência curricular, político pedagógica viável**." (MACHADO, grifos nossos);

e) "Sim, eu acho que nós temos a meta 10 do PNE, que diz que a política é a EJA-EPT. Essa é a norma máxima: nossa Lei. Podemos mexer na LDB para melhorar o que significa essa articulação com a EPT. A LBD diz que "A EJA deve preferencialmente ser articulada com a educação profissional". Será que quando se fala de uma organicidade da LDB deve-se dizer claramente o que é? A LDB diz que isso já existe. Quando eu falo de programa, eu estou falando de ações de fomento. Essa ação tem um nome: EJA integrada por exemplo, mas além da ação de fomento suplementar nós precisamos pensar as ações estruturantes, por exemplo, o fator de ponderação do Fundeb. A meta 10 foi estabelecida em 2014, com 25% de EJA-EPT. Aí nos perguntamos: Quantos municípios puderam fazer isso? Que estrutura eles têm para dar conta? Que capital nós disponibilizamos para fazer isso? Quando falo de capital falo de recursos para construção de laboratórios, contratação de professor de educação profissional. Essas questões são estruturantes. Hoje tem município que mal oferta a EJA. O município diz que não tem dinheiro para contratar esse professor. Eu acho que é uma ação suplementar do MEC. **Se nós quisermos avançar nessa meta, num novo PNE, a gente precisa, além da parceria dos institutos, pensar em questões estruturantes que chegue nos municípios, pois com o município teremos um avanço com a EJA integrada**. Os institutos estão no limite institucional, o Sistema S não esta a fim de fazer Educação Básica, pois o foco dele não é a Educação Básica. **É preciso entender que, no Brasil, para a ampliação da EJA integrada é necessário que se tenha uma reestruturação nos Estados e Municípios, mas enquanto isso não acontece a gente tem as ações de fomento suplementar denominadas programas**.A busca é atingir uma política e para mim o PNE é uma grande guarda-chuva. **O Proeja é um Decreto. Se reeditar o Proeja, o que vai colocar no lugar? Fico com medo. Hoje as instituições federais têm a obrigação de fazer, então se retira o Proeja elas vão continuar fazendo?"** (ENTREVISTADO(A) MEC, grifos nossos);

f) "Fazer com que as pessoas da região estudem em nossas instituições, **é preciso que a gente intervenha na comunidade, faça pesquisa, faça extensão, produza pesquisadores e melhore a vida das pessoas que estão perto da gente**. Isso é possível com aproximação das escolas municipais, associações de trabalhadores, de moradores, se a gente faz esse trabalho, a maior contradição é isso: com a EJA-FIC a gente tem que atender o público local e a gente precisa fazer certo,de forma comprometida: não sendo só protocolar, mas que usemos nosso comprometimento político para que qualquer IF dê o retorno à sociedade."(PAIXÃO, grifos nossos);

g) "Toda a luta do fórum interno, fórum nacional, municipais, estaduais aconteceram nesse período[da pandemia de Covid-19]. Foi o período que mais a gente trabalhou e sofreu para garantir a oferta da EJA. Foi momento de adversidade quando lançamos mão de todas as nossas forças para conseguir se fortalecer. **Se nesse momento que a gente está, a gente coloca toda força daquele momento, a gente consegue produzir muito mais resultados e alcançar a perspectiva de fortalecimento da EJA, pois existe uma Secadi.** Dentro da Setec temos pessoas que, por mais que tivessem sido silenciadas, agora se sentem livres para seguir. Para mim, o futuro, apesar dos percalços das dificuldades vejo com muito mais esperança. O tema do nosso encontro (VI Encontro Nacional da EJA-EPT (PROEJA) da Rede Federal em 2023) é "Esperançar como o verbo". Eu tenho muita esperança. Acho que a gente não trouxe o sexto encontro para o Rio de Janeiro à toa: é uma forma da gente comprometer a instituição, pois não é possível o IFRJ sediar um evento quando a gente não faz o dever de casa. **Foi uma estratégia política nossa**. **A gente não trouxe antes porque não via terreno para isso. Agora é um momento oportuno**

> **de escolha nossa, para a gente construir uma política preocupada, atenta e comprometida.** Meu cenário é de esperança, com muitas escolhas. Acho que o trabalho com as prefeituras e sistemas de ensino é uma oportunidade para de fato cumprirmos o nosso lugar como Instituto Federal na localidade, de se colocar como parceiro equânime, não como superior a esses espaços e ainda que a sociedade entenda que nós somos uma outra possibilidade de caminho formativo para os sujeitos."(PAIXÃO) e

> h) "É preciso uma institucionalidade. **A institucionalidade que falo é a instituição assumir que ela oferta a EJA, que o curso de EJA-EPT é um curso integrado como qualquer outro**. Assim, é garantir que a biblioteca, a secretaria funcione para os sujeitos da EJA; garantir que se faça material didático específico para EJA; garantir que a instituição, quando pense a semana científica, pense em atividades para a EJA, para os cursos noturnos; pense em assistência estudantil que tenha um olhar para o público noturno; que é o mais empobrecido. A institucionalidade é pensar como é o acesso desses sujeitos; garantir uma infra mínima para que eles se sintam acolhidos. No momento da matrícula, se falta um documento, que a instituição faça essa cópia; já que nem todos têm dinheiro para tirar uma fotocópia." (PAIXÃO)

O tema "Especialização *lato sensu* em EJA" , a partir da entrevista com Corenza foi demonstrada uma frente de ação da EJA no IFRJ, a partir da pesquisa e da formação de professores em EJA. Para tanto, Corenza esclarece que no período da pandemia realizou encontros *on-line* com diversos atores para que através de uma pesquisa de demanda, fosse possível atualizar o curso da forma mais adequada possível. Faz ainda um relato histórico desde o início do antigo curso de Especialização, Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, iniciado em 2007. Antecipa que em 2024 o curso será disponibilizado em formato híbrido e já com o currículo atualizado e explica como se seu o processo para essa atualização que se dará a partir de eixos: Tendências e Diversidade e Inclusão na EJA, Educação nas relações Étnico-raciais na Perspectiva AfroBrasileira e Africana, Movimentos Sociais e Educação e Práticas e Estratégias Interdisciplinares em EJA. Termina relatando sobre a intenção de estabelecer novas parcerias e mostra o caso da parceria com o município de Nilópolis.

> a) "A pesquisa de demanda foi uma pesquisa importante. Outra ação que a gente fez foi realizar vários encontros com egressos, com professores do Proeja do IFRJ. Foram encontros *on line*. Aproveitamos esse formato remoto. O segundo encontro foi com os egressos. O terceiro com coordenadores de EJA das prefeituras da Baixada Fluminense e o último com representantes de movimentos sociais. O Objetivo desses encontros foi para a gente ter uma ideia mais amplificada sobre a EJA, para que a gente pudesse fazer um curso mais próximo do que a gente acredita e do que está acontecendo aí. A partir daí também, a gente buscou enriquecer todo esse processo de construção." (CORENZA);

> b) "Esse curso iniciou como um curso de Especialização para o Proeja. Ele foi

pensando para professores que atuavam ou iam atuar no Proeja. No *Campus* Nilópolis Começou em 2007 e foi até 2011. Ele foi ofertado com financiamento da SETEC/MEC. Ele tinha outro nome: Curso de Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Ele acabou porque não tinha mais financiamento do MEC e aí o *Campus* resolveu implementar um outro curso, justamente para qualquer professor que atuava ou que gostaria de atuar na EJA. Não tinha mais esse corte de que deveriam ser apenas professores que atuavam no Proeja. Em 2009 foi aberto a todos os graduados. Em 2012 o grupo em que nós estávamos começou a pensar nesse novo curso: que era preciso ser um curso amplo e abarcar as diversas áreas de professores na EJA. Esse novo projeto começou a ser escrito e entrou em vigência em 2012 com o nome Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos. Esse ano está completando 11 anos e a matriz que a gente tem hoje é a mesma que foi aprovada em 2012. A oferta é 100% presencial e ofertado às terças a tarde e sábado de manhã. Ele é caracterizado como um curso *multicamp*: temos professores de Nilópolis, mas temos também de Duque de Caxias, São João de Meriti, da rede estadual e convidamos outros professores para fazerem esse trabalho no curso." (CORENZA);

c) "A partir de 2024 o curso será ofertado em formato híbrido: presencial sábado e eliminamos a terça-feira. Fizemos muitas reuniões, debates, estudamos muito para elaborar esse novo curso. Nós criamos um GT formado por: Albertina de Souza da Silva, Cláudia de Souza Teixeira, Fernanda Paixão de Souza Gouveia, Janaína de Souza Corenza, Rony Pereira leal e Wiliam Eduardo da Silva. Fizemos uma pesquisa de demanda, ou seja, enviamos um formulário para sabermos principalmente sobre esse dia de oferta, a terça-feira. Esse formulário foi para várias redes ali no entorno: para os *campi* Mesquita, Belford Roxo, Nilópolis e até do Rio de Janeiro, pessoas envolvidas com a EJA nos fóruns, justamente para saber um pouco o que as pessoas querem: curso presencial, *on line* ou hibrido. Outro dado importante foi uma busca que a gente fez no Cadastro Nacional de Cursos do MEC que mostra que no estado do Rio de Janeiro a gente só tem dois cursos em EJA: um da UFF; que é ofertado a distância e o nosso. Isso revela a importância desse curso nessa formação docente. O curso sendo hibrido a gente tem a possibilidade de ampliar a essas vagas" (CORENZA);

d) **"**Nós pensamos no eixo 4, que a gente está chamando de Questões Identitárias na/da EJA, que tem um total de 75 horas. Nesse eixo nós temos 4 disciplinas:
- Tendências e Diversidade e Inclusão na EJA. Em relação à essa disciplina Tendências e Diversidade, no próximo semestre, a gente pode convidar um professor que tenha essa discussão.
- Educação nas relações Étnico-raciais na Perspectiva AfroBrasileira e Africana porque a gente sabe que a lei que obriga a história da áfrica e afrobrasileira abarca também a questão indígena, mas infelizmente não temos nenhum professor com esse tipo de estudo.
- Movimentos Sociais e Educação, uma disciplina que já existia, mas foi refeita para atender esse eixo;
- Praticas e Estratégias Interdisciplinares em EJA.

Infelizmente não vamos ter uma disciplina para cada tema, mas uma disciplina que possa trazer esse diálogo para dentro do curso. Todas essas discussões ocorreram em 2022 e o projeto já foi aprovado nas instâncias que ele deveria passar. Agora estamos na parte de pensarmos o formato *online,* pois é tudo novo, tudo muito difícil. Durante a implementação as questões vão surgir. O projeto já fechou, mas ao longo do tempo se for necessário a gente modifica. Acredito que a avaliação vai ser constante, principalmente quando a gente colocar e prática." (CORENZA) e

e) "A gente vislumbra outras parcerias, mas temos uma com a própria prefeitura de Nilópolis. Nós tivemos uma ação no edital de 2023 porque sobraram vagas. Isso não foi só no curso de pós em EJA, mas em todos os cursos. Essas vagas que sobraram a

> gente abriu um edital especifico e essas vagas foram destinadas aos professores da rede de Nilópolis. Nossa ideia, quando a gente realizou essas rodas de conversas com atores diferentes era manter isso no ano que vem, porque a gente ouviu as demandas, elaboramos o projeto, mas é necessário que esse elo ainda fique. Queremos também manter as rodas, apresentar o curso nas escolas, ir às escolas. Assim que o edital de 2024 sair nós vamos às escolas para falar um pouquinho do curso. Convidar professores das redes para exporem suas práticas. Tem alunos da EJA fazendo trabalhos incríveis que a gente não conhece." (CORENZA)

O tema " Diretrizes Operacionais para a EJA" foi um dos mais presentes nas entrevistas . O(a) entrevistado(a) MEC fez um relato muito importante nesta questão; tendo em vista que o/a mesmo/a fazia parte da equipe de servidores que elaborou o referido documento. Assim, pôde dar seu depoimento, que consideramos inédito, como o(a) Técnico (a) da Secadi/MEC afirmou, em relação à análise do documento; tendo em vista que nas demais entrevistas pudemos observar uma consonância de críticas negativas ao documento, mas sem relatarem o processo histórico que resultou no referido documento. O olhar de dentro, e nesse caso não só de dentro, mas de participação na construção do documento é situação que consideramos um ganho muito grande para a pesquisa, para o debate acerca das Diretrizes. Em relação ao momento de construção do documento, o(a) entrevistado(a) MEC deixa claro que a falta de diálogo do governo Bolsonaro foi o grande ponto negativo naquele momento, mas que as Diretrizes foram a forma que as/os técnicas/os tiveram para que fossem repassados recursos do FNDE para PNLD. Como informa, a EJA estava sem material didático desde 2013. Defende que o documento é fragmentado pela falta de diálogo, o que era comum no governo Bolsonaro, mas que ao mesmo tempo as novas Diretrizes mantém a EJA integrada e concomitante; que já são previstas no Decreto do Proeja. Esse processo histórico até o momento da entrevista, não havia sido clarificado ainda, daí o ineditismo do relato. A comunidade externa não tinha o conhecimento de como e por que as diretrizes foram homologadas

> a) **"**Eu estava naquele contexto, no processo da construção das Diretrizes. Eu acho que um erro central do governo anterior foi a falta de diálogo. Inclusive essa falta de diálogo em todos os setores. Vou te explicar como foi esse processo para você ampliar seu olhar, porque quem está externo tem um olhar e quem está interno tem outro olhar. Vou te dizer um pouco desse olhar de dentro. Em 2019 quando cheguei havia uma demanda de material didático para a EJA. A EJA está sem material didático. O Ensino Fundamental e Médio têm material todo ano. A EJA está desde 2013 sem material, ou seja, a escola além de ser à noite e precarizada não recebe material do MEC desde 2013, quando foi a última publicação. Tinha uma demanda muito forte de novo PNLD – Programa Nacional do Livro Didático. Há um debate histórico sobre essa questão, mas naquele momento em 2019 o FNDE informou que tinha recurso para o PNLD. Havia municípios que não tinham nada. Então nós

> começamos um edital para livro didático para a EJA. Quando esse processo chegou para decisão final, o Secretário à época disse que não poderia publicar porque a Diretrizes para a EJA eram de 2010 e nós estávamos em 2020. Disse que não tinha como autorizar um material que não tinha uma diretriz atualizada. **Essa foi a grande questão de fundo das Diretrizes**. **Isso não está escrito por ninguém. Aí nós recorremos às Diretrizes do DF, porque as Diretrizes do DF tinham uma discussão com a comunidade do DF. Era algo restrito, mas se nós não fizéssemos as Diretrizes não teria o livro didático. Em 2019 tinha o recurso e em 2021 não tinha mais o recurso. Mandamos para o Conselho Nacional de Educação as Diretrizes, mas não para torná-lo algo fragmentado**, na realidade essa proposta era do DF. O erro dessa proposta foi o não diálogo; que era uma questão estrutural do governo. O CNE à época tinha o professor Eduardo Deschamps. Ele assumiu a proposta, depois a professora Suely Melo de Castro Menezes assumiu as Diretrizes[...] Se você olhar a perspectiva da EJA integrada está contemplada na forma do Decreto. **A EJA integrada está integrada nessa Resolução. Ela não foi esquecida. Ela tem outros problemas: concepção de alfabetização, lógica da educação ao longo da vida bem associada à educação especial, mas tem um fator positivo: ela não revoga nada das anteriores, mantém carga horária das anteriores. A Resolução não tira o que já acontece. Ela pode faltar um pouco de princípio, mas não revoga o anterior. Ela é sim fragmentada porque ela não dialogou, então a fragmentação está aí. Do ponto de vista legal, não houve mudança do que é a EJA integrada. Você tem a forma integrada e concomitante já prevista no decreto do Proeja."**(ENTREVISTADO(A) MEC, grifos nossos)

A produção de material didático para a EJA, que é o motivo que levou à construção das Diretrizes de 2021 é ação prevista no Parecer CNE/CEB n.º 11/2000, como podemos observar

> O MEC tem editado, coeditado e distribuído livros pedagógicos e didáticos apropriados para essa modalidade, direcionados aos alunos e aos professores, inclusive sob a forma de propostas curriculares. É um modo de traduzir a função supletiva da União no sentido de proporcionar aos projetos pedagógicos das instituições e dos estabelecimentos da EJA mais recursos didáticos (CNE/CEB , 2000, p. 52)

Graciano está em consonância com o relato do(a) entrevistado(a) MEC quando fala que as Diretrizes possuem erros conceituais e que foram feitas sem diálogo

> a) "Eu acho que esse documento tem sido avaliado por vários pesquisadores e pesquisadoras, pelos fóruns EJA. Existe um consenso de que esses documentos têm alguns equívocos conceituais. **Ele tenta estabelecer modalidades para EJA e uma delas a educação e aprendizagem ao longo da vida é um princípio da Constituição e é um princípio que rege a EJA.** Está lá no artigo que foi alterado e as Diretrizes tentam transformar isso numa modalidade específica trazendo apenas para alguns grupos a perspectiva da educação que esteja vinculada à realidade, que dê respostas à realidade e para as outras modalidades previstas ela induz a uma concepção engessada do ponto de vista curricular. É um documento que estabelece hierarquias, como se as pessoas dos anos inicias tivessem o direito a aprender menos do que as pessoas dos anos finais. Ela promove o que **Miguel Arroyo chama de injustiça cognitiva; que é essa ideia de você reduzir o mínimo possível para aquelas pessoas**. Ela não traz a ideia de que todas as pessoas têm direito a todo o

> conhecimento produzido pela humanidade. Ela tenta segmentar porque ela tentou fazer uma coisa que seria impossível, que foi adequar a EJA à BNCC. Ela é outra forma de educação. E **quando se tenta encaixar a EJA na BNCC a gente acaba com a EJA**. Toda ideia dos princípios e funções da EJA, estabelecidos pelo professor Carlos Cury no Parecer CNE/CEB nº 11/2000 caem por terra, porque virou uma segmentação, uma redução.Uma questão que tirou autonomia de estados e municípios. As diretrizes de 2000 servem para reparar direitos, ampliar condições para equalizar e qualificar, inclusive profissionalmente, mas não só. Estados e municípios têm liberdade para organizar tempo e espaço para responder às necessidades dos públicos específicos. A gente vai pensar aquelas comunidades locais, qual formato a EJA tem que assumir para dar conta das necessidades especificas daqueles estudantes. As Diretrizes acabam com essa possibilidade. No último artigo ela diz que a EJA em parceria com a iniciativa privada, porque só a iniciativa privada tem condição de atender á flexibilidade que a EJA exige. Ora, nos artigos anteriores tentou encaixotar e tirar autonomia de estados e municípios e depois diz que a iniciativa privada é quem pode fazer isso. A gente sabe que as pessoas que fizeram talvez tenham tido essa atenção da legislação, de que a e EJA está na BNCC, mas a BNCC não cita a EJA, justamente porque a EJA existe devido à diversidade de seu público. Ao mesmo tempo, as redes de ensino tiveram que se adequar. Agora, no âmbito da CNaeja, com os fóruns, ONGs, pesquisadores, com os educadores, com a Undime [União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação], secretarias municipais e estaduais de educação, a gente tem fazer um desenho como será a melhor função para atender as necessidades da rede de ensino. A gente tem ir construindo isso em diálogo com as redes de ensino: é uma revisão ou é uma revogação? **Essas diretrizes foram construídas a portas fechadas e a gente precisa ouvir quem está fazendo a EJA**." (GRACIANO, grifos nossos)

Machado chama atenção para o fato das diretrizes desconstruírem a política da EJA e se enredarem pela primarização da Educação Básica.

> a) "A Resolução n.º 1, de 2021, que eu diria que é o culminar dessa tentativa de desconstruir a política de como ela tinha de intencionalidade e ficar nesse absurdo, nessa primarização da Educação Básica porque estou tratando de forma mais primária possível. Aquilo que é o conhecimento necessário, chamado de base, para a população pobre desse país, e é para a população pobre desse país, pois os ricos vão continuar se formando em escola privada e continuar tendo todos os acessos e direitos para depois acessarem os cursos superiores que são considerados mais qualificados. Eu diria que isso é o pior que a gente pode enxergar nessa Resolução. O que ela tenta fazer, até o nome dela é ridículo: "alinhamento", alinhamento de quê?" (MACHADO)

O tema "Emancipação" foi levantando na entrevista com Almenara. A mesma reflete que ações no IFRJ têm sido tomadas no sentido de se alcançar a emancipação dos estudantes, porém vários determinantes têm impedido essa efetivação

> a)"O foco é esse[a emancipação], mas a gente não conseguiu plenamente. A ideia é essa. A gente tem diretrizes, documentos construídos nesse sentido, temos o FEJA-IFRJ, temos várias iniciativas, **mas ela não é plena**. Perseguimos essa formação, mas ainda não conseguimos: temos evasão, pouca procura, retenção. Precisamos de novos cursos, chamadas para novos estudantes, cuidado e atenção com esses estudantes. A questão financeira para você acompanhar, pois não tem jeito. A

> questão social, se ela precisar ter mais força, pois o público da EJA é um público mais vulnerável. A gente sabe que toda a estrutura joga contra, desde o transporte, a renda, o emprego, a própria precarização do trabalho. Isso é um dificultador. Para além da escola tem que ter uma estrutura a favor, porque as questões mais prementes; que é o sustento é muito forte na vida de todos nós, imagina do pessoal da EJA: precisa da bolsa, de alimentação, de um currículo diferenciado, com pedagogias diversas, pedagogia da alternância."(ALMENARA)

Almenara lembra da necessidade de aplicação da Pedagogia da Alternância na REFPCT em consonância com Costa, quando esta no VI encontro de EJA-EPT da Rede Federal ressaltou que há pouca aplicação da Pedagogia da Alternância nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul, ou seja, a construção de currículos que realmente integrem o ensino, contribuam para o protagonismo aos sujeitos, levando em conta suas vivências, experiências e conhecimentos. Durante o VI Encontro Nacional da EJA-EPT (PROEJA) da Rede Federal, no qual estive presente houve uma apresentação do professor Anndson Brelaz do *Campus* Parintins do Instituto Federal do Amazonas - IFAM sobre sua experiência na oferta e construção do curso Agroecologia na modalidade EJA-EPT na comunidade indígena Sateré-Mawé[104] (AM). O docente relatou a construção do currículo, da metodologia pedagógica em conjunto como a comunidade. Dos 36 estudantes matriculados, 34 concluíram o curso. O que podemos depreender é que o caso apresentado é um sucesso em relação à permanência e conclusão de um curso de EJA-EPT.

Ainda, trazido por Costa, a necessidade de que haja formação permanente e continuada de servidores e servidoras docentes e aqui acrescento também servidoras e servidoras da área técnica, a partir da expansão da RFEPCT.

Machado fala que a emancipação tem encontrado entraves; que no pós-guerra os sistemas escolares não seguiram nessa direção. Ainda coloca a questão da destruição da natureza e do homem como entraves, a necessidade de intersetorialidade, como dificultadores para a formação do homem integral e se remetendo a Gramsci: o que se tem é um instrumentalismo para atender ao MPC

> a) "A Perspectiva da Educação de Jovens e Adultos é para uma formação para a emancipação e emancipação destas pessoas implica uma tipicidade que os sistemas educativos, pelo menos esses do pós-guerra, não garantiram. É uma tarefa para o mundo quando eu falo na questão ecológica: nós estamos matando o mundo, nós estamos destruindo a natureza, não só os animais e as plantas, mas destruindo nós mesmos. Isso é uma questão de educação. Isso tem a ver com a EJA. Aí entramos numa pauta que a gente falou pouco na entrevista, mas que eu acho que é essencial quando eu falo do conceito de EJA: **não posso falar nesse conceito sem compreender que se trata de uma pauta intersetorial** então assim tudo interessa,

[104] habitantes da divisa do Amazonas com o Pará, na terra indígena Andirá-Marau (ALBUQUERQUE; BUSARELLO; BAIRON e ALEXINO, 2022)

> interessa a relação do conhecimento com a saúde, interessa a relação do conhecimento com a preservação e o cuidado com o meio ambiente, com as pessoas. Essa é uma questão que nos cobra de dar conta, de traçar essas conexões em rede. Se eu não consigo fazer isso eu **formo um sujeito parcial, ou como diria Gramsci**, o instrumentalismo aos interesses do capital e a educação não é lugar de instrumentalização. Não estou dizendo com isso que não hajam instrumentos, elementos que se aprenda dentro da escola, mas ela não é só isso: precisa se conectar com o sujeito na sua integralidade." (MACHADO, grifos nossos)

O tema "pesquisa" permeou as entrevistas. Machado lembra que na construção da RFEPCT o governo mobilizou pesquisadores, programas de pós-graduação à CAPES/SETEC, bem como a criação do observatório de educação criado pela CAPES envolvendo pesquisas no âmbito da EJA-EPT. Assim, a instituição da RFEPCT propiciava um espaço estimulador de pesquisas em EJA-EPT.

A(O) Entrevistado(a) MEC faz uma crítica a pesquisadores que tem resistência em dar aulas para a EJA. Oliveira(2018) traz relatos de docentes e discentes que perceberam resistências por parte de docentes em dar aula para a EJA-EPT no IFRJ, resistências de estudantes de outros cursos em relação aos estudantes da EJA-EPT corroborando com a fala do(a) entrevistado(a) MEC. Graciano alerta que existem várias pesquisas que mostram a pouca oferta de formação em EJA e que isso gera uma realidade de infantilização dos estudantes por parte dos docentes dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Aqui relembro da audiência pública de EJA na Câmara dos Deputados sobre educação para população idosa, em que foi relatado que existem em Salvador BA, salas de EJA com mobiliário infantil. A necessidade de aumentar a oferta de cursos de formação de professores em EJA, a fim de combater esses absurdos é trazida também na entrevista com Corenza, quando esta informou que os dois únicos cursos presenciais de Especialização em EJA em todo o estado do Rio de Janeiro em 2023 são os oferecidos pelo IFRJ e pela UFF, ou seja, apenas 2 cursos. Em relação a essa realidade, Graciano lembra do compromisso do MEC, da Secadi com a sociedade e com a pesquisa, no sentido de fortalecer a pesquisa no campo da EJA. Assim, Graciano lembra que pesquisas em EJA e suas correlações com população LGBTQIAPN+, educação prisional, conceitos religiosos tem sido realizadas.

Por outro lado, Modé afirma que pesquisas referentes à dinâmica digital durante a pandemia da Covid-19 no âmbito da EJA são poucas. Machado alerta para a dificuldade em ler os microdados disponibilizados pelo IBGE, INEP, IPEA nas pesquisas que são realizadas, sendo uma questão que precisa ser equacionada. Paixão chama atenção para a necessidade de produção de pesquisa que intervenha na sociedade

> a) “Então eu acho que esse é um elemento muito importante[pesquisa] para a gente entender que foi um espaço de luta o tempo todo e contribuiu muito o fato de você ter colocado no início da oferta da RFEPCT também uma mobilização de pesquisadores, programas de pós-graduação que concorreram a editais, não só o primeiro edital de pesquisa ligado à CAPES/SETEC, mas também a existência do Observatório da educação; que depois a CAPES cria e que incorpora essa perspectiva de estimular pesquisas que envolvam a EJA-EPT [...] De um lado eu tenho a matrícula sendo feita no espaço de excelência; que é a RFEPCT,de outro tenho uma provocação no campo da pós-graduação para que aquele fosse um espaço de pesquisa. Esse acompanhamento não é só de uma leitura sociológica, diagnóstica. É também de uma intervenção na realidade, porque a pesquisa provoca a RFEPCT a perceber suas dificuldades e ao mesmo tempo perceber os limites que vão acontecendo na implantação da Rede.” (MACHADO);
>
> b) “Eu ouvi de tudo: Sou pesquisadora e eu não posso dar aula para a EJA? Pelo contrário, o pesquisador tem que se capaz de dar aula para EJA, pois é o mais desafiador..e como se dar aula para bacharelado e pós-graduação fosse menos trabalhoso. A lógica do Brasil é: vou colocar um voluntário para dar aula para esse trabalhador. Quando o Proeja entra nos institutos ele muda aquela natureza voluntariosa de programa e alfabetização.”(ENTREVISTADO(A) MEC);
>
> c) “Houve um fenômeno complicado e interessante de se observar que passamos abruptamente a essa dinâmica digital. Qual foi o impacto da educação digital em EJA? Na EJA a gente não tem. São sinais da pouca importância estratégica, do pouco reconhecimento à EJA [...] Você tem muito poucas pesquisas, pesquisas muito pontuais que mostraram a evasão sistêmica em EJA e que não houve esforço para reforço.” (MODÉ);
>
> d) “[...] nós **temos que ter acesso aos dados que não seja só lido por especialistas**. Eu não tenho um computador que leia os microdados do Censo. Eu não sou especialista em SPSS[software estatístico que facilita a criação de relatórios e análises estatísticas de forma simplificada]. Nós fizemos um esforço: pesquisadores de várias universidades, o governo federal liberou um recurso para UFPR e criamos uma **ferramenta Laboratório de Dados Educacionais para tentar filtrar essas informações e para os pesquisadores da área da educação receberem tabelas e, a partir delas criarem gráficos. Muito importante o que conquistamos, mas esse projeto está sendo abandonado pelo MEC e agora vamos ver se recupera** nesse novo governo”. (MACHADO) e
>
> e) “É preciso que a gente intervenha na comunidade, faça pesquisa, faça extensão, produza pesquisadores e melhore a vida das pessoas que estão perto da gente.”(PAIXÃO)

O tema “PNE”, que norteia a pesquisa e as entrevistas; tendo em vista estarem nele previstas as metas para a educação e para EJA-EPT, esteve presente em muitas falas que ressaltam essa centralidade.

Machado entende que a inclusão da EJA integrada à EPT na construção do PNE foi questão fundamental para visibilidade da modalidade e de seus sujeitos. Ficou claro para as

entrevistadas e para o entrevistado que as metas do PNE em relação à EJA não serão alcançadas até 2024; que para alcançá-las é preciso se ater a questões estruturantes, como afirma o(a) entrevistado(a) MEC.

Paixão analisa que o edital de EJA-FIC de 2022 fora ação para melhorar dados do PNE; tendo em vista que durante toda a gestão anterior a Educação fora atacada permanentemente. Nessa mesma direção de incrementar índices do PNE, Paixão lembra do Programa Mulheres Mil; tendo em vista que o quantitativo de atendimento faz parte do quantitativo da EJA-FIC. Paixão ainda chama a atenção para a questão do financiamento, sendo este necessário para que as metas do PNE fossem alcançadas.

O (A) Entrevistado(a) MEC ressalta a importância de acompanharmos os dados. Costa fala da impossibilidade de se alcançar a meta 10 do PNE.

> a) "Como é difícil uma legislação como o PNE dar evidência aos marginais. E nós somos marginais. A EJA sobretudo tem uma trajetória de marginalidade na história da educação brasileira. É um absurdo, embora sejam mais de 70 milhões de brasileiros que não concluíram a Educação a Básica, mas fica essa invisibilidade; que é uma consequência da nossa própria constituição histórica. Assim, como querem ignorar as negras e negros, os indígenas, as pessoas LGBTQIAPN+, os trabalhadores não escolarizados também não têm visibilidade, então quando a gente consegue alcançar alguma visibilidade, essa alguma visibilidade precisa ser comemorada a todos os ventos." (MACHADO);
>
> b) "Acho que o desenho Inicial foi a ajuda para colocar a EJA-EPT na pauta. Eu diria que de 2006 a 2010 nós provamos que essa aposta estava correta, porque o primeiro desenho do Plano Nacional de Educação já traz uma meta de EJA integrada à Educação Profissional e o Plano Aprovado, a Lei n.º 13.005 confirma isso com a meta 10, então não é qualquer coisa." (MACHADO);
>
> c) "[...] **Se nós quisermos avançar nessa meta, num novo PNE, a gente precisa, além da parceria dos institutos, pensar em questões estruturantes que cheguem nos municípios, pois com os municípios teremos um avanço com a EJA integrada."** (ENTREVISTADO(a) MEC**);**
>
> d) " A gente percebeu que eles estavam forçando para atender as metas do PNE, oferecendo a EJA-FIC e não a EJA-EPT; que é o que a gente defende."(PAIXÃO);
>
> e) "[...]Estou convencida que sem financiamento não se faz educação pública e se a gente não disputa o campo do financiamento, a gente nunca vai atingir as metas do PNE." (PAIXÃO);
>
> f) "[...] **Leio Mulheres Mil como forma de mostrar que a gente consegue alcançar pelo menos uma parte das metas do PNE** porque o Mulheres Mil entra para conta da EJA-FIC."(PAIXÃO) e
>
> g) "[...] a meta do PNE referente à EJA integrada à EPT é a pior meta, ou seja, de 25% por cento, passa pouco de 3%."(IRELAND)

Jardim relata sua participação, enquanto Setec, em conjunto com a Secadi, em GTs que estão organizando insumos para a constituição do próximo PNE; que na participação as duas Secretarias têm defendido fortemente A EJA-EPT

> a) "[...] faço parte do GT que o MEC constituiu para elaboração de insumos para as Conferências e para pensar o PNE 2024-2034, essa questão [a EJA-EPT) apareceu muito forte, tanto da nossa parte, quanto da parte da Secadi. Há a necessidade que a gente mantenha metas significativas para a EJA-EPT, porque para a primeira etapa e na análise atual é impressionante a distância que nós ficamos da meta; tanto do número da oferta de matrículas em EJA-EPT, quanto do percentual dessas matrículas: a oferta não chega a 3%." (JARDIM)

O tema "Política Nacional de EPT", trazido nas entrevistas da Secadi e da Setec foi de extrema importância para pesquisa. Conforme entrevista com Jardim, a política iniciou sua construção em 2023, tendo até dois anos para ser implementada, conforme a Lei. nº 14.645/2023 que

> Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a educação profissional e tecnológica e articular a educação profissional técnica de nível médio com programas de aprendizagem profissional, e a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre isenção do cômputo de determinados rendimentos no cálculo da renda familiar **per capita** para efeitos da concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC) (BRASIL, 2023).

Na entrevista é ressalta que a referida Política Nacional de EPT ainda não foi homologada, pois depende da LOA e do PPA; que a LOA está no Senado para ser aprovada e o PPA, elaborado pelo governo anterior, termina em 2024. Outra questão para a não efetivação é a necessidade de anúncio da Política Nacional de Alfabetização e EJA; tendo em vista as duas políticas precisam conversar de forma mais objetiva. Assim, existem essas pendências que deixavam a Política Nacional de EPT em suspenso, no momento em que a entrevista ocorreu,ou seja, no mês de novembro de 2023

> a) "Continuamos a fazer essa interlocução com a DPAEJA, mas no momento nós não temos ainda um planejamento formalizado e não temos por um conjunto de questões: o primeiro é que estamos no MEC sob o planejamento estratégico que herdamos e estamos elaborando nosso que iniciará em 2024. É dentro desse novo planejamento estratégico que os programas,e projetos e ações efetivamente vão ser derivados. O segundo é que tudo isso também depende da sanção ministerial e do anúncio da Política Nacional de Alfabetização e EJA, que foi uma prioridade que a Secadi teve e que está no gabinete do Ministro Camilo Santana. A partir do momento em que a política se estabeleça por um ato normativo, a gente pode sentar juntos novamente e pensar questões mais objetivas." (JARDIM).

A partir da efetivação da Política Nacional de EPT é que será possível a definição de futuras ações no MEC

> a) “Por fim , mas não menos importante, hoje todas as políticas que estão no nosso desejo, no nosso Plano de Governo estão num momento de segurar um pouquinho porque em agosto o presidente Lula sancionou a Lei n.º 14.645/2023; que dá ao MEC o prazo de 2 anos para a elaboração da Política Nacional de EJA, então todas as demais políticas e programas que se relacionem com a EPT, inclusive a EJA-EPT vão estar dentro desse trabalho que vamos desenvolver.” (JARDIM).

Ainda em relação a esse tema, realizei uma pergunta questionando sobre a Portaria nº 962, de 1º de dezembro de 2021; que instituiu o Programa da Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional - EJA Integrada – EPT estabelecendo orientações, critérios e procedimentos para concessão de recursos financeiros às instituições pertencentes à Rede Federal. O trecho abaixo faz uma análise sobre o referido instrumento

> a) “tem uma questão com relação essa portaria que me causou estranheza porque na verdade essa portaria nem deveria ser uma portaria, ela deveria ter sido um edital porque eles publicaram uma portaria para regular uma oferta, uma linha de fomento que aconteceu à época que era da SEB. A gestão desse programa passou para a Secadi este ano. A portaria dá a impressão de que é um programa continuado. Você olha a portaria, vê um programa e pensa: é um programa estabelecido que vai a cada ano gerar possibilidades de novas vagas, novas adesões, mas na verdade foi um programa que fomentou, naquele momento, aquele recurso, e não houve depois continuidade da ação, vamos dizer assim. Aqui na Setec coisas continuaram acontecendo para o bem, mesmo que isso não fizesse parte da gestão do Ministério, por conta das equipes técnicas da casa. Aqui na Setec tivemos ações similares.Talvez na época tenha sido a única forma que eles tiveram para assegurar recursos.” (JARDIM).

Realizei a pergunta porque à época questionei também se o instrumento utilizado fora o mais adequado. Como é possível observar na resposta acima o(a) entrevistado(a) também teve a mesma percepção sobre o documento. No trecho seguinte, observamos a correlação da necessidade de um lugar privilegiado para EJA; tendo em vista os mais de 70 milhões de brasileiras e brasileiros que não completaram a Educação Básica segundo dados do IBGE (2023)

> a) “Nós temos que ter dentro da Política Nacional de EPT um lugar privilegiado para EJA-EPT e não tenho dúvida que isso vai acontecer. Falo por conta do universo: se existe um público que deva ser priorizado numa política de EPT, claro que as juventudes são prioridades, mas nós temos partes dessas juventudes como público da EJA e é mais de 70 milhões de brasileiras e brasileiros, mesmo não tendo uma ação concreta para aprontar nesse momento, além dessa linha de fomento. A gente tem certeza e vamos atuar de forma a induzir que na Política Nacional de EPT haja um lugar privilegiado para a EJA.” (JARDIM).

Jardim pontua questões em relação à RFEPCT que precisam estar nas pautas futuras de discussões, de alterações: forte relevo da EJA-EPT dentro da construção da Política Nacional de EJA; privilegiar os públicos para quem a mesma foi criada, bem como cursos técnicos integrados ao Ensino Médio; reforçar a formação de professores; defender a lei 11.892/2008 contra possíveis ataques vindos de diversas instâncias; passar a direcionar a expansão para as periferias

> a) "Muita coisa evoluiu nos institutos. Eles tornaram-se referência na inclusão de estudantes, mas algumas questões vão ter que ter um rearranjo de rota, para voltar a privilegiar públicos que são públicos para quem os institutos foram criados. Nosso Secretário [Getúlio Marques Ferreira – Secretário da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica] em relação à expansão, que ainda está em fase de estudo, pensa em critérios junto com a Casa Civil[105]. O Secretário tem sido muito incisivo em dizer que as novas unidades tem que obrigatoriamente privilegiarem cursos técnicos integrados, inclusive EJA-EPT e formação de professores, não que as outras coisas que fazemos nos institutos não sejam importantes. Tem municípios que a única oferta de curso superior é no instituto, mas isso não pode ser uma regra: a nossa regra está posta na lei. **A gente recebe quase que diuturnamente projetos de lei do Congresso Nacional propondo alterações na Lei n.º 11.892/2008 e algumas proposições muito bacanas. A gente dá parecer negativo para todas porque não queremos que a lei** n.º **11.892/2008 volte para o Congresso, porque a gente sabe o que vai entrar, mas não sabe o que vai sair**. Com a lei do jeito que está, sem deixar mexer, fazendo de forma participativa e democrática tenho certeza vamos conseguir resgatar essas ofertas que são prioridade; que devem ser a prioridade dos institutos federais porque são a necessidade do povo brasileiro. Em relação à expansão, **a interiorização foi o grande 'pulo do gato' da RFEPCT**: a primeira vez que uma política educacional ficou de costas para o Oceano Atlântico e olhou para dentro do Brasil. No resto da história sempre foi o inverso. Além da questão de ter unidades onde há vazios de EPT pública é muito forte a necessidade do atendimento às grandes periferias. O Ministro Camilo Santana já anunciou o *Campus* do IFRJ no Complexo do Alemão. Este entra nisso, mas **teremos anúncios de *Campus* na zona leste de São Paulo**; que é uma periferia que tem um quantitativo de jovens que nem trabalham e nem estudam por pura falta de oportunidade. Então esse viés vai estar muito presente. O público das periferias não é o público para bacharelado e pós graduação, serão, a gente quer que seja, mas o grande público da periferia é o estudante da EJA-EPT, o jovem que termina o Ensino Fundamental e que se ele tiver uma oportunidade de fazer um curso técnico integrado, a vida dele vai sofrer uma transformação incrível. Dentro dessa lógica com certeza a EJA vai entrar sempre como prioridade. (JARDIM, grifos nossos).

No trecho acima, nos chama atenção também as investidas permanentes dos

---

[105] A Casa Civil da Presidência da República é o órgão competente para assistir diretamente o Presidente da República no desempenho de suas atribuições, especialmente na gestão dos órgãos e das entidades da Administração Pública federal e na coordenação, integração, monitoramento e avaliação das ações governamentais.Além disso, cabe ao órgão coordenar, articular e fomentar políticas públicas necessárias à retomada e à execução de obras de implantação dos empreendimentos de infraestrutura considerados estratégicos. [BRASIL, 2023]

Congresso Nacional com intenção de alterações na Lei nº 11.892/2008. Nesse sentido nos questionamos: Quais atores estão atuando nesse sentido, quais interesses, a quem os parlamentares estão tentando atender? São interesses republicanos ou privados? Desse modo a estratégia de proteger a Lei é a mais acertada, principalmente levando em conta a composição conservadora atual do Congresso Nacional.

O tema "Secadi" foi recorrente em todas as entrevistas. Trouxe consigo a esperança de um novo rumo para a política educacional no MEC. Essa retomada, conforme Machado deve se efetivar de forma integrada da Secadi com o INEP, a Setec. A reestruturação da Secadi foi pauta junto ao grupo de transição do governo Lula, iniciado em 2023. Jardim ressalta a efetivação do trabalho em conjunto com a Secadi, conforme o seguinte trecho

> a) "Começamos um movimento de aproximação com a DPAEJA/Secadi/MEC e eu trabalhava na **Diretoria de Políticas e Regulação da Educação Profissional e Tecnológica**; que é a Diretoria que trabalha com a formulação de políticas e programas. Em função disso, iniciamos esse processo de aproximação e começamos a pensar juntas alguns movimentos que nos permitissem planejar ações para a EJA."(JARDIM)

Paixão relata que teve a oportunidade de conversar com Heleno Araújo[Professor da Educação Básica em Pernambuco. Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e membro da Coordenação do Fórum Nacional Popular de Educação (FNPE)], do grupo de transição durante o V Encontro Nacional da EJA-EPT em 2022 e pode perceber, enquanto integrante da RFEPCT que as redes municipais e estaduais tinham dificuldades ainda maiores e são essas redes que efetivamente atendem a EJA. A retomada da Secadi foi identificada nas entrevistas como um alento ao entrevistado e às entrevistadas. Essa retomada demonstra o perfil democrático da terceira gestão Lula, o ultrapassar de anos tentativa de apagamentos e silenciamentos de diversos grupos, no âmbito social e na educação. A palavra que pode sintetizar a nova Secadi é **esperança**(grifos nossos).

> a) "Boa notícia da SECADI. São pessoas comprometidas indo para lá; é você dando visibilidade à EJA. Esse é um esforço enorme."(MODÉ);
>
> b) "Tenho esperança que a retomada da SECADI possa nos ajudar a conectar essa pauta da política da EJA integrada a EPT, pois não é só a SECADI: há muita expectativa que a SETEC entenda que precisa ser SECADI, SETEC, INEP. Precisa ser uma ação integrada." (MACHADO) e
>
> c)"A primeira avaliação é de que a própria situação da retomada da SECADI já deixa claro por onde caminha esse governo e como ele pensa, porque no próprio período de transição a gente esteve presente. O grupo de transição aconteceu quando

> a gente estava no V Encontro da EJA-EPT e nós tivemos possibilidade de falar com o grupo de transição, na figura do professor Heleno (Araújo). Ele nos recebeu via *google meet*. Falamos como estava a luta da EJA-EPT. Nós falamos muito do ponto de vista da RFEPCT, mas havia muitas pessoas dos fóruns estaduais e por conta disso a gente sabe que não é uma luta só interna. É uma luta da política de EJA nacionalmente, e se a gente sofre com diminuição de recursos, de matrículas, se nós estamos sentindo com força, pense nisso em escala municipal e estadual, que na verdade são os que de fato atendem a EJA." (PAIXÃO)

O tema "RFEPCT" permeou a pesquisa e as entrevistas. Foi assinalada a expansão RFEPCT, tendo o Pronatec como um impulsionador desse processo. Machado ressalta que o Pronatec foi dificultador para a expansão do Proeja; que os cursos aligeirados e as bolsas de formação contribuíram para essa dificuldade. Ainda lembra do arcabouço legal, da necessidade de que 50% de matrículas da RFEPCT seja composta pela EJA-EPT. Graciano fala da necessidade de aproximação da RFEPCT com as redes estaduais, municipais Ministério do trabalho. Disse que a Secadi está dialogando com a Setec; que há uma dificuldade dos estudantes da EJA se reconhecer na RFEPCT; que é preciso pensar na assistência estudantil, a economia solidária e ampliar o que se entende de mercado de trabalho para mundo do trabalho.

> a) **"**A Rede se expande de uma forma muito significativa a partir de 2008 e um dos carros-chefe dessa expansão se chama Pronatec, porque embora às vezes se fala do Pronatec como sendo Bolsa Trabalhador, aqueles cursos aligeirados sendo pagos e aquelas bolsas formação acabaram dificultando a expansão do Proeja no âmbito da Rede, mas é bom lembrar que Pronatec também é o Programa responsável por financiar as etapas de expansão da RFEPCT. Nesse momento de expansão da Rede, a gente entra numa disputa para que a expansão também garantisse a expansão do Proeja em todo lugar que a Rede estivesse indo. Em alguns lugares isso acontece e em outros não. Acredito que é necessário reconhecer que a gente tem uma disputa aí dentro do campo da RFEPCT, de quem de fato vai cumprir o que está no regramento legal porque o regramento legal; que **inicia desde o Decreto de 2005, atualizado em 2006, reafirmado na lei que cria a RFEPCT em 2008 consta que daqueles 50% de matrículas que tem que continuar no nível médio é necessário manter a matrícula da Educação de Jovens e Adultos integrado ao nível médio e na seqüência, a aprovação do PNE em 2014 com a meta 10.** Eu diria que nós temos um arcabouço que é resultado daquilo que foi provocado pelo Proeja." (MACHADO, grifos nossos) e

> b) **"**É necessária uma **aproximação maior da RFEPCT, com a redes municipais e estadual, com a formação de profissionais.** A gente no MEC vem construindo, buscando diálogo com a SETEC, estabelecendo conversas. A gente sabe que não é simples, mas é função do MEC ajudar, estimular e apoiar, ouvir os institutos federais em suas experiências. Por que educandos da EJA evadem? De um lado porque eles não se sentem parte. Assim, são impedidos de construir sua identidade de estudante, muitas vezes ele passa **na porta e acha que não é para ele. É aí que entram as políticas intersetoriais**. Temos que pensar na assistência estudantil para que as pessoas permaneçam. São grandes os desafios. O MEC tem essa sensibilidade. MEC, Secadi e Setec estão conversando, buscando essa área de articulação **e**

> **trazendo também junto a economia solidária**. Tudo que os institutos fazem, essa potencialidade que têm, mais o Ministério do Trabalho, mais a economia solidária deve estar integrado. Pensar a diversidade, formatos e respostas. Os Institutos têm experiência na formação do mundo do trabalho e devem buscar pontes com outras formas de produção. **Existem experiências possíveis no campo e na cidade, exemplo cooperativas, pensando numa capacitação que certifique, mas ampliando a noção de mercado de trabalho para mundo do trabalho."** (GRACIANO, grifos nossos)

A entrevista com Jardim, realizada em fins de novembro de 2023 traz um panorama dos 15 anos da REFPCT, no seguinte exerto

> a) "Especificamente, no que diz respeito a RFEPCT, a gente nota, não é a regra, mas ao longo desses 15 anos que em algumas instituições, aquilo que é essencial e motivou a criação dos institutos foi se perdendo; que esse percentual menor que 3%[de matrículas em EJA-EPT] é exatamente a demonstração disso. Hoje a gente está conseguindo começar a se debruçar e expondo durante as discussões da Política Nacional de EPT. Estamos nos debruçando para descobrir esses pontos fora da curva. E aí descobrimos, por exemplo, que tem *campi* de institutos federais que não tem nenhuma matrícula em curso técnico integrado e que só faz oferta subsequente no que diz respeito a curso técnico; que tem *Campus* que o quantitativo de matrículas em bacharelado e pós graduação é maior que o número de matrículas em cursos técnicos de nível médio. Ao longo desses 15 anos isso é natural, dada a forma como isso[a expansão da REFPCT] aconteceu, um volume muito grande de servidores chegando em curto espaço de tempo. A maioria desses servidores não conhece os institutos federais e trazem para seu fazer pedagógico as vivências que tiveram na universidade, então a gente percebe que a gente perdeu aquilo que é essência dentro dos institutos federais e a construção da política será um momento de resgatarmos isso**"** (JARDIM)

Fica claro o não atendimento pleno por parte da REFPCT da classe trabalhadora, ou seja, não está cumprindo sua função precípua quando se tem 2,07 % de matrículas na EJA-EPT e ainda quando não se oferta cursos técnico integrados; quando se privilegia bacharelados e pós-graduações; quando não investe em formação de professores especificamente para atuarem em suas instituições. Por outro lado, a interiorização da RFEPCT foi o grande ganho nesse período.

No trecho seguinte são apontadas duas outras questões que precisam ser tratadas na EJA-EPT

> a) "a primeira é a dificuldade das instituições ofertantes de construir currículos da EJA articulados com a EPT e que se alinhem com as necessidades desse público específico. Vou lhe dar um exemplo: duração. Agora nessa linha de fomento identificamos cursos que duram 2 anos, 2,5 anos, 3 anos e 4 anos. No caso de um público dessa natureza, a questão do tempo que o curso leva é um determinante. É que a gente se aprofunde. A outra é a reprodução metodológica do que se faz com a moçada que está sem distorção idade-série. É aquela questão da/do estudante do Proeja ter que ir ao *Campus* todas as noites e permanecer lá por um período de 4 ou 5 horas. A dificuldade que a gente tem em estruturar um projeto pedagógico que seja para o público da EJA-EPT, ou seja, de não replicar as experiências que a gente

> tem com outros públicos. Então essas duas questões: o projeto pedagógico adequado às especificidades desse público e o tempo que essa oferta demora para dar à trabalhadora e ao trabalhador a possibilidade de aplicação são duas questões que para nós são bem fortes e que a gente pensa que devesse aprofundar bastante nisso". (JARDIM)

Assim, a readequação e/ou criação de currículos alinhados com os públicos específicos da EJA, bem como rever as metodologias pedagógicas utilizadas para a EJA-EPT; tendo em vista que não se pode usar o mesmo modelo do ensino técnico integrado para a EJA-EPT são questões urgentes.

Rodrigues (2018) sugere caminhos para que a administração escolar realize articulação com os interesses dos trabalhadores. Arroyo (2017, p. 127) reitera a necessidade de "articulação entre direito ao conhecimento e cidadania, entre o direito à cidadania, ao conhecimento e às relações sociais, políticas, pedagógicas [...]". Nesse sentido em consonância com Arroyo (2017), tem-se que

> O currículo é pensado como práxis, pois ele é dinâmico, socializador e cultural no processo educativo, além de se apresentar como caráter integrador dos saberes. Desse modo, ele objetiva criar possibilidades questionadoras e significativas que proponham pensar na transformação social, propiciar acesso a uma formação concreta afinada com a vida social e do trabalho, respeitar o ritmo de aprendizagem de cada educando, compreender as tecnologias como espaço de contribuição para o processo de aprendizagem, socializar os conhecimentos adquiridos por meio das áreas, bem como das práticas sociais e profissionais (COSTA; MACHADO, 2017, p. 156)

Assim, o currículo integrado caminha na direção da participação social, da democracia, do comprometimento político, do fazer pedagógico coletivo, da construção coletiva, da consideração de conhecimentos dos sujeitos, dos tempos vividos, dos caminhos, saberes, parcerias de vida

> Outra exigência na constituição de currículos adequados ao público jovem, adulto e idoso é a de se reconhecer competências profissionais como conteúdo e saberes que esse público já detém, alterando a forma de se produzir currículos na escola, pelo reconhecimento da necessidade de uma formação crítica e ética que extrapole a mera profissionalização (FORUM EJA, 2016, p. 83)

Na direção de uma educação crítica, Almenara ressalta que o Proeja (EJA-EPT) trouxe para a instituição a "visão integrada de educação, omnilateral"; que houve resistências durante sua implantação, assim como também afirmaram o(a) entrevistado(a) MEC, Ireland e Machado. Lembra que nunca alcançamos os 10% das vagas na RFEPCT, conforme prevê o

Decreto n.º 5.840/2006. Ainda, disse que o IFRJ está mantendo os cursos, mas efetivamente a ampliação de outros é movimento mais difícil e que a resistência à EJA-EPT persiste, bem como a necessidade de publicidade maior por parte do governo federal, a fim de que mais estudantes cheguem à RFEPCT.

> a) **"Com o Proeja, o Instituto passou a ter a EJA integrada, com a visão integral de educação, omnilateral, mas isso não significou e nem significa a perfeição, pois nós tivemos vários problemas no percurso, desde a falta do apoio institucional, resistência mesmo, preconceito com a EJA; que era uma instituição de excelência e que os adultos não iam conseguir**. O grupo que implantou a EJA sempre foi e é muito empolgado em conseguir manter a EJA, mas uma aceitação não houve nesse sentido por conta do preconceito, **quando você não reconhece a importância da EJA. Nós ficávamos sempre oferecendo menos vagas do que o Decreto que criou a EJA, ou seja, não oferecemos 10% das vagas da RFEPCT para a EJA. Nunca conseguimos cumprir isso**. Depois quando o governo que implantou o Proeja mudou, ficou pior ainda. Não houve valorização. Passamos por diversas dificuldades, não só a EJA, mas a educação de forma geral. Para manter os cursos criados foi uma luta da instituição para ampliar. Por enquanto a gente esta só mantendo, ampliar está difícil. Em 2 anos conseguimos implantar mais dois cursos; que até então só tínhamos 3. Começamos com 5, ficamos com 3 e voltamos para os 5. Esses dois na área de administração e Cuidados com o Idosos. Agora com essa volta do governo de esquerda a gente acredita que teremos mais condições de ampliar, mas o movimento é difícil. É muita resistência, **preconceito e acho que precisa ter uma publicidade maior, um investimento maio**r. Muitas vezes oferecemos as vagas e não são preenchidas e sabemos que tem população para isso. Não conseguimos fazer com que esse público chegue à instituição, talvez eles não se reconheçam." (ALMENARA)

O tema "FEJA-IFRJ" foi trazido por Paixão e Corenza. Paixão traça um histórico sobre o fórum, afirmando que o mesmo teve seu processo embrionário, a partir de 2015, com um encontro solicitado pela Pró-Reitoria de Ensino Técnico-Proet com as Coordenações Técnico-Pedagógicas, Direções de Ensino e Coordenações de cursos para discutir a criação dos PPPs dos cursos, processo este que ainda não foi finalizado. Em 2015 foi constituído um Grupo de Trabalho para trabalhar as questões da EJA-EPT que estavam se constituindo. A transformação em fórum ocorreu em 2018. Relata que fez parte do fórum estadual de EJA-RJ e que essa articulação entre fóruns.

> a) "A Pró-Reitoria de Ensino Técnico-Proet em outubro de 2015 fez um chamamento de todas as Coordenações Técnico Pedagógicas, Direções de Ensino, Coordenações de cursos. **Naquela época era fórum de Coordenações Técnico-Pedagógicas-Cotps e de Coordenadores**. Esse encontro foi no *Campus* Nilópolis. Eu fui como representante das Cotps. Foi uma reunião grande onde a gente fez a primeira conversa sobre o lugar da EJA-EPT no IFRJ. Nós tínhamos um problema crônico; que era o fato que nós não tínhamos os Projetos Político Pedagógicos (PPP) dos cursos. Nós havíamos feito uma grande imersão no *Campus* Pinheiral em 2013, mas nunca tinha sido finalizado esse processo: se perdeu na gestão de 2013.

> Depois de 10 anos é que estamos conseguindo resolver. Nós acabamos de finalizar um PPP do curso de Manutenção e Suporte em Informática Integrado ao Ensino Médio do Proeja. Agora estamos iniciando um Grupo de Trabalho para criar novos cursos. Os *campi* Duque de Caxias e Rio de Janeiro[106] se propuseram a criar novos cursos que se adequassem à realidade. O *Campus* Nilópolis decidiu manter o curso de Manutenção e Suporte em Informática Integrado ao Ensino Médio do Proeja. **Podemos dizer que apesar de estarmos muito tempo juntos nessa luta, o ponto de virada de nos organizarmos como grupo lutando pela EJA foi, portanto, em 2015** e dali falamos de formação, currículo, levantamos dados, pontos mais importantes: nós chamamos de 19 pontos; que são coisas que a gente não conseguiu resolver totalmente; que eram discussões sobre estágio, currículo integrado... Esses 19 pontos se materializam nos debates que a gente discute ainda hoje. **São questões que dentro da realidade do IFRJ não me parecem que sejam prioridade, mas nos mantemos coesos**. O FEJA-IFRJ começa com GT em 2015 e em 2018 nos transformamos em fórum: ficamos 3 anos ensaiando o que iríamos ser." (PAIXÃO)

O tema "Proeja" nesta pesquisa pode ser entendido como um fio condutor que teve início em 2005 com o como Decreto nº 5.840 e historicamente tem evoluído para a EJA-EPT. Ficou muito claro, principalmente a partir da entrevista com Machado que esse entendimento, ou seja, essa luta para superar o Proeja e consolidar uma política nacional da EJA-EPT era responsabilidade desta pesquisa. Nesse sentido, há a necessidade aqui e das pesquisas vindouras que tenhamos essa perspectiva de construção da política nacional da EJA/EJA-EPT na RFEPCT. Deixar claro que o Proeja foi necessário no momento histórico de sua construção, mas que agora devemos caminhar para frente, assim também como foram trazidas nas demais entrevistas e têm assinalado o Fórum Nacional de EJA, os Fóruns Estaduais de EJA, Fóruns Municipais de EJA e o FEJA-IFRJ. Nessa direção , nos colocamos em sintonia com essa perspectiva. Ressalta que o Proeja tinha que se ofertado na RFEPCT; tendo em vista que seria o lócus de materialização da "perspectiva da escola gramsciana"; que a oferta da EJA em conjunto com EPT era algo inédito na educação do Brasil e foi resultante da pressão da sociedade civil, o que nos remete mais uma vez a Gramsci. Afirma que essa educação conjunta, trazendo o trabalho para a centralidade do processo de educação foi um grande avanço.

> a) "Um outro avanço que considero é que essa política, e aí eu estou abandonando o nome programa **estou dizendo que era o desenho de uma política**, porque assim nasce. A estrutura programa tem a ver com a própria relação de execução do PPA no governo federal, então assim foi para que a gente pudesse colocar recurso nessa integração imediata da Secad com a Setec porque eram duas Secretarias do MEC que alimentavam a política do Proeja. Isso se configura como um Programa, mas o desenho desde o princípio era para que, de fato, essa iniciativa criasse uma

[106] Os *campi* Duque de Caxias e Rio de Janeiro não criaram novos cursos, mas mantiveram o curso de Manutenção e Suporte em Informática Integrado ao Ensino Médio do Proeja.

> capilaridade no âmbito da estrutura, não só do governo federal, mas dos governos estaduais e municipais, ou seja, para que se constituísse como política pública permanente. Esse caminho foi um caminho que, a meu juízo, inicialmente tinha que ser pela RFEPCT mesmo, né? É importante que a gente pudesse ocupar um lugar onde o tema e a concepção de educação integral tivesse mais articulação, por isso não tem outro lugar: era mesmo as redes de agrotécnicas e cefets os lugares naquele momento, aonde essas experiências vinham sendo realizadas já há algum tempo, se não totalmente experimentadas em toda rede, mas havia uma defesa de que a Rede mantivesse propostas de currículos integrados. Na perspectiva da formação integral humana, com base naquilo que o próprio documento do proeja levanta; que é a **perspectiva da escola unitária gramsciana**. Isso tudo, a partir da RFEPCT, aquilo que se chamou RFEPCT a partir de 2008 começa no regramento do governo federal, mas também tem a possibilidade, de em certa medida induzir estas políticas a chegarem aos estados e municípios." (MACHADO) e
>
> b) "Eu acho que a gente instituir no âmbito do governo federal, pela primeira vez uma política que de dentro do Ministério tente aproximar dois campos que vão sendo tratados de forma isolada na história da educação brasileira, isoladas enquanto o campo em si, eu **estou falando da EJA e do outro lado da Educação Profissional.** Eu acho que tem um movimento que venha de coordenação federal da aproximação desses campos. Eu diria que foi uma experiência importante e ela significou, em alguma medida, **a vitória de uma pressão vinda da sociedade civil para a sociedade política**, estou usando aqui um **conceito Grasmsciano de Estado**. Pensar, por exemplo, que **no âmbito da sociedade civil, no âmbito dos institutos federais, os movimentos sindicais, o movimento de Fórum de EJA, as instituições de pesquisa como a ANPED, já há muito vinham tentando olhar a EJA de uma forma mais integrada ao mundo do trabalho, à realidade da classe trabalhadora.** Quando você cria no âmbito do Ministério da Educação esse Programa, porque é assim que nasce o Proeja, o primeiro avanço que a gente pode identificar é esse: que você de fato possa ter na estrutura da política educacional em nível federal, o reconhecimento de que é preciso enxergar que a classe trabalhadora demanda uma escolarização, e nós estamos falando do nível de Educação Básica, e Proeja é Educação Básica, que seja integrada à educação profissional. **É com esse horizonte do lugar do trabalho como lugar que se deve pensar a produção do conhecimento, a partir e com essas relações que se estabelecem no mundo do trabalho**. Acho que esse foi um avanço muito importante." (MACHADO)

Ireland faz uma crítica em relação à receptividade do Proeja na RFEPCT, afirmando que os institutos estavam mais interessados nos recursos do MEC; que desejavam era ter universidades tecnológicas e não a EJA; que criaram dificuldades durante a implantação da EJA no que diz respeito à integração. Aqui nos remetemos à Oliveira(2018), que durante pesquisa de mestrado ouviu relatos de discentes, docentes e gestores que atestavam que existiam casos de docentes no IFRJ que tinham resistência em dar aula para estudantes do Proeja. Ireland lembra da iniciativa da CUT com currículo integrado e aqui corroboro com essa afirmação; tendo em vista que o IFRJ celebrou convênio com a CUT, sendo o IFRJ instituição certificadora do Projeto Integrar da CUT nos anos 2000. Lembra que a meta 10 do PNE é a pior. Nesse sentido, tal resultado pode ser a expressão dessa resistência dentro da RFEPCT.

> **a)** "A minha experiência com Proeja era para que os institutos participassem. A maioria só entrou porque tinha dinheiro. O que eles queriam mesmo eram ser universidades tecnológicas. Oferecer EJA era coisa de pobre, não era ambição dos institutos. Eu acho que isso criou uma dificuldade imensa. Acho que a maior dificuldade era a ideia de integração. A ideia não era escolaridade, era fazer escolaridade e formação juntos. Existiam algumas iniciativas da CUT, que era criar um currículo integrado. Em muitos casos, o município, ou o estado, ou o Sistema S oferecendo escolaridade era sempre essa duplicidade. A ideia era integrar, era ter um curso. Acho que isso deveria ser recolocado e ver como foram essas resistências. Porque a meta do PNE referente à EJA integrada à EP é a pior meta, ou seja, de 25% passa pouco de 3%. Acho que é interessante entender em que medidas essas resistências eram puramente preconceito. Eu lembro aqui em João Pessoa um ex-Reitor da UFPB, antes de pensar Proeja ele pensou uma proposta para o então CEFET assumir os alunos de EJA. Eu era dessa área na universidade. Ele nos convidou, mas os professores do CEFET foram resistentes, disseram que não precisavam de ninguém para ensinar como dar aula: não teve êxito. Havia esse tipo de resistência e isso terminou tendo um impacto sobre a forma em que o Proeja foi implementado. É difícil de dizer que foi uma política pública porque o número de pessoas envolvidas foi muito pequeno". (IRELAND)

O(A) Entrevistado(a) MEC nos traz sua experiência como profissional, de seu compromisso com o Proeja quando atuava na Setec durante a implantação do mesmo. Esclarece que sua percepção sobre o Proeja era de que o mesmo, com a integração da Educação Básica com a Educação Profissional era "mais abrangente". Reitera a importância do Proeja para o acesso do trabalhador à RFEPCT e o esforço da equipe da qual participava com recurso de R$ 100 mi entre 2005 e 2011, que contava, além da implementação dos cursos, com formação na pós-graduação, em nível de especialização, mestrado e doutorado e encontros regionais.

> a) **"**Para minha alegria, quando cheguei à SETEC havia um grupo de profissionais que tinha uma perspectiva de educação profissional emancipadora. Eu conheci muito a educação profissional nesse momento. Foi um grande aprendizado junto a SETEC do MEC. Eu tive o privilégio de ter coordenadores e diretores que tinham uma perspectiva da Educação Profissional para não atendimento ao mercado, mas numa perspectiva de integração com a Educação Básica e de uma formação integral desse sujeito, que o constitua como um ser humano, para a humanização, **então me insiro no Proeja tendo conhecimento que essa educação é mais abrangente do que a educação profissional; que é mais comum para o mercado**. O Proeja se insere como um programa de ação, de execução de algo que é esse sonho da integração dos trabalhadores na RFEPCT; que é Educação Profissional e Tecnológica. Era uma equipe bem pequena de pessoas: eu e mais duas. Pessoas muito engajadas em contribuir com esse projeto de inclusão do trabalhador nos institutos federais, porque até então os institutos eram Cefets e escolas agrotécnicas e o trabalhador, **se hoje passa longe, antes passava muito mais longe.** Naquele momento a gente trabalhou com várias iniciativas para implementar a oferta dos cursos nos institutos, a formação em nível de especialização, mestrado e doutorado, encontros regionais, ou seja, de 2005 até 2011 foram mais de 100 milhões de reais investidos nos institutos

> para fomentar o Decreto nº 5.840/2006; que é o Decreto vinculado ao Proeja. Você não tinha o trabalhador inserido no instituto e a **gente precisava fazer uma ação de fomento para que o instituto se sensibilizasse e esse trabalho passasse a ser orgânico nos institutos e não precisasse mais do Programa**. **Ele foi uma ação suplementar importante naquele momento para que a gente instrumentalizasse em um Programa essas ações nos institutos.** O Decreto ainda está vigente. Com o passar do tempo essa oferta se tornou orgânica aos institutos, então hoje na matriz dos institutos a EJA está prevista e o decreto obriga o instituto a fazer essa oferta, só que esse período é um período de crescimento da EJA integrada à EPT. É um crescimento pequeno, mas é um crescimento de fomento." (ENTREVISTADO(A) MEC)

Paixão relata seu processo histórico na luta pela EJA-EPT na instituição. Assim, disse que em 2015 um grupo de servidores se reuniu para a EJA-EPT fosse ofertada em outros *Campi*, além de Duque de Caxias, Nilópolis e Rio de Janeiro. O *Campus* de Arraial do Cabo e Pinheiral deixaram de ofertar cursos da EJA-EPT sob alegação de falta de demanda, de dificuldade de transporte para estudantes. Tendo em vista esse cenário , o grupo se consolidou em defesa da EJA-EPT no IFRJ. O grupo, a fim de se fortalecer, conseguiu ter integrantes entre conselheiros do IFRJ como forma de defender a política da EJA-EPT. Finaliza dizendo que a resistência à EJA-EPT no IFRJ pode ter várias configurações: culpabilizando os sujeitos por não acessarem a instituição; afirmando que os cursos serão implantados, o que nunca acontece ou finalmente dizendo com clareza que os estudantes da EJA-EPT não devem estar no IFRJ. O relato de Paixão encontra respaldo em pesquisa realizada por Oliveira (2018), quando este último autor identificou em entrevistas falas de estudantes, docentes e gestores que explicitavam a resistência institucional, de docentes, de outros alunos em relação às(aos) estudantes da EJA-EPT. Paixão lembra que existem cursos da EJA-EPT já aprovados no IFRJ; que o fechamento e aprovação desses cursos são "opções políticas"

> a) **"**Nossa ação mais fundamental, que ainda hoje é a ampliação da EJA-EPT, aconteceu em 2015. Em 2015, o *Campus* Arraial do Cabo havia pedido na gestão anterior a interrupção de oferta da EJA, alegando que não havia demanda e que os estudantes tinham muita dificuldade de ir ao *Campus* por questão de transporte. A gente fez visita ao *Campus.* Conversamos com a diretora Margareth Friedrich. A gente chegou a pensar uma outra oferta de curso e chamamos outros colegas e construímos um projeto. Fato **é que tem 8 anos que essa experiência aconteceu e até hoje não foi colocado um novo curso lá. O que dentro das normas específicas da instituição eles estão errados. O *Campus* Pinheiral também fez a mesma coisa há anos, interrompendo o curso de agroindústria noturno e prometendo um curso novo, chegando a ser aprovado no Conselho de *Campus* um curso novo. Era um curso muito ousado, interessantíssimo, mas que sofreu muita resistência por dentro, de grupos que não aceitaram o processo.** Disseram que era um processo autoritário, mas não era. Nós participamos. Enquanto fórum, nos disponibilizamos a participar. O nosso receio acabou se configurando numa experiência não muito diferente da de Arraial do Cabo e aí a gente começou a pensar: precisamos pensar em alternativas, outras possibilidades, se não seremos

> engolidos. Daqui a pouco será o *Campus* Rio de Janeiro e Nilópolis [que deixarão de ofertar]. Duque de Caxias a gente não tem nenhum tipo de medo que isso aconteça porque temos uma EJA-EPT forte lá." (PAIXÃO) e

> b)"Então com o intuito de ampliar fomos criando alguns braços: uma primeira estratégia que não conseguimos reproduzir; que é participar dos conselhos acadêmicos, a fazer chapas de pessoas que concorressem como conselheiros para lutar pela política da EJA-EPT. Tivemos essa experiência no CAET[107], no CAPOG[108], conseguimos colocar gente do FEJA-IFRJ. Aí veio a pandemia e não conseguimos manter no contexto pós-pandemia. Durante a pandemia conseguimos fazer muita coisa: processo de formação, campanhas; que mantiveram nossa luta acesa. Essa idéia de trazer mais gente dividir mais o trabalho. De qualquer forma, esse encontro em 2015 foi o ponto de virada porque percebemos que se não tomássemos uma decisão, os cursos iam começar a fechar e isso já estava acontecendo no IF São Paulo, por exemplo. Quando a gente vai para os encontros nacionais, a gente tem visto muitos relatos disso. Hoje nós temos cursos de EJA-EPT em Niterói, em São Gonçalo aprovados. Paracambi o projeto já está pronto e a perspectiva é ofertar no segundo semestre de 2024 o curso de Energias Renováveis, Pinheiral está reconstruindo o projeto e não sei o que vão fazer com Arraial do Cabo; que até hoje está no limbo. Quando eu estava no CONSUP[109] fui uma das únicas a votar contra a criação de curso de redes de nível superior em Arraial do Cabo. Perguntei para eles como iriam montar um curso de redes, que exige a infraestrutura humana de professores da área de informática, se vocês não reestruturaram o curso de Proeja e não criaram um novo. Na época não fui muito convincente. O projeto foi aprovado e hoje os professores estão alocados em outros cursos. **Meu receio se consolidou e a EJA deixou de ser prioridade em Arraial do Cabo. Existem várias formas de você falar que não quer a EJA: uma delas é colocar a culpa nos sujeitos que não vão. Outra: "vamos pensar um novo curso", mas nunca pensam. Outra: você fala na cara dura, como ouvi de um colega de Arraial de Cabo num evento: que o Proeja devia acabar; que ele achava que aqueles sujeitos não deviam estar lá**. **Esse mesmo sujeito estava num fórum mundial de tecnologia apresentando experiências dele na EJA: tão curioso....**Há várias pessoas no *Campus* de São João de Meriti querendo fazer um curso de EJA, mas não interessa à gestão porque o interesse da gestão é fazer curso de mestrado, de ampliar para educação de nível superior e ali em São João de Meriti você tem uma população de baixíssimo nível instrucional: são opções políticas." (PAIXÃO)

Conforme trazido por Paixão, a participação de militantes da EJA-EPT em instâncias

---

[107] O Conselho Acadêmico do Ensino Técnico (CAET) do Instituto Federal do Rio de Janeiro é um órgão consultivo instituído pelo Estatuto da Instituição e tem por finalidade subsidiar o Conselho Superior, a Pró-Reitoria de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e as Diretorias de Campi nas discussões de natureza didático-pedagógica e regimental, no âmbito do ensino técnico de nível médio e qualificação profissional. (IFRJ, 2023)

[108] O Conselho Acadêmico de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (CAPOG) tem por finalidade discutir e avaliar questões de natureza acadêmica, de pesquisa e de inovação, visando, sobretudo, aprimorar o processo ensino-aprendizagem, subsidiando a Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (PROPPI), a Reitoria e o Conselho Superior nas discussões de natureza didático-pedagógicas e regimentais, exarando pareceres. (IFRJ, 2023)

[109] É o órgão máximo dentro do Instituto Federal do Rio de Janeiro, de caráter consultivo e deliberativo. Presidido pelo reitor, conta com representantes dos docentes, discentes, servidores técnico-administrativos, egressos, representantes da sociedade civil, do Ministério da Educação e dos diretores-gerais dos Campi (IFRJ, 2023)

organizacionais é necessária para o fortalecimento da Política da EJA-EPT no IFRJ. Essa participação pode-se dar também em demais Conselhos e Colegiados, tais como o Colégio de Dirigentes – CODIR[110], Conselho Acadêmico de Ensino de Graduação – CAEG[111], Conselho Acadêmico de Ensino Técnico – CAET[112] e Conselho Acadêmico de Extensão – CAEX.

A participação da militância da EJA-EPT na instituição, que teve um enfraquecimento a partir da pandemia, conforme trazido por Paixão precisa retomar esse protagonismo e ser mais um elemento que contribua para o fortalecimento da EJA-EPT na instituição.

A seguir trazemos o Decreto 12.048, de 5 de junho de 2024 - Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos: *lendo o mundo e escrevendo a própria história.* O referido documento legal é de suma importância nesse na terceira gestão Lula; tendo em vista o protagonismo da Secadi e da combate ao analfabetismo no Brasil.

5.1 DECRETO Nº 12.048, DE 5 DE JUNHO DE 2024 - PACTO NACIONAL PELA SUPERAÇÃO DO ANALFABETISMO E QUALIFICAÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: *LENDO O MUNDO E ESCREVENDO A PRÓPRIA HISTÓRIA*

O Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos foi publicado em 5 de junho de 2024 e lançado em Brasília em 6 de junho de 2024. Na cerimônia estiveram presentes o Ministro da Educação Camilo Santana, representantes de: estudantes, Undime, SETEC, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério do Planejamento, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Saúde, Ministério da Cultura, Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, Secretaria Nacional de participação social, Secretaria Nacional de Participação

---

[110] O Colégio de Dirigentes (ColDir), de caráter consultivo, é o órgão de apoio e assessoramento ao processo decisório da Reitoria. Possui a seguinte composição: o Reitor, como presidente; os Pró-Reitores e os Diretores-Gerais dos *Campi*. (IFRJ, 2023)

[111] Conselho Acadêmico do Ensino de Graduação (CAEG) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – IFRJ, de caráter consultivo, é um órgão de apoio ao processo decisório do Conselho Superior e da Reitoria do IFRJ no que tange às políticas acadêmicas e às questões relacionadas ao ensino, à pesquisa e à extensão, referentes à graduação, conforme o Regimento Geral do IFRJ. (IFRJ, 2023)

[112] Órgão de caráter consultivo de apoio ao processo decisório do Conselho Superior e da Reitoria do IFRJ no que tange às políticas de extensão. A composição é : Pró-Reitor de Extensão e Conselheiros eleitos votados por seus pares, em escrutínio secreto.O CAEX do IFRJ é integrado por representantes dos Campi, discentes e servidores docentes e técnico-administrativos. (IFRJ, 2023)

Social, Secretaria Nacional de Juventude, Fóruns de EJA, Unesco e Unicef. A presença de diferentes atores já demonstra o perfil intersetorial da política, como foi defendido através das entrevistas realizadas. Assim, essa participação de diversos atores corrobora com os princípios do Pacto: a) Engajamento de lideranças, movimentos sociais, empresariado e sociedade civil, b)Regime de colaboração e governança participativa e Pactuação intersetorial (MEC, 2024).

O Pacto traz dentre suas Diretrizes no art. 2º um direcionamento em relação à EJA-EPT na Diretriz III: "a integração da EJA com a Educação Profissional e Tecnológica – EPT, com a finalidade de promover o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho". Assim, constatamos a importância da EJA-EPT no Pacto, no sentido da integração da EJA com a EPT, como foi discutido amplamente nas entrevistas realizadas.

No art. 7º, que trata do apoio da União, de natureza supletiva e redistributiva, observando as diretrizes e os objetivos do Decreto, tal apoio se dará através de ações, dentre elas a ação VI, mais uma vez direcionada à EJA-EPT: "Ampliação da EJA integrada à EPT. Incluída a expansão dos cursos previstos no Decreto 5.840, de 13 de julho de 2006." (BRASIL, 2024). Os cursos previstos estão dispostos no Decreto 5.840, de 13 de julho de 2006 no art. 1º são eles: formação inicial e continuada de trabalhadores e educação profissional técnica de nível médio

Os objetivos do Pacto são:

> I – Superar o analfabetismo de jovens, adultos e idosos;
> II – Elevar a escolaridade de jovens, adultos e idosos;
> III - **Ampliar oferta de matrículas da EJA nos sistemas públicos de ensino, inclusive entre estudantes privados de liberdade** e
> IV – **Ampliar a oferta da EJA-EPT** (MEC, 2024, grifos nossos).

O item I tem consonância com os seguintes dados: 11,4 milhões de pessoas não alfabetizadas em 2023 (Censo Demográfico 2023) e 68 milhões de pessoas com 18 anos ou mais não concluíram a Educação Básica (PNAD contínua, 2023) e ainda 1009 municípios que não ofertam EJA (Censo Escolar, 2023). Aqui observamos o compromisso com a ampliação da EJA para pessoas privadas de liberdade no item III, lembrando que 81% das pessoas privadas de liberdade não concluíram a Educação Básica (SISDEPEN/MJSP, 2023). Ainda essa preocupação está em consonância com o que fora trazido nas entrevistas por

Costa, Graciano, Ireland, Machado, Modé e Paixão. Em relação ao item IV observamos o objetivo de ampliação da oferta da EJA-EPT que beneficia toda a RFEPCT, corroborando também com as entrevistas realizadas quando falaram da importância do fortalecimento da EJA-EPT e da importância que seria dada à mesma dentro da política de EJA.

O art. 11 reafirma que instituições de EJA-EPT poderão aderir ao Plano. Sendo assim, é necessário que o IFRJ e toda a RFECPCT adiram ao Plano, como instituições a serem beneficiadas pela referida política.

As Estratégias para expansão e qualificação da alfabetização e da EJA apresentam uma série de ações a serem implementadas pelo MEC:

> 1) Pé de meia:
> 540 mil estudantes do Ensino Médio de EJA, beneficiários do Programa Bolsa Família receberão incentivos ao programa Pé de meia referentes à matrícula, conclusão e participação no ENEM;
> 2) PDDE Equidade-EJA:
> O Programa Dinheiro Direto na Escola para a EJA (PDDE-EJA) é um incentivo financeiro para as escolas que ofertam a EJA que pode ser utilizado para organização de extensões escolares em espaços públicos diversos, estruturação de espaços de convivência/acolhimento para filhos e netos dos (as) estudantes e adequação do espaço escolar para atender jovens, adultos e idosos;
> 3) Novo clico do Programa Brasil Alfabetizado:
> É retomado com oferta de 60.000 bolsas para educadores populares. As turmas podem ser instaladas em espaços da comunidade, facilitando o acesso ao programa dos jovens e adultos e idosos que não sabem ler e escrever;
> 4) Ampliação do fator de ponderação da EJA no Fundeb:
> Aumento de 0,8 para 1 no fator de ponderação
> 5) **EJA integrada à Educação Profissional e Tecnológica**
> **O Pacto vai estimular parcerias entre redes de ensino e instituições que ofertam EPT para a oferta de EJA com arranjos curriculares que integram a formação geral e a capacitação profissional, de maneira a promover a elevação da escolaridade simultaneamente à qualificação profissional inicial, com cursos de 160 horas, desde o processo de alfabetização, na etapa inicial da EJA até o Ensino Médio;**
> 6) Projovem urbano e Projovem Campo:
> O pacto vai ofertar novo ciclo de Projovem alcançando em torno de 100.000 estudantes ate 2026 com prioridade para municípios com maiores índices de jovens não alfabetizados dentre os 1009 municípios que não ofertam a EJA;

> 7) Formação de professores e gestores:
> Oferta de formação continuada para Professores, Gestores Escolares e Educadores populares . Oferta de formação para 10.000 estudantes das licenciaturas via Universidade Aberta do Brasil;
> 8) Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) EJA:
> Este é o segundo edital PNLD para a EJA, dez ano apo o primeiro. A partir de 2025 os livros didáticos da EJA chegarão à escolas, destinados a todos os estudantes e professores do ensino fundamental da modalidade e aos estudantes do Programa Brasil Alfabetizado;
> 9) Chamada pública:
> Campanhas anuais de mobilização para engajamento das redes de ensino e sociedade em geral mo estímulo para que jovens, adultos e idosos que não freqüentaram a escola, ou abandonaram antes de concluir a Educação Básicas, exerçam seus direitos educativos por meio da matrícula da EJA ou participação no PBA;
> 10) Novas Diretrizes Operacionais para a EJA orientadas pelos princípios da equidade, reparação e qualificação (Parecer 11/2000 CNE);
> 11) Sistema CEDEJA:
> Plataforma com o cadastro da demanda e atendimento da EJA que alimentará as redes de ensino com informações.O sistema integrará diferentes bases de dados públicas vinculadas aos Ministérios da Saúde, do Trabalho e Emprego, do Desenvolvimento Social , dos Direitos Humanos e Cidadania, da Justiça e Segurança Pública e do Empreendedorismo, da microempresa e da empresa de pequeno porte e
> 12) Medalha Paulo Freire:
> Valorização e incentivo às redes que se destacarem em ações e iniciativas que visem à superação do analfabetismo no Brasil e a qualificação da EJA.(MEC, 2024).

A estratégia 5 trata de parceiras entre redes de ensino e instituições que ofertam a EJA, nesse sentido o IFRJ e a RFEPCT podem ofertar os cursos de 160 horas previstos.

Na tabela 14 a seguir podemos observar os quantitativos dos beneficiários do Pacto:

Tabela 14 - Público-Alvo beneficiado pelo Pacto

Público-alvo	**Quantitativo**
Jovens, adultos e idosos acima de 18 anos que não terminaram a Educação Básica	68 milhões
Jovens, adultos e idosos não alfabetizados	11,4 milhões
Estudantes da EJA que serão beneficiados pelo Pacto (Aumento de matrícula na EJA)	3,3 milhões
Estudantes do Programa Brasil Alfabetizado que serão beneficiados pelo Pacto	900 mil

Jovens de 18 a 29 anos do Projovem que serão beneficiados pelo Pacto	100 mil
Estudantes de 18 a 24 anos cursando o Ensino Médio na EJA beneficiários do Programa Bolsa Família (Público do Pé de Meia)	540.000
Ampliação das matrículas da EJA-EPT para 12,5% até 2027	**734.515**
Estudantes do Sistema prisional beneficiados pelo Pacto	190 mil
Educadores Populares que farão parte do Pacto	60 mil
Escolas que se beneficiarão do PDDE-EJA	3 mil
Alunos da Universidade Aberta do Brasil que receberão formação	10 mil
Estados e Distrito Federal	27
Municípios	5.570

Fonte: MEC, 2024, grifos nossos

Podemos observar em relação À EJA-EPT, a possibilidade de incremento no número de matrículas para 734.515 representando um percentual de 12,5% até 2027, ou seja percentual que influenciaria nas atuais taxas que é de 2,07% na RFEPCT (ideal 10%) e de 3,5% (ideal 25%).

A intersetorialidade do Pacto se manifesta frequentemente e pela articulação das diferentes Pastas, a partir de 4 dimensões:Sistema, Incentivos, Oferta e Suporte.

> **Sistema**: Criação do CadEJA que terá o cadastro da demanda e atendimento da EJA, alimentando as redes de ensino com informações. As seguintes Pastas serão articuladoras dessa dimensão: Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ministério do Empreendedorismo, da microempresa e da empresa de pequeno porte.
>
> **Incentivos**: criação de incentivos positivos, a partir de programas e ações já existentes em outros ministérios e que poderiam incidir sobre a indução da demanda ou oferta de EJA.
>
> **Suporte**: ações de outros ministérios ou ações passíveis de serem inseridas em programas de outros ministérios e que podem contribuir para o fortalecimento da EJA:
>
> > Ministério da Saúde: através do Programa Saúde na Escola pretende realizar a entrega de óculos a faixa mais idosa;
> > Ministério da Cultura: pretende distribuir livros de literatura voltados à alfabetização;
> > Secretaria Nacional de Juventude: reformular conselho gestor do Projovem e apoiar a busca de jovens não alfabetizados via Estação Juventude;
> > Ministério do Planejamento: realizar um plano de monitoramento e avaliação e aferição de efetividade do Pacto;
> > Controladoria Geral da União: Realizar suporte ao Pacto no desenho da Fiscalização específica à destinação dos recursos da EJA por meio de amostra de redes e produção de relatórios para o MEC para subsidiar tomada de decisão;

> Unesco: Produzirá material didático para a EJA/Ensino Médio;
> Unicef: incluirá no seu Selo condicionalidade para as redes de ensino manterem bolsas de formadores populares de modo a serem elegíveis para alcançar o Selo no semiárido e na Amazônia e
> Foruns de EJA: contribuirá com a articulação da demanda nos territórios bem como serão responsáveis pelo chamamento público em atendimento ao art. 5º da LDB.
>
> **Oferta**: diz respeito à intersetorialidade na oferta da EJA para grupos específicos, exemplo:
>
> > Ministério da Justiça e Segurança Pública atuara na articulação com estados e DF e apoiará a oferta da EJA no âmbito prisional, bem como mobilizar egressos para continuarem seus estudos.
> > Ministério do Desenvolvimento Agrário apoiará a formação de professores/educadores pro meio do INCRA no Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) ofertando curso para os alfabetizadores que vão atuar nas áreas de assentamento da reforma agrária.(MEC, 2024)

Nesse sentido a atuação intersetorial do Pacto se dará pelo CadEJA, dos incentivos para ampliar as matrículas e a conclusão da EJA, oferta da EJA por programas próprios em cada setor e ações de suporte e fortalecimento da oferta da EJA(MEC, 2024).

O que podemos depreender do Pacto é que o mesmo foi construído de forma democrática, contando com ampla participação de diversos segmentos do governo, de movimentos sociais, da sociedade civil organizada, confirmando o que trouxeram as entrevistadas e o entrevistado; que a atuação desses diversos segmentos será essencial para que o Pacto se efetive como esta desenhado; que busca "ampliar a aprendizagem ao longo da vida, o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho"; que visa a "aquisição e distribuição de materiais didáticos para os estudantes da EJA no âmbito do Programa Nacional do Livro e do Material Didático".

A contradição nesse momento de lançamento do Pacto é que a RFECPCT está em greve há mais de 70 dias, lutando por melhores salários, por reestruturação de carreira e investimento na RFEPCT, ou seja, se por um lado o governo fala em investimentos a partir do Pacto, do outro resiste no atendimento das solicitações do movimento paredista.

Ainda assim, não há dúvida da grande importância do Pacto para a EJA e para EJA-EPT. Para que o mesmo se consolide precisará de muitas mãos, dos diversos atores institucionais e da sociedade civil no caminho a ser percorrido.

A seguir, realizamos as considerações finais, entendendo que não são finais especificamente, assim como a história não o é; mas transitórias a partir de novos olhares e de

pesquisas futuras.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações trazidas aqui se posicionam como pontos de partidas para novas pesquisas que estejam em consonância com a democracia, com o combate a desigualdades, a partir de políticas públicas de EJA-EPT e intersetoriais que garantam acesso à Educação para todas e todos.

A pesquisa foi norteada pelo materialismo histórico e dialético, conforme Engels (s/d), Frigotto (2009, 2010), Grespan (2021), Kosik (1969), Lukács (1978, 2004, 2012), Marx (2007, 2008), Marx e Engels (1982) e Mészáros (2016) sendo as considerações aqui apresentadas resultantes das mediações, contradições encontradas na totalidade da realidade inscrita no movimento histórico. Devido ao Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos usamos junho de 2024 finalização desta pesquisa .

O percurso metodológico nesta pesquisa foi iniciado pela apreensão de arcabouço teórico que a subsidiasse. Para tanto, foram consideradas as categorias Trabalho; Estado e Direitos no Capitalismo e Educação como centrais.

Em relação à categoria trabalho validamos essa pesquisa , a partir da correlação da pesquisa com os seguintes autores Antunes (2018), Arroyo (2017), Braverman (1987), Dejours (2007), Duarte (2012), Gramsci (2001), Grespan (2021), Harvey(2012), Ianni (2005), Lukács(1978, 2012), Mészáros (2016), Marx (1983), Neves e Pronko(2008), Mancebo (2009), Ramos (2006), Poulantzas (2019) e Tonet (2015).

O segunda seção do primeiro capítulo realiza discussões sobre Estado e Direitos no Capitalismo, globalização, neoliberalismo e políticas públicas. Os autores que embasaram a pesquisa foram Bobbio (2004), Dardot e Laval (2016), Gramsci (1978), Harvey (2012), Ianni (1995), Lefebvre (1966), Locke (1973), Mancebo (2009), Marx (2003), Poulantzas (1985, 2019), Rancière (1996), Ramos (2018), Rodrigues (2018) e Souza (2007).

A terceira seção traz a categoria Educação ao debate, a partir das seguintes seções: institutos federais, educação profissional, formação tecnológica, EJA no Brasil, Proeja no IFRJ e emancipação humana, BNCC, DCNEM, Diretrizes Operacionais para a EJA, VII CONFINTEA e IV Fórum de EJA (FEJA-IFRJ). Os autores referenciados são Arroyo (2017), Barata-Moura (1997), Gadotti (2014), Frigotto (2013), Hobsbawn (2010), Lombardi (2010), Marx; Engels (1992), Marx (1984), Mészáros (2008, 2012), Nogueira (1990), Paiva (2021),

Rodrigues (2018), Saviani (2007), Silva;Ramos (2018) e Tonet (2005).

As categorias da pesquisa e seus derivados temas, conforme Bardin (1977, 1979) e Câmara (2013) permitiram que correlações entre as mesmas ratificassem a perspectiva do materialismo histórico dialético, sejam pelas relações de suas inserções dentro do MPC, sejam pelas relações com os sujeitos sociais que perpassaram a pesquisa, tais como estudantes-trabalhadores, as entrevistadas e o entrevistado e ainda suas inter-relações jurídicas e políticas constitutivas de suas práticas.

A **hipótese central** de que a política de EJA-EPT não se consolidou no IFRJ e na RFEPCT foi comprovada, ainda que com uma militância forte; tendo vista os dados disponibilizados em nossas plataformas governamentais, a falta de investimentos nos últimos anos, as resistências à modalidade dentro da própria REFPCT, as entrevistas realizadas e a não consolidação até o junho de 2024, de uma Política Nacional de EJA-EPT. Esse cenário, portanto, respalda nossa hipótese central. Ainda, assim esta pesquisa aponta que está em gestação uma série de ações por parte do IFRJ e da RFEPCT no sentido de alterar essa realidade. A principal delas é a construção do Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos (MEC) – Lendo o mundo e escrevendo a própria história.

O **objetivo geral,** que foi analisar como a política pública da EJA-EPT tem se conformado no IFRJ e na RFEPCT, a partir das categorias norteadoras Trabalho, Estado e Direitos no Capitalismo e Educação foi plenamente alcançado, a partir da análise documental; participação em fóruns relacionados à EJA-EPT; participação e acompanhamento em audiências públicas estadual e nacionais; participação em eventos científicos locais e nacional e internacional sobre a EPT, EJA-EPT e Direitos Humanos, tanto no Rio de Janeiro como em Buenos Aires, entre 2020 e 2023, estes últimos de forma presencial. Minhas participações, seja como participante ou como ouvinte, permitiram que as diversas questões levantadas pelos sujeitos constituintes desses espaços contribuíssem para o alcance do objetivo geral e dos objetivos específicos.

Os **objetivos específicos** também foram atendidos, a partir da aquisição de arcabouço teórico que norteou e fundamentou toda a pesquisa, bem como das participações presenciais ou virtuais em eventos que trataram do tema EJA-EPT. Assim o primeiro objetivo específico permitiu a definição da perspectiva do materialismo histórico dialético, como direção da pesquisa. A descrição das categorias Trabalho, Estado e Direitos no

Capitalismo e Educação e seus atravessamentos na EJA-EPT, na gestão, nos trabalhadores-estudantes da EJA-EPT e nos sujeitos que militam na modalidade permearam toda a pesquisa, validando experiências práticas, dados pesquisados e contribuindo para estas considerações finais. Para tanto a identificação de documentos dos diversos fóruns e audiências, dados financeiros, acadêmicos, legislações atualizadas foram essenciais para que este estudo apresentasse dados atualizados e ainda tenha permitido a sugestão de pesquisas futuras, a partir do que fora desvelado na realidade durante sua feitura.

As entrevistas, além de se correlacionarem com o arcabouço teórico também trouxeram questões inéditas para a pesquisa; tendo em vista a participação de profissionais fundamentais na EJA e na EJA-EPT, em âmbito local (IFRJ), em âmbito nacional (MEC, UFG) e em âmbito internacional (Cátedra Unesco de EJA, ICAE e CLADE).

Conforme dados apresentados nesta pesquisa pelo IBGE(2023), temos mais de 70 milhões de pessoas que não concluíram a Educação Básica. A construção da consciência social dos sujeitos impactam e atravessam a EJA-EPT e suas transformações e reconstruções dentro do processo histórico.

A investigação desta pesquisa se deu para que pudéssemos compreender como a política da EJA-EPT tem se conformado no IFRJ e na Rede Federal, ou seja, para investigarmos se o IFRJ e a RFEPCT tem efetivamente consolidado uma política da EJA-EPT. Por que essa investigação foi necessária? Porque é preciso que o direito à EJA; que é garantido legalmente também se efetive no IFRJ e na RFEPCT. Para tanto, temos o Parecer CNE/CEB nº 11/2000, como documento chave do direito à EJA. Esse direito na RFEPCT se deu a partir do Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005, reformulado pelo Decreto nº 5.840, de 23 de julho de 2006, instituindo o Proeja, ou seja, um Programa que foi pensado para atender jovens e adultos na RFEPCT.

No atual momento histórico constatamos que um Programa, simplesmente, não garante a efetivação do direito à EJA-EPT, pois está sob a dependência de recursos financeiros, de governos que vão e vêm e, portanto, precisamos sim da consolidação de uma Política Nacional de EJA-EPT que seja de Estado e não de governo e é a partir dessa luta que esta pesquisa efetiva sua importância.

Esta pesquisa permitiu identificar várias questões que atravessam a EJA-EPT, não somente no IFRJ. Para tanto, este estudo iniciou com o conhecer o objeto, ou seja, a EJA, a EJA EPT no IFRJ e caminhou em direção à política nacional da EJA-EPT, à política

internacional da EJA e depois realizou o movimento de retorno, para a compreensão da política nacional e local, levando em conta a totalidade social para que extraíssemos as considerações a seguir apresentadas. Nesse caminho de retorno busquei compreender a transversalidade da EJA-EPT, a partir do acompanhamento do FEJA-IFRJ; dos encontros da EJA-EPT no IFRJ em 2022; da participação em audiência pública solicitada pela deputada estadual Elika Takimoto (PT-RJ); que teve com o tema "A expansão da Rede Federal de educação profissional e tecnológica no estado do Rio de Janeiro", realizada no *Campus* Rio de Janeiro do IFRJ, em junho de 2023; da análise dos quatro seminários do FEJA-IFRJ em abril de 2021, janeiro de 2022, fevereiro de 2022 e junho de 2022; da análise de audiência pública realizada pela Comissão de Educação da Câmara dos Deputados com o tema "A Educação de Jovens e Adultos (EJA)", em junho de 2023, solicitada pelo deputado federal Pedro Uczai (PT-SC); da análise da audiência pública realizada pela Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, da Câmara dos Deputados, em agosto de 2023, com o tema "Educação para a população idosa - EJA para idosos", solicitada pela deputada federal Reginete Brito (PT-RS); da participação, apresentação de trabalho e contribuição de proposição para a construção da política nacional de EJA-EPT,a partir da Secadi/MEC e Setec/MEC, no "VI Encontro Nacional da EJA-EPT (Proeja) da Rede Federal - Esperançar é verbo na EJA-EPT: ampliar e consolidar", organizado pelo IFRJ, com apoio do Colégio Pedro II e do Instituto Federal Fluminense-IFF, no Rio de Janeiro, em outubro de 2023.

Outro ponto essencial foram as 11 entrevistas realizadas com profissionais da EJA-EPT; tendo profissionais representativas e representativo em âmbito internacional e da sociedade civil (Cátedra Unesco, ICAE e CLADE), nacional (Gestor/a da Setec/MEC, Gestoras da Secadi/MEC, servidor(a) do MEC e docente da UFG) e local (FEJA-IFRJ, Coordenação de EJA e Coordenação de curso de Especialização em EJA do IFRJ). As entrevistas possibilitaram realizar correlações com a teoria e com a realidade, a partir do acompanhamento das audiências, seminários.

O estudo permitiu responder à **pergunta de pesquisa**, ou seja, se a EJA-EPT foi efetivada plenamente no IFRJ e na RFEPCT. Como resultado, foi possível identificar que a EJA-EPT não se efetivou plenamente no IFRJ e nem na RFEPCT, mas o que há é uma consolidação inconclusa, uma consolidação marginal; tendo em vista que temos muito a avançar, apesar da luta contínua dos que militam pela modalidade. A decorrência desse cenário é resultante de uma resistência histórica em receber estes sujeitos na instituição, o

que é contraditório; tendo em vista em sua gênese ter como função precípua a formação da classe trabalhadora. Ainda, a falta de investimentos na EJA-EPT é outro fator para crescimento da EJA e da EJA-EPT, principalmente após 2016 e com a chegada de Bolsonaro à presidência. **A partir de 2023, com a terceira gestão Lula, é possível observar movimentos de retomada de investimentos, de construção de políticas para alfabetização, para EJA e EJA-EPT, a partir da reestruturação da Secadi/MEC; do trabalho em conjunto entre Secadi/MEC e Setec/MEC; investimento em expansão,ou seja, uma perspectiva nova a partir de janeiro de 2023; que é a expansão da REFPCT nas periferias e não mais na interiorização**. Nesse sentido, em relação ao IFRJ, o MEC destinou R$ 25 mi para construção do *Campus* Complexo do Alemão do IFRJ. Ainda, a partir o Novo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC disporá recursos para a construção dos *campi* Cidade de Deus, Magé, Teresópolis, Belford Roxo e renovação do campus São Gonçalo do IFRJ. Tais *campi* fazem parte de um total de 100 *campi* que serão construídos/renovados em todo Brasil. Há, portanto a necessidade da aproximação do IFRJ com as comunidades no seu entorno evitando equívocos como o que acontece nos campi onde o IFRJ tem atuado quando observamos baixa oferta de cursos e matrículas , como observado em dados da Plataforma Nilo Peçanha.

A participação do governo estadual, numa perspectiva da expansão da REFPCT é também uma perspectiva que traz novo fôlego para a Rede, a partir de 2023.

Apesar de uma consolidação inconclusa observamos mudanças durante esta pesquisa, a partir de janeiro de 2023, com o novo governo Lula e com a retomada da Secadi/MEC em interlocução com a Setec/MEC e com demais Ministérios e sociedade civil. Ficou evidente nas entrevistas a necessidade da intersetorialidade na EJA-EPT, ou seja, justamente essa correlação, com o Trabalho em conjunto com o Ministério da Saúde, do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome , do Trabalho, da Justiça, por exemplo. Quando se fala em EJA-EPT não há como dissociá-la dessas necessárias interlocuções. Por outro lado, Ireland alertou que a intersetorialidade pode contribuir negativamente para o alargamento do conceito de EJA/EJA-EPT, o que dificultaria inseri-la no escopo das políticas públicas, na definição de indicadores, no acesso a recursos, por exemplo. Ainda, as mediações realizadas entre os diversos atores apresenta uma série de interesses, a partir dessas aproximações.

Há um novo fôlego para a Educação, de forma geral e para EJA e EJA-EPT. Ficou

muito claro nas ações do governo, documentos pesquisados, entrevistas realizadas que todas e todos que militam pela EJA e pela EJA-EPT estão esperançosos e agindo em diversos fóruns para a construção de uma Política Nacional de Alfabetização, de EJA com o fortalecimento da EJA-EPT. A referida política conta com 3 eixos: alfabetização, elevação de escolaridade e EJA integrada à EPT. Outros pontos importantes foram a recriação da CNaeja, a aproximação com a SENAPPEN, constituição da EJA prisional, a criação da Frente Parlamentar Mista em defesa da Educação de Jovens e Adultos, em setembro de 2023 com vigência de 2 anos, articulada pelo deputado Reginaldo Lopes (PT/MG); formulação de curso junto à Universidade Aberta do Brasil que será inserido em todas as licenciaturas em 147 universidades e formulação de curso de especialização em EJA, estes dois últimos com recursos da CAPES. Ainda, em dezembro de 2023, o lançamento do Programa Nacional do Livro e do Material Didático para a EJA do Ensino Fundamental nos leva a fortalecer a luta da inserção do Programa dentro da Política Nacional de EJA/EJA-EPT, a fim de criáramos também material didático para a EJA-EPT.

Observei nos Fóruns, Audiências, Encontros, a partir dos relatos, que o MEC ainda não está ganho; que ainda dentro do MEC existem forças reacionárias; que é preciso atenção em relação aos interesses de grupos privatistas, de forças reacionárias no Congresso Nacional que continuam fortes e são maioria nesta terceira gestão Lula.

A categoria Trabalho no capítulo 1 reafirmou sua importância durante toda o estudo; tendo em vista sua relação direta com os sujeitos da EJA-EPT: estudante-trabalhador(a). Assim, o trabalho como princípio educativo reafirma a direção do trabalho como via libertária, crítica e não como um facilitador da reprodução do MPC. Nesse sentido, as entrevistas trouxeram relatos que corroboram com esse direcionamento e defendem a educação como direito, conforme a discussão que realizamos no capítulo 4.

Observamos historicamente, dentro de uma realidade de direcionamento neoliberal no mundo e no Brasil, uma série de ações que contribuíram para o desmantelamento da EJA e da EJA-EPT: o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff; políticas de avaliação atreladas a recursos na RFEPCT; política Fiscal de Teto de Gastos de 2016, reduzindo investimento em Educação, Saúde e Assistência Social; a BNCC de 2017, com suas incongruências, itinerários formativos, sem condições reais para que os mesmos fossem ofertados prejudicando os mais pobres; redução de carga horária; redução de disciplinas; eleição de Jair Bolsonaro para a presidência do Brasil em 2018; as Diretrizes Operacionais para EJA de 2021, que buscam

alinhamento à BNCC; esta última que já nasceu eivada de problemas. Todo esse cenário convergiu para um não lugar da EJA e da EJA-EPT, a partir de 2016.

A pesquisa observou que durante o governo Bolsonaro o desprezo pela Educação como direito era notório, mas não tinha a mesma intensidade quando das tentativas de inserir na gestão pessoas de sua confiança, de desmembrar *Campus* para aumentar número de gestores, isso sem criar nenhuma vaga para estudantes, para profissionais, infraestrutura, tudo isso meses antes de sua tentativa malfadada de reeleição. Ainda, somado a esse cenário desastroso ocorreram no referido governo sucessivos bloqueios orçamentários em várias Pastas, incluindo a da Educação, bem como também no orçamento do IFRJ.

Outro ponto a ser destacado é o conjunto de dados, índices, números analisados na pesquisa, que apesar de ter como centro a EJA-EPT, não poderia estar desvinculada de uma análise também sobre EJA no Brasil, sobre a alfabetização e que nos levam aos desafios que a EJA-EPT tem que enfrentar nos próximos anos. Assim, novamente, comprovamos a hipótese da pesquisa de que a EJA-EPT ainda não se consolidou plenamente no IFRJ e nem na RFEPCT. Nesse sentido, a partir de dados o IBGE(2024), referentes a 2023, temos 11,4 milhões de pessoas analfabetas, mais mulheres idosas do que homens, na faixa cima dos 60 anos o que nos alerta para o processo histórico de desigualdades dessas mulheres que estão agora na terceira idade, apesar dos avanços recentes de direitos da mulheres. Assim, a Política Nacional de EPT, além de dar relevo à EJA-EPT **precisa também um olhar mais significativo para essas mulheres.** Por outro lado, na faixa de 15 anos ou mais, mulheres tem menos quantitativo de analfabetismo que homens, nos levando atrelar essa mudança ao aumento das políticas de direitos das mulheres mais recentemente. **Os dados nos mostram que o maior número de analfabetos está na faixa a partir de 40 anos.**

O público potencial que a EJA-EPT tem é um público mais velho e isso é um indicador para a elaboração da Política Nacional de EJA, com relevo para a EJA-EPT. Ainda em relação à raça, pessoas pretas tem maior número de analfabetismo. Residentes nas regiões norte e nordeste também tem maiores índices de analfabetismo. Outro dado trazido pelo IBGE(2024) é que temos 68 milhões de pessoas acima de 18 anos que não concluíram a Educação Básica, logo também públicos potenciais para a EJA-EPT. Estes dados atualizados nos mostram os desafios que o IFRJ e a RFEPCT têm. Outro dado trazido pela Plataforma Nilo Peçanha(2023), referente a 2022, traz clareza sobre o baixo número de **matrículas em EJA-EPT na RFEPCT, 2,07%, bem distante dos 10% previstos no**

Decreto do Proeja de 2006. Em relação à EJA no Brasil, o **Painel de Monitoramento do PNE(2023) mostrou que dos 25% previstos de matrículas em EJA no país somente foram alcançadas 3,5%.** Todos os dados apresentados **demonstram o desafio que temos para alcançar números desejáveis e previstos no então PNE e na luta para o alcance desses números no próximo PNE, a ter vigência de 2024 a 2034.**

A Plataforma Nilo Peçanha (2023) mostra também que a captação, entrada e permanência de estudantes na RFEPCT é deficiente. A REFEPCT e o IFRJ em suas matrículas de forma geral e na EJA-EPT ofertam menos vagas que o número de candidatos. No IFRJ, conforme demonstrado na seção 4.6, podemos observar essa realidade. Dentre os alunos aprovados, muito não realizam matrícula, ou seja, é grande o quantitativo dos que ficam de fora somado aos que não se matriculam e mais à frente somado aos que evadem. Tal realidade **enseja mudanças tanto da REFPCT quando do IFRJ em relação à oferta, captação e fortalecimento de políticas públicas de acesso, permanência e êxito, conforme já apontado por Oliveira (2018)**.

Em relação à investimento na EJA-EPT o governo trabalhou em 2023 com recurso orçamentário deixado pelo governo passado; que foi da ordem de R$ 58.956.000,00, a fim de apoiar a ampliação de matrículas na RFEPCT, a partir da oferta de matrículas em cursos técnicos já ofertados, fomentando o incremento de vagas para EJA-EPT. Esse recurso não era relativo a um programa, a uma política, mas apenas uma ação dentro do possível em 2023.

Em se tratando de legislação, a Resolução n.º 1/2021, que instituiu as Diretrizes Operacionais para EJA, com o intuito de alinhar tais Diretrizes à BNCC, já nasce equivocadamente; tendo em vista propor alinhamento àquele documento; constituído de diversos equívocos; tendo em vista estar o PL n.º 5.230/23 sob relatoria do deputado federal Mendonça Filho(União Brasil - PE). O referido deputado esteve na formulação da BNCC, esteve na gestão Bolsonaro e retornou como relator, o que foi um golpe nas perspectivas mais recentes de revogação do Novo Ensino Médio.

A pesquisa identificou na BNCC de 2017, nas DCNEM de 2018, nas Diretrizes Operacionais para a EJA de 2021 um direcionamento neoliberal, em consonância com o caminho político que o Brasil vinha trilhando desde o *Impeachment* da presidenta Dilma Rousseff em 2016, bem como sintonia com o cenário internacional a partir de uma trajetória de consensos, sem ruptura do MPC, de alta carga de EAD para a EJA, por exemplo, indo na direção contrária de uma educação emancipadora e integral.

A Resolução n.º 1/2021 teve na entrevista com o(a) entrevistado(a) MEC uma grande importância para esta pesquisa, pelo teor inédito do que foi revelado. Durante a entrevista, o(a) entrevistado(a) MEC explicou que as Diretrizes Operacionais para a EJA foram o resultado de uma luta das(dos) técnicas(os) do MEC, para que se conseguisse produzir material didático para EJA, ação que não acontecia desde 2013. O relato do processo trazido pelo(a) profissional esclareceu que para que se conseguisse a elaboração de material didático para EJA fora preciso construir tal documento. Disse que tal informação era inédita; que o que se conhecia sobre o documento, de forma geral era apenas a homologação das Diretrizes sem este histórico; que havia apenas críticas em relação ao documento sem compreender o motivo embrionário de sua elaboração. Aqui foi possível observar essa questão por outro ângulo; ângulo esse que ajudou a compreender o referido processo. Assim, tomando a teoria engelsiana por base, não bastava somente olhar as diretrizes pelo ângulo da homologação de um governo inimigo da Educação, da EJA, da EJA-EPT, mas compreender que o que era observado merecia um olhar mais apurado; que era resultante da luta de técnicas e técnicos do MEC num cenário nada favorável. A homologação do referido documento foi e é alvo de muitas críticas de pesquisadores e das demais entrevistadas e do entrevistado, dados os equívocos conceituais, fragmentações da EJA apresentadas e a falta de consulta de profissionais que militam na EJA e na EJA-EPT. Por um lado, o documento permitiu a elaboração do material didático para EJA. A contradição é que um governo que extinguiu a Secadi e relegou a EJA a um lugar de apêndice, às vésperas de eleição presidencial de 2022 homologou um documento que beneficiaria a EJA: era ilógico. Nesse sentido, a homologação do documento nos acendeu um alerta: o processo para reeleição presidencial estava em curso. Essa entrevista foi, portanto, para esta pesquisa um descortinar desse processo que havia chegado na ponta como algo que causou surpresa, além de um teor autoritário por não ter realizado consulta pública.

Outra ação no governo anterior, que nos demonstra uma contradição é que o governo Bolsonaro, em dezembro de 2022 lançou o edital n.º 17/2022, de chamamento público para adesão ao Programa de Apoio à oferta da Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional - Programa EJA Integrada - EPT. Assim, nos questionamos, mais uma vez, como o governo Bolsonaro, que atacou a Educação em toda sua gestão, ao apagar das luzes de seu mandato homologou também este documento? A liberação de recursos para os institutos federais por um lado foi, mais uma vez, um processo resultante da luta de técnicas e técnicos

do MEC comprometidos com a EJA, conforme relato do(a) entrevistado(a) MEC na entrevista. Assim, uma possível intencionalidade dessas ações seria incrementar o quantitativo de matrículas de EJA-EPT junto ao PNE, referente à meta 10, o que benificiaria o saldo de seu governo em relação à Educação. É contraditório o governo Bolsonaro; que criou dificuldades junto à Educação, com ministros envolvidos em crises, com bloqueios constantes de orçamento na Pasta; que extinguiu a Secadi e que sucateou a EJA realizar tais homologações em fins de governo e em processo de campanha para reeleição. Quais interesses estavam em jogo em relação a estes documentos? Não temos uma resposta precisa, mas conformamos possibilidades. Aqui deve ficar também registrada a importância do trabalho em defesa da EJA e da EJA-EPT, por parte das técnicas e técnicos do MEC concursados durante um governo hostil à modalidade e à Educação de forma geral. O trabalho de servidoras e servidores naquele momento foi crucial para que a EJA e a EJA-EPT se mantivessem vivas. Demonstraram e demonstram a importância de um serviço público forte, acessado por concurso, livre de amarras políticas e dos sabores dos governos da situação.

Outro ponto destacado foi a pandemia da Covid-19; tendo em vista a necessidade de se considerar a totalidade social para os estudos, ou seja, estudos realizados a partir de 2020 precisam levar em conta essa questão que abalou o mundo. Em relação à EJA, as vulnerabilidades históricas da modalidade foram ressaltadas. A pandemia da Covid-19 trouxe às claras a grande desigualdade digital que maciça parcela de estudantes brasileiros estão submetidos. A vulnerabilidade digital dos estudantes, em meio ao caos pandêmico era mais uma em meio à luta para manter-se vivo ante a precariedade habitacional, de saneamento básico, de alimentação e de atendimento colapsado na saúde pública. O IFRJ se articulou com incremento orçamentário em 2020 e 2021 para minimizar os efeitos da crise sanitária. Foi possível observar um aumento de recursos de assistência estudantil, inclusive para o Proeja, que historicamente tem baixos recursos direcionados pela instituição. Nesse sentido, ofertou o Auxílio Conectividade, além de manter seu Programa de Assistência Estudantil. Por outro, identificamos também que as APNPs iniciaram antes que todos estivessem em situação de igualdade tecnológica, sendo ponto negativo nessa condução.

A diferença entre conceitos e práticas de EJA nos diversos países do mundo puderam ser observadas, a partir da CONFINTEA VII no Marrocos em 2022. A CONFINTEA VII reafirmou o Marco de Ação de Belém da CONFINTEA VI, bem como reafirmou a defesa de diretos humanos de forma geral. Aqui é necessário ressaltar que não houve menção específica

na CONFINTEAVII à população LGBTQIAPN+ e à educação prisional; tendo em vista essas duas questões serem pontos que são polemizados historicamente pelos Estados-Membros da Unesco com perfis autoritários. As Resoluções da Unesco não podem exigir mudanças aos Países Membros, mas contribuem como proposições para mudanças. É sem dúvida espaço político crucial para políticas de EJA no mundo e, portanto, deve ser disputado, principalmente por países democráticos, a fim de que avancemos em pautas que os países conservadores se negam a discutir. Importante ressaltar que ainda com essas deficiências, a CONFINTEA VII defende no corpo de seu Marco de Ação a defesa dos direitos humanos, o que nos traz possibilidades de avanços.

A participação institucional e social, no âmbito do IFRJ em relação à EJA-EPT puderam ser observadas, a partir do protagonismo do FEJA-IFRJ, desde 2015, da audiência pública estadual sobre expansão da REFPCT no *Campus* Rio de Janeiro do IFRJ, em 2023; do comprometimento da Coordenação de EJA; da Coordenação do Curso de Especialização em EJA no *Campus* Nilópolis e da realização do VI Encontro Nacional da EJA-EPT (Proeja) da Rede Federal - Esperançar é verbo na EJA-EPT: ampliar e consolidar, em 2023 organizado pelo IFRJ. As discussões apontadas no FEJA-IFRJ ensejaram uma aproximação do IFRJ e da RFEPCT com docentes das redes municipais e estaduais; de ações intersetoriais; de uma construção curricular com a participação dos discentes. Ainda, a necessidade de ampliar recursos, realizar parcerias entre os diversos entes, aumentar oferta de matrículas, defender formação específica para atuar na EJA, alterar o PPP do Curso de Especialização em EJA do IFRJ, a fim de contribuir para que mais estudantes sejam alcançados pelo mesmo, por exemplo, com a inclusão de carga horária à distância.

Apesar do cenário de dificuldades, o envolvimento de servidores militantes da EJA-EPT na instituição é que a tem mantido viva. Com a criação do FEJA-IFRJ, os encontros realizados pelo mesmo tem trazido profissionais da área, a realização dos 15 anos da EJA-EPT no IFRJ, do IV Encontro da EJA-EPT do IFRJ e do grande VI Encontro Nacional da EJA-EPT - Esperançar é verbo na EJA-EPT: ampliar e consolidar, tendo o maior em número de inscritos e de trabalhos aprovados historicamente.

A EJA-EPT no IFRJ e na REFPCT não se consolidou como política; visto os baixos índices de matrículas que não alcançam nenhum dos índices previstos nas legislações, ou seja, sejam os do Decreto do Proeja de 2006 e o do PNE de 2014. Ainda assim, nesta terceira gestão Lula identificamos um compromisso do MEC com a EJA-EPT, a partir da construção

da Política Nacional de EJA/EJA-EPT: Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos (MEC) – Lendo o mundo e escrevendo a própria história

Como pontuado nas entrevistas, a sociedade civil tem sido mais articulada historicamente do que os governos no âmbito da EJA/EJA-EPT. Esse cenário, a partir da nova gestão Lula demonstra indícios de um protagonismo maior também por parte do governo.

Ações de comprometimento da terceira gestão Lula com a EJA-EPT foram evidentes em 2023, porém estavam sob dependência do orçamento anterior, da LOA e do PPA de 2024. Identificamos que desde 2016 não houve momento como o atual, ou seja, da gestão se voltar para a EJA-EPT com comprometimento que se observa agora. No IFRJ e no MEC, servidoras e servidores estiveram aguerridos nesta causa após *impeachment* da presidente Dilma Rousseff em 2016. O ano de 2023 foi ano de articulação da Política Nacional da EJA-EPT, como trazido nas entrevistas com gestoras do MEC.

Reitero a importância dessa pesquisa e de outras que virão no sentido de estarmos atentos à construção e efetivação dessa política nos próximos dois anos. É nesse processo que a EJA-EPT precisa se consolidar e superar a especificidade de Programa e se consolidar como Política. Há de se também ter o cuidado com a construção de políticas que concorram com a EJA-EPT;que estejam sendo utilizadas apenas para incremento quantitativo de metas, para certificações aligeiradas que não criam institucionalidade, tais como Pronatec e Mulheres Mil. Precisamos envidar esforços para que a EJA-EPT seja a política principal na formação de jovens e adultos, ou seja, precisamos objetivar a matrícula integrada e não formações estanques. O que se observa na militância pela EJA-EPT, a partir dos fóruns, pesquisas, entrevistas e audiências é o uníssono direcionamento para a consolidação de uma política.

Dificuldades de infraestrutura no IFRJ foram pontuadas. Assim, se temos dificuldades na RFEPCT, nas redes municipais e estaduais as estas são ainda maiores.

Em relação ao cenário internacional, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da ONU, principalmente o ODS 4 e as Confinteas são pontos importantíssimos para a política de EJA/EJA-EPT em âmbito global. Nas Agenda 2030 ressalta-se o que tem se colocado lá, que se revela nesta pesquisa com um direcionamento de educação tecnicista para a reprodução do capitalismo, privilegiando leitura e matemática para jovens e adultos até 2030. Os documentos e os espaços em nenhum momento representam uma saída para além do capitalismo, ainda que mencionem, poucas vezes, as desigualdades engendradas por este

modo de produção. Defendem resiliências, saídas pacíficas para o que está posto. Tal cenário está em sintonia com a BNCC de 2017, quando nos remetemos a seus itinerários formativos, às supressões de disciplinas como Sociologia, Filosofia, por exemplo. O relevo dado à alfabetização e habilidades funcionais de leitura, escrita e matemática estão longe de contribuírem para uma formação ominilateral. Em contradição, o documento também preconiza o pensamento crítico, criativo e ao mesmo tempo propõe resiliência, competências flexíveis, consenso, foco na primeira infância, em padrões e resultados e aquisição de habilidades por adultos, ou seja, de adaptação às desigualdades do MPC. O que depreendemos é que existe um projeto global de educação usurpadora do desenvolvimento integral dos sujeitos.

Nas Confinteas, a omissão histórica do debate sobre educação prisional e direito à EJA para população LGBTQIAPN+ também são situações que precisam ser superadas. Neste último espaço, de forma geral foram defendidos os direitos humanos, mas especificamente deixa a desejar, ensejando a continuidade de luta por algumas pautas. Conforme entrevista com integrante da Cátedra Unesco, essas pautas são discutidas em pré-conferências, mas nunca avançam. **Por outro lado, a Confintea VII trouxe relevo às desigualdades de gênero, reforçando a necessidade de combatê-las, a fim de que o cenário deficitário em relação à educação das mulheres no mundo seja alterado**.

Outra questão trazida nos espaços e documento internacionais é sobre a aprendizagem ao longo da vida. Aqui há de se ter atenção, haja vista observamos a direção política de seu uso. **Assim, é necessário defender uma aprendizagem ao longo da vida não para atender ao mercado, mas à formação plena dos sujeitos.** Tal atenção precisa estar presente na construção da política de EJA-EPT e na gestão do MEC, a partir de 2023. De modo geral os organismos internacionais, os documentos relativos à EJA defendem os direitos humanos, meio ambiente, porém a educação para mulheres ainda precisa avançar.

Observamos nesses documentos um relevo à Educação Infantil, como traz o Relatório "The State of Global Learning Poverty: 2022 Update" do Banco Mundial, em detrimento da EJA, ou seja, Educação Infantil que forme mentes e corpos para atender à reprodução do capital. A defesa de coesão social, de competências sócioemocionais, de convivência pacífica, da necessidade de resiliências, de habilidades e competências na conjuntura atual e futura mostram a direção desses documentos e Organismos.

Em relação ao Marco de Ação de Marraquexe, observamos no item 19 a colocação de

que a transição da educação para o trabalho tem se tornado menos relevante; tendo em vista que adultos têm conformado trajetórias complexas em suas vidas profissionais. Ora, aqui não se fala da deteriorização do trabalho, de que essas mudanças são decorrentes desse desmantelamento do trabalho. A trajetória foi alterada não naturalmente, mas pelas deficiências criadas pelo próprio MPC.

Em relação as ações em termos de construção de políticas, Pedro Uczai (PT-SC) em audiência pública lembra da necessidade de forte participação dos que defendem a Educação, na construção dos PPAs; tendo em vista que recursos irão para as Pastas que estiverem mais bem articuladas no referido processo. Na mesma audiência estudantes do DF enfatizaram a necessidade de flexibilização nos currículos corroborando com Luciano Barbosa, Coordenador de Políticas Públicas e Regulação da Educação Profissional e Tecnológica da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – Setec/MEC, que reforçou também a necessidade da assistência estudantil, o acolhimento, a aproximação com o setor produtivo e viabilização do transporte nos IFs do campo.

Nas audiências públicas realizadas no MEC ficou clara a necessidade de atrelar a alfabetização à elevação da escolaridade e à EJA e à EJA-EPT. Outros pontos destacados em relação à EJA-EPT: elevar o índice de matrículas, investir em alimentação e transporte, aumentar o orçamento, **reavaliar a disponibilização dos recursos do Fundeb**, realizar diagnóstico da realidade do trabalhador, **avançar nas propostas do PNE que será construído de 2024 a 2034.**

A Audiência Pública referente à EJA para idosos ressaltou o aumento do número de pessoas idosas, as correlações entre escolaridade e renda, inclusão digital, etarismo, inserção de idosos no sistema, inclusive com a criações dos acrônimos EJAI(Educação de Jovens, Adultos e Idosos) ou EJAPI (Educação de Jovens, Adultos e Pessoas Idosas), diversidade do público da EJA. Ainda, a falta de inclusão de idosos no PNE, na Resolução nº 1/2021. O que se propôs foi uma inserção do I no acrônimo da EJA, mas além disso uma reafirmação da presença da pessoa idosa na EJA, merecendo atenção devida a essa população. Outra questão é a necessidade se ultrapassar um currículo instrumentalista e construirmos um currículo com perspectiva dialética, com incorporação de conceitos de ominlateralidade e politecnia.

O capítulo 3 faz uma análise do primeiro ano da terceira gestão Lula, iniciada em 1 de janeiro de 2023. A primeira questão a ser reforçada é a renovação da esperança com o novo governo democrático, progressista, após anos de retrocessos. A retomada não seria fácil;

tendo em vista que forças antagônicas e antidemocráticas, que não estão adormecidas ensaiaram uma tentativa de golpe em 8 de janeiro de 2023. Após a vergonhosa tentativa golpista, o Estado Democrático de Direito foi preservado. Assim, o governo travara mais uma luta após as eleições de 2022.

A nova estrutura do MEC trouxe de volta a Secadi e com ela a esperança de retomada de direitos de todas e todos. As 11 entrevistas trazidas no capítulo nove, junto com minhas participações presenciais ou virtuais em fóruns, audiências e eventos foram determinantes para a finalização da pesquisa. A escolha dos entrevistados se deu levando em conta suas áreas de atuação na EJA e EJA-EPT, quais sejam, local, nacional e internacional permitindo realizar conexões, a partir dessa tríade , ligando os fios da história e caminhando para a finalização do estudo, que chamo de finalização provisória, dado que a história e o tempo não param.

No capítulo três foi realizado também um panorama socioeconômico dos municípios atendidos pelo IFRJ, com o intuito de verificar a demanda potencial de estudantes para a EJA-EPT no IFRJ. Os dados impressionam, por exemplo, os *campi* Arraial do Cabo, Belford Roxo, Engenheiro Paulo de Frontin, Mesquita, Niterói, Paracambi, Pinheiral, São João de Meriti, Volta Redonda não têm nenhuma matrícula de EJA-EPT na RFEPCT. Importante lembrar que o município de Belford Roxo tem a menor taxa de população ocupada e menor IDH dentre os demais municípios atendidos pela instituição. O *Campus* de Duque de Caxias tem cerca de 9 vezes menos matrículas(8) se compararmos com a iniciativa privada (242). É município com segundo maior índice de pobreza, maior taxa de mortalidade infantil, menor taxa de escolarização dentre os *campi* do IFRJ. Pinheiral tem o menor salário mensal dentre os *campi* e nenhuma matrícula em EJA-EPT. São Gonçalo tem alto índice de pobreza, baixa população ocupada e somente 29 matrículas em EJA-EPT, enquanto a rede privada tem 518. Os *campi* que possuem matrícula em EJA-EPT perdem em quantitativo para a iniciativa privada. Esses dados trazem evidências de que o IFRJ está longe de atender às demandas existentes nesses municípios onde atua. Ainda, fica clara a consonância com os números disponibilizados na Plataforma Nilo Peçanha, ou seja, o baixo quantitativo de matrículas em EJA-EPT no IFRJ e na RFEPCT. Aqui também comprova a hipótese central de que o IFRJ e a RFEPCT não têm EJA-EPT consolidada, apesar da alta demanda para atendimento. Para além dos índices socioeconômicos da região, a atuação do novo *Campus* Complexo do Alemão é resultante de uma luta de 12 anos, uma convergência de muitas mãos, muitas vozes para que

esse projeto fosse materializado. A chegada desse novo *Campus* complexo do Alemão não pode repetir os mesmos erros evidenciados nos demais municípios, ou seja, o atendimento insipiente da população local.

O caminho percorrido nas entrevistas e encontros presenciais e virtuais revelaram questões inéditas, tais como o entendimento do processo de feitura das Diretrizes Operacionais para EJA, da construção da política Nacional de EJA-EPT, do acompanhamento da criação do novo *Campus* Complexo do Alemão do IFRJ, por exemplo, que não foram possíveis de serem apreendidas apenas pelo estudo teórico inicial. As novidades desta pesquisa foram descortinadas, a partir dessas últimas fases. As entrevistas validaram questões teóricas, mas foram muito além delas. Trouxeram informações que, em âmbito nacional, ainda não estavam em pleno debate nas pesquisas, como por exemplo: foi possível compreender que as Diretrizes Operacionais para a EJA de maio de 2021, ainda que com todos seus equívocos, nasceu da necessidade de se atualizar o Programa Nacional do Livro Didático para EJA, paralisado desde 2013, como foi revelado pela entrevista do(a) entrevistado(a) MEC. As críticas ao documento não estavam trazendo ao debate essa questão. Aqui a entrevista revelou que mesmo em tempos sombrios, servidoras e servidores do MEC estavam atentos e lutando para que a EJA e a EJA-EPT não sucumbissem. Este protagonismo de servidoras e servidores dentro do MEC é também questão evidenciada na pesquisa e que é subsídio para pesquisas futuras.

O estudo revelou também que a EJA em âmbito prisional continuou caminhando, mesmo após extinção da Secad no governo Bolsonaro; que servidoras e servidores da atual SENAPPEN continuaram trabalhando para que a EJA nas prisões seguisse. A entrevista realizada com Graciano, pesquisadora da educação no âmbito prisional foi muito promissora no sentido de fortalecer a educação de pessoas em situação de privação de liberdade.

Em relação ao mundo do trabalho a questão da precarização do trabalhador aparece como resultado de um cenário perverso de tentativa de esfacelamento da Educação, no sentido de que nesse viés trabalhadores precisam apenas ler e fazer cálculos, mas sem se desenvolverem para o mundo do trabalho servindo sem uma educação omnilateral, integral e libertadora.

Em todas as entrevistas o trabalho como princípio educativo foi trazido e ratificado pelas entrevistadas e pelo entrevistado, porém ficou claro que nem no IFRJ e nem na RFEPCT o mesmo se consolidou efetivamente, apesar dos projetos políticos pedagógicos,

apesar do Decreto nº 11/2000.

Em relação ao conteúdos curriculares ficou claro que estes não podem estar desvinculados da vivência dos estudantes-trabalhadores e nem de sua expectativas de melhoria de vida. Aqui, lembro da necessidade da Pedagogia da Alternância ser amplamente utilizada no país, como forma de aproximar esses currículos da realidade, da diversidade brasileira. Não só nas regiões Norte e Nordeste, mas em todo Brasil. Dessa forma, estaríamos também contribuindo com a diminuição da evasão e aproximando a escola da realidade diversa do país.

A aprendizagem ao longo da vida; que é trazida nos documentos internacionais, deve ser para vida toda, mas para emancipação e não para o mercado, não para resiliência ao trabalho precarizado. Nesse sentido, as entrevistas respaldam a necessidade da formação integral, formação de trabalhador crítico que transforme o mundo, atue no mundo e não apenas passe por ele sem modificá-lo.

Ainda, em relação à terceira gestão Lula, a recomposição da CNaeja, que tivera papel importante até 2016, foi uma vitória; tendo em vista a reabertura de diálogos, a partir de vários sujeitos, de diferentes grupos da sociedade civil que contribuirão para a construção da Política de EPT, com relevo à EJA-EPT, que já está em curso. Nesse sentido a participação da Secadi no processo tem sido primordial.

Os espaços internacionais de política de EJA, gerenciados pela Unesco, têm sido espaços, se comparados aos demais espaços internacionais, de pouca disputa, conforme relata a entrevistada da sociedade civil. Ainda que o Marco de Ação de Marraquexe se baseie em direitos humanos de forma geral, especificamente o que foi possível observar é que existe uma grande maioria de Estados-Membros conservadores; que impedem que determinadas pautas avancem, tais como educação de EJA-EPT em ambiente prisional, EJA-EPT para população LGBTQIAPN+, por exemplo. Durante a pesquisa verifiquei que estes temas não constavam no Marco de Ação de Marraquexe e indaguei nas entrevistas o motivo. O entrevistado da Cátedra Unesco de EJA, participante das 4 últimas Confinteas confirmou o caráter conservador da maioria dos Estados-Membros na Unesco. Já a partir de 2023, na agenda de políticas públicas do Brasil para a EJA/EJA-EPT, com a reestruturação da Secadi e a partir das entrevistas com gestoras, que confirmaram que esses temas serão incorporados ao Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos (MEC).

Em relação à pandemia da Covid-19, esta ressaltou a desigualdade digital de estudantes e trabalhadores por todo o mundo. No Brasil não foi diferente. A REFPCT e o IFRJ enfrentaram a questão, aportando recursos aos estudantes e servidores durante a emergência sanitária. A instituição exigiu a entrega dos *tablets* ao fim da crise sanitária. Entendemos que o fim da crise sanitária não significa o fim da desigualdade digital. Assim, defendemos que o IFRJ deve disponibilizar recursos do Programa de Assistência Estudantil para diminuir a desigualdade digital na instituição, mesmo após a emergência sanitária, a iniciar pelos estudantes que entram na instituição a partir de vagas por análise de renda; que são os mais vulneráveis, incluindo os estudantes da EJA-EPT.

Ainda, de forma geral, em relação à crise pandêmica da Covid-19, estratégias e recursos foram utilizados de forma contundentes para minimizar os impactos em crianças, adolescentes, estudantes ditos "regulares", mas tal preocupação não foi a mesma com estudantes de EJA/EJA-EPT. Aqui retomamos a questão de como o MPC está conformado, ou seja, preparar as crianças e adolescentes para seu processo de reprodução e relegar adultos e idosos a segundo plano em seu projeto de ação, ainda que isso não tenha sido dito explicitamente.

Ainda, a pandemia mostrou a necessidade de se repensar as metodologias aplicadas, possibilidades de mudanças que contribuíssem para o acesso, permanência e sucesso no percurso escolar.

No IFRJ, o FEJA-IFRJ teve grande protagonismo nesse período, organizando encontros virtuais e tratando de temas tais como conceito de EJA-EPT, currículo, material didático e metodologias educativas durante o período pandêmico. A Coordenação Geral de EJA junto aos coordenadores de curso estão trabalhando na atualização do currículo do curso técnico de Manutenção e Suporte em Informática Integrado ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (MSI), sendo mais um passo positivo para a EJA-EPT na instituição.

Outra forma de fortalecimento da EJA-EPT no IFRJ e na RFEPCT seria uma ampliação da participação nos conselhos e colegiados institucionais dos que militam na EJA-EPT dentro da instituição, como pontuado por Paixão.

A evidência dada à Secadi no organograma do MEC, se comparada à Secad no governo Temer, que era apenas uma Diretoria, demonstra uma mudança de rumo para a modalidade. Ainda, diferente do governo anterior, não despreza organismos internacionais, ou

seja, tem um direcionamento de diálogo. A EJA que fora destruída na gestão anterior voltou a ter o protagonismo que necessita nesta gestão. Ainda, verificamos nesta pesquisa a revogação dos valores do Fundeb atribuídos pelo governo anterior e o aumento de recursos do Fundo pela terceira gestão Lula.

Um ponto positivo que identificamos é que os organismos internacionais, os documentos internacionais chamam atenção à necessidade de dados confiáveis em relação à EJA de forma geral no mundo. Nesta pesquisa, a partir das plataformas governamentais consultadas, dos relatos das entrevistadas e do entrevistado, o Brasil tem sim um conjunto de dados confiáveis. Podemos contar com o IPEA, IBGE, Plataforma Nilo Peçanha e INEP, por exemplo. Agora com a reestruturação da Secadi, conforme relatos nas entrevistas, mais estudos estão sendo realizados pelo MEC em todos os municípios do Brasil para a construção da Política Nacional de EPT, ou seja, dados que fortalecerão os já existentes para a elaboração da referida política. Assim, o novo governo Lula está se empenhando na transparência dos dados existentes, conforme relato na entrevista com Costa.

Em relação a financiamento, no primeiro ano da terceira gestão Lula houve uma disponibilização maior de investimento para o Fundeb; destinação de investimento, ainda que atrelado ao governo anterior, para a EJA-EPT; anúncio de investimento para o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. O novo governo Lula está atrelando seus investimentos ao novo Arcabouço Fiscal, que substituiu o Teto de Gastos. O Fundeb, que impacta na EJA, ficou fora dos limites do novo Arcabouço Fiscal, o que é positivo nesse sentido. O MEC, a partir de uma interlocução mais próxima com o FNDE conseguiu já em 2023 aumentar o fator de ponderação da EJA de 0,8 para 1, comprovando que o fator de ponderação é questão política, como relatou Costa durante a entrevista. Nesse sentido o aumento do fator de ponderação da EJA foi mais um passo positivo para investimento da EJA nos próximos anos.

A estratégia da Secadi em relação à EJA, com destinação de recursos para os municípios, principalmente aqueles que não gozam de infraestrutura; que têm deficiência em formação de professores é um aspecto positivo na elaboração da política.

Ainda em relação a financiamento, ficou evidente a dificuldade de compreender como os orçamentos são elaborados e ainda, o próprio acesso aos mesmos. No IFRJ, apesar de eu solicitar orçamento destinado à EJA-EPT em todos os *campi* junto à Pró-Reitoria de Administração não obtive os dados e mesmo junto aos *campi*, estes também não foram

disponibilizados, ou seja, confirma o que foi trazido por Paixão. Tal situação configura essa dificuldade de acesso às informações sobre recursos na EJA-EPT. A leitura e compreensão desses dados em sua forma bruta, quando disponíveis, também é outro fator que é muitas vezes um dificuldador de compreensão por parte de pesquisadores, como também trazido nas entrevistas. Os dados precisam ser apresentados de forma mais compreensível. Outra questão em relação a dados e suas correlações com fomentos e programas é que observarmos até que ponto fomentos, programas não estão sendo criados apenas para incrementar dados que possam beneficiar interesses particulares, com fins nada republicanos, como apontado em algumas entrevistas.

Outra dificuldade evidenciada na pesquisa em relação à investimento se deu a partir da falta de adesão à Bolsa-Fomento elaborada pela Secadi/Setec em 2023, ou seja, das 8.000 vagas disponibilizadas, apenas 4.956 foram preenchidas. Podemos associar esse fato ao baixo índice de oferta em EJA-EPT na RFEPCT, às resistências à EJA-EPT na RFEPCT, às instituições que não ofertam EJA-EPT e então nos deparamos com esse cenário. O que se vê com a sobra de vagas é reflexo da deficiência da EJA-EPT dentro da RFEPCT expressadas pelos baixos índices de vagas na modalidade apresentados neste estudo. O mais grave: havia o investimento, mas não houve procura. Aqui também podemos fazer outra associação com os problemas de captação, acesso, permanência e sucesso de estudantes na EJA-EPT. O problema da captação de instituições para preencherem as vagas ocorre também no âmbito do financiamento e dentro da própria RFEPCT. Outra questão em relação a financiamentos é que o acesso e adesão aos mesmos pode ter também relação direta com posicionamento político dos agentes públicos.

Em relação ao Novo Ensino Médio, a carga horária para EJA, podendo ser de até 80 % em EAD liquida com uma EJA emancipatória, crítica, com uma educação omnilateral, soma-se ao processo histórico de sucateamento da modalidade, aos baixo índices de matrículas e contribuindo para a privatização. Por outro lado, a necessidade do direito ao acesso digital deve estar nas discussões no âmbito da EJA-EPT, direito à educação emancipatória e não ao acesso digital vendido e direcionado para o mercado. O acesso digital dos sujeitos da EJA-EPT não deve se dar apenas pela aquisição de equipamentos e pacote de dados, mas também deve contar com profissionais especializados e com uma educação com direcionamento democrático, crítico e emancipatório.

O que essa pesquisa mostra é que as forças da direita, da educação para o mercado,

para o esfacelamento da EJA estão mais vivas do que nunca. Por outro lado, o protagonismo do MEC também.

A necessidade de formação específica para atuar na EJA/EJA-EPT é outra questão que precisa ser enfrentada. Para tanto, os cursos a serem implementados nos currículos das licenciaturas e a oferta de cursos de especialização pelo MEC em 2024 são ações nessa direção.

Há ainda a necessidade de se alterar a entrada de matrícula anual do Censo Escolar do INEP, para semestral; tendo em vista termos estudantes da EJA-EPT que iniciam seus cursos na metade do ano, porém só serão computados no INEP no ano seguinte, o que significa que recursos referentes a esses estudantes também só serão disponibilizados no ano seguinte.

Dados da Plataforma Nilo Peçanha apresentados em 2023 mostram que tanto a Rede Federal quanto o IFRJ ofertam menos vagas do que a demanda de inscritos, que muitos aprovados não ingressam, ou seja, milhares de estudantes ficam de fora do IFRJ e da RFEPCT.

Em relação à Meta 10 do PNE, o resultado é catastrófico, pois alcançou-se apenas 3,5% de matriculas em EJA-EPT e no âmbito federal apenas 2,07%.

O que se pode observar é que as metas não têm sido cumpridas, pelo contrário, houve retrocesso no investimento da política educacional entre 2016 e 2022, impedindo o alcance das metas pactuadas.

A experiência dos institutos desde 2006, ainda que curta em relação à oferta da EJA pelos estados e municípios, pode ser fortalecida, consolidada, ampliada; tendo em vista que, segundo o IBGE (2024) existe cerca de 11,4 milhões de analfabetos no Brasil.

A economia solidária foi trazida tanto em audiências e nas entrevistas como alternativa à realidade; tendo em vista a precariedade do trabalho, da incapacidade real de se ter emprego para todos. Assim, a solidariedade, autogesão e propriedades coletivas, coletivização dos meios de produção contribuiriam para ao mudança desse cenário.

Este estudo observou que os ataques à educação de forma geral no Brasil têm sido contundentes. Em dezembro de 2023, lutamos contra a aprovação do Novo Ensino Médio e tivemos mais com um revés nessa questão tendo o deputado Mendonça Filho (União Brasil-PE) como relator do Projeto de Lei 5.230/2023. Essa situação é exemplo de como forças conservadoras, antagônicas da democracia e dos direitos à educação emancipadora continuam fortes. A EJA continua lutando para existir, seja na forma de direcionamento de recursos seja

na própria materialidade de existência de seus sujeitos.

Essa pesquisa defende que a política de EJA-EPT deve ser efetivada como direito e como resistência democrática. As discussões não se esgotam aqui; tendo em vista o movimento contínuo da história. Aqui exorto aos que lerem este estudo, a pensarem em outras possibilidades, continuidades, de forma a contribuírem sempre na direção da democracia e do direito à Educação de jovens e adultos. As considerações apresentadas são, portanto, contraditoriamente pontuais e transitórias ao mesmo tempo, justamente por causa desse movimento fluido histórico. Pontuais porque é possível delimitá-las num momento específico da história, como numa fotografia, mas transitórias porque é impossível mantê-las intactas, inertes, estanques, dissociadas do passado, do presente e do futuro.

De forma pontual elencamos ações que entendemos serem necessárias, a partir da pesquisa realizada:

1) Fortalecer a EJA-EPT no novo PNE;

2)Avançar em discussões e incrementos de financiamento para diminuir desigualdades digitais;

3) Revogar a Resolução nº 1/2021, as Diretrizes Operacionais para a EJA e construir um novo documento com ampla participação social, a fim de evitar equívocos como fragmentação da EJA, excessiva carga horária em EAD, por exemplo;

4) Envidar esforços para que o Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos (MEC) seja plenamente efetivado;

5) Fortalecer a participação da EJA e da EJA-EPT junto à nova composição do CNE;

6) Fortalecer o protagonismo da Frente Parlamentar Mista da EJA;

7) Recompor o financiamento da RFEPCT;

8) Buscar alcançar índices de 10% de matrículas na RFEPCT, referente ao Decreto da EJA e de 25% de matrículas da EJA-EPT referente ao PNE;

9) Aproximação da EJA e EJA-EPT brasileira com a EJA/EJA-EPT da América Latina e África;

10) Fortalecer a EJA-EPT prisional;

11) Fortalecer a EJA-EPT junto à população LGBTQIAPN+;

12) Fortalecer a EJA-EPT dentro do Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos;

13) Efetivar ações contundentes para atendimento por parte do IFRJ e da RFEPCT nos municípios onde a instituição está presente, evitando *déficits* de atendimento como os que têm sido observados até o presente momento;

14) Defender a lei nº 11.892/2008 contra tentativas de desidratá-la provenientes do Congresso Nacional;

15) Fortalecer a aproximação entre Secadi, SETEC e INEP;

16) Fortalecer a EJA-EPT e não programas concorrentes como Pronatec e Mulheres Mil por exemplo, que não criam institucionalidades;

17) Fortalecer a captação de estudantes no IFRJ e na RFEPCT;

18) Fortalecer a assistência estudantil no IFRJ e na RFEPCT;

19) Fortalecer políticas intersetoriais;

20) Criar institucionalidade da EJA-EPT no IFRJ e na RFEPCT, a partir do Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos (MEC);

21)Vencer a resistência contra a EJA-EPT no IFRJ e na RFEPCT;

22) Fortalecer o FEJA-IFRJ;

23) Efetivar o Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos (MEC) que é uma política e superar o Proeja, que é um programa;

24) Atentar para a aprendizagem ao longo da vida no sentido de desenvolvimento dos sujeitos e não de atendimento ao mercado;

25)Fortalecer o CNaeja como instância na formulação e efetivação das políticas de EJA e EJA-EPT;

26)Alimentar o CadEJA de forma efetiva, a fim de subsidiar o Pacto e

27) Fortalecer as discussões para a próxima Confintea em 2034.

Para pesquisas futuras sugerimos:

1) Acompanhar o Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos (MEC) – Lendo o mundo e escrevendo a própria história;

2) Acompanhar a construção do novo PNE no sentido de fortalecer a EJA/EJA-EPT;

3)Pesquisar o protagonismo das servidoras e servidores técnicas(os)

administrativas(os) na elaboração de políticas dentro do MEC;

4) Pesquisar a formação docente para a EJA/EJA-EPT, a partir dos cursos elaborados pelo MEC em 2024 para as licenciaturas, bem como acompanhar as ações de formação propostas no Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos (MEC) – Lendo o mundo e escrevendo a própria história;

5) Acompanhar as ações de atendimento do IFRJ nos municípios onde a instituição atua, bem como nos *campi* onde começará a atuar, reivindicando que tal atuação tenha como foco o atendimento efetivo da população do entorno;

6) Acompanhar a expansão da RFEPCT, a partir do Novo PAC;

7) Acompanhar a atuação da EJA-EPT no sistema prisional e

8) Acompanhar a Política Nacional de EPT que segue, neste momento, em construção.

O que foi trazido aqui pode contribuir como fontes para pesquisas futuras, para os olhares críticos e curiosos da realidade; que vai sendo delineada pelas nossas ações políticas, pelas nossas lutas cotidianas por justiça social e por um mundo menos desigual.

Termino com uma ciranda formulada para o dia do lançamento do Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos (MEC) – Lendo o mundo e escrevendo a própria história por participantes dos Foruns de EJA Brasil. Reforço ainda que a consolidação e efetivação futura do Pacto será resultado de todos os sujeitos que participaram de sua formulação, dos atores responsáveis por sua execução, monitoramento, avaliação, bem como do público-alvo que será beneficiário do mesmo, ou seja, todos nós:

> “Essa ciranda não é minha só.
> Ela é de todos nós, ela é de todos nós.
> A melodia principal quem guia é a diversidade, é a diversidade.
> A EJA é um direito que não se pode negar, mas muita gente
> ainda, a EJA não pode acessar.
> Essa ciranda não é minha só.
> Ela é de todos nós, ela é de todos nós.”(Fóruns de EJA Brasil)

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. **Governo decide bloquear quase R$ 35 bi em despesas do Orçamento de 2019**. Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/554580-governo-decide-bloquear-quase-r-35-bi-em-despesas-do-orcamento-de-2019/. Acesso em: 07 nov. 2023.

ALBUQUERQUE, R.; BUSARELLO, F.; BAIRON, S.; ALEXINO, R. Notas comunicativas do Clã Lagarta da etnia Sateré-Mawé/AM sobre a covid-19 . **Research, Society and Development**, *[S. l.]*, v. 11, n. 1, p. e38011125154, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i1.25154. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/25154. Acesso em: 3 dez. 2023.

ALERJ. Comissão da Alerj debate expansão da RFEPCT de educação para qualificar mão de obra no estado. Disponível em: <https://www.alerj.rj.gov.br/Uploads/Publicacao/Imagem/28062023_162937comiss%C3%A3o.jpg>. Acesso em: 27. Jul 2023

ALGEBAILE, Eveline; OLIVEIRA, Floriano José Godinho de. (2018). A superação do capitalismo em questão: com que práticas, em qual direção? In: XV Coloquio Internacional de Geocrítica Las ciencias sociales y la edificación de una sociedad post-capitalista. Anais. Barcelona.

ALVARENGA, M. S.; CORRÊA, N. B. ; RIBEIRO, G. L. C. . A dialética do lugar social da educação de jovens e adultos nas políticas curriculares atuais. REVISTA COCAR (ONLINE), v. 11, p. 1-20, 2022.

AMORIM, Rodrigo de Freitas. Educação de jovens e adultos integrada à educação profissional: história, discursos e diálogos. 1 ed. – Curitiba: Appris, 2018. 271p.

ANDRADE, L. O. M. A saúde e o dilema da intersetorialidade. São Paulo: Hucitec, 2006.

ANPED. Boletim Anped, v. 10, n.2-3, abr./set., 1988.

ANPED. Carta aberta do GT-18-EJA em repúdio ao Edital de Chamada de consulta pública emitido pelo Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica sobre o "Alinhamento da Educação de Jovens e Adultos (EJA) às Diretrizes apresentadas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC)". 2020. Disponível em: <https://anped.org.br/news/carta-aberta-do-gt-18-sobre-edital-cne-sobre-eja-e-bncc>. Acesso em: 15 abr. 2022.

ANTUNES, R. Prefácio. In: Raichelis, R.; Vicente, D.; Albuquerque, V. (org.). A nova morfologia do trabalho no Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2018.

ARROYO, Miguel G. Trabalho: educação e teoria pedagógica. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e crise do trabalho: Perspectivas de final de século. Petrópolis: Vozes, 1998. P. 138-165.

ARROYO, Miguel. Passageiros da noite: do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

BARATA-MOURA, José. Marx e o humanismo. Raiz ontológica humanismo de Marx. In. Materialismo e subjetividade – Estudos em torno de Marx. Lisboa, Editorial Avante, 1997.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1979.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977.

BEHRING, E. R. Brasil em Contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez; 2003.

BARBETTA, Pedro Alberto. Estatística Aplicada às Ciências Sociais. Editora UFSC. 5ª Edição revisada, Florianópolis, 2002.

BOBBIO, Norberto. A era dos direitos ; tradução Carlos Nelson Coutinho; apresentação de

Celso Lafer. — Nova ed. — Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. — 7ª reimpressão.
BOURDIEU, P. Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 2002.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 24 ago. 2019.

BRASIL. Lei Nacional de Diretrizes e Bases da Educação, 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponivel em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2019.

BRASIL. Lei 13.632, de 6 de março de 2018. Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB), para dispor sobre educação e aprendizagem ao longo da vida. Disponível em : <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13632.htm#art1> Acesso em : 10 set. 2020.

BRASIL. Lei n.º 12.796, de 4 de abril de 2013. Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm#art1>. Acesso em 19 set. 2020.

BRASIL. Decreto n.º 5.840, de 13 de julho 2006. Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Disponível em: <portalmec.gov.br/setec/arquivos/pdf/dec5840_13jul06.pdf#:~:text=DECRETO%20N.º%205.840%2C%20DE%2013%20DE%20JULHO%20DE,DA%20REPÚBLICA%2C%20no%20uso%20da%20atribuição%20que%20lhe >. Acesso em: 18 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Documento Base: Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos; educação profissional

técnica de nível médio/ensino médio. Brasília: Setec/MEC, 2007. Disponível em: < http:// portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_medio.pdf>. Acesso em 13 mar. 2016.

BRASIL. Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a RFEPCT de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm.>. Acesso em: 30 nov. 2017.

BRASIL. Emenda Constitucional n.º 5, de 11 de novembro de 2009. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm> Acesso em: 16 abr. 2022.

BRASIL. Decreto n.º 7.234. Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. 2010. Disponivel em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm>. Acesso em: 17 nov. 2021.

BRASIL. PNE. Lei 13.005, de 25 de junho de 2014. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/>. Acesso em: 11 jan. 2018.

BRASIL. Emenda Constitucional n.º 95, de 15 de dezembro de 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc95.htm>. Acesso em: 04 abr. 2020.

BRASIL. Lei 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera a Leis n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, dentre outras. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm>. Acesso em: 24 ago. 2019.

BRASIL. Resolução n.º 3, de 21 de novembro de 2018. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Disponível em: <http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/51281622>. Acesso em julho de 2019.

BRASIL. Lei n.º 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que regulamenta o Fundeb. Disponivel em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l14113.htm>. Acesso em: 22 mai. 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/base-nacional-comum-curricular-bncc. Acesso em: 12 mai. 2020>. 2020 a. Acesso em: 10 out. 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Base Nacional Comum Curricular - BNCC – etapa Ensino Médio. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/base-nacional-comum-curricular-bncc-etapa-ensino-medio>. 2020 b. Acesso em: 11 out. 2021.

BRASIL. Coronavírus Brasil. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 15 abr. 2021.

BRASIl. Decreto nº 11.691, de 5 de setembro de 2023. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de confiança do Ministério da Educação e remaneja cargos em comissão e funções de confiança. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-11.342-de-1-de-janeiro-de-2023-455351302>. Acesso em: 04 mai. 2023.

BRAVERMAN, Harry. Trabalho e capital monopolista. A degradação do trabalho no século XX. 3. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

BRASIL. 2019b. Ministro defende a criação de institutos federais de ensino superior. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/818578-ministro-defende-a-criacao-de-institutos-federais-de-ensino-superior/>. Acesso em: 17 nov. 2021.

BRASIL DE FATO. Após pressão de Universidades e Institutos Federais, governo recua no bloqueio de verbas. Disponível em: <https://www.brasildefators.com.br/2022/10/07/apos-

pressao-de-universidades-e-institutos-federais-governo-recua-no-bloqueio-de-verbas>. Acesso em: 10 out. 2022.

CÂMARA, R.H. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. Revista Interinstitucional de Psicologia. 6(2). Jul. dez, 2013, 179-191, 2013.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Lei n.º 13.249, de 13 de janeiro de 2016. Disponível em: https://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/ppa/PPA_2016_2019/lei/Lei13.249-2016.pdf. Acesso em: 12 mai. 2022.

CÂMARA DOS DEPUTADOS.2019a. PEC 206/2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2231221>. Acesso em 25 mai. 2022.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. PARECER PROFERIDO EM PLENÁRIO ÀS EMENDAS DO SENADO FEDERAL AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 93, DE 2023 EMENDAS DO SENADO FEDERAL AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 93, DE 2023. Disponível em : https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2316176&filename=Parecer-CCJC-2023-08-22. Acesso em 25. Ago. 2023.

CARMO, M. E; GUIZARDI, F. L. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. Cadernos de Saúde Pública 2018; 34(3):e00101417. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csp/v34n3/1678-4464-csp-34-03-e00101417> Acesso em: 10 abr. 2021.

CÁTEDRA UNESCO DE EJA. O que é a Cátedra?. Disponível em: <https://www.catedraunescoeja.com.br/historia.html>. Acesso em: 16 mai. 2022.

CÁTEDRA UNESCO DE EJA. Brasil rumo à CONFINTEA VII – reimaginar os Futuros da Educação. Disponivel em: <https://www.youtube.com/watch?v=DUPqQalIFcE>. Acesso em: 15 mai. 2022.

CÁTEDRA UNESCO DE EJA. Reimaginar nossos futuros juntos: Um novo contrato social para a educação. Disponível em: <https://www.catedraunescoeja.com.br/confintea-documentos.html>. Acesso em 16 mai. 2022.

CEENSP. Vulnerabilidades sociais no contexto da Covid-19. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/video/ceensp-vulnerabilidades-sociais-no-contexto-da-covid-19 >. Acesso em: 17 nov. 2021.

CLADE. Campanã Latinoamericana por El Derecho a La educación. Disponível em: <https://redclade.org/pt-br/o-que-e/>. Acesso em: 17 ago. 2023.

COUTO, P. B. ; RODRIGUES, Rute I. . A gramática da moradia no Complexo do Alemão, história, documentos e narrativas. Texto para Discussão (IPEA), v. 2159, p. 1-46, 2015.

CUT. Resoluções. In: CONGRESSO NCIONAL DA CUT, 5., 1994, São Paulo. Anais eletrônicos... São Paulo, 1994. Disponivel em: <https://admin.cut.org.br/system/uploads/document/7e5a9517d8e93e4029f8ae49fa05a91e/file/5-congresso-nacional-da-cut-5-concut-19-a-22-05-1994.pdf>. Acesso em: 22 mai. 2022.

CUT. Resoluções. In CONGRESSO NACIONAL DA CUT. , 8, 2003. São Paulo. Anais eletrônicos... São Paulo. 2003. Disponivel em: <ttps://admin.cut.org.br/system/uploads/document/26dd9521c0b73c55e06b41f8bdbd5a25/file/8-congresso-nacional-da-cut-8-concut-03-a-07-06-2003.pdf> Acesso em: 22 mai. 2022.

CHAUI, Marilena. Convite à Filosofia. São Paulo, Editora Ática, 2000.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: RAMOS, Marise. (Org.) ; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.); CIAVATTA, Maria (Org.) . Ensino Médio Integrado: Concepção e Contradições. São Paulo: Cortez, 2005; pp. 83-105.

CIAVATTA, M. RAMOS. M. Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil: dualidade e fragmentação. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 5, n.º 8, p. 27-41, jan./jun 2011. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/viewFile/45/42.>. Acesso em: 22 ago. 2019.

CONAE 2010. Documento final. Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: o PNE, Diretrizes e Estratégias de Ação. Brasília: MEC, 2010.

CONGRESSO EM FOCO. "Projeto de nação" de militares prevê cobrança no SUS e exploração na Amazônia. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/projeto-de-nacao-de-militares-preve-cobranca-no-sus-e-exploracao-na-amazonia-veja-a-integra/>. Acesso em: 25 mai. 2022.

CONIF. Nota oficial sobre bloqueio de orçamento. 2019. Disponível em: <https://portal.ifrj.edu.br/sites/default/files/IFRJ/ASCOM/nota_oficial_sobre_o_bloqueio_do_orcamento.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2022.

COSTA, Cláudia Borges; MACHADO, Maria Margarida. Políticas públicas e Educação de Jovens e Adultos no Brasil. – 1 ed. – São Paulo: Cortez, 2017.

DAGNINO, Renato. Economia Solidária: uma proposta para governar à esquerda. v. 1. Ano III – n.º 46 – out. – dez. 2022. Disponível em: < https://cofecon.org/Revistas/N46-Ecosol.pdf>. Acesso em: 16. Set,. 2023.

DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. . A nova razão do mundo. Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEJOURS, Christophe. A banalização da injustiça social – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

DIEESE. Trabalho decente. Disponível em: https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2023/dicionarioAtividadeSindical/38.html. Acesso em: 21 mai. 2024

DUARTE, Newton. Lukács e Saviani: a ontologia do ser social e a pedagogia histórico crítica. In: SAVIANI, Dermeval; DUARTE, Newton (orgs). Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar. Campinas: Autores Associados, 2012. p. 37-57.

DUTRA, N. G. R.; SANTOS, M. F. S. Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.25, n.º 94, p. 148-181, jan./mar. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ensaio/v25n94/1809-4465-ensaio-25-94-0148.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2021.

ESTADÃO. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/propina-em-ouro-via-biblia-e-no-pneu-entenda-o-escandalo-dos-pastores-e-gabinete-paralelo-no-mec/>. Acesso em: 29 ago. 2023.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Censo Domiciliar do Complexo do Alemão. Rio de Janeiro, EMOP, março de 2010. Disponível em: http://arquivos. proderj.rj.gov.br/egprio_imagens/Uploads/AD.pdf. Acesso em: 19. Set. 2023.

FEJA-IFRJ. Formação Permanente em EJA com Marise Ramos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jcBSEuftRd0>. Acesso em: 20 dez. 2021.

FEJA-IFRJ. I Seminário EJA - Reflexões sobre o currículo na perspectiva discente. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=xCuwLJJx61s. Acesso em: 29 mai. 2022.

FEJA-IFRJ. II Seminário EJA - Balanço da EJA no IFRJ: avaliação e perspectivas. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZszGqBbYfx8>. Acesso em: 29 mai. 2022.

FEJA-IFRJ. III Seminário EJA - A EJA na Baixada Fluminense: construção de diálogos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SuhUXUznhQg>. Acesso em: 29 mai. 2022.

FEJA-IFRJ. Formação Permanente em EJA. 1º encontro. Aula inaugural. 12 de março de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qUZWPjPCP1o>. Acesso em: 29 mai. 2022.

FEJA-IFRJ. Formação Permanente em EJA. 2º encontro. 15 de março de 2021. Tema: Disponível em: <Https://www.youtube.com/watch?v=KBZly74rx6k>. Aceso em: 29 mai. 2022.

FEJA-IFRJ. Formação Permanente em EJA. 3º Encontro. 26 de abril de 2021. Tema: EJA EPT. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jcBSEuftRd0>. 26 de abril de 2021. Acesso em: 30 mai. 2022.

FEJA-IFRJ. Formação Permanente em EJA. 4º encontro. 8 dezembro de 2021. Tema: Sujeitos da EJA: Sujeitos de direito. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aF2v3ppVd2Y>. Acesso em: 29 mai. 2022.

FEJA-IFRJ. Formação Permanente em EJA. 5º encontro. 13 de maio de 2022. Estratégias de Ensino da EJA. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FtF38gpxilc>. Acesso em: 29 mai. 2022

FERNANDES, Florestan. O desafio educacional. São Paulo: Cortez Editora/ Autores Associados, 1989.

FIOCRUZ. Fiocruz lança ações de apoio a populações vulneráveis. 2020 a. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/covid-19-fiocruz-lanca-acoes-de-apoio-populacoes-vulneraveis>. Acesso em: 17 nov. 2021.

FIOCRUZ. Boletim Observatório Covid-19 – Semanas epidemiológica 46 e 47. 2020b. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/conteudo-documento/arquivo-tipo-de-documento/arquivo/boletim-epidemiologico>. Acesso em: 17 nov. 2021.

FLEURY, Afonso; VARGAS, Nilton. Organização do trabalho. Editora Atlas, 1983.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 17ª. Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FRIGOTTO, G. A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias na sociedade de classe. Revista Brasileira de Educação. São Paulo, Autores Associados 2009, vol. 14, n.º 40, p. 168-194.

FRIGOTTO, Gaudêncio.Educação e a crise do capitalismo real. 6. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Trabalho como Princípio Educativo. In: CALDART, Roseli Salete et al . *Dicionario de Educação do Campo*. Rio de Janeiro / São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio / Expressão Popular, 2012, p. 750-757

FRIGOTTO, G.. (Org.). Educação e Crise do Trabalho. 12ª ed.- Petrópolis, RJ: vozes, 2013.

FORD, H. Os princípios da prosperidade. Trad. Monteiro Lobato. São Paulo: Livraria Freitas Bastos, 1967.

FORUM EJA. Documento Nacional preparatório À VI Conferência Internacional de Educação de Adultos. Versão atualizada na CONFINTEA Brasil+6. 2016. Disponivel em: < http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/documento_nacional_6confintea_final.pdf#:~:text=O%20Marco%20de%20A%C3%A7%C3%A3o%20de%20Bel%C3%A9m%2C%20aprovado%20durante,de%20jovens%20e%20adultos%20ao%20longo%20da%20vida.> Acesso em: 16 abr. 2022.

FNDE. Balanço mensal de ações do FNDE – abril de 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br>. Acesso em: 12 mai. 2022.

FUNDAÇÃO LEMANN.Quem somos. Disponível em: https://fundacaolemann.org.br/institucional/quem-somos Acesso em: 30 dez. 2023.

G1. Brasil regride em meta para acabar com o analfabetismo e não alcança objetivo de investir mais na educação. Disponível em: https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/06/24/brasil-regride-em-meta-para-acabar-com-o-analfabetismo-e-nao-alcanca-objetivo-de-investir-mais-na-educacao-diz-relatorio.ghtml. Acesso em: 13 mai. 2022.

G1. Governo diz que bloqueio no orçamento será de R$ 8,2 bi; valor não garante reajuste a servidores. Disponível em: https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/05/30/governo-diz-que-bloqueio-no-orcamento-sera-de-r-82-bi-valor-nao-garante-reajuste-a-servidores.ghtml. Acesso em: 08 jun. 2022

GADOTTI, M. Por uma Política Nacional de Educação Popular de Jovens e Adultos. 1ª ed. São Paulo: Moderna: Fundação Santillana, 2014.

GADOTTI, M. Educação Popular e educação ao longo da vida. In: Coletânea de textos CONFINTEA Brasil +6: tema central e oficinas temáticas. Brasília: MEC/SECADI, 2016. p. 50- 69. Disponível em: <https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Educacao_Popular_e_ELV_Gadotti.pdf.> Acesso em: 15 abr. 2022.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: M. W. Bauer, & G. Gaskell (Orgs.), Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático (pp.64-89). Petrópolis: Vozes, 2002.

GEDIEL, A. P. (Coord.) Estratégias autoritárias do Estado empregador: assédio e resistências. Curitiba: Kaygangue Ltda, 2017.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. Métodos de pesquisa. Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS; Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GONÇALVES, Maria Stela. São Paulo: Loyola, 1992.

GRESPAN, Jorge. Marx: uma introdução. 1. Ed. São Paulo, Boitempo, 2021. 104.p.

GRAMSCI, A. Problemas do materialismo histórico. In A. Gramsci, Obras escolhidas. São Paulo: Martins Fontes. p. 99-66. 1978.

GRAMSCI, A. "Americanismo e Fordismo" In: _____. Cadernos do Cárcere. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAMSCI. Cadernos do Cárcere, volume: Maquiavel – Notas sobre o Estado e a política. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho; coedição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HADDAD, Sergio. A participação da sociedade civil brasileira na educação de jovens e adultos na CONFINTEA VI. **Revista Brasileira de Educação** 14(41). Ago. 2009. Disponível em: < SciELO - Brasil - A participação da sociedade civil brasileira na educação de jovens e adultos e na CONFINTEA VI A participação da sociedade civil brasileira na educação de jovens e adultos e na CONFINTEA VI>. Acesso em: 09 mai. 2023.

HARVEY, David. Condição pós-moderna. Trad. SOBRAL, Adail Ubirajara e GONÇALVES, Maria Stela. São Paulo: Loyola, 1992.

HARVEY, David. O enigma do capital e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2012.

HARVEY, David. 17 contradições e o fim do capitalismo. 2016. São Paulo: Boitempo.

HOBSBAWM, Eric. Historiador Eric Hobsbawm aponta questões cruciais do século XXI. São Paulo. 2010. Disponível em: <http://aldeianago.com.br/artigos/90-meioambiente/6382-historiador-eric-hobsbawm-aponta-questoes-cruciais-do-seculo-21>. Acesso em: 15 nov. 2021.

HUNT, E. K.; LAUTZENHEISER, Mark. História do pensamento econômico – uma perspectiva crítica. 3ª. ed. Trad. André Arruda Villela. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

Disponível em: <https://gremiojovenspensadores.files.wordpress.com/2017/04/historia-do-pensamento-economic-e-k-hunt.pdf>. Acesso em: 20. Jun. 2021.

IBASE. Projeto Juventudes em Movimento. Sistema de indicadores de cidadania – INCID aplicados ao Complexo do Alemão. Disponível em: https://www.cepedoca.org.br/wp-content/uploads/2022/05/Livro_Juventudes-em-Movimento-1.pdf. > Acesso em: 05 Ago. 2023.

IBASE. Disponível em: <Alan Brum fala sobre operações das Forças de Segurança no Complexo do Alemão: "Era uma situação de negação da vida" – Ibase>. Acesso em: 08 set. 2023

IBGE. Taxa de analfabetismo entre pessoas de 15 anos ou mais de idade (2019). Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/images/educa/jovens/populacao/jovens_educacao_taxa-analfabetismo.png> Aceso em: 11 mai. 2022.

IBGE. Anuário Estatístico do Brasil (AEB) 2021. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=720>. Acesso em: 31 mai. 2022. Rio de Janeiro, v.81, p.1-1 - 8-50, 2021.

IBGE. Indicadores. 2022. Disponivel em <https://www.ibge.gov.br/indicadores.html >. Acesso em: 11 mai. 2022.

IBGE. Em 2022, analfabetismo cai, mas continua mais alto entre idosos, pretos e pardos e no Nordeste. Disponível em: <Em 2022, analfabetismo cai, mas continua mais alto entre idosos, pretos e pardos e no Nordeste | Agência de Notícias (ibge.gov.br)>. Acesso em: 31 ago. 2023.

IBGE. Pesquisa Nacional de Saúde.: Orientação Sexual, Autoidentificação da População Adulta. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao /livros/liv101934.pdf. Acesso em: 11 mai. 2024

IBGE. Censo 2022. Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/. Acesso em : 20 mai. 2024.

IANNI, Octávio. O Cidadão do Mundo. In: LOMBARDI, José; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José. (Org.). Capitalismo, Trabalho e Educação. 3. ed.– Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

IFFAROUPILHA. Disponivel em: https://www.iffarroupilha.edu.br/ultimas-noticias/item/28962-iffar-participa-de-v-encontro-nacional-eja-ept-da-rede-federal

IFMG. Deputados lançam frente parlamentar em defesa dos Institutos Federais.2017. Disponível em: https://www.ifmg.edu.br/portal/noticias/deputados-lancam-frente-parlamentar-em-defesa-dos-institutos-federais. Acesso em: 16 set. 2023.

IFRJ. Resolução n.º 11 de 08 de junho de 2011. IFRJe. Disponível em: https://portal.ifrj.edu.br/sites/default/files/IFRJ/ConSup/Resolucoes2019/Resolucoes2011/resolucao_11_-_regulamento_de_assistencia_estudantil_e_anexo.pdf. Acesso em: 08 mai. 2022.

IFRJ. Histórico. Disponível em: <http://ifrj.edu.br/instituicao/historico>. Acesso em: 14 mai. 2018.

IFRJ. Dados acadêmicos da Secretaria de Ensino Médio e Técnico do *Campus* RJ do IFRJ. 2019.

IFRJ. Regulamento da Assistência Estudantil do IFRJ. 2020a. Disponível em: <https://portal.ifrj.edu.br/ckfinder/userfiles/files/DIRAE/Ifrj_Regulamento%20Assist%C3%AAncia%20Estudantil.pdf > Acesso em: 20 fev. 2021.

IFRJ. Portaria 062, de 12 de março de 2020. 2020b. Disponível em: <http://boletimdeservico.ifrj.edu.br/ifrj/boletim/visualizar/2020/3>. Acesso em: 20 fev. 2021.

IFRJ. Auxílio Conectividade. 2020c. Disponível em: <https://portal.ifrj.edu.br/proex/auxilio-conectividade>. Acesso em: 20 fev. 2021.

IFRJ. Educação de Jovens e Adultos – *Campus* Nilópolis. Disponivel em:

<https://www.ifrj.edu.br/cursos-pos-graduacao/lato-sensu/educacao-jovens-e-adultos-*Campus*-nilopolis>. Acesso em: 18 mai. 2022.

IFRJ. Educação de Jovens e Adultos – *Campus* Nilópolis. 2022f. Disponível em: <https://portal.ifrj.edu.br/cursos-pos-graduacao/lato-sensu/educacao-jovens-e-adultos-*Campus*-nilopolis-presencial>. Acesso em: 30 mai. 2022.

IFRJ. 15 anos da EJA-EPT no IFRJ: por uma política pública de fato e de direito. IFRJg. Disponível em: <https://portal.ifrj.edu.br/celebracao-15-anos-eja-ept-ifrj>. Acesso em: 07. Out. 2022.

IFRJ. Educação de Jovens e Adultos - *Campus* Nilópolis (presencial). IFRJh. Disponível em: <https://portal.ifrj.edu.br/cursos-pos-graduacao/lato-sensu/educacao-jovens-e-adultos-*Campus*-nilopolis-presencial>. Acesso em: 03 nov. 2022.

IFRJ. Unesco pública documento com Estratégias para a Educação Profissional e Técnica. IFRJi. Disponível em: <https://portal.ifrj.edu.br/unesco-publica-documento-estrategias-educacao-profissional-e-tecnica>. Acesso em: 06 nov. 2022.

IFRJ. IFRJ une esforços para retomar a obra do Bloco Pedagógico no Campus São Gonçalo. Disponível em: https://portal.ifrj.edu.br/ifrj-une-esforcos-retomar-obra-bloco-pedagogico-Campus-sao-goncalo.Acesso em 01 Ago. 2023

IFRJ. Frente Parlamentar Mista em defesa dos Instituto Federais. Disponivel em: <https://portal.ifrj.edu.br/frente-parlamentar-mista-defesa-institutos-federais>. Acesso em: 16 set. 2023

IFRJ. Rio de Janeiro receberá seis novos *campi* de Institutos Federais. Disponível em: https://portal.ifrj.edu.br/rio-janeiro-recebera-seis-novos-campi-institutos-federais. Acesso em: 23 mai. 2024.

INEP. Dados de número de matrícula em EJA. Disponível em:

<https://inepdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?Dashboard>. Acesso em 13 mai. 2022.

INEP. Notas Estatísticas Censo Escolar 2021. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_escolar_2021.pdf>. Acesso em 14 mai. 2022.

INEP. Censo da Educação Básica 2022. Disponivel em: https://inepdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?Go. Acesso em: 08 set. 2023.

INEP. Sistema de Avaliação da educação Básica (SAEB).1990. Disponível em: <ttps://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb>. Acesso em: 19. Set, 2023.

INOJOSA, R. Sinergia em políticas e serviços públicos: desenvolvimento social com intersetorialidade. Cadernos Fundap. São Paulo, n.º 22, p. 102-110, 2001.

IPEA. Ipea e ONU assinam parceria estratégica para promover os objetivos de desenvolvimento sustentável. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/13956-ipea-e-onu-assinam-parceria-estrategica-para-promover-os-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 09 set. 2023.

JOHNS HOPKINS, Coronavírus Resource Center. Disponível em: <https://coronavirus.jhu.edu/map.htm >. Acesso em: 22 mai. 2021.

JORNAL ÚLTIMA HORA. Substitutivo Lacerda transformaria em comércio todo o ensino no Brasil!. 20 mar. 1959. Disponível em: <http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/artigos/ameaca.html#:~:text=Trata%2Dse%20do%20substitutivo%20com,particulares%20o%20monop%C3%B3lio%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o. > Acesso em: 14 abr. 2022.

JUSTO, M. G. O legado de Paul Singer. Economistas. v. 1. Ano III – n. 46 – out. – dez. 2022. Disponível em : <https://cofecon.org/Revistas/N46-Ecosol.pdf>. Acesso em : 16 set. 2023.

KOSIK, Karel. Dialética do concreto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

LEFEBVRE. Henri. Ciência e ação. In _____. Para compreender o Pensamento de Karl Marx. Lisboa, Edições 70, 1966.

LOCKE, John. Segundo Tratado sobre o governo civil. Os Pensadores. Abril cultural. 1973.

LOMBARDI, José Claudinei. Reflexões sobre educação e ensino na obra de Marx e Engels. Campinas: FE/Unicamp. Tese de Livre Docência, 2010.

LOPES, Eliana Marta Teixeira;FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive . (orgs. 5 anos de educação no Brasil. 2º ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. MACHADO, lucília R. Souza. Politecnia, Escoa Unitária e Trabalho. São Paulo: Cortez, 1991.

LÜKÄCS, György. Conversando com lukács. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

LÜKÄCS, György. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. Temas de Ciências Humanas. São Paulo, n.º 4, 1978, pp. 1-18.

LÜKÄCS, György. Ontologia Del ser social: El trabajo. Buenos Aires. Ediciones Herramiente, 2004. Edición AL cuidado de Antonno Infranca y Miguel Vedda.

LÜKÄCS, György . Para uma ontologia do ser social I. São Paulo: Boitempo, 2012.

MALHOTRA, Naresh K. Pesquisa de Marketing: Uma orientação aplicada. 4ª. Ed. Porto Alegre: Bookman. 2006.

MANCEBO, Deise. Contemporaneidade e efeitos de subjetivação. In: BOCK, Ana Mercês Bahia. (Org.). Psicologia e o compromisso social. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MANFREDI, Silvia Maria. Educação Profissional no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.

MARX, Karl. Teses sobre Feuerbach. In: Marx; Engels, Obras escolhidas. Moscovo, edições Avante. 1982.

MARX, Karl . O capital. São Paulo: Abril Cultural, 1983. v. I.

MARX, Karl. O capital V. I, tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MARX, Karl. O capital. 10.ed. São Paulo: Difel, 1985. Livro 1. v.I, II.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. O processo de produção do capital. São Paulo: Nova Cultural 1996. v.1 (Coleção Os Economistas).

MARX, Karl. Contribuição à crítica da economia política. Prefácio. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, Karl. Crítica da Filosofia do Direito de Hegel – Introdução. In: Crítica da filosofia do direito de Hegel. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARX, Karl. O Capital – crítica da economia política. Livro I. vol. I. 25ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARX, Karl. Contribuição à crítica da economia política (trad. Florestan Fernandes, 2 ed., São Paulo, Expressão Popular, 2008. (p. 47).

MARX, Karl. O Capital – crítica da economia política. Livro II. 23ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Carta a Joseph Bloch. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Obras Escolhidas. São Paulo: Alfa-Omega, s/d (1), p. 284-286, v.3.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Carta a Schmidt. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Obras Escolhidas. São Paulo: Alfa-Omega, s/d (2), p. 286-292, v.3.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Anti-Dühring. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Textos sobre educação e ensino. São Paulo, Editora Moraes, 1992.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã : crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo : Boitempo, 2007.

MEC. Edital Proeja-CAPES/SETEC n.º 03/2006. Disponível em: <portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf1/edital_proeja_capes_setec07.pdf>. Acesso em: 01 mai. 2022.

MEC. Resolução n.º 1, de 28 de maio de 2021. Institui Diretrizes Operacionais para a educação de Jovesn e Adultos nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Disponivel em: < https://in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-1-de-28-de-maio-de-2021-323283442>. Acesso 3 abr. 2021.

MEC. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Parecer CEB n.º 11/2000. Disponível em: <portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecer_11_2000.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2022.

MEC. MEC recompõe orçamento e retoma investimentos. Disponível em https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2023/julho/mec-recompoe-orcamento-e-retoma-investimentos . Acesso em 19 jul. 2023.

MEC. Complexo do Alemão terá *Campus* do IFRJ. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2023/julho/complexo-do-alemao-tera-Campus-do-ifrj>. Acesso em: 24. Jul. 2023.

MEC. MEC recompõe orçamento e retoma investimentos. Disponivel em:<https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2023/julho/mec-recompoe-orcamento-e-retoma-investimentos>. Acesso em: 29 Jul. 2023

MEC. MEC cria comitê para educação profissional e tecnológica. Disponível em:<https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2023/julho/mec-cria-comite-para-educacao-profissional-e-tecnologica>. Acesso em: 03 Ago. 2023.

MEC. MEC intensifica diálogo com as instituições da RFEPCT. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2023/junho/mec-intensifica-dialogo-com-instituicoes-da-rede-federal>. Acesso em: 05 Ago. 2023.

MEC. Portaria 989, de 23 de maio de 2023. Institui a Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos – Cnaeja. Disponível em: https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-989-de-23-de-maio-de-2023-485613058. Acesso em: 14 set. 2023.

MEC. Empossada Comissão de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2023/agosto/empossada-comissao-de-alfabetizacao-e-educacao-de-jovens-e-adultos. Acesso em: 14 set. 2023.

MEC. Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. Disponível em: < Criança Alfabetizada — Ministério da Educação (www.gov.br)>. Acesso em : 31 ago. 2023

MEC. Estados já podem aderir ao Mulheres Mil. Disponivel em: https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2023/julho/estados-ja-podem-aderir-ao-mulheres-mil. Acesso em: 19 set. 2023

MEC. Resolução CNE/CP N.º 1, de 16 de agosto de 2023. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares da Pedagogia da Alternância na Educação Básica e na Educação Superior. Disponível em: rcp001_23 (mec.gov.br). Acesso em: 31 out. 2023.

MEC. Presidente sanciona lei que declara manifestação da cultura nacional o transporte de passageiros em pau de arara para romarias. Disponível em Presidente sanciona lei que declara manifestação da cultura nacional o transporte de passageiros em pau de arara para romarias —

Planalto (www.gov.br). Acesso em 04 out. 2023

MEC. Programa Nacional Mulheres Mil. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-mulheres-mil>. Acesso em: 30 dez. 2023.

MEC. Proeja-FIC. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/proeja-fic#:~:text=O%20programa%20Proeja%20Fic%20vai,mais%20pr%C3%B3ximos%20de%20cada%20munic%C3%ADpio.>. Acesso em: 30 dez. 2023.

MEC. Comunidade dos EstadosLatinoAmericanos e Caribenhos CEAC. Disponivel em: http://portal.mec.gov.br/encceja-2/480-gabinete-do-ministro-1578890832/assessoria-internacional-1377578466/20742-comunidade-dos-estados-latino-americanos-e-caribenhos-celac Acesso em: 30, dez. 2023.

MEC. Governo federal anuncia 100 novos campi de Institutos Federais. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/marco/governo-federal-anuncia-100-novos-campi-de-institutos-federais#:~:text=O%20governo%20federal%20anuncia%2C%20nesta,t%C3%A9cnicos%20integrados%20ao%20ensino%20m%C3%A9dio.>. Acesso em: 28 mai. 2024

MEC. Decreto nº 12.048, de 5 de junho de 2024. Institui o Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos, institui a Medalha Paulo Freire e altera o Decreto nº 10.959, de 8 de fevereiro de 2022, que dispõe sobre o Programa Brasil Alfabetizado. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/Decreto/D12048.htm>. Acesso em: 11 jun. 2024.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Painel Corona vírus. Disponível em: < Coronavírus Brasil (saude.gov.br). Acesso em 25 ago. 2023.

MEDEIROS, Juliano. O futuro pós-pandemia: prever e agir. Dossiê Coronavírus e sociedade. São Paulo: Boitempo, 2020.

MENDONÇA, Erasmo fortes. A regra e o jogo: democracia e patrimonialismo na educação brasileira. Campinas: Lappalane/Unicamp, 2000.

MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. São Paulo, Boitempo, 2008.

MÉSZÁROS, István. A crise estrutural do capital. 2 ed. Boitempo. 2011.

MÉSZÁROS, István. Crise estrutural exige Mudança Estrutural. Conferência proferida em várias universidades Brasileiras. 2012. Disponível em: <http://cebes.org.br/2012/04/istvan-MÉSZÁROS-crise-estrutural-exige-mudanca-estrutural/>. Acesso em: 20 jun. 2021.

MÉSZÁROS, István. A teoria da alienação em Marx – 1 ed. – São Paulo: Boitempo, 2016.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. ME explica que bloqueio temporário em dotações do MEC pode ser revertido. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/2022/outubro/me-esclarece-que-bloqueio-de-dotacoes-no-mec-totaliza-r-1-04-bilhao>. Acesso em: 10 out. 2022.

MORAES, M. S.; CUNHA, S. D. S.; VOIG, J. M. R. Onde está a Educação de Jovens e Adultos na BNCC? V COLBEDUCA – Colóquio Luso-Brasileiro de Educação 29 e 30 de Outubro de 2019, Joinville/SC, Brasil.

MOREIRA, Geraldo Eustáquio. Por trás do monograma do movimento LGBTQIAPN+: vidas, representatividade e esclarecimentos. Revista Temporis [Ação] (Periódico acadêmico de História, Letras e Educação da Universidade Estadual de Goiás). Cidade de Goiás; Anápolis. V. 22, N. 02, p. 20, jul./dez., 2022. Disponível em: Acesso em: < 11 mai. 2024.

MULTIRIO. A história do jovem bairro do Complexo do Alemão. Disponível em: <https://www.multirio.rj.gov.br/index.php/reportagens/3029-a-historia-do-jovem-bairro-do-complexo-do-alemao>. Acesso em: 09 set. 2023.

NETTO, José Paulo Netto. Capitalismo monopolista e serviço social. São Paulo: Cortez, 1992.

NETTO, José Paulo Netto. Capitalismo monopolista e serviço social. São Paulo: Cortez,

2005.

NETTO, José Paulo Netto. Karl Marx: uma biografia, - 1 ed. – São Paulo: Boitempo, 2020.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. Economia política: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley; PRONKO, Marcela Alejandra. O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado: da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo - Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

NOGUEIRA, Maria Alice. Educação, saber, produção em Marx e Engels. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1990.

PNE. NOVO PAINEL DE MONIRORAMENTO DO PNE. Disponível em: https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiOGY5NWUyMDMtYzc0Mi00Y2Y5LTk3MmEtNThjMjJiY2NjNWExIiwidCI6IjI2ZjczODk3LWM4YWMtNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ9. Acesso em: 05 nov. 2023

OLIVEIRA, Edna Castro de; MACHADO, Maria Margarida. O desafio do proeja como estratégia de formação dos trabalhadores. In: OLIVEIRA, Edna Castro de; PINTO, Antônio Henrique; FERREIRA, Maria José de Resende. Eja e educação profissional: desafios da pesquisa e da formação no Proeja. Brasília: Liber Livro, 2012, p. 121-142.

OLIVEIRA, Francisco de. Questões em torno da esfera pública in Trabalho e reprodução: enfoques e abordagens/Rose Serra (Organizadora) – São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: Petres – FSS/UERJ, 2001.

OLIVEIRA, Rafael. BLOCO NO PODER, PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E POLÍTICA EDUCACIONAL EM SÃO GONÇALO/RJ NO CONTEXTO DE BOLSONARISMO. REVISTA DEBATES (UFRGS), v. 16, p. 101-119-119, 2022.

OLIVEIRA, Rogério Teixeira de. Propostas para o enfrentamento da evasão no curso de MSI-CRJ-PROEJA do IFRJ / Rogério Teixeira de Oliveira. - 2018. 156 f. (Mestrado). - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Mestrado Profissional em Gestão e Estratégia, 2018.

OLIVEIRA, Rogério Teixeira de. 2021a. Trabalho, fundo público e precarização estatal. International Journal of Development Research, 11, (07), 49048-49051, 2021.

OLIVEIRA, Rogério Teixeira de**.** 2021b. A pandemia da Covid-19 e o aumento de vulnerabilidades. Research, Society and Development, v. 10, p. e13810918033, 2021.

OLIVEIRA, Rogério Teixeira de; COVA, Márcia; LEMOS, Levy Freitas de. Evasão nos cursos do Proeja: um estudo de caso no IFRJ. Revista UNIABEU, V.12, Número 30, janeiro-abril de 2019, pp. 308-321.

OLIVEIRA, R. T de, & Cova, M. C. R. (2024). A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (2015) e o Marco de Ação de Marraquexe (2022): : estagnações e avanços na política internacional de educação de jovens e adultos. *Revista Teias*, *25*(77), 39–52. https://doi.org/10.12957/teias.2014.81450

OLIVEIRA, Rogério Teixeira de; VIANA, Edjofli Dantas. Brazilian Educational Policy from 2017 to 2021: A Neoliberal Commitment? European Journal of Scientific Research ISSN 1450-216X / 1450-202X Vol. 158 n.º 4 March, 2021, pp.326 – 334.

OIT . Perda de empregos aumenta e quase metade da força de trabalho global corre o risco de perder os meios de subsistência. 2020a. Disponível em: <http://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_743197/lang--pt/index.htm.>. Aceso em: 17 nov. 2021.

OIT. Stop the pandemic: Safety and health at work can save lives. 2020b. Disponível em: <https://un.org/en/observances/work-safety-day>. Acesso em: 18 nov. 2021.

ONU. Fome atinge mais de 820 milhões de pessoas no mundo. 2021. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2019/07/168010>. Acesso em: 17 nov. 2021.

OPAS. OMS afirma que COVID-1 é agora caracterizada como pandemia. Disponivel em: <ttps://www.paho.org/pt/news/11-3-2020-who-characterizes-covid-19-pandemic>. Acesso em: 22 mai. 2022.

ORLANDI, Eni P. Análise de Discurso: princípios e procedimentos. 13ª. edição, Pontes Editores, Campinas, SP 2020.

PAIVA, Jane. Por que celebrar os 20 anos de aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Revista Multidisciplinar de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAp-UERJ) v. 1 – N.º 24, maio-agosto de 2021.

PLATAFORMA NILO PEÇANHA. PNP 2018 (Ano Base 2017). Disponível em: <plataformanilopecanha.mec.gov.br/2018.htm>. Acesso em: 14 mai. 2022.

PLATAFORMA NILO PEÇANHA. PNP 2019 (Ano Base 2018). Disponível em: <plataformanilopecanha.mec.gov.br/2019.html>. Acesso em: 14 mai. 2022.

PLATAFORMA NILO PEÇANHA. PNP 2020 (Ano Base 2019). Disponível em: <plataformanilopecanha.mec.gov.br/2020.html>. Acesso em: 14 mai. 2022.

PLATAFORMA NILO PEÇANHA. PNP 2021 (Ano Base 2020). Disponível em: <plataformanilopecanha.mec.gov.br/2021.html>. Acesso em: 14 mai. 2022.

PLATAFORMA NILO PEÇANHA. PNP 2022 (ano Base 2021). Disponível em: <plataformanilopecanha.mec.gov.br/2022.html>. Acesso em: 14 mai. 2022.

PLATAFORMA NILO PEÇANHA. Orçamento – Série histórica. Disponivel em: Microsoft Power BI. Acesso em: 31 ago. 2023

PLATAFORMA NILO PEÇANHA. (Ano Base) 2022; (Edição) 2023.

PERONI, V. M. V.; CAETANO, M. R.; ARELARO, L. R. G. BNCC: disputa pela qualidade ou submissão da educação?. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE, (S.l.), v. 35, n.º 1, p. 035 - 056, maio 2019. ISSN 2447- 4193. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbpae/v35n1/2447-4193-rbpae-35-01-35.pdf >. Acesso em: 15 abr. 2022.

POULANTZAS, N.O Estado, o poder, o socialismo. 1. Ed. São Paulo: Edições Graal, 1980.

POULANTZAS, Nicos. As lutas políticas: o Estado, condensação de uma relação de forças. In: O Estado, o poder, o socialismo. 3ªed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
POULANTZAS, Nicos. Poder político e classes sociais. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2019.

RAMOS, Marise Nogueira. A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação? /. Marise Nogueira Ramos. - 3. ed. - São Paulo: Cortez, 2006

RAMOS, Marise Nogueira. Estado (verbete). In: LIMA, Júlio. Dicionário de empresas, grupos econômicos e financeirização na saúde. São Paulo: Huicitec, 2018.

RANCIÈRE, J. O desentendimento - política e filosofia (1ª ed.) São Paulo: Editora 34, 1996.

REZENDE DA SILVA, Arthur da; BASTOS COSTA DE OLIVEIRA, Rafael . Aproximações entre o legado freireano e a Educação Profissional e Tecnológica: uma análise textual discursiva do Estatuto do Instituto Federal Fluminense. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, v. 37, p. 1370-1392, 2021

RODRIGUES, Rubens Luiz. Administração da educação escolar: contribuições para a crítica aos processos de dominação do capital no contexto da reestruturação produtiva. In Márcia Aparecida Alferes (Org.). Qualidade e políticas públicas na educação (Qualidade e Políticas Públicas na Educação). Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018, v. 1, p. 132-145.

RNP. Governança. Disponível em: <https://www.rnp.br/sobre/governanca>. Acesso em: 12 ago. 2021a.

RNP. Sobre o Projeto. Disponível em: https://ajuda.rnp.br/alunosconectados/sobre-o-projeto. Acesso em: 11 ago. 2021b.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. O contrato social (tradução Antonio de Pádua Danesi). 3ª. Ed. – São Paulo: Martins Fontes, 1996. – (clássicos)

SÁ, Elizabeth Figueiredo de. De criança a aluno: as representações da escolarização da infância em Mato Grosso (1910-1927). Cuiabá:Ed. UFMT, 2007.

SALVADOR, Evilásio. Fundo público e o financiamento das Políticas Sociais no Brasil. Serv. Soc. Rev., Londrina, v. 14, n.º 2, p. 04-22, jan/jun. 2012.

SANTOS, BOAVENTURA DE SOUSA. A gramática do tempo: por uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, BOAVENTURA DE SOUSA. La cruel pedagogía del virus. CLACSO. Buenos Aires. Mayo de 2020. Disponível em: < https://www.clacso.org/la-cruel-pedagogia-del-virus/>. Acesso em: 06 jul. 2021.

SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 9. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos antológicos e históricos. Revista Brasileira de Educação. v. 12, n.º 34. jan./abr. 2007.

SAVIANI, Dermeval . Pedagogia Histórico-crítico: primeiras aproximações. 11 ed. Revisada. Campinas, SP: Autores associados, 2011.

Secretaria Municipal de Educação de São Paulo. CIEJA Cambuci recebe novos participantes do programa Transcidadania. Disponível em:

<https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/noticias/cieja-cambuci-recebe-novos-participantes-do-programa-transcidadania/>.

SECOM. Rio de Janeiro terá seis novos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Dispo´nível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias-regionalizadas/novos-institutos-federais/rio-de-janeiro-tera-seis-novos-institutos-federais-de-educacao-ciencia-e-tecnologia>. Acesso em: 28 mai. 2024.

SENADO FEDERAL. Projeto de Lei Complementar n.º 126, 15 de maio de 2020. Disponivel em: <https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/103804?sequencia=844>. Acesso em: 29 abr. 2022.

SENADO FEDERAL. Ciência e Tecnologia e Educação lideram bloqueio orçamentário. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/06/07/ciencia-e-tecnologia-e-educacao-lideram-bloqueio-orcamentario>. Acesso em: 14 jun. 2022.

SENADO FEDERAL. Sistema S. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/sistema-s. Acesseo em: 30 dez. 2023.

SENNA. M. C.M; GRACIA, D.V. Políticas sociais e intersetorialidade: elementos para debate. O Social em Questão, ano XVII, n.º 32, p. 277-294, 2014. Disponivel em: <osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_32_SL3_Senna_Gracia_WEB.pdf>. Acesso em: 16 set. 2023.

SEVALHO, G. O conceito de vulnerabilidade e a educação em saúde fundamentada em Paulo Freire. Interface (Botucatu), 22(64):177-188, 2018.

SILVA, Katharine Ninive Pinto; RAMOS, Marise. O Ensino Médio Integrado no contexto da avaliação por resultados. Educ. Soc., Campinas, v. 39, n.º 144, p. 567-583, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302018000300567&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 ago. 2019.

SINGER, Paul. Introdução à Economia Solidária. São Paulo. Fundação Perseu Abramo: 2002. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2018/04/Introducao-economia-

solidaria-WEB-1.pdf>. Acesso em: 16. Set. 2023.

SISDEPEN. Dados Gerais por Período . Disponível em: https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiM2U1MmYyY2QtNjE2Yy00ZmU2LWFiMzItMGU5ZTBhODgzMTQzIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9. Acesso em: 10 mai. 2024.

SOUZA, Celina. Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas. In: ARRETCHE, Marta et al. Políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007.

SPOSATI, A. Gestão pública intersetorial: sim ou não? Comentários de experiência. Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n.º 85, p. 133-141, mar. 2006.

TESOURO NACIONAL. Relatório de avaliação de receitas e despesas primárias 2º bimestre de 2022. Disponível em: <https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:4362>. Acesso em: 14 jun. 2022.

TONET, Ivo. Educação, cidadania e emancipação humana. Ijuí: Unijuí, 2005 (1).

TONET, Ivo. Em defesa do futuro. Maceió: Edufal, 2005 (2).

TSE. Eleição geral ordinária 2022. Disponível em: <https://resultados.tse.jus.br/oficial/app/index.html#/eleicao/resultados>. Acesso em 15 dez. 2022.

VAN MAANEN, J. Qualitative Methodology, London: Sage, 1983.

VASCONCELOS, N. B. Programa nacional de assistência estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. Ensino Em-Revista, Uberlândia, v.17, n.º2, p. 599-616, jul./dez. 2010.

VERGARA, S. C. Métodos de coleta de dados no campo. São Paulo: Atlas, 2009.

ZIKMUND, William G. Princípios da Pesquisa de Marketing. 20 edição, Editora Thompsom.

São Paulo, 2006.

UNESCO. Educação de adultos: Declaração de Hamburgo, agenda para o futuro. Disponível em: <Educação de adultos: Declaração de Hamburgo, agenda para o futuro - UNESCO Digital Library>. Acesso em: 29 ago. 2023.

UNESCO. Lifelong Learning. Disponível em: <https://uil.unesco.org/fileadmin/keydocuments/LifelongLearning/en/UNESCOTechNotesLLL.pdf.>. Acesso em: 21 fev. 2022.

UNESCO. Sétima Conferência Internacional sobre Educação de Adultos (CONFINTEA VII). Disponivel em: <https://uil.unesco.org/adult-education/confintea/seventh-international-conference-adult-education-confintea-vii>. Acesso em: 05 jul. 2022.

UNESCO (4 de julho de 2022). Unesco pede “mobilização global pela Educação. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/188858-unesco-pede-mobilizacao-global-pela-educacao.> Acesso em: 05 jul. 2022.

UNESCO-UNEVO. Quem somos. Disponíve em:<Quem Somos (unesco.org).>. Acesso em: 07 set.2023.

UNESCO/UNEVOC. Transformando a Educação Técnica e Profissional e a Formação para transições bem sucedidas e justas. Disponível em: <Https://unevoc.unesco.org /home/UNEVOC+Publications/lang=en/akt=detail/qs=6644.> Acesso em: 06 nov. 2022.

UOL. Pastores controlam agenda e liberação de dinheiro no Ministério da Educação. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2022/03/18/pastores-controlam-agenda-e-liberacao-de-dinheiro-no-ministerio-da-educacao.htm?cmpid=>. Acesso em: 29 abr. 2022

WORLDBANK. The State of Global Learning Poverty: 2022 Update. Disponível em: https://thedocs.worldbank.org/en/doc/e52f55322528903b27f1b7e61238e416-0200022022/original/Learning-poverty-report-2022-06-21-final-V7-0-conferenceEdition.pdf. Acesso em: 05 jul. 2022.

APÊNDICE A – Questões de entrevista com Giovana Modé

Âmbito internacional e da sociedade civil
Integrante da Campaña Latinoamericana por El Derecho a La Educación - CLADE
Data:09 de março de 2023
Localização da entrevistada: São Paulo-SP
Meio de realização: via Google Meet
Tempo de duração: 1h 11´48´´

1) Como a sociedade civil pode alterar o formato da Confintea; tendo em vista que as decisões são centralizadas pelo governo? A Sra declarou no PIMA(Promoting, Interrogating and Mobilising Adulto Learning & Bulletin) Bulettin n.º 44, de setembro de 2022 que a sociedade civil realiza muitas disputas para estar na Confintea; que questões como gênero são sempre deliciadas, por exemplo. Como tornar a Confintea mais democrática?

2) A Sra. mencionou a lógica de preparação para o mercado, em detrimento da formação integral. Existe possibilidade de mudança de pensamento de investimento governamental para EJA dentro do modo capitalista de produção?

3) Uma questão atrelada ao mundo do trabalho, talvez seja o investimento maior pelos governos na educação infantil para produzir mão de obra que reproduza o capital e não investir em EJA. A Sra. poderia falar desse relação EJA e trabalho?

4) Em 01 de janeiro de 2023, a Secadi foi reestruturada no MEC. A O que a Sra. pensa sobre uma interlocução maior da sociedade civil com a Secadi e com a SETEC, em relação à investimentos para a EJA e EJA-EPT?

5) Como a Sra. avalia a evasão após a pandemia de Covid-19 e a desigualdade digital na EJA?

6) A Sra. participou no momento da formulação das ODS, da Agenda 2030. Onde chegaremos em 2030 em relação às ODS e à ODS4 da Educação?

7) A questão LGBTQIA+ não foi trazida à confintea. A Sra. pode falar sobre essa questão?

APÊNDICE B – Questões de entrevista com Timothy Ireland

Âmbito internacional e da sociedade civil
Integrante da Cátedra Unesco de EJA Brasil, ICAE e docente da UFPB
Data:15 de março de 2023
Localização do entrevistado: João Pessoa - PB
Meio de realização: via Google Meet
Tempo de duração: 1h 2´

1) A partir da análise de sua entrevista no Boletim PIMA de setembro de 2022, trazendo uma avaliação sobre a Confintea VII, o Sr. Coloca que os documentos elaborados pela sociedade civil durante as pré conferências foram desconsiderados e que os documentos dos governos é que prevaleceram, à revelia dos documentos da sociedade civil. Assim, como a sociedade civil poderia ter um protagonismo maior se são os mesmos 142 Estados Membros que financiam as Confinteas?

2) Em maio de 2022 assisti uma palestra do Professor Antonio Nóvoa, da Universidade de Lisboa dizendo que alguns temas são sensíveis no âmbito das discussões da Confintea, como por exemplo o tema LGBTQIAPN+. Por que esse tema não foi tratado naquele espaço?

3) É possível observar no Marco de Ação de Marraquexe um tratamento relevante à questão de gênero e um avanço em relação à EJA para mulheres? O que o Sr. pensa sobre esse avanço?

4) O Sr. Afirmou que houve um avanço do Marco de Ação de Belém para o Marco de Ação de Marraquexe. Uma questão que o senhor traz e que outros profissionais também trazem é com relação à elaboração de indicadores, com a necessidade de coleta de dados confiáveis. O senhor já falava sobre essa questão em um documento organizado em 2014, sobre os 60 anos das Confinteas. A Confintea VII voltou a essa discussão. Na RFEPCT nós temos a Plataforma Nilo Peçanha. Nela temos acesso a dados sobre o Proeja. São dados governamentais confiáveis. O que o Sr. pensa sobre essa questão de indicadores?

5) O que o Sr. pensa sobre a reestruturação da SECADI?

6) Em relação à pandemia da Covid-19, a desigualdade digital é um tema que o Sr. também pesquisa. Agora com a criação da SECADI e da Coordenação do Proeja poderemos alterar esse quadro de desigualdade?

7) Qual sua avaliação sobre o governo Bolsonaro e o que se esperar da terceira gestão Lula?

8) A aprendizagem ao longo da vida cabe dentro do modo de produção capitalista ou a gente precisa ter outro arranjo societário para ela se efetivar?

APÊNDICE C - Questões de entrevista com Margarida Machado

Âmbito governamental e institucional
Docente UFG
Data:29 de março de 2023
Localização da entrevistada: Cagliari - Itália
Meio de realização: via Google Meet
Tempo de duração: 1h 31´09´´

1) Qual avaliação a Sra. faz em relação Proeja de 2006 até agora?

2) Como a Sra. avalia a oferta da EJA na modalidade de EAD?

3) Quais suas reflexões sobre a Confintea?

4) Qual sua reflexão sobre a aprendizagem ao longo da vida?

5) Como a Sra. pensa o futuro da EJA e da EJA-EPT no Brasil e no mundo?

APÊNDICE D – Questões de entrevista com Entrevistado(a) MEC

Âmbito governamental
Data:11 de maio de 2023
Localização da entrevistada: Brasília - DF
Meio de realização: via Google Meet
Tempo de duração: 1h

1) Você tem um trajetória profissional junto ao MEC e acadêmica como docente e pesquisador(a) sobre a EJA e o Proeja. Você esteve presente no MEC, no período em que o Proeja foi criado, em 2005/2006. Na sua avaliação, quais os possíveis retrocessos e avanços que tivemos até agora em relação à EJA e ao Proeja?

2) A reestruturação da SECADI, tendo em sua estrutura a Diretora de Políticas de Alfabetização e EJA e Coordenação-Geral de EJA é uma ação fundamental para a EJA e para o Proeja neste novo governo. As legislações educacionais recentes, a partir de 2016, como a BNCC e as Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos, Resolução nº 1/2021, de maio de 2021 trazem perspectivas de fragmentação da EJA. Quais ações, a partir da Diretoria de Políticas de Alfabetização e EJA, você pensa que poderiam ser realizadas para reverter esse cenário de desmonte ?

3) Em relação ao Proeja há uma discussão de que devemos superar o termo Programa e colocamos como EJA integrada à Educação Profissional e Tecnológica, a fim de que possamos fortalecê-lo como política e não mais como Programa. Nesse sentido, você acredita que um trabalho mais próximo entre SECADI e SETEC poderia contribuir nesse sentido?

4) Segundo dados do Observatório PNE, em 2020 tínhamos apenas 0,5% de alunos da EJA do Ensino Fundamental que cursavam a Educação Profissional de forma integrada e apenas 3,6% dos alunos de EJA do Ensino Médio que cursavam Educação Profissional de forma integrada. Em 2022, no quarto monitoramento do PNE, os número aumentaram para 1% e 3,8. Quais políticas públicas você pensa que possamos construir para avançarmos em relação à EJA-EPT durante a terceira gestão Lula; tendo em vista que estamos longe de alcançarmos os 25% de matrículas de EJA integrada à Educação Profissional nos níveis Fundamental e Médio?

5) Como você vê o debate em torno da aprendizagem ao longo da vida trazido na Confintea VII e na Resolução nº 1/2021?

APÊNDICE E – Entrevista com Claudia Costa e Maria do Socorro Nunes

Âmbito governamental
Diretora de Políticas de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos - Secadi/MEC
Data: 22 de maio de 2023
Localização das entrevistadas: Brasília – DF
Meio de realização: via *Google Mee*t
Tempo de duração: 45’

1) Em 2022 o INEP divulgou o relatório de acompanhamento do PNE. A meta, que trata da alfabetização, apresentou algumas informações, tais como: nordeste e norte tiveram redução no percentual de alfabetização em relação às demais regiões; a alfabetização para população urbana tem percentual maior que para população rural; o analfabetismo funcional é maior nos mais pobres do que no mais ricos. Como esses resultados tem sido tratados na terceira gestão Lula e como alterar esse quadro?

2) A Resolução n. 1/2021, conforme relato do(a) Entrevistado(a) MEC foi construída, a partir da necessidade atualizar os livros didáticos para EJA, que estavam defasados desde 2013. Assim, precisava-se justificar o investimento para atualização desse material didático. Em relação a financiamento, ao fato de ponderação do Fundeb ser o menor para EJA, como alterar essa situação?

3) Entrevistei em março Timothy Ireland, integrante da Cátedra Unesco de EJA e Giovana Modé, integrante da CLADE. Ambos afirmaram que nas pré-conferências alguns temas são trazidos, discutidos, mas não avançam; que há 10 anos entrou na pauta, a discussão da EJA no sistema prisional e a proposta não conseguiu evoluir, assim como a questão da população LGBTQIA+; que os países antidemocráticos não consideram determinadas pautas e que no final das contas a ONU dá a palavra final. Como garantirmos os direitos dessas populações?

4) Segundo dados do Observatório PNE, em 2022 tínhamos apenas 1% de alunos da EJA do Ensino Fundamental que estavam cursando a Educação Profissional de forma integrada e apenas 3,8% dos alunos de EJA do Ensino Médio que estavam cursando a Educação Profissional de forma integrada. Nos institutos federais, com a EJA integrada à Educação Profissional e Tecnológica, o baixo percentual se repete. Quais ações podemos realizar para avançarmos em relação à EJA-EPT durante a terceira gestão Lula; tendo em vista que estamos longe de alcançarmos 25% de matrículas de EJA integrada à Educação Profissional- EPT nos

níveis Fundamental e Médio em 2024?

5) A Sra. Mencionou a parceria junto ao Ministério do Trabalho e trago uma discussão que foi trazida na confienta VII e também aqui no Brasil, que é a aprendizagem ao longo da vida. Como a Sra. vê essa abordagem?

APÊNDICE F – Questões de entrevista com Mariângela Graciano

Âmbito governamental
Coordenadora-geral de Educação de Jovens e Adultos -Secadi/MEC
Data:12 de maio de 2023
Localização da entrevistada: São Paulo - SP
Meio de realização: via Google Meet
Tempo de duração: 1h

1) A Sra. tem uma trajetória acadêmica e profissional que discute a EJA no sistema prisional. No ano de 2022 na Confintea VII, alguns temas não foram levados para inserção no documento final da Conferência, por exemplo os temas sobre população LGBTQIAP+ e educação no sistema prisional. Timothy Ireland, em entrevista realizada para essa pesquisa disse que na Confintea de Belém, em 2009, esses temas se quer foram discutidos. Importante lembrar que a Confintea foi realizada em Marraquexe, país antidemocrático.
Como a Sra. vê, em âmbito nacional e internacional essas negações de direitos na EJA?

2) Como a Sra. avalia as Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos de 2021?

3) Segundo dados do Observatório PNE, em 2022 tínhamos apenas 1% de alunos da EJA do Ensino Fundamental que estavam cursando a Educação Profissional de forma integrada e apenas 3,8% dos alunos de EJA do Ensino Médio que estavam cursando a Educação Profissional de forma integrada. Nos institutos federais, com a EJA integrada à Educação Profissional e Tecnológica, o baixo percentual se repete. Quais ações a Sra. pensa que possamos realizar para avançarmos em relação à EJA-EPT durante a terceira gestão Lula; tendo em vista que estamos longe de alcançarmos 25% de matrículas de EJA integrada à Educação Profissional - EPT nos níveis Fundamental e Médio em 2024?

4) Quais as suas perspectivas para EJA e para EJA-EPT na terceira gestão Lula?

5) Na confintea VII foi levantado que os países tem poucos dados confiáveis em relação à EJA. O que a Sra. pensa sobre essa afirmação?

APÊNDICE G – Questões de entrevista com Fernanda Paixão

Âmbito do IFRJ
TAE-IFRJ, Integrante do FEJA-IFRJ
Data: 07 de maio de 2023
Localização da entrevistada: Duque de Caxias – RJ
Meio de realização: via *Google Mee*t
Tempo de duração: 2h

1) A Sra. pode falar da sua experiência no IFRJ e como integrante do FEJA-IFRJ?

2) A existência dos Fóruns EJA por todo o Brasil, constituídos no âmbito da Conferência Internacional de Educação de Adultos (Confintea VI), realizada em Belém, Brasil em 2009 é a representação de manifestação democrática no âmbito da educação e da EJA. O FEJA-IFRJ é uma materialização de resistência democrática, principalmente após o *Impeachment* da presidenta Dilma Rousseff . Quando o FEJA-IFRJ foi constituído e quais ações que tem realizado?

3) Segundo dados do Observatório PNE de 2022 tínhamos 1% de alunos da EJA do Ensino Fundamental que cursavam a Educação Profissional de forma integrada e 3,8% de alunos da EJA do Ensino Médio que cursavam Educação Profissional de forma integrada. Como alterar esse quadro quando, segundo o PNE, deveríamos ter 25% de matrículas de EJA integrada à EPT no Brasil?

4)Como você avalia o impacto da pandemia de Covid-19 nos alunos da EJA-EPT no IFRJ ?

5) - O que a Sra. pensa sobre o futuro da EJA-EPT no IFRJ e no Brasil, por onde devemos caminhar?

APÊNDICE H – Questões de entrevista com Janaína Corenza

Âmbito do IFRJ
Coordenadora do Curso de Especialização em EJA do IFRJ
Data: 02 de junho de 2023
Meio de realização: via *Google Mee*t
Tempo de duração: 1h
Localização da entrevistada: Rio de Janeiro–RJ

1) A Sra. poderia falar da sua experiência como Coordenadora do Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos do *Campus* Nilópolis do IFRJ e um pouco da história do curso?

2) A realização de parcerias com municípios e o estado do RJ, a partir do Curso de Especialização em EJA pode ser um caminho de ampliação de formação na área de EJA. Existe alguma discussão nesse sentido?

3) A reestruturação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (SECADI) tendo em sua estrutura a Diretoria de Políticas de Alfabetização e EJA, a Coordenação de Alfabetização e a Coordenação-Geral de EJA é uma ação muito importante para a EJA e para a EJA-EPT, que teve seu desmonte nos últimos anos. Em relação à pós-graduação, como a Sra. vê o impacto dessa reestruturação na RFEPCT?

4) A existência dos Fóruns EJA por todo o Brasil, constituídos no âmbito da Conferência Internacional de Educação de Adultos (Confintea VI), realizada em Belém, Brasil em 2009 é a representação de manifestação democrática no âmbito da educação e da EJA. O FEJA-IFRJ é uma materialização de resistência democrática, principalmente após o *Impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. Como é a relação do Curso de Especialização em EJA do IFRJ com o FEJA-IFRJ?

5) Como a Sra. avalia o impacto da Covid-19 no Curso de Especialização em EJA do IFRJ?

6) Em relação a financiamento, historicamente a EJA sempre sofreu com baixos recursos. Em relação ao Curso de Especialização em EJA do IFRJ há algum recurso específico?

7) Em sua análise, que políticas públicas podem contribuir para o futuro da EJA-EPT, da pós-

graduação e do Curso de Especialização em EJA no IFRJ?

APÊNDICE I – Questões de entrevista com Tânia Almenara

Âmbito do IFRJ
Ex- Coordenadora Geral de EJA do IFRJ
Data: 27 de junho de 2023
Meio de realização:via *Google Mee*t
Tempo de duração: 38min
Localização da entrevistada: Rio de Janeiro–RJ

1 - A Sra. pode falar sobre sua experiência na Coordenação Geral de EJA do IFRJ?

2 - A Sra. pensa que a EJA no IFRJ está em sintonia com uma educação emancipadora, com a formação de sujeitos conscientes de seu papel na realidade social?

3 - A Sra. esteve na CGEJA durante a pandemia da Covid-19? Se sim, como foi a sua experiência durante aquele período?

4 - Como a Sra. vê a EJA-EPT no IFRJ e a relação dessa modalidade com o mundo trabalho dentro do capitalismo?

5 - O que a Sra. pensa em relação ao financiamento da modalidade EJA-EPT no IFRJ?

6- A recriação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) agora na terceira gestão Lula foi um grande passo para o fortalecimento da EJA. Nesse sentido, quais políticas públicas/cursos a Sra. pensa que o IFRJ deva elaborar/criar, a fim de fortalecer a modalidade no IFRJ e aproveitar esse momento da reestruturação?

APÊNDICE J – Questões de entrevista com Carla Jardim

Âmbito da Setec/MEC
Diretoria de Articulação e Fortalecimento da Educação Profissional e Tecnológica – Setec/MEC
Data: 24 de novembro de 2023
Meio de realização:via *Google Mee*t
Tempo de duração: 39 min
Localização da entrevistada: Brasília – DF

1 - A terceira gestão Lula alterou a estrutura do MEC, reestruturou a Secadi e a EJA; que estava esquecida no governo anterior. Em entrevista com as Profissionais da Secadi, pude constatar a iniciativa de trabalho em conjunto daquela Secretaria com a Setec, ou seja, um novo esforço para políticas de EJA e EJA-EPT. Como a Sra. avalia essa aproximação e quais ações as duas Secretarias pretendem realizar até final de 2026 em relação à EJA-EPT**?**

2 - Que outras interlocuções a Setec tem realizado com demais Ministérios, municípios, estados e sociedade civil, em relação à EJA-EPT? Há previsão de expansão da Rede? Qual previsão de investimento para EJA-EPT até o final de 2026?

3 - Como a Sra. avalia a Portaria nº 962, de 1º de dezembro de 2021 que instituiu o Programa da Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional - EJA Integrada - EPT estabelecendo orientações, critérios e procedimentos para concessão de recursos financeiros às instituições pertencentes à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica? O Programa será estendido para mais entes da Rede Federal?

4 – Dados da Plataforma Nilo Peçanha (2023) mostram que os percentuais de matrículas em EJA-EPT tem trajetória baixíssima historicamente, se comparados aos dos cursos regulares. Em 2022 a Rede Federal tinha 53,1% de matrículas em curso técnicos integrados e apenas 2,07% em EJA-EPT, não alcançando os 10% previstos no Decreto n.º 5.840/2006. As Notas Técnicas n.º 80/2023/GERENCIA I/FAD/SETEC/SETEC e n.º 109/2023/GERENCIA I/FAD/SETEC/SETEC, elaboradas em conjunto com a Secadi apresentaram uma linha de fomento da Bolsa-Formação EJA-EPT, no âmbito da Setec, na ordem de R$58.956.000,00, com a oferta de 4.959 vagas em cursos de EJA-EPT já existentes, contribuindo para alterar esse cenário. Quais outras ações a Sra. pensa que sejam possíveis para mudar essa realidade?

5 - Como a Sra. vê o futuro da EJA-EPT?

ANEXO I

REGISTRO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada "A Educação de Jovens e Adultos no Brasil (2019-2022)", conduzida por Rogério Teixeira de Oliveira. Este estudo tem por objetivo Realizar análise bibliográfica sobre os eixos Trabalho, Estado e Direitos no Capitalismo e Educação; Realizar coleta de dados institucionais diretamente relacionados ao curso MSI; Realizar coleta de dados orçamentários, a partir de sites oficiais, a fim de identificar o investimento em educação e na modalidade EJA/Proeja no *Campus* RJ do IFRJ no período de 2019 a 2022; Realizar análise de conteúdo da legislação educacional, a fim de subsidiar as análises da EJA/Proeja no período de 2019 a 2022; Realizar entrevistas com docentes, Coordenação do curso de MSI no *Campus* RJ do IFRJ , Gestor no *Campus* RJ do IFRJ e Realizar interconexões com a política nacional e internacional de EJA.

Você foi selecionado(a) por critério de acessibilidade e pela possibilidade da realização de conexões entre o Proeja e a política de EJA no período estudado.

Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa, desistência ou retirada de consentimento não acarretará prejuízo.

Conforme os preceitos éticos e obrigatórios da Resolução 466/12, os possíveis riscos que podem decorrer das entrevistas: são cansaço ou aborrecimento ao responder à entrevista; desconforto, constrangimento ou alterações de comportamento durante gravações de áudio; alterações na autoestima provocadas pela evocação de memórias; alterações de visão de mundo, de relacionamentos e de comportamentos em função das reflexões trazidas nas entrevistas e medo de não saber responder ou de ser identificado; estresse; quebra de sigilo; vergonha ao responder às perguntas; quebra de anonimato. No sentido de combater os possíveis riscos aos entrevistados estes serão orientados antes do início das entrevistas sobre os riscos listados, a fim de que se crie um ambiente amistoso, confiável e tranqüilo. Também serão argüidos sobre autorização ou não para gravação em áudio.

Sua participação na pesquisa não é remunerada nem implicará em gastos para os participantes.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em entrevista semiestruturada via "Google Meet" , de duração máxima de 1 hora realizada pelo pesquisador, a partir da autorização do entrevistado para registro apenas de áudio.

Os dados obtidos por meio desta pesquisa serão confidenciais e não serão divulgados em nível individual, visando assegurar o sigilo de sua participação.

A entrevista será gravada em áudio para posterior transcrição, a partir de sua autorização.

O pesquisador responsável se compromete a tornar públicos nos meios acadêmicos e científicos os resultados obtidos de forma consolidada sem qualquer identificação de indivíduos participantes.

Caso você concorde em participar desta pesquisa, assine ao final deste documento, que possui duas vias, sendo uma delas sua, e a outra, do pesquisador responsável / coordenador da pesquisa. Seguem os telefones e o endereço institucional do pesquisador responsável e do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP, onde você poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação nele, agora ou a qualquer momento.

Contatos do pesquisador responsável: Rogério Teixeira de Oliveira – Técnico Administrativo em Educação, Rua Senador Furtado, número 121 – sala 114 – Secretaria de Ensino Médio e Técnico – email: rtdoacad@gmail.com – telefone: 97599-5657

Caso você tenha dificuldade em entrar em contato com o pesquisador responsável, comunique o fato à Comissão de Ética em Pesquisa da UERJ: Rua São Francisco Xavier, 524, sala 3018, bloco E, 3º andar, - Maracanã - Rio de Janeiro, RJ, e-mail: etica@uerj.br - Telefone: (021) 2334-2180. O CEP COEP é responsável por garantir a proteção dos participantes de pesquisa e funciona às segundas, quartas e sextas-feiras, de 10h às 12h e 14h às 16h.

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa, e que concordo em participar.

_____, _____ de _____ de 2023.

Nome do(a) participante_____Assinatura: _____

Nome do(a) pesquisador: _____ Assinatura: _____

ANEXO II

DEPOIMENTO - PROF. DR. LUIZ EDMUNDO VARGAS DE AGUIAR - AUDIÊNCIA PÚBLICA ESTADUAL SOBRE A AMPLIAÇÃO DA RFEPCT, *CAMPUS* RIO DE JANEIRO DO IFRJ, 28 DE JUNHO DE 2023.

Enquanto estamos aqui nesse debate, a Educação continua sendo atacada. Nesse momento nós temos os professores da educação pública estadual sendo massacrados pelo governo Cláudio Castro, um governo neofascista, bolsonarista e todos aqui tem a responsabilidade de apoiar a luta de nossos colegas da rede pública estadual, com apoio inclusive de setores judiciários. Temos que lutar contra esses resquícios neofascistas. A nossa rede completa esse ano 114 anos de existência. Foi criada em 1909 por Nilo Peçanha, que criou as primeiras 19 escolas técnicas do país. O texto da lei mostrava como objetivo: atender os filhos dos desvalidos da fortuna, ou seja, os filhos dos trabalhadores pobres. Eu tenho um vídeo do Nilo Peçanha visitando uma escola técnica em São Paulo: eram crianças de 7 a 11 anos trabalhando nas fornalhas e muitos saídos dali mutilados, cerca de 30%. A escola técnica foi marginalizada em nossa sociedade elitista, que qualificava o ensino técnico como coisa de menor valor. A nossa Rede, tenho um orgulho muito grande, porque ela foi criada em 2008. Foi fundada numa matriz marxista: Marx dizia o seguinte: o trabalhador é responsável por todo o processo produtivo. O trabalhador precisa saber de onde vem sua matéria prima, suas relações de trabalho, o que acontece nas fabricas durante suas produções, os impactos sociais do seu trabalho e hoje eu ampliaria para os impactos sociais é e por isso que nós defendemos o ensino técnico integrado porque é fundamental que não formemos apertadores de botão, mas de fato cidadãos. Não profissionais para o mercado, mas para o mundo do trabalho e para a vida. Isso diferencia o que é ofertado pelo sistema S, que o sujeito que um dia aprendeu operar um fax é demitido por email e não sabia mais o que fazer. Então precisamos criar cursos que as pessoas aprendam a aprender, que possam estar evoluindo na sua capacidade profissional permanente. Está longe de conseguirmos uma sociedade sem explorados e sem exploradores, que tenha desaparecido a exploração do trabalho, mas a gente pode tentar mudar essas coisas, a partir de nossa vontade e de nossa luta. Em 2004 presidi o Conselho de Dirigentes para a criação da RFEPCT. Nós tínhamos apenas 144 em todo o pais, com um país com 5.400 municípios não atendia nada. Eram apenas 198.000 mil estudantes. Pulamos de 144 campi para 668 campi em 10 anos. Eu me lembro que participei de uma comissão para saber que tipo de escola nos tínhamos e foi um grupo para Alemanha, outro pra Inglaterra e outro para o Canadá. Voltei do Canadá impressionado, pois eles tinham mais de 600 escolas e pensei: será que a gente chega a isso? Nós passamos o Canadá durante o governo Lula e durante o governo Dilma e os caras [a oposição] sabem. Eles tem medo da gente porque sabem que na nossa escola, a gente não forma apenas apertador de botão, quem diz amém para o seu patrão. A gente forma cidadão que ajuda a organizar a luta sindical; que se rebela contra as covardias que acontecem em seus empregos e que dão sugestão para melhorar o processo, o produto. Não se pode pensar a expansão que não tenha isso como mote. Outra questão para se pensar na expansão são as APCL – Arranjos Produtivos e Culturais Locais. Não adianta você criar um curso em determinado local, que não tenha nada a ver com o arranjo produtivo e cultural da localidade. Eu me lembro quando fui convidado pelo professor Luiz Caldas do Cefet Campos-RJ para criarmos um projeto em Arraial do Cabo. Depois Campos saiu e nós ficamos.

O então prefeito de Arraial do Cabo disse: eu quero aqui um curso de informática. Eu falei amigo com essa maresia aqui não vai ficar um computador em pé. Os seus problemas aqui são outros. Você tem problema de logística, de turismo, de balneabilidade de praias, de conservação de sambaquis e outros muito além desses. Então criamos um curso de Gestão de Meio Ambiente. Depois virou um curso de técnico em Meio ambiente. Depois nós fomos chamados à Duque de Caxias para criarmos um curso, uma escola. Naquela época os recursos eram limitados. Quissamã na época tinha apenas 15.000 habitantes, por outro lado nos tínhamos Duque de Caxias com mais de 1.000.000 de habitantes, terceiro polo exportador do país: só perdia para São Paulo e São José dos Campos e na Refinaria de Duque de Caxias, que era o maior polo produtor dessa área, não tinha um cidadão caxiense em nenhum cargo de nível médio: trabalhavam na portaria, na engraxateria, na limpeza, então eu disse: vamos criar uma escola aqui. Criamos um curso de plástico e derivados. No primeiro concurso que teve, com a nossa primeira turma formada, das 118 vagas, 89 foram preenchidas por nosso alunos. Isso é fundamental. Quando fomos criar a escola em Realengo estávamos ainda sob a égide do Decreto n. 2.208/97; que separava o ensino propedêutico da educação profissional. Nós tivemos o insight de levar o Colégio Pedro II junto, pois nós faziamos uma parte e o Colégio Pedro II a outra, de forma concomitante. A educação profissional precisa estar em sintonia com aquilo que o país lhe oferece, que desenvolve. Eu só consigo ver educação profissional como falta de inclusão social. Conseguimos elevar o número de matrículas de pretos e pobres para 70%. Isso é fundamental porque começamos a colocar a escola onde precisava de escola. Fizemos isso em São Gonçalo, em Duque de Caxias, em Volta Redonda. A escola Pandiá Calógeras em São Gonçalo, que tinha cerca de 7.000 alunos e praticamente fechou. Vamos colocar escola em Paracambi e em todos os outros lugares que precisar. Até que o sonho que eu tinha era colocar uma escola no Rio de Janeiro, num lugar muito especial que era o Complexo do Alemão e o segundo lugar era a Cidade de Deus, porque se você não traz essa juventude alguém leva. Fui muito criticado porque saí criando escola por aí, mas tudo bem. Às vezes você cria uma escola que falta isso, falta aquilo, mas não falta o professor na escola, não falta convivência, pois se você deixar de inaugurar uma escola por falta de tubo de ensaio, aquela geração se perde, aquele que não entrou naquele ano, não vai entrar mais, então é melhor ter esse menino dentro das nossas instituições do que esperar a escola totalmente prontinha. O Freire dizia: a escola nunca está pronta. A escola é uma construção permanente. Uma escola não é só para ensinar. Uma escola forma valores. Ela dá cultura, dá cidadania. Tem que ser um fator de integração comunitária. E nossas escolas, onde elas estão instaladas tem esse papel. Não é só uma formação profissional: é formação para vida. Eu continuo carregando o sonho de ter uma escola no Complexo do Alemão [sonho que começaria a se realizar um mês após essa audiência, com a cessão do terreno pela prefeitura e com aporte de recursos do MEC para inicio do processo]. Aí alguém diz: "mas já tem tanta escola no Rio de Janeiro só que os moradores do Complexo do Alemão não podem atravessar a cidade, pois às vezes quem mora na Camarista Méier não pode ir à Dias da Cruz[Camarista Méier é uma rua que possui uma comunidade no fim da mesma, localizada no bairro do Méier, na zona norte do Rio de Janeiro. A Rua Dias da Cruz também ésta localizada no mesmo bairro e é perpendicular à rua Camarista Méier], sabiam disso? Garanto que a maioria não sabe. Nós chegamos até na ocasião conseguir aquela fábrica da Ita oca[antiga fábrica de cerveja que funcionava na Avenida Itaoca, altura do número 2.200, bairro Inhaúma , Rio na cidade do Rio de Janeiro], *mas teve intervenção militar no Rio: o Exército tomou conta daquilo lá com a promessa de devolver depois. Não devolveu nunca mais. Acabou virando uma CPP*[Central de Política

Pacificicadora]. *A gente pretende volta à carga para criar um Campus no Complexo do Alemão e outro, que já estamos conversando com Lula, com o Rafael e com o Prefeito; que é usar aquele complexo olímpico. O Lula tem o compromisso de utilizar o legado Olímpico e atender muita gente daquela região. Na hora que se fala em educação profissional não é só criar um prédio. Saviani diz que escola não e só um monte de tijolos: é um monte de sentimentos e por isso temos que atender a população que mais precisa.*